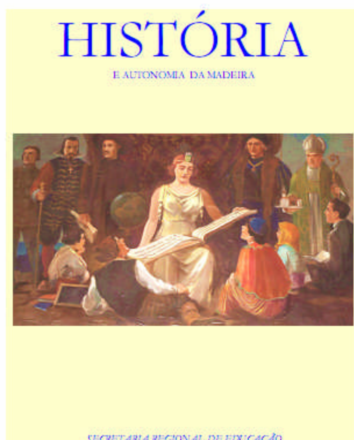


Rua das Mercês, 8
9000-420 – Funchal
Telef (+351291)214970
Fax (+351291)223002

Email: ceha@madeira-edu.pt
alberto.vieira@madeira-edu.pt
http://www.madeira-edu.pt/ceha/



VIEIRA, Alberto (coordenação, com colaboração de Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes e Gabriel Pita),**2003:**

História e autonomia da Madeira,

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO:

VIEIRA, Alberto (coordenação, com colaboração de Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes e Gabriel Pita),**2003:** *História e autonomia da Madeira,* **F**unchal, CEHA-Biblioteca Digital, disponível em: http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/avieira/2003-av-manualhistoria.pdf, data da visita: / /

HISTÓRIA

E AUTONOMIA DA MADEIRA



SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

HISTÓRIA E AUTONOMIA DA MADEIRA

HISTÓRIA E AUTONOMIA DA MADEIRA

COORDENAÇÃO

Alberto Vieira

COLABORAÇÃO

Abel Soares Fernandes
Emanuel Janes
Gabriel Pita

FUNCHAL. MAIO DE 2001

CEHA
CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

TÍTULO

História e Autonomia da Madeira

1ª Edição

Setembro de 2001

AUTORES

Coordenação: Alberto Vieira
Colaboração: Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita

EDIÇÃO

Secretaria Regional da Educação

TIRAGEM

5000 exemplares

FOTOGRAFIAS

Museu de Protographia Vicentes
Arquivo do Diário de Notícias(Funchal)
Duarte Gomes

CAPA

IMPRESSÃO

Deposito Legal

ISBN:

APRESENTAÇÃO

O presente volume de História e Autonomia da Madeira não pretende ser uma História da Madeira em que o leitor encontra tudo o que se procura saber sobre o passado remoto e recente do arquipélago. Esta seria uma tarefa para largos anos e vários volumes. Aquilo que nos moveu, em pouco mais de nove meses de trabalho de pesquisa e escrita, foi apenas o objectivo de reunir num só volume o fundamental sobre a História e a Autonomia da Madeira, dando a todos a possibilidade e facilidade da sua descoberta.

Destinando-se o presente volume a apoiar o ensino a sua apresentação obedeceu a determinados princípios e a uma apresentação formal em que se valoriza os fundamentos históricos e ilustrações. Por outro lado são fornecidas orientações no sentido do aprofundamento dos temas, através de uma orientação bibliográfica, da chamada de atenção para novos testemunhos (como é o caso dos museus, toponímia, edifícios, monumentos e bustos), e da possibilidade de recurso a novos meios como a Internet. Tudo isto foi feito, não numa perspectiva de livro único, mas sim de uma orientação e abertura de caminhos para uma aturada reflexão.

O livro está dividido em duas partes: Na primeira sob o título "Construção e Afirmação do Arquipélago da Madeira" pretende-se apresentar uma visão global da História do arquipélago de acordo com as sete unidades temáticas enunciadas; a segunda parte, com o título "A Luta e a Afirmação da Autonomia" visa dar relevo a História da Autonomia da Madeira no contexto da História Contemporânea.

A forma de exposição dos temas foi pensada no sentido de permitir uma leitura dinâmica e didáctica, e ao mesmo tempo transmitir a ideia de uma História viva, que se espelha nos espaços museológicos, como nos monumentos, edifícios, estátuas, bustos e ruas com que convivemos diariamente. A informação fundamental encontra-se no corpo do texto principal remetendo-se alguma da fundamentação documental e complementar para a margem, extra-textos e a rubrica final "Para saber mais...". Ainda, aos que não se sentirem satisfeitos com aquilo que aqui se apresenta, apresentámos no final uma orientação em "Matérias de Consulta e Testemunhos Materiais", com uma informação bibliográfica actualizada sobre cada tema.

A História da Madeira tem mais uma reflexão que poderá possibilitar ao leitor, professor e aluno uma nova porta aberta para a descoberta do passado do arquipélago.

Funchal. 01.07.2001

OS AUTORES

PARTE 1

CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



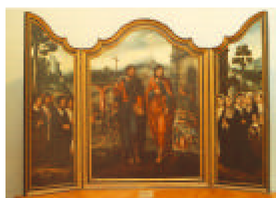
1 - O CONHECIMENTO DO ARQUIPÉLAGO



2 - A ADMINISTRAÇÃO



3 - A IGREJA, ASSISTÊNCIA E CULTURA



4. A ARTE



5 - A SOCIEDADE MADEIRENSE

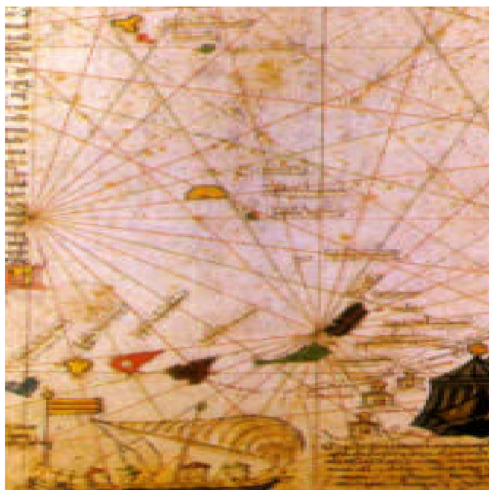


6 - A ECONOMIA



7 - A MADEIRA E O MUNDO DOS DESCOBRIMENTOS

1 – O CONHECIMENTO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



Atlas de Abraão Cresques. 1375

CONCEITOS	PERSONALIDADES
- Navegação	- D. João I
- Cartografia	- Infante D. Henrique
- Carta de marear	- João Gonçalves Zarco
- Portulano	- Tristão Vaz
- Barca	- Bartolomeu Perestrelo
- Caravela	
- Povoamento	
- Colonização	
- Colonia	
- Vínculo	
- Capelas	

TEMAS

1.1– O conhecimento do Arquipélago até ao séc. XV

- Egípcios e Fenícios
- Gregos e Romanos
- Árabes
- As viagens do séc. XIV
- Lendas do descobrimento

1.2 – O arquipélago na cartografia dos séc. XIV e XV

1.3 – A questão do descobrimento

1.3 – A ocupação e o povoamento

- Povoações
- A data do início do povoamento
- A distribuição das terras
- Vínculos e Capelas
- O contrato de colonia

Para saber mais...

- Machim e a Madeira
- O Algarve e a Madeira

TEMAS DE DESTAQUE:

- *Atlântida*
- *S. Brandão e o Porto Santo*
- *Lendas do Descobrimento*
- *Descobrir/Reconhecer*
- *O Dia do Descobrimento*
- *Povoamento e/ou Colonização*
- *Data de Início do Povoamento: 1420-1425-1433*
- *Povoamento da Madeira: o Rei ou o Infante*

CRONOLOGIA

ANOS	Séc. VI A.C.	Séc. V A.C.	1350	1351-1357	1413	1419
ACONTECIMENTOS	Primeiros testemunhos da presença de povos do Mediterrâneo no Atlântico.	Diodoro refere a existência de uma ilha com denso arvoredo no Atlântico.	O *Libro del Conoscimiento*, refere as ilhas *Selvage, Desierta* e *Puerto Sancto*.	Primeira representação cartográfica do arquipélago da Madeira no Atlas Mediceo com *Porto Sancto, I De lo Legname, Deserte*.	A carta de Mecia de Viladestes faz a representação da Madeira com a configuração real.	(Re)descoberta do arquipélago da Madeira pelos portugueses

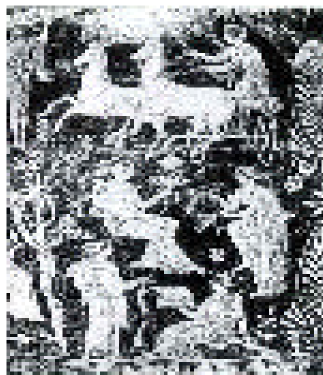
REIS DE PORTUGAL	D. João I (1385-1433)	D. Duarte (1433-1438)	D. Pedro (1438-1446),	D. Afonso V (1446-1481)	D. João II (1481-1495)	D. Manuel I (1495-1521)	D. João III (1521-1557)

O conhecimento até ao séc. XV

PORTULANO: corresponde ao roteiro português do século XVI e era usado no Mediterrâneo para definir o rumo entre os portos. Tinha por função auxiliar a navegação e por isso assinala os rumos e as distâncias entre os diversos portos. Estes são na sua maioria italianos, como Génova e Veneza, e maiorquinos. A partir do século XIII surge a carta portulano que apresentava o contorno da costa e as linhas de rumo, sendo considerada a representação gráfica da informação dos portulanos

NAVEGAÇÃO: no Mediterrâneo a navegação era feita por *rumo e estima*, seguindo as linhas da carta portulano, pelo que só podia ser feita de dia e à vista da terra, usando-se apenas a bússola e a carta.

Para orientação no mar alto, sem o alcance da costa, surgiu a *navegação astronómica* que permitiu a orientação pela observação de certas estrelas, sendo o rumo definido por meio de instrumentos, como o quadrante e o astrolábio.



Jardim das Hespérides. Pormenor de vaso grego.

ATLÂNTIDA: no grego significa filha de Atlas. Atlas foi o deus grego que segurava o Céu e as suas sete filhas as estrelas das Plêiades. Segundo o Platão, Poseidon e a sua mulher, Cleito, fixaram-se nesta grande ilha onde nasceram cinco pares de gémeos. Poseidon repartiu a ilha entre os filhos, ficando Atlas, o primogénito, com a melhor parte que deu o nome de Atlântida

A partir do século VI a.C. diversos testemunhos evidenciam a presença dos povos ribeirinhos do Mediterrâneo nas águas do Atlântico. Cartagineses e Árabes preludiaram a expansão dos portugueses e castelhanos do século XV.

Hoje é evidente que o conhecimento do oceano Atlântico pelos povos mediterrânicos é anterior à presença portuguesa. A gesta portuguesa iniciada em 1418 com a primeira viagem à Madeira teve apenas a função de trazer para o seio da Cristandade Ocidental este mundo e não a sua descoberta. A valorização sócio-económica dos novos espaços, que aconteceu por iniciativa dos portugueses, foi mais importante que a descoberta.

O Atlântico foi considerado por muito tempo o mar das trevas incapaz de ser sulcado pelas embarcações mediterrânicas. A esta tradição acresce o facto de a navegação por rumo ou à vista da costa não oferecer possibilidade de retorno, tendo em conta as condições dos ventos e correntes marítimas na costa africana. Estas dificuldades foram superadas com as descobertas dos portugueses no século XV, que definiram a possibilidade de retorno fazendo a volta pelo largo.

Para a literatura greco-romana o oceano era a expressão do bem e do mal. Neste contexto dominavam as visões aterrorizadoras, contrárias à **navegação, mas** favoráveis à ideia destes espaços como paraíso ou morada dos deuses mitológicos. Para o europeu dos séculos XV e XVI foi uma esperança, pois onde os antigos colocaram o paraíso inatingível os peninsulares descobriram ilhas que se revelaram como espaços de grande valor económico.

A historiografia oficial sempre negou a possibilidade destas navegações atlânticas em épocas anteriores ao século XV. No século XV a disputa entre portugueses e castelhanos pelo domínio do novo espaço oceânico, aliada à ideia de que o direito de posse de novas terras dependeria do facto de serem os primeiros a descobri-las obrigou a esta defesa da versão oficial do seu descobrimento no século XV. A conjuntura de partilha do continente africano entre as potências europeias, na segunda metade do século XIX, trouxe de novo a debate a questão do descobrimento do espaço atlântico.

Hoje é evidente que o conhecimento das ilhas e litoral africano pelos povos da bacia mediterrânica aconteceu já na Antiguidade, chegando até nós sob a forma de lenda ou relato histórico. As literaturas greco-romana e árabe dão-nos conta de várias ilhas fantásticas que no século XIV foram alvo de atenção dos navegadores. À Atlântida juntou-se a ideia de ilhas Afortunadas, **Hespérides**, Antília (ou Sete Cidades), S. Brandão e Brasil.

A **Atlântida** é a versão mais conhecida e divulgada da tradição mitológica sobre o Atlântico. Platão (?-347 a.C.) em *Timeu e Crítias*

(421 a.C.) dá conta de um cataclismo ocorrido cerca de 10.000 A.C. que fez desaparecer o reino que tinha por sede uma grande ilha no meio do oceano. Esta era identificada muitas vezes como a mansão dos deuses, o destino dos heróis da **mitologia** grega, sendo conhecida como *Makaron Nesoi* (= ilhas afortunadas).

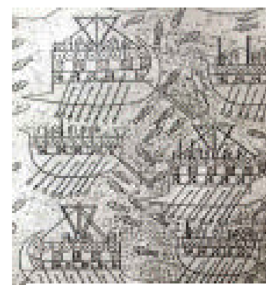
A Atlântida terá sido o berço de um reino poderoso, apresentado como uma terra próxima do paraíso e do jardim das delícias descritos nos textos antigos. Esta ideia persistiu até hoje, sendo os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias e Cabo Verde considerados reminiscências deste cataclismo. Todavia, os estudos geológicos demonstraram que a sua formação tem uma origem distinta.

MITOLOGIA: história dos deuses e heróis da Antiguidade.

"Naquele tempo era possível atravessar este mar. Havia uma ilha defronte a este lugar que chamais as Colunas de Hércules. Esta ilha era maior que a Líbia e a Ásia juntas. E os viajantes podiam passar dela às demais ilhas..."[Platão, *Timeu e Critias*.]

Egípcios e Fenícios

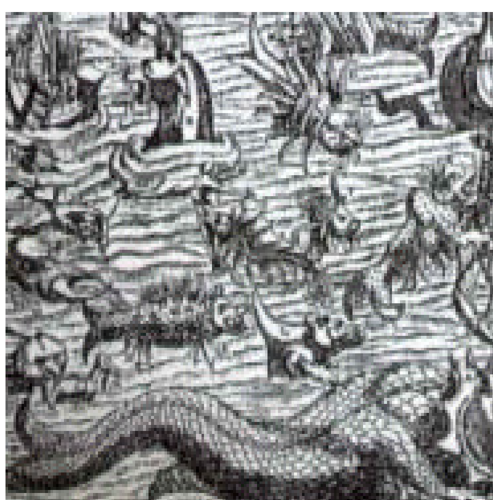
Nos séculos XVIII e XIX os defensores da cultura clássica afirmam que os fenícios projectaram o seu empório comercial na costa ocidental africana. O seu conhecimento resultou de expedições aí realizadas desde tempos remotos. A primeira, de que ficou notícia, aconteceu por ordem do faraó Necao II (610-594 a.C.); depois seguiram-se em 550 a.C. Euthymenés, mercador de Marselha, Sataspes (485-465 a.C.) navegador persa que atingiu a Guiné, e o périplo de Hanão em 425 a.C. que, com uma frota de sessenta navios organizada em Cartago, teria percorrido a costa ocidental africana até Cabo Verde.



Barco fenício. Frota do Rei Luli de Tiro(705-681 AC). Relevo de Senaquerib

Gregos e romanos

O avanço da colonização grega para Ocidente fez com que o Mediterrâneo deixasse de ser o único espaço de navegação, abrindo-se o Atlântico como uma nova via. A literatura divulgou os relatos das primeiras expedições atlânticas em que



Monstros marinhos. S. Munster, Cosmografia(1550)



Mapa da Atlântida: representação imaginada de A. Kircher

"(...) os cartagineses descobriram uma ilha deserta povoada de toda a espécie de bosques e cruzada de rios navegáveis e admirável pelos seus frutos.(...) Os cartagineses, dada a sua fertilidade, a visitavam a meúdo e alguns chegaram a estabelecer-se ali. Mas as autoridades cartaginesas proibiram a navegação para elas sob pena de morte, matando os seus colonos para que não revelassem a sua existência e viesse uma multidão disposta a apoderar-se dela arrebatando aos cartagineses o seu desfrute. "[Aristóteles, *Livro das Maravilhas*]



Barco romano: de cinco remos

PLÍNIO: "(...)em frente à margem esquerda da Mauritânia encontram-se as Afortunadas que se chamam Convallis pela sua complexidade e planaria pela sua beleza. O perímetro de Convallis é de trezentas milhas. Ali se elevam árvores até cento e quarenta pés de altura."[*História Natural*, cap.IV]



Planisfério do geógrafo Muçulmano M. Al-Edrisi (1100-1166)

surgem as primeiras referências a ilhas, definidas como *Campos Eliseos*, *dos Bem Aventurados*, *Afortunadas*, *Jardim das Delícias*, *Hespérides*. Plauto, no séc. I a.C., apresenta-as como o destino de todos os que haviam passado honradamente a vida. Esta tradição literária do Paraíso iniciada com Homero persistiu até ao século XVI.

O clima primaveril, o denso arvoredo e a abundância de águas são inconfundíveis atributos da Madeira e estão presentes em muitos relatos. Diodoro da Sicilia na *Biblioteca Histórica* refere a descoberta no século V a.C. de uma ilha descrita pelo ambiente paradisíaco e denso arvoredo. Estrabão situa em 100 a.C. o encontro de uma outra que espantou os seus descobridores pela abundância de água e madeiras. Plutarco, cerca de 80 a.C., na narrativa da *História de Sertório*, diz-nos que este, ao ser perseguido pelos romanos, refugiou-se numa ilha, identificada com a Madeira. **Plínio**, o velho, na *História Natural* apelida-a de Co*nuallis* e *Planaria*.

Não existe consenso entre os estudiosos da cultura Clássica, pois enquanto uns associam-nas, respectivamente à Madeira e Porto Santo, outros, nomeadamente os espanhóis, identificam-nas como as ilhas de La Palma e Gran Canária.

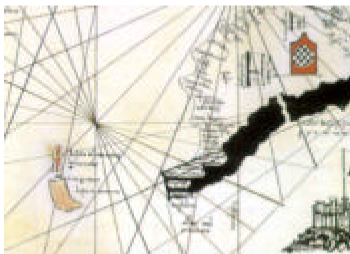
Árabes

A queda do império romano, no séc. V, marcou uma nova fase definida pelo abandono das navegações no Atlântico. O Ocidente, sujeito desde o século XIII às invasões árabes e normandas, não teve disponibilidade para as navegações oceânicas na costa africana. Deste modo a ideia do oceano como mar intransponível e não navegável ganhou novo alento, como se evidencia nas visões de Avieno, Séneca e Edrisi.

A partir do século III faltam referências sobre expedições às ilhas. As poucas viagens que aconteceram tiveram por protagonistas marinheiros árabes e foi entre estes que ficou documentado o Atlântico como um espaço oceânico polvilhado de ilhas. Edrisi (1099-1154), geógrafo árabe, anota na *Geografia* vinte e seis ilhas e descreve a expedição dos aventureiros de Lisboa que em 1147 alcançaram uma que ficou conhecida como do gado ("geziras Alganem"), identificada com a Madeira.

Às expedições árabes, primeiro dos aventureiros de Lisboa (1147) depois de Ibn Fatima e Mohamed Ben Ragano, seguiram-se outras com alguma frequência ao longo do século XIV sob o comando de italianos, bretões, bascos, biscainhos e catalães. No século XIV os árabes legaram esta tradição atlântica aos navegadores portugueses, bretões, bascos, normandos e italianos. A primeira expedição conhecida é relatada por um frade mendicante espanhol em 1350. No *Libro del Conoscimiento* estão referidas as ilhas de *Salvag*e, *Desierta*, *Lecname* e *Puerto Sancto*.

A ocupação e posse das Canárias pelos castelhanos só teve início



As Canárias na carta-portulano de Angelino Dulcert:. 1339

O Tratado das Alcáçovas

A disputa pelo domínio do mar oceano começou com a questão das Canárias, quando o papa Clemente VI concedeu a Castela a posse das ilhas. Na resposta D. Afonso IV de Portugal dá a entender o empenho lusíada na sua posse e conquista. Esta ideia foi retomada com D. Duarte na década de trinta da centúria seguinte, conduzindo à negociação do primeiro tratado de partilha do mundo, que teve lugar em Alcáçovas em 1479 no reinado de D. Afonso V.

O Tratado de Alcáçovas teve o mérito de encerrar, ainda que temporariamente, a disputa e de garantir para Portugal a posse exclusiva da Costa da Guiné. Pela primeira vez estabeleceu-se a partilha do mar oceano pelo paralelo das Canárias, consagrando-se o *mare clausum* português, como se poderá verificar pela ratificação papal através da bula de 21 de Junho de 1481.



Jean de Bethencourt. O iniciador da conquista de Canárias

em 1402 com a expedição do normando Jean de Bethencourt e Gadifer de la Salle, que prestaram vassalagem ao rei de Castela. O empenho da coroa surgiu a partir da década de sessenta, mas só em 1496 se conseguiu a total conquista e pacificação do arquipélago.

As viagens do séc. XIV

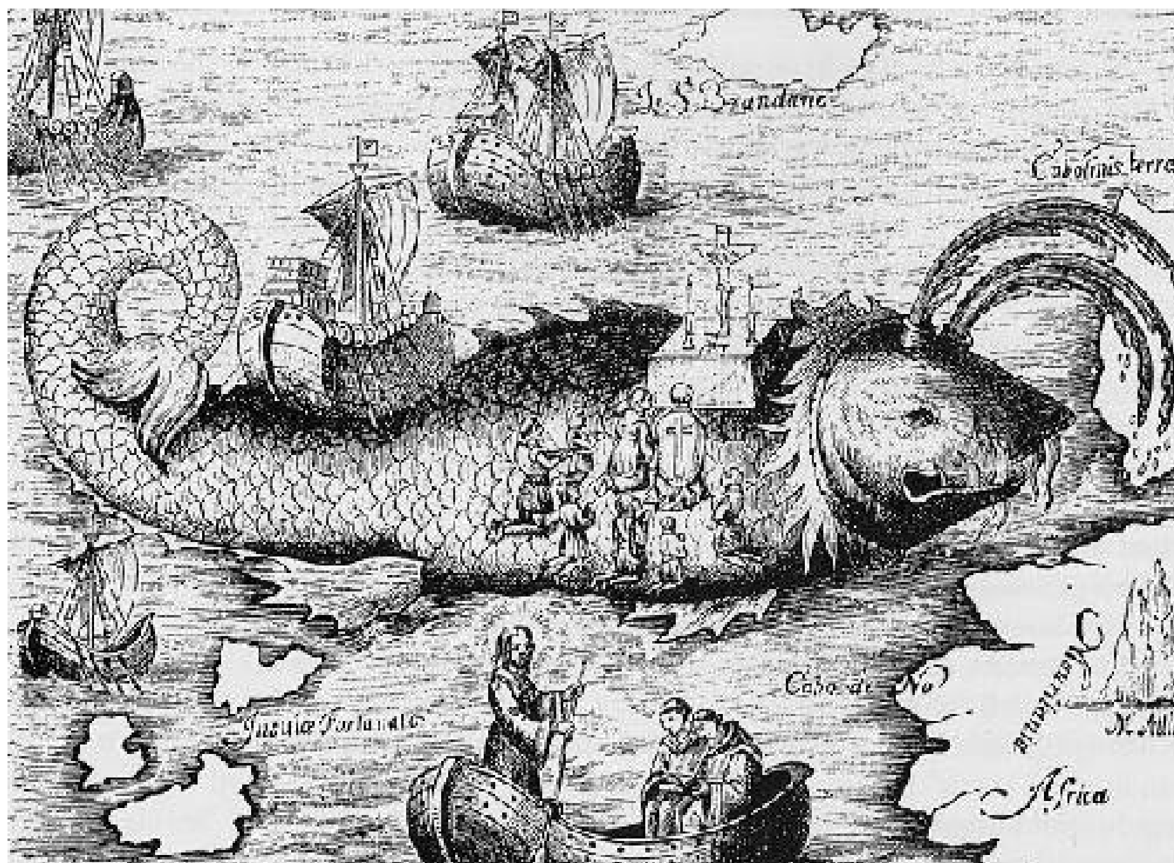
Desde o século XIII que a costa ocidental africana, aquém do Bojador, foi devassada pelas populações ribeirinhas do litoral mediterrânico, dando-se continuidade à tradição da pesca e de busca das infindáveis riquezas. Aos recursos piscícolas disponíveis nos mares circundantes juntou-se a oferta de plantas tintureiras (urzela) e o resgate de escravos canários.

A expedição dos irmãos Vivaldi, em 1291 deu o mote, seguindo-se outras como as viagens dos "Matelots de Cherebourg", antes de 1312, de Lanzarotte de Malocello, ao serviço do rei de Portugal, cerca de 1310 e, finalmente, a de Angiolino del Tegghia de Corbizi e Nicoloso de Recco em Junho de 1341. Das demais não ficou registo escrito, mas apenas o rasto na cartografia que passou a dedicar mais atenção a esta área oceânica.

Desde 1325 que os portulanos e cartas representam as ilhas dos arquipélagos da Madeira e Canárias. O progresso na representação cartográfica da Madeira resultou certamente de uma assídua observação presencial, resultante do incremento das expedições às Canárias. Em 1344 o papa de Avinhão estava ao corrente de tudo isto, concedendo o senhorio das ilhas Afortunadas a D. Luís de La Cerda. A doação provocou acesa disputa entre as coroas de Portugal e Castela e só teve o seu epílogo em 1479 com o **Tratado de Alcáçovas**.

As expedições portuguesas não são alheias à presença em Portugal de Manuel Pessanha, contratado em 1317 por D. Dinis para criar a frota real e preparar os marinheiros portugueses nos conhecimentos necessários à arte de marear. A viagem de 1341 às Canárias é consequência disso. Em 1320 a coroa havia conseguido o necessário apoio do papado para levar a cabo uma guerra de corso na costa africana. A presença de armadas nestas paragens é indício seguro do conhecimento e contactos com as ilhas.

Na disputa peninsular pelas ilhas atlânticas foram apresentadas várias alegações de ambas as partes reivindicando a sua posse. Em 1345 D. Afonso IV, de Portugal, em resposta a bula de Clemente VI reclamava a posse das Canárias, fundamentado na prioridade do conhecimento e proximidade geográfica. Passados cem anos D. Duarte alegou os mesmos argumentos para reclamar junto do papa Eugénio IV a posse das ilhas ainda não conquistadas. A anuência papal às pretensões portuguesas conduziu à imediata reacção de Castela que se serviu do poder de intervenção dos seus juristas junto do papa para obter a revogação da bula.



A ILHA DE S. BRANDÃO. Gravura em madeira do século XV

Lendas do Descobrimento

Na Idade Média o imaginário do homem europeu estava dominado por lendas que materializavam viagens reais ou imaginárias. Muitas foram perpetuadas pela tradição oral e outras reescritas por aventureiros que lhe acrescentaram dados novos.

No Norte da Europa surgiu no século VI a aventura de **S. Brandão**, frade que fugido da Irlanda encontrou a ilha das delícias no Atlântico. A descrição refere uma ilha "resguardada dos negros nevoeiros", enquanto os navegadores portugueses no século XV dão conta do "espesso negrume" que cobre a Madeira. A *Insulae Fortunatae Brandani* é colocada pela cartografia na posição da Madeira.

A viagem de Robert Machim à Madeira entra também neste conjunto de lendas. O relato surge pela na versão original de Francisco Alcoforado misturado com a viagem dos navegadores portugueses, dando a entender que foi a partir do contacto com os companheiros de infortúnio que atingiram estas ilhas da Madeira e Porto Santo.

S. BRANDÃO E O PORTO SANTO

Não existe consenso quanto à origem do nome da ilha do Porto Santo. Cadamosto é peremptório relacionar com o dia da descoberta no dia de Todos os Santos, mas segundo alguns autores, este nome relaciona-se com a lenda de S. Brandão. O Porto Santo seria o paraíso que o monge procurava e encontrou.

Conta Martim Behaim que no ano de 565 d.C. o monge S. Brandão saiu da Irlanda com alguns companheiros à procura da Terra Prometida. Em pleno oceano foram assolados por uma tempestade acabando salvos numa ilha que os levou ao encontro da procurada terra de promissão, alcançada após terem ultrapassado uma cortina de espessa névoa. Aí estiveram sete anos, findos os quais, regressaram à Irlanda.

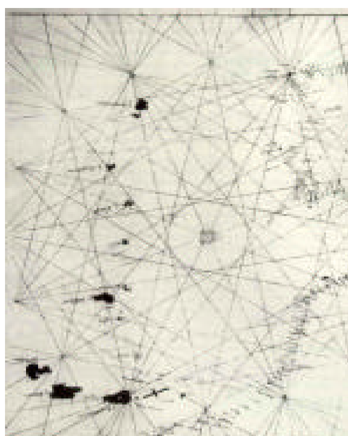
A mais antiga representação da ilha de S. Brandão surge no mapa-mundo de Ebstorf de cerca 1270. Nas cartas, Dulcert (1339), dos irmãos Pizzigani (1367) representa-se a ilha de S. Brandão no local do Porto Santo.

CARTOGRAFIA: Arte de proceder ao levantamento, traço ou gravação de cartas geográficas. A Cartografia teve grande incremento a partir do século XIV, mas foi no século XVI com os portugueses que se deu grande avanço. O seu incremento acontece com Jácome de Maiorca, contratado para o efeito pelo infante D. Henrique.

Em Portugal tem-se notícias de representações do século XIV, mas as mais antigas de que dispomos exemplares são de finais do século XV.



Atlas Catalão de Abraão Cresques (cerca de 1375)



Carta anónima. 1384. Colecção Pinelli-Walkenae

O arquipélago na cartografia dos séc. XIV e XV

A cartografia portuguesa conhecida é da segunda metade do século XV: a carta anónima de cerca de 1471 e as de Jorge de Aguiar (1492) e Pedro Reinel (1483). É aqui que encontramos as melhores representações cartográficas do arquipélago madeirense, mas só no século XVI esta testemunha o seu exacto conhecimento. Quanto à nomenclatura das ilhas, a aproximação da actual acontece pela primeira vez quanto ao Porto Santo, Selvagens e Desertas em 1370 e só em 1408 para a Madeira.

A representação **cartográfica** do arquipélago é anterior ao reconhecimento e ocupação portuguesa. A partir de meados do século XIV as ilhas surgem ainda que de forma imperfeita e com nomes em latim. É evidente a evolução no seu traçado à medida que aumenta o conhecimento das ilhas, mas tardou muito tempo até que se aproximasse da realidade.

Os primeiros portulanos de que há notícia não apresentam as ilhas atlânticas. Estas só começam a ser desenhadas a partir de 1325. A partir de 1339, com a carta de Angelino Dulcert, surgem algumas ilhas - *Primaria*, *Caprara* e *Canaria*- na posição da Madeira. A carta Pizzigani de 1367 coloca aí a legenda "ysola capancia".

A representação cartográfica do arquipélago começou com o Atlas Mediceo entre 1351-1357, onde surgem as ilhas de *Porto Scto*, *I. Delo Legname*, *I. Deserte*. O grupo das Selvagens aparece apenas na carta de Abrahão Cresques de 1375, com o designativo de *Insule Salvatges*. A partir daqui o arquipélago é representado em todas as cartas conhecidas da mesma forma. A única nota de realce está na carta de Mecia de Viladestes de 1413, em que o desenho da Madeira se aproxima pela primeira vez da configuração real. O Planisfério de Battista Becario de 1426 apresenta todas estas ilhas com a seguinte legenda: *insule de novo reperte*(= ilhas de novo descobertas).

O Porto Santo surge com a grafia actual no **Atlas de Pinelli-Walckenaer** de cerca de 1384. No caso da Madeira só acontece em 1424 na Carta Pizzigano. E, a partir do Atlas Medici é notória a representação correcta da posição do grupo de ilhas da Madeira. Note-se que nas representações posteriores ao seu encontro pelos portugueses, isto é, das cartas Pizzigano(1424) e Bianco(1436), continua a repetir-se o desenho das cartas do século XIV.

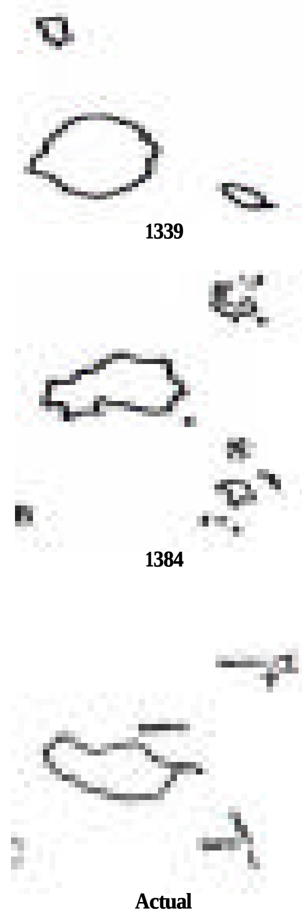
Perante isto a conclusão é a de que a Madeira foi sendo conhecida a partir da década de sessenta do século XIV. A incipiente representação resulta do nível de conhecimentos cartográficos da época, da abordagem desinteressada dos navegadores e daquilo que transmitiram aos cartógrafos.

DESCOBRIR / RECONHECER

Os conceitos descobrir e descobrimento só entraram na terminologia do século XV a partir de 1470. Até então usava-se as palavras achar, saber parte de, obter informação. É isso que acontece em Zurara que quanto à Madeira refere sempre buscar e achar. O sentido era duplo, pois tanto quereria significar conhecimento pela primeira vez, como em segunda mão, isto é, no sentido de revelar o que se tinha informação vaga e restrita. O descobrimento só acontece quando é aceite e conhecido de todos.

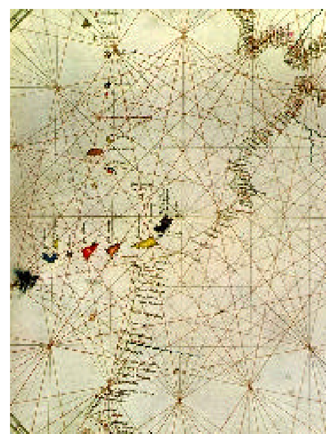
Fontoura da Costa distingue o descobrimento histórico do oficial. O primeiro fundamenta-se nas informações, mais ou menos vagas, da tradição, enquanto o segundo é o acto de demarcação oficial do achado. O descobrimento dos portugueses foi a revelação de um espaço em termos geográficos e económicos e a sua incorporação no mundo conhecido através da sua representação cartográfica.

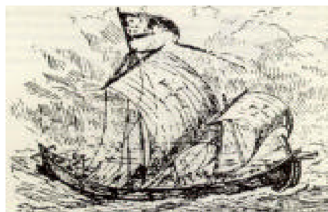
Evolução da representação do arquipélago até à actualidade (Damião Peres)



NOMENCLATURA DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA. SÉC. XIV

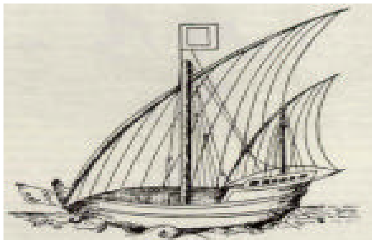
CARTA	MADEIRA	P.SANTO	DESERTAS	SELVAGES
Dulcert(1339)	Insyla capraria	Primária	canaria	
Pizigani(1367)	Ysola Canaria	Ysola de torfommare	Ysola capiriçia	
Medici(1370)	I. de lo legname	Porto sto	I. deserte	
A Cresques(1375)	Insula de legname	Porto sto	Insula deste	Insule saluatyes
Pinelli(1384)	Y. de legname	Porto santo	Insula deserte	y. salvaze
Soler(1385)	Insula de lenyame	Porto santo	Insula desrte	Insule salva tges
Catalã-Paris (1400)	Insula de legname	Porto santo	Insula desrte	Insula salvages
Pasqualini(1408)	Yª de madiera	P. sto	Y.e desertes	Y.ª Selvages
M. de Viladestes (1413)	Insola de lenyme	Porto santo	Insola desrte	Insule Selvages
Francisco de Cesanis(1421)	Ixola de ligniame	Porto roxo	Yxola desertte	Yxole Salvage
Battista Beccario (1426)	Insula de Legname	Porto sancto	Insulla dezerte	Insulle Salvage
Andrea Bianco (1436)	Y.ª de Madera	P. santo	Yª dxerta	Y.ª Salvage
Portuguesa anónima(1471)	Da madeira	p. Sto	desertas	Isole Selvage
Soligo(1489)	Y de la medera	P. santo	Y.ª dxerta	Y.ª Salvage
Pedro Reinel (1483)	ilha da madeira	porto samto	desertas	Salvages


Atlas de Gracioso Benincasa. 1468


Barca. Desenho do Almirante João Braz de Oliveira

BARCA: embarcação muito usada no século XV para a navegação de cabotagem, fluvial e na actividade piscatória. Era considerada uma embarcação ligeira pelo que a sua capacidade não ultrapassava os 30 tonéis, sendo ideal para as viagens de reconhecimento e exploração marítima. Apresentava um único mastro armado, que podia ser de pano redondo ou latino. Foi numa barca que Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador em 1433.

Zurara refere que a viagem à Madeira foi feita numa barca, enquanto Diogo gomes assinala que a mesma aconteceu numa caravela.


Caravela de dois mastos

CARAVELA: a caravela foi uma embarcação fundamental no progresso das expedições marítimas ao longo da costa africana, devido à sua agilidade e porte. É uma embarcação com um ou mais mastros com armação de pano latino, sendo conhecida como caravela de descobrir, por ter sido usada nas viagens de reconhecimento da costa africana. Os navios de grande porte e pano redondo - naus e galeões - eram utilizados no transporte de mercadorias, pessoas, etc.

A questão do descobrimento

De acordo com a tradição, o descobrimento do arquipélago teria ocorrido a partir de 1418, quando João Gonçalves Zarco ao comando de uma **barca,** atingiu a ilha do Porto Santo. E, no ano imediato, a 1 de Julho, alcançou a Madeira.

A legitimação da posse portuguesa, de acordo com o direito vigente, só poderia ser alcançada pela ausência de referências do seu conhecimento por outros povos. Por isso, em 8 de Setembro de 1460 o infante D. Henrique, na qualidade de senhor das ilhas do arquipélago da Madeira, dava a entender o seu protagonismo neste **descobrimento** com a seguinte expressão: *"... novamente achei"*. Novamente, é aqui entendido como pela primeira vez, uma vez que antes não haviam sido encontradas ou, se o foram, delas não ficou rastro na memória escrita e colectiva. A prioridade portuguesa é ainda reafirmada em 1493 pelo próprio Rei, D. João II: *"porquanto essa ilha não foi de nossos antepassados nem dela tiveram direito algum ou domínio antes de ser descoberta e ocupada pelo senhor rei nosso bisavô..."*.

Os textos historiográficos do século XVI não são unânimes quanto a isto, sendo possível reunir uma diversidade de versões, muitas delas contrárias à oficial, defendida pelo infante e a coroa. Francisco Alcoforado, o primeiro cronista do descobrimento, refere que Machim e companheiros ao depararem-se com a Madeira entenderam *"que era terra nova puseram em vontade pedirem aos reis de Espanha"*, talvez, pensando na proximidade à Tingitânia, que de direito lhes pertencia. Jerónimo Dias Leite, outro cronista madeirense da segunda metade do século XVI, testemunha diferente opção dos portugueses: *"E pelos padres mandou benzer água que andaram aspergindo pelo ar e pela terra, como quem desfazia encantamento, ou tomava posse em nome de Deus daquela terra brava, e nova nunca lavrada nem conhecida desde o principio do mundo até aquela hora"*. O acto de posse em nome da coroa portuguesa era justificado pelo facto de a terra nunca ter sido conhecida e ocupada.

De acordo com o texto de Gaspar Frutuoso o descobrimento da Ilha da Madeira teve lugar a 1 de Julho de 1419, desembarcando os portugueses na baía de Machico no dia seguinte, da Visitação de Santa Isabel. Esta é considerada a versão oficial, porque conquistou a aprovação do madeirense que a estabeleceu como o marco para definir o **Dia da Região Autónoma**.

A forma de organização do processo é-nos apresentada em Zurara, que refere quatro expedições à ilha antes que o infante ordenasse o envio dos primeiros colonos e clérigos para o arranque da ocupação e aproveitamento económico. A mesma ideia surge na *Relação de Francisco Alcoforado:*

1. Dezembro 1418: primeira viagem de reconhecimento do Porto Santo,

2. Principio de 1419: segunda viagem ao Porto Santo,

3. Junho de 1419: primeira viagem à Madeira,

4. Maio de 1420: segunda viagem à Madeira.

Note-se que todos os autores são unânimes em considerar o povoamento do arquipélago como obra portuguesa, tendo como obreiro o infante D. Henrique e por executor João Gonçalves Zarco, com ou sem o apoio de Tristão Vaz. Apenas Giulio Landi é de opinião diferente, afirmando o protagonismo de Machim. A polémica tem lugar quanto à data do descobrimento e à sua autoria. Para uns, as ilhas foram descobertas por portugueses: João Gonçalves Zarco com Tristão Vaz, ou Afonso Fernandes. Para outros foi resultado de uma iniciativa de estrangeiros: castelhanos (o Porto Santo), ou ingleses (Madeira).

São assim quatro as versões:

1. Relação de **Francisco Alcoforado**, atribui o descobrimento da ilha ao inglês Roberto Machim e o reconhecimento e ocupação aos marinheiros do infante,

2. **Diogo Gomes** considera o feito como iniciativa do piloto português Afonso Fernandes, mantendo o povoamento como uma tarefa henriquina,

3. Gomes Eanes de **Zurara**(-/1473) atribui a João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz a tripla missão de achamento, reconhecimento e ocupação,

4. **Cadamosto** deixa vaga a referência à autoria, sendo claro apenas quanto aos povoadores.

O debate começou no século XIX tendo como ponto de partida o estudo de Álvaro Rodrigues de Azevedo[1873] e deu origem a várias teses sobre o descobrimento da Madeira. Não obstante, o vasto número de estudos existentes que, de um ou de outro modo, abordam a questão, é de salientar que todos se orientam de acordo com quatro ideias-base, que resumem toda a informação e fundamento do problema:

TESE TRECENTISTA: apresentam os seus defensores ao conhecimento quatrocentista a prova documental e cartográfica do achamento no século XIV. Divergem entre si, quanto à autoria das expedições que conduziram ao conhecimento do arquipélago. Assim, para uns, a descoberta deveu-se a genoveses, catalães ou venezianos; outros apontam as mesmas expedições, mas ao serviço da coroa portuguesa, o que valoriza a iniciativa nacional do empreendimento.

TESE QUATROCENTISTA: os que argumentam, a partir de Zurara, João de Barros e Gaspar Frutuoso, considerando o arquipélago descoberto pelos portugueses no século XV, e destacam a acção de Zargo e Tristão Vaz e o infante D. Henrique.

TESE DE MACHIM: os que defendem, em complemento da segunda tese, que o conhecimento do arquipélago resultou da viagem ocasional de Robert Machim.

O DIA DO DESCOBRIMENTO

Segundo Gaspar Frutuoso o descobrimento da ilha da Madeira teve lugar a 1 de Julho de 1419, desembarcando os portugueses na baía de Machico no dia seguinte, então o dia da visitação de Santa Isabel. Esta data é questionável à luz do calendário, uma vez que em 1419 o dia 2 de Julho não foi um domingo, como o pretende afirmar Gaspar Frutuoso. Em 1590, uma das datas apontadas para a redacção do livro sobre a Madeira, o dia 2 de Julho coincide com um domingo o que poderá ter levado o autor a semelhante equívoco.

De acordo com um documento de 1813 o 10 de Agosto é *"dia celebre na mesma ilha por ser aniversario do seu descobrimento"*.

"No tempo do infante D. Henrique, uma caravela correndo com tormenta viu uma ilha pequena, a qual está próxima da Madeira que se chama Porto Santo, não povoada.(…) E voltou a caravela anunciando ao infante a terra descoberta, (…). Pouco tempo depois mandou o senhor infante uma caravela para visitar e examinar a ilha descoberta de Porto Santo, onde foi o piloto Afonso Fernandes de Lisboa, e encontraram ela. E passaram além direitamente à ilha agora chamada de Madeira, e perto daí outra ilha agora chamada Deserta.(….)"
[Diogo Gomes, "As Relações do Descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde", *Boletim da Sociedade de Geografia*, 1898-1899. ed. de Gabriel Pereira]

"Em casa do Infante havia dois escudeiros nobres de criação daquele senhor, homens mancebos para muito, os quais depois da vinda que o infante fez do descerco de Ceuta,… requereram que os aviasse como pudessem fazer de suas honras, como homens que o muito desejavam, parecendo-lhes que seu tempo era mal disposto se não trabalhassem alguma coisa por seus corpos.

Vendo o infante suas boas vontades lhes mandou aparelhar uma barca, em que fossem de armada contra os mouros, encaminhando-os como se fossem em busca de terras da Guiné, a qual ele já tinha vontade de mandar buscar. E como Deus queria encaminhar tanto bem para este reino e ainda para outras muitas partes assim que com tempo contrário chegaram na ilha que agora se chama de Porto Santo, que é junto com a ilha da Madeira, na qual pode haver sete léguas em roda.

E tornando dali para o reino falaram sobre isso ao infante contando-lhe a bondade da terra e o desejo que tinham acerca de sua povoação, de que o infante muito prouve, ordenando logo como pudessem haver as coisas que lhe cumpriam para se tomar a dita ilha.
[Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto,1973, pp.345-351]

"E andando assim neste trabalho de se encaminharem para partir, se juntou à sua campanha Bartolomeu Perestrelo, um fidalgo que era da casa do infante D. João, os quais tendo todas as suas coisas prestes, partiram em viagem da dita ilha."
[Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Porto, 1937, cap.CXXXII]

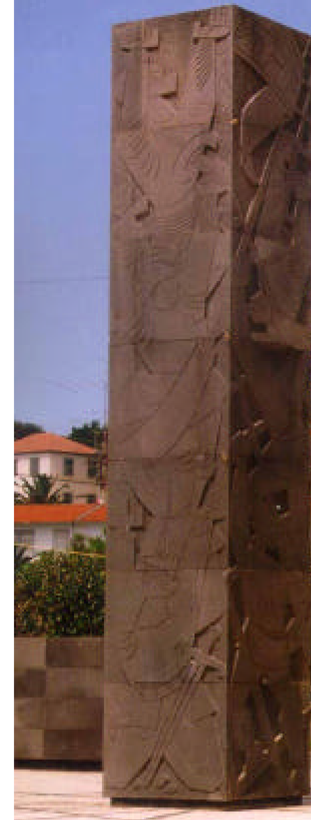
"Esta ilha do Porto Santo (…) foi descoberta há vinte e sete anos pelas caravelas do sobredito senhor infante, que a fez habitar por portugueses. Nunca dantes fora habitada.
Esta ilha da Madeira mandou-a o dito senhor infante só de há vinte e quatro anos para cá, e nunca foi dantes habitada".
[Alvise Cadamosto, Navegações, in Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I]

TESE ECLÉTICA: os que buscam uma opinião de consenso entre as várias fontes e versões, perfilhando soluções intermédias, ou reforçando as dúvidas. Uns procuram conciliar as fontes trecentista com as que apontam apenas para o século seguinte, concluindo por um processo contínuo de conhecimento ou reconhecimento e divulgação na Europa. Outros defendem a ideia de um conhecimento desde tempos antigos. No entanto, concordam, ainda que parcialmente, com as restantes versões, buscando nelas a informação necessária para a sua fundamentação.

A partir desta informação, consignada nos textos dos cronistas, encontrou a Historiografia os meios para fundamentar a tese do descobrimento do arquipélago.

Desde o primeiro estudo de Álvaro Rodrigues de Azevedo (1873) até às mais recentes publicações, poderemos estabelecer duas formas de encarar a questão. Para uns o seu conhecimento sucedeu no século XIV, como resultado das expedições portuguesas às Canárias, sendo prova disso os portulanos da época, ou a aventura de Roberto Machim. Outros, baseados nos textos de Zurara, João de Barros e Gaspar Frutuoso, afirmam que o descobrimento ocorreu no século quinze por iniciativa de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz.


Local do primeiro desembarque, na Madeira, de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz


Monumento Evocativo do descobrimento do Porto Santo
Escultura de António Aragão.(1960)



Camponeses. Gravura de William Combe. 1821

POVOAMENTO
e / ou
COLONIZAÇÃO

A acção portuguesa na década de 20 do século XV deve ser entendida como um processo de povoamento, e nunca de colonização, pois estamos perante uma porção de terra desabitada cuja paisagem foi humanizada apenas com a entrada de portugueses.

Esta singularidade do processo favoreceu a ocupação portuguesa permitindo o ensaio de técnicas, produtos e formas de organização do espaço, livres de qualquer entrave humano.

Os resultados foram de tal modo profícuos que o exemplo madeirense teve um lugar relevante na expansão peninsular, sendo a referência ou modelo para as experiências de povoamento que se seguiram.



Casa de palha. [Museu de Photographia Vicentes]

A ocupação e o povoamento

O **povoamento** e o processo de valorização económica da Madeira destacam-se, no contexto da expansão europeia, como o primeiro ensaio de processos, técnicas e produtos que serviram de base à afirmação dos portugueses no espaço atlântico. Aqui foram lançadas as bases sociais e económicas daquilo do mundo atlântico.

A forma de ocupação e valorização económica da Madeira foi ao encontro das solicitações da conjuntura interna do Reino e do espaço oriental do Atlântico, surgindo como resposta à disputa das Canárias e à necessidade de encontrar um ponto de apoio para as operações ao longo da costa africana. Zurara faz eco disso ao referir que as embarcações portuguesas faziam escala obrigatória na Madeira, onde se proviam de *"vitualhas nas ilhas da Madeira, porque havia aí já abastança de mantimentos"*.

Os testemunhos dos cronistas são taxativos quanto à inexistência de população sob o solo madeirense. Assim, para além das referências à abordagem do Porto Santo por castelhanos que aí faziam carnagem, vindos das Canárias, e da presença de Machim na baía de Machico, nada mais indiciava quanto a uma preocupação anterior de humanização destas ilhas. Cadamosto afirma mesmo "*que fora até então desconhecida"* e que "*nunca dantes fora habitada*". Idêntica é a opinião de Jerónimo Dias Leite ao referir que perante os navegadores se deparava uma "*terra brava e nova, nunca lavrada, nem conhecida desde principio do mundo até àquela hora*".

Todos os autores coevos que se ocupam do tema são unânimes em considerar o povoamento da Madeira como obra portuguesa, tendo como dirigente o infante D. Henrique, apoiado em João Gonçalves Zarco, com ou sem a colaboração de Tristão Vaz.

Para os cronistas tudo começou no Verão de 1420 com a expedição comandada por João Gonçalves Zarco que tinha como objectivo dar início à ocupação da ilha. Acompanhavam-no Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo e alguns homiziados que *"queriam buscar vida e ventura foram muitos, os mais deles do Algarve"*, segundo afirmam Jerónimo Dias Leite e Gaspar Frutuoso.

Com a distribuição das terras pelos três povoadores, as ilhas do Porto Santo e Madeira ficaram divididas em três capitanias. O Porto Santo, por ser uma ilha pequena ficou entregue na totalidade a Bartolomeu Perestrelo, enquanto a Madeira foi separada em duas por uma linha traçada em diagonal entre as Pontas da Oliveira e do Tristão. A vertente meridional, dominada pelo Funchal ficou quase toda em poder de João Gonçalves Zarco, enquanto a restante área incidindo na costa norte era para Tristão Vaz Teixeira.

No Porto Santo surgiram problemas no início. Os inúmeros coelhos e as condições pouco propícias do meio não favoreceram

o processo. De acordo com Gaspar Frutuoso a ilha do Porto Santo era *"pequena, mas fresca (...) não tem boas águas, por ser seca e de pouco arvoredo"* enquanto a Madeira era o inverso, sendo caracterizada pela *"fertilidade e frescura (...) e das muitas ribeiras e fontes de água"*.

Povoações

O povoamento na Madeira alastrou rapidamente a toda a costa meridional, levando à criação de outros lugares de fixação em **Santa Cruz**, **Câmara de Lobos**, **Ribeira Brava**, **Ponta do Sol** e **Calheta**.

Zurara refere-nos um primeiro núcleo de 150 casais a que se juntaram outros, como mercadores, homens e mulheres solteiros e mancebos. Já Cadamosto nos dá conta de 800 homens, destacando os principais núcleos de povoamento: Machico, Funchal, Santa Cruz e Câmara de Lobos.

As dificuldades da orografia da ilha não travaram o processo, a elevada fertilidade do solo e a pressão do movimento demográfico foram motivos de forte atracção. Aos primeiros obreiros e cabouqueiros seguiram-se diversas levas de homens livres e surgiu a necessidade de procurar escravos na costa africana para acudir a tamanha tarefa de preparação dos terrenos.

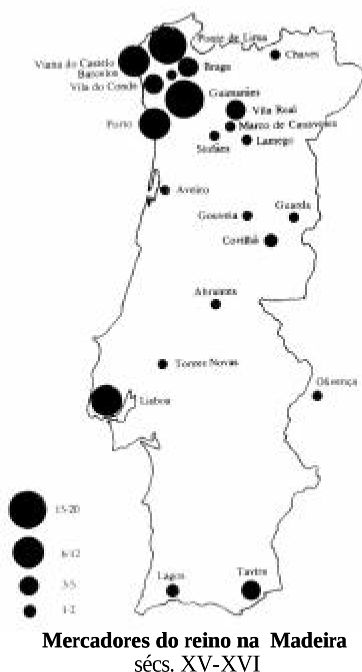
A costa norte tardou em contar com a presença de colonos, contribuindo para isso as dificuldades de contacto por via marítima e terrestre. Mesmo assim já na década de 40 refere-se a presença de gentes em S. Vicente, uma das primeiras localidades do Norte a merecer uma ocupação efectiva.

O progresso do movimento demográfico liga-se de forma directa com o nível de desenvolvimento económico da ilha e reflectiu-se na estrutura institucional. A criação de novos municípios, paróquias e a reforma do sistema administrativo e fiscal são resultado disso. Ao nível religioso, deu-se o desmembramento das primitivas paróquias das três capitanias com o aparecimento de novas: Santo António, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Arco da Calheta e Santa Cruz. No campo administrativo tivemos os primeiros juizes pedâneos de Câmara de Lobos e Ribeira Brava e, depois, os municípios da Ponta do Sol (1501) e Calheta (1502).

A economia açucareira, entre meados do século XV e da centúria seguinte, foi responsável por uma forte atracção de forasteiros, motivando-os a fixar-se no novo espaço. E aqui é evidente a macrocefalia do Funchal, que se afirmou desde o início como o principal centro populacional. Um dos principais reflexos desta situação está na criação de novas paróquias na segunda metade do século XVI, fruto das reclamações dos párocos e moradores.

A Ilha do Porto Santo só progrediu nos primeiros anos de ocupação. A praga fos coelhos, os escassos recursos e as insistentes invasões de corsários não foram propícias à fixação de colonos. Os corsários argelinos na primeira metade do século XVII contribuíram para o seu quase total despovoamento, pois só em 1617 foram levados cativos novecentos habitantes da ilha.

O crescimento da população foi uma constante do arquipélago, actuando em qualquer dos momentos a emigração como válvula de escape e definidora do



Mercadores do reino na Madeira
sécs. XV-XVI

TOPONÍMIA

FUNCHAL: "...formoso vale,... sem haver outro género de arvoredo, senão muito funcho..... E pelo muito funcho que nele achou, lhe pôs nome o Funchal,.."

SANTA CRUZ: "...em uma formosa angra..., acharam em terra uns cepos velhos derribados do tempo, dos quais mandou o capitão fazer uma cruz, que logo fez arvorar em um alto de uma árvore, dando nome ao lugar de Santa Cruz."

CÂMARA DE LOBOS: "... a natureza fez uma grande lapa, a modo de câmara de pedra e rocha viva; ...onde acharam tantos lobos marinhos,.. pelo que deu nome a este remanso Câmara de Lobos"

RIBEIRA BRAVA: "... a que deu nome Ribeira Brava, pela água que corria neste lugar que aqui depois se fundou,..."

PONTA DO SOL: "...e, porque na rocha, que está sobre a ponta, se enxerga de longe e se vê claro uma veia redonda na mesma rocha com uns raios que parece Sol, deu-lhe nome o capitão a Ponta do Sol."

CALHETA: "... foram dar em uma grande abra,... fazendo ali à mão um desembarcadouro, a que o capitão pôs nome de Calheta"

[Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979]

"Tendo esta ilha somente dezoito léguas de comprimento, e na parte mais larga cinco, até seis, sendo a maior parte desabitada, pela aspereza da sua situação, se acham nela quarenta e duas freguesias, em que residem, de quinze anos para cima, vinte mil e trezentos e quinze homens, e de sete até aquela, três mil quarenta e seis; mulheres também de quinze anos para cima vinte e quatro mil e duzentas, menores de quinze anos até sete, duas mil seiscentas e oitenta e duas, não podendo até agora saber distintamente os que vão daqui para baixo. Não tem toda esta multidão de gente sustento, que apenas para um quarto do ano, sendo a miséria neles extrema, perecendo grande parte por esta causa." [1754/Outubro/1: Relatório do Governador Manuel de Saldanha Albuquerque para o Rei D. José I, in Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira*, cx.1, nº.48]

População da Madeira por concelhos

Concelho	**1911**	**1950**	**1981**
Calheta	20357	24078	12954
C. de Lobos	16455	27420	31035
Funchal	50065	93983	112746
Machico	13983	22218	22126
Ponta Sol	13212	13735	9149
Porto Moniz	4404	6422	3963
Porto Santo	2206	3017	4376
Ribeira Brava	10603	20762	13480
Santana	10127	15543	11253
Santa Cruz	20027	28070	23261
S. Vicente	8597	12521	8501
Totais	**170036**	**267769**	**252844**

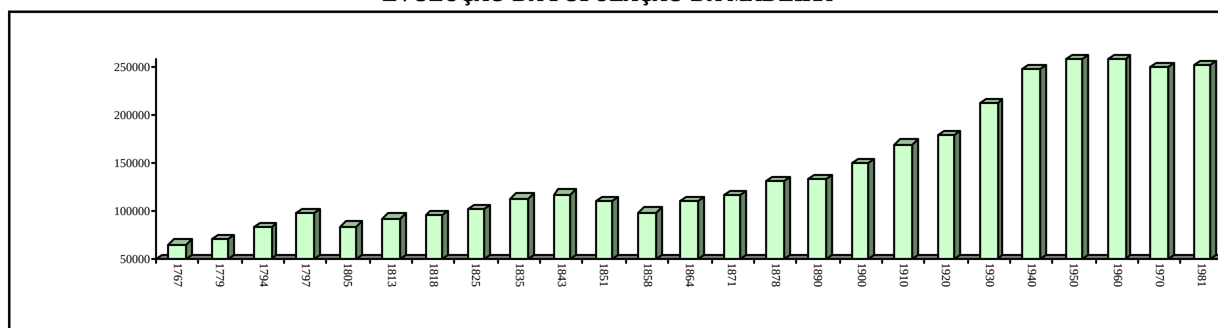
necessário equilíbrio. Esta situação está expressa na reclamação constante quanto à escassez de recursos para suprir este crescimento da população. Na segunda metade são mais evidentes estas condições. Assim, em 1752 a Câmara do Funchal reclamava que a ilha tinha apenas alimento para 20.000, quando se apresentava com 50.000. Passados dez anos o **governador** anota a saída de alguns madeirenses para o reino, pois pelo "excesso de população não logravam encontrar meios de subsistência.". Esta conjuntura condicionou o ritmo de crescimento da população. Mesmo assim a população entre princípios do século XVII e meados da centúria seguinte triplicou.

O final do século XVIII foi ainda um momento de crescimento populacional, mas a viragem para o novo século condicionou um curto movimento regressivo seguido de uma curva ascendente até 1851. A crise dos anos quarenta e o impacto do oídio em 1852 e da filoxera em 1872, duas pragas que afectaram as vinhas causando graves problemas à economia madeirense da época, provocaram o surto de emigração que terá reflexos na população residente.

A partir dos anos sessenta do século XIX retoma-se um movimento ascendente que só será travado ao fim de cem anos, altura em que se atinge 244% de crescimento. O salto mais significativo ocorreu nas décadas de trinta e quarenta do século XX. E isto é tanto mais significativo pelo facto de ter ocorrido no período da 2.ª guerra mundial. Esta situação também não deve ser alheia à criação de centros de sanidade rural que contribuíram para a quebra da mortalidade infantil. A estabilização dos valores a partir dos anos sessenta será fruto do incremento da emigração rumo a diversos destinos.

A partir daqui inicia-se a curva descendente, que se torna evidente na década imediata. Apenas nas duas ultimas décadas se nota uma ligeira subida, com tendência para a estabilização. Esta situação ganha importância se tivermos em conta que os valores da emigração são reduzidos ao mesmo tempo que se denota uma tendência para o retorno, sobretudo das ex-colónias. As medidas no sentido do controle da natalidade e a tendência das famílias para apenas um ou dois filhos, são as razões básicas que explicam esta viragem do movimento demográfico madeirense em finais do século XX.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA MADEIRA





Cavadores. Gravura do séc. XIX



Til milenar no Montado do Sabugal na Fajã da Nogueira

A data de início do povoamento: 1420-1425-1433

Não há consenso quanto à data em que o solo da ilha começou a ser desbravado pelos primeiros colonos europeus. Alguns cronistas e a tradição são unânimes em afirmar o ano de 1420.

O infante D. Henrique declarava em 1460: *"comecei a povoar a minha ilha da Madeira haverá ora XXXV anos..."*, isto é, a partir de 1425 ele iniciara o povoamento da ilha. Mas, na doação régia de 1433, o monarca afirmara *"que agora novamente o dito infante por nossa autoridade povoa"*. Quererá isto dizer que o infante só nesta data ele assumiu o comando do processo ? Não. Pelo menos esta não é a opinião do Infante, que nas cartas de doação das capitanias apresenta João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo, como os primeiros povoadores por seu mandado.

Só podemos falar de povoamento a partir de 1425 ou 1433, contrariando a opinião dos cronistas ? A resposta parece ser também negativa, à luz do que nos dizem os documentos:

- sentença do Duque D. Diogo de 6 de Fevereiro de 1483 refere que *"podia haver cinquenta e sete anos, pouco mais ou menos, que a essa ilha fora João Gonçalves Zargo, capitão que fora nessa ilha, levando consigo sua mulher e filhos e outra gente..."*,

- sentença de Diogo Pinheiro, vigário de Tomar em 1499, afirma-se: *"poderá bem haver oitenta anos que a dita ilha era achada pouco mais ou menos e se começara a povoar"*.

A última versão é corroborada em 27 de Julho de 1519 por acórdão da Câmara do Funchal em que se dá conta do início do povoamento há cem anos atrás.

Os documentos abonam diversas versões. O primeiro coincide com a data apontada pelo infante, o segundo corrobora os cronistas.

Face a esta divergência de datas, a única conclusão possível é que o povoamento efectivo terá começado a partir de finais do primeiro quartel do século XV.



ZARCO, João Gonçalves (1395?-1467/1472?)

Escudeiro da casa do infante, armado cavaleiro em Tânger, evidenciou-se como o principal obreiro do reconhecimento e ocupação do arquipélago. Antes foi corsário nas águas ribeirinhas da costa algarvia e o primeiro a utilizar a bordo uma peça de artilharia, o trabuco.

Terá nascido em 1395 em Tomar, filho de Gonçalo Esteves Zarco e de D. Brites. Esta era filha de João Afonso, vedor da fazenda régia que teve o encargo de orientar o povoamento da Madeira. Casou com Constança Rodrigues, de quem teve os seguintes filhos: João Gonçalves da Câmara, Rui Gonçalves da Câmara, Garcia Rodrigues da Câmara, Helena Gonçalves da Câmara, Isabel Gonçalves da Câmara e Catarina Gonçalves Da Câmara.

Ao receber, a 1 de Novembro de 1450, das mãos do Infante a posse da capitania, e dez anos depois a carta de armas (4 de Julho de 1460), via coroadas as suas façanhas no mar, nas praças de África e na ocupação da ilha. Morreu com idade avançada, talvez em 1467 ou em 1472, segundo outros, deixando aos descendentes um vasto património. Os restos mortais repousam hoje no Convento de Santa Clara, sendo para aí trasladados da primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição de Cima, pelo filho varão.

Zarco, ao contrário do que afirma a tradição não é alcunha resultante do facto de ser torto de um olho ou de ter morto no Norte de África um mouro com esse nome, mas sim apelido.

A partir de 1460, com a carta de armas, deixou de usar o apelido Zarco passando a chamar-se João Gonçalves da Câmara de Lobos, perdendo com o tempo a parte final do título.



VAZ, Tristão(1390-1470)

Primeiro escudeiro, depois cavaleiro da casa do Infante. Foram as façanhas africanas que lhe valeram o último título e a notoriedade que o levou a ser conhecido simplesmente pelo nome de Tristão ou Tristão da Ilha.

Por sua iniciativa armou uma caravela para o reconhecimento e povoamento da Madeira, tendo depois recebido em recompensa a posse da capitania de metade da ilha, conhecida como de Machico, por carta de 4 de Maio de 1440.

Casou no reino com D. Branca Teixeira, de que teve quatro filhos e oito filhas. O varão, Tristão Teixeira, ficou conhecido pela sua arte de galantear as damas, o que lhe valeu o epíteto de Tristão das Damas.

Pai e filho atribuíram pouca importância à administração da capitania, empenhando-se mais nas façanhas bélicas e nas diversões de carácter militar.

Um e outro ficaram conhecidos pela prepotência do seu governo, sendo célebre o caso do castigo infligido a Tristão Barradas que o levou à perda para seu filho da capitania e ao degredo, sendo perdoado por carta de 17 de Fevereiro de 1452. Depois disto abandonou a capitania e passou a viver no Algarve, onde viria a morrer em Silves, com mais de oitenta anos.

Segundo Henrique Henriques de Noronha (1722) "viveu 80 anos, governou 50, e faleceu em Silves no ano de 1470."



Selo alusivo a Bartolomeu Perestrelo da Colecção Navegadores Portugueses.

PERESTRELO, Bartolomeu (1400/1458)

Fidalgo de ascendência italiana, cavaleiro da casa do Infante D. João e depois do Infante D. Henrique.

A ligação ao arquipélago inicia-se apenas com a segunda viagem em que foi encarregado do comando do povoamento da ilha de Porto Santo, de que recebeu a capitania a 1 de Novembro de 1446.

Bartolomeu Perestrelo casou por três vezes: a primeira com D. Margarida Martins, a segunda com D. Brites Furtado de Mendonça e a terceira com D. Isabel de Moniz

Esta família está ligada ao descobrimento do continente americano, através de Filipa de Moniz, filha do último enlace do capitão do Porto Santo, que casou em 1480 com Cristóvão Colombo. Bartolomé de Las Casas refere que viveram algum tempo na ilha e que aí terá nascido o seu filho Diogo.

POVOAMENTO DA MADEIRA: O REI OU O INFANTE?

Uma das questões mais debatidas nos primórdios da História da Madeira prende-se com o protagonismo do rei D. João I e do infante D. Henrique no processo de (re)descobrimento e ocupação das ilhas do arquipélago.

A leitura das crónicas leva-nos a concluir que tudo começou sob a orientação da coroa. De todas, a mais esclarecedora é a "Relação de Francisco Alcoforado" que diz ter o infante ordenado a João Gonçalves Zarco que "fosse logo a El Rei a Lisboa". E foi o rei quem mandou preparar as embarcações para a viagem de reconhecimento da ilha como depois do povoamento. Em 1443 D. Duarte reclamava a sua intervenção referindo as ilhas "que agora novamente o dito infante per nossa autoridade povoa".

O próprio infante D. Henrique testemunha o protagonismo de seu pai ao afirmar em 1460 que "Por serviço de El-Rei meu senhor e padre de virtuosa memória, (...) comecei a povoar a minha ilha de Madeira haverá ora XXXV anos, E assim mesmo a de Porto Santo e daí prosseguindo a deserta (...)". O infante diz que só em 1425 tomou conta do processo, enquanto a documentação estabelece o ano de 1433 como o de início desta intervenção e direito como senhor da ilha.

Esta ideia contraria outra veiculada pelo próprio Infante nas cartas de doação das capitanias de Madeira e Porto Santo. Em 1440 ao conceder a posse da capitania de Machico a Tristão Vaz declara que este havia sido "um dos primeiros que por seu mandado fora povoar as ditas ilhas". O mesmo surge quanto ao Porto Santo em 1446 e ao Funchal em 1450. Neste último caso o infante considera João Gonçalves Zarco como "o primeiro que por seu mandado povoara a ilha". D. Afonso V, em 1454, tem outra opinião ao afirmar que "por serviço de Deus e nosso conquistou e povoou" as ilhas de Madeira e Porto Santo. Em 1461 reafirma que João Gonçalves Zarco fora o primeiro povoador aí enviado pelo infante. Esta ideia é expressa, mais tarde, pelo capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara: "esta ilha era uma horta do senhor infante e ele pôs e trouxe a semente e plantou estas canas e a deu a toda a ilha à sua própria custa (...)". Isto contraria a ideia defendida por alguns de que a coordenação desta tarefa pertenceu ao rei, por intermédio do vedor da fazenda João Afonso.

De concreto apenas se sabe que foi no uso dos plenos poderes conferidos pela doação de 1433 que o infante D. Henrique distribuíu, a partir de 1440, as terras do arquipélago àqueles que haviam procedido ao reconhecimento delas e que seriam os seus capitães.



Infante D. Henrique. Estátua de Leopoldo de Almeida, inaugurada a 28 de Maio de 1947. Rotunda do Infante, Funchal



D. João I (1357-1433)

É o fundador da Dinastia de Avis. Filho bastardo de D. Pedro I e de Teresa Lourenço. Foi aclamado rei pelo povo em 23 de Dezembro de 1383, face à crise dinástica gerada com a morte de D. Fernando.

Enfrentou as pretensões castelhanas com uma violenta guerra em que saiu vencedor na batalha de Aljubarrota em 1385. Todavia para afrontar a permanente pressão castelhana nas fronteiras foi forçado a celebrar um tratado com a Inglaterra em 1386. Daqui resultou o seu casamento com D. Filipa de Lencastre.

A partir de 1412 associou o filho herdeiro ao governo da coroa. Em 1415 iniciou a política de conquista e descobrimento fora do espaço peninsular.



Capela de Santa Catarina mandada construir por Constança Rodrigues, mulher de João Gonçalves Zarco

SESMARIA: é sinónimo de terreno abandonado que se entrega a alguém para cultivar.

Na Idade Média entendia-se como o processo de repartição de terrenos incultos para os tornar produtivos.

A primeira lei de Sesmarias foi promulgada por D. Fernando em 1375, seguindo-se novas leis em 1427 e 1436, respectivamente por D. João I e D. Duarte.

"(...) que as ditas terras lhe sejam somente dadas forras sem pensão alguma, àqueles de maior qualidade e a outros que possanças tiverem para as aproveitarem, e aos de menor que vivam de seu trabalho e de cortar e talhar madeiras e das criações de gados e as terras serão repartidas pelos capitães, e as aproveitarão em dez anos, e somente lhe será dada a terra que razoadamente eles nos ditos anos possam aproveitar".[capítulo de ordenação sobre a concessão de terras, inserto em Carta de confirmação de 7 de Maio de 1493, publ. in J. Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, supl. Ao vol. I, Lisboa, 1988, p.109]

FORO: tem um duplo sentido: tributo pago por quem detém o domínio útil da terra e poder de julgar ou a própria jurisdição que lhe é acometida. Aqui deve ser entendido de acordo com o último significado

FORAL: ou carta de foral, é uma carta dada pelo rei ou senhorio em que se estabelece a forma de administração, os tributos a pagar e os privilégios de um concelho.

A distribuição das terras

A primeira missão acometia aos capitães foi a de proceder à distribuição de terras no sentido de se proceder ao seu aproveitamento agrícola. E foi isso que aconteceu logo na segunda viagem.

Uma das prerrogativas das suas funções era a possibilidade de reservar para si e familiares algumas das terras de **sesmarias**. Segundo Francisco Alcoforado, João Gonçalves Zarco apropriou-se do alto de Santa Catarina, no Funchal e das terras altas de Câmara de Lobos. Na Calheta tomou duas lombadas para os seus filhos João Gonçalves e Beatriz Gonçalves.

De acordo com o capítulo de uma carta régia, João Gonçalves Zarco foi incumbido de proceder à distribuição de terras, conforme o regulamento entregue. Estes capítulos definem a condição social dos agraciados e estabelecem um prazo alargado para o seu aproveitamento. Assim as terras serão entregues de acordo com as seguintes condições:

1. os vizinhos de mais elevada condição social e possuidores de proventos recebem-nas sem qualquer encargo,

2. os pobres e humildes que vivem do seu trabalho apenas as conseguem mediante condições especiais, só adquirindo as terras que possam arrotear com a obrigatoriedade de as tornar aráveis num prazo de dez anos.

Estas cláusulas favoreceram a posição fundiária dos primeiros povoadores e contribuíram para o aparecimento de grandes extensões que mais tarde foram vinculadas.

A partir de 1433, com a doação do senhorio das ilhas ao infante D. Henrique, foi-lhe atribuído o poder de distribuir terras, mas *"sem prejuízo de forma do* ***foro*** *por nós dado às ditas ilhas em parte nem em todo nem em alheamento do dito foro"*, o que comprova mais uma vez que a primeira iniciativa e regulamento de distribuição de terras coube ao monarca.

O Infante, fazendo uso destas prerrogativas, delegou tais poderes nos capitães. Sabe-se por informações indirectas que o foral henriquino confirmava as ordenações régias e estipulava que as terras deveriam ser distribuídas por um prazo de cinco anos, findo o qual caducava o direito de posse e a possibilidade de renovar a concessão. Confrontadas estas condições com as estabelecidas pelo monarca, notam-se alterações significativas no regime de concessão de terras. Desapareceu a diferenciação social dos agraciados e o período obrigatório para as tornar aráveis foi reduzido para cinco anos. A pressão do movimento demográfico aliada à rarefacção de terras para distribuir, condicionaram a mudança.

O sistema de propriedade é resultado da forma de distribuição de terras e, depois, das possibilidades de acesso por nova doação, venda, troca ou casamento.

Todas as doações de terras eram feitas de acordo com normas estabelecidas pela coroa e seguiam o modelo definido para o repovoamento da Península. Aqui, para além da condição social do contemplado, das indicações, por vezes imprecisas, da área de cultivo e para erguer benfeitorias, estabelecia-se também o prazo para as arrotear. Outra condição imprescindível para quem quer que fosse adquir o estatuto de povoador com posse de terras, estava na obrigatoriedade de residência até cinco anos, no estabelecer casa e, para os solteiros, o necessário casamento. Isto revela que a distribuição de terras foi o principal meio de fomentar o povoamento das ilhas.

O sistema de concessão de terras de sesmaria e a legitimação da posse geraram vários conflitos, que implicaram a intervenção legislativa do senhorio ou o arbítrio do ouvidor. Em 1461, os madeirenses reclamaram contra a redução do prazo para aproveitamento das terras de sesmaria, dizendo que estas eram "bravas e fragosas e de muitos arvoredos". Contudo, o Infante D. Fernando não abdicou do foral henriquino e apenas concedeu a possibilidade de alargamento do prazo mediante análise circunstanciada de cada caso pelo almoxarife. Passados cinco anos, os mesmos contestaram de novo o regime de concessão de terras de arvoredos e modo de as desbravar, pelos efeitos nefastos que causava à safra açucareira. Perante tal reclamação, o senhorio ordenou aos capitães e almoxarifes que cumprissem os prazos estabelecidos e que fosse interdito o uso do fogo. No entanto, em 1483, o capitão de Machico continuava a distribuir de sesmaria os montes próximos do Funchal, com excessivo prejuízo para os lavradores do açúcar e, por isso, D. Manuel repreendeu-o, solicitando que tais concessões deveriam ser feitas na presença do provedor. Finalmente, em 1485, o mesmo proibiu a distribuição de terras de sesmaria nos montes e arvoredos do norte da Ilha, para em princípios do século XVI, como se vê em documentos de 1501 e 1508, acabar definitivamente com o regime de sesmaria; a única ressalva eram as terras que pudessem ser aproveitadas para canas e vinha.

As reclamações dos moradores e as consequentes medidas do senhorio atestam os efeitos da pressão do movimento demográfico sobre a política de distribuição de terras. As facilidades da década de 20 acabam na década de 60 com medidas limitativas, como forma de preservar o pascigo de usufruto comum e de apoiar os principais proprietários de canaviais, cuja exploração dependia da existência dos referidos montes e arvoredos.

"(...) Eu João Gonçalves Zargo (...) dou e confirmo deste dia para todo sempre a Gil Gonçalves morador na ilha uma terra para ele haver de aproveitar.(...)com esta condição que ele não aproveitando a dita terra da feitura desta carta a três anos que o senhorio a dê a quem lhe aprouver(...) e lha dou a dita terra porquanto a tinha dado e aquele a quem eu a dei não a quis aproveitar nunca que pode haver sete ou oito anos." [Carta de 3 de Maio de 1447 de Concessão terras a Gil Gonçalves por três anos publ. in J. Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, supl. ao vol. I, Lisboa, 1988, p.454]

"(...) faço saber a vós João Gonçalves Zarco meu cavaleiro e do meu conselho e capitão por mim na minha ilha da Madeira na parte do Funchal e a outros quaisquer que depois vos forem por mim na dita minha ilha que perante mim pareceu Henrique Alemão cavaleiro de Santa Catarina e me mostrou uma carta por a qual vos mandava que vos lhe desses terra na ribeira da Madalena que lhe a ele e a sete ou oito lavradores bastassem para lavrar e fazer vinhas, hortas, casas, açucarais e um oratório(...) a qual terra a mim o dito Henrique fez certo que tinha aproveitada(...) lhe confirmo a dita terra e lugar a ele e a todos seus herdeiros e sucessores que desbravem e lavrem e aproveitem o dito lugar e terra aquilo que aproveitado não for até cinco anos primeiros seguintes e daí em diante tragam todo aproveitado em cada um ano em guisa que seja melhorado e não piorado(...)" [carta de 29 de Abril de 1457 de concessão e terras feita por D. Henrique a Henrique Alemão, cavaleiro de Santa Catarina, publ. in J. Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, supl. ao vol. I, Lisboa, 1988, pp.542-543]

"(...) nos praz por vos fazer mercê que em toda essa ilha se não dêem daqui em diante nenhumas sesmarias e isto enquanto for nossa mercê(...)" [Carta régia de 9 de Outubro de 1501, publ in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII, 1973, p.423]

(...)determinamos que daqui em diante se não rompa em toda essa ilha terra para se em ela se haver de lavrar e semear pão nem para outra alguma coisa somente para se fazerem canaviais para açúcar(...) porque nós temos defeso e mandado que se não dêem sesmarias(...)" [regimento régio de 18 de Agosto de 1508, publ in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIX, 1974, p.508]

"(...) me foi feita relação como a terra mui minguada de carnes e que havia muitas pessoas que folgariam de fazer criações(...) vos mando(...) que na forma acostumada deis na dita serra currais a quem os pedir assim dando a cada uma pessoa só(...)"
[Carta do duque de 22 de Junho de 1492, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, 1973, p.272]

"(...)as sesmarias perduraram até que, no século XVI, foram sendo substituídas pela nefasta instituição dos morgados, ou a vinculação da terra, surgindo então, subordinado ao morgadio, o célebre contrato de colonia peculiar a esta ilha da Madeira, o qual é uma viciação do contrato de sesmaria, mixta dos de parceria agrícola e de enfiteuse." [Álvaro Rodrigues de Azevedo, notas, in *Saudades da Terra*, Funchal, 1873, p.472]

Vínculos e Capelas na Madeira em Meados do Séc. XIX

Concelho	Capela	Vínculo
Funchal	733	62
C. Lobos	____	51
Machico	____	150
Sta Cruz	85	____
Calheta	135	66
P. Moniz	27	____
S. Vicente	____	90
Santana	101	107
R. Brava	____	87
P. Sol	47	____

[*Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, pp.69-71]

D. Manuel contrariou, em 1492, o regimento de doação de terras ao permitir que o capitão do Funchal distribuísse terras na serra para currais e cultura de cereais e nas bermas das ribeiras para a plantação de árvores de fruto.

A partir do último quartel do século XV, a evolução do movimento demográfico acompanhada da valorização das zonas aráveis com as culturas de exportação, conduziram a profundas alterações na forma de distribuição e posse das terras. Os mercados interno e externo condicionaram um maior aproveitamento do solo arroteável, tornando-se necessário o reajustamento da estrutura fundiária. O aparecimento de capitais estrangeiros e nacionais conduziu à intensificação do arroteamento das terras e provocou alterações na posse por meio de transacções por compra, aforamento e arrendamento.

O primeiro grupo de colonos é eminentemente nacional; num segundo momento surgem os estrangeiros. João Esmeraldo é um exemplo, entre muitos, de estrangeiros que, entre finais do século XV e meados do século XVI, fixaram morada nas principais áreas de canaviais da vertente meridional.

Todos eles, atraídos pelo comércio do açúcar, acabaram investindo os seus proventos em canaviais, engenhos e levadas. Estes estrangeiros, bem relacionados com a finança europeia e com os principais centros do comércio europeu, cativaram a atenção da aristocracia e burguesia insulares com quem se relacionaram por meio de laços de parentesco.

O casamento com o dote foi muitas vezes a forma de alargarem os seus domínios e de firmarem uma posição na sociedade insular. Para além do caso citado de João Esmeraldo que em 1473 aforou a Lombada da Ponta de Sol de Rui Gonçalves da Câmara por seiscentos mil réis e uma renda anual de cinquenta mil, temos outros casos como o de João Rodrigues Castelhano que segundo Gaspar Frutuoso "casou no Funchal duas filhas muito ricas e são delas agora as melhores fazendas da ilha".

Esta estratégia foi também seguida pelos madeirenses, como sucedeu com o célebre rapto de Isabel de Abreu, viúva de João Rodrigues de Noronha com quem António Gonçalves da Câmara quis casar-se à força para se apossar das fazendas da Lombada do Arco.

Vínculos e Capelas

Sendo a ilha um espaço limitado rapidamente a terra se transformou num bem escasso e que por isso mesmos os principais detentores dela usaram diversas estratégias para travar a pressão constante do movimento demográfico e de assegurar a preservação do património fundiário. Para isso socorreram-se da estratégia de vinculação da terra através de capelas e morgadios, ou então alienaram a sua propriedade útil a colonos, dando lugar a um sistema peculiar que ficou conhecido como contrato de colonia.

A fundação de uma capela, dentro de um templo já existente ou construída de raiz, fazia-se normalmente por disposição testamentária. À beira da morte estabelecia-se um conjunto de obrigações de missas, assegurando-se um terço do património para a sua manutenção. Na partilha do património imóvel estabeleciam-se por norma três partes iguais, que eram divididas entre os filhos, a mulher e capela. O cumprimento das disposições testamentárias era feito por um testamenteiro ou administrador, nornalmente o filho primogénito. Desde 1486 tivemos o juiz dos resíduos e provedor das capelas que tinha o encargo de fazer cumprir os legados estabelecidos.

A garantia da indivisibilidade da terra era ainda assegurada pela criação de morgadios. Em 1527 João Esmeraldo criou para as suas terras os morgados do Vale da Bica e do Espírito Santo que passaram a ser administrados pelos dois filhos. Este sistema de vinculação dominou o património fundiário madeirense, ficando a ilha conhecida como a região do país com maior número de morgadios. Em 1847 o governador José Silvestre Ribeiro refere que dois terços da terra da ilha estavam de morgadio e que ele foi responsável pelo estado de abandono da agricultura e de miséria da maioria da população. Já em 19 de Maio de 1863, à data da sua extinção, temos 659 vínculos, isto depois de uma outra lei de 9 de Setembro de 1769 ter extinguido os pequenos morgadios e de outros terem desaparecido por sentença, em falta de rendimento para a sua manutenção.

O contrato de colonia

O contrato de colonia demarca-se na história da ilha como um dos aspectos mais peculiares e difíceis de enquadramento sócio-jurídico. Não é um contrato de arrendamento, parceria agrícola, ou uma forma de colonato voluntário ou contrato enfitêutico, mas sim um sistema distinto que surge na Madeira na forma mais original entre os séculos XVII e XVIII.

A diferença das demais situações é o facto de existirem duas formas de propriedade útil (da terra e das benfeitorias) e do vínculo ser sem prazo definido. A situação guiava-se exclusivamente pelo direito consuetudinário e definia um vínculo perpétuo entre ambas as partes, o que fez com que chegasse até aos nossos dias. O proprietário do terreno recebia uma parte dos produtos da colheita, enquanto o colono, dono das benfeitorias nele realizadas, tinha o encargo de as cultivar, recebendo por tudo isto a outra parte dos produtos da terra.

As opiniões dividem-se quanto à sua origem. Para uns é resultado da evolução do regime de sesmarias. Outros apontam-no como fruto de circunstâncias económicas e sociais da história Madeirense. A crise açucareira da primeira metade do século XVI foi responsável pelo absentismo dos proprietários, mas o progresso da

"E quero que por morte da dita minha neta, Antónia do Amor Divino, fique a dita terça para todas as minhas netas freiras socorrerem suas necessidades; e por morte da última ficará a dita terça ao meu descendente da minha linha e sexo e nesta forma de sucessão andará até o fim do mundo sem se poder dividir, nem alhear, seguindo-se em tudo a lei do reino na matéria dos morgados." [Testamento de D. Francisco Soares de Cisneiros de 1 de Junho de 1527, publ., in José Manuel de Azevedo e Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico(séculos XV a XVII)*, vol. I, Funchal, 1995, pp.1984-195]

"Todo o terreno desta ilha, com pouquíssimos, ou talvez nenhumas excepções, têm três donos; o primeiro, é o directo senhorio, quando há emprazamento, o que raras vezes acontece; no segundo, o senhorio útil, enquanto não cai em omisso, o que também sucede, com a mesma raridade; o terceiro é o colono que cultiva de meias, que quanto ao meu entender tira o mais lucro, porque come e cria todo o ano de que não paga meação, porque só a deve dos géneros da colheita, bem assim como o dízimo, (...). O Colono além das utilidades ditas, tem o direito de retenção e conservação pelas benfeitorias, que não outra coisa mais que paredes, que sustentam as terras, ou tabuleiros de vinha, para não serem levados pelas águas das grandes chuvas, (...)"[doc. de 1813, Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, nº.3281]

"Geralmente as terras cultivadas nesta ilha tem dois proprietários, um do solo, a que chamam senhorio, e outro das benfeitorias, a que chamam caseiro, ou lavrador, o qual fazendo toda a despesa do custeamento, da parte com o senhorio a metade de seus frutos, sendo bem feliz quando a metade, que lhe fica paga a sua despesa e trabalho, do qual tudo depende, (...)" [Doc. 1826, ANTT, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, nº.764, pp..95]

"será obrigado o dito caseiro a morar e assistir na dita fazenda com sua mulher como também será obrigado a conservar todo o ano uma horta e a mandar dela todos os sábados à tarde couves e mais hortaliças à casa do senhorio e assim mais será obrigado a receber um porco que o senhorio lhe entregará para lhe criar de meias todos os anos(...) e além de tudo isto fará como bom caseiro dando todas as vezes que ele senhorio quiser ir para o campo um homem ou os que puder para as redes como os mais caseiros costumam fazer". [Escritura de 11 de Dezembro de 1735, publ. por Jorge Valdemar Guerra, A colonia na Madeira , in *Islenha*, 9, 1991, pp..99-100]



Senhorio de visita ao caseiro, Séc. XIX.
[Museu de Photographia Vicentes]

"(...) que ele senhorio dava umas terras, no serrado grande, no Caramamchão, freguesia de Machico, de partido de três para ele e sua mulher, seus herdeiros e sucessores, com a obrigação dele João de Sousa amanhar metade do serrado de vinha e árvores de fruto, em tempo de 4 anos, e tudo criar e beneficiar à sua custa e despesa, sendo tudo criado, e daí em diante lhe fazer cada um ano as benfeitorias necessárias sempre à sua custa e despesa, por tal ordem e maneira, que se não perca nenhuma coisa das novidades dela se houver de colher, por falta de benefício.

Que de tudo que nosso Senhor Deus lhe der será ele João de Sousa obrigado a lhe pagar o terço, e não colherá coisa alguma sem primeiro lhe fazer saber três dias antes para mandar recolher seu terço a tempo que se não perca.

Que ele João de Sousa não poderá em nenhum tempo do mundo tirar de si aquela terra, trespassa-la a outra nenhuma pessoa, nem convento, nem mosteiro eclesiástico de nenhum partido que seja, sem primeiro ele senhorio ou seus sucessores serem requeridos, e pelo tal partido quererem, sob pena de perder a dita terra e vinhos com tudo que nela tiver feito para eles senhorios.

Que sendo preciso água para criar a vinha, o senhorio dará um terço e o colono dois terços.

Que criando porco, o senhorio lho dará de meias, e quando não, não poderá criar(...)"
[Contrato de parceria e 24 de Agosto de 1612 entre António Teixeira Vasconcelos e o colono João de Sousa e sua mulher, publ. In D. João da Câmara Leme, *Apontamento para o Estudo da Crise Agrícola do Distrito do Funchal*, Funchal, 1879, pp.21-22]

nova cultura, a vinha, em face dos muitos investimentos só seria possível com o reforço e garantia da posição dos arrendatários ou meeiros. A primeira situação que se aproxima desta realidade surge já em 1477 com o contrato de arrendamento de terras na Ponta do Sol, celebrado entre João Gonçalves da Câmara, segundo capitão do donatário do Funchal, e Álvaro Lopes. Ao último competia o necessário investimento — tirar a levada da Ribeira da Madalena, plantar o canavial e vinhas, construir o engenho — e ao primeiro o usufruto anual de trinta arrobas de açúcar branco da primeira cozedura.

A generalização do sistema na segunda metade do século XVI teve necessariamente uma dupla origem social e económica. O movimento demográfico em consonância com a escassez da área agrícola e as dificuldades de recrutamento de escravos colocaram à disposição dos proprietários esta forma barata de mão-de-obra. O baixo rendimento da exploração agrícola em momento de crise do comércio do açúcar associado à necessidade de investimento na nova cultura da vinha abriu o caminho para a mudança da forma de posse do domínio útil. Em 1649 Maria Góis de Vasconcelos do Porto da Cruz entregou a terra a um colono para que lançasse as necessárias benfeitorias "pois ela era pobre e não tinha possibilidades para isso". Desta forma o sistema foi o principal factor de progresso e de afirmação da cultura da vinha na ilha.

A partir da segunda metade do século XVIII o contracto foi considerado o principal motivo de retrocesso económico e social, responsável pela forte sangria populacional e abandono da terra. O movimento em favor da exploração directa da terra como solução para a crise agrícola do arquipélago só teve efeito com a sua abolição no Porto Santo em 13 de Outubro de 1770. Já em 1722 se havia avançado com uma maior valorização da posição do colono do Porto Santo com a concessão do usufruto de dois terços da produção como forma de fixação de gentes. Em 1776 a mesma reivindicação dos colonos madeirenses não teve efeito e o sistema foi-se arrastando num lento processo de agonia. A iniciativa do governo miguelista de acabar com ele em 1828 foi uma opção efémera.

As soluções não foram consensuais e o regime manteve-se por mais alguns anos no lento processo de agonia. Em 1916 surgiu a iniciativa parlamentar da autoria de um grupo de deputados chefiados pelo Visconde da Ribeira Brava que não alcançou qualquer resultado nem satisfez as exigências dos colonos. Em 1927 gerou-se um motim na Lombada da Ponta do Sol. O governo por decreto de 26 de Dezembro expropriou as terras e vendeu-as aos colonos por escritura feita em 26 de Janeiro de 1928. O mesmo sucedeu nas Lombadas no norte da ilha, em Ponta Delgada.

O contrato de colonia continuou, só acabando em 1977 por força do decreto legislativo regional nº.13/77/M de 18 de Outubro. O fim do contrato de colonia ficará a assinalar um dos mais evidentes resultados da conquista da Autonomia.

Para saber mais ...



Capela dos Milagres em Machico, construída no local onde os portugueses encontraram, segundo a lenda, no século XV, a cruz da sepultura de Robert Machim

Machim e a Madeira

A LENDA SEGUNDO FRANCISCO ALCOFORADO

"Qual foi o azo com que se descobriu a ilha da Madeira escrito por mim Francisco Alcoforado escudeiro do senhor dom Henrique que fui a tudo presente e foi desta guisa:

No tempo deste Rei Duarte de Inglaterra, houve um nobre inglês afamado de bom cavaleiro a que chamaram de alcunha o Machim, o qual se enamorou de uma dama de alta guisa a que chamavam Ana de Arfet. Houve entre ambos muita amadia e foi descoberto seu amorejo. Os parentes dela com aprazimento d'el-rei casaram-na com um homem de alto estado em Bristol. Machim foi disto muito lastimado e ela muito descontente e ambos acordaram secretamente fugirem para França com quem Inglaterra tem grandes guerras. Machim falou com alguns agravados e parentes a quem descobriu todo seu talante e deram-se suas fés de se irem com ele para França. Foram-se secretamente a pouco e pouco ter a Bristol onde estavam certas naus de mercadores carregadas para Espanha. Acordaram meterem-se em uma delas e por força fazerem-na à vela e passar-se a França. Fizeram secretamente saber seu acordo a Ana de Arfet e ordenado o dia que as naus estivessem despejadas da gente principal, meterem-se com ela dentro e fazerem-na à vela e ir sua rota.

Um dia de festa, sendo o mestre e mercadores em terra, estando ela avisada, cavalgou num palafrém, e levando consigo um crucifixo e jóias de preço, apartou-se da companhia e deu da vara ao palafrem e foi-se ao lugar ordenado onde a estavam esperando com um batel. Lançou-se dentro no batel onde estavam prestes com Machim seus criados e amigos foram-se a uma das naus e fizeram-na logo à vela e cortadas das âncoras recolheram o batel.

Acertou de ventar uma tormenta rija logo se afastou da terra. Como anoiteceu houveram conselho que poderiam sair outras três naus eles que haviam de entender que parariam a França afastaram-se desse caminho esperando ir tomar derradeiras partes de França em Gasconha ou Espanha. E como o piloto e mestre ficaram em terra e os que iam na nau não sabiam do mar, achando o vento próspero correram por onde o vento os levava com todas as velas para não serem alcançados. E poucos dias acharam-se numa ponta de uma terra brava toda coberta de arvoredo até o mar, que ficaram espantados e confusos. Viram uma enseada grande, meteram-se

INTERPRETAÇÃO DA LENDA

A relação de Francisco Alcoforado refere que o primeiro descobrimento da ilha aconteceu antes de 1344 como resultado da fuga de Robert Machim e Ana d'Arfet. Valentim Fernandes diz-nos que o nome dado à baía onde aportaram foi Machim, sendo o Machico a corruptela. Estava assim encontrada a relação entre Machim e Machico.

O facto deste relato ter chegado ao conhecimento dos eruditos sob a forma de opúsculo anónimo, editado em 1671 em Paris, e através do texto novelesco de D. Francisco Manuel de Melo, a *Epanáfora Amorosa*, não colheu muitas opiniões favoráveis. Por outro lado a partir da defesa por Henry Major em 1868 surgiram inúmeros protestos da Historiografia nacional. O primeiro foi Álvaro Rodrigues de Azevedo em 1873 nas anotações às *Saudades da Terra*.

O aparecimento de várias versões manuscritas anteriores aos textos impressos (o manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid revelado em 1878 por Cesareo Fernandes Duro, depois o da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, apresentado ao público em 1960 por Jean Fontvieille), deram os argumentos a favor da veracidade do relato.

A Genealogia contribuiu também para a afirmação da sua veracidade. Em 1861 o Rev. Samuel Lysons apresentava as provas documen-

nela e deitaram ancora e botaram o batel fora. Foram ver que terra era, mas não puderam sair em terra com a quebrança do mar. Foram a uma rocha que entra no mar da banda do nascente, aí saíram bem.

Foram-se à praia entre o arvoredo e o mar até darem em uma ribeira de formosa água que por entre o arvoredo saía ao mar. Não acharam animal nem bicho nenhum mas com muitas aves. Viram o arvoredo tão grosso e espesso que os pôs em espanto. Entre outras árvores acharam a par do mar uma árvore muito grande e grossa que da antiguidade tinha um oco no pé onde entraram como em uma casa.

Tornaram à nau com esta nova e Machim e companheiros entenderam que era terra nova e manifestaram vontade de a pedirem aos reis de Espanha. Ana de Arfet como ia mareada, rogou a Machim que a levasse a terra a ver aquela ribeira e desmarear-se alguns dias. Fê-lo ele assim mandando levar roupa e mantimento em terra para estar ali alguns dias e levou consigo alguns da companhia, enquanto os outros iam e vinham à nau. A terceira noite depois que chegaram ali, levantou-se um vento tão forte sobre terra que a nau desamarrou-se. Os que estavam dentro deram à vela por onde o vento os levava e em poucos dias foram dar à costa da Berberia. E logo cativos de mouros e levados a Marrocos. Quando amanheceu e os que ficaram em terra não viram a nau, ficaram muito tristes e desesperados de nunca de ali poderem sair. A dama de se ver ficar assim pasmou e nunca mais falou. Daí a três dias morreu e enterrou-a Machim ali onde estavam agasalhados. Pôs-lhe uma cruz de pau à cabeceira e uma mesa com o seu crucifixo e aos pés do crucifixo um escrito em Latim que contava tudo o que lhe tinha acontecido, pedindo que se em algum tempo ali viessem cristãos fizessem naquele lugar uma igreja da invocação de Cristo.

Acabado isto, pediu aos companheiros que com a roupa que tinham em terra fizessem uma vela para o batel e com o mantimento que tinham e aves que tomassem fossem onde a ventura os levasse. Ele ali havia de morrer com Ana de Arfet. Os companheiros disseram-lhe que o não haviam de deixar e que ali morreriam e ficariam com ele. Machim não durou mais que cinco dias. Os companheiros enterraram-no junto dela e puseram-lhe outra cruz à cabeceira. E deixando a mesa e crucifixo como Machim determinara, meteram-se no batel e também foram ter à costa de Berberia. E cativos de mouros e levados a Marrocos aonde já estavam os outros.

Neste tempo havia em Marrocos muitos cativos entre os quais havia um castelhano bom piloto e bem entendido na arte do mar a que chamavam João de Amores, o qual perguntou aos ingleses que ventura os trouxera ali. Eles lhe contaram miudamente tudo o que atrás fica dito e o piloto lhe perguntou de que porto de Inglaterra partiram e com que tempo e que caminho levaram e em quantos dias foram ter naquela terra nova e quando a nau se desamarrou que caminho trouxera e em quantos dias foram dar à costa. E segundo nos disse depois, tomou tudo na memória e pouco mais ou menos onde esta terra podia estar. Neste tempo faleceu em Castela, o mestre Santiago primeiro muito principal e mandou que por sua alma tirasse muitos cativos e tiraram entre outros o piloto João de Amores.

Então havia guerra entre Portugal e Castela e andava por capitão duma armada João Gonçalves Zarco guardando a costa do Algarve porque faziam nela muito dano os biscainhos. E andando assim topou o navio a costa de Andaluzia que vinha de África com os cativos e tomou-o. O piloto João de Amores como se viu em poder de Cristãos foi-se logo ao capitão e contou-lhe tudo o que tinha sabido dos ingleses e da terra nova que acharam que poderia pertencer a el-rei de Portugal. O capitão folgou muito com o que lhe disse o piloto e lançou mão dele e deixou passar o navio dos cativos e trouxe-o logo ao Infante dom Henrique que estava então em Sagres. Determinado a descobrir a costa de África para baixo, o Infante folgou muito com o que lhe disse João Gonçalves e mandou-o que fosse logo a el-rei a Lisboa com o piloto e proveu a armada de outro capitão e João Gonçalves foi-se logo com o piloto a Lisboa. E fomos logo a ela alguns da sua companhia que foram João Leo e Francisco do Carvalhal e Rui Pais e Álvaro Afonso e alguns homens de Lagos, como foram António Gago e Lourenço Gomes e alguns mancebos marinheiros que andavam na armada."

[Jean Fontvieille, "A Lenda de Machim- une découverte bibliographique à la Biblioteque-Musée du Palais Ducal de Bragance à Vila Viçosa(Portugal). Introduction à une étude sur les légendes des Grandes Découvertes Maritimes, aux 15ème et 16ème siècles », *Actas do Congresso Interncional de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, 1961, pp. 197-238.]

tais da existência real da família dos protagonistas. Em 1943, H. A. Machen, um dos descendentes deste Machim trecentista, traçou de forma precisa a genealogia dos seus ascendentes. Em 1940 António Gonçalves Rodrigues baseou-se nestas provas genealógicas para defender a veracidade do relato.

Ao Machim de Bristol juntam-se outros. Nas Canárias é referenciado um Juan Machim. Já em Lisboa temos dois. O primeiro é referido em 1470 como escudeiro de D. Pedro e o segundo surge em 1544 e chama-se Machym Fernandes. Já em 1894 Brito Rebelo revela-nos um Machico, mestre de barca em Lisboa. Será dele a origem do topónimo Machico ?.

A descoberta de novos documentos nos arquivos britânicos fizeram luz sobre o caso. Em 1373 temos o apelido Macheco atribuído a um patrão de navio de Portugal que se dirigia para St. Mallo. Mais tarde, numa ordem de expulsão de Henrique IV datada de 1406 apresenta-se uma lista de estrangeiros a expulsar da Inglaterra, onde surge um Macheco e um Machim. O último associa Machim ao Macheco e diz-nos que os mesmos teriam saído de Inglaterra em 1406.

Acresce ainda uma outra referência a um Machim, escudeiro do infante D. Pedro que em 1470 recebeu vinte reais da Chancelaria.

Se a estas situações documentadas juntarmos o relato de Francisco Alcoforado teremos como certa a necessária ligação entre a viagem de Machim e o descobrimento de João Gonçalves Zarco por intermédio da informação do piloto João de Amores.

A diferença entre a data da viagem de Machim e de Zargo foi sempre um dos argumentos usados na contestação da veracidade do conteúdo da Relação de Francisco Alcoforado. Nesta nova situação, entre o reconhecimento de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz e a situação retratada nos documentos britânicos, medeiam apenas treze anos. Já quanto à anterior data (1344) passavam setenta e cinco anos, o que se tornava difícil a transmissão do relato por meio de sobreviventes.

Mas outras questões continuam ainda em aberto. Serão estes os protagonistas da façanha relatada por Francisco Alcoforado ? Haverá algum relação com o Machim escudeiro do infante D. Pedro ?

Por outro lado, a veracidade do relato de Francisco Alcoforado e da viagem de Machim não põem em causa a prioridade lusíada, pois um dos protagonistas é marinheiro português, que deu o nome à baía onde desembarcaram.

O Algarve e a Madeira



Lagos: foi um dos locais de partida de algumas das mais importantes expedições realizadas em princípios do século XV

É comum afirmar-se que os primeiros povoadores da Madeira são oriundos do Algarve. A ideia filia-se na tradição algarvia da gesta expansionista e na seguinte expressão de Jerónimo Dias Leite: «muitos do Algarve», copiada de Francisco Alcoforado.

Estamos perante uma dedução apressada uma vez que faltam provas e todos os dados disponíveis provam outra origem para o povoamento da Madeira.

Uma listagem dos primeiros povoadores referidos nos documentos e crónicas, a presença nortenha (64%) é superior à algarvia (25%). O mesmo sucede no inventário dos que receberam ordens menores e sacras entre 1538 e 1558 não aparece nenhum algarvio e a maioria é do norte de Portugal, nomeadamente de Braga e Viseu.

Os registos de casamento da freguesia da Sé (que existem desde 1539) para o período de 1539 a 1600 também o confirmam. Os nubentes de Braga, Viana e Porto representam 50% do total, enquanto os de Faro não ultrapassam os 3%. A análise de todas as freguesias da ilha no século XVI, reforça de novo a posição do norte do país, onde se destacam Braga (11%), Viana do Castelo 8,4%).

O povoamento da Madeira foi um processo faseado em que intervieram colonos oriundos das mais diversas origens. De todo o reino surgiram gentes para esta experiência de povoamento. Do Algarve partiram muitos dos apaniguados da casa do Infante com função importante no lançamento das bases institucionais do senhorio. Do Norte de Portugal, da região de Entre Douro e Minho, vieram os cabouqueiros que transformaram a ilha num rico espaço agrícola.

É evidente a vinculação dos moradores da costa algarvia (Tavira, Lagos, Silves, Aljezur e Sagres) ao início do povoamento da ilha. A iniciativa das primeiras viagens algarvias traçou o rumo que perdurou no princípio como uma via privilegiada de circulação de homens e mercadorias. Muitos deles pertenciam à casa do Infante. São criados, escudeiros, cavaleiros e fidalgos que o acompanhavam nas andanças algarvias e aderiram ao projecto de descobrimentos, que tem na Madeira o primeiro passo.

A iniciativa da viagem de reconhecimento iniciou-se no Algarve, mas foi de Lisboa que partiram as embarcações com os povoadores deste novo espaço. Conta Jerónimo Dias Leite que o infante recomendou em 1419 a João Gonçalves Zarco que fosse a Lisboa, oferecendo-se ao rei para tal tarefa. Acompanharam-no alguns homens afeitos a qualquer feito de guerra no mar e em terra e "mais alguns homens de Lagos como foram António Gago, Lourenço Gomes,..."

A presença algarvia na Madeira deixou algumas marcas na Toponímia. Primeiro é a associação que se fez entre Machico e Monchique, sendo considerado o último uma corruptela do primeiro, situação que hoje ninguém aceita. Mas outros locais evidenciam melhor esta relação: Algarvio (na freguesia de S. Gonçalo), Boliqueime (freguesia de Santo António) e vila Baleira (no Porto Santo).

ATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1.BIBLIOGRAFIA

FONTES NARRATIVAS:

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979.

LEITE, Jerónimo Dias, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*, Coimbra, 1947.

MELLO, D. Francisco Manuel de, *Descobrimento da Madeira. Epanáfora Amorosa*, Braga, ed. Autor, 1975.

ESTUDOS

ALBUQUERQUE, Luís de e Alberto Vieira, O *arquipélago da Madeira no século XV*, Funchal, CEHA, 1986.

ALBUQUERQUE, Luís de, "Algumas reflexões a propósito da palavra "Descobrimento"", *Islenha*, nº.1, 1987, pp-7-12.

ALVES, José Augusto dos Santos, "Descobrimento". Fenómeno de opinião e de recorrência histórica na imprensa madeirense(1821-1850)", in III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.207-212.

CORREIA, João David Pinto, "Da história à Literatura - Ainda o Descobrimento da Madeira", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993,pp.201-206.

AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, "Nota III. Descobrimento do archipelago da Madeira Por Zargo e Tristão Vaz", "Nota IV. Descobrimento do archipelago da Madeira: diversas tradições, lendas e noticias", "Nota V. Descobrimento da ilha da Madeira por ingleses: caso de Machim e Anna de Arfet ", publicado in *Saudades da Terra(...)*, Funchal, 1873.

CORTESÃO. Armando, "O descobrimento do Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, 1973, pp.305-317; "A História do descobrimento da ilha da Madeira por Roberto Machim em fins do século XIV", in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, pp. 292-409.

COUTO, Jorge, "O projecto do Barão de S. Pedro de abolição dos vínculos no arquipélago da Madeira (1850)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 671.

DELGADO, Dr. Juan Alvarez, "El episódio de Juan Machin en la Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1961, Vol. VI, N1 31, pp.41-52.

FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, *A ilha da Madeira sob o domínio da casa senhorial do infante D. Henrique e seus descendentes*, Funchal, DRAC, 1986.

FERREIRA, Pe. Manuel Pita, *Notas para a História da Ilha da Madeira. Descoberta e Início do Povoamento*, Funchal, 1957.
- "A Relação de Francisco Alcoforado", in *Das Artes e da História da Madeira*, nº.31, 1961.
- "Notas para a História da Ilha da Madeira (Descoberta e início do povoamento)", *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, Nº 22,23, 24, pp. 1-16, 11-25, 9-17.
- "O caso de Machim à face dos documentos", *Das Artes e da História da Madeira* 1956, Vol. V, Nº 25,26, 27, pp. 1-11, 9-23,17-32.

FREITAS, Jordão, *Quando foi descoberta a Madeira ?*, Lisboa, 1911.

GOMES, Alberto F., "James Bird e o poema "Machim" or the Descovery of Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1964, Vol. VI, N1 34, pp.16-20.

GOMES, Dr. José Luiz de Brito, "Dois novos elementos para o estudo do "Problema do Descobrimento"", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 49-50.

GONÇALVES, Dr. Ernesto, "Estudo da Relação de Francisco Alcoforado", *Das Artes e da História da Madeira* 1960, Vol. V, Nº 30, pp. 1-8, 60-68.

GUERREIRO, Inácio e ALBUQUERQUE, Luís, "Cartografia antiga da Madeira, séculos XIV-XVI", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 138.

GUERRA, Jorge Valdemar, "A colonia na Madeira: um testemunho do séc. XVIII", *Islenha*, 1991, Nº 9, pp. 93-123.

HERÈDIA, António Correa, *Breves Considerações sobre a Abolição dos Morgados na Madeira*, Lisboa Typ. Da Revolução de Septembro, 1849.
- *Observações sobre a Situação Economica da Ilha da Madeira e sobre Reforma das Alfandegas*, Lisboa, Typ Mattos Moreira, 1888.

IRIA, Alberto; "O Algarve e a ilha de Madeira no século XV (documentos inéditos)", in *Studia*, n 38, 1974, 131-516.

LIZARDO, João, - “Algumas notas e várias dúvidas sobre a colonia nos dois últimos séculos”, *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 137-142.

MACHADO, João Franco, "O conhecimento dos arquipélagos no século XV",in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, pp. 269-273.
-"A relação de Francisco Alcoforado", in *Arquivo Histórico da Marinha*, vol.I, 1936, pp.317-329.
- “Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira. A questão das Canárias”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, livro.I, Parte. II, cap. V, Lisboa, Editorial Ática, 1937.

MATOS, A.T., "Do contributo algarvio no povoamento de Madeira e dos Açores" in *Actas das I Jornadas de História do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, 173 -183.
-"Origem e reminiscências dos povoadores das ilhas atlânticas", in *Congresso Internacional. Bartolomeu Dias e a sua Época*, Vol. III, Porto, 1989, 241-252.

MEDEIROS, Carlos Alberto, “Porto Santo e Corvo: aspectos da ocupação humana em espaços insulares restritos”, *Islenha*, 1988, Nº 3, pp. 7-18.

MELO, Luís Francisco de Sousa “O texto "Alcoforado"”, *Atlântico*, 1986, N.º 5, pp.19-26.
-"O Problema de origem geográfica do povoamento" in *Islenha*, nº 3, 1988, 19-34.

PEREIRA, Eduardo, "A lenda de Machim", in *Congresso do Mundo Português*, vol. III, tomo 1, Lisboa, 1940, pp. 188-208.
- “Infante D. Henrique e Geografia Histórica das Capitanias da Madeira”, *Arquivo Histórico da Madeira*, 1960, Vol. XII, pp. 21-54.
- “V Centenário Henriquino- Sua Projecção na História Madeirense”, *Arquivo Histórico da Madeira*, 1962, Vol. XIII, pp. 42-70.

PEREIRA, Fernando Jasmins, *O Algarve e a Madeira, Crítica e Aditamentos a Alberto Iria*, Braga, s.n., 1975.

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa Ferreira, “A Madeira na viragem do século (1860-1930) Características da sua evolução demográfica”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 P. 327.
-"Aspectos do povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.403-472.

PITTA, Pedro de Góis, *O contrato de Colonia na Madeira, Lisboa*, A Peninsular Ldª, 1929.
- *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira*, Funchal, 1922.

ROCHA, Manuel Soares da, *A Colonia no Arquipélago da Madeira e a questão que gerou*, Funchal, GEFPHIM, 1957.

RODRIGUES, *A. G., D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira*, Lisboa, 1935, sep. *Biblos*.
- "Machim, Machico, Melo e Madeira", in *Biblo***s**, vol. XVI, t.II, pp. 567-571.

RODRIGUES, Ramon Honorato, *A Colonia na Madeira. Problema Moral e Económico*, Funchal, s.n., 1947.

SERPA, António Ferreira, “O Arquipélago da Madeira nos mapas e portulanos do séc. XIV”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol.I, 1931.

SILVA, Fernando Augusto da, “Começo do povoamento madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, 196?, Nº 37, pp. 28-54.
- *A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira*, Funchal, ed. de autor, 1933.

SOUSA, João José de, “As propriedades de Zarco no Funchal”, *Islenha*, 1988, Nº 3, pp. 35-45.
- “História duma Quinta”, *Islenha*, 1990, Nº 7, pp. 108-117.
- *História Rural da Madeira.. A Colonia*, Funchal, DRAC, 1994.
- “A origem da colonia”, *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 47-73.
- "Terras de Sesmarias na Madeira - Séculos XV-XVI", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.261-264.
- *V centenário do descobrimento da Madeira*, Funchal, 1922.

VIEIRA, Alberto, “O Infante e a Madeira”, in *Mare Liberum*, nº.7, Lisboa, CNDP, 1994, 31-64
- "Povoamento e colonização da Madeira", in *Portugal no Mundo*, I, Lisboa, 1982.
- “O regime de propriedade na Madeira: O caso do açúcar (1500-1537) Problemas, análises futuras”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 539.

VIEIRA, Manuel José, *A Questão da Propriedade na Madeira*, Funchal, Typ. Do Direito, 1888.

VIEIRA, Manuel Higino, *Descobrimento do Arquipélago da Madeira. Estado Actual do Problema*, Lisboa, IN, 1939.

2. INTERNET

O périplo de Hanon(inglês) [disponível na Internet via WWW. URL: http://ing.iac.es/lapalma/hanno.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Lacus Curtius: Into the Roman World (inglês, francês e italiano) [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/E/Roman/home.html]. Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Roman Sites A catalog of websites on Roman antiquity (inglês) [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/E/Roman/RomanSites*/home.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Perseus project. "an evolving digital library of resources for the study of the ancient world and beyond", [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.perseus.tufts.edu/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000 (inglês).

África: Antiguidade (francês) [disponível na Internet via WWW. URL: http://africa-info.ihost.com/pages/sen/hist001.htm]. Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

3. EDIFÍCIOS

- Capela de Santa Catarina[Funchal]
- Capela de S. Paulo[Funchal]
- Torre do Capitão[Funchal]
- Capela dos Milagres[Machico]

4. ESTÁTUAS E BUSTOS

- Infante D. Henrique [Rotunda do Infante-Funchal]
- João Gonçalves Zarco [Funchal: Av. Arriaga e Terreiro da Luta]
- Tristão Vaz [Machico]
- Centenário da Morte do Infante D. Henrique [Porto Santo]
- Padrão dos Descobrimentos [Funchal: Quinta Magnólia e Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nélson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira-inventário*, Funchal, DRAC, 1996. Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, CMF, 1993.

2 – A ADMINISTRAÇÃO



Infante D. Henrique (1394-1460).
[*Crónica dos Feitos da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara]

CONCEITOS		PERSONALIDADES
- Senhorio	- Posturas	- Infante D. Henrique
- Capitania	-Homens bons	- D. Duarte
- Ouvidor		- D. Manuel I
- Contador	- Município	
- Tabelião	- Vereadores	
- Almoxarife	- Paróquia	
- Corregedor		

TEMAS

2.1 – A primeira organização administrativa
- O senhorio das ilhas
- As capitanias
- As autoridades superiores

2.2 – O Arquipélago e o poder central
- As instituições régias e funcionários da Coroa
- A Fazenda senhorial e régia
- A Justiça senhorial e régia

2.3 – O poder municipal
- Os funcionários
- A alçada

2.4 – Evolução dos municípios nos séculos XIX e XX

Para saber mais ...
- A Madeira realenga
- A divisão administrativa

TEMAS EM DESTAQUE:
- *Capitão do donatário ou capitão donatário?*
- *Capitanias como modelo de Expansão*
- *Evolução e Extinção das capitanias*
- *Pelourinho*
- *Vereadores*
- *Homens-bons*
- *União Ibérica*
- *Restauração*

CRONOLOGIA

ANOS	1433	1440	1444	1450	1477	1497	1580	1832
ACONTECIMENTOS	D. Duarte concedeu o Senhorio ao Infante D. Henrique	Carta de doação da capitania de Machico a Tristão Vaz	Carta de doação da capitania do Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo	Carta de doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco	Criação das alfândegas do Funchal e de Machico	Extinção do senhorio e do governo da Ordem de Cristo	Início do domínio filipino e criação do Governo Geral	Extinção jurídica do sistema das capitanias

FUNDAÇÃO DE:	1451	1501	15 02	1515	1744	1835	1914
Municípios:	Funchal (Vila) Machico (?)	Ponta do Sol	Calheta	Santa Cruz	S. Vicente	Câmara de Lobos, Porto do Moniz, Porto Santo e Santana	Ribeira Brava
Cidades:	1508 Funchal	1996 - Câmara de Lobos - Santa Cruz - Porto Santo - Machico					2001 Santana

"...fazemos saber que nós, querendo fazer graça e mercê ao infante Dom Henrique, meu irmão, temos por bem e damos-lhe que tenha e haja de nós, em todos os dias da sua vida, as nossas ilhas, a saber: a ilha da Madeira e do Porto Santo e da Deserta com todos direitos e rendas delas, assim como nós de direito temos e devemos de ter, com sua jurisdição cível e crime, salvo em sentença de morte ou talhamento de membro. Mandamos que a alçada fique a nós e venha à casa do Cível de Lisboa(...) E reservamos para nós que o dito infante não possa mandar fazer nelas moeda, mas praz-nos que a nossa corra nelas(...)"[*carta de doação, D. Duarte, 26 de Setembro de 1433,* publ. *O Infante e as Ilhas,* Funchal, 1994, p.99*]*

SENHORIO: Na qualidade de senhor, detentor da autoridade e mando sobre as ilhas. O regime senhorial definia o direito próprio de um senhor sob um determinado espaço, sendo as limitações estabelecidas na doação.

OUVIDOR: Os capitães haviam abandonado a ilha desde o século XVI, deixando em seu lugar um ouvidor ou lugar-tenente, que exercia em seu nome as funções atribuídas na carta de doação. Em 1738 a coroa começou por suspender a acção dos ouvidores, para os extinguir em 1765.

CONTADOR: Funcionário encarregado dos pagamentos. Desde 1477 é também juiz da alfândega.

TABELIÃES: Conhecido como do paço ou de notas pelo facto de ter casa onde podiam ser lavrados e autenticados documentos, como escrituras, testamentos e contratos.

ALMOXARIFE: termo de origem árabe que significa o oficial do fisco a quem estavam acometidas as tarefas de cobrar as rendas e proceder aos pagamentos.

CORREGEDOR: magistrado com jurisdição nas comarcas, com a função de corrigir ou emendar os erros e violências da administração. Os seus actos ou correições consistiam em fiscalizar a administração da justiça. Eram os representantes enviados da coroa.

O primeiro corregedor em exercício de funções foi Fernão de Parada que surgiu no Funchal em 1496.

A primeira organização administrativa

A estrutura de governo estabelecida para os novos espaços de ocupação é consideradas um dos domínios mais característicos da expansão portuguesa. A Madeira, porque foi a primeira experiência, serviu de modelo. As instituições aqui lançadas expandiram-se e desenvolveram-se nos demais arquipélagos e espaços continentais. Estas são resultado do transplante das peninsulares e das inovações geradas pelas condições do novo meio. No caso do senhorio das ilhas, a cadeia de poder trouxe a novidade com a figura do capitão do donatário que persistiu para além da sua abolição em 1497.

Ao reconhecimento das possibilidades económicas do novo espaço seguiu-se a fixação de colonos e a definição de uma estrutura institucional. No princípio, todas as funções de mando ficaram centralizadas nos três homens que comandaram o processo de povoamento das ilhas, João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo, dependendo deles a solução das primeiras querelas. O progresso sócio-económico gerou novas necessidades e o ajustamento das instituições.

A subida ao trono de D. Duarte iniciou uma nova era no sistema de governo das ilhas. O infante D. Henrique recebeu por carta de 26 de Setembro de 1433 o governo das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas. O infante é o **senhorio** e os escudeiros que haviam dado início ao povoamento do arquipélago são capitães subordinados à sua alçada, por isso ficaram conhecidos como capitães do donatário, permanecendo como tal até finais do século XV.

As cartas de doação da posse das áreas jurisdicionais, conhecidas como capitanias, confirmaram a situação. Nelas ficou estabelecido a alçada e privilégios do capitão e a forma de definição do poder na ilha: o senhor, o capitão e o município. O senhor intervinha através da delegação de poderes nos capitães ou de funcionários, como o **ouvidor**, **contador**, **tabeliães** e o **almoxarife**. O concelho, era a estrutura de poder local, a expressão dos interesses das populações, sendo representado pelos homens-bons, quem tinha uma relação de subordinação ao senhor.

O século XVI definiu uma nova realidade para a relação de poderes na ilha. A figura do senhorio deixou de existir desde 1497 passando a sua alçada para a coroa, ficando todos aqueles que lhe estavam subordinados na dependência do poder régio. O reforço da presença régia fez-se através de funcionários, conhecidos como *ministros do rei*. Para a justiça tivemos o corregedor ou desembargador com alçada, o juiz de fora. Na administração da fazenda ampliou-se a

estrutura de mando e administração que passou a ser encabeçada pelo provedor.

A ocupação castelhana em finais do século XVI preludiou a mais importante mudança da estrutura institucional, colocando a necessidade de alguém que representasse a soberania da coroa. Esta autoridade suprema, que até 1833 acumulava a chefia militar, perdurou até a actualidade.

O Senhorio das Ilhas

Foi o Infante D. Henrique, quem, ao assumir de pleno direito a posse das ilhas, estabeleceu a estrutura administrativa. Estas primeiras tarefas podem ser assim sumariadas:

1 - distribuição das terras pelos seus criados que estiveram empenhados no reconhecimento delas,
2 - regimento do governo das capitanias
3 - definição dos direitos e forma de usufruto,
4 - lançamento de sementes de cereais e transplante de videiras e socas de cana.

Em pouco tempo as ilhas transformaram-se numa "horta" que, de direito, lhe pertencia. A tudo isto juntou-se uma estrutura de mando adequada, tendo no vértice o próprio Infante. De acordo com a doação régia de 1433 ele detinha a seguinte capacidade de intervenção:

1 – Jurisdição do cível e crime,
2 - Usufruto de rendas e direitos,
3 - Capacidade de livre intervenção na valorização do espaço,
4 - Distribuição de terras pelos seus criados e demais povoadores

Na carta de doação do senhorio das ilhas estão claramente expressas algumas limitações, isto é, aspectos que a coroa não abdicava da sua intervenção:

- A doação é vitalícia, devendo ser confirmada por morte ou mudança do monarca
- Jurisdição de alta justiça, como sentença de morte e corte de membro
- Respeito pelas normas já estabelecidas pela coroa,
- Direito de cunhar moeda,
- Foro e dízimo do pescado
- Direitos reais, como seja, declarar guerra, lançar imposições em tempo de guerra, nomear ou confirmar os cargos públicos, fazer reverter para a coroa todos os bens vagos ou os daqueles que perderam o direito de posse.


Infante D. Henrique. Gravura(1734)

O INFANTE D. HENRIQUE (1394-1460).

É o quinto filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre.

Ficou para a História como o principal obreiro dos descobrimentos, mercê do panegírico de Zurara na *Crónica de Guiné*. Durante muito tempo entenderam-se os primeiros descobrimentos como obra sua, mas hoje todos estão de acordo que o processo foi nacional e que ele pode ser encarado como o símbolo disso.

A partir de 1418 foi prior e administrador da Ordem Militar de Cristo e nesta condição interveio activamente, a partir de 1419, nas campanhas de corso na zona do Estrito, tendo uma armada para o efeito.

Em 1433 recebeu como contrapartida da sua actividade marítima o senhorio da Madeira e a isenção no pagamento do quinto das presas do corso e o exclusivo do comércio do atum.

Passados dez anos teve o direito exclusivo de exploração comercial dos territórios a sul do Bojador. E por bulas de 1455 e 1456 recebeu o governo espiritual destes territórios e a confirmação do direito de conquista e comércio exclusivo.

A carta de doação, de senhorio ou capitania, era de duração limitada, correspondendo ao tempo de governo do monarca, sendo requerida, por morte, a sua confirmação régia. Foi isso que sucedeu em 1 de Junho de 1439, e 11 de Março de 1449 por parte de D. Afonso V.

A cadeia de comando no senhorio até à sua extinção em 1497 pode ser definida da seguinte forma:



Após a morte do Infante D. Henrique e de acordo com a sua vontade, o senhorio da Madeira passou para o seu sobrinho D. Fernando e deste para os filhos. Relativamente à jurisdição religiosa, esta pertencia à Ordem de Cristo, de que era administrador o Infante D. Henrique. Com a morte deste, os bens da Ordem passaram a ser administrados por D. Fernando. Apenas entre 1470-79, face da menoridade destes - no caso D. João (1470-71) e D. Diogo (1472-74) - o governo foi assegurado por D. Beatriz, na qualidade de tutora dos filhos, mas em 1484 a administração passou para o Duque D. Manuel.

No período de senhorio o arquipélago conheceu, assim, cinco donatários.

NOME	VIDA	GOVERNO	DATA CONCESSÃO
D. Henrique	1394-1460	1433-1460	26 de Setembro de 1433
D. Fernando	1433-1470	1460-1470	3 de Dezembro de 1460
D. João	-1472	1470-1472	10 de Outubro de 1470
D. Diogo	1452-1484	1472-1484	11 de Janeiro de 1473
D. Manuel	1469-1521	1484-1495	

Entre 1470 – 1479, o governo foi assegurado por D. Beatriz, mãe dos donatários, em virtude da menoridade de ambos.

A partir de 1497, quando as ilhas passaram para a posse da coroa, desapareceu a figura intermédia do donatário ao mesmo tempo que se definiu a intervenção régia através de uma nova estrutura institucional para a fazenda e justiça.



CAPITÃO DO DONATÁRIO / CAPITÃO DONATÁRIO

Os primeiros povoadores a quem foi concedida a posse das capitanias passaram a chamar-se capitães do donatário. Isto porque acima deles estava o donatário sendo, de acordo com as cartas de doação, representantes do infante. A alçada era delegada pelo senhor ou donatário, e por isso exerciam em seu nome a justiça e administração do património. A primeira referência a este estatuto de capitão surge numa carta de doação de 1450 para os Açores.

O infante D. Henrique, conforme o que estava estabelecido na primeira doação de 1433, era o senhor das ilhas. João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo receberam o encargo para, em nome do infante, coordenarem as tarefas de povoamento e administração dos novos espaços. Estamos, por isso mesmo, perante capitães em representação do donatário, sendo chamados de capitães do donatário e não capitães donatários como são impropriamente referidos. Esta última situação acontece apenas nos locais, como S. Tomé, onde não existiu a figura intermédia do donatário ou então na Madeira a partir de 1497, quando acabou o senhorio.



D. Manuel I

D. Duarte

D. DUARTE(1391-1438). Sucedeu a D. João I, tendo acompanhado os negócios da coroa nos últimos anos de vida de seu pai. Como rei, desde 19 de Setembro de 1433, pautou o seu reinado pelas campanhas africanas, em especial em Tânger, onde saiu derrotado em 1437.

Foi no seu governo que o Infante D. Henrique recebeu o senhorio da Madeira. No seu reinado foi reforçado o interesse pela conquista das Canárias ao conseguir-se em 1436 do papa Eugénio IV os direitos sobre estas ilhas.

Um dos marcos que o evidenciam a sua vida prende-se com a produção literária em que se destaca o *Leal Conselheira*.

"A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que porquanto a nossa ilha da Madeira é uma das principais e proveitosas coisas que nós e a real coroa de nossos Reinos a nos parece coisa justa e necessária que a dita ilha com seu senhorio, rendas e jurisdição seja somente da dita nossas coroa para sempre e dos Reis nossos herdeiros e sucessores(...)"
[*Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, 1973, pp.363-364]

Do período de governo de vinte e sete anos de governo do infante D. Henrique ficaram poucos documentos. Esta ausência tanto poderá ser resultado da sua perda, como da não existência, pois a administração das ilhas no começo não deveria necessitar de regulamentação minuciosa.

O fundamental era o foral dado pelo infante e as cartas de doação das capitanias. Do primeiro sabe-se apenas ter existido, pois é o Infante quem o anuncia em 1440, na carta de doação da capitania de Machico: *"E o que eu hei-de haver na dita ilha é conteúdo no foral que para ela mandei fazer"*. Jerónimo Dias Leite refere *"umas lembranças"* do infante *"em que lhe encomendava muito a justiça principalmente, e a livrança da terra (...)"*. Nelas enuncia algumas, rematando: *"e outras coisas mais miúdas como tudo se contém no regimento e lembrança (que ficam em meu poder)"*.

A herança legada pelo Infante D. Henrique ao filho adoptivo, o infante D. Fernando, parece ter sido pesada para os madeirenses, pois estes após a sua morte enviaram procuradores ao reino com um extenso rol de reclamações. A todos os domínios atendeu o novo senhor, embora mantendo sempre a fidelidade ao determinado pelo antecessor.

Nos apontamentos de resposta estabeleceu-se um conjunto de medidas que iam no sentido da aplicação do que estava definido nas doações e contrariava o poder despótico do capitão. Aqui é já evidente a valorização do quadro institucional nascente, dando ao município a necessária autonomia de funcionamento, simbolizada na entrega do selo e bandeira. Também se apostou na maior eficácia do poder judicial do senhorio através do envio em 1465 do ouvidor, Dinis Anes de Grã, para resolver algumas demandas. Esta situação foi reforçada com a posição assumida pelos juizes ordinários na administração da justiça.

A actividade de D. Beatriz, como tutora dos filhos D. João e D. Diogo, foi no sentido da organização do sistema tributário, criando em 1477 da alfândega do Funchal e Machico, e o princípio de um sistema defensivo que, por oposição dos moradores, só veio a concretizar-se mais tarde.

Com D. Manuel, na qualidade de senhorio e depois de rei, ficaram definidas as mais significativas alterações das instituições, que conduziram o Funchal à categoria de cidade e depois a sede do novo bispado. Foi também com ele que a 27 de Abril de 1497 se acabou com a figura do senhorio das ilhas, revertendo a sua posse para a coroa. A partir daqui consolidou-se o poder régio através da alçada dos corregedores e desembargadores e da presença de funcionários do âmbito fiscal e da justiça.

As Capitanias

O documento que estabelece juridicamente as capitanias, conhecido como carta de doação, não foi concedido ao mesmo tempo para as três áreas, existindo entre eles alguns anos de diferença. Primeiro foi Tristão Vaz que em 8 de Maio de 1440 recebeu o "carrego" das terras entre o Caniço e a Ponta de Tristão, área que ficou conhecida como a capitania de Machico.

A doação da capitania era feita pelo senhorio, sendo depois confirmada pela coroa. E todas as vezes que ocorresse alteração no seu detentor e na coroa estas careciam de confirmação. Por outro lado as mesmas não podiam ser vendidas sem prévia autorização da coroa, sendo a sucessão era feita pela linha varonil, de acordo como a "Lei Mental" que retirava as mulheres do exercício da magistratura e ofícios.

Tristão Vaz exercia o governo em nome do infante, "*que ele a mantenha por mim em justiça e em direito*", de acordo com as seguintes condições:

- Doação hereditária de acordo com lei Mental, isto é ao primogénito pela linha varonil
- Administração da justiça, conforme os poderes consignados e os foros do infante,
- Privilégios de fruição própria:
  - domínio exclusivo dos moinhos, excepto nos braçais.
  - posse dos fornos de poia, excepto fornalha para uso próprio,
  - Exclusivo, sob condições, da venda de sal
  - Redízima de todas as rendas havidas pelo Infante,
  - Poder de distribuir e retirar terras, sem embargo daquilo que o Infante o fizer.

As duas cartas posteriores de posse das capitanias do Porto Santo e Funchal seguem de perto o enunciado da primeira, apenas acrescentando em 1446 algumas novas regalias:

- Direitos sobre serras de água e outros engenhos,
- Possibilidade de venda das terras de sesmarias.

O capitão, que no início era a materialização da administração da justiça, fazenda e poder local, acabou por perder estes poderes em favor de funcionários do senhorio. Assim, a ele juntaram-se o almoxarife (1452) para a fazenda e o ouvidor, para a justiça, o que foi sinónimo de perda da alçada para o capitão.

A justiça foi uma das principais prerrogativas estabelecidas na alçada do capitão. Este podia sentenciar as penas, de acordo com os limites estabelecidos na carta, e nomear os diversos funcionários, como os alcaides. A cadeia e o alcaide estavam sob a sua alçada. Por alvarás de 1505, 1520 e 1549 ficou



João Gonçalves Zarco.

"Item me praz que haja de todas as serras de água que aí fizerem de cada uma um marco de prata em cada um ano ou certo valor ou duas tábuas cada semana das que costumarem serrar(...) (...) e mais me praz que os ditos vizinhos possam vender sus herdades aproveitadas a quem lhe aprouver outro sim me praz que os gados possam matar os da ilha sem haver nisso outra defesa ressalvando o gado que anda nos ilhéus ou outro algum gado cerrado que o lance aí o senhorio(...)" [Carta de doação da capitania de Porto Santo 1 de Novembro de 1446, publ. *O Infante e as Ilhas*, Funchal, 1994, pp.105 -107]



Tristão Vaz

CARTA DE DOAÇÃO DA CAPITANIA DE MACHICO A TRISTÃO VAZ

Tristão, cavaleiro da casa do Infante D. Henrique, doação de uma parte da ilha da Madeira, a saber, desde além do rio [ribeira] do Caniço, dez passos pelo rio acima, até a ponta de Tristão. Etc.

Eu, Infante D. Henrique, regedor da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, Duque de Viseu e Senhor da Covilhã, faço saber a quantos esta carta virem que eu dou cargo a Tristão, cavaleiro de minha casa, na ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço dez passos, como se vai pelo rio acima até a ponta do Tristão, que ele a mantenha por mim, em justiça e em direito.

E, morrendo ele, a mim praz que o seu filho primeiro ou o segundo, se tal for, que tenha este encargo pela guisa acima dita. E, assim de descendente em descendente, por linha direita. E, sendo em tal idade o dito seu filho que a não possa reger, eu ou meu herdeiro poremos aí quem reja, até que ele seja em idade para reger.

Item, me praz que eles tenham em esta sobredita terra a jurisdição, por mim e em meu nome, do cível e crime, ressalvando morte ou corte de membro, que a apelação venha para mim [1]. Porém, sem embargo da dita jurisdição, a mim praz que os meus mandados e correição sejam cumpridos, assim como em coisa minha própria.

E outrossim me praz que o dito Tristão haja para si todos os moinhos que houverem em parte desta ilha de que assim (lhe) tenho dado cargo; que ninguém não faça aí moinhos se não ele ou quem a ele aprouver. E em isto não se entenda mó de braço, que faça quem quiser, não moendo a outrem, e não faça atafona.

Item, me praz que todos os fornos de pão em que houver poia sejam seus. E porém não embargue quem quiser fazer fornalha para seu pão, que a faça e não para outro nenhum.

Item, me praz que, tendo ele sal para vender, que o não possa vender outrem, dando eles à razão de cinco reis (o) alqueire, e mais não. E, quando o não tiver, que o vendam os das ilhas à sua vontade, até que o ele tenha.

Outrossim, me praz que de todo o que eu houver da renda da dita parte da ilha ele haja de dez um. E o que eu hei-de haver na dita ilha é conteúdo no foral que para ela mandei fazer. E por esta guisa me praz que haja esta renda seu filho ou outro seu descendente de linha directa que o dito cargo tiver.

Item, me praz que ele possa dar, por suas cartas, a terra desta parte forra pelo foral da ilha a quem lhe aprouver, com tal condição que aquele a quem der a dita terra a aproveite até cinco anos. E, não a aproveitando, que a possa dar a outrem. E, depois que aproveitada for e a deixar por aproveitar até outros cinco anos, que isso mesmo a possa dar. E isto não embargue a mim que, se houver terra por aproveitar que não seja dada, que eu a possa dar a quem minha mercê for. E assim me praz que as dê o seu filho ou herdeiros e descendentes que o dito cargo tiverem.

E isso mesmo me praz que, na dita ribeira do Caniço, ele faça os moinhos que lhe aprouver.

E mais me praz que os vizinhos possam vender suas herdades aproveitadas a quem lhes aprouver. E, se quiserem ir de uma parte para a outra, que se vão, sem lhe porem nenhum embargo.

E, se fizer malefício algum homem em cada uma parte destas ilhas que mereça ser açoitado e fugir para outra, que seja entregue, se puder ser preso, onde fez o malefício, se requerido for, para se fazer deles cumprimento de direito. E se dever duvida, onde quer que estiver, se faça dele cumprimento de direito.

Outro sim, me praz que os gados bravos possam matar os da ilha, assim, em uma parte como em outra, sem haver aí outra defesa, ressalvando o gado que andar nas ilhetas ou em outro lugar cerrado, que o lance aí o senhorio. E isso mesmo me praz que os gados mansos pascem assim em uma parte como em outra, trazendo-os pela mão, que não façam dano. E se o fizerem, que o pague seu dono.

E, em testemunho disto, mandei dar esta carta, assinada por mim e selada do meu selo.

Feita em Santarém, oito dias de Maio. Aires Pires a fez. Ano do Senhor de mil quatrocentos e quarenta

1 - De acordo com a doação de 26 de Setembro de 1433 o rei manteve para si o direito de apelação em caso de justiça maior como é o caso de morte e corte de membro, por isso esta situação é entendida como uma usurpação do poder régio. A situação repete-se nas doações do Funchal (1450) e Porto Santo (1446). O Rei na carta de confirmação da doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco de 25 de Novembro de 1450 assume a alçada sobre a justiça maior.

Divisão das capitanias na ilha da Madeira


Serra de madeira manual. Fotografia antiga

"Neste tempo[1516] tinha El-Rei mandado à ilha da Madeira para a jurisidição do Funchal um corregedor por nome Diogo Taveira por certas razões que a isso o moveram em despeito do Capitão Simão Gonçalves que estava na ilha, agravado da qual determinou de ir com toda sua casa para Castela , porque pelos serviços que tinha feitos a El-Rei não lhe merecia meter-lhe corregedor na sua jurisdição, sendo ele governador de justiça em toda sua capitania. E, com este agravo, se embarcou em duas caravelas com tenção de passar a Castela(...)el-Rei Dom Manuel lhe escreveu uma carta, com grandes promessas e esperanças de lhe fazer as honras e mercês que tais serviços mereciam, mandando-lhe que viesse logo e tornasse para o Reino, que ele o despacharia conforme seus merecimentos." [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1968, pp.245-247]

claro que esta incidia apenas na justiça intermédia. No caso da menor idade do capitão, o rei poderia assumir este papel através do envio de funcionários.

As exorbitâncias dos capitães obrigaram à intervenção directa do senhorio e coroa. O primeiro fez-se representar por ouvidores, enviados periodicamente à ilha com o fim de fiscalizar a acção dos capitães e fazer aplicar a justiça. A partir do século XVI esta função passou para a coroa sendo exercida pelos corregedores e desembargadores.

A punição a estabelecer aos capitães infractores podia ir até à perda da alçada como aconteceu em 1536 com o capitão de Machico. Por sentença da Relação a justiça na capitania passou para a administração directa da coroa. A partir de 1579 os ofícios e cargos da justiça são apresentados pelo rei.

O envio de corregedores enquadra-se na política de afirmação do poder real e de combate às exorbitâncias dos capitães. Eles representavam o poder real e o monarca, sendo mandatados para o exercício da justiça e solução das querelas que envolviam o capitão e demais autoridades. Os seus poderes foram depois alargados ao governo e administração das ilhas. A vinda em 1516 de Diogo Taveira e a acção abusiva que marcou a sua presença irritaram o capitão Simão Gonçalves da Câmara.

O desembargador João Leitão foi enviado à ilha como capitão mor e governador, acumulando a provedoria da Fazenda e da justiça. Em 1582 foi nomeado para servir como corregedor, provedor da fazenda, juiz dos resíduos, provedor das obras e dos órfãos, capelas, hospitais, albergarias.

O período de união das coroas peninsulares (1580-1640) teve reflexos evidentes na figura institucional do capitão. Durante este período o Governador e Capitão Geral era também o superintendente das coisas da guerra nas duas capitanias, perdendo o capitão a alcaidaria-mor da fortaleza.

A Restauração da monarquia portuguesa trouxe as capitanias de volta aos anteriores proprietários. Os capitães mantiveram o título, as rendas, a jurisdição camarária e judicial, perdendo definitivamente o poder militar para os Governadores e Capitães Generais.

Com o Marquês de Pombal iniciou-se o processo de extinção das capitanias, só concluído em 1832. Em 1766 as capitanias da Casa de Castelo Melhor, incluindo a do Funchal, foram incorporadas na coroa, ficando os poderes dos capitães reduzidos às alcaidarias-mores e a alguns privilégios, como a redizima dos rendimentos reais. Todas as jurisdições e o poder de nomeação dos ouvidores, oficiais de justiça, câmara, órfãos, almotaçarias e tabeliães passaram para a competência exclusiva da coroa. No ano imediato sucedeu o mesmo à de Machico e em 1770 à do Porto Santo. A partir daqui apagou-se a presença desta figura no quadro institucional das ilhas.

AS CAPITANIAS: MODELO DA EXPANSÃO

Entre 1440 e 1450 o Infante D. Henrique deu início à posse das áreas do senhorio na Madeira com a doação das capitanias de Machico, Porto Santo e Funchal.

Os donatários, no caso da Madeira e Açores, delegaram em capitães o governo das áreas atribuídas. Em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil não deixaram por mãos alheias o exercício do poder nos domínios para que receberam a doação.

A primeira referência surge em 1450 na doação da capitania da ilha Terceira a Jácome de Bruges, referindo o Infante que quanto à jurisdição e direitos se faça *"assim como nas ditas ilhas da Madeira e Porto Santo".* Já na carta de 1474 a Antão Martins especifica-se a fundamentação: *"tenha a capitania e governação da dita ilha, como o tem por mim João Gonçalves Zargo na ilha da Madeira na parte do Funchal e Tristão na parte de Machico e Perestrelo no Porto Santo, meus cavaleiros".*

Em Cabo Verde surge a mesma situação em 1478 na doação da capitania da parte de Ribeira Grande (ilha de Santiago) a D. Branca Aguiar filha de António de Noli diz-se: *"e lhe damos a dita capitania com aquela jurisdição, rendas e direitos assim e pela maneira que tem as capitanias dos nossos capitães de nossa ilha da Madeira".* E, em carta régia de 1520, sobre a jurisdição dos capitães das ilhas de Cabo Verde refere-se o seu exercício *"na forma que a tinha o dito capitulo da ilha da Madeira".*

Evolução e extinção das capitanias

FUNCHAL

A família dos Câmaras foi persistente na preservação do direito de posse da capitania. O único problema conhecido quanto à sucessão ocorreu em 1656. O capitão, João Gonçalves da Câmara morreu sem deixar filho varão, criando o problema da varonia e primogenitura, porque a herdeira directa era a sua irmã, D. Mariana de Lencastre Vasconcelos e Câmara, que teve sentença favorável à posse em 1660 e 1676. Por sua morte, em 1689, retornou a tradição assumindo a posse da mesma, D. Luís de Vasconcelos e Sousa.

Em 1623 o casamento do sétimo capitão, Simão Gonçalves da Câmara, com D. Maria de Vasconcelos, filha do Conde de Castelo-Melhor mudou a casa.

MACHICO

Os problemas com a manutenção da capitania começaram a surgir com o segundo capitão. A sua morte em 1506 indicia o fim do domínio desta família. D. João III fez correr demanda contra Diogo Teixeira, mas só conseguiu fazê-lo após a sua morte em 1541, com a doação a António de Silveira. Este, por sua vez, em 1549 vendeu-a a Francisco de Gusmão, ficando para quem casasse com a sua filha, D. Luísa de Gusmão. Consumado o enlace com o Conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, a posse passou para esta casa.

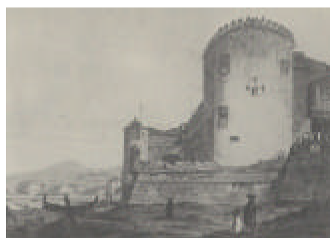
Com a união ibérica o titular tomou partido por D. António, tendo falecido em 1582 na Batalha de Vila Franca nos Açores. Todos os bens da casa foram confiscados pela coroa. Filipe II fez doação da mesma em 1582 a Tristão Vaz da Veiga, o que deu azo a demanda que a fez reverter para os legítimos proprietários em 1604 onde se manteve até 1832.

Tristão Vaz da Veiga havia recebido a capitania de Machico das mãos do rei de Castela, em 25 de Fevereiro de 1582, ainda em vida do proprietário, D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, como pagamento do apoio dado à entrada das tropas em Lisboa.

PORTO SANTO

Já no governo henriquino surgiu o problema da sucessão na capitania de Porto Santo. Bartolomeu Perestrelo terá morrido em 1457, deixando em aberto o lugar, uma vez que o filho varão, Bartolomeu Perestrelo, era menor de sete anos e sem capacidade para assumir ainda o seu governo. A de sua mãe, Isabel Moniz, optou pela venda ao genro, Pedro Correia da Cunha, capitão da ilha Graciosa. A operação foi confirmada pelo infante D. Henrique em 17 de Maio de 1458, mas na maioridade do herdeiro a coroa considerou a venda nula, não obstante estar já confirmada pelo senhorio.

Diogo Perestrelo Bisforte por correição de 1606 perdeu a capitania. Os dois filhos varões não puderam suceder-lhe por serem foragidos da justiça, sendo nomeado um lugar-tenente. Em 1617 Filipe II concedeu a mercê da capitania a D. Francisca Soares Perestrelo, ficando com o governo o seu marido, Vitoriano de Betencourt de Vasconcelos, confirmada em 1653. Por alvará de 1770 foi a capitania extinta.



Palácio de S. Lourenço. Gravura de 1804

"Adiante logo da alfândega... está a fortaleza Velha, que é a principal... e, assim como tem dentro água, não lhe faltam atafonas, fornos e celeiros para recolher os mantimentos e ricos aposentos, onde o capitão pousa, adornados com seu jardim e frescura."
[Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra, Ponta Delgada*,1979, p.111]

A UNIÃO IBÉRICA

A 14 de Setembro de 1580 Filipe II foi aclamado rei em Lisboa, sendo confirmado nas cortes de Tomar no ano seguinte.

A ameaça de ocupação da ilha por parte de uma armada franco-inglesa, levou Filipe II a ordenar em 19 de Março de 1582 a D. Agustin de Herrera que fosse defender a ilha com uma expedição de 300 homens. O desembarque no Funchal teve lugar a 29 de Maio, com a maior quietação para evitar qualquer alvoroço e no dia imediato, na presença de todas as autoridades e povo, fez-se juramento de fidelidade ao novo rei.

O Conde permaneceu na Madeira com as tropas enquanto duraram as hostilidades na ilha Terceira. Com a batalha e decisiva conquista da ilha a 26 de Julho de 1582, por D. Álvaro Bazan, recebeu a 2 de Setembro autorização para a abandonar. Em seu lugar ficou D. Juan de Aranda como chefe do presídio, ao comando de uma guarnição de 500 homens onde se incluíam os 200 soldados andaluzes que haviam chegado em Junho.

A força do presídio foi um foco de conflitos. A conjuntura de subsistência difícil o período de 1583 e 1637 manifestou-se nos motins havidos. A situação repercutiu-se no relacionamento institucional entre o capitão do presídio e o município ou com o provedor da fazenda, principais responsáveis pelo abastecimento da tropa.

As autoridades superiores

O capitão foi por muito tempo a autoridade superior em todo a área da capitania, sendo substituído apenas com a presença temporária de corregedores em alçada.

No século XVI o processo de afirmação régia faz-se através de funcionários nomeados pela coroa. A desconfiança face ao poder dos capitães está definida em inúmeras correições e na perda de alçada na justiça e fazenda para novos funcionários senhoriais ou régios. Isto é expressão do fim da capacidade plenipotenciária dos capitães. A sua alçada foi, paulatinamente, reduzida até se manter apenas no usufruto das rendas e os títulos honoríficos.

O **Palácio de S. Lourenço**, construído a partir do século XVI, por iniciativa da coroa, para servir como baluarte de defesa da cidade, ficou para a História como a expressão máxima do poder central no arquipélago. Primeiro com o capitão e, depois, a partir da união peninsular, com a figura do governador. No século XIX a separação dos poderes militar e civil obrigou a obras na fortaleza que passou a ser partilhada pelos governadores civil e militar. A situação manteve-se até a actualidade, sendo apenas o primeiro substituído pela figura do ministro da República, com o processo autonómico.

A necessidade de uma autoridade superior começou a notar-se primeiro nos arquipélagos mais a sul. Em 1541 o governo de S. Tomé estava centralizado na figura de um capitão, enquanto em Cabo Verde surgiu em 1578 a figura do capitão geral das ilhas. Este passou a chamar-se capitão governador em 1600 e em 1640 adequou-se à fórmula de capitão e governador-geral.

Na Madeira e nos Açores esta mudança da hierarquia de mando só aconteceu a partir da união das coroas peninsulares. No princípio este poder estava materializado na figura do capitão do presídio, passando depois para o de "geral e superintendente das cousas da guerra". Em Janeiro de 1582 surgiu o Desembargador João Leitão acometido do "governo geral de guerra e Administrador da Fazenda Real", que foi substituído em Março por D. Agustin de Herrera, como "Governador Geral da Madeira". Com a sua saída retornou João Leitão às funções sendo coadjuvado pelo comandante do Presídio, D. João de Aranda. Já em 1585 Tristão Vaz da Veiga é referido como "Superintendente das coisas da guerra, Governador das capitanias da ilha da Madeira e Alcaide Mor da fortaleza de São Lourenço".

A figura de Governador e Capitão-General, que perdurou até 1834 aparece lavrada na carta de nomeação de D. Luís de Miranda Henriques em 1640. Nesta nova estrutura administrativa a instituição militar passou a contar com uma guarnição permanente com

sede na Fortaleza de S. Lourenço, composta pelas forças do presídio castelhano. O "superintendente das cousas da guerra" tinha por função coordenar os assuntos militares e de fortificador da ilha. A alçada militar passou a estar na dependência da nova autoridade até ao advento da Revolução Liberal, altura em que se procedeu à sua separação.

As mudanças ocorridas no decurso da governação filipina acabaram por se institucionalizar. Os capitães perderam importância e surgiu a figura da autoridade máxima com intervenção nos diversos domínios, que ficou conhecida como governador e capitão general. A Restauração anunciou ainda mudanças de vulto no relacionamento institucional das ilhas com o reino, ficando a depender do novel *Conselho Ultramarino*, criado em 1642.

Na ilha do Porto Santo a ausência do capitão provocou um vazio de poder que a coroa procurou colmatar através da presença de um funcionário. Em 1606 os Perestrelos perderam a pose da capitania passando a mesma a ser governada por um lugar-tenente, João de Ornelas Rolim, e, em 1619, foi criado o cargo de capitão-governador, sendo provido Martim Mendes de Vasconcelos. Em 1749, face à morte do capitão, a ilha passou a ser administrada por um governador militar, sendo provido no cargo Nicolau Bettencourt Perestrelo.

A figura do capitão e governador geral manteve-se até ao advento da Revolução Liberal. A reforma administrativa liberal conduziu a uma mudança radical na estrutura de mando, procedendo-se à separação dos poderes civil e militar, adaptando-se modelo francês dos magistrados administrativos. Mouzinho da Silveira em 1832 dividiu o território em províncias. Os magistrados que representam o governo são em 1832 os prefeitos, que cedem lugar passados quatro anos ao administrador geral do distrito. Com a reforma estabelecida por Costa Cabral estes passam definitivamente a chamar-se Governadores Civis.

Em 1837 foi criada a Junta Geral que funcionava como uma assembleia de procuradores do povo e que elegia um conselho distrital a quem estava encarregado da tarefa de gerir o distrito, promovendo múltiplas iniciativas para o progresso público. A Junta foi extinta em 1892, mas por decreto de 8 de Agosto de 1901 foi restabelecida na Madeira de acordo com o plano de autonomia administrativa concedido ao arquipélago dos Açores em 1895.

Com a reforma de Costa Cabral em 1842 ficou definitivamente instituído que a figura mais importante do governo civil do arquipélago seria o Governador Civil. Ele assumia a posição de primeiro órgão de administração do Estado em representação do Governo.

De entre as figuras mais proeminentes que o ocuparam temos o primeiro, José Silvestre Ribeiro, que no período crítico de 1846 a



Palácio e S. Lourenço. Torreão

A RESTAURAÇÃO

A notícia da restauração da monarquia portuguesa foi conhecida na Madeira a 26 de Dezembro, por intermédio de um navio inglês, proveniente de Sevilha com destino às Canárias.

As cartas escritas pelo novo monarca às autoridades madeirenses só chegaram ao Funchal a 10 de Janeiro, procedendo-se à sua aclamação no Funchal no dia seguinte, a 13 do mesmo mês em Machico e a 5 de Fevereiro no Porto Santo.



Pedro Fagundes de Antas e Meneses, capitão e Governador-Geral(1807-1813)

1852, marcou de forma indelével a sua administração através de realizações que procuraram atacar a crise de fome que então se vivia e projectou a ilha para um plano de progresso com a realização de obras públicas. As reformas administrativas de 1936 e 1940 consolidaram este cargo, que foi assimilado pelos estatutos dos distritos administrativos.

Ainda hoje podemos encontrar formas da sua expressão nos distritos do continente português. Nas regiões autónomas da Madeira e Açores as mudanças ocorridas a partir de 1976 levaram a que a representação do Estado ficasse delegada na figura do Ministro da República.


José Silvestre Ribeiro. Governador Civil (1846-52)

O arquipélago e o poder central

A defesa dos interesses do arquipélago junto do senhorio e depois da coroa fazia-se através de procuradores ao reino pagos a expensas dos madeirenses. Estes surgem de forma esporádica, sendo enviados com a finalidade de cumprir determinadas missões. Normalmente cotizavam-se os moradores de ambas as capitanias, quando os interesses eram comuns. No decurso do governo senhorial e depois no século XVI temos inúmeros testemunhos desta situação que tiveram efeitos imediatos através dos apontamentos de resposta do senhorio ou rei de que foram portadores no regresso.

O arquipélago dispunha de procuradores às Cortes Gerais, tendo desde 1645 o privilégio de assento na primeira fila pelo facto dos madeirenses terem sido os primeiros a reconhecer o novo monarca, após a restauração da independência.

Com a revolução liberal a Madeira passou a dispor de três deputados nas cortes do Reino, situação que se manteve até 1976, altura em que a representação parlamentar madeirense passou para cinco deputados.


Palácio de S. Lourenço. Gravura de 1813


Francisco P. de Meneses Gorjão, Governador e Capitão General (1737-1751)

Desde o século XVI os capitães haviam abandonado as capitanias, passando a residir no reino, deixando-se substituir pelos ouvidores. Estes magistrados, com mandato trienal, regulamentado pelas ordenações, na ausência do capitão, administravam a justiça de acordo com o determinado na carta de doação e nas posteriores alterações.

As ouvidorias foram extintas em 1790 por D. Maria I. O absentismo dos capitães facilitou e justificou esta atitude, o que implicou um reforço dos poderes do Governador e Capitão General. Apenas na ilha do Porto Santo surgiu em sua substituição o lugar de juiz corregedor.

"Uma mulher viúva da ilha da Madeira, vindo à corte e entrando no Paço, tanto que viu a el-rei, a quem vinha buscar seu remédio, com grande alvoroço disse tão alto que a ouviram os circunstantes.

- Louvado seja Nosso Senhor, que me deixou ver que há em Portugal rei, porque até agora cuidei que o capitão da ilha da Madeira era Rei.

E, el-rei, ficando suspenso de a ouvir, depois que soube dela a causa porque aquilo dissera, mandando fazer prestes uma caravela, mandou ao capitão da ilha que se embarcasse nela, para que, com sua presença, não estorvasse saber-se lá a verdade e fazer-se justiça.

E, chegando o capitão à corte, trouxe-o nela muitos anos para satisfação deste e doutros agravos de que soube que na ilha havia queixosos.

[*Ditos Portugueses Dignos de Memória*, Lisboa, s.d., nº.1303, p.456]

Instituições régias e funcionários da coroa

Com a passagem do arquipélago para a subordinação da coroa, a partir de 1497, deixou de existir a figura intermédia do donatário. A estrutura administrativa foi alargada com o aparecimento de funcionários de nomeação régia com a função de superintender na justiça e fazenda. Eram os chamados *Ministros do Rei*.

A coroa manteve uma atitude implacável mas os vícios, acumulados em anos de livre governança, longe da presença do rei ou seus representantes, foram o principal obstáculo a esta tentativa de disciplinar o poder dos capitães. Em 1516 o do Funchal incompatibilizou-se com o corregedor negando-se a aceitá-lo como tal, o que levou a coroa a suspendê-lo e ao seu ouvidor.

A nova estrutura institucional contava com a revitalização do poder municipal, o aparecimento de novos municípios e de outras estruturas de mando.

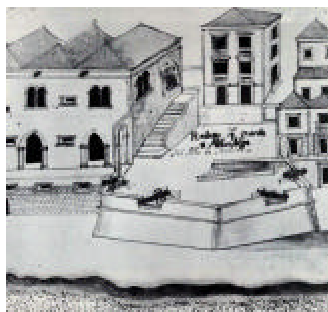
Foi necessário ainda definir uma forma específica de governo para as ilhas. Os governadores e ouvidores passaram a ser nomeados apenas por um período de três anos, findos os quais deveriam ser sujeitos a uma sindicância. Como se isto não bastasse a coroa passou a enviar, com frequência, ouvidores ou desembargadores para instruir uma sindicância à acção dos governadores, ouvidores e capitães-mores.

"(...)Eu tenho por informação certa que nos tempos que os navios nessa ilha carregam se fazem muitos e grandes conluios e passa o feito em tal forma que forçadamente os direitos do dito Senhor se não podem bem arrecadar e muitos deles se perdem por não ser dada alguma boa ordem para se melhor fazer . Querendo eu a isso prover em tal maneira que o dito Senhor haja o que lhe directamente pertencer e o povo moradores dessa ilha seja guardado todo seu direito hei por bem e vos mando que logo busqueis umas casas no Funchal que sejam pertencentes para alfândega.

[Apontamentos da Infanta D. Beatriz de 15 de Março de 1477, publ, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, 1972, p.81]

A Fazenda senhorial e régia

A estrutura institucional régia, aos poucos, ganhou nova dimensão. A forma de administração periférica estabelecida pela coroa, deixou de assentar na presença ou visita ocasional de funcionários, passando a ser feita através de uma instituição. A primeira intervenção aconteceu no domínio da Fazenda Real. Aos funcionários, como o almoxarife(1452), que passaram a partir de 1470 a estar subordinados ao contador, sucederam-se as instituições, como a alfândega e provedoria, por imperativo de uma maior intervenção e controlo da Fazenda Real. Em 1477 foram criadas alfândegas em todas as capitanias.



Alfândega do Funchal. Gravura de Bartolomeu João de 1654

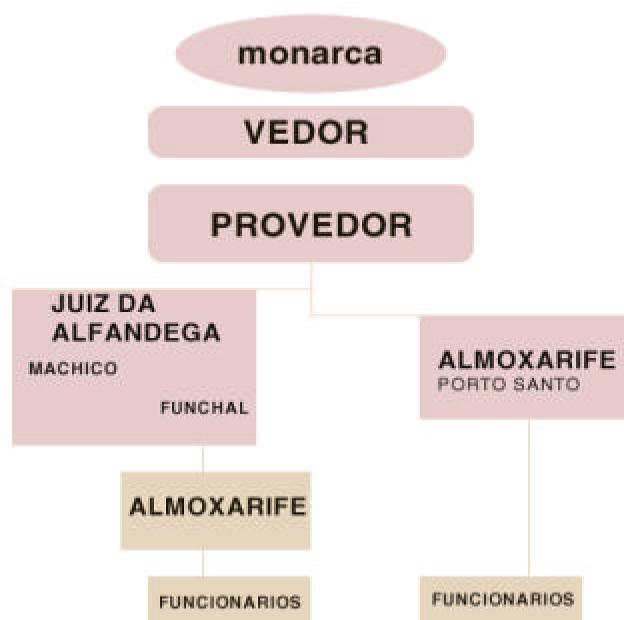


Portão dos Varadouros, construído em 1689. Foi demolido em 1911.

O Contador tinha a missão de superintender em tudo aquilo que se relacionava com as finanças e os direitos senhoriais e depois régios, tendo ainda tutela sobre os resíduos, órfãos e o concelho.

No século XVI esta estrutura ganhou maior dimensão com o provedor da fazenda(1508), que acumulava as funções de juiz da alfândega, e tinha por missão coordenar o aparelho fiscal. Este cargo em 1580 estava nas mãos do corregedor, com as funções de vedor da fazenda por os capitães que as exerciam estarem ausentes da ilha.

A estrutura financeira ficou assim estabelecida:



A Provedoria da Fazenda funcionou até 1775, altura em que foi extinta para dar lugar à Junta da Real Fazenda, que não resistiu à reforma liberal de 1834.

Estas estruturas, primeiro da fazenda senhorial e depois régia, tinham por finalidade administrar os réditos e as imposições lançadas sobre os produtos da terra, os moradores e actividades. Nas cartas de doação do senhorio e capitanias estavam definidos alguns destes benefícios que depois tiveram sistematização nos forais e regimentos.

A coroa está excluída até 1497 da fruição de todos os réditos da Madeira, a única excepção aconteceu em 1478 com o pedido extraordinário de empréstimo. Esta riqueza estava na mira do Rei, pois em 1497 quando a ilha passa para o domínio da coroa é clara a motivação desta opção: "é uma das principais e proveitosas coisas que nós, e real coroa de nosso reinos temos para ajudar, e sustento do estado real, e encargos de nossos reinos".

AS RENDAS DO SENHORIO

No período que decorre até 1497 o senhorio e o capitão tinham direito a rendas pelo exercício das funções jurisdicionais. Estas advinham dos direitos de controlo exclusivo de alguns meios de produção, como os moinhos, serras de água e engenhos, e da venda de produtos, como o sal. Acresce ainda ao capitão o direito à redízima, isto é, a 10% de todas as rendas cobradas pelo senhorio.

O infante D. Henrique, como senhor da ilha recebia o tributo de 1.500.000 reais, isto é 40,54% do total dos réditos da sua casa senhorial. João de Barros refere que o mestrado da Ordem de Cristo auferia da ilha anualmente mais de sessenta mil arrobas de açúcar.

A dízima, isto é, um décimo do valor em causa, foi a mais importante imposição lançada no princípio da ocupação do arquipélago. Ao senhor, pelo exercício jurisdicional, era devida a dízima de todo e qualquer rendimento fixo e de tudo aquilo que pudesse merecer qualquer mais valia, isto é, o pescado, produtos agrícolas e pecuários, e todos os produtos entrados e saídos d ilha. A Ordem de Cristo tinha direito à dizima de alguns serviços e produtos, estando neste caso, as lenhas, madeiras e pedras. Tal como o estabeleciam as *Constituições Sinodais* de 1578 esta era a "parte que Deus para si reservou dos bens que deu ao povo"

A coroa havia estabelecido em 1439, como incentivo às ligações com o reino, a isenção da dízima e portagem de todas as mercadorias para aí enviadas. Esta situação foi renovada por diversas vezes e ainda em 1495 era confirmada por D. Manuel. A medida foi igual para todas as ilhas atlânticas e terá funcionado como um incentivo à fixação de colonos nos novos espaços.

Os produtos de maior rentabilidade económica foram os que mereceram maior atenção em termos de imposições e controle. Estão neste caso o açúcar e o vinho.

No caso do açúcar, começou por onerar-se o processo de fabrico cobrando o Infante metade da produção dos que utilizassem as suas alçapremas e um terço do que fora laborado em engenhos particulares. A partir de 1467 o valor a cobrar desceu para apenas metade, situação que permaneceu até 1515, altura em que se quedou em um quinto.

Quanto ao vinho, começou por ser onerada a sua venda com a criação de uma imposição em 1485 sobre a venda nas tabernas, que tinha por finalidade cobrir as despesas da câmara com o armazenamento do cereal para abastecimento público e depois as obras públicas realizadas pela vereação. A partir de 1635 tivemos o donativo e em 1641 o décimo ou finto, impostos lançados para custear as despesas da guerra, a que se juntaram depois o subsídio literário(1772) e a imposição das estufas(1805). O subsídio literário foi criado expressamente para financiar o ensino público, uma vez expulsos os jesuítas de Portugal.

A cobrança destes direitos e imposições fazia-se por arrendamento. Isto é, a coroa arrendava a sua arrecadação, individualmente ou a sociedades comerciais, por prazos determinados, recebendo o valor correspondente. Estas sociedades no período de afirmação da economia açucareira foram muito disputadas por importantes sociedades comerciais europeias com sede em Lisboa, donde se destaca uma forte presença de judeus e genoveses.

No primeiro registo das receitas do reino e possessões, datado de 1506, a Madeira surgia com o valor mais elevado das comparticipações dos novos espaços insulares.

"Temos por bem e mandámos que ele[o Infante] e todos os que estão nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e de Deserta não paguem nenhumas dizimas nem portagens de quaisquer coisas que trouxerem das ditas ilhas à nossa cidade de Lisboa ou a outro qualquer porto dos nossos reinos. E esta quita lhe fazemos da feitura desta carta até cinco anos primeiros seguintes." [Carta régia de 1 de Junho de 1439, publ. *O Infante e as Ilhas*, Funchal, 1994, pp.100-101]



Alfândega: sala do despacho

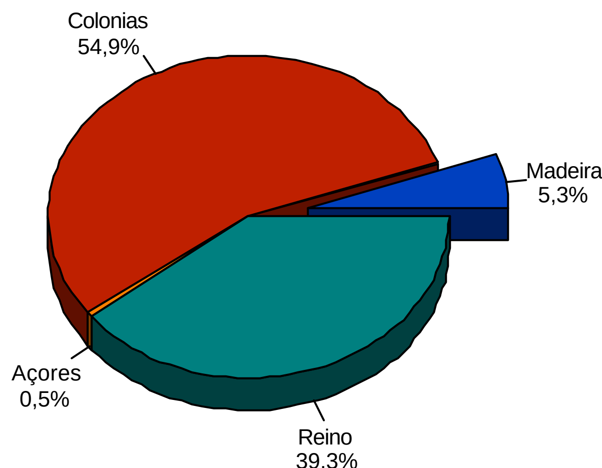
"Item quanto é ao oitavo capitulo em que me requerem que porquanto o concelho da dita ilha não tem renda nenhuma para pagamento das lojas e sacos que o dito concelho dá aos mercadores que trigo trazem lhes de lugar que possam fazer uma imposição sobre o vinho para as despesas do dito concelho.

Respondo que me praz e lhe dou a isso lugar e licença que o façam para sempre pela maneira e modo que se faz em Lisboa."

[Apontamentos do Rei D. Manuel de 22 de Março de 1485, publ. In *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, 1972, p.150]

Evolução das receitas da Madeira

Ano	Madeira		Total
	$(reais)	%	
1506	270.001	5,3	500.500
1527	12.000	10	197.949
1557	101.000	3	326.620
1588	24.240	5	967.119
1593	30.637	6	1.018.391
1607	21.400	3	1.672.270
1619	24.221	3	972.186
1625	19.400	3	894.824
1627	16.000	3	733.882



AS RENDAS DO AÇÚCAR

O açúcar dos direitos, depois de retirada a redizima, isto é, a décima parte que era propriedade do capitão e do donatário(até 1497), era utilizado pela coroa como meio de pagamentos dos salários, esmolas aos conventos (Santa Maria de Guadalupe, Jesus de Aveiro e Setúbal, Conceição de Braga) e misericórdias (Funchal, Lisboa, Ponta Delgada), benesses a príncipes e infantes da Casa Real e despesa aduaneira da ilha, enquanto a parte sobrante era vendida, directamente em Flandres pelos feitores do rei, ou por mercadores, por vezes, a troco de pimenta.

A sua aplicação na ilha era eventual, resumindo-se às despesas como a construção da Sé e Alfândega do Funchal, que receberam, respectivamente, 1.000 e 3.000 arrobas de açúcar. Neste grupo, mas com um carácter permanente, poder-se-á incluir o pagamento dos inúmeros pedidos de socorro e abastecimento das praças marroquinas, o provimento das armadas da Índia, por norma, em vinho.

Sobre as assíduas despesas com o socorro às praças africanas podemos citar, a título de exemplo, o concedido entre 1508 e 1514 a Safim. Neste período gastaram-se mil arrobas de açúcar e 83.815 reais, enquanto em 1531 o provimento de vinhos as armadas da Índia orçou em 124.490 reais.

Até à década de trinta do século XVI os réditos fiscais resultantes da produção e comércio do açúcar foram a fonte de financiamento do reino e dos projectos expansionistas. Este rendimento em finais do século XV e princípios da centúria seguinte era superior a cem mil arrobas, atingindo em 1512 as 144.065 arrobas, o que corresponde a 45.380.475 reais.

Os dados fiscais de 1531 dão-nos uma ideia da evolução da receita e despesa da ilha. Os réditos sobre as rendas do açúcar foram de 6.990.573 reais de que se gastaram 10% nos vencimentos do clero da capitania do Funchal e 7% no pagamento do empréstimo que os madeirenses havia feito para pagar o contrato das Molucas. Mais de cinquenta por cento das receitas iam directamente para o reino a engrossar os cofres da Fazenda Real.

A partir daqui poderá concluir-se que os madeirenses foram activos protagonistas da expansão lusíada dos séculos XV e XVI emprestando a própria vida e réditos, arrecadados com a safra do açúcar, no financiamento deste projecto e das exorbitâncias e caprichos quotidianos da Casa Real.

O primeiro monarca a definir regras orçamentais foi D. Manuel, mas o primeiro orçamento rudimentar que se conhece data de 1526. De acordo com os dados disponíveis as receitas fiscais orçaram em 166.347.611 reais, sendo 12.000.000 (= 7, 2%) da Madeira, que conjuntamente com as demais possessões fora da Europa totalizavam 37.630.000 (= 23%). A cidade de Lisboa, que apenas arrecadava 5% das receitas, absorvia 17% das despesas, o que implicava o financiamento externo com o recurso aos réditos arrecadados noutras províncias nomeadamente na Madeira, Açores e Costa da Guiné.

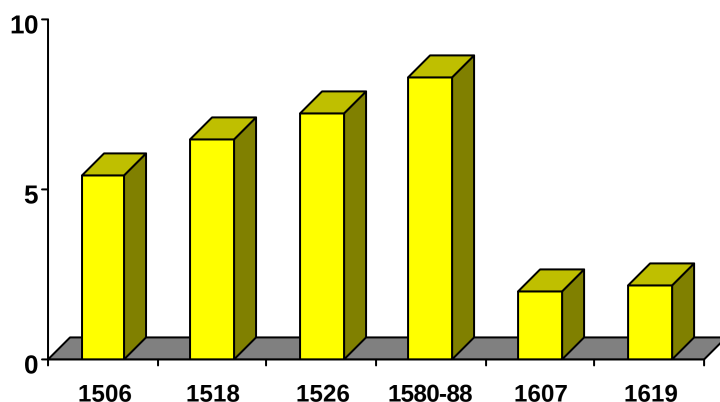
A Madeira, na primeira metade do século XVII, enfrentou dificuldades económicas com a crise açucareira, reflectindo-se nas finanças públicas. A fonte de receitas transferiu-se para as demais possessões e mesmo os Açores que atingem valores mais elevados. O quadro financeiro do ano de 1607 revela a precária situação das finanças madeirenses conduzindo a que a despesa representasse 94% da receita, o valor mais elevado.

Se atendermos apenas à participação madeirense na receita da coroa no decurso dos séculos XVI e XVII somos confrontados com uma forte intervenção. O açúcar foi o principal gerador de um forte excedente de riqueza que diminuiu de forma espectacular no século XVII.

A Madeira, como centro gerador da riqueza do reino e a forma colonial da administração, não passaram despercebida aos locais e visitantes. James Cook refere em 1768 que a coroa arrecadava na ilha 20.000 libras por ano, mas poderia dar o dobro se estivesse nas mãos de outro povo. Outro súbdito inglês em 1827 apontava o destino desta receita: "o rei pagava todas as despesas das legações no estrangeiro [isto antes de 1820] com o excedente dos seus rendimentos da Madeira. Todos os anos era transferida para Londres com esse fim uma quantia de 50 a 80.000 Libras."

O contraste entre esta riqueza que todos os anos enchia os cofres do reino e as condições cada vez mais precárias da população madeirense é evidente.

Paulo Dias de Almeida, enviado à ilha após a aluvião de 1803 para proceder ao estudo da defesa e rede viária, foi confrontado com esta triste realidade e não hesitou em exclamar: "Esta colónia, que já em quatro séculos, e tanto avulta nos reais cofres (quem o diria ?)...".



Perante este quadro é forçoso afirmar que a partir do século XVI Portugal tinha nas ilhas e possessões ultramarinas a sua principal fonte de riqueza. Apenas a conjuntura resultante da união dinástica na década de oitenta conduziu a uma quebra acentuada da receita das colónias. Em qualquer das circunstâncias os novos espaços gerados com os descobrimentos revelaram-se em todos os momentos dos séculos XVI e XVII como a mais valia e principal fonte de financiamento.

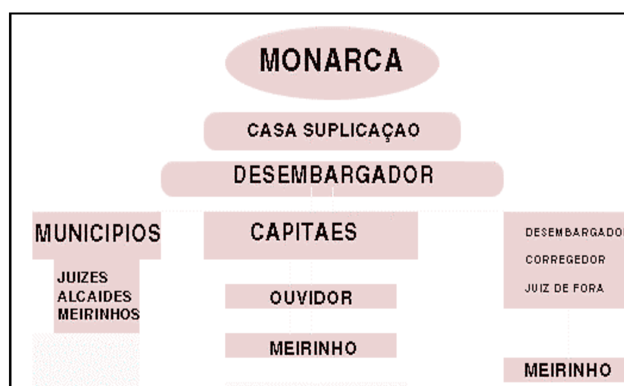
No século XVIII a promoção do comércio do vinho veio a gerar de novo elevada riqueza e a ilha parecia querer regressar aos velhos tempos da opulência açucareira.

Estrutura do sistema judicial madeirense no período de domínio do senhorio



VARA: era um pau roliço e alto, símbolo da autoridade, que apresentava na ponta as armas reais ou do concelho, conforme fosse dos juizes ou vereadores. Diferenciação do poder dos juizes e vereadores fazia-se através da cor da vara, que era branca para os primeiros e vermelha para os segundos.

Estrutura judicial no século XVI



A Justiça senhorial e régia

O exercício da justiça, que começou por estar nas mãos do capitão, adquiriu identidade própria. A par do capitão e seu ouvidor surgiram, primeiro os representantes do senhorio e depois os funcionários nomeados pela coroa.

A partir do século XVI a figura do corregedor e do juíz de fora(1507) são a expressão da nova forma de exercício da justiça régia de forma permanente ou temporária. A diferenciação da alçada dos juízes de fora e juízes ordinários do município estava simbolicamente representada na **vara**.

No decurso dos séculos XVI e XVII assinalam-se diversas correições por desembargadores enviados do reino pela coroa. Só a partir de 1767 ambos os cargos passaram a ter residência fixa na ilha. O corregedor intervêm uma intervenção na Câmara do Funchal, presidindo às sessões.

As correições tinham por objectivo inquirir as justiças locais sobre a aplicação das leis e regulamentos indo no sentido da defesa da jurisdição régia e da ordem pública. A isto juntava-se a tutela do governo municipal, com a verificação dos mandatos dos juízes e oficiais, a missão de polícia das obras públicas e da política de reflorestação.

As grandes transformações da justiça aconteceram no século XVIII com a perda desta alçada pelo capitão em favor de uma Corregedoria, instalada no Funchal em 1766. Entretanto em 1790 desapareceu a ouvidoria passando os seus poderes para o Governador e Capitão-General. A revolução liberal provocou uma transformação na estrutura do sistema judicial surgindo o arquipélago como uma comarca em 1823. Em 1835 havia dois julgados que em 1875 deram lugar a quatro comarcas.



Arca das eleições. S. Vicente, 1878.

MUNICIPIO e concelho são sinónimos na História das instituições portuguesas.

Município era uma comunidade de vizinhos dotada de certa capacidade administrativa

O Conselho era entendido como a reunião dos vizinhos, sendo a câmara a sala onde se reuniam, que depois passou também a designar a própria instituição.

"(...)o lugar da Ponta do Sol que é situado na nossa ilha da Madeira(...) é nela tão acrescentada a povoação(...) determinamos lhe ficar Nosso Senhor louvado como por ser tão longe da dita vila do Funchal não pode ser dela assim governado e regido em justiça como a nosso serviço. E a bem dos moradores dele cumpre pelo qual ainda deixa de mais crescer a sua povoação e se enobrecer tanto como faria sendo vila e tendo seus oficiais e justiça na terra segundo o costume das outras vilas(...)porque haverem de ir pelas coisas da justiça cada dia tão longe lhe é grande opressão e perda de suas fazendas(...). Em seus nomes temos por bem e fazemos do dito lugar da Ponte de Sol vila(...). E queremos que usem e vizinhem como até aqui fizeram assim nas águas, ervas e pascilgos e lenhas(...). E o capitão da dita vila do Funchal terá na dita vila da Ponte de Sol e seus termos aquela própria jurisdição que até aqui teve e tem na vila do Funchal e seu termo e assim na cadeia e outras rendas e liberdades que até aqui teve.(...)"[Carta de criação da vila da Ponta de Sol, de 2 de Dezembro de 1501, publ. Damião Peres, ed. Livro *Segundo das Saudades da Terra do doctor Gaspar Frutuoso*, Porto, 1925, pp.114-117]

O poder municipal

O governo das capitanias completou-se com o aparecimento do município. Esta estrutura deverá ter surgido a partir de 1450, sendo uma para cada capitania. A sua intervenção era muito limitada, pois que estava subordinada ao capitão. No Funchal não existiam paços do concelho, nem bandeira, nem selo e os juízes e procurador eram impostos pelo capitão, contrariando os regimentos do reino que estabeleciam a eleição dos pelouros.

A primeira preocupação do infante D. Fernando, quando assumiu em 1460 o governo da casa senhorial do seu tio, foi adequar o governo da ilha à nova conjuntura política e à satisfação das reclamações dos procuradores enviados ao Reino. Desde 1461 definiu para a ilha uma nova estrutura institucional, económica e religiosa. O capitão passou apenas a poder confirmar e dar juramento aos juízes eleitos. Esta última prerrogativa foi-lhes retirada pelas *Ordenações Filipinas*, mas com a Restauração deve ter sido restituída como o atesta a coroa em 1691.

O avanço mais significativo foi dado com o município, que se libertou do controlo e intervenção discricionária do capitão, passando os oficiais a serem eleitos entre os homens-bons, que faziam parte do rol aprovado pelo senhorio. O governo local até 1461 regeu-se pelo foral henriquino, mas como nele não se consignavam todas as normas, muito ficou ao arbítrio do capitão. Foi contra o poder majestático do capitão e servidores que os vizinhos do Funchal reclamaram ao novo senhor da ilha, apelando à plena afirmação da estrutura municipal.

A criação dos municípios obedeceu a regras. Primeiro estabeleceu-se um para cada capitania, que depois foi subdividido, de acordo com o progresso das localidades, dos problemas de isolamento e da capacidade reivindicativa dos moradores. A afirmação do poder municipal impôs-se na primeira metade do século dezasseis, com a criação de novos municípios. No Funchal, surgiram os de Ponta do Sol (1501) e Calheta (1502), e em Machico o de Santa Cruz (1515). Toda a costa norte ficou sob a alçada de Machico até 1744, altura em que surgiu o de S. Vicente.

A Revolução Liberal foi o início de uma nova era para a administração municipal. Em 1835, o território foi dividido em distritos, concelhos e freguesias. Daqui resultou o aparecimento de novos municípios: Santana e Porto Moniz. No Porto Moniz a situação foi passageira, sendo o concelho extinto por duas vezes (1849, 1867) e as freguesias do Seixal e Porto Moniz incorporadas no de S. Vicente. O mesmo sucedeu com o de Santana em 1867.

O PELOURINHO

O pelourinho ou picota era uma coluna de pedra colocada na praça pública defronte da Câmara. Simbolizava a jurisdição e autonomia do concelho. Era aí que se exercia a justiça, procedendo-se à aplicação das penas de açoites ou mutilação.

Todos os concelhos da ilha criados até à revolução liberal deveriam ser possuidores destes. Apenas se tem notícia e imagem dos do Funchal e Santa Cruz. Dos demais resta apenas a referência toponímica.

O do Funchal foi mandado erguer em 1486 por D. Manuel no então campo do Duque, no actual Largo da Sé. Gaspar Frutuoso fala-nos de um pelourinho de jaspe que existia no espaço do actual Largo do Pelourinho.



Pelourinho do Funchal. 1822



Pelourinho de Santa Cruz. Gravura de James Bulwer(1827)

COMPETENCIAS DOS MUNICIPIOS

O município, representado através dos vereadores, eleitos de entre os homens-bons, detinha os seguintes poderes:

- **economia local**:
- capacidade de regular o abastecimento local, as terras, águas,
- definição dos locais de compra e venda dos produtos,
- controlo do armazenamento, transporte e distribuição de bens essenciais, como foi o caso dos cereais,
- controlo dos preços, pesos e medidas
- **posturas**: normas gerais de conduta aplicáveis a toda a jurisdição,
- **nomeação** dos alcaides da cidade e dos lugares, dos juízes pedâneos, almotacés, guardas mores e meirinhos da serra e cidade,
- policiamento municipal
- **obras públicas**: construção e reparação de caminhos e pontes.
- **Sanidade pública**: limpeza das ruas e controle das entradas no porto,
- **Assistência social** aos lázaros e expostos.

POSTURAS: Uma das formas de intervenção do município acontecia com a definição do código de posturas. Nestas estabeleciam-se as normas de direito municipal reguladoras do quotidiano dos munícipes.

O texto das posturas aprovadas em vereação estabelecem as seguintes norma:

- para os cargos municipais e a administração da fazenda municipal,
- para as actividades económicas desde a mundividência rural, oficinal e mercantil,
- de conduta da sociabilidade através da regularização dos costumes e dos comportamentos de alguns grupos marginais como as meretrizes, escravos e mancebos,
- De salubridade dos espaços públicos.

As posturas eram divulgadas em público pelo Porteiro da Câmara, através de pregão. Aos infractores destas normas era imposta uma coima, isto é, açoites, prisão ou pena pecuniária, que revertia como receita da Câmara. O rendeiro e o alcaide tinham o encargo de aplicar as penas.



Vereadores da Câmara do Funchal: gravura de 1820

VEREADORES

A partir de D. Afonso IV a administração ou *vereamento* da terra passou a ser assistida por um grupo de três homens-bons que passaram a chamar-se vereadores. Estes, de acordo com documento de 1635, deveriam ser "fidalgos e pessoas beneméritas filhos e netos de fidalgos e pessoas de governança".

Eram os magistrados na ordem administrativa local, tendo o encargo, de acordo com as ordenações, "no regimento da terra, e das obras do concelho, e de qualquer causa que poderem saber e entender".

Estavam obrigados a assistir às duas reuniões semanais da câmara e deliberar sobre assuntos de interesse local, que iam desde a administração financeira, ao regulamento das actividades, preços, supervisionamento das obras municipais e julgar alguns pequenos feitos.

A eleição era trienal, de entre os homens-bons do concelho, sendo a abertura do pelouro, isto é, das bolas de cera que continham a lista feita anualmente em Janeiro.

Os funcionários

A estrutura do município assentava num conjunto de funcionários com funções diversas, que podem ser escalonados de acordo com as suas competências e posição na hierarquia de mando:

- **oficiais de nomeação régia**: corregedor e alcaide
- **oficiais eleitos por sufrágio indirecto, pelos vizinhos ou ofícios**: vereadores, procurador do concelho, almotacéis, guardas mores de saúde, procuradores dos mesteres
- **funcionários administrativos, de provimento régio**

O senhorio e a coroa intervinham activamente, pois eram eles que estabeleciam as listas de homens-bons, donde se retiravam os eleitos. Os cargos de nomeação eram de iniciativa do senhorio, passando a partir de 1497 a ser da responsabilidade da coroa.

O provimento dos ofícios era vitalício ou perpétuo. Isto quer dizer que um ofício de provimento régio ficava na posse da família que havia recebido a benesse. A sua transmissão poderia erafeita por venda ou casamento. Normalmente era o dote da filha mais velha. E casos houve em que o mesmo se transmitia mediante contrato que obrigava quem o exercia a entregar uma pensão ao seu proprietário. Este carácter patrimonial e hereditário dos ofícios conduziu ao estabelecimento de verdadeiras oligarquias administrativas.

A vereação definia-se por três vereadores, um procurador do concelho, dois juízes ordinários, dois almotacés e quatro procuradores dos mesteres.

A eleição dos oficiais concelhios fazia-se de modo indirecto a partir de uma pauta onde estavam tombados todos os **homens-bons** do concelho, isto é, todos aqueles que aí residiam e que se encontravam aptos para o exercício das funções. O acto tinha lugar na presença do capitão, seu ouvidor ou o corregedor, competindo ao rei a confirmação das listas.

Trienalmente procedia-se, a partir da pauta, à elaboração de três róis para os cargos de juiz, vereador e procurador com os nomes daqueles que haviam de exercer os cargos nos três próximos mandatos. Depois, eram colocados individualmente em pequenas bolas de cera (= pelouros) e distribuídos por três sacos, de acordo com os cargos e guardados numa arca às ordens do porteiro da câmara. No final de cada mandato procedia-se à abertura solene da arca e pelouros. A partir de 1644 deixou de haver sorteio dos pelouros, sendo o elenco camarário nomeado pelo Desembargo do Paço, a partir de uma lista de homens elegíveis para a governança.

Os almotacés eram eleitos no início do ano de entre os homens-bons que não estivessem em exercício de funções, sendo dois para cada mês. Nos dois primeiros meses serviam os juizes e os dois vereadores mais antigos do ano anterior. Esta situação acontece desde 1495, pois antes eram eleitos "a vozes", a exemplo do que também sucedia para os juízes pedâneos e tesoureiros.

A presença dos demais vizinhos estava simbolicamente estabelecida na figura do procurador do concelho e a partir de 1482 nos representantes dos mesteres.

HOMENS-BONS

É sinónimo dos mais ilustres e notáveis do lugar que podiam ser eleitos para os cargos municipais. Era uma forma de consideração social. No século XVIII passaram a ser conhecidos com os homens da governança.

A lista dos homens-bons era feita em vereação e aprovada pela coroa. Em 1471 a lista apresentava 38 nomes. Em 1508 a coroa refere em alvará que o seu número não podia ultrapassar os cinquenta.

Sabe-se que estes eram apenas fidalgos e que não poderiam ser misturados com pessoas de baixa condição social. Deste modo em 1519 foi estabelecido que os cargos de almotacés e tesoureiros fossem para "outra gente honrada da cidade" que não devia estar no rol dos homens-bons.

Intervinham nos cargos municipais e como conselheiros do alcaide nos julgamentos. Os homens-bons, mesmo não fazendo parte da vereação, poderiam participar nas reuniões concelhias e emitir parecer ou voto.

O período de ocupação filipina foi pautada por uma quebra da capacidade de intervenção do poder municipal. Os conflitos permanentes com as forças do presídio e o Governador conduziram ao alheamento dos homens-bons.

Desde 1616 a lista passou ser elaborada pelo corregedor e ouvidor, sendo a escolha feita entre os mais nobres e aqueles que fossem filhos dos que andavam nos referidos cargos. Esta situação que será alterada após a Restauração, assumindo de novo uma posição forte no governo.

Um breve análise das listagens do século XVI confirma que rol era composto pelas principais famílias e de entre estas eram um grupo restrito que as controlava.

"(...) e havemos por bem que a câmara da dita vila seja regida e governada pela maneira que se rege a câmara da nossa cidade de Lisboa. Nos provesse que os tais ofícios de vereadores da dita vila não andem daqui em diante em semelhantes pessoas senão nos fidalgos dela pois aí há tantos e tais que muito bem podem fazer (...)"
[Carta régia de 17 de Agosto de 1508, publ. In Arquivo Histórico da Madeira, vol. vol. XVIII, 1974, pp.505-6]

"(...)porquanto que até agora não havia foral nosso, nem dos reis passados, porque se houvesse de arrecadar as dízimas da dita alfândega, conformando-se com o foral desta cidade de Lisboa e assim com o costume e uso que sempre na dita ilha houve por autoridade e mandado do Infante D. Henrique, meu tio, que Deus haja, que a primeiramente povoou, e depois pelo infante meu Pai que Deus tem ordenamos ora fazer, não para que houvessemos de acrescentar nem diminuir nada do que se até agora levou, mas para estar feito e assinado por nós, de maneira em que deve ser,(...)"
[Foral e Regimento de 4 de Julho de 1499, Urbano de Mendonça Dias, *A Vida de Nossos Avós*, Vila Franca do Campo, 1944, vol. II, p.11]



Paços do Concelho do Porto Santo

"(...)vos encomendei nela foi a praça que há-de fazer no meu chão e nela uma boa câmara para o concelho de sobrado e que fosse tão grande e tal que na loja de baixo se pudessem fazer as audiências e que isso mesmo na dita praça se fizesse uma muito boa picota(...)" [carta do duque de 3 de Outubro de 1486, publ. In *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, 1973, p.201]

O funcionamento do município e o número de funcionários dependia da importância de cada um e do avolumar dos problemas. As ordenações e os regimentos régios estabeleciam a obrigatoriedade de duas sessões semanais, à quarta-feira e ao sábado, para o Senado da Câmara. Esta ordem só foi cumprida nos Municípios de maior dimensão. Nos restantes apenas uma reunião semanal ao sábado era suficiente para atender aos problemas que a vivência municipal colocava. O ritmo de actividade municipal era quebrado com o redobrar da faina dos campos em tempo das colheitas -- cana, cereais, pastel e uvas --, passando as reuniões a realizarem-se quinzenalmente ou então fazia-se uma pausa.

A alçada

Uma das principais preocupações do município era o de assegurar os meios básicos de subsistência, procurando evitar a rotura nos abastecimentos. A não correspondência entre o ano civil e administrativo com o ano agrícola criou dificuldades. Por isso, no início, ajustou-se o ano administrativo ao calendário agrícola, iniciando-se os mandatos no dia de S. João.

As prerrogativas que definiam a sua intervenção estavam exaradas no foral, concedido, pelo senhorio ou coroa, às localidades. Na Madeira o primeiro foi dado pelo infante D. Henrique, cujo texto se perdeu, seguindo-se outros em 1472, 1499 e 1515. O penúltimo ficou conhecido como *foral novo* e foi uma tentativa no sentido de uniformizar a capacidade de intervenção dos municípios. Os regimentos régios, ou as respostas pontuais às dúvidas colocadas pelos munícipes, complementavam a alçada e a capacidade de intervenção dos funcionários. Algumas destas ordens foram depois compiladas nas Ordenações do reino.

A alçada do município estava representada de forma simbólica no selo, bandeira e pelourinho. A estes juntava-se o foral que estabelecia o estatuto de vila e as regalias. As vilas criadas pelo infante D. Henrique na Madeira não usufruíam de tais prerrogativas, só alcançadas em 1461 pelo infante D. Fernando, a pedido dos vizinhos do Funchal. O pelourinho, símbolo do braço implacável da justiça, só foi mandado erguer no Funchal em 1486 por ordem de D. Manuel.

A ideia de criação do município resultou da necessidade de regulamentar os aspectos do quotidiano e de estabelecer uma estrutura institucional que fosse o porta-voz dos anseios das populações. O município nos séculos XVI e XVII usufruía de ampla autonomia e de elevada participação das gentes na governança.

A prática municipal veio a revelar alguns atropelos que levaram a coroa a limitar a alçada por meio da intervenção de funcionários régios, como o corregedor. No período de união das coroas peninsulares (1580-1640), cercearam-se alguns dos poderes através de algumas mudanças na estrutura e orgânica municipal.

A intervenção e a alçada dos cargos municipais ficaram definidas nas ordenações e regimentos régios. As normas para serviço dos funcionários municipais, como sucede com os rendeiros do verde e os almotacéis, eram da exclusiva competência da vereação e homens-bons e surgem nas posturas. A actuação e jurisdição da justiça, limitada aos feitos cíveis, referidos nas posturas, está expressa no número de funcionários, como o juiz de fora, juizes pedâneos, alcaide, carcereiro, quadrilheiro, meirinho da serra e cidade, guardas mores.

Paços do Concelho de Machico

Aos vereadores eram acometidas tarefas fundamentais para a definição do quotidiano da vida do burgo e demais espaço da sua jurisdição. De acordo com as “Ordenações Filipinas” eles tinham o “cargo de todo o regimento da terra” de modo a que todos pudessem viver bem. Deste modo ao nível político cabia-lhe a defesa da jurisdição concelhia e a elaboração das posturas que estabeleciam as normas de conduta locais. No âmbito económico para além de serem a salvaguarda do património camarário, tinham um papel interventivo na circulação e venda dos produtos, ficando a seu cargo o estabelecimento do preço de venda ao público dos produtos, as tabelas dos serviços dos vários ofícios e garantir o normal abastecimento de bens fundamentais para a sobrevivência do burgo como os cereais. A sua alçada alargava-se ainda ao campo judicial e financeiro. No primeiro caso podiam julgar alguns feitos, nomeadamente os de almotaçaria e de injúrias verbais, enquanto no segundo assumiam o papel de decidir sobre as despesas do concelho e propor o lançamento de fintas para acudir às despesas.

Paços do Concelho da Calheta

A revolução liberal contribuiu para uma transformação da estrutura de poder municipal, mas a sua actual expressão, de participação directa dos cidadãos, é apenas uma conquista resultante das mudanças políticas ocorridas a partir de 1974.

Evolução dos municípios nos séculos XIX e XX


Salao Nobre da Câmara Municipal do Funchal


Paços do Concelho Santana.

O edifício da Câmara estava situado no Pico Tanoeiro, passando depois para o Caminho do Chão, onde se encontrava instalado em 14 de Agosto de 1948, quando ocorreu o incêndio. A partir de 1958 instalou-se em edifício próprio, mandado construir para o efeito. O projecto do imóvel é da autoria do Arquitecto Leonardo Rei Colaço de Castro Freire.

A revolução liberal deu início a uma mudança radical na estrutura municipal, sendo a mais evidente ocorrida com o Código Administrativo de 18 de Março de 1842, conhecido como cabralista. A grande novidade estava no aparecimento da paróquia como circunscrição civil, sendo suportada por um conselho, um administrador e o pároco da freguesia que lhe servia de sede. Para o município surge o conselho municipal, cujos vogais eram recrutados entre os moradores de acordo com o valor do pagamento da décima.

Aqui todos os cargos são de eleição e só podem ser eleitores todos os maiores de 25 anos que pagam imposto. Os actos eleitorais decorriam no mês de Novembro, sendo a posse conferida a 2 de Janeiro do ano imediato, após ser dada a chancela pelo Governo Civil. Dos cinco vogais eleitos um era presidente e outro vice-presidente. As eleições para a assembleia do concelho tinham lugar num domingo em cada uma das freguesias, sob a superintendência dos vereadores, escolhendo-se um juiz eleito, de paz e de junta de paróquia O exercício dos cargos era gratuito e obrigatório para todos eleitos, por isso só poderia ser exercido por quem tivesse meios suficientes para o seu sustento.

O código de 1842 foi revogado a 1 de Janeiro de 1879, dando lugar ao novo, aprovado em 1878. Aqui uniformizaram-se os actos eleitorais e a lista de eleitores, sendo os mandatos por quatro anos. Todavia o código, aprovado a 17 de Julho de 1886, estabelece que os mandatos são trienais, impondo-se como condição para aos candidatos o serem alfabetizados. O presidente e vice-presidente eram eleitos por escrutínio secreto, em sessão presidida pelo juiz mais velho. O Administrador do concelho era o delegado do Governo sendo nomeado pelo Govemador Civil.

No século XX o poder municipal sofreu novas transformações. Em 1910 com a República a estrutura camarária sofreu alterações, estabelecidas pela lei de 13 de Outubro que retomou o código de 1878. Acabou a figura do administrador do concelho, passando as suas funções para a alçada do presidente. De acordo com a lei nº. 88, de 7 de Agosto de 1913, os mandatos eram trienais, sendo os vereadores eleitos pelos cidadãos com capacidade eleitoral. A presidência da Câmara é assegurada por um presidente, vice-presidente, secretário e vice-secretário.

A Vereação deu lugar à Comissão Executiva composta de cinco elementos, sendo um presidente, um vice-presidente um secretário e dois vogais, com funções deliberativas e a obrigação de se reunir apenas quatro vezes ao ano. A presidência

era nomeada pelo Governador Civil, sendo de sua confiança. A eleição da comissão executiva era feita por escrutínio secreto sob a superintendência do presidente.

O governo da Ditadura, saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926, imprimiu novas alterações ao sistema de governo municipal. O decreto-lei nº 11 875 de 13 de Julho de 1926 dissolveu o sistema municipal vigente ficando com o encargo do expediente o administrador do concelho. O Governador Civil ficou obrigado de, num prazo de vinte dias, indicar ao Ministério do Interior seis cidadãos, sendo três efectivos e três suplentes, para pertencerem à comissão administrativa de cada município.

O decreto de lei n.º 19 694 de 5 de Maio de 1931 estabeleceu as normas que regiam a eleição dos vogais da Câmara, dando-lhe um cariz corporativo ao estabelecer que a eleição era feita através das Juntas de Freguesia e Corporações existentes no Concelho. A partir de 1936 o presidente é nomeado pelo governo e assume-se como o seu representante, acumulando as funções policiais que haviam sido do administrador.

De acordo com o Código Administrativo de 1940, o Município era definido pela figura do Presidente, Conselho e Câmara Municipal. O Conselho, com funções deliberativas e consultivas, era composto pelo Presidente da Câmara, representantes das Juntas de Freguesia e Corporações locais. O executivo camarário era composto de um presidente, um vice-presidente e os vereadores eleitos pelo Conselho, a que se juntou desde 1927 a figura do Administrador do Concelho. Para a Madeira foi estabelecida uma situação especial exarada no estatuto aprovado em 1947.

Os mandatos de presidente e vice-presidente eram estabelecidos por quatro anos e ninguém poderia escusar-se ao seu exercício. Os vereadores eram eleitos pelo conselho para um mandato de três anos. O seu exercício era gratuito e obrigatório. Os pelouros eram estabelecidos pelo presidente que procedia a sua distribuição entre os vogais eleitos. O século XX redobrou as responsabilidades da Vereação, levando a uma mais eficaz distribuição da alçada dos diversos vogais da Câmara.

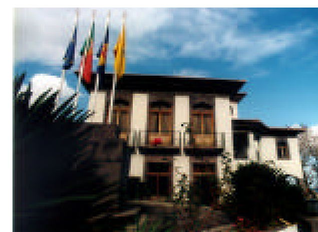
A constituição de 1933 e o código de 1940 fizeram com que se estabilizasse o regime de governo municipal que persistiu até 25 de Abril de 1974. Só com esta viragem do sistema político o regime municipal retomou a antiga estrutura democrática, sendo todos os cargos eleitos pelo sistema de eleição directa e universal. As primeiras eleições autárquicas aconteceram em Dezembro de 1976.

A definição do poder municipal, tal como hoje o entendemos, foi feita por lei de 25 de Outubro de 1975, sobre as atribuições e competências dos seus órgãos, a que se juntou em 1979 a Lei das Finanças Locais.



Paços do Concelho de S. Vicente.

Até 1985 os Paços do concelho andaram em espaços alugados na vila ou fora dela. Em 1929, o constante temor das cheias, levou a que se projectasse a construção de uma nova vila no Poiso, projecto que não se concretizou, surgindo em seu lugar uma escola.


Paços concelho do Porto Moniz

Para saber mais ...

A Madeira realenga

27 de Abril de 1497: Carta del-Rei Nosso Senhor em que faz realenga a esta ilha da Madeira para sempre

"Dom Manuel por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África Senhor de Guine.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por quanto a nossa ilha da Madeira é uma das principais e proveitosas coisas que nós e a real coroa de nossos Reinos temos para ajuda e suporte do estado Real e encargos de nossos Reinos anos parece coisa justa e necessária que a dita ilha com seu Senhorio rendas e jurisdição seja somente da dita nossa coroa para sempre e dos Reis nossos herdeiros e sucessores que a sucederem. E pelo qual é assim por fazermos graça e mercê a dita ilha e aos moradores e povoadores dela e por ter razão desse mais em nobrecer e aproveitar de nosso moto próprio certa ciência, poder absoluto e livre vontade.

Temos por bem e por esta em nosso nome e de nossos herdeiros e sucessores prometemos para sempre e damos a nossa fé Real que em algum tempo por alguma necessidade ou causa cuidada e não cuidada que a nós e a nossos sucessores sobrevenham, ainda que seja de grande peso e importância, nunca a dita ilha nem parte dela com seu senhorio, rendas e jurisdição seja dada para nós nem para nossos sucessores de graça nem em vida, nem de juro nem per outra qualquer maneira alguma pessoa de qualquer[r] estado condição e preeminência que seja nem a igreja nem a mosteiro nem a casa outra piadosa nem a Religião nem a ordem posto que seja de cavalaria.

Antes queremos e outra vez prometemos que a dita ilha inteira e junta seja sempre nossa e de nossa coroa e dos reis nossos sucessores e nunca de nós nem deles seja desunida e apartada em algum tempo por mais firmeza e segurança do qual nós em nosso nome e dos Reis nossos sucessores e herdeiros juramos ao sinal da cruz e aos Santos evangelhos em que corporalmente pomos as mãos de nós e os ditos nossos herdeiros e sucessores o cumprirmos e mantermos assim inteiramente sem arte cautela nem minguamento algum.

E de nuca em algum tempo pedirmos relevamento nem absolvição deste juramento antes suplicamos a nosso muito Santo padre que pelo tempo for presidente na igreja de Deus que contra este juramento nunca dispense nem o tempere para com a licença dele se fazer o contrario disto e rogamos e encomendamos muito aos Reis nossos herdeiros e sucessores que pelos tempos forem que por nossa benção e sob pena da maldição de Deus e nossa sempre o assim cumpram e conservem para sempre.

Em testemunho e fé do qual mandamos dar esta carta à dita ilha e aos moradores dela.

Assinada por nos e selada do nosso selo do chumbo.

Dada em a nossa cidade e Evora a xxbij[27] dias do mês de Abril Vicente Pires a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mjll E iiijc LR bij[1497] anos.

O Rey."

[ARM, CMF, *Registo Geral*, tomo 1, fols 272vº-273vº, publ in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, 1973, pp. 363-364]

Divisão administrativa

MUNICIPIO	**FREGUESIAS**	**DATA FUNDAÇÃO**	**ARMAS**	**DESCRIÇÃO** Do Brasão de armas:
CALHETA	Arco da Calheta, Calheta, Estreito da Calheta, Prazeres, Jardim do Mar, Paúl do Mar, Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo	1 de Julho de 1502		Vermelho com uma pomba emblemática do Espírito Santo de ouro; em chefe, raios dourados; em contrachefe nuvens douradas. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres "Calheta", de negro.
CÂMARA DE LOBOS	Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Câmara de Lobos, Curral das Freiras, Quinta Grande, Jardim da Serra	16 de Outubro de 1835 (criado em 1832, mas só instalado nesta data)		De amarelo com uma âncora de ouro entre dois lobos marinhos, postos em pala. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com "Câmara de Lobos" , de negro.
FUNCHAL	Sé, S. Pedro, Santa Luzia, Santa Maria Maior, Imaculado Coração de Maria, Monte, Santo António, S. Martinho, S. Roque, S. Gonçalo	1451(?)		De verde, com cinco pães de açúcar, de ouro em espiral, com base de púrpura, postos em cruz, acantonados por quatro cachos de uvas de ouro. Cada cacho carregado com uma quina de azul com cinco beantes de prata, em aspa. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com "Funchal" a negro.
MACHICO	Machico, Caniçal, Porto da Cruz, Santo António da Serra, Água de Pena	1451(?)		Azul, com uma banda de prata, aguada do campo, entre duas canas de açúcar verdes. Coroa mural de prata com quatro torres. Listel branco com "Machico" , de negro.
PONTA DO SOL	Ponta do Sol, Canhas, Madalena do Mar	2 de Dezembro de 1501		De azul com um sol de ouro. Coroa mural de prata com quatro torres. Listel branco com "Ponta de Sol" , de negro.
PORTO MONIZ	Porto Moniz, Seixal, Achadas a Cruz, Ribeira da Janela	31 de Outubro de 1835		De negro com uma torre torreada de prata, aberta e iluminada de vermelho saindo de um mar; duas canas de açúcar de ouro. Em chefe, um cacho de uvas folhado de ouro, com as quinas das armas de Portugal, com duas estrelas de ouro de oito raios. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com "Vila de Porto Moniz", de negro.
PORTO SANTO	Nossa Senhora da Piedade	1451(?)		De prata com um dragoeiro verde, firmado num monte de areia, tudo assente em contrachefe ondado de três peças de verde e prata. Cora mural de quatro cinco torres de prata. Listel branco com "Porto Santo" , de negro.

RIBEIRA BRAVA	Campanário, Ribeira Brava, Serra de Água, Tabua	6 de Maio de 1914		Em campo verde, uma torre de prata. Em chefe, quatro« estrelas de cinco pontas em prata. Em Contrachefe uma banda ondada, de prata, aguada de azul marinho. Coroa mural de quatro torres de prata. Listel branco com "Ribeira Brava", de verde
S. VICENTE	S. Vicente, Boaventura, Ponta Delgada	25 de Agosto de 1744		Fundo de ouro, imagem de São Vicente, com sua dalmática, sustentando na mão direita uma palma e na esquerda uma grelha, de vermelho. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com "São Vicente", de negro.
SANTA CRUZ	Caniço, Camacha, Gaula, Santa Cruz, Santo António da Serra	25 de Junho de 1515		De verde. No chefe, dois cachos de uvas púrpura, assentes em parras de ouro e carregadas de uma quina das armas de Portugal. Coroa mural de cinco torres de prata. Listel branco com "Santa Cruz" , de negro.
SANTANA	Arco de S. Jorge, S. Jorge, Santana, Faial, S. Roque do Faial, Ilha	1835		Fundo de prata, um ramo florido de hortênsias e dois ramos de milho verde, espigas de ouro, tudo posto em roquete. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel Branco com "Santana" , de negro.

CRONOLOGIA

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1452: primeira referência ao almoxarife

1460: presença na ilha do ouvidor do senhorio em devassa

1470: primeira informação sobre o contador

1502: o capitão assume o ofício de vedor da fazenda

1504. primeira devassa por um desembargador

1508: juiz de fora em exercício no Funchal com alçada de corregedor

1528: o capitão do Funchal passa a dispor de dois ouvidores

1580: o corregedor acumula as funções do provedor da Fazenda e a alçada do vedor

1766: instalação da corregedoria do Funchal

1775: extinção da Provedoria da Fazenda, criando-se em seu lugar a Junta da Real Fazenda

1790: extinção da ouvidoria, passando a sua alçada para o capitão e governador.

REFORMAS MUNICIPAIS

1461: as eleições fazem-se de acordo com o sistema de pelouros existentes no reino

1482: os ofícios têm representação no município através dos procuradores dos mesteres

1495: os tesoureiros, almotacés, juizes pedâneos e estimadores passam a ser sorteados pelo método dos pelouros

1509: o rei passa a confirmar a eleição dos oficiais camarários

1836: divisão do território em distritos, concelhos e freguesias

1842: a paróquia é uma circunscrição administrativa civil

1886: os mandatos para o município são trienais devendo os candidatos ser alfabetizados

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1.BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1. FONTES

COSTA, José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, Funchal, CEHA, 1995.

- *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XVI*, Funchal, CEHA, 1999.
- *(com Fernando Jasmins Pereira)Livro de Contas da Ilha da Madeira 1504-1537. II. Registo da Produção de Açúcar*, Funchal, CEHA, 1989

1.2 BIBLIOGRAFIA

BRANCO, Jorge Freitas, -"Factor ecológico e hegemonia política: Questões da Madeira (séculos XVIII-XIX)", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 P. 285.

BRAZÃO, Elisa, "O Município da Calheta no Século XIX(1800-1834)", in *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.349-374.

COSTA, José Pereira da Costa, "Considerações sobre o Municipalismo no Arquipélago da Madeira. 1470-1550", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.183-210.

CORREIA, António Aragão M., *Pelourinhos da Madeira*, Funchal: JGDAF, 1959.

FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, Funchal, 1959.
- "Notas para a história da Ilha da Madeira (Descoberta e início do povoamento)", *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, Nº 22, pp. 1-16, Nº 23, pp. 11-25, Nº 24, pp. 9-17.
- "O infante D. Fernando, terceiro senhor do arquipélago da Madeira 1460-1470", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VI, nº.33, pp.1-22.

FREITAS, Manuel Pedro, "O Município de Câmara de Lobos. A sua Criação e o Exercício do Poder ao Longo de 164 anos", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.403-414.

GOMES, Fátima Maria de Jesus Freitas, "As Finanças Municipais Machico 1614 a 1646(o contributo do Estudo de uma Fonte-Livro de Receita e Despesa)", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.269-290.

GONÇALVES, Dr. Ernesto, "Dom Manuel e a Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, pp. 185-188.
- "O Capitão Tristão Teixeira", *Das Artes e da História da Madeira,* 1949, pp. 321-324.
- "O Duque D. João, terceiro Senhor da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1957, Vol. V, N1 26, pp. 1-6.
- "Os "Homens Bons" do concelho do Funchal em 1471", *Das Artes e da História da Madeira,* 1958, Vol. V, N1 28, pp. 1-6.

JANES, Emanuel, "O Município do Funchal no Período de Consolidação do Estado Novo(1928-1936)", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.449-460.

JARDIM, Gastão, "Os Arquivos Municipais no ARM: Câmara Municipal do Funchal - Uma Experiência de Organização Documental", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.461-472.

MATOS, Artur Teodoro de; LOPES, Maria de Jesus M., "Da "Avaliação dos ofícios" madeirenses e das demais ilhas portuguesas do Atlântico nos finais do século XVIII" *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 993.

MIRANDA, Susana Munch, "O porto do Funchal, estrutura alfandegária e movimento comercial (1500-1526)", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*,1990 P. 67.

MORENO, Humberto Baquero, "O Infante D. Fernando, donatário da Ilha da Madeira", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.239-253.
- *(O) Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998.

OLIVEIRA, César(direcção de), *História dos Municípios e do Poder Local[dos Finais da Idade Média à união europeia]*, Lisboa, círculo de Leitores, 1995.

PEREIRA, Fernando Jasmins, *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991.

PERES, Damião, *O Desembargador João Leitão: primeiro Governador Geral da Madeira*, Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, lda, sd,(1924).
-*O Problema dos Governadores Gerais da Ilha da Madeira*, sep. Da *Rev. de Estudos Históricos*, ano 2º , Porto, 1925.
- *A Madeira sob os Donatários*, Funchal, Officinas do Tempo, 1914.

PIO, Manuel Ferreira, *Santa Cruz da Ilha da Madeira. Subsídios para a sua História*, Funchal, s.n, 1967.
- *O concelho de Santana. Esboço Histórico*, Funchal, s.n, 1974.

RIBEIRO, João Adriano, "Considerações sobre o Estudo dos Municípios Rurais da Madeira", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.473-480

RODRIGUES, Miguel Jasmins, *Organização dos poderes e Estrutura Social, A Ilha da Madeira: 1460-1521,* Cascais, Patrimonia Histórica 1996.
- "A Madeira nos finais do séc. XV", *Atlântico*, 1988, Nº 15, pp.179-184.
- "Madeira: colonização e estruturas de poder (do início até ao reinado de D. Manuel, antigo duque...)", *Islenha,* 1988, Nº 3, pp. 46-59.
- "O Concelho do Funchal na Perspectiva de Organização e Poderes(Séculos XV- XVII)", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.223-234.

RUMEU DE ARMAS, António, *El Conde de Lanzarote, Capitán General de la Isla de la Madera(1582-1583),* sep. *Anuario de Estudios Atlanticos,* Madrid-Las Palmas, nº.30, 1984.

SALDANHA, António Vasconcelos, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, CEHA, 1992.
- "As capitanias à luz da História e do Direito", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 88.

SANTOS, Rui, *Divisão das Capitanias da Madeira. Estudo*, Funchal, s.n., 1953. sep. do *Boletim Distrital* nº.4 da JGDAF.

SERRÃO, Dr. Joel, "O Infante D. Fernando e a Madeira (1461-1470). Elementos para a formulação de um problema", *Das Artes e da História da Madeira,* 1950, Vol. I, Nº 4, pp. 10-17.

SILBERT, Albert, *Uma Encruzilhada do Atlântico. Madeira(1640-1820),* Funchal, CEHA, 1997

SILVA, Fernando Augusto da e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, 3 vols, Funchal, 1922-1999(entradas referentes à história das instituições: Administração Judicial, Administradores do Concelho, Administradores Gerais, Alçadas, Autonomia Administrativa, Autoridades Superiores do Arquipélago, Câmaras Municipais, Capitanias, Comandantes Militares, Concelhos, Conselho de Distrito, Conselho de Prefeitura, Conselho Municipal, Constituição 1821, Constituição 1838, Contribuições, Corregedor, Donatários, Eleições, Governadores Civis, Governador e Capitães Generais, Governadores Gerais, Juízes de Direito, Juízes de Fora, Juízes Ordinários, Juízes Pedâneos, Junta Governativa da Madeira 1847, Junta da Real Fazenda da Ilha da Madeira, Juntas Gerais, Juntas de Paróquia, Organização Administrativa, Organização Fiscal, Organização Judicial, Paços do Concelho, Partidos Políticos, Posturas, Proclamação do Governo Absoluto, Proclamação do Governo Constitucional).
- *João Gonçalves Zarco. Traços biográficos*, Funchal, s.n., 1948.

SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vols, Funchal, CEHA, 1995.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de Sousa, "Os Municípios de Funchal e Machico e as Reformas Pombalinas-Consequências na sua Administração-1760-1770", *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp.303-326.

SOUSA, João José de, "A capitania de Machico na casa Vimioso", *Atlântico*, 1988, Nº 14, pp.134-139.
- "Os senhores do arquipélago da Madeira", *Atlântico*, 1989, Nº 19, pp.178-192.
- "Capitães donatários do Funchal: séc. XV a XIX", *Islenha*, 1987, Nº 1, pp. 66-85.
- "A Madeira no período dos Habsburgos: alguns aspectos", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 5-8.

- “O senhorio das Ilhas Desertas”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 128.

SOUSA, João Silva e, “A casa do Infante D. Henrique e o Arquipélago da Madeira”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 108.
-“Dos rendimentos fundiários da casa do infante D. Henrique. Algumas notas(1411-1460)”, in III, *Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp.229-238.

TEIXEIRA, Manuel Rufino, “Tristão Vaz Teixeira. Quem era?”, *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 121-128.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., “Estruturas quási-feudais na expansão portuguesa”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 80.

TRINDADE, Ana Paula M. e Teresa M. Florença Martins, “Madeira, séculos XV-XVI (Alguns aspectos da Administração)”, *Atlântico*, 1986, Nº 6, pp.131-140.

VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.
- “A extinção dos ofícios de quintadores do açúcar e seus escrivães – Uma petição dos moradores e beneficiados de Câmara de Lobos”, *Girão,* 1992, Nº 8, pp. 379-382.
- “Capitães e Corregedores no Funchal (1497-1580)”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1993, pp.281-290.
- “A Capitoa-Donataria”, *Islenha*, nº.3, 1988, pp.74-90.
- “Jurisdição Eclesiástica Versus Jurisdição Secular”, *Arquipélago História*, 2ª série, vol1(2), Ponta Delgada, UA, 1995.
- “Poder Municipal e Vida Quotidiana: Machico no século XVII”, in *O Município no Mundo Português,* Funchal, CEHA, 1998, pp.291-302.

VIEIRA, Aires dos Passos, “Subsídios para a História da criminalidade da Madeira nas épocas de Filipe II e III”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1993,pp.473-492.

VIEIRA, Alberto, *A Vila de São Vicente Evocação dos duzentos e cinquenta anos (1744-1994),* S. Vicente, CMSV, 1994.
- *Portugal y las islas del Atlantico*, Madrid, MAPFRE 1492, 1992.
- *S. Vicente Um século de Vida Municipal*, Funchal, CEHA, 1997.
- *S. Vicente. Roteiro para uma visita e descoberta do concelho de S. Vicente*. S. Vicente, CMSV, 1997.
(e RODRIGUES, Victor Luís Gaspar), “A administração do Município do Funchal (1470-1489)”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 23.
(e RODRIGUES, Victor Luís Gaspar), “Ponta do Sol um século de vida municipal”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.265-280.
(e MENESES, Avelino; RODRIGUES, Victor), “O Município do Funchal (1550-1650): Administração, Economia e a Sociedade. Alguns elementos para o seu estudo”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 1004.
“A dinâmica municipal no Atlântico insular (Madeira, Canárias e Açores) séculos XV a XVII”, in *Arqueologia do Estado*; t. 1, Lisboa, 1987.
“O senhorio no Atlântico insular oriental. Análise comparada da dinâmica institucional da Madeira e Canárias nos séculos XV e XVI”, *III Jornadas de Estudios sobre Fuerteventura y Lanzarote*, tomo I, Puerto del Rosário, 1989.
“Introdução ao estudo do direito local insular”, *in VII Colóquio de história Canario-Americana* (1986), t. II, Las Palmas. 1990.
“O Infante D. Henrique e o senhorio de Lanzarote: implicações políticas, sociais e económicas”, in *II Jornadas de História de Lanzarote y Fuerteventura*, Tomo I, Arrecife, 1990.
- “O infante e a Madeira”, in *Mare Liberum*, nº. 7, Lisboa,1994, pp.31-64.
-“O Infante e a Madeira. Dúvidas e certezas”, in *O infante e as ilhas*, Funchal, CEHA, 1994, pp.75-94.
-“História e Municipalismo na Madeira: Projectos e Realizações. O Município e S. Vicente”, *O Município no Mundo Português,* Funchal, CEHA, 1998, pp.327-348.

2. INTERNET

Arquivo Virtual da Autonomia[disponível na Internet via WWW, URL: http://www.ceha-madeira.net/autonomia/autonomia.htm].Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

Assembleia Legislativa Regional[disponível na Internet via WWW, URL: http://www.alrm.pt/]Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

Núcleo para Estudo da História do Municipalismo no Mundo Português[disponível na Internet via WWW, URL: http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/municipio/nehmp.html]Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

História dos municípios: livros on-line[disponível na Internet via WWW, URL: http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/municipio/livros.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

DEVE E HAVER: a História das Finanças da Madeira [disponível na Internet via WWW, URL:http://www.ceha-madeira.net/deve/deve.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

3. CDROM

SILVA; Fernando Augusto da e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, Funchal, CEHA, 1998[Cdrom]

4. EDIFÍCIOS

- Palácio de S. Lourenço
- Assembleia Regional(antiga alfândega)
- Câmara municipal do Funchal, Santa Cruz, Machico, Porto Santo, Calheta, Santana, C. de Lobos, Ribeira Brava, S. Vicente, Porto Moniz

5. ESTÁTUAS E BUSTOS

- Infante D. Henrique (Funchal: Rotunda do Infante)
- João Gonçalves Zarco (Funchal: Av. Arriaga e Terreiro da Luta)
- Tristão Vaz (Machico)
- Pelourinho do Funchal [reconstituição de 1990]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira. Inventário*, Funchal, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, 1993.

3 – A IGREJA , ASSISTÊNCIA E CULTURA



Torre e Coruchéu da Sé do Funchal

TEMAS

3.1 – O início
- A Ordem de Cristo
- A criação das paróquias
- Os franciscanos na Madeira

3.2 – O Bispado do Funchal
- Fundação e organização
- A formação do clero

3.3 – Formas de devoção e piedade
- Nossa Senhora do Monte
- São Tiago Menor
- O Senhor Bom Jesus
- O Senhor dos Milagres

3.4 – Escolas, Ensino e Literatura

3.5 – Assistência
- O Hospital da Misericórdia
- As epidemias

Para saber mais ...
- Mary Jane Wilson – uma inglesa na Madeira
- Os judeus, os protestantes e a Inquisição
- Os ingleses e o Dr. Robert Kalley

TEMAS DE DESTAQUE:
- *Ermidas, capelas e igrejas*
- *Franciscanos*
- *Bispos da Diocese do Funchal- séculos XVI e XVII*
- *Universitários madeirenses*
- *Escola Salesiana de Artes e Ofícios*
- *Imprensa madeirense – alguns jornais*
- *Instituições de assistência*

CONCEITOS		PERSONALIDADES
- Ordem de Cristo	- Padroado	- Padre Manuel Álvares
- Paróquia	- Inquisição	- Conde Carvalhal
- Bispado	- Protestante	- Jaime Moniz
- Diocese	- Romaria	- Mary Jane Wilson
- Franciscano	- Padroeiro	- Dr. Robert Kaley

CRONOLOGIA

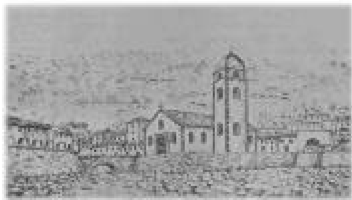
DATAS	15 de Agosto	1º domingo Setembro	8 de Setembro	29 de Junho	9 de outubro	5 de Agosto	1º domingo Outubro	1 de Maio	Último domingo de Setembro
Principais festas e romarias na actualidade	Nossa Senhora do Monte	Bom Jesus da Ponta Delgada	Nossa Senhora do Loreto	São Pedro da Ribeira Brava	Senhor dos Milagres de Machico	Nossa Senhora das Neves, Prazeres	Nossa Senhora do Rosário	São Tiago patrono do Funchal	Nossa Senhora da Piedade do Porto Santo

Acontecimentos marcantes na Diocese do Funchal	1430 - 1450	1433	1514	1533	1567	1910	1991
	Fundação das primeiras paróquias	Padroado da Ordem de Cristo	Fundação do Bispado do Funchal	Arquidiocese do Funchal	Os Jesuítas na Madeira	Expulsão das ordens religiosas	João Paulo II visita a Madeira

"(...) determinou sair em terra e levar consigo dois padres que trazia. Saindo em terra deu graças a Deus mandou benzer água e aspergi-la pelo ar (...) mandou dizer missa (...) Foi a primeira missa que se disse que foi em dia da Visitação de Santa Isabel (...)." [Relação de Francisco Alcoforado, publ. José Manuel de Castro, *Descobrimento da ilha da Madeira*..., Braga, 1975, p.90]



Capela de S. Paulo. Construção primitiva de cerca de 1426. Junto surgiu em 1469 um hospital. Entre 1566 a 1579 foi sede da paróquia de S. Pedro.



Igreja de Nª Sr.ª do Calhau. Foi destruída parcialmente em 1803 pela aluvião. A coroa determinou em 1805 a sua conservação mas a Câmara procedeu à demolição em 1835.

"Logo que João Gonçalves Zarco deu princípio à fundação do Funchal, pelos anos de 1423, mandou o infante D. Henrique abrir os alicerces a uma nova igreja que dedicou à Virgem Mãe de Deus, com o título de Santa Maria do Calhau, por se fabricar junto ao mar, na margem de uma ribeira(...)".[Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*(1722), Funchal, 1996, p.157]



Capela do Espírito Santo em Câmara de Lobos. Terá sido edificada em 1425, sofrendo alterações em 1605, 1730 e 1908, pelo que da primitiva construção nada resta.

O início

A dois de Julho de 1419 João Gonçalves Zarco desembarcou no vale de Machico de imediato assumiu a posse da terra em nome do Rei e procedeu à sua sagração com a primeira missa celebrada pelos franciscanos que o acompanhavam. Em Maio do ano seguinte regressou à ilha com três navios e a disposição de proceder ao povoamento. Após o desembarque em Machico *"a primeira coisa que fez foi traçar uma igreja de invocação de Cristo..."*. seguindo-se o reconhecimento da costa, o baptismo dos locais, a distribuição e demarcação de terras e o assentamento de colonos.

O povoamento foi precedido pela construção de igrejas ou ermidas. No Funchal tivemos as capelas de Santa Catarina e a de Nossa Senhora do Calhau. Esta última é considerada por Francisco Alcoforado como *"a primeira casa de igreja que se fez na ilha"*. Seguiram-se em Câmara de Lobos a do Espírito Santo, na Quinta Grande a de Vera Cruz, nos Canhas a de Santiago e na Estrela (Calheta) a de Nossa Senhora da Estrela. Sobre estes templos religiosos erguidos pelos povoadores em toda a ilha não existe consenso nem dados que corroborem com exactidão a data de construção.

O templo religioso foi o ponto de convergência da fixação de colonos, surgindo na sua proximidade as primeiras habitações de madeira para dar abrigo aos colonos. A organização eclesiástica foi concretizada de acordo com um plano definido, pois, segundo Jerónimo Dias Leite, o objectivo dos primeiros madeirenses era *" pôr em obra a edificação das igrejas e das vilas e lugares e lavrança de terras"*. Tais princípios nortearam, não só, o caso da Madeira, mas também, os dos outros espaços atlânticos onde os portugueses chegaram.

A Ordem de Cristo

O monarca, porque havia recebido por bula papal direito de padroado sobre os novos espaços descobertos, isto é, os poderes de criar dioceses, fundar igreja e paróquias e de apresentar os prelados, cedeu-o temporariamente à Ordem de Cristo, só regressando à coroa em 1551. A partir de 1433 toda a administração religiosa do arquipélago passou para a alçada da referida Ordem. O governo espiritual ficou entregue ao vigário de Tomar, por ser esta localidade a sede da Ordem de Cristo, na condição de *nullius diocesis*, isto é, fora da alçada de qualquer diocese do reino.

Ao administrador da Ordem competia a construção dos templos, nomear os ministros e proceder ao pagamento das côngruas. O infante, na condição de administrador, ordenou a fundação de igrejas e capelas, conforme se deduz do seu testamento de 1460: *"(...) estabeleci e ordenei a principal igreja de Santa Maria da ilha da Madeira e daí em diante as outras que se ordenaram, e estabeleci a da ilha do Porto Santo e Igreja da ilha Deserta (...)"*.

Em todas as ilhas de estabeleceram-se ouvidorias com o objectivo de organizar o exercício do governo eclesiástico, ficando a arrecadação dos dízimos eclesiásticos a cargo do almoxarife do infante. Cada capitania dispunha de um vigário, dependente do de Tomar, que administrava a espiritualidade na área da sua jurisdição.

Apenas se conhecem os de Machico e Funchal, respectivamente Frei João Garcia e João Gonçalves. Esta situação perdurou no governo do infante D. Henrique, uma vez que em 1461 uma das exigências dos moradores do Funchal foi o aumento do clero, de modo que fosse assegurado o serviço religioso aos moradores dos lugares de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta de Sol e Arco da Calheta.

A criação das paróquias

A tradição historiográfica continua a insistir que algumas paróquias criadas entre 1430 e 1450. Acontece que nas reclamações dos moradores do Funchal ao Infante D. Fernando em 1461 refere-se a existência de um só capelão que celebrava missa no Funchal. Terá sido, portanto, a partir da morte do infante D. Henrique que se alargou o número das iniciais paróquias da sede das capitanias, como forma de atender ao crescimento da população.

Os principais núcleos de povoamento da vertente sul foram elevados à categoria de paróquia em data que desconhecemos, mas nunca antes da morte do infante D. Henrique. Note-se que em algumas localidades existiam capelanias que depois foram elevadas à categoria de paróquia com vigário próprio. Perante isto apenas podemos assinalar que na segunda metade do século XV aos núcleos sede das capitanias juntaram-se outros povoados com a categoria de paróquia: Santa Cruz, Caniço, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta de Sol, Calheta e S. Vicente.

O progresso social e económico das localidades e o prestígio de muitos dos moradores, associados à distância que os separava da sede paroquial, conduziu à sua elevação à categoria de paróquia. Muitos núcleos de povoadores adquiriram rapidamente o estatuto de curatos autónomos, como foi o caso no Funchal de S. Martinho, Santo António, S. Roque e Monte.

O fulgor económico da primeira metade do século XVI repercutiu-se de forma evidente na estrutura religiosa. Deste modo surgiram novas paróquias em toda a ilha e de forma especial na vertente sul, a área da economia açucareira. Na capitania de Machico assinala-se a criação de várias na vertente norte [Ponta Delgada(1520), S. Jorge (1517), Seixal (1553)]o que demonstra o rápido avanço na fixação de colonos.

Assinale-se que este processo de criação de novas paróquias não foi motivado apenas do surto económico e demográfico das diversas localidades, devendo ser entendido também como uma necessidade no assegurar o serviço religioso às populações isoladas. Estão neste caso as da Madalena do Mar (1581) e Porto da Cruz (1577) e certamente todas as que surgiram na vertente norte.

Nos séculos XVII e XVIII continuou o ritmo de criação de novas paróquias que só parou na centúria oitocentista. Do séc. XIX até 1960 só tivemos a criação de três novas paróquias, as de Santo da Serra (1813), Quinta Grande (1820) e Imaculado Coração de Maria.

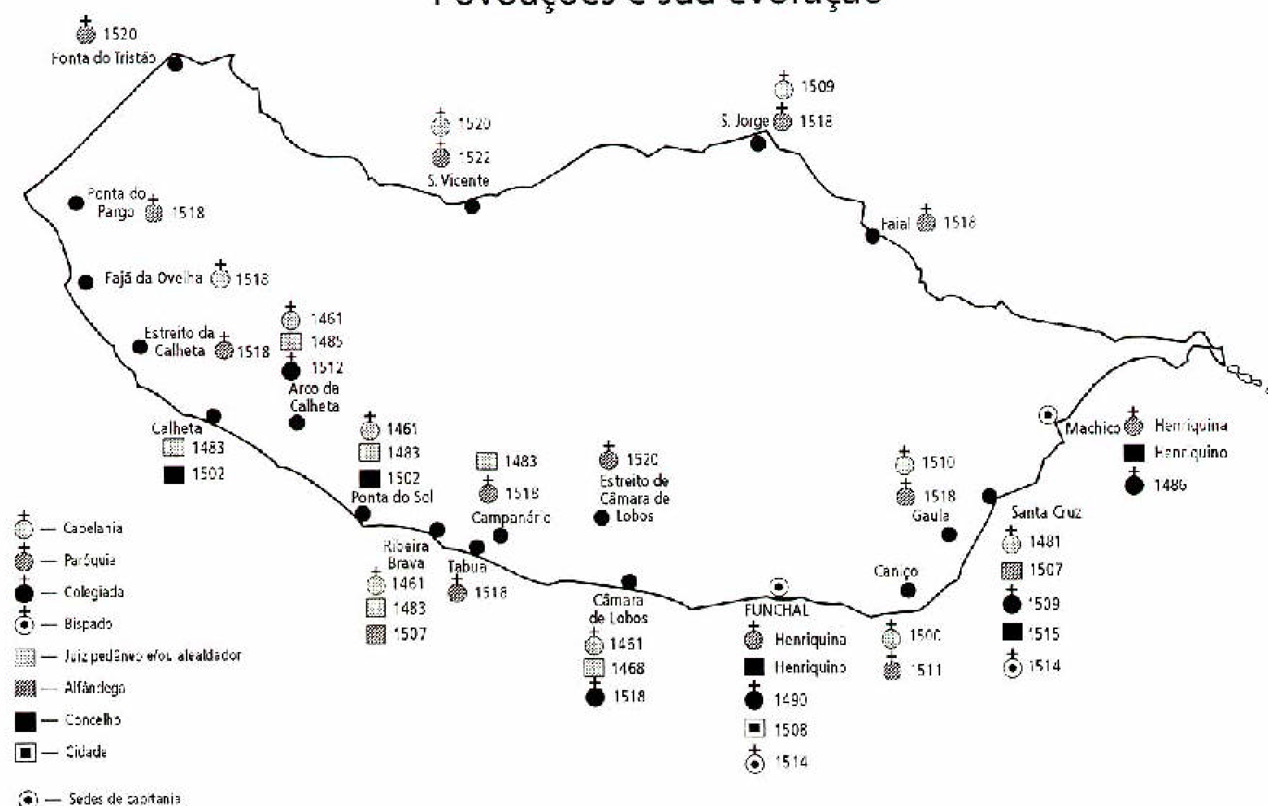
Carta régia de doação do espiritual das ilhas da Madeira à Ordem de Cristo

"D. Duarte pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós por serviço de Deus e honra de Cristo e por o infante D. Henrique meu irmão regedor e governador da dita ordem que nos requereu, outorgamos e damos à dita ordem, deste dia para todo sempre, todo o espiritual das nossas ilhas da Madeira e do Porto Santo e da ilha Deserta que agora novamente o dito infante por nossa autoridade povoa assim pela guisa que o há em Tomar reservando que fique para nós e para a coroa dos nossos reinos o foro e o dizimo de todo o pescado que nas ditas ilhas se matar que queremos que nos paguem. E isto fique para nós e para todos nossos sucessores. Todos outros direitos reais. E por certidão disto lhe mandamos dar a nossa carta assinada por nós e selada do nosso selo de chumbo. E pedimos ao padre santo que haja a sua santidade outorgar e confirmar à dita ordem de Cristo as ditas ilhas pela guisa acima dita. Dada em Sintra 26 dias de Setembro o rei o mandou Lopo Afonso a fez era de 1433 anos."

[Publ. João M. da Silva *Marques, Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1988, p.273]



Capela de Santa Catarina, mandada construir por Constança Rodrigues, mulher de João Gonçalves Zarco.



Miguel Jasmins Rodrigues, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Madeira* . 1460-1521, Cascais, 1996, p.115

Ermidas, Capelas e Igrejas (1420 – 1460)

LOCAL	DATA	TIPO	ORAGO
Arco da Calheta	1426-61	Capela	S. Brás
Calheta	1426	Capela	Nª Sr.ª Estrela
Calheta	1430	Capela	Espírito Santo
	1420	Capela	Nª Sr.ª Conceição
Câm. de Lobos	1421-26	Ermida	Espírito Santo
	1421-26	Igreja	São Sebastião
	1425	Convento	S. Bernardino
Canhas	1426	Capela	S. Tiago
Deserta	1426-60	Capela	Nª Senhora
	1420-21	Capela	Cristo
Machico	1426	Ermitério	S. Francisco
	1450	Igreja	N.ª Sr.ª Conceição
Madalena	1450	Capela	S. M.ª Madalena
Ponta do Sol	1426	Capela	N.ª Sr.ª da Luz
Porto Santo	1420-26	Ermida	Nª Sr.ª Piedade
Quinta Grande	1426	Capela	Nª Sr. Vera Cruz
Ribeira Brava	1426-40	Ermida	São Bento
	1426-67	Capela	Nª Sr.ª Conceição
Santa Cruz	1427	Igreja	Santa Cruz
S. Vicente	1440	Ermida	São Vicente
	1424	Capela	S. Sebastião
	1425	Capela	Santa Catarina
	1525	Capela	Nª Sr.ª Conceição de Cima
Funchal	1425-60	Igreja	S.ta Maria a Maior
	1426	Ermitério	S. João da Ribeira
	1426	Capela	S. Pedro e S. Paulo
	1454	Capela	S. Paulo
	1468	Capela	Santo Amaro

Foi só em 1960 com D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal que a pressão do movimento demográfico obrigou à reestruturação da igreja madeirense, criando-se 51 novas paróquias em toda a ilha.

Os Franciscanos na Madeira

Os franciscanos estão inegavelmente ligados ao processo de reconhecimento, ocupação ou conquista do novo mundo. Eles acompanharam os peninsulares na tarefa desbravadora do oceano e foram os primeiros a levar o cristianismo a estas terras desconhecidas. A importância assumida pela ordem seráfica nas ilhas é resultado deste protagonismo.

Os franciscanos, que haviam acompanhado os primeiros povoadores, não foram favoráveis ao domínio religioso da ilha pelo vigário de Tomar. As desavenças levaram-nos a abandonar a Madeira, em 1459, fixando-se em Xabregas. A sua saída está ainda relacionada com o facto de estarem subordinados ao vigário geral das ilhas Canárias, como postulava em 1450 uma letra do papa Nicolau V. Isto desagradou ao infante D. Henrique que mantinha pretensões à posse deste arquipélago e viu nisso uma forma de intromissão dos castelhanos na Madeira.

Para colmatar esta ausência franciscana o papa Pio II concedeu em 1462 licença aos frades da regra de S. Jerónimo para fundarem um mosteiro na Madeira. Esta iniciativa não surtiu efeito e os franciscanos estavam em 1474 de regresso, catorze anos após a morte do Infante.

Em 1485, retirou-se para a ilha Frei Pedro da Guarda que viria a criar o pequeno ermitério de São Bernardino em Câmara de Lobos. Ficou conhecido como *o santo servo de Deus e* celebrizado pelas virtudes e milagres. Enraizou-se nas populações de Câmara de Lobos uma grande devoção que depois alastrou a toda a ilha. O culto manteve-se até 1835, ano em que foi proibido pelo Estado.

A ordem seráfica rapidamente firmou uma posição de relevo na estrutura religiosa madeirense criando conventos e cenóbios no Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Ribeira Brava, Calheta e Machico. No Funchal destacam-se os conventos de S. Francisco do Funchal e o mosteiro de Santa Clara. O primeiro foi construído pelos próprios frades a partir de 1474, enquanto o segundo surgiu por iniciativa de João Gonçalves Câmara, segundo capitão do Funchal, no espaço onde o seu pai havia edificado a capela da Conceição, dita de Cima em oposição à da Conceição de Baixo, construída junto ao mar. O padroado deste novo convento foi concedido aos capitães do Funchal por bula de Sixto IV em 4 de Maio de 1476, ficando estabelecido em 1496 por breve de Alexandre VI a sua regular observância e o início da clausura. A primeira abadessa foi D. Isabel de Noronha, filha do capitão, que se encontrava no Convento da Conceição de Beja.



Monumento a S. Francisco de Assis no Jardim Municipal. Foi inaugurado em 1982, para comemorar o oitavo centenário do seu nascimento.

FRANCISCANOS

A Ordem Franciscana foi fundada no início do séc. XIII por S. Francisco de Assis. (1182 – 1226)

É formada por três Ordens: A Ordem dos Frades Menores, as Clarissas e Ordem Franciscana Secular.

Hoje, a sua presença na Madeira está testemunhada através de uma comunidade da 1ª Ordem, das Irmãs Clarissas de clausura nos mosteiros do Lombo dos Aguiares em Santo António e da Caldeira em Câmara de Lobos e várias fraternidades da 3.ª Ordem.



Convento de S. Francisco do Funchal - Litografia. Séc. XIX

"Sendo este capitão João Gonçalves na corte antes eu fosse mandou ordenar a fábrica e obra do mosteiro das freiras do convento de Santa Clara em Nossa Senhora da Conceição em cima da vila do Funchal obra tão necessária como proveitosa para recolhimento e suas filhas e doutras de homens principais que fazem vida santa, recolhidas à imitação da bem aventurada Santa Clara.[Jerónimo Dias Leite. *Descobrimento da ilha da Madeira (...)*, Coimbra, 1947, 42]

BULA: Documento pontifício autenticado com selo pendente de chumbo ou de ouro

PADROADO: Privilégio concedido pelo Papa aos monarcas ou fundadores de igrejas e conventos para poderem prover os benefícios eclesiásticos vagos.



Cónego Henrique Calaça de Viveiros

"(..)havendo respeito ao que por sua petição me representou Henrique Calaça, cónego da Sé da cidade do Funchal da ilha da Madeira, acerca da necessidade que aquele bispado tinha de conventos para se recolherem as muitas donzelas que desejavam viver em religião(...)por cuja causa movido ele suplicante do zelo do serviço de Deus e amparo das ditas donzelas; se dispusera com a ocasião da aclamação de el-rei meu senhor e pai que santa glória haja, a fazer em acção de graças um convento à sua custa na dita cidade do Funchal, no melhor sítio dela junto a uma igreja que o cabido sede vacante lhe dera da invocação da Nossa Senhora da Encarnação(...) para o qual convento tinha já licença do mesmo cabido, e breve de sua santidade, e nele estavam já recolhidas vinte donzelas(...)." [Provisão régia de 5 de Novembro de 1659, publ. por J. Cabral do Nascimento, *A Restauração de Portugal e o convento da Incarnação*, Funchal, 1940, pp.18-19]



Sé do Funchal

DIOCESE: começou por designar as circunscrições administrativas romanas e depois as divisões eclesiásticas confiadas a um prelado, estabelecidas pelo Papa.

Juntam-se ainda outros conventos fundados por voto de particulares. O Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz foi fundado por legado estabelecido no testamento (1518) de Urbano Lomelino numa granja, situada no local onde hoje se ergue o aeroporto do Funchal. Idêntico ideal moveu o cónego Henrique Calaça de Viveiros que em 1650 estabeleceu o convento de Nossa Senhora da Encarnação. O mosteiro das Mercês surgiu em 1654 por iniciativa de Gaspar Berenguer de Andrade e de sua mulher D. Isabel de França Começou por ser um recolhimento e só em 1665 foi confirmado pelo papa Alexandre VII como mosteiro da segunda ordem de Santa Clara.

A revolução liberal iniciou um período negro na vida da ordem seráfica na Madeira. Em 28 de Maio de 1834 foram extintas as ordens religiosas masculinas, as femininas foram proibidas por lei de 5 de Agosto 1833 de receber noviças e emitir votos. Os edifícios foram tomados pelo Estado com a morte da última freira. Em 1910 a República deu o remate final no processo acabando com as ordens e tomando posse dos conventos e mosteiros.

Os diversos edifícios da ordem seráfica tiveram rumos diferentes. O da Encarnação foi ocupado em 1807 pelas tropas britânicas. O de Santa Clara, com a morte da última freira em 1890, foi cedido em 1896 à Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria passando com a República para a posse da Câmara, Misericórdia e, depois, Auxílio Maternal. O convento franciscano do Funchal, abandonado em 1834, acabou por se arruinar e foi demolido a partir de 1866 para se construir os novos Paços do Concelho, mas acabou no actual Jardim Municipal.

O retorno desta ordem à Madeira só aconteceu a partir de 1931 com as Clarissas que construíram um novo mosteiro da Caldeira em Câmara de Lobos.

O Bispado do Funchal

Fundação e organização

Extinto o senhorio da Madeira, em 1497, a Ordem de Cristo através do vigário de Tomar continuou a superintender o governo eclesiástico das ilhas até que em 12 de Junho de 1514, pela bula "Pro excellenti", o papa Leão X criou o bispado do Funchal com jurisdição sobre toda a área ocupada pelos portugueses no Atlântico e Índico.

Até esta data todo o serviço episcopal era feito por bispos titulares enviados pelo vigário de Tomar, sendo de referir as visitas aos arquipélagos da Madeira e Açores (entenda-se os bispados do Funchal, Angra) em 1507 e 1508.

O progresso económico e social conduziu à criação em 1534 de novas dioceses, cujas áreas foram desanexadas do

Bula de criação da diocese

"(...)desejando(...)o mesmo D. Manuel que seja para sempre suprimida e extinta a vigairaria da dita vila de Tomar, e erguida em Sé Catedral a igreja de Nossa Senhora, templo sumptuoso, que o referido Rei mandou fundar e construir na cidade do Funchal (...) e Nós queremos condescender com os ardentes desejos de el-rei D. Manuel (...) em proveito do culto divino, em honra da mesma cidade do Funchal, tão recomendável pela grandeza e sumptuosidade de suas obras arquitectónicas, de seus edifícios eclesiásticos e seculares, e não menos pela densidade de sua população, que entre naturais e forasteiros, cavaleiros, homens de ciência e de letras, doutores em Teologia, Direito e Medicina, fidalgos e negociantes se eleva ao número de cinco mil habitantes (...) erigimos a supra mencionada igreja paroquial em igreja catedral, com sé e mesas episcopal e capitular, e com todas as outras insígnias, honras e preeminências catedrais (...)".
[Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé Catedral do Funchal*, Funchal, 1963, 66-67]



D. Luís Figueiredo de Lemos, bispo do Funchal entre 1586-1608

Funchal: as de Goa, Angra, Santiago e S. Tomé. A 31 de Janeiro de 1533 a diocese do Funchal foi elevada à categoria de metropolitana e primaz, englobando *"a Madeira e Porto Santo, as ilhas Desertas e Selvagens, aquela parte continental de África, que entesta com a diocese de Safim e bem assim as terras do Brasil, tanto as já descobertas, como as que se vierem a descobrir"*.

A situação não teve efeito, uma vez que a bula papal não foi expedida do Vaticano por falta de pagamento da coroa, o que coloca a dúvida da existência real do arcebispado do Funchal. Em 1551 o papa Júlio III revogou esta, passando o Funchal a simples bispado sufragâneo de Lisboa, com a função de primaz das terras atlânticas, enquanto a de Goa o será para as terras orientais.

O absentismo atingiu a alta hierarquia da igreja. Os bispos eleitos recusaram-se a assumir o governo do episcopado, preferindo viver na corte. Os primeiros nunca pisaram o solo da diocese e dos que se fixaram são poucos os que procederam à indispensável visita às paróquias. O primeiro bispo a pisar o solo da diocese foi D. Ambrósio, em nome do arcebispo D. Martinho de Portugal, em 1538 acompanhado de dois visitadores (Jordão Jorge e Álvaro Dias). Disto resultou a reorganização das paróquias. Depois da sua morte, em 1544, a Sé permaneceu vaga até 1551. Neste período esteve no Funchal o bispo D. Sarello, das Canárias, que deu *"ordens a muitas pessoas e correu a ilha toda crismando comumente a todos os que disso tinham necessidade"*.

Em 1552, foi provido D. Frei Gaspar do Casal, que não residiu na ilha, sendo o facto mais saliente do seu governo o ter participado no Concílio de Trento. O sucessor, D. Jorge de Lemos, nomeado em 1556, foi quem na verdade deu forma à aplicação das ordens do concílio, sendo seguido por D. Jerónimo Barreto (1574-85) e D. Luís de Figueiredo de Lemos (1586-1608), todos considerados os verdadeiros obreiros da reforma da igreja na Madeira.

A reorganização das instituições religiosas e ritual religioso, iniciados em 1578 por D. Jerónimo Barreto, tiveram continuidade com D. Luís Figueiredo de Lemos (1597, 1602), Frei Lourenço de Távora (1615), D. Fernando Jerónimo (1622, 1629, 1634), D. Frei António da Silva Teles e D. Frei José de Santa Maria (1610). Todos realizaram sínodos onde foram aprovadas diversas constituições, correspondendo ao apelo da igreja e dos leigos que em 1546, através da Câmara, fizeram ouvir a sua voz de descontentamento junto da coroa.

O poder do bispo alargava-se em algumas situações ao temporal. Na ausência, ou por morte súbita ou cessação de funções do Capitão e Governador General o bispo, por ordem régia, acumulava as suas funções. D. Frei Lourenço de Távora (1610-1617) foi nomeado em 1614 para exercer por algum tempo o cargo de governador. D. Frei Jerónimo Fernando (1618-50) por três vezes substitui o governador na sua ausência. No século XVIII exerceram idênticas funções: D. Frei do Nascimento(1741-1753), D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1757-1785).

A formação do clero

O cuidado a ter na formação do clero nos seminários era uma medida já reclamada nos concílios de Niceia e Toledo mas só foi imposta pelo concílio de Trento. No caso da Madeira concretiza-se em 1566 com a criação do Seminário por iniciativa de D. Jerónimo Barreto. A isto junta-se a presença dos Jesuítas foi importante, por ser a ordem considerada o principal bastião da contra- reforma.

No concílio de Trento surtiu efeito a reforma da Igreja. O ritual religioso foi uniformizado ficando assente a existência de um único missal, breviário e catecismo. Ao mesmo tempo definiram-se regras para os aspectos formais das missas, ofícios, horas e procissões. No caso da Madeira as Constituições Sinodais estabeleceram a obrigatoriedade do Corpus Christi, Visitação de Nossa Senhora, Sexta-feira Santa e Santiago Menor, padroeiro da cidade.

O combate ao absentismo do clero foi outra preocupação. O pároco e cura passaram a residir obrigatoriamente na sede da paróquia e a cumprir as suas obrigações. Mas para que isso acontecesse era necessário garantir ao clero meios de subsistência capazes de o manter afastado das tarefas mundanas e próximo dos paroquianos, o que foi garantido com o acrescentamento das côngruas e ordinárias em 1572 e 1598.

A sobrevivência do clero dependia dos dízimos arrecadados, dos benefícios e da administração dos bens que pertenciam à Igreja e que haviam sido dados por disposições testamentárias. A arrecadação dos dízimos eclesiásticos estava tutelada pelas instituições régias, uma fez que esta manteve o direito de padroado. Eram com os dinheiros do dízimo que se pagavam as despesas das ordinárias do clero e fábricas das diversas paróquias.


Frade: Gravura do século XIX

CONTRA REFORMA: movimento de reacção à reforma da Igreja no séc. XVI, iniciado por Lutero. O Concílio de Trento condenou oficialmente as mudanças pretendidas pelos movimentos reformistas.

CÔNGRUA: remuneração auferida pelos clérigos. O seu valor era atribuído e actualizado de acordo com o número de habitantes da paróquia.

FÁBRICA DA IGREJA: entidade que geria todos os bens e direitos temporais da paróquia que eram destinados à conservação, reparo e ornamento da igreja, e exercício do culto.

Formas de devoção e piedade

É no culto da imaginária que encontramos os aspectos particulares da religiosidade madeirense. Estão neste caso as chamadas imagens milagrosas granjeadoras de inúmeros devotos a que se suplicava em momentos de aflição. Nossa Senhora do Monte assume aqui um lugar cimeiro.

Ao culto popular juntou-se o institucional, estabelecido por força das circunstâncias. O município do Funchal, por força da peste que assolou a ilha no primeiro quartel do século XVI, institucionalizou as devoções S. Sebastião, S. Roque e S. Tiago Menor.

É nas romagens que o povo exterioriza a sua religiosidade. A mais antiga é a de Nossa Senhora do Faial ou da Natividade, a 8 de Setembro, que se perdeu no tempo. Ainda, de vetusta tradição são as do Bom Jesus da Ponta Delgada e de Nossa Senhora do Monte, a que se deverá associar o


Freiras. Gravura do século XIX


Imagem de Nossa Senhora do Monte

A lenda de Nossa Senhora do Monte

"Há mais de 300 anos, no Terreiro da Luta, cerca de 1 quilómetro acima da igreja de Nossa Senhora do Monte, uma menina, de tarde, brincou com certa pastorinha, e deu-lhe merenda. Esta cheia de júbilo, refere o facto à sua família, que lhe não deu crédito, por lhe ser impossível que naquela mata erma e tão arredada da povoação aparecesse uma menina. Na tarde seguinte reiterou-se o facto e a pastorinha o recontou. No dia imediato, à hora indicada pela pastorinha, o pai desta, ocultamente, foi observar a cena, e viu sobre uma pedra uma pequena imagem de Maria Santíssima, e à frente desta a inocente pastorinha, que, a seu pai inopinadamente aparecido, afirmava ser aquela imagem a menina de quem lhe falava. O pastor, admirado, não ousou tocar a imagem, e participou o facto à autoridade que mandou colocá-la na capela da Encarnação, próxima da actual igreja de Nossa Senhora do Monte, nome que desde então foi dado àquela veneranda imagem."

[Fernando Augusto da Silva, *Elucidário Madeirense*, vol. II, 1984, p.459]

"Em o ano de 1627, em seis de Março faltou a chuva, se veio buscar a imagem de Nossa Senhora do Monte, logo choveu muita água e neve; em os 27 dias do dito mês, véspera de Ramos, veio para cima com solenidade; foi para Nossa Senhora do Calhau pregou o cónego teologal Bartolomeu do Vale Cabreira"

[*Livro das Contas da confraria de Nossa Senhora do Monte*, fol.11]

culto de Nossa Senhora do Rosário, do Loreto e dos Milagres.

Nossa Senhora do Monte

O culto a Nossa Senhora do Monte, que foi consagrada em 1803 como padroeira do Funchal, vem do século XV e surge envolto em lenda que dá conta da aparição da Virgem a uma pastorinha. A imagem foi colocada na primitiva capela da invocação de Nossa Senhora da Encarnação, construída cerca de 1470 por Adão Gonçalves Ferreira. A actual igreja e santuário de devoção não corresponde à primitiva pois foi alvo de diversas alterações ao longo dos séculos, sendo mesmo reconstruída em 1740.

Em 1489 esta é referenciada na Câmara como ermida de Santa Maria do Monte, sendo os encargos da administração do município. Isto é um indício de que a imagem era alvo do culto das gentes da cidade, levando no século XVI à construção da casa do romeiro. A fama e a dimensão das romagens pesaram certamente na pronta elevação a paróquia em 1565.

Foi a partir do século XVII que ficou testemunhada a sua popularização através do pedido da sua intercessão por parte dos funchalenses em momentos de aflição. A falta de chuvas, no decurso dos séculos XVII e XVIII, fez com que se socorresse da Virgem, saindo-se em procissão pelas ruas da cidade. A partir daqui generalizou-se o socorro a Nossa Senhora do Monte que em 1803, com a aluvião que assolou a cidade, passou a assumir a função de sua protectora. Estas condições fizeram com que o culto alastrasse a toda a ilha, ficando o dia 15 de Agosto como a da mais importante romagem madeirense, vivida por todos dentro e fora da ilha.

São Tiago Menor

O primeiro de Maio, festejado pela igreja madeirense como o dia de S. Tiago Menor, assume particular significado para a cidade do Funchal. Desde 1521 que ficou registado nos anais a atestar a necessidade do homem recorrer à intercessão dos santos, quando se esgotavam as possibilidades humanas face a flagelos como a peste.

Foi numa situação de desespero que a vereação se reuniu a 8 de Junho com o capitão Simão Gonçalves da Câmara para escolher o santo a quem interceder. A sorte saiu em S. Tiago Menor que ficou desde então como o protector e padroeiro da cidade. As autoridades presentes fizeram voto de construir um templo em honra do santo e de todos os anos pelo primeiro de Maio realizar uma

procissão da Sé ao templo que acolheu o santo.

No dia 21 de Julho fizeram uma procissão ao terreno oferecido por António Espíndola, para a construção da ermida. Esta foi a primeira procissão para dar cumprimento à promessa que se manteve com redobrado fervor religioso nos anos de peste. O cerimonial era idêntico ao estabelecido para a procissão do Corpo de Deus, isto é, deveriam desfilar todas as autoridades civis e eclesiásticas e ofícios mecânicos, levando estes últimos as suas danças (jumenta, das espadas...), castelos e "gigantes".

A continuidade da peste levou em 1523 a nova intercessão junto do santo protector. A vereação reunida a 23 de Janeiro decidiu aprovar o referido voto e dar continuidade à obra da igreja. E em 1538 face ao retorno da peste reuniram-se os guardas encarregados de vigiar as entradas e saídas com os vereadores, entregando a protecção da cidade nas mãos do santo, dizendo então o guarda mor de saúde: -"Senhor, até aqui guardei esta cidade como pude, não posso mais, aqui tendes a vara, sede vós o guarda de saúde". Segundo Gaspar Frutuoso quando regressaram da procissão todos os doentes vieram sãos, e assim, "daquele dia até hoje (1597) pelos merecimentos do Bem-aventurado Santiago, não houve mais peste na ilha da Madeira, Bendito seja o Senhor."

Para custear a referida procissão, voto e culto ao santo, existia no século XVIII uma pequena renda de Santiago, altura em que a igreja foi reedificada para se adequar à evolução demográfica da paróquia.

Apenas a República em 1910 quebrou a tradição que só viria a ser restabelecida em 1 de Maio de 1935 com o então Presidente da Câmara, Dr. Fernão Ornelas Gonçalves.



São Tiago. Baixo-relevo de António Duarte, 1944



Procissão de Santiago no dia 1 de Maio

O Senhor Bom Jesus

O Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora do Rosário firmaram-se desde muito cedo na devoção das gentes do norte e depois de toda a ilha. O Senhor Bom Jesus é a devoção mais antiga e terá surgido em 1466 com Manuel Afonso Sanha, um colono oriundo de Braga que fez transplantar para a sua sesmaria na Ponta Delgada o patrono da sua devoção, fazendo erguer em sua honra uma ermida. Mas este culto privado rapidamente passou a todas as gentes do local, da encosta norte, e, depois, de toda a ilha.

Esta devoção foi promovida, desde finais do século XVI pela confraria do Senhor Bom Jesus. A fama do Senhor Bom Jesus como milagreiro alastrou a toda a ilha e fez com que o norte, mais propriamente Ponta Delgada, se transformasse num dos principais centros de



O Senhor Bom Jesus – Ponta Delgada


Procissão do Bom Jesus

peregrinação. O testemunho das assíduas romagens está no facto de em 1646 Afonso Gomes ter deixado à fábrica da igreja de Ponta Delgada uma casa para os romeiros.

No último quartel do século XVI a festa do Senhor Bom Jesus fazia atrair muitos romeiros à encosta norte. A devoção ao Senhor Bom Jesus e a afluência dos romeiros redobrou nos séculos seguintes. Em 1657 e 1706 surgem queixas a propósito de o gado, no caso de caprino, pastar nas serras, sobranceiras às veredas, o que fazia perigar os transeuntes que se dirigiam à missa ou em romagem. E, no último ano, refere-se a morte de "muitas pessoas das contínuas romarias". E este culto foi-se afirmando nos séculos seguintes, persistindo com o mesmo vigor até a actualidade.


Capela do Senhor dos Milagres – Machico

O Senhor dos Milagres

Na vertente sul, para além da romagem de Nossa Senhora do Monte, persiste na vivência religiosa dos madeirenses o culto ao Senhor dos Milagres em Machico. Esta devoção ganhou fulgor a partir de 1803 com a aluvião que devastou o local e destruíu a capela. Desta só restou um crucifixo, encontrado por uma galera americana, que o entregou na Sé do Funchal. A 15 de Abril de 1813 a cruz regressou à nova capela, entretanto reconstruída, em procissão à luz de archotes. A partir de então ficou conhecida como a capela do Senhor dos Milagres e a imagem de Cristo crucificado como o Senhor dos Milagres. A memória deste fatídico dia 9 de Outubro é sempre evocada com a procissão em que a imagem é conduzida à igreja sob a luz de archotes e a iluminação da encosta com fachos, que se celebra todos os anos.


Santo Inácio de Loyola (1491-1556), fundador da Companhia de Jesus

Escolas, Ensino e Literatura.

O fulgor económico dos séculos XV e XVI permitiu que na casa das personalidades mais importantes, nomeadamente dos capitães de Machico e Funchal se recria-se a animação cultural dos ambientes palacianos da corte. Deste modo não será de estranhar a presença de textos de madeirenses no *Cancioneiro de Garcia de Resende*, compilado em 1516. De entre estes, dois eram capitães: João Gonçalves da Câmara, o Porrinha, segundo capitão do Funchal e Tristão Teixeira, mais conhecido como o Tristão das Damas, segundo capitão de Machico.

A esta plêiade de poetas acresce a figura de **Baltazar Dias**, conhecido como o "poeta cego da Madeira", célebre pelos autos teatrais de cariz vicentino. Facto singular é o de uma das suas peças, *A Tragédia do Marquês de Mântua*, ter sido representada em S. Tomé e aí perdurando até ao presente, sob o título de *Tchiloli*. Esta é considerada uma das manifestações culturais que acompanhou a expansão da cana de açúcar.

O poema a *Insulana*, que Manuel Tomás dedicou em

1635 a João Gonçalves da Câmara, merece uma referência especial pelo facto de ter sido a primeira manifestação poética para celebrar o feito do descobrimento da ilha, do feito dos primeiros povoadores e de afirmação dos madeirenses no contexto do mundo português. Na sua esteira temos de assinalar um outro poema *Zargueida*(1806) de Francisco Paula de Medina e Vasconcelos, dedicado ao descobrimento da Madeira por João Gonçalves Zarco.

A Historiografia madeirense foi até princípios do século XX muito parca em títulos. O entusiasmo das comemorações do quinto centenário do descobrimento do arquipélago, que decorreram entre 1922 e 1923, deram o mote à afirmação dos estudos históricos. Daquilo que ficou de épocas anteriores é de assinalar, no primeiro momento, a polémica *Relação de Francisco Alcoforado* e o *Descobrimento da ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha* de Jerónimo Dias Leite, e, no segundo, a iniciativa de Álvaro Rodrigues de Azevedo, com a publicação em 1873 do volume das Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso referente à Madeira com uma extensa anotação.

Universidade e os Universitários

A ausência da estrutura universitária na ilha não foi um drama para o panorama cultural madeirense, tão pouco sinónimo da não prossecução dos estudos universitários para muitos madeirenses, ou da falta de espírito científico, que pontuou nas tertúlias culturais e científicas. Aliás, muitos madeirenses singraram na vida universitária do país e estrangeiro e deixaram obra científica renomeada.

A elevada frequência universitária madeirense e o mérito evidenciado, por alguns, relevam a importância que assumia na ilha o ensino, através das escolas paroquiais ou episcopais. Situação, aliás, corroborada pelo número de indivíduos que, no decurso do século dezasseis, receberam ordens sacras. A criação da Diocese do Funchal (1514) e o Concílio de Trento propiciaram este avanço no ensino.

No período de 1538 a 1558 mais de um milhar de madeirenses receberam ordens sacras. Este dado é significativo se tivermos em conta que só na segunda metade do século XVI foram instituídas na ilha as estruturas adequadas ao ensino, com a criação do Seminário Diocesano a 20 de Setembro de 1566 e a abertura do Colégio S. João Evangelista a 6 de Maio de 1570.

De entre os madeirenses letrados ilustres merecem especial atenção os descendentes dos capitães do Funchal: Leão Henriques cursou em Paris e foi reitor da Universidade de Évora, inaugurada a 1 de Novembro de 1559; Luís Gonçalves da Câmara foi reitor do Colégio dos Jesuítas em Coimbra e Roma; Martim Gonçalves da Câmara, doutor em Teologia, provido em 21 de Junho de 1563 no cargo de reitor da Universidade de Coimbra; o Padre Manuel Álvares com a *Gramática Latina* ficou com o nome imortalizado em todo o mundo por todos aqueles que



Teatro Municipal Baltazar Dias [Foto Séc. XIX. Photographia –Museu Vicentes].

Começou por chamar-se Teatro de D. Maria, depois, Teatro Funchalense e Dr. Manuel Arriaga. O actual nome foi buscá-lo ao ilustre madeirense, conhecido como o "poeta cego da Madeira", um dos mais destacados dramaturgos do tempo de D. João III.

A construção foi decidida em 1883 pela vereação presidida por João Sauvaire da Câmara, sendo o projecto de autoria do engenheiro Tomás Augusto Soler. A primeira pedra foi lançada a 24 de Outubro de 1884, sendo a inauguração solene a 11 de Março de 1888. A pintura e decoração foram alvo de grandes cuidados, ficando a cargo de Eugénio do Nascimento Cotrim e Clérigo Manini.



A Tragédia do Marquês de Mântua de Baltazar Dias
Frontispício da edição de 1737

Universitários madeirenses

As condições de prosperidade de muitas famílias madeirenses nos séculos XVI e XVII fizeram com que jovens seguissem a carreira universitária, formando-se em Cânones, Leis, Medicina e Teologia.

A universidade esteve ausente da ilha mas o espírito universitário foi muito forte no apelo às novas gerações para a continuação dos estudos no reino ou fora dele. Para o período de 1573 a 1730 a Universidade de Coimbra recebeu 274 madeirenses para o curso de Cânones (68%), Teologia (12%), Leis (9%), Medicina (4%). Antes de 1573 outros 87 estudantes haviam frequentado as universidades de Paris, Salamanca, Itália.

fizeram os estudos de latim través da sua *Gramática Latina*.

O Ensino

Até às reformas pombalinas o ensino manteve-se sob a alçada da Igreja, exercendo aqui a Companhia de Jesus uma acção relevante. Desde princípios do século XVI que é evidente o interesse pelo ensino, solicitando-se em 1517 um mestre escola para a Sé. A presença dos jesuítas contribuiu para o elevado grau de alfabetização de certos grupos e a criação de um adequado ambiente cultural, propiciador do aparecimento de importantes vultos das letras. O Colégio dos Jesuítas permitiu a continuidade dos estudos àqueles que haviam dado os primeiros passos nas escolas de paróquia possibilitando cursos nas universidades do reino e estrangeiras.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 iniciou-se o movimento de renovação dos estudos, de acordo com o preconizado pelo movimento iluminista, de que é expressão *O Verdadeiro Método de Estudar* (1749) de Luís Verney. O Marquês de Pombal para acorrer às despesas das suas reformas pedagógicas lançou em 10 de Novembro de 1772 um novo imposto - o subsídio literário. Foi com o dinheiro deste imposto, lançado sobre o vinho, que a coroa custeou as despesas com o relançamento da nova rede do ensino. Criaram-se as cadeiras de *Gramática Latina e de ler, escrever e contar* nos concelhos do Funchal, Machico, Calheta, Santa Cruz, Porto Santo e S. Vicente.

Note-se ainda que em 1760 da Escola de Geometria e Trigonometria, que funcionou nas dependências do Colégio dos Jesuítas, estando a cargo do sargento-mor Francisco d'Alincourt e o seu ajudante Faustino Salustiano da Costa. Note-se que Francisco Alincourt, numa deslocação a Lisboa em 1768 foi portador de doze jogos de *Tradução de Bellidor* para sua *Aula de Engenharia e Desenho*. Esta escola funcionou em moldes semelhantes à Academia Militar de Lisboa. Em 1801 foi retomada apenas como aula de Geometria para os militares.

A revolução liberal propiciou uma nova aposta no ensino público, que deveria ser garantido a todos os cidadãos pelo facto de ser uma forma de regeneração da sociedade. A partir da década de trinta tivemos a aposta na criação de novas escolas, que em 1848 eram de 33.

A reorganização do ensino conduziu ao aparecimento do ensino liceal em 17 de Novembro de 1836 e das escolas de ensino agrícola e industrial desde 1852. No Funchal, o Liceu foi instalado em 12 de Setembro de 1837, ano em que também surgiu a Escola Médico Cirúrgica para a formação de médicos e parteiras. Esta foi a primeira estrutura de ensino superior na região que perdurou até 1910, sendo encerrada pela República.

O ensino foi a partir do século XIX um dos sectores privilegiados de intervenção do município. As instalações, sua conservação e mobília, o pagamento do salário dos professores



Pe. Manuel Álvares(1526-1583), busto de Amândio de Sousa inaugurado em 1972 na vila da Ribeira Brava. Coincidiu com esta data a publicação facsimilada da 1ª edição da "Gramática Latina" A escola secundária do concelho ostenta também o seu nome.

O Padre Manuel Álvares(1526/1583) é natural desta vila e notabilizou-se com o autor da *Gramática Latina*, publicada em 1572 que serviu de base ao ensino do Latim e de que se publicaram inúmeras edições em todo o mundo.

Ao serviço da Companhia de Jesus, dedicou-se ao ensino e à escrita de várias obras. Em 1561 foi nomeado reitor do Colégio das Artes de Coimbra e em 1573 foi provido no cargo de reitor da Universidade de Évora.



Conde de Canavial (1829-1902), Médico, escritor e político foi um dos promotores da Escola Médico Cirúrgica do Funchal onde foi professor.

"O estado da instrução pública neste distrito está ainda infelizmente bastante atrasado.

Há poucas escolas, e essas em más condições. Edifícios em mau estado, falta de utensílios, falta de livros, e também nalguns lugares falta de professores habilitados.

(...) curar o mal radicalmente, com bons ordenados, mestres, com escolas normais nas cabeças dos distritos, e inspectores amiúde percorrendo os círculos(...)" [*Diário de Noticias*, 13 de Outubro de 1876]

e casa eram da competência da Câmara. Apenas num lapso de tempo esta responsabilidade ficou endossada às Juntas de Paróquia, de acordo com portaria de 6 de Dezembro de 1880.

A rede escolar avançou num esforço conjunto dos municípios e governo civil. E para os municípios pobres foi mais evidente esta aposta governamental. Foi o caso de S. Vicente onde em 1947 a Junta Geral assumiu esta responsabilidade.

Esta aposta na criação de novas escolas e as constantes reformas do ensino foram insuficientes e incapazes de banir o espectro do analfabetismo no arquipélago que se manteve sempre elevado até finais do século XX. Assim entre finais do século XIX e princípios do século XX o grupo de madeirenses que não sabia ler nem escrever representava mais de oitenta por cento da população e só a partir dos anos sessenta foi inferior aos cinquenta por cento.

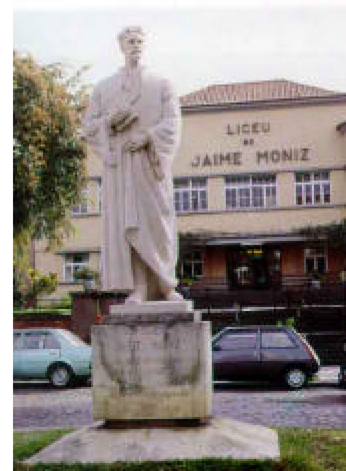
De entre as reformas do ensino merece destaque a de 1895, de iniciativa do madeirense Jaime Moniz (1837-1917). O seu combate em favor do ensino, as propostas reformadoras do mesmo conduziram a que o liceu do Funchal merecesse o seu nome a partir de 1919. Todavia a dignificação desta instituição de ensino só foi possível a partir de 1933 com o projecto de um novo liceu, inaugurado em 1946. O mesmo sucederá com a Escola Industrial, criada em 1889, mas que só teve instalações próprias em 1958.

O ensino não se resumiu às escolas oficiais e tão pouco estas se limitaram à concorrência das católicas. Em 1819 Joseph Phelps criou a escola Lancasteriana, onde se pôs em prática o sistema de ensino de Lancaster. Esta escola caracterizava-se pela ausência da palmatória e, por consequência, de uma forma branda de ensino. Manteve-se através de fundos de uma associação criada em 1821. Mary Wilson também teve consciência desta realidade do analfabetismo criando nos fins do século XIX e princípios do século XX várias escolas em toda a ilha (Santa do Porto Moniz, Arco de São Jorge, Santana, Santo da Serra, Machico e Câmara de Lobos). Outra iniciativa particular, mais polémica, sucedeu a partir de 1838 com o médico e pastor protestante Robert Kalley que montou uma escola para ensino das crianças. A acção de propaganda prosélita conduziu à expulsão em 1846 com muitos dos seus adeptos.

No meio rural, uma vez que as escolas oficiais não eram suficientes, muitos pais socorriam-se das particulares, quando as havia. Aliás, estas foram pioneiras no alargamento do ensino secundário, a partir da década de sessenta do século XX, aos concelhos rurais, como foi o caso dos colégios de S. Vicente e Machico.

A igreja continuou a ter um papel de destaque no ensino através do seminário do Funchal, reformado em 1877 por iniciativa do bispo D. Manuel Agostinho Barreto, que o entregou à Congregação dos Padres Lazaristas. A direcção do Padre Ernesto Schnitz conduziu à sua valorização fazendo dele um importante espaço científico com um museu de Ciências Naturais.

Em 1947 os Padres da **Congregação do Sagrado Coração de Jesus** fundaram um seminário no Funchal. Nos anos cinquenta foram secundados pelos Salesianos, que chegaram à ilha, por



Estátua de Jaime Moniz, do escultor Anjos Teixeira. Foi inaugurada no aniversário do seu nascimento a 18 de Fevereiro de 1962, sendo colocada na rotunda em frente ao Liceu.

Jaime Constantino de Freitas Moniz, nascido no Funchal em 1837, notabilizou-se como advogado, professor e político. Terminado o curso de Direito em Coimbra em 1862, passou a exercer advocacia em Lisboa, mas logo em 1863 passou também a leccionar no Curso Superior de Letras.

Na actividade política foi deputado pelo círculo de Castelo Branco (1870-74) e por Goa (1875-78), par do Reino (1886-87) e Ministro da Marinha (1871-72). Mais tarde, em 1895, na qualidade de Director–Geral da Instrução Pública, foi o autor da reforma do ensino liceal.

Em 1919, a Academia Real das Ciências de Lisboa, de que foi secretário-geral, propôs que se designasse o Liceu Nacional do Funchal com o seu nome, a que o Governo acedeu. Veio a falecer em Lisboa em 1917. A Câmara Municipal do Funchal atribuíu, em 1962, o seu nome ao Largo em frente ao Liceu, colocando aí uma estátua deste estadista.



Edifício do Colégio Missionário. A Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus foi fundada pelo Padre João Leão Dehon(1843/1925). Em 1947 instalou-se na Madeira com o Colégio Missionário.

intermédio do Padre Laurindo Pestana. O seminário para a formação de missionários e a Escola Salesiana de Artes e Ofícios foram para muitos madeirenses de fracos recursos, a única forma de acesso ao ensino secundário, até ao momento da total massificação do ensino gratuito.

Por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenklian a Madeira passou a contar desde Julho de 1963 de bibliotecas itinerantes em todos os concelhos e a apoiar o ensino através do fornecimento dos manuais escolares. Esta situação contribuiu de forma clara para a promoção cultural do meio rural e o enraizamento de hábitos de leitura.

A reforma do ensino na década de setenta permitiu uma maior abertura à frequência dos diversos graus de ensino a todos os estratos sociais, mas o golpe contra o analfabetismo só foi uma realidade com a revolução de 25 de Abril e o processo autonómico.

A política autonómica a partir de 1976 permitiu que o ensino secundário fosse alargado a todos os concelhos da região, ao mesmo tempo que se estabeleceram as escolas a tempo inteiro. Ainda neste quadro temos a criação em 1988 da Universidade da Madeira.

Edifício escola

ESCOLA SALESIANA DE ARTES E OFÍCIOS

A presença dos Salesianos na Madeira surge a partir de 1950 por insistência do padre Laurindo Pestana(1883-151) que pretendia ver continuada a sua obra iniciada em 1921 com uma escola para rapazes, a que em 1940 havia juntado uma oficina, na Quinta do Palheiro, para ocupação e aprendizagem de um ofício, como o de sapateiro, alfaiate ou marceneiro.

Esta conhecida como as oficinas de S. José, em memória do santo patrono, da data da fundação a 19 de Março de 1921, deu um importante contributo sócio-profissional formando jovens em diversas artes.

Com a entrega da escola aos salesianos ficou assegurada a manutenção e crescimento, tendo-se erguido no local da oficina um novo edifício que permitiu que a missão de escola profissional se alargasse a muitos mais jovens. Com a reforma do ensino de 1973 perderam-se as características de escola profissional, assumindo-se apenas o ensino regular.

IMPRENSA MADEIRENSE
Alguns jornais

1821: Patriota Funchalense
1823: Pregador Imparcial da Verdade da Justiça e da Lei
Atalaia da Liberdade
1827: O Defensor da Liberdade
O Funchalense Liberal
O Regedor
1828: O Regedor Filho
A Flôr do Oceano
1850: O Amigo do Povo
1852: A Ordem
1854: O Clamor Público
1860: A Voz do Povo
1880: Diário da Madeira
1883: A República
1892: O Clamor Público
1876: Diário de Notícias
1904: Heraldo da Madeira
1906: O Jornal, depois em 1923 como Jornal da Madeira
1912: Brado d'oeste (P.Sol)
1931: Notícias da Madeira

A Edição e a Imprensa

Perante o espectro reinante do analfabetismo a circulação do livro e da imprensa periódica, que fez a sua aparição com a revolução liberal, circunscrevia-se a um grupo muito reduzido da sociedade madeirense com forte incidência na cidade. Raros eram os leitores do meio rural e poucos também os jornais aí publicados. Apenas se conhece a imprensa nas vilas da Ponta de Sol e Santa Cruz. Mesmo assim ela foi um meio importante de divulgação cultural e acima de tudo de combate político.

A Igreja Católica fez uso da imprensa para a sua afirmação e expressão doutrinal. O facto mais evidente é a presença de elementos do clero na criação de alguns dos mais importantes periódicos da ilha: o padre João Crisóstomo Espíndola de Macedo fundou o *Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei* (1823-24); em 1876 o cónego Alfredo César de Oliveira surge com o primeiro diário, o *Diário de Notícias*; O *Jornal*, fundado em 1906 pelo cónego António Manuel Pereira Ribeiro, foi retomado por Luís Vieira de Castro em 1923, e desde 1932, com o nome de *Jornal da Madeira,* passou a propriedade da Diocese.

O panorama literário da ilha nos séculos XIX e XX foi rico, surgindo vultos que se destacaram no panorama nacional. De entre estes merece referência a poesia com as intervenções de Francisco Álvares Nóbrega, conhecido como o "Camões Pequeno"(1792-1826) e, no século XX Cabral do Nascimento, Edmundo Betencourt, Herberto Helder e José

Agostinho Baptista. Já na prosa o mérito vai para Ernesto Gonçalves, Horácio Bento de Gouveia, Ernesto Leal e Ana Teresa Pereira.

A historiografia madeirense dá os seus primeiros passos com os trabalhos de Álvaro Rodrigues de Azevedo, mas foi em pleno século XX que se deram os avanços mais significativos. As comemorações do quinto centenário do descobrimento da Madeira, que decorreram entre 1922 e 1923, deram o mote para esta aposta. Um dos principais resultados foi o projecto do *Elucidário Madeirense*, uma obra de cariz enciclopédico da responsabilidade do Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes. Desta geração ficaram os nomes do Pe. Fernando Augusto da Silva, Pe. Eduardo Pereira e Alberto Artur Sarmento. Na sua senda tivemos o Pe. Juvenal Pita Ferreira, Joel Serrão e Fernando Jasmins Pereira.

Na actualidade o panorama historiográfico ganhou grande animação, com a realização de colóquios, debates e um numeroso rol de publicações, fruto principalmente da intervenção do Centro e Estudos de História do Atlântico, criado em 1985.

Assistência

Outra das vertentes que pautou a intervenção da Igreja nas ilhas foi a prestação de serviços de assistência aos cristãos e cativos. E este serviço torna-se mais importante em espaços como o Funchal, servido por um porto. Neste caso assinalam-se ainda os serviços de assistência aos marinheiros e demais gentes de passagem.

Também os particulares sentiram este apelo e colaboraram no sistema assistencial. Em 1459 por João Gonçalves Zargo de um chão junto à capela de S. Paulo para um hospital, que funcionou cerca de quinze anos. Juntam-se ainda as referências a outros dois hospitais de iniciativa de particulares: o de Gonçalo Eanes Velosa para agasalhar pobres e enfermos, autorizado em 1469 prelo Infante D. Fernando, o de Pero Vaz de Alcoforado referido em 1471, e o de Duarte Pestana, referido em vereação de 1486. Constança Rodrigues, mulher de João Gonçalves Zarco, deixou por testamento de 1484 cinco casas térreas que funcionaram como mercearias, para albergar cinco pessoas idosas.

A partir de finais do século XV o sistema foi alvo de uma reforma por intervenção papal. Em 1485 o papa Inocêncio VIII recomendou que os pequenos hospitais fossem anexados aos maiores. De acordo com este espírito, a Coroa criou em 1498 o Hospital de Lisboa, que veio a congregar todos os demais aí existentes. O mesmo princípio foi seguido em todas as vilas do reino, por autorização papal de 23 de Outubro de 1501, reforçada por carta régia de 1507.

Na Madeira foi D. Manuel quem tomou a iniciativa, manifestou-se favorável à construção do Novo Hospital no chão de Bartolomeu de Marchena. Neste contexto surgiram as Misericórdias do Funchal (1507) e, depois em Machico, Calheta (1535), Santa Cruz (1520) e Porto Santo (1767).



Iluminura de livro da Misericórdia do Funchal

"A casa da Misericórdia é de ricas oficias e de mais ricas esmolas e obras de caridade, que nela se fazem pelos provedores e irmãos, curando muitos enfermos e remediando muitos pobres e necessitados, não somente da mesma ilha, mas que vêem de fora, de diversas partes e navegações, ter a ela, que é rica e bastada, e piedosa escala e refúgio de todos"[Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, p.117]

CRONOLOGIA

1469(?): Hospital junto à capela de S. Paulo
1483: Hospital transferido para a freguesia de Santa Maria Maior
1484: criação de mercearia por Constança Rodrigues
1507: ordem D. Manuel para a construção do novo hospital
1508: fundação da confraria da Misericórdia do Funchal
1505(?): criação da Misericórdia de Santa Cruz
1535: criação da Misericórdia da Calheta
1618: confirmação régia da Misericórdia de Machico
1686: construção do Hospital novo no Largo da Sé
1853: Hospício da Princesa D. Maria Amélia
1906: Casa de Saúde de Câmara Pestana
1924: Casa de Saúde do Trapiche
1940: Sanatório, com nome Dr. João de Almada desde 1942
1973: inauguração do Hospital Distrital do Funchal



Edifício do Governo Regional da Madeira, antigo Hospital e Misericórdia do Funchal construído a partir de 1686 para substituir o velho. Aqui funcionou a Escola Médico-Cirúrgica,. Em 1931 o Hospital foi transferido para os Marmeleiros, ficando o imóvel para a Junta Geral. Hoje é sede do Governo Regional

EPIDEMIAS NA MADEIRA

1480: peste
1488: peste
1521: peste
1538: peste
1719: sarampo
1751: sarampo
1787: varíola
1801: varíola
1814: escarlatina
1815: varíola
1816: sarampo
1825: escarlatina
1856: cólera
1858-59: varíola
1864: escarlatina
1870: varíola
1873: varíola
1884; sarampo, pulmonite
1892: raiva
1893: febre tifóide
1904: meningite
1905: peste bubónica
1907: varíola
1910-11: pneumónica, cólera
1919: pneumónica
1960: febre amarela

Às confrarias esteve também ligada esta importante função assistencial. Estas assumiram-se como associações de solidariedade social e espiritual dos irmãos, recrutados de acordo com a situação sócio-profissional ou a devoção a um determinado santo patrono. Note-se que no caso das confrarias ligadas às misericórdias os irmãos tinham assegurada assistência hospitalar e espiritual.

Na Madeira assinala-se ainda um facto particular ligado à assistência hospitalar. Nos séculos XVIII e XIX a ilha, devido às suas condições climáticas, actuou como hospital de cura da tísica pulmonar, atraindo destacadas personalidades europeias. Foi no seguimento disto que tivemos em 1903 o projecto alemão de criação de um sanatório, que começou a construir-se nos Marmeleiros. Todavia o governo português, por pressão britânica, foi forçado a rescindir em 1909 a concessão. O imóvel passou a cumprir semelhante função em 1931, altura que foi transferido para aí o Hospital de Santa Isabel.

O século dezanove foi marcado por diversas epidemias que causaram a elevada mortandade e colocaram a necessidade de um adequado desenvolvimento dos serviços de saúde. Nesse sentido surgiu em 1816 a *Aula Médico-Cirúrgica do Funchal* que pretendia dar um salto qualitativo nos cuidados de saúde. Esta aula funcionou apenas até 1821, sendo retomada em 1836, já sob a forma de *Escola Médico Cirúrgica*. A vida da escola foi atribulada pela conjuntura política liberal, mesmo assim funcionou até 11 de Dezembro de 1910 e formou 240 médicos.

o Hospital da Misericórdia

O primeiro hospital funcionou na zona de Nossa Senhora do Calhau no espaço onde hoje existe a Rua com o topónimo de Hospital Velho. Este passou a partir de 1514 para a alçada da Misericórdia do Funchal. As condições precárias oferecidas por estas instalações obrigaram à sua transferência no século XVII para o novo hospital mandado construir junto do terreiro da Sé, que ficou conhecido com o Hospital de Santa Isabel. As obras duraram entre 1685 e 1688. Em 1695 estava já definitivamente instalado o novo hospital, uma vez que se procedeu à venda das antigas instalações.

Os ingleses instalaram aqui em 1807 a sua enfermaria. A Escola Médico Cirúrgica utilizou também as suas instalações para os cursos de medicina. Em 1931 o hospital e misericórdia foram transferidos para o edifício dos Marmeleiros, ficando o imóvel reservado para a instalação dos serviços da Junta Geral.

As epidemias

A História documenta que a ilha foi alvo em diversos momentos de epidemias que causaram elevada mortandade entre a população. O facto de o Funchal ser uma cidade portuária faz aumentar a possibilidade de contágio das diversas

doenças, fazendo com que as autoridades insistissem num conjunto de medidas de profilaxia na urbe e do tradicional serviço de quarentena de passageiros e mercadorias.

No século XVI um surto de peste colocou em sobressalto a cidade do Funchal, pondo em causa o normal funcionamento das instituições e dos negócios do açúcar..

O século XIX foi o momento em que a população madeirense foi mais martirizada por diversas epidemias que causaram grande mortandade. Estas doenças enquadram-se numa conjuntura económica difícil, definida por diversas fomes, que atingiram o momento culminante na década de quarenta. Isto deixou caminho aberto para o alastramento de diversas epidemias. De entre estas destaca-se em 1856 a *cólera-morbus* que vitimou 7041 madeirenses, fazendo-se sentir os seus efeitos em toda a ilha.

No século XX a autonomia administrativa favoreceu uma melhoria nos cuidados de saúde, nomeadamente no meio rural, com a criação a partir de 1941 de Centros de Sanidade Rural no Porto Santo, Camacha, Madalena do Mar, Paul do Mar, Boaventura, Santo da Serra, Gaula, Seixal, Arco da Calheta e S. Jorge. Junta-se ainda a partir de 1948 a criação de dispensários materno-infantis, como medida de controle da mortalidade infantil.

Para saber mais ...

Mary Jane Wilson – uma inglesa na Madeira



Mary Jane Wilson com crianças da Orfandade de Santa Isabel

A Botica de S. Jorge

"A instituição da farmácia gratuita de S. Jorge é de grande vantagem para o doente pobre. Quantos dos nossos semelhantes não morrem à míngua de socorros farmacêuticos, por não terem os meios necessários para os comprar?

(...) Aplaudimos sinceramente a ideia de Miss Wilson instituindo a botica gratuita que, é verdade, não se pode sustentar por si só, e dividindo o peditório por todas as

Nasceu em Hurryhur-Mysore, Índia inglesa, a 3 de Outubro de 1840. A 26 de Maio de 1881 desembarcou na Madeira como enfermeira de uma senhora doente que aqui procurava a cura para os seus males.

Desde logo, a sua acção em favor dos mais necessitados se afirmou ao fundar no sítio do Torreão, um centro de amparo a crianças pobres e órfãs. Em 1882 criou no Funchal um dispensário hospital para crianças e adultos pobres com internato e externato e a Botica de São Jorge.

Em 1883 instituíu a Orfandade de Santa Isabel e o Colégio de São Jorge no Palácio de São Pedro para meninas com boa situação económica para daí angariar fundos para as obras de caridade. A 15 de Janeiro de 1884 deu início a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias juntamente com a jovem Amélia Amaro de Sá.

Em 1887 foi convidada pelo Barão da Nora para reactivar o Hospital da Misericórdia de Santa Cruz que se encontrava em ruínas. Angariou fundos, organizou subscrições e recuperou o edifício. Foi nomeada zeladora, directora e principal enfermeira do estabelecimento.

Para combater o analfabetismo, fundou várias escolas primárias gratuitas: na Santa do Porto Moniz, no Arco de São Jorge, em Santana, no Santo da Serra e em Machico. Em 1910 as escolas por ela fundadas tinham 800 alunos.

Em 1907 a ilha da Madeira foi assolada pela peste da varíola. Perante o alastrar da doença, Mary Wilson ofereceu-se para, com outras irmãs da Congregação por ela fundada, se recolher juntamente com os variolosos no Lazareto do Funchal e aí tratar os doentes, atitude que lhe mereceu a condecoração do grau de "Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito" conferida pelo rei D. Carlos, uma vez que a peste foi debelada em três meses. Em 1907 assumiu a direcção do Recolhimento do Bom Jesus e em 1908 a responsabilidade do Asilo da Mendicidade.

classes da sociedade, torna-se a esmola mais suave não sendo ela menos meritória por isso.

Assim, nós os madeirenses, devemos ser muito gratos à nobre estrangeira que veio criar entre nós um estabelecimento de tanta utilidade prática." *[O Direito,* 22 de Abril de 1885]

O Colégio de S. Jorge

"A Senhora Wilson, uma dama respeitabilíssima, que está incumbida da direcção daquele excelente colégio (de São Jorge, no Palácio de S. Pedro), desenvolve, no cumprimento dos seus elevados e espinhosos deveres, a austeridade de uma verdadeira mãe, que não exclui a ternura incomparável, que adivinha todos os pensamentos, previne todos os desejos, aviventa todas as boas inspirações e anima todas as ideias generosas." [*Diário de Notícias,* 9 de Agosto de 1884]

Condecoração de Mary Jane Wilson

"Atendendo às vossas distintas qualidades e circunstâncias, e querendo dar-vos um testemunho autêntico do apresso em que tenho a vossa pessoa e os relevantes serviços que tendes prestado com a maior abnegação e caridade à causa da humanidade e beneficência, internando-vos no Lazareto do Funchal para tratamento, alívio e amparo dos variolosos ali recolhidos, arriscando assim a cada momento a vossa vida sem recompensa mais que as bênçãos de tantos desgraçados a que tão solícita e carinhosamente tendes acudido: Hei por bem fazer-vos a mercê do grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (...)" [*Carta do rei D. Carlos (4 de Julho de 1907]*

Com a implantação da República, em Outubro de 1910 foi presa no Palácio de São Lourenço e expulsa da Madeira devido à perseguição movida às ordens religiosas pelo novo governo. A este propósito, *O Jornal* escrevia: *"Sentimos profundamente a saída dessa grande benemérita a quem a Madeira tanto deve, tendo como recompensa do bem liberalizado, a expulsão da terra que cumulou de benefícios e que está povoada de padrões atestadores da sua dedicação e entranhada caridade em favor do próximo."*

Um ano depois, regressou como cidadã inglesa, atendendo à sua avançada idade, e do Santo da Serra, para onde foi viver, reorganizou a Congregação por ela fundada.

Aos 76 anos de idade fixou-se em Câmara de Lobos onde fundou uma escola primária no antigo Convento de S. Bernardino vindo aí a falecer a 18 de Outubro de 1916.

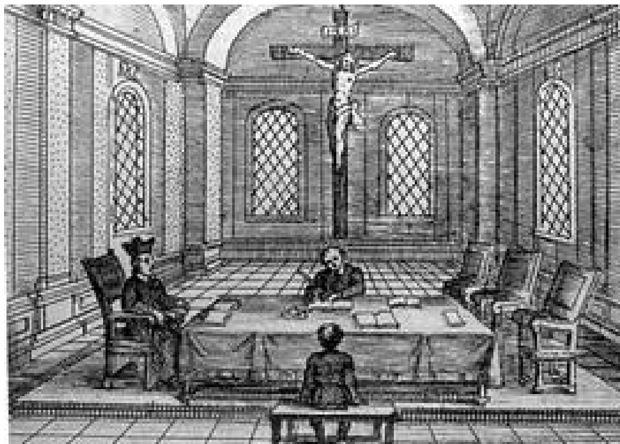
A sua dedicação aos mais pobres mereceu-lhe o título de "Boa Mãe", nome por que era tratada pelo povo da Madeira. Dois dias após a sua morte, o *Diário de Notícias* da Madeira escrevia: *"Em nome daqueles a quem prodigalizastes os tesouros inesgotáveis do vosso coração generoso e da vossa alma magnânima; em nome daqueles cujo sofrimento físico suavizastes com os vossos cuidados e carinhos maternais; em nome daqueles cujas lágrimas tantas vezes enxugastes com as vossas palavras de inefável doçura e conforto; em nome daqueles em cujas almas torturadas fizestes substituir o desespero pela esperança de melhores dias; venho dizer-vos o último adeus e trazer-vos a solene promessa de que a vossa santa memória jamais será esquecida pelo povo madeirense reconhecido. Pertenceis ao número das criaturas privilegiadas que só nascem e vivem para praticar o bem, para atenuar ou corrigir os males que pesam sobre a humanidade.*

Matastes a fome; saciastes a sede; cobristes a nudez; suavizastes a doença; combatestes a ignorância; consolastes os tristes; visitastes os encarcerados. As vossas virtudes proclamam a vossa imortalidade (...)."

A obra de Mary Jane Wilson continua através da Congregação por ela fundada que entretanto se expandiu, a partir da Madeira, para vários países do mundo.

Muitos, hoje, seguem-lhe o exemplo através da Vida Religiosa e da Associação dos "Amigos da Irmã Wilson".

Os judeus, os protestantes, os maçons e a Inquisição



Inquisição: sessão de interrogatório a um preso. Gravura de Pierre-Paul Sevin de 1688

Nas ilhas foi manifesta a conivência das autoridades com a comunidade judaica, o que poderá resultar de facilidades concedidas à sua fixação. Os Cristãos-novos, maioritariamente comerciantes, estavam ligados, desde o início, ao sistema de trocas, sendo os principais animadores do relacionamento e comércio a longa distância.

A criação do tribunal do Santo Ofício em Lisboa conduziu a que estes se dispersassem no Atlântico: primeiro nas ilhas e depois no Brasil. Neste contexto destacam-se as crianças enviadas, foçadamente para S. Tomé. A diáspora orientou-se de acordo com os vectores da economia atlântica pelo que deixavam atrás um rasto da sua rede de negócios. O açúcar foi sem dúvida um dos principais móbeis da sua actividade, quer nas ilhas, quer no Brasil.

A par disso, o relacionamento destes espaços com os portos nórdicos conduziu a uma maior permeabilidade às ideias protestantes, obrigando a cautelas por parte do clero e do Santo Ofício.

A incidência do comércio dos Açores e da Madeira no açúcar, pastel e vinho conduziu ao estabelecimento de contactos assíduos com os portos da Flandres e Inglaterra, que não era bem visto pelo tribunal. Esta situação favoreceu a presença de uma importante comunidade nos dois arquipélagos, o que veio a avolumar as preocupações dos inquisidores. A intervenção do tribunal contra os protestantes foi reduzida, pois só se conhece a prisão de alguns anglicanos nos Açores nas visitas de 1575 e 1618.

Ao contrário do que sucedeu nas Canárias, as ilhas portuguesas não tiveram tribunal da Inquisição, pelo que a sua actuação fazia-se através de visitas dos Inquisidores, da Inquisição de Lisboa, tribunal a que estavam sujeitas. Conhecem-se apenas duas visitas: em 1591-93 por Jerónimo Teixeira Cabral e em 1618-19 por Francisco Cardoso Tornéo. No intervalo de tempo entre estas visitas, o tribunal fazia-se representar pelo bispo, clero, reitores do Colégio dos Jesuítas, "familiares" e comissários do Santo Ofício.

Em finais do século XVI foram arrolados 94 cristãos novos, todavia as prisões por judaísmo entre 1591 a 1601 foram de apenas 37. Em 1618 o seu número não passou de 5.

A presença da comunidade britânica era evidente, mas nunca foi alvo de qualquer perseguição por questões religiosas, a excepção

do que aconteceu em 1846 com o Dr. Robert Kalley. O bispo funchalense, D. Frei Lourenço de Távora, no sínodo realizado em 15 de Junho de 1615 chamou a atenção para a presença de estrangeiros "de partes infeccionadas na fé", apelando para a necessidade de se cumprir o estabelecido em 1608 pelo prelado anterior que determinara "que os tais estrangeiros cismáticos e hereges não podem tratar nem disputar com a gente da terra sobre a fé, nem fazer coisa, que desse escândalo". Mas este foi um preceito que ninguém foi capaz de cumprir ou de fiscalizar o seu cumprimento.

A inquisição no século XVIII cumpriu uma função distinta de combate aos adeptos da maçonaria. Em 1792 o bispo José da Costa Torres solicitou ao Inquisidor Geral a publicação de um edital para que fossem denunciados todos os maçons. Foram presos vários clérigos e filhos de gente ilustre, mas a 23 de Junho de 1792 veio o perdão régio para todos. De entre os presos destacam-se Francisco Alvares de Nóbrega, poeta de Machico e o deão da Sé do Funchal, João Francisco Lopes Rocha.

Os ingleses e o Dr. Robert Kalley



Robert Kally

O dia 9 de Agosto de 1846 é um marco na História da Madeira, surgindo pela primeira vez uma perseguição oficial aos súbditos da coroa britânica, pelas suas convicções religiosas. Este foi o segundo momento de reacção popular contra a presença britânica na ilha; o primeiro havia ocorrido a 1 de Julho de 1696 e conduziu à prisão e expulsão de William Bolton, acusado de especulação no comércio de cereais.

Até então a presença britânica na ilha usufruíu de uma posição favorável, ignorando-se, no período das perseguições por heresia, as sua convicções religiosas. Já em 1598 a coroa ditara a proibição do comércio inglês na Madeira, mas estes continuaram a actuar livremente com a conivência das autoridades e população, assumindo em 1620 uma posição hegemónica nos direitos pagos na alfândega.

O facto ocorrido em 1846 demarca a primeira e única perseguição religiosa havida na ilha, invocando a igreja e o governo as leis inquisitoriais do século XVII de combate às heresias, isto quando eram já passados mais de vinte anos sobre a extinção do tribunal em Portugal.

Quando em 12 de Outubro de 1838 R. Kalley pisou pela primeira vez o solo madeirense, acompanhado da sua esposa, à procura dos ares curativos da ilha para a sua doença, não esperava que um dia mais tarde havia de ser expulso em perigo de vida pela ira dos populares.

Aqui lançou algumas obras de inegável mérito, como uma rede de escolas primárias e um pequeno hospital em 1840, sendo por isso agraciado pelo município do Funchal em 25 de Maio de 1841.

A partir de 1842 tornou-se pregador da igreja da Escócia, levando consigo centenas de populares no Santo da Serra e Machico. A reacção da igreja madeirense não se fez esperar e em Janeiro de 1843 o cónego Carlos Teles de Menezes apresentava a posição da hierarquia religiosa madeirense, definindo o movimento como herético. Em Setembro o pastor foi proibido de exercer a medicina na Madeira, sendo a 9 de Agosto de 1846 preso e expulso da ilha e a sua residência na quinta do Vale Formoso saqueada pelos populares.

Da perseguição movida aos inúmeros seguidores do Dr Kaley, resultou a fuga de muitos para as Antilhas e, depois, para América do Norte. Só no ano de 1846 terão saído 2000, conduzidos em barcos ingleses. Destes, duzentos embarcaram em 23 de Agosto no navio William. Esta situação ia ao encontro dos interesses britânicos, uma vez que a abolição da escravatura tornava imprescindível o recrutamento de mão-de-obra livre.

De Illinois à Nova Escócia chegou a boa nova da comunidade protestante madeirense. Na Nova Escócia (Canadá) destaca-se Francisco Silva (Francis Silver de nome inglês) que aí aportou em 1850, afirmando-se como um pintor popular do quotidiano. As suas obras estão expostas na Galeria de Arte da Nova Escócia.

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1.BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1. FONTES

Constituições Sinodais do Bispado do Funchal. Feitas & ordenadas por Dom Ieronimo Barreto Bispo do dito bispado, Lisboa, 1585.

Constituições Sinodais do bispado do Funchal com as extravagantes novamente impressas por mandado de Dom Luís de Figueiredo de Lemos, Bispo do dito bispado, Lisboa, 1610.

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979.

NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal, (Ilha da Madeira) ano 1722*, Funchal, CEHA, 1996.

1.2. BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Guedes de, *Mary Jane Wilson, a Irmã de S. Francisco*, Braga, Editorial Franciscana, 1975.

ANAYA HERNANDEZ, Luis Alberto, SPINOLA, Franc. Fajardo, "Relaciones de los Archipielagos de Azores y de la Madera con Canarias, segun fuentes inquisitoriales (siglos XVI y XVII)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990 p. 846.
- "Una comunidad judeoconversa de origen portugues a comienzos del siglo XVI, en la isla de la Palma", *Actas do II Colóquio Interna cional de História da Madeira*, Lisboa, 1990, pp.685-700

ARAGÃO, Dr. António, António de Carvalhal Esmeraldo ""Aonio" desconhecido e inspirado poeta madeirense que viveu na época de seiscentos", 1964, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VI, Nº 34, pp.33-38.

ASSUNÇÃO, Paulo, "A Presença Jesuítica no Brasil e nas Ilhas Atlânticas: do Exercício da Fé ao Exercício Temporal", in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000, pp.241-260.

BARROS, Bernardete; GOMES, Fátima F.; SILVA, Iolanda, "A festa processional "Corpus Christi", no Funchal (séculos XV a XIX)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 344.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, "A acção de D. Luís Figueiredo de Lemos, Bispo do Funchal (1585-1608)", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.563-574.

BRAGA, Paulo Drumond, "A Actividade Diocesana de D. Martinho de Portugal na Arquidiocese Funchalense", III *Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal,* 1993, pp.557-562.

BRANCO, Alfredo António de Castro Teles de Menezes de Freitas(Visconde do Porto da Cruz), *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, 3 vols, Funchal, 1949 e 1951.

BRÁSIO, Padre António, "O Padroado da Ordem de Cristo na Madeira", *Arquivo Histórico da Madeira*, 1960, Vol. XII, pp. 191-228.

CAEIRO, Maria Margarida, "Concepções da vida e da morte na Madeira entre 1580 e 1640. Alguns contributos para a História das mentalidades do arquipélago", *III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, 575-583.

CAMACHO, Rui; CAMACHO, Helena; TORRES, Jorge, "Festas e Arraiais da Madeira", *Xarabanda*, 1992, Nº 1, pp. 31-36.

CAMERON, H. K., "Pedras e sepulturas laminadas flamengas do século XVI na Madeira", *Islenha*, 1989, Nº 4, pp. 120-127.

CARDOSO, Zita, "Os expostos", 1989, *Atlântico*, Nº 20, pp. 265-271.
- "Os Maios: lenda e tradição etnográfica na Freguesia de Machico", *Islenha*, 1989, N.º4, pp. 76-78.

CARITA, Rui, "O Convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos", *Girão*, 1991, N.º 6, pp.237-240.
- "A Igreja da Madeira nos séculos XV e XVI-O documento de sagração da Sé Catedral do Funchal", *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 325.
- "A Confraria de S. José da Sé do Funchal", in *Islenha*, nº.27, 2000, pp.60-70.
- "A Capela do Senhor Jesus da Sé do Funchal", in *Islenha*, 22, 1998, 5-10.
- "Madeirenses na Universidade de Salamanca em Espanha", in *Islenha*, 1990, N.º 7, pp. 37-41.
- "A Matriz da Freguesia da Ribeira Brava", in *Islenha*, 19, 1996, pp.53-60.
- *O Colégio dos Jesuítas do Funchal memória histórica*, 2 vols, Funchal, 1987.

CASTELO BRANCO, Fernando, "Subsídios para a História do protestantismo na Madeira: O caso Kalley", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990, p. 1338.

-"A Sociedade Funchalense dos amigos das Ciências e Artes", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990 P. 311.

CORTE, Eleutério, "A Importância das Romarias para o Conhecimento do Folclore Madeirense", *Xarabanda,* 1992, N.º 2, pp. 13-15.

COSTA, Mário Alberto Nunes, "A Ilha do Porto Santo em 1770", in *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. X, Funchal, 1958

COSTA, José Pereira da, *Assistência Médico-social na Madeira(Breve Resenha Histórica)*, Funchal, 1993.
- "Livros de Matrícula 1538/1553-1554/1558", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*,. 1990 p. 137.
- O Ambiente Cultural da Madeira no Séc. XVI. Os Livros dos Ordenados em Ordens Menores e Sacras 1538-1553, 1958, *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol. X, pp. 150-197.
- "O Ambiente Cultural da Madeira no Século XVI", *Arquivo Histórico da Madeira*, 1962, Vol. XIII, pp. 137-214.
- (e Clara de Sá Cruz) "Arquivo da Misericórdia da Calheta", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1962, Vol. XIII, pp. 215-271.
- (e Maria Clara de Sá Cruz) "Arquivo da Misericórdia da Calheta", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1964, Vol. XIV, pp. 9-84.
- "Misericórdia de Machico", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1964, Vol. XIV, pp. 85-93.
- "Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1964, Vol. XIV, pp. 94-239.
- *Assistência Médico-social na Madeira(Breve Resenha Histórica*), Funchal, SRAS, 1993.
- "Dominicamos bispos do Funchal e Angra", *Actas do II Encontro sobre História Dominicana* , vol. II, Porto, 1987.

COUTINHO, J. de Sousa, "O Natal na Madeira-Estudo Etnográfico", *Das Artes e da História da Madeira,* 1955, Vol. IV, Nº 19-20, pp.58-70.

FAJARDO-SPINOLA, Francisco, "Azores y Madeira en el Archivo de la Inquisicion Canaria (Nuevas aportaciones)", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 663.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, "A Madeira nos Arquivos da Inquisição", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990 p. 689.
-"Alguns elementos para a história da inquisição na Madeira", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp.679-902.

FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de Uma Vida – Mary Jane Wilson,* Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.
- *Nos Caminhos das Irmã Wilson*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1999.

FERREIRA, Lídia Góes, "Ritos Cíclicos em Transformação. A Visita do Divino Espírito Santo aos Barcos", *Xarabanda,* 1994, nº. 6, pp. 37-47.

FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, Edição da JGDAF, 1963.
- *O NATAL na Madeira*, Funchal, DRAC, 1999.
- "A ordem Seráfica na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira,* 1964, vol. VI, Nº.32, pp.13-21.
- *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante de 1420 a 1460*, Funchal, Edição da JGDAF, 1959.
- *Notas para a História da Madeira. Descobrimento e Povoamento*, Funchal, Edição da JGDAF, 1957.
- "Tristão das Damas", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1959, Vol. XI, pp. 157-171.

FIGUEIREDO, A Bandeira, *Introdução à História Médica da Madeira*, Porto, 1963.

FONTOURA, Otília Rodrigues, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 anos*, Funchal, CEHA, 2000.

FRANCO, José Eduardo, "A Construção do Mito dos Jesuítas no Brasil e nas Ilhas Atlânticas(Madeira e Açores) Durante o Governo do Marquês de Pombal", in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000, pp.261-310.

FREITAS, Dr. Eugénio de Andrea da Cunha e, "Dois poetas madeirenses na Academia dos Anónimos de Lisboa", *Das Artes e da História da Madeira,* 1955, Vol. IV, Nº 19-20, pp.16-18.
- "Alguns madeirenses que receberam ordens em Braga (1501-1544)", *Das Artes e da História da Madeira,* 1966, Vol. VI, Nº 36, pp.28-29.

FREITAS, Graça; SANTOS, Manuela, "Biografia. João Augusto d'Ornellas", *Girão,* 1991, Nº 6, pp.247-248.

FREITAS, Lourenço de, "A primitiva matriz de Santa Cruz", 1992, *Islenha*, Nº 11, pp. 150-158.
- "A Antiga Igreja Matriz de Gaula", in *Islenha*, 22, 1998, pp.11-30.

FREITAS, Manuel Pedro S., "Colégio da Preservação, em Câmara de Lobos", *Girão,* 1992, Nº 8, pp.387-39.
- "Câmara de Lobos e a epidemia de cólera de 1910", *Girão,* 1990, Nº 5, pp.196-199.

GOES, José Laurindo L. de, "Estabelecimento e Evolução do Ateneu Comercial do Funchal", *Atlântico,* 1985, Nº 2, pp.127-135.

GOMES, Eduarda Maria de Sousa, *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídio para a sua História. 1660-1777*, Funchal, CEHA, 1995.

GOMES, Fátima Freitas, “Festas-romarias na Madeira”, *Atlântico*, 1988, Nº 14, pp.140-149.

GOMES, Dr. José Luiz de Brito, “Os primeiros Jesuítas na Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, pp. 113-115.

GONGALVES, Ernesto, *Portugal e a ilha*, Funchal, CEHA, 1992.
-"Nossa Senhora do Monte. séc. XV e XVI", in *DAHM*, Vol. IV, nº23, 1956.

GONÇALVES, José António, “Biografia. Joaquim Pestana”, *Girão*, 1990, Nº 4, pp.125-128.

GOUVEIA, David Ferreira de, “Santo António no folclore: algumas lendas, costumes e devoções que o tempo levou”, *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 21-33.

GOUVEIA, Dr. Horácio Bento, “Uma procissão de almas. Narrativa secular da freguesia da Ponta Delgada”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. V, Nº 25, pp. 43-44.

GUERRA, Jorge Valdemar, “A casa da ópera do Funchal”, *Islenha*, 1992, Nº 11, pp. 113-149.
- “Uma memória de 1822 do funchalense João Pedro Drumond”, *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 181-208.
- “O Convento de Nossa Senhora da Piedade em Santa Cruz”, in Islenha, 20, 1997, pp.125-156.
- (e Nelson Veríssimo) “O Hospício Franciscano e a Capela de S. José da Ribeira Brava”, in *Islenha*, 19, 1996, pp.53-60.

GUICHARD, François, "La place de Madère dans l'histoire du protestantisme lusophone (XIX-XX siècles)" III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.585-596.

HENRIQUES, João Maria, “Hospício da Princesa D. Maria Amélia”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1971, Nº 41, pp. 28-36.

JARDIM, Maria Dina dos Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1997.

LIMA, J. A. COSTA, “O culto à Santíssima Virgem na Madeira - Uma nótula histórica”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, p. 46.

KHÉDE, Sonia Salomão, “Paradigmas da literatura popular portuguesa medieval no Brasil contemporâneo: A ilha da Madeira de Baltazar Dias e o sertão nordestino de João M. Atai”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 , p. 1001.

LAVAJO, Joaquim Chorão, "O Jesuíta Madeirense Manuel Álvares e a Cultura Universal", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.521-540.

LUCENA, Vasco de, “O ensino da pintura e da escultura na Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, Nº 21, pp. 29-30.

MACHADO, José Rafael Basto, *Cem Anos de Vida Escolar*, Funchal, 1937.

MAIA, Celestino, Madeirenses Ilustres da Medicina, in *Das Artes e da História da Madeira*, nº.6, 1951, pp.2-7.

MARINO, Luís, *Musa Insular (poetas da Madeira*), Funchal, 1959.

MELIM, Eker, “As Aparições da Moitadinha e o Milagre de Santana, na Madeira, em 1934”, in *Islenha*, 18, 1996, pp.5-23.

MELO, Luís Francisco de Sousa,(e Maurício Fernandes), “Notícias do "Teatro Grande"”, *Atlântico*, 1985, nº.1, pp.4-19.

MELO, Luís Francisco de Sousa, “Um formoso Theatro”, *Atlântico*, 1986, N.º 8, pp.293-296.
- “O texto "Alcoforado"”, *Atlântico*, 1986, Nº 5, pp.19-26.
- “O Teatro Concórdia”, *Atlântico*, 1987, N.º 11, pp.227-232.
- “Teatro: Intervalo”, *Atlântico*, 1988, N.º 15, pp.173-178.
- “Teatro Esperança”, *Atlântico*, 1989, N.º 18, pp.123-126.
- “Cavalinhos, palhaços e outros tais...”, *Islenha*, 1990, N1 7, pp. 47-51.
-“Companhias em "tourné"”, *Islenha*, 1991, N.º 8, pp. 94-97.
- “"Virtuosi" e "Dilettanti"”, *Islenha*, 1991, N.º 9, pp. 76-80.
- “E os líricos vieram...”, *Islenha*, 1992, N.º 11, pp. 16-20.
- “O Funchal é que é”, *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 16-18.
- “Teatro Municipal: Compasso d'espera”, *Islenha*, 1994, N.º 14, pp. 32-36.

MIRANDA, Susana Munch, "Para a História eclesiástica da Ilha da Madeira (Segunda Metade do Século XVI) Côngruas, Paróquias e Paroquianos", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.541-556.

NASCIMENTO, Cabral do, “Creação e funcionamento da Aula de Desenho e Pintura no Funchal”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, 1931, pp.34-40.
- “A gafaria de S. Lázaro e a sua confraria”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. I, 1931, pp. 107-116.
- “O imposto de S. Tiago e a procissão do voto segundo os manuscritos do tombo municipal”, *Arquivo Histórico da Madeira*,

vol. I, 1931, pp. 4-11.
- "O verdadeiro retracto de Nª Sra do Monte", *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol. I, 1931, p..63.
- "O Adro da igreja de S. João Evangelista", *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol. II, 1932, pp. 13-16.
- "Alunos da Escola médico-cirúrgica", *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol. I, 1931, pp.101-104.
- Estudantes madeirenses na Universidade de Coimbra, 1932, *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol. II, pp.60-64 e 168-172.
- "Manuel Tomás e as fontes históricas da Insulana", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1932, Vol. II, pp.95-100.
- "Manuel Thomaz e as fontes históricas da *Insulana+(II)", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1933, vol. II, 98-101.
- "A procissão de quinta-feira de endoenças", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1933, Vol. III, 51-54.
- "Capelas e morgados das Madeira", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1934-35, Vol. IV, 65-72.
- "Criação e funcionamento da Aula de Desenho e Pintura do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1934-35, vol. IV, pp.139-158.
- "Maria Clementina, "the beautiful nun of Madeira"", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1934-35, Vol. IV, pp.104-111.
- "As freiras e os doces do convento da Incarnação", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1937, Vol. V, pp.68-75.
- "O Camões pequeno e a inquisição", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1939, Vol. VI, pp.152-157.
- "O estrado de madeira da Sé do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1939, Vol. VI, pp.11-16.
- "Henrique Moniz Teles, o judeu malgré lui", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1939, Vol. VI, pp. 5-10.
- "Prata e ornamentos da Sé do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1939, Vol. VI, pp. 96-99.
- "As freiras de Santa Clara contra Gonçalo de Marchena", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1949, Vol. VII, 193-199.
- "O Hospital velho do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1949, vol. VII, pp. 115-118.
- "Pero Botelho, o da caldeira, e a história do estudante madeirense", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1949, Vol. VII, pp.175-188.
- "Carta escrita da China pelo padre António Lopes da Fonseca à Misericórdia do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1950, Vol. VIII, pp. 189-195.

NOVINSKY, Anita, "Inquisição e heresias na Ilha da Madeira", I C.I.H.M. 1990 p. 743.

OLIVAL, Fernanda, "Inquisição e a Madeira. visita de 1618", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Vol. II, Funchal, DRAC, 1990, 764-818.
- "A visita da Inquisição à Madeira em 1591-1592", in *Actas. III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, 493-520.

OLIVEIRA, João Fortunato de, "O Convento de São Bernardino em Câmara de Lobos", *Girão,* 1991, N.º 7, pp. 305-307.

OLIVEIRA, Dr. João José Maria de, Principais religiosos madeirenses dos Conventos da Madeira e Portugal. "Freiras em Santa Clara", *Arquivo Histórico da Madeira,* Vols. II-III, 1932-1933, pp. 118-128, 88-93, 35-38.
- "Freiras na Incarnação", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1933, Vol. III, pp.35-36.
- "Freiras nas Capuchinhas", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1933, Vol. III, p. 37.
- "Freiras e recolhidas do Bom Jesus", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1933, Vol. III, p.38.
- "Frades em S. Francisco", *Arquivo Histórico da Madeira,* 1933, Vol. III, pp. 88-93.

PEREIRA, Pe. Eduardo C. Nunes, Misericórdia do Porto Santo, *Arquivo Histórico da Madeira*, 1964, Vol. XIV, pp. 240-256
- *Ilhas de Zargo,* vol. II, Funchal, CMF, 1989.

PEREIRA, Fernando Jasmins, "Bens Eclesiásticos - Diocese do Funchal" in *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, 1991, pp. 325-327.

PEREIRA, Joaquim Plácido, *Nossa Senhora do Monte, Padroeira da Ilha da Madeira*, Lisboa, 1913.
- "Joias Franciscanas outorgadas à Ilha da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira,* 1960, Vol. V, Nº 30, pp.9-21.
- "Joías franciscanas outorgadas à Ilha da Madeira Dois Bispos do Funchal Franciscanos", *Das Artes e da História da Madeira,* 1961, Vol. VI, Nº 31, pp. 53-56.
- "Idem, Ordem Terceira", *Das Artes e da História da Madeira,* 1964, Vol. VI, N.º 34, pp..21-28.
- "Ad Salem Sol", *Das Artes e da História da Madeira,* 1965, Vol. VI, Nº 35, pp..26-28.

PEREIRA, José António Correia, Frei, *S. Francisco de Assis na Madeira: História, lendas, tradições*, Braga: Editorial Franciscana, 1993.

PESTANA, César, "Academias e Tertúlias da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira,* 1952, Vol. II, N.º 12, pp.35-36.
- "O cenáculo academias e tertúlias literárias da Madeira", Vol. VII, *Das Artes e da História da Madeira,* 196?, N.º 38, pp. 21-23.

PIRES, A. Machado, "As culturas insulares atlânticas", in I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp. 1374-1388.

PORTO, Dr. Nuno de Vasconcelos, Madeirenses na Universidade de Paris, *Das Artes e da História da Madeira,* 1953, Vol. III, N.º 16, pp. 15-19.

PORTO DA CRUZ, Visconde, "A Procissão do Voto", *Arquivo Histórico da Madeira*, 1949, Vol. VII, pp.139-146.

RIBEIRO, Albino Pina, *Irmã Wilson – Vida – Testemunhos – Cartas,* Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2.ª Edição, Março de 2000.

RIBEIRO, João Adriano; FREITAS, Eduardo, "Notas e Marcas. Festa de São Martinho", *Girão*, 1990, Nº 4, pp. 146-153.

SAINZ-TRUEVA, José de, "Ex-Votos da Ilha da Madeira", in *Islenha*, 29, 1997, pp.25-32.

SANTOS, Eugénio dos, "A sociedade madeirense da época moderna: alguns indicadores", *I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990 p. 1212-1225.

SANTOS, Manuela(e FREITAS, Graça) "Biografia Padre Pita Ferreira", *Girão*, 1989, N.º 3, pp. 77-78.

SANTOS, Rui, "Frei Pedro da Guarda na "Insulana" de Manoel Tomás", *Girão*, 1991, N.º 6, pp. 241-243.
- "O Cemitério Israelita do Funchal", *Islenha*, 1992, N.º 10, pp. 125-164.
- "A família Abudarham do Funchal", *Islenha*, 1993, N.º 12, pp. 106-140.

SARMENTO, Alberto Artur, "Corpus Christi", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, pp.210-211.
- "A festa do Espírito Santo na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, N.º 6, pp. 23-24.
- "O fundador do Convento das Mercês", *Das Artes e da História da Madeira*, 1952, Vol. II, N.º 10, pp. 19-20.
- "Teatros antigos na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, Nº 37, pp. 81-941.

SILVA, Pe. Dr. Abel A. da, "Seminário do Funchal- Algumas Notas sobre a sua História", *Das Artes e da História da Madeira*, 1964, Vol. VI, N.º 34-35, pp. 1-12, 12-21.

SILVA, António Carvalho da, "Apontamentos sobre Gramáticas Madeirenses", in *Islenha*, 18, 1996, pp.101-109, 1996, pp.159-170, 26, 2000, pp.68-77.

SILVA, Fernando Augusto da, S*ubsídios para a História da Diocese do Funchal, volume primeiro. 1425-1800*, Funchal, 1946.
- *Diocese do Funchal. Sinopse Chronologica*, Funchal, 1945.
- *A Antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Breve Monografia Histórica*, Funchal, 1945.
- "A propósito da Aula de Desenho e Pintura", *Arquivo Histórico da Madeira* 1931, Vol. I, pp.67-72.
- "Estudantes da Ilha da Madeira na Universidade de Coimbra, nos anos de 1573 a 1730", *Arquivo Histórico da Madeira* 1931, Vol. I, pp.145-150.
- "Poetas madeirenses", *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, N.º 24, pp. 18-22.
- "Seminário do Funchal", *Das Artes e da História da Madeira* , 1964-65, Vol. VI, N.º 34, pp. 1-12, Nº 35, pp. 12-21.
-*Parochia de Santo António do Funchal, Funchal*, 2 vols., Funchal, 1915-1916.

SILVA, José Manuel de Azevedo e, "Estudantes Madeirenses na Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, 55-71.

SILVA, Margarida Macedo, "Francisco Álvares de Nóbrega: o mártir da calúnia", *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 117-120.
- "Lembrar Edmundo de Betencourt", *Islenha*, 1994, nº.15, pp.46-48.

SILVA, Mariana Xavier da, "O beato Frei Pedro da Guarda", *Girão*, 1991, Nº 6, pp. 244-246.

SILVEIRA, Pedro da, "Um modernista madeirense: Albino de Menezes", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 115-116.

SOUSA, Álvaro Manso de, "Algumas notas sobre Nossa Senhora do Monte", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 22-23.
- "Sobre a procissão de Quinta-Feira de Endoenças", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 37-38.
- "Auto do Milagre do Bem Aventurado Apóstolo S. Tiago e Auto do Voto pela Cidade do Funchal ao mesmo Apóstolo lidos, convertidos em linguagem moderna", *Das Artes e da História da Madeira*, 1964, Vol. VI, Nº 34, pp. 36-38.

SOUSA, Fernando Nunes de, "Catolicismo e liberalismo n'"O Patriota Funchalense"", in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 3, 1991, 155-214.

SOUSA, João de, "A peste no Funchal em 1521. O papel de Câmara de Lobos", 1991, *Girão*, Nº 6, pp. 256-257
- *O convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, DRAC, 1991.

TESTA, Michael P., *O Apóstolo da Madeira*, Lisboa, 1963.

TORRES, Jorge, "A Nossa Senhora da Piedade", *Xarabanda*, 1993, Nº 4, pp. 15-17.

VERÍSSIMO, João Nelson, "A Festa do Espirito Santo", *Atlântico*, 1985, Nº 1, pp.9-27...
- "Na roda do simbólico", *Atlântico*, 1987, Nº 9, pp.61-70.
- "A volta de um cruzeiro", *Girão*, 1990, Nº 4, pp. 144-145.
- "Outros Judas", *Girão*, 1991, Nº 6, pp. 249-250.
- "A Confraria do Corpo Santo no séc. XVIII", *Islenha*, 1992, Nº 10, pp. 116-124.
- "Confrarias: algumas questões sobre conflitos jurisdicionais na 20 metade do século XVIII", *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 26-31.
- "O Espírito Santo nas Ilhas", *Islenha*, 1994, N1 14, pp. 61-71.
VAZ, Fernando Carlos Azevedo, "S. Francisco do Funchal. A igreja, o convento, os frades", in *DAHM*, 1948-49, IV, nº.23, 1956.

VIEIRA, Alberto, *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA, 1995.
- "As Constituições Sinodais das Dioceses de Angra, Funchal e Las Palmas nos séculos XV e XVII", in *Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas*, Vol. I, Braga, UCP, 1993, pp.456-481.
- "Funchal, bispado", in *Dicionário de História da Igreja*, vol.I Lisboa, 2000, pp.281-288
WITTE, Charles Martial de, "Les Bulles d'Érection de la Province Ecclesiástique de Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIII, Funchal, 1962-63, pp.79-136.

2.INTERNET

A Rota do Açúcar na Madeira - Cinco Séculos de Açúcar na Madeira[disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/sugar/arte.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001

2. MONUMENTOS E EDIFÌCIOS

- Sé do Funchal
- Igreja e Colégio dos Jesuítas
- Convento de Santa Clara
- Palácio do Governo Regional, antigo Hospital da Misericórdia
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário(S. Vicente)
- Igreja do Senhor Bom Jesus(Ponta Delgada)
- Capela de Cristo dos Milagres(Machico), Santa Catarina, S. Paulo
- Hospital dos Marmeleiros
- Centro Hospitalar do Funchal
- Misericórdias de Santa Cruz e Calheta
- Igreja e Cemitério Britânico

ESTÁTUAS E BUSTOS

- D. Manuel Ferreira Cabral, bispo da Beira - Moçambique [Santana]
- Mary Jane Wilson [Funchal: R. Pedro José de Ornelas – Colégio de Santa Teresinha]
- D. Teodósio Clemente de Gouveia [S. Jorge]
- Nossa Senhora da Paz [Terreiro da Luta]
- São Francisco de Assis [C. de Lobos e Funchal: Jardim Municipal]
- Padre Laurindo Leal Pestana [Igreja do Socorro]
- Padre Fernando Augusto da Silva [Igreja de Santo António]
- Santa Teresinha(Canhas)
- Sagrado Coração de Jesus[Garajau]
- S. Francisco de Assis[Jardim Municipal]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira - inventário*, Funchal, DRAC, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, CMF, 1993.

4 – A ARTE



Tríptico: São Pedro, São Paulo e Santo André

CONCEITOS		PERSONALIDDES
- Gótico	- Pintura	- Henry Vizetelly
- Manuelino	- Pintura Flamenga	- Max Romer
- Classicismo	- Museu	- Henrique Franco
- Barroco	- Etnografia	- Francisco Franco
- Arquitectura	- Arte Sacra	
- Escultura	- Restauro	

TEMAS

4.1 – O Funchal

- De povoado a cidade
- Investimento e ostentação
- A arte da época do vinho

4.2 – O Funchal dos séculos XIX e XX

Para saber mais ...

- Arquitectura Militar
- Os Museus do Funchal

TEMAS DE DESTAQUE:

- *A Igreja e Convento de S. Clara*
- *A Sé do Funchal*
- *A Igreja e Convento dos Jesuí tas*
- *Henrique e Francisco Franco*

CRONOLOGIA

ANOS	1492	1493	1513	1514-19	1602-42	1614	1629	1741	1758	1956
Início da construção	Convento de Santa Clara	Sé do Funchal	Palácio de São Lourenço	Alfândega	Fortaleza do Pico	Fortaleza de S. Tiago	Igreja do Colégio	Igreja do Monte	Paços do Concelho	Palácio da Justiça

MUSEUS	De Arte Sacra	Quinta das Cruzes	Frederico de Freitas	Do Açúcar	Da electricidade	Arte Contemporânea
Localização	Rua do Bispo	Calçada de Santa Clara	Calçada de Santa Clara	Praça de Colombo	Casa da Luz	Fortaleza de São Tiago

Francisco Franco	Da Baleia	Etnográfico	Casa Colombo	Vinho da Madeira	Fotografia Vicentes	História Natural
Rua do Bom Jesus	Caniçal	Ribeira Brava	Porto Santo	Rua 5 de Outubro	Rua da Careira	Palácio de S. Pedro

Data	1925	1934	1947	1962	1964	1968	1972	1972	2000
Escultura	João Fernandes Vieira	João Gonçalves Zarco	Infante D. Henrique	Jaime Moniz	Francisco Correia Herédia	Cristóvão Colombo	P.e Manuel Álvares	Tristão Vaz Teixeira	Sissi

FUNCHAL

"(...) estando a cidade do Funchal no mais alto e próspero estado que podia ser, muito rica de muitos açúcares e vinhos, e os moradores prósperos, com muitas alfaias e ricos enxovais, muito pacífica e abastada,(...) pelo trato dali, a mais e maior riqueza daquela terra eram jóias e ricas peças de móveis ricos, que mandavam trazer de Flandres e outras partes pelos contratantes e forasteiros, a troco de mercadoria da terra e de suas novidades (...)". [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra,* Ponta Delgada, 1979, p.328, 333]

"(...) faz a terra uma enseada muito grande e formosa, (...) o qual é o porto da cidade, onde ancoram naus e navios, que ali carregam e descarregam, tão povoado e cursado sempre deles, com tanto tráfego de carregações e descarregas, que parece outra Lisboa. E deste quarto de légua de calhau miúdo e areia pela costa é a compridão da grande e nobre cidade do Funchal. Ali situada em lugar baixo, em uma terra chã, que do mar se mostra aos olhos muito soberba e populosa tão bem assombrada nos edifícios como nos moradores, não somente dela, mas também de toda a ilha. Está assentada entre duas frescas ribeiras, a de Nossa Senhora do Calhau, a leste dos muros com esta igreja, que é freguesia fora deles, e a ribeira de São Pedro, ou de São João, ermidas que estão para o poente, porque ambas elas estão ali, no cabo da cidade, ficando a ribeira fora dos muros entre elas, e a igreja de São Pedro dos muros para dentro aquém da ribeira, e São João e fora deles, da banda de oeste; (...)

A primeira rua, das mais principais dos muros para dentro, é a dos mercadores e fanqueiros, ingleses e flamengos e outros forasteiros, e de homens ricos e de grosso trato, que vai de Nossa Senhora do Calhau até à fortaleza, e no começo dela, junto de Nossa Senhora do Calhau, está uma não muito grande, mas formosa e cercada praça, de boas casas sobradadas, algumas de dois sobrados, com um rico pelourinho de jaspe, do qual uma grande e larga rua, que se chama a Direita e é a maior da cidade, vai ter ao pinheiro, que é uma árvore que está no cabo dela, a mais grande e formosa que há na mesma cidade.[Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra,* Ponta Delgada, 1979, cap. XVI]

O Funchal

As manifestações artísticas não podem ser entendidas como um fenómeno isolado, pois que expressam a evolução das diversas formas de expressão artística, mas também o testemunho claro das épocas de grande fulgor económico que lhe dão sustento. Na história da Madeira assinalam-se dois momentos por influência de duas culturas agrícolas, a cana de açúcar e a vinha, que adquiriram destacado valor económico no mercado local e internacional. Mas isto não nos leva a afirmar que é possível definir para o Funchal uma cidade do açúcar e outra do vinho, pois na verdade estes produtos financiaram mas não influenciaram a construção da cidade.

O processo sócio-económico deixou marcas visíveis no traçado urbanístico e nas diversas construções para habitação, comércio, actividade administrativa e fiscal, serviço religioso. O Funchal assumiu uma posição dominante em todo o processo, centralizando os serviços e ligação com o exterior. Os diversos núcleos de povoamento por toda a ilha estão em relação directa com ele e são valorizados apenas pela dimensão económica que assumem na economia agrícola virada para o mercado.

Num espaço urbano como o do Funchal, pautado por uma economia em permanente mudança, não é fácil encontrar as marcas arquitectónicas de uma determinada época, mas quase só os restos mais destacados dos momentos de prosperidade. A partir dos vestígios do passado podemos definir os momentos que marcaram de forma decisiva a História da urbe.

O Funchal surgiu num vale encravado entre três ribeiras pelo que o recinto urbano foi desde o início muito reduzido e com poucas possibilidades de expansão. Entre meados do século XV e da centúria seguinte o açúcar permitiu que se traçassem os limites da nova cidade e as diversas funcionalidades no campo político, religioso e fiscal. As primitivas casas de palha deram lugar às de telha, ao mesmo tempo que as ruas de terra batida começaram a ser calcetadas.

A partir de meados do século XVI a concorrência do açúcar de novos mercados produtores acabou por estagnar a economia açucareira. E só na segunda metade do século XVII o vinho assumiu o papel substitutivo, mantendo-se em alta até princípios do século XX. Daqui resultou um movimento de renovação da urbe no sentido de a adequar às novas funcionalidades e ao gosto britânico.

A crise prolongada do vinho no século XIX conduziu à afirmação de novas actividades industriais com a aposta nos artefactos, como os bordados, originando novas mudanças, nomeadamente no recinto interior dos imóveis. Mas a crise dos anos trinta e a 2.º guerra mundial fizeram desta actividade um momento fugaz. Fernão de Ornelas, entre 1934 e 1946, procurou adequar as

ruas da cidade às exigências da circulação rodoviária. Finalmente, nos anos sessenta foi notória a transformação da cidade de acordo com as funcionalidades ditadas pelo turismo. A face mais visível da nova realidade está na construção de hotéis e serviços de apoio na área da restauração.

O recinto urbano era muito reduzido sendo envolvido por uma ampla periferia rural. A primeira representação disso está no mapa de Mateus Fernandes (c. 1570) e na descrição de Gaspar Frutuoso (c. 1590). Ao longo da Ribeira de Santa Luzia, a mais importante em termos económicos da cidade, estavam instalados vários engenhos de açúcar.

No decurso do século XVIII a cidade perdeu os rasgos de ruralidade e o recinto urbano desenvolveu-se para além do apertado espaço entre as Ribeiras de S. João e Santa Maria. A periferia avançou até à Levada de Santa Luzia onde surgem as primeiras quintas. Esta é a imagem que nos transmite o plano do capitão Skinner (1775) e que não se afasta da planta de Feliciano de Matos (1804). Foi a partir daqui que se sucederam algumas das mais significativas alterações da urbe. A não aprovação do plano para construir uma nova cidade na área do alto de Santa Catarina até ao Ribeiro Seco levou a que se procedessem a profundas alterações no recinto urbano para evitar efeitos catastróficos de novas aluviões.

A primeira tentativa no sentido de alterar a ruralização aconteceu a partir da intervenção de D. Manuel que pretendia criar a primeira cidade que fosse sede do bispado. Aos poucos a parte baixa, próxima da nova alfândega, afirmou-se como área de serviços virados para a actividade portuária.



Planta da cidade do Funchal do Capitão Skinner. 1775

Cartografia da cidade

1570: planta de Mateus Fernandes
1697: planta de P. Coronelli
1775: planta do Capitão Skinner
1803: Planta de Paulo Dias de Almeida
1843: Planta do capitão Vidal
1895: planta dos engs. Carlos Roma Machado de Faria e Maia e Adriano Augusto Trigo
1911: planta dos engenheiros Adriano A. Trigo e Anibal A Trigo



Planta da cidade do Funchal: Apresenta o estado em que ficou a cidade depois da aluvião de 3 de Outubro de 1803 e o projecto da nova cidade. Planta elaborada pelo Brigadeiro Oudinot em 1803

De povoado a cidade

No princípio da ocupação da baía do Funchal definiram-se duas áreas de assentamento: uma ribeirinha para as gentes ligadas à actividade oficinal e do mar, outra interior onde a nova aristocracia resguardava os seus aposentos e haveres do olhar dos intrusos trazidos pelo mar. Deste primeiro momento pouco resta, pois sobre os seus escombros ergueu-se a cidade e a cantaria foi reutilizada. Aqui apenas se poderá assinalar a área definida com a zona velha da cidade, sujeita como é óbvio às inevitáveis alterações ao longo do tempo.

No último quartel do século XV estabeleceu-se a ligação entre estes dois mundos, por intervenção dos mercadores. A partir de uma rua traçada junto ao calhau, entre as ribeiras de Santa Luzia e S. João, surgiu a vila dos mercadores de açúcar, que avançou em todos os sentidos, abrangendo os primeiros núcleos de povoamento.

A arquitectura da nova vila contrasta com a da anterior pela funcionalidade e riqueza. As casas térreas deram lugar às de sobrado, que passaram a ser cobertas de telha, enquanto o interior ganhou espaço e maior comodidade, associando-se a ele o armazém. As cantarias negras, que delimitavam as entradas e as janelas, são agora trabalhadas por exímios pedreiros.

Portas adentro havia espaço para tudo, pois o quotidiano interioriza-se, surgindo áreas de negócio, permanência e lazer. Foi isto que sucedeu em muitas das novas habitações erguidas desde finais do século XV de que são exemplo os aposentos de João Esmeraldo, na rua que foi baptizada com o seu nome, ou os de Pero Valdavesso, Francisco Salamanca, Tristão Gomes, Tristão Vaz de Cairos, tal como nos documenta Gaspar Frutuoso. Todos eles estavam directamente vinculados à produção e comércio do açúcar.

O crescimento da vila até 1485 aconteceu de forma desordenada. Somente a partir daqui ficou definido um plano para o novo espaço urbano, que daria origem à nova cidade. D. Manuel doou o seu chão, conhecido como o Campo do Duque, para aí se erguer uma praça, igreja, paços do concelho casa dos tabeliães e alfândega. Os funchalenses tinham plenos poderes para expropriar terrenos e estabelecer o novo traçado. Iniciou-se então a destruição dos pequenos aglomerados de casas de palha para dar lugar à nova urbanização. Os cuidados na valorização da vila estão expressos desde 1495 nas recomendações régias para o calcetamento das ruas e a substituição das pontes de madeira por novas de cantaria.

"(...) logo além está outra, que sai desta primeira dos mercadores e se chama de João Esmeraldo, por ele ter ali seu aposento, antigo, muito rico, com casas de dois sobrados e pilares de mármores nas janelas, e em cima seus eirados com muitas frescuras; e na mesma rua estão ricas casas e aposentos, onde mora o nobre Pedro de Valdavesso e Francisco de Salamanca, e outras nobres pessoas(...).

Desta rua do Sabão sai uma, que se chama do capitão (...) Martim Vaz de Cairos em umas casas com espaços muito grandes, onde tem uma comprida sala, em que jogam a péla, e janelas de boa vista para a Sé(..)". [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, cap. XVI]



Fachada da Casa de João Esmeraldo no Funchal

João Esmeraldo, flamengo, veio para o Funchal atraído pelo comércio do açúcar. A sua actividade tornou-se visível nas décadas de setenta e oitenta em que foi um dos principais lavradores e comerciantes de açúcar. Em 1473 adquiriu a Lombada na Ponta Sol a Rui Gonçalves da Câmara, onde ergueu um imponente palácio servido de capela e engenho. A casa de residência no Funchal foi construída a partir de 1495.

A ele associa-se o convívio de Cristóvão Colombo, o navegador italiano que aportou à ilha por dversas vezes entre 1476 e 1482. A casa em 1495 ainda estava em construção, sendo portanto posterior à primeira permanência do navegador na ilha e portanto só poderia dar-lhe acolhimento na última passagem em 1498.

A casa dita de Colombo foi demolida em 1876 para dar lugar a um novo arruamento com o nome de Cristóvão Colombo. Do palácio perdurou apenas uma das principais e primitivas janelas que se encontra na Quinta da Palmeira.

A cidade dos mercadores de açúcar desenvolveu-se junto ao calhau no acanhado espaço entre as ribeiras de Santa Luzia e de S. João. Já a dos mercadores do vinho, para além de devorar este espaço avançou encosta acima, definindo o prolongamento das ruas saídas da dos mercadores (hoje da Alfândega) e um cruzamento de outras novas. Em algumas ruas, nomeadamente a dos Ferreiros e dos Netos, ainda podemos encontrar testemunhos da arquitectura monumental gerada pelo comércio do vinho.

Investimento e ostentação

Desde os primórdios da ocupação da ilha que o lugar, com a categoria de vila e desde 1508 como cidade, foi o centro de divergência e convergência dos interesses dos madeirenses. À sua volta surgiu um vasto *hinterland* agrícola, ligado por terra e mar.

O povoado, fundado por João Gonçalves Zarco, começou por ser a sede da capitania do mesmo nome mas a riqueza projectou-o para ser a primeira e única cidade e porto de ligação ao mundo. Machico perdeu a batalha da sua afirmação, porque os seus capitães não foram capazes de acompanhar o ritmo dos funchalenses.

O progresso do Funchal foi rápido. De vila passou a cidade e sede do primeiro bispado e, depois arcebispado, das terras atlânticas portuguesas. Tudo isto levou a que no terreno evoluíssem o traçado urbanístico e a construção de imponentes edifícios. As palhotas, dispostas de modo anárquico, deram lugar a casas assoalhadas, alinhadas ao longo de arruamentos paralelos à costa e em torno da praça que domina o templo religioso. O capitão, de Santa Catarina, avançou encosta acima até se fixar no alto das Cruzes, no espaço dominado pelo actual Museu da Quinta das Cruzes.

O período áureo da economia açucareira coincide com a afirmação do renascimento e da sua expressão própria, o manuelino. Destes momentos conservou-se uma grande riqueza artística notória em cantarias. A expressão do manuelino está bem visível na Sé do Funchal e noutros monumentos, como o convento de Santa Clara, igrejas de Machico, Ribeira Brava, Santa Cruz, Ponta do Sol.

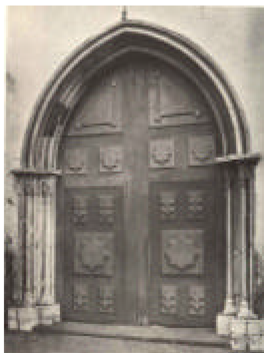
"(...)para darem a este concelho um chão no dito campo do dito senhor duque para uma igreja e praça e adro e casa para o concelho segundo se contem nos mandados e regimento dos ditos senhores Rei e duque dizendo que lhes requeria da parte dos ditos senhores e em nome do dito concelho que lhe dessem e demarcassem os ditos chãos segundo lhe por os ditos senhores era mandado." [auto de 5 de Novembro de 1485, publ. *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, 1973, p.190]

"(...) a vila do Funchal na nossa ilha da Madeira tem crescido em muito grande povoação e como vivem nela muitos fidalgos, cavaleiros e pessoas honradas e de grandes fazendas pelas quais e pelo grande trato da dita vila esperamos com ajuda de Nosso Senhor que a dita vila muito mais se enobreça e acrescente. E havendo respeito ao muito serviço que recebemos dos moradores e esperamos ao diante receber e de si (...). Por esta presente carta nos praz que daqui em diante se intitule e chame cidade e tenha todas as insígnias que as cidades de nossos reinos pertence ter (...)". [Carta régia de 21 de Agosto de 1508 publ. *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII, 1974, p.512-513]



Portal. Igreja matriz de Machico. Colunas em mármore branco oferecidas pelo rei D. Manuel

IGREJA E CONVENTO DE SANTA CLARA


Portal da Igreja


Panorâmica do claustro


Túmulo de Martim Mendes de Vasconcelos

Nas Cruzes fica o Convento de Santa Clara, onde Zarco terá erguido a sua morada e construído a capela de Nossa Senhora da Conceição de Cima.

No local da primitiva capela o seu filho, João Gonçalves da Câmara, levantou a igreja e convento de Santa Clara, que havia recebido em 1476 do papa Sixto IV o direito de padroado do convento, só começou a ser construído em 1492. O edifício foi concluído em 1497, altura em que entraram as primeiras noviças.

Os traços mais evidentes da arquitectura da época de construção estão no portal gótico da igreja, que dá acesso ao exterior e nas arcarias góticas do claustro. Na igreja merecem a atenção do visitante, o coro, os azulejos hispano-mouriscos do coro de cima e o túmulo de Martim Mendes de Vasconcelos (impropriamente atribuído a João Gonçalves Zarco), genro de Zarco, falecido em 1493, coroado com uma imponente arcaria gótica.

Sob o pavimento da capela mor estão as sepulturas dos três primeiros capitães do Funchal e seus descendentes. Ainda, no coro de baixo podem ser presenciados um cadeiral e um órgão, que teria sido oferecido pelo rei D. Manuel.

O altar-mor apresenta um sacrário em prata do séc. XVII, tendo como fundo um retábulo de Nossa Senhora da Conceição, pintado no século XX por Alfredo Miguéis.

Das capelas do convento merece a tenção a de S. Domingos que ostenta um conjunto de azulejos flamengos do séc. XVI, ao que consta únicos em todo o país. O conjunto destaca-se na paisagem pela torre com cúpula oitavada recoberta de azulejos dos séculos XVI e XVII.

O convento foi extinto em 1821 e em 1896 entregue à Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria que foram expulsas em 1910 com a República, mas retornaram em 1927.


Torre da Igreja


Mirante do Convento de Santa Clara gravura de F. Dillon.

A SÉ DO FUNCHAL

A sé catedral é o templo principal do arquipélago, mandado construir por ordem de D. Manuel, para ser a principal paróquia da vila e sede do novo bispado, criado em 1514 por Leão X. As obras iniciaram-se em 1493, ficando concluídas só no século XVI, ocorrendo a sua sagração em 18 de Outubro de 1517.

D. Manuel, enquanto Senhor da Ilha e Rei, demonstrou uma especial predilecção por este templo cumulando-o de ofertas: a pia baptismal, o porta paz, o púlpito e a cruz processional.

A entrada abre-se por uma imponente fachada, onde o branco da cal contrasta com a cantaria vermelha da ilha, dominada por um portal de ogiva, encimado por uma coroa real e rosácea lavrada.

O interior distribui-se por três naves, sendo as laterais servidas de diversas capelas com rica decoração barroca.

Majestosa é a capela do altar-mor onde se destaca o políptico com doze painéis flamengos e o cadeiral. Este último é uma obra-prima da escultura quinhentista. O conjunto é coroado por uma abóbada, tendo ao centro as armas de D. Manuel, ladeadas por duas esferas armilares.

O cadeiral apresenta-se com duas ordens de cadeiras, ricamente trabalhadas. Em madeira dourada, sobressaem esculturas com cenas bíblicas e do quotidiano madeirense do século XVI. Borracheiros e escravos convivem com santos e outras figurações populares em poses consideradas pouco dignas para o local onde se encontram.

Uma das maiores preciosidades do templo é o tecto que cobre todo o espaço. A madeira de cedro é estilizada num precioso trabalho de alfarge hispano-árabe de bonito efeito visual.

Este templo e monumento nacional continua ainda a ser uma referência artística e no culto religioso. Esta permanente utilização conduz a que aqui se misturem vários estilos. Os primitivos traços do manuelino persistem, na fachada, ábside, no púlpito e pia baptismal. O barroco está patente nas capelas laterais, como a do Santíssimo Sacramento.

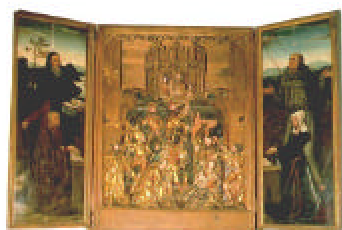
O actual relógio da torre sineira foi montado em 1989 em lugar de outro que em 1921 havia substituído o primitivo que desde 1775 ritmava o quotidiano da cidade.


Cabeceira


Capela mor


Tecto de alfarge


Cruz processional

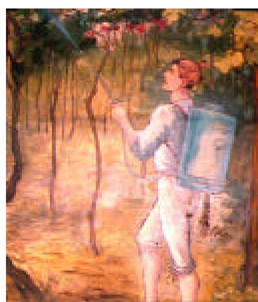


Retábulo dos Reis Magos(1520). Da capela com o mesmo nome fundada no século XV por Francisco Homem de Gouveia e sua mulher Isabel Afonso.



Fabricante de odres ou borrachos Cadeirado da Sé do Funchal

Borracheiro: o homem que transportava o mosto em borrachos desde o lagar até às pipas junto do calhau, para depois ser conduzido ao Funchal, ou às lojas.



Cuidados com a vinha: sulfatar. Pormenor de Painel de Max Romer na Madeira Wine Company

e Calheta e capela do Loreto no Arco da Calheta. De entre os vestígios arqueológicos destacam-se as janelas da antiga Misericórdia do Funchal de 1507, nos Jardins da Quinta das Cruzes e a Janela da Casa de João Esmeraldo dita de Colombo. O quadro completa-se com as referências à cruz processional e ao porta paz, ambas peças da Sé do Funchal e hoje no Museu de Arte Sacra. Hoje os monumentos emblemáticos desta época são o convento de Santa Clara, a Sé do Funchal e a antiga alfândega.

A primitiva Alfândega do Funchal, criada em 1477 no Largo do Pelourinho por ordem da Infanta D. Beatriz, só teve edifício próprio a partir do século XVI, por plano de D. Manuel. Aí esteve a alfândega até 1962, altura em que mudou para modernas instalações. Hoje o edifício antigo ressuscitou das ruínas sendo adaptado para sede da actual Assembleia legislativa Regional da Madeira, inaugurada em 4 de Dezembro de 1987. O projecto é da autoria do arquitecto Chorão Ramalho. Nesta adaptação salvou-se o que ainda restava da época manuelina, como o tecto de alfarge, arcarias góticas com capitéis das colunas e mísulas com decoração de elementos vegetais e figuras humanas das Salas dos Contos e do Despacho e o portal armoriado da fachada norte.

Aquilo que mais se destaca neste momento é o recheio artístico de pintura e ourivesaria que pode ser considerado uma dádiva do açúcar. Com este produto os madeirenses conseguiram elevada riqueza que ostentaram nas capelas privadas, ou em ofertas aos oragos da sua devoção. Igual comportamento teve a coroa para com os madeirenses. D. Manuel foi um deles que cumulou alguns templos da ilha de tesouros. Está nesse caso a famosa cruz processional, oferecida à Sé do Funchal.

As influências artísticas flamengas na pintura e escultura são evidentes sendo favorecidas pelas transacções do açúcar. Elas estão presentes no altar-mor e cadeirado da Sé, tal como em esculturas da Sé, matriz de Machico e Ribeira Brava. Mas foi no domínio da pintura que isto mais se evidenciou, merecendo referência os quadros de *Santiago Menor*, *Descida da Cruz* (Ribeira Brava), *Adoração dos Pastores*. Uma das peças que melhor testemunha esta realidade é o *retábulo dos Reis Magos* (1520) da escola de Antuérpia.

A arte da época do vinho

No tradicional espaço de animação comercial, situado na Rua da Alfândega e proximidades surgem outros testemunhos arquitectónicos de igual pujança. Alguns dos palácios do tempo do fulgor açucareiro foram transformados para as novas funções e enriquecidos com novos elementos decorativos da época, enquanto as pequenas casas térreas deram lugar à nova arquitectura

em voga. Mais tarde muitos destes foram enobrecidos pela burguesia comercial inglesa ou americana, que lhe enxerta o **classicismo**. Neste contexto merece a nossa atenção o palácio da Rua de João Esmeraldo onde hoje está instalado o Tribunal de Contas. No momento da opulência açucareira, não passava de armazém para guarda do açúcar, mas em finais do século XVI transformara-se numa casa sobrada que depois foi aumentada e enriquecida por elementos decorativos ao gosto dos novos inquilinos. A sua posse pelos ingleses a partir de 1794 levou a uma reestruturação do espaço interior, situação que chegou até nós em completo estado de ruína. O prédio foi reabilitado pela Marconi fazendo-o retornar ao ambiente classicista do século passado.

A Madeira viveu, desde o século XVII a princípios do XIX, embalada pela riqueza derivada do comércio do vinho e, com tão avultados proventos, o madeirense adquiriu o luxo exuberante do meio aristocrático londrino. O madeirense habituou-se à vida das cortes europeias e copiou os hábitos ingleses.

Os séculos XVIII e XIX foram tempos de aposta na valorização arquitectónica e artística. Apagadas as dificuldades que sucederam à euforia açucareira dos séculos anteriores, a ilha vive de novo um momento de desafogo económico gerado pelo vinho. A aposta na cultura da vinha e valorização do vinho no mercado consumidor colonial propiciaram inevitavelmente uma desusada riqueza que foi usada em benefício próprio por todos os intervenientes. Esta ambiência veio a condicionar também a arquitectura religiosa.

A expressão artística barroca encontrou riqueza suficiente para poder afirmar-se no interior dos templos religiosos pelos trabalhos de talha que decorava os altares. São exemplo disso as igrejas do Colégio, Carmo, S. Tiago, capela de Nossa Senhora das Angústias, de Santo António da Alfândega, Espírito Santo da Lombada da Ponta de Sol, do Santíssimo Sacramento na Sé e a igreja de S. Jorge. O neoclassicismo marcou também a arquitectura madeirense, por influência britânica, no caso da igreja inglesa da Sagrada e Indivisível Trindade. Devemos juntar ainda as adaptações no Palácio de S. Lourenço e na residência dos Viscondes da Ribeira Brava (hoje Paços do Concelho).

Os artefactos ingleses invadiram o mercado madeirense proporcionaram os meios mais adequados para a afirmação do conforto diário, a que se junta o gosto pelo clássico. A tosca e utilitária mobília, muitas vezes feita de madeira que do Brasil transportava o açúcar para a ilha, deu lugar ao mobiliário estilizado. A mobília **Chippendale** e **Hepplewhite** - sofás e cadeiras - dá o toque de classe e compõe o ambiente para os saraus dançantes ou o célebre chá das cinco.

IGREJA E CONVENTO DOS JESUITAS

Classicismo: corrente artística que retoma a tradição artística da cultura clássica em termos arquitectónicos, escultóricos e motivos decorativos.



Cadeira "prelatícia" usada nas cerimónias religiosas do Convento de Santa Clara. Pertence ao estilo Chippendale, criado na segunda metade do século XVIII por Thomas Chippendale, dominado por motivos de influência gótica, chinesa e Luís XV.



Cadeiras estilo Hepplewhite. Estilo criado no século XVIII por George Hepplewhite, definido por espaldares em forma de escudo ou ânforas, ligados por fitas entrelaçadas.

A fixação dos padres da Companhia no Funchal surge em 1570, mediante uma ordem do ano anterior para a fundação de um colégio na ilha.

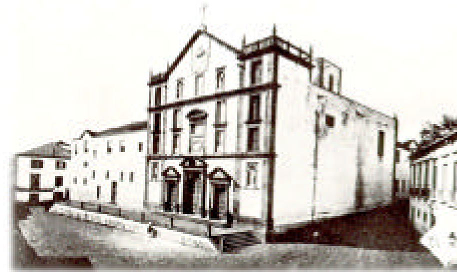
Este magnífico conjunto arquitectónico recorda-nos a forte presença e influência dos Jesuítas na Madeira, dos séculos XVI a XVIII.

O edifício divide-se em três partes: igreja, pátio das aulas e colégio. A construção do colégio iniciou-se em 1599.

A igreja começou a ser construída em 1629. É uma das jóias do barroco na Madeira, destacando-se a sua imponente fachada, que apresenta em nichos as estátuas de S. Inácio de Loyola, S. Francisco Xavier, S. Francisco de Bórgia e S. Estanislau.

O interior da igreja, de uma só nave, apresenta diversas capelas: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora do Pópulo, S. Francisco Xavier, Santo António, Nossa Senhora da Conceição, Santa Quitéria, São Miguel Arcanjo, Onze mil Virgens, Senhor Jesus, Nossa Senhora da Luz. Todas elas são riquíssimas em decoração de talha dourada da oficina de Manuel Pereira, com especial destaque para o altar-mor . A merecer a atenção do visitante são, ainda, os azulejos e o tecto pintado da nave da igreja.

A parte de convento, após a expulsão da Companhia de Jesus (1770), teve vários usos: foi celeiro, seminário, liceu e quartel. Hoje está reservada a instalações universitárias albergando a Universidade Católica e a da Madeira.



Igreja e Colégio dos Jesuítas no séc. XIX



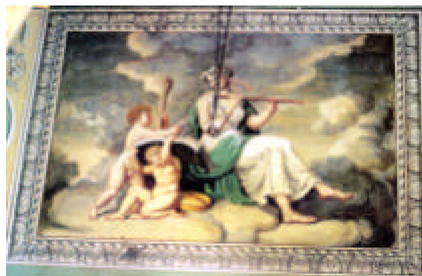
Igreja e Colégio dos Jesuítas na actualidade



Pintura a óleo. Séc. XVII



Interior da Igreja



Estuque pintado, que pertenceu ao prédio da rua João Esmeraldo, sede do Tribunal de Contas que se perdeu com o incêndio de 1986

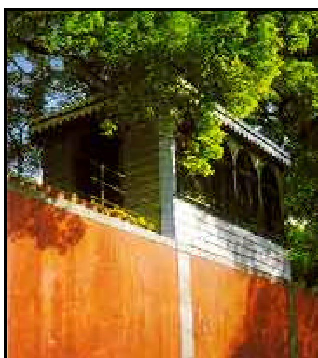


Torre avista-navios. Rua do Bispo

Estas torres são uma das características das cidades portuárias, tendo a função de controlo do movimento portuário. Através delas dominava-se a entrada e saída de navios como se dava conta da presença de algum pirata ou corsário.

Não são características da Madeira, pois surgem noutros espaços, como na cidade de Cádis, com a mesma finalidade. Esta tradição chegou ao Brasil, sendo visível na cidade pombalina de São Luís do Maranhão.

Na Andaluzia e Aragão assinalam-se estas "torres-miradores" reservadas a espaço e convívio das mulheres no mundo islâmico.



Museu Frederico de Freitas: casa de prazer

Os museus da Quinta das Cruzes e Casa Frederico de Freitas são hoje os depositários de alguns dos artefactos mais significativos desta presença que resistiram ao uso secular.

O espaço interior é valorizado. A casa tornou-se no principal centro de convívio e surgiram as amplas salas ou salões de música que foram palco de inúmeras festas e saraus dançantes.

Os tectos das salas onde tinham lugar os saraus dançantes ou para recepção aos convivas são de estuque profusamente trabalhados e muitas vezes pintados. Em muitos dos edifícios da época é ainda hoje evidente esta moda trazida pelos ingleses. As decorações alusivas à cultura da Grécia e Pompeia criadas por Roberto e James Adam são a principal evidência disso e tiveram na casa de capitão Eusébio Gerardo de Freitas Barreto, hoje sede do Tribunal de Contas, a mais perfeita expressão nos tectos do salões de música.

A moda deste momento está ainda visíveis nas Ruas da Carreira, Netos, Pretas, Mouraria, Mercês, Nova de S. Pedro, Conceição, Aranhas, Ferreiros, João Gago. Dos diversos imóveis que a riqueza do vinho fez erguer alguns merecem a nossa atenção: o Palácio de S. Pedro, hoje Museu Municipal, mas que se ergueu para residência do Conde de Carvalhal; os Paços do Concelho do Funchal, conhecido também como Palácio Conde Carvalhal. Na sua maioria servidos de avista-navios.

Na cidade as casas térreas deram lugar aos imponentes palácios, casas de habitação, escritórios e lojas de comércio. Os arredores ganharam outra animação com a proliferação das quintas, que são uma criação madeirense mas foram os ingleses que lhe atribuíram o aconchego de espaços hospitaleiros.

A quinta não se resume apenas ao espaço agrícola e à casa de habitação, pois a ela está indissociavelmente ligado um jardim e mata. Com os ingleses ganharam nova forma e animação que persistiu até aos nossos dias. Assim, perderam o carácter rústico e transformaram-se em espaços aprazíveis servidos Lembrámos ainda a "casa de prazeres", um pequeno pavilhão no canto do jardim que serve de espaço de repouso e lazer, reservado ao convívio das senhoras nas tardes solarengas. Esta "casa de prazeres" é mais uma aportação inglesa indo buscar as suas origens à "house of pleasure", isto é, os sumptuosos pavilhões orientais que na Madeira se adaptaram a esta especial condição de mirante, em locais onde não havia a torre avista-navios. A Casa da Calçada, hoje Museu Frederico de Freitas, ostenta ainda a sua casa de prazeres.

Muitas das quintas madeirenses mudaram de mãos no decurso do século XVIII. Os ingleses, enriquecidos com o comércio do vinho, fizeram investimentos fundiários na ilha, com especial destaque

para as quintas e serrados de vinhas, criando nestes espaços ajardinados ao gosto oriental. Sucedeu assim com a da Achada que foi desde inícios do século XIX pertença da família Penfold e ficou desde 1881 na posse da família Hinton e a do Palheiro do 1º Conde de Carvalhal que foi adquirida em 1885 por J. B. Blandy. Outros há que do espaço arável ou de pascigo fizeram erguer casas solarengas. Estão neste último caso a Quinta do Vale Paraíso na Camacha de John Halloway, a Quinta do Jardim da Serra, Calaça e do Santo da Serra de Henry Veitch, a Quinta do Monte de James David Gordon e a Quinta do Til de James Gordon.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por importantes mudanças na arquitectura civil e religiosa. A maioria dos templos ao serviço do culto religioso estavam degradados e incapazes de acolher os cada vez mais numerosos crentes. As habitações de salas acanhadas já não se ajustavam às exigências de conforto e de vida portas adentro. Perante isto e face à existência de meios financeiros capazes de corporizar a esta mudança foi fácil ver o camartelo avançar sobre a cidade e a erguerem-se amplas casas sobradas, servidas de torres avista navios e novas igrejas em lugar das antigas

Os efeitos do terramoto de 1746 e das aluviões de 1803 e 1842, que provocaram elevados danos nos imóveis, tornaram urgente esta intervenção. Nas casas de habitação o novo ergue-se dos escombros do velho, enquanto nas igrejas alia-se de modo perfeito, ficando a testemunhar uma evolução ou adequação aos padrões de cada época. Os elementos arquitectónicos e decorativos que marcaram a opulência açucareira passaram a conviver com os novos gerados pela riqueza do vinho.

É manifesta uma arquitectura do vinho definida por grandes casas servidas de amplos terreiros onde repousam as pipas, armazéns e oficinas de tanoaria, ornados de latadas e de serrados de vinhedos nos arredores da cidade. O texto de Henry Vizetelly (*Facts about Port and Madeira*. Londres, 1880) e as gravuras que adicionou de Ernest A. Vizetelly asseguram uma visita a algumas destas expressões arquitectónicas.

Toda a atenção está orientada para as instalações das mais importantes firmas: Cossart, Gordon and Cº, Krohn Borthers & Cº, Blandy Brothers, Leacock and Company, Henry Dru Drury, Henriques and Lawton, Mrs Welsh, R. Donaldson and Cº, Meyrelles Sobrinho e Cia, Henrique J. M. Camacho, Augusto C. Bianchi, Cunha e Leal Irmãos e Cia. Em todos é evidente a mesma distribuição do espaço. Uma fachada imponente dá entrada para um grande pátio coberto de latada serve de logradouro comum às diversas arrecadações: as lojas de fermentação e envelhecimento do vinho, a oficina de tanoaria, a estufa. O bom gosto com que alguns

"Passámos pelo Palheiro do Ferreiro, domínio esplêndido, construído e plantado pelo defunto Conde de Carvalhal(...)agora é um extenso parque, cortado em todas as direcções por estradas, entre alamedas viçosas e muitas espécies de árvores,(...). A casa é pequena em comparação com o parque, mas tem à frente jardins com muitas plantas curiosas e grandes tanques com cascatas artificiais, cuja água vem dos montes mais altos em resultado de obras que custaram muito dinheiro." [Isabella de França, *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal 1853-1854* , Funchal, 1970, p.76]



Armazéns da Firma Blandy
Gravura de Ernest A. Vizetelly, 1880



Armazém de Henriques Lawton & Co.
Gravura de Ernest A. Vizetelly 1880

Messers. Cossart, Gordon and Co.

"Os seus armazéns compreendem três conjuntos diferentes de prédios, conhecidos respectivamente como os armazéns do Serrado, da Estufa e os armazéns «Pateo», todos situados a uma distância de cinco minutos uns dos outros.

O terreno onde fica os armazéns do Serrado possui quatro ou cinco acres, com armazéns de um único andar ocupando três dos seus lados, ficando a tanoaria no quarto lado. Aqui observámos pipas a serem feitas precisamente do mesmo modo que o utilizado no Xerez, talvez com a excepção do cutelo que os homens manejam tão destramente ser um pouco mais pesado e desajeitado do que o que é usado pelos seus irmãos da mesma confraria do Xerez.

Os tanoeiros do Funchal trabalham à peça e cada pipa, que é certamente um artigo bem executado, custa qualquer coisa como algumas libras. À volta da tanoaria havia pilhas de aduelas de carvalho americano, já preparadas ou em bruto, enquanto no centro do terreno havia barracões onde as pipas são medidas, marcadas com ferro quente, escaldadas e submetidas à acção do vapor de água, bem como alguns grandes reservatórios.

O espaço vago entre os barracões e os armazéns está ocupado com filas de pipas de vários tamanhos, acabadas de vir da tanoaria, passando aqui por um período de habitação com água. Quando isto está terminado, as pipas são transferidas para o armazém de avinhar, sendo enchidas com vinho comum, que permanece dentro delas durante dois ou três meses. Neste armazéns há sempre em uso para este fim entre oitenta e cem pipas de vinho, o qual depois de usado muitas vezes não está mais adequado e é destilado em aguardente….

Todo o terreno não ocupado destes armazéns do Serrado está cultivado com vinhas colocadas em corredores, entremeadas aqui e ali com um mangueiro, uma figueira ou anoneira. Além disso, vinhas em latadas cobrem todos os caminhos em frente aos vários armazéns, permitindo que os homens aí empregados estejam sempre debaixo de sombra pipas vazias à espera de serem enchidas com vinho". [Henry Vizetelly (1880), publ. Alberto Vieira, *História do vinho da Madeira*, Funchal, 1993, p.389]

souberam combinar e o cuidado que lhes atribuíam não passaram despercebidos ao olhar atento de Henry Vizetelly que na casa de Blandy Brothers afirma que estava perante um "verdadeiro museu de vinho".

O vinho tem expressão ainda no cadeirado da Sé do Funchal do século XVI onde são visíveis os borracheiros e os bebedores de vinho, evidências que testemunham já a importância da cultura nesta época. Os cachos e parras fazem parte da gramática decorativa do barroco. Estes motivos de talha dourada são evidentes na Igreja do Colégio, obra de Brás Fernandes.

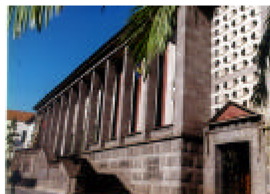
No decurso dos séculos XVIII e XIX o quotidiano do vinho foi documentado pela pena de diversos pintores e desenhadores europeus, nomeadamente ingleses, que tiveram oportunidade de passar pela ilha. Os principais motivos retractados incidem sobre os lagares, os borracheiros e as balseiras. Os dois últimos elementos são os mais abundantes em toda esta iconografia hoje visível no Museu Frederico de Freitas no Funchal. Depois, só vamos encontrar expressão em Max Romer (1878-1960), um alemão refugiado na Madeira em 1922 que se rendeu às evidências do meio. Nalgumas encomendas realizadas para a Madeira Wine Cº e H. M. Borges & Cº deixou plasmadas as impressões com um retracto impressionista da faina vitivinícola.

No Funchal construíram-se imponentes edifícios. O burgo dos séculos XVIII e XIX pode ser considerado, com propriedade, a cidade do vinho. Surgiram amplos espaços de descanso das pipas e imponentes palácios para fruição dos proprietários. Hoje é possível encontrar ainda alguns testemunhos nas Ruas do Esmeraldo, Ferreiros e Netos. O edifício sede do Instituto do Vinho da Madeira, mandado construir no século XIX pelo cônsul inglês Henry Veitch, é local de passagem obrigatória da peregrinação do vinho na Cidade.

O Funchal dos séculos XIX e XX

A segunda metade do século XIX e os anos que antecederam as Guerras Mundiais foram definidos pela afirmação da indústria do bordado. Várias famílias, inglesas, alemães e sírias controlavam este comércio. As casas de bordados não são mais do que algumas casas solarengas, erguidas sob a opulência vinhateira que agora são adaptadas aos novos serviços. Algumas das evidências da *Arte Nova* prendem-se com esta conjuntura económica.

A estrada Monumental foi a primeira via construída que pretendia ligar o Funchal a Câmara de Lobos, sendo a



Palácio da Justiça. O projecto é do arquitecto Januário Godinho. As obras iniciaram-se em 1956, sendo inaugurado a 17 de Julho de 1962.



Escola Secundária Jaime Moniz. Projecto de Edmundo Tavares, inaugurado a 28 de Maio de 1946



Casa na Avenida do Infante. Projecto de Edmundo Tavares.



Mercado dos Lavradores. Projecto de Edmundo Tavares. Inaugurado a 24 de Novembro de 1940.

obra lançada em 1847 com José Silvestre Ribeiro. Ao nível dos transportes tivemos desde 1894 o comboio do Monte a que se juntou dois anos depois o carro americano. A generalização do automóvel veio a destronar estes meios, que desapareceram definitivamente de circulação em 1943.

A hodierna cidade não se compadece com as concepções de espaço medieval e a sinuosidade das suas ruas. As novas exigências da sociedade do século XIX obrigaram a profundas alterações no traçado urbanístico do Funchal. As aluviões oitocentistas levaram a repensar o urbanismo citadino, apresentando o Brigadeiro Oudinot em 1803 o plano de uma nova cidade para o actual parque de Santa Catarina. Apenas o projecto de Ventura Terra de 1912-13 que previa uma nova cidade baseada no modelo francês teve efeito prático na abertura da futura Avenida do Infante. Depois seguiram-se praças e avenidas, de acordo com os planos do Estado Novo

A grande transformação arquitectónica e urbanística aconteceu a partir dos anos trinta. O betão armado permitiu uma renovação técnica e a possibilidade de recurso a formas geométricas, como cilindros e prismas. As obras públicas lançadas na região permitiram que se evidenciasse a estética nacionalista. A arquitectura do Estado Novo evidencia-se pela uniformização arquitectónica nas obras públicas de lançamento dos projectos hidráulicos e hidroeléctricos, e de construção de repartições públicas, escolas e outras infra-estruturas, como a Alfândega (1962), Guarda Fiscal (1966), Banco de Portugal, Comando Naval (1950), Palácio da Justiça (1962), o Estádio dos Barreiros(1957), a Escola Industrial (1958) e o Liceu, hoje Escola Secundária Jaime Moniz (1946). Este último é um projecto de Edmundo Tavares (1892-1983) sendo, a exemplo do Mercado dos Lavradores, a expressão do modernismo na ilha. Na mesma linha surgem os projectos escultóricos de Francisco Franco, de que se destacam o Semeador (1936), João Gonçalves Zarco(1934) e o monumento evocativo ao infante D. Henrique (1947) de Leopoldo de Almeida. Concomitante com este processo de monumentalidade da arquitectura, a afirmação do automóvel veio obrigar ao estabelecimento de um plano viário e de profundas alterações no traçado urbanístico da cidade. Fernão de Ornelas, presidente da Câmara Municipal do Funchal entre (1935-46), foi o iniciador deste processo de mudança que se completou com os novos traçados de fim do século XX.

O plano viário da ilha iniciou-se na primeira metade do século XIX como forma de incentivo à circulação dos visitantes estrangeiros e de apoio à circulação de mercadorias.

O automóvel foi protagonista de novas mudanças no traçado da cidade, pois realinhou as antigas vias e fez traçar novas e amplas avenidas.

A abertura da Avenida do Mar obrigou à demolição do pilar de

Banger em 1939. Mais tarde surgiu a ideia de aliar o espaço definido pelos antigos aos novos hábitos urbanísticos e comerciais, com a recuperação ou reabilitação de praças e edifícios.

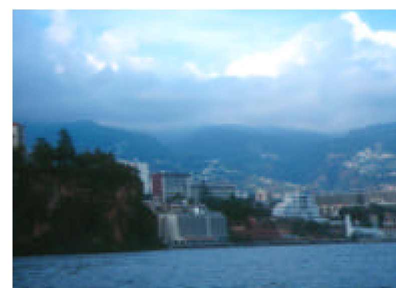
O grande impacto do fenómeno turístico iniciou-se em finais do século XIX com a construção das primeiras unidades hoteleiras de raiz. Até então socorria-se das quintas e casas apalaçadas que foram adaptadas para as novas funções. O *Hotel Reid's* (1891) deu o arranque, seguido pelo *Savoy* e *Monte Carlo.*

O advento da actual indústria hoteleira e a sua expressão arquitectónica tem início na década de setenta, com os mais vultuosos e arrojados projectos: *Hotel Madeira Hilton* (1971), *Hotel Madeira Sheraton* (1972), hoje *Carlton*, *Hotel Holiday Inn* da Matur (1972), entretanto demolido, e o complexo do *Casino Park Hotel*(1979) O último destaca-se no panorama arquitectónico pelo facto de ser um projecto que leva a assinatura de Viana de Lima e Oscar Niemeyer. O ciclo completa-se na última década do milénio com novos empreendimentos de igual dimensão.

A arquitectura de finais do século XX será ainda marcada pela monumentalidade dos bairros residenciais, fruto da iniciativa governamental ou do sector cooperativo, e das pontes e viadutos que testemunham a revolução no sistema rodoviário.



Pilar de Banger [Museu Photographia Vicentes**]**. Mandado construir em 1798 por John Light Banger para servir de sinalização foi demolido em 1939 .



Zona hoteleira



Centro do Funchal. Vista da torre da Igreja do Colégio

Para saber mais ...

Arquitectura militar

Uma ilha é, por princípio, um espaço indefensável. A Madeira neste caso apresenta vantagens acrescidas pelo facto da costa ser maioritariamente alta, sendo o acesso do mar permitido apenas em pequenas enseadas, por norma junto à foz das ribeiras que descem de forma abrupta das montanhas.

As fortificações ergueram-se no sentido de barrar o caminho ao invasor ou de refúgio e salvaguarda das populações e haveres. No primeiro caso estão todas as construções costeiras, enquanto no segundo podemos referenciar os casos da Fortaleza de S. Lourenço, o Castelo do Pico, a muralha de defesa da cidade, e no Porto Santo do pico Castelo.

A presença das fortificações é sempre um ónus elevado para as populações, que eram tributadas para o efeito com novos impostos ou a obrigatoriedade de uma jornada de trabalho. Deste modo a fortificação acabava por se impor apenas após as dificuldades sentidas com uma invasão. Foi isso que aconteceu em 1566, depois da ocupação francesa da cidade. Ainda, a sua presença só será lembrada e activada por parte das autoridades em momentos de instabilidade política de ambos os lados do Atlântico, que normalmente se reflectia em acções de represália nos mares das ilhas.

As diversas campanhas de fortificação estão em relação directa com a conjuntura política internacional. E para a Madeira podemos assinalar três momentos:

- séculos XV e XVII, a política do exclusivismo comercial, conhecida como "mare clausum", levou ao afrontamento na década de setenta do século XV com os castelhanos, que foram uma permanente ameaça para os madeirenses até 1479, e na centúria seguinte a reacção francesa e inglesa à partilha ibérica do mundo estabelecida em 1494 em Tordesilhas.
- Séculos XVIII e XIX, os conflitos europeus e a guerra de independência das colónias americanas, geraram nova situação de instabilidade no Atlântico que se repercutiu no dia a dia das ilhas.
- século XX os conflitos mundiais(1914-18, 1939-45) trouxeram de novo a temor aos invasores dos mares.

Desde 1475, com o avolumar das ameaças do corso, os madeirenses solicitaram ao senhor da ilha o necessário empenho na sua defesa com a construção de uma fortaleza na vila do Funchal. Somente em 1493 D. Manuel, Duque de Beja e senhor da ilha, estabeleceu um regimento para que se fizesse uma "cerca e muros" na vila, a exemplo do que se havia feito em Setúbal. Os madeirenses entenderam esta ordem como opressiva por impor uma nova tributação, levando esta atitude ao adiamento da obra e só em 1513 começou a traçar-se o plano de defesa sob orientação de João Cáceres, mestre de obras reais na ilha. A primeira fase foi concluída em 1542, constando de um baluarte e uma cortina de muralha.

Uma das principais consequências do assalto francês de 1566 à cidade do Funchal foi um maior empenho da coroa e autoridades locais na resolução dos problemas de defesa da ilha e, principalmente, da cidade que, por estar cada vez mais rica, despertava a cobiça dos corsários. O preço do desleixo na arte de fortificar e organizar a defesa e vigias foi elevado para os madeirenses, obrigando a repensar toda a situação.

A defesa da ilha era uma necessidade premente, por isso, reactivaram-se os planos e recomendações anteriores no sentido de definir um plano de fortificação da cidade que pudesse acautelar qualquer ameaça. Assim tivemos na fortificação dois regimentos (1567 e 1572) e um novo mestre de obras, Mateus Fernandes, para encontrar soluções ajustadas de defesa. O plano completou-se no período de união das coroas peninsulares com a construção da Fortaleza de



Portão da Saúde. Gravura de 1838. A Muralha que protegia a cidade do Funchal dispunha de 13 portões, sendo sete de acesso ao mar: Ruas das Cruzes, das Aranhas, da Carreira, do Peixe, do Sabão, da Saúde, dos Varadouros, da Ponte de Santa Maria, Portão Grande(...)

AS FORTIFICAÇÕES DA CIDADE EM FINAIS DO SÉC. XVI

"Está a cidade amurada, da ribeira de Nossa Senhora do Calhau, junto da qual está uma fortaleza nova, onde tem o capitão sua morada, donde defende o mais da cidade que fica fora do muro, da banda do Oeste até São Lázaro, e, pela ribeira de Nossa Senhora do Calhau, vai o muro em compridão perto de meia légua pela terra dentro, a entestar com rochas mais ásperas, fortes e defensáveis que ele mesmo, o qual fabricado com cubelos e seteiras, da banda da ribeira tem três portas, em que estão suas vigias e guardas, pelas quais se serve a cidade, que fica da banda de Oeste deste muro para dentro e para fora e no muro da banda do muro tem uma porta de serventia, junto de Nossa Senhora do Calhau, e outra, mais no meio da cidade, junto dos açougues, e outra, que é a mais principal, aos Varadouros, defronte da rua dos Mercadores.

Meio tiro de besta desta porta principal está a casa da Alfândega, mais próspera e de melhores oficinas que a da cidade de Lisboa, bem amurada de cantaria e fechada pela terra e pelo mar, que está junto dela e nela bate muitas vezes, quando há aí maresias.

Adiante logo da Alfândega um tiro de besta está a Fortaleza Velha, que é a principal, situada sobre uma rocha, e tem pela banda do mar seis grandes e formosos canos de água, que dela sai e nela nasce, na mesma rocha sobre que é fundada, e de nenhuma maneira se pode tomar nem tolher, pela banda da terra, de nenhuns inimigos; a qual fortaleza tem, pela parte do mar, dois cubelos, como torres mui fortes, que guardam o mesmo mar e artilharia, de que estão bem providos, e, pela banda da terra, outros dois, que guardam toda a cidade por cima, por estarem mais altos que ela, em a qual parte tem também um muro muito alto e forte, com uma fortíssima porta de alçapão;... "[Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, 109-110]

Santiago (1611-1621), do Castelo de S. Filipe do Pico (1602-1637) e o aumento do troço de muralha costeira.

A incessante investida de corsários no mar e em terra firme obrigou à definição de uma adequada estratégia de defesa. No mar optou-se por artilhar das embarcações comerciais e a criação de uma armada de defesa das naus em trânsito. Em terra foi o delinear de uma linha de defesa dos principais portos, ancoradouros e baías, para impedir o possível desembarque de intrusos.

A conjuntura política conturbada dos séculos XVIII e XIX condicionou a vida das populações insulares e obrigou à redefinição dos planos de fortificação e defesa. A resposta aconteceu através de diversas campanhas com a presença e intervenção de engenheiros fortificadores que conduziu a ao estabelecimento de uma rede de fortificações em todo o círculo da ilha onde a abordagem se tornava mais fácil. Só nos primeiros anos do século XVIII se alargou a linha de fortificação costeira aos portos e localidades das vertentes Sul e Norte. A partir de 1768 reforçou-se o sistema defensivo por iniciativa de Francisco Alincourt, que criou no Colégio dos Jesuítas uma Aula de Geometria e Trigonometria.

No século XIX, os efeitos devastadores das aluviões, obrigaram a uma nova intervenção da Engenharia Militar na regularização das ribeiras, no sentido de estabelecer barreiras à violência desmedida da Natureza. Assim, após a aluvião de 1803 foi enviado à ilha o engenheiro Reynaldo Oudinot, coadjuvado e substituído pelo Tenente de Artilharia Paulo Dias de Almeida, com o objectivo de intervir nesse sentido. No relatório, "Descrição da ilha da Madeira"(1817), de Paulo Dias de Almeida apresenta-se um quadro negro do sistema defensivo da ilha. A mesma ideia surge em meados do século XIX nos relatórios de Pedro d'Azevedo. A generalidade das fortificações não se apresentava com qualquer utilidade no barrar o caminho ao invasor, como ficara já provado em 1828 com o desembarque dos miguelistas.

No século XX apenas a primeira Grande Guerra fez lembrar aos madeirenses a necessidade de adequar o seu plano de defesa às novas exigências da guerra em que o bombardeamento alemão do Funchal em 3 de Dezembro de 1916 e 12 de Dezembro de 1917 demonstrou a extrema vulnerabilidade. Todavia só se construíram algumas trincheiras em locais ribeirinhos, de que se destacam as baterias da Quinta Vigia(1916) e Montanha(1917). A situação de vigilância ter-se-á repetido durante a 2ª Guerra Mundial, com referência a trincheiras na Ribeira Brava e S. Vicente. Todo o esforço madeirense no sentido de assegurar a defesa da ilha foi sempre inglório e incapaz de cumprir com a sua função, como o prova os bombardeamentos de 1916 e 1917 e o desembarque em 1931 das tropas vindas de Lisboa para controlar a sublevação conhecida como "Revolta da Madeira".

Concomitantemente com a organização do plano de fortificação de todas as baías e enseadas da ilha apostou-se no estabelecimento das forças militares permanentes e das ordenanças. A primeira medida nesse sentido aconteceu em 1567 com D. Sebastião. A cada fortificação corresponderá uma reduzida força permanente comandada por um condestável. A defesa da ilha em momentos de perigo será todavia assegurada por estes e pelas companhias de ordenança, compostas por todos os homens adultos.

A regulamentação do sistema de vigias procurava precaver a necessária segurança de pessoas e haveres face à investida de corsários. Deste modo em locais de boa visibilidade, que ficaram conhecidos como picos da vigia ou do facho, montavam-se turnos de guarda, que avisavam as populações por meio de sinais luminosos e sonoros.



Soldado do Regimento de Milicias de S. Vicente. Gravura de 1817

OS FACHOS

O sistema de vigilância da costa e de aviso da chegada de intrusos, consistia em fachos, isto é, fogueiras que se acendiam em determinados picos da ilha e que permitiam lançar o aviso sobre a presença de piratas e corsários. O Regimento das Vigias(1567) e dos Fachos(1805) regulamentava esta forma de aviso luminoso lançado pelo condestável de cada vigia.

PICO DO FACHO: Pico do Castelo ou do Facho [Porto Santo], Pico do Facho [Machico], Pico da Água [Caniço], Pico da Cruz [S. Martinho], C. Lobos, Ribeira Brava, P. Sol, Calheta, Ponta do Pargo, Porto Moniz, S. Jorge.

Fortificações na Madeira: cronologia

FUNCHAL

- **1540:** Baluarte de S. Lourenço
- **16 ??** :Forte de S. Filipe
- **17??:** Forte da Engenhoca
- **17??:** Forte da Praia Formosa
- **17??:** Forte de Nossa Senhora da Ajuda
- **17??:** reduto de S. José mo ilhéu da Pontinha
- **18??:** Bateria das Fontes
- **18??:** reduto do Pico de S. João.
- **1602:** Fortaleza do Pico
- **1611:** Fortaleza de S. Tiago
- **1628** : Forte de S. Filipe da Praça
- **1642:** Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu
- **1644** : reduto de Santo António da Alfândega
- **1649** (?): Forte de Louros
- **1707:** Forte de S. Pedro
- **1712**: Forte da Penha de França
- **1916**: Bateria Quinta Vigia
- **1917:** Bateria Montanha
- Bateria de S. Lázaro
- Forte do Gorgulho

CAMARA DE LOBOS

- 17??: Forte de Nossa Senhora da Vitória
- 17??: Forte do Pastel
- 17??: Forte de S. Sebastião

SANTA CRUZ

- 1749. S. Francisco(vila)
- 17??: Forte de S. Francisco(Santa Cruz)
- 17??: Forte de S. Lázaro (Santa Cruz)
- 17??: Forte Nossa Senhora da Graça(Santa Cruz)
- 17??: Fortim da Ribeira do Porto Novo
- 17??: Fortim dos Reis Magos
- 17??: Fortim da Ribeira do Caniço
- **1827** : Forte do Porto Novo

MACHICO

- **16??-** Forte de S. Roque
- **17??:** reduto do Caniçal
- **1706** : Forte de Nossa Senhora do Amparo
- **1708** : Forte de S. João Baptista
- **1708** : Forte do Porto da Cruz
- **18??:** reduto do Seixo[Água de Pena]

SANTANA

- **17??:** Forte do Arco de S. Jorge
- **17??:** Forte do Faial(Cruzinhas)
- **17??:** Forte de S. Jorge

CALHETA

- **1749** : Forte de S. Francisco
- **1751.** Forte de S. Jorge da Calheta
- **1754** : Forte de Santo António do Paul do Mar



Forte dos Louros

Mandado construir por Diogo Fernandes Branco antes de 1649 na margem direita da foz da ribeira de Gonçalo Aires. Por portaria de 4 de Setembro de 1649 o rei concedeu-lhe a posse vitalícia da capitania do forte.

Já desactivado, no século XVIII, o governador D. Diogo Coutinho quis montar aqui uma fábrica de seda, o que nunca aconteceu.



Fortes do Ilhéu e da Pontinha

A construção de uma fortaleza no ilhéu foi um desejo manifesto madeirense desde meados do século XVI, pela importância que assumia na defesa da baía e porto das investidas dos corsários. Só em 1652 a coroa decidiu avançar com a construção. Em 1654 dispunha já de uma força militar mas a obra só ficou concluída ao fim de 14 anos. Em 1670 juntou-se uma capela da invocação de Nossa Semhora da Conceição.

O forte de São José da Pontinha foi construído no século XVIII pelo engenheiro fortificador Francisco Alincourt., integrado no plano de obras de ligação do Ilhéu à Pontinha.

PORTO SANTO

- 16??. Castelo do Pico
- 17??. Forte de S. José

RIBEIRA BRAVA

- 1708: Fortim de S. Bento

PORTO MONIZ

- 1730: Forte de S. João Baptista

S. VICENTE

- 17??: Forte da Entroza[Boaventura]
- 17??: Forte da Terra Chã [S. Vicente]

PONTA DE SOL

- 17??: Forte S. João[Ponta de Sol]
- 17??: Forte da Madalena do Mar
- Forte do Passo[Ponta de Sol]
- Forte da Vigia[Ponta de Sol]



Forte de Nossa Senhora do Amparo. Machico.

Foi construído em 1706 por iniciativa de Francisco Dias Franco, que por isso recebeu a mercê do cargo de capitão. Por ocasião do desembarque das forças miguelistas na ilha, em 1828, foi a última unidade a render-se.

A Fortaleza/Palácio de S. Lourenço



Sala do Palácio de São Lourenço

A construção do primitivo baluarte foi ordenado em 1540 por D. João III. Em 1566, com o assalto dos corsários huguenotes, reconheceu-se a inoperância do mesmo, tendo-se avançado com a total transformação a cargo dos fortificadores Mateus Fernandes e Jerónimo Jorge, dando-lhe a forma do desenho traçado em 1654 por Bartolomeu João.

O conjunto destaca-se na frente marítima pela sua imponência. O torreão leste sobressai por evidenciar as marcas da primitiva construção com é o caso das armas manuelinas em cantaria da ilha

A partir da ocupação filipina o edifício foi reservado a morada das autoridades superiores da ilha, perdendo as funcionalidades de fortaleza e adquirindo as de palácio de acolhimento de visitantes ilustres, convidados dos governadores no decurso dos séculos XVIII e XIX. O próprio rei D. Carlos I nele pernoitou em 1901.

São vários os motivos de atenção e visita. Assim, no primeiro piso temos a sala gótica com abóbada de nervuras assentes com cinco ramos, fechada por uma Cruz de Cristo. Ainda, na entrada são de registar os retratos das autoridades da ilha: os capitães do Funchal, os capitães e governadores gerais e os governadores civis.

Abaixo do plano da muralha, que se espraia sobre a baía, estavam as célebres fontes de João Dinis, destruídas em 1949 e que nos séculos passados abasteceram a navegação.

Em 1993 foi inaugurada uma exposição permanente que conta a História do imóvel.

O Castelo do Pico


O Castelo do Pico

O Castelo do Pico é, sem dúvida, a mais imponente fortaleza construída pelos castelhanos na ilha. Situa-se no Pico dos Frias e foi idealizado para encerrar a cortina de muralha que envolvia a cidade pela frente marítima.

A construção foi morosa, tendo a primeira campanha de obras, que se iniciou nos primeiros anos do século XVII, só terminado em 1632, conforme o testemunha a data que encima o portão exterior. Entretanto, a cisterna ostenta a data de 1639 e a capela só foi concluída em 1730

Uma lápide refere-nos que o governador Luiz de Miranda Henriques concluíu em 1640 as obras do castelo com os baluartes e capela de S. João Baptista. Este último deu nome ao conjunto e retirou da memória os filipes, pois era chamada de S. Filipe.

Hoje está ao serviço da Marinha e funções de apoio à navegação marítima. Como posto de rádio naval desde 1922, que deu origem à popular designação de Pico Rádio.

A Fortaleza de S. Tiago


Fortaleza de S. Tiago

A fortaleza de S. Tiago foi construída no período da dominação filipina para remate da cortina da muralha que defendia a cidade. Um dos pórticos ostenta o ano de 1614, como o do início da construção, que ficou concluída em 1637.

Os conflitos mundiais, de finais do século XVI a princípios do seguinte, motivaram forte instabilidade no mar. Isto resultava da guerra de represália dos corsários franceses e ingleses. Por isso uma das primeiras preocupações dos governadores castelhanos foi a salvaguarda da cidade, com o reforço da cortina de defesa da cidade. A solução ficou por duas imponentes fortalezas: do Pico e São Tiago. Os planos são de Jerónimo Jorge e Mateus Fernandes, fortificadores da ilha.

Ao longo dos séculos devido à função militar sofreu transformações, sendo a campanha de obras mais importante no século XVIII, sob a orientação do engenheiro Francisco de Alincourt. A data de 1767 que ostenta na porta deve marcar o fim destas obras.

A partir de 1992 o imóvel transitou para a posse do Governo Regional da Madeira, para actividades culturais e montagem de um museu militar. Hoje alberga o Museu de Arte Contemporânea da Madeira, onde se incluem as peças pertencentes ao acervo artístico da região, fruto de aquisições e ofertas a partir da década de sessenta.

Os Museus do Funchal

Museu de Arte Sacra

O Museu está instalado no edifício construído por ordem do bispo D. Luís de Figueiredo de Lemos (1586-1608). São coevos a arcaria que dá para a Praça do Município e a capela que é dedicada a S. Luís de Tolosa, onde ficou sepultado este bispo, depois trasladado para a Sé. A capela apresenta um belo pórtico da cantaria negra. O Bispo D. José de Sousa de Castelo Branco (1698-1721) anexou-lhe o Seminário. Com o terramoto de 1748 tornou-se necessária uma nova construção que chegou à actualidade.

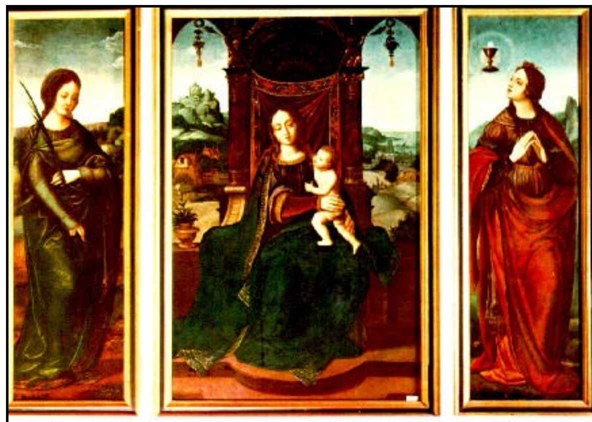
A República em 1910 atribuíu-lhe novas funções, pois aí funcionou o liceu até 1942. A construção do novo liceu em 1946 levou à sua recuperação pela diocese que aí fez instalar o Museu Diocesano de Arte Sacra, em 1955.

Do recheio do museu de Arte Sacra, proveniente das igrejas de toda a ilha, chamam a atenção do visitante a pintura, escultura flamenga , ourivesaria e paramentos.

ESPÓLIO DO MUSEU

PINTURA

- Pintura flamenga: S. Tiago Menor, Descida da Cruz(tríptico), Santa Maria Madalena S. Joaquim e Santa Ana, S. Nicolau, Adoração dos Reis Magos, Anunciação, S. Pedro S. Paulo e Santo André(tríptico), Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora do Amparo.
- Pintura Luso-flamenga: S. Tiago e S. Filipe(tríptico),
- Portuguesa: Cabeça de Cristo, O nascimento de S. João Baptista, os dominicanos e a Ascensão de Cristo.



Retábulo de Nossa Senhora del Populo. Século XVI

ESCULTURA:

- século XVI: Deposição do Túmulo, Virgem da Piedade, Virgem da Conceição,
- século XVII: Santa Isabel, Nossa Senhora da Luz, S. Francisco de Paula,
- século XVIII: S. Rafael, S. Miguel Arcanjo, Anjos Candelabros

OURIVESARIA:

- século XVI: cruz processional do Funchal, atribuída a Gil Vicente, oferecida pelo rei D. Manuel à Sé, uma bandeja de prata dourada com punção de Antuérpia, o porta-paz de prata dourada com os Reis Magos em relevo, da Sé do Funchal, naveta em prata (1589), cálice de prata (1580), cálice de prata dourada com ametistas, cristais e esmaltes.
- século XVII: salva com pé de prata, salva com braço de prata, turíbulo de prata, cruz processional de prata, ânfora de prata.
- século XVIII: lanternas processionais, jarras, caldeirinha, maças , sacra e urna, todos de prata.

PARAMENTOS: dos séculos XVII e XVIII, maioritariamente da Sé do Funchal.



Turíbulo

BIBLIOGRAFIA:

Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga, Funchal, Edicarte, 1997

LOCALIZAÇÃO: **R. Do Bispo, 21, Funchal**

Fotografia Museu Vicentes



É o museu de fotografia da Região Autónoma da Madeira que reúne o espólio de vários fotógrafos da região. Está instalado no antigo estúdio fotográfico da Photografia Vicentes.

O Atelier de Vicente Gomes da Silva só surgiu no edifício da Rua da Carreira a partir de 1887. Aponta-se o ano de 1846 como o de abertura do primeiro estúdio fotográfico à rua de João Tavira, o que quererá dizer que estamos perante um dos mais antigos do país que se manteve em actividade na família até 1972.

Em 1979 o Governo Regional da Madeira adquiriu o Estúdio com o objectivo de aí criar um museu, que abriu as portas em 1982.

É o Museu de Fotografia da Região, pois alberga os negativos e chapas de João Francisco Camacho, José Júlio Rodrigues, Joaquim Augusto de Sousa, Álvaro Nascimento Figueira e Photographia Perestrelos(1879).

No vasto espólio disponível é possível encontrar retratos de personalidades locais e internacionais e reportagens dos principais eventos do século XX.

BIBLIOGRAFIA:

Fotografia e Fotógrafos Insulares. Açores, Canárias e Madeira, Funchal, sd.
MELO, Luís de Sousa, *Vicentes Photographos*, Funchal, 1978

LOCALIZAÇÃO: R. da Carreira, 43, Funchal

Casa Museu Frederico de Freitas

A Casa Museu Frederico de Freitas é constituída pelo espólio legado à região por este benemérito advogado que lhe dá o nome, falecido em 1978.

O museu, aberto ao público em 1988, está instalado na residência do seu doador, conhecida como a Casa da Calçada, em memória dos anteriores proprietários, os condes da Calçada.

O museu apresenta ao público uma variada colecção de mobiliário, artes decorativas e estampas, reunidas com grande carinho pelo proprietário ao longo de mais de quarenta anos..

A merecer a atenção do visitante é a colecção de gravuras antigas, na sua maioria da mão dos ingleses, onde é possível rever os ambientes, as vivências e as figuras madeirenses dos séculos XVIII e XIX.

Outra colecção de inegável valor é a de azulejos. Aí estão reunidos painéis de azulejos desde o século XIII, sendo possível reconstituir a sua História até ao século XIX.

Ainda, poder-se-á admirar um conjunto variado de escultura religiosa dos séculos XVII e XVIII.

O mobiliário, os utensílios de uso doméstico, permitem reconstruir ambientes de variadíssimas épocas e traçar o perfil deste coleccionador madeirense.



LOCALIZAÇÃO: Calçada de Santa Clara, 7, Funchal

Museu de Arte Contemporânea



Com a cedência da fortaleza de Santiago à Região Autónoma da Madeira, o governo instalou em 1992 um Museu de Arte Contemporânea com o espólio de obras adquiridas ou doadas pelos artistas. A colecção esteve primeiro exposta desde 1984 numa sala improvisada da Quinta Magnólia .

Do acervo artístico fazem parte obras de pintores madeirenses, como Lurdes de Castro e Marta Teles.

LOCALIZAÇÃO: Fortaleza da S. Tiago, Funchal

Museu da Quinta das Cruzes

Próximo do Convento de Santa Clara está o Museu da Quinta das Cruzes, aberto ao público na década de cinquenta com base nas colecções de César Gomes, a que se juntou em 1964 a de João Wetzler. O espaço engloba a casa de morada, a capela de Nossa Senhora da Piedade(1692) e um amplo parque ajardinado.

O local tem grande significado na História da ilha, pois terá sido aqui que João Gonçalves Zarco fez erguer a sua casa. A História do imóvel liga-se assim à família dos capitães do Funchal.

O edifício insere-se numa típica quinta madeirense servida de um majestoso jardim, onde a flora de diversa origem convive com algumas pedras lavradas oriundas de igrejas e outros edifícios que foram demolidos, constituído por pedras de armas, lápides comemorativas e outros elementos arquitectónicos. Aqui estão reunidos vestígios do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz, uma janela manuelina em basalto.

O recheio do museu é diversificado, podendo destacar-se o mobiliário inglês e português, composto por mesas, canapés, cadeiras , armários e arcas.

Os armários e arcas feitos na ilha, conhecidos de "caixa de açúcar" são uma referência obrigatória. Parte significativa provem do recheio dos conventos femininos da cidade (Santa Clara e Mercês). Isto resulta do facto de se usar as mesmas madeiras de fabrico das caixas de açúcar, ou do possível aproveitamento das madeiras das caixas que transportavam o açúcar do Brasil até ao Funchal. A designação popularizou-se e ficou a designar um certo tipo de armário, mesmo feito com madeiras da ilha.

Estudos recentes do Instituto José Figueiredo sobre as madeiras deste mobiliário revelaram a existência em algumas das peças de mobília da presença de madeiras idênticas às usadas nas caixas de açúcar, como é o caso de jequitibá(*Cariniana spp.*).

Na escultura merecem referência: a Virgem com o menino, uma escultura flamenga do século XVI e o retábulo da Natividade, também de origem flamenga, do século XV.

A colecção de ourivesaria é variada, abarcando os períodos do séc. XVI a XIX. No conjunto destacam-se algumas salvas e o porta-paz em prata dourada da igreja de Santa Cruz.

O mesmo poderá ser dito da colecção de porcelana, com especial relevo para a chamada porcelana da "Companhia das Índias".





Armário conhecido com de "caixa de açúcar". Nas madeiras com que foi construído podemos referenciar algumas exóticas[Jequitibá e imbuia]

BIBLIOGRAFIA:

ARAGÃO, António, *O Museu da Quinta das Cruzes*, Funchal, 1970

LUCENA, Vasco de, *"Quinta das Cruzes. Museu César Gomes"*, in *Das Artes e da História da Madeira*, III, n.º 15 (1953)

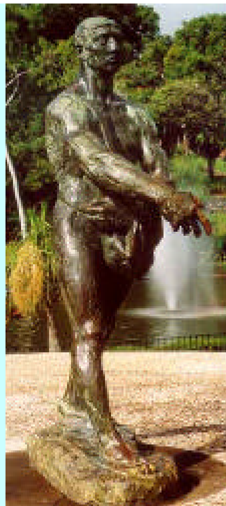
Quinta das Cruzes- Museu, Funchal, sd.

SOUSA, Amândio, *Visitas Guiadas - Casa-Museu César Gomes. Quinta das Cruzes*, Funchal, 1983.

LOCALIZAÇÃO: Calçada do Pico, 1, Funchal

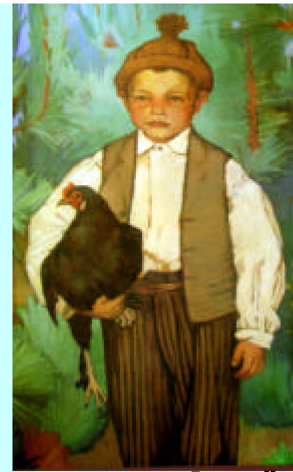


Museu Henrique e Francisco Franco



Semeador de Francisco Franco [1923]





Henrique Franco: **«La poulle noire», Paris, 1920**

A 21 de Agosto de 1987 inaugurou-se o museu, numa iniciativa da Câmara Municipal do Funchal, com o objectivo de expor a colecção adquirida em 1966. Aqui recorda-se dois irmãos dedicados às artes; Henrique ficou-se pela pintura e desenho, enquanto Francisco juntou-lhe a escultura.

Francisco Franco de Sousa (1885-1955) ganhou fama como escultor do Estado Novo. A sua obra escultórica está espalhada por todo o país e incide de forma especial sobre as personagens históricas.

Dos reis de Portugal temos: D. Dinis (1943) e D. João III (1948) em Coimbra, D. João I e D. João II em Lisboa. A estas junta-se o infante D. Henrique (1931) para Vincennes, a Rainha D. Leonor (1935) para as Caldas da Rainha e do Bispo D. Miguel de Portugal (1950) para a cidade de Lamego. A sua vasta obra escultórica completa-se com vários bustos e uma série de relevos e medalhas.

Henrique Franco (1883-1961) acompanha o irmão na Academia de Belas- Artes, mas foi na pintura que encontrou a sua vocação e desusado êxito.

Foi professor da Escola Industrial do Funchal (1920-1934), terminando a carreira na Escola de Belas Artes de Lisboa. Merece destaque especial a sua intervenção em edifícios públicos na cidade de Lisboa, com pintura a fresco: igrejas de Nossa Senhora de Fátima e de S. João de Brito, Casa da Moeda e Palácio de Estatística.

As primeiras obras escultóricas que executou para a ilha foram: O busto simbólico do aviador (1923) em honra da primeira travessia aérea do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral; o torso, alusivo ao ataque dos submarinos alemães ao Funchal (1916-17); o busto de Gonçalves Zarco (1919) no Terreiro da Luta

A sua força escultórica está testemunhada na estátua de João Gonçalves Zarco(à avenida Arriaga) e a do Semeador. A primeira, uma encomenda da Junta Geral de 1918, foi inaugurada em 28 de Maio de 1934, consta da estátua do navegador e o pedestal e baixos relevos alusivos ao infante D. Henrique, Conquista, Valor e Ciência. A segunda feita em 1923 em honra de Vieira de Castro foi inaugurada em 1936 no Campo da Barca, donde transitou em 1966 para o edifício da antiga Junta Geral(hoje, Governo Regional). Hoje encontra-se no Parque de Santa Catarina.

A última obra inacabada foi o gigantesco monumento ao Cristo Rei do Corcovado.

O museu está baseado no seguinte espólio: Henrique Franco: desenhos, gravuras, aguarelas e pastéis, frescos, óleos; Francisco Franco: carvões, desenhos, aguarelas e desenhos aguarelados, gravuras, álbuns de desenhos e esculturas em gesso(em especial réplicas e estudos das peças escultóricas), madeira e cobre.

BIBLIOGRAFIA

Museu Henrique e Francisco Franco, Funchal, CMF, 1987

Por Causa de Paris, Funchal, Museu Henrique e Francisco Franco, CMF, 1996

LOCALIZAÇÃO: **Rua do Bom Jesus, 13, Funchal**

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1.BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Dr. Fernando, "Azulejos da Capela de S. Roque de Machico", *Arquivo Histórico da Madeira* ,1934, Vol. IV, pp.5-8.
- "Azulejos da Capela da Nazaré", *Arquivo Histórico da Madeira* ,1934, Vol. IV, pp.112-116.

ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da sua Memória*, Funchal, DRAC, 1979.
- *O Museu da Quinta das Cruzes*, Funchal, Junta Geral, 1970.
-"Alguns Tópicos para a Classificação Urbanística da Madeira", in *Islenha*, 1991, N.º 9, pp. 21-31.

ARAÚJO, Ana Margarida S. T. de, "A Capela da Madre de Deus no Caniço", *Islenha*, 1988, N.º 2, pp. 113-123.

CAMERON, H. K., "Pedras e sepulturas laminadas flamengas do século XVI na Madeira", *Islenha*, 1989, Nº 4, pp. 120-127.

CARITA, Rui, *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira. A Fortaleza - Palácio de S. Lourenço*, Funchal, DARC, 1981.
- *A Arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*, Funchal/Lisboa, 1998.
- *Introdução à Arquitectura Militar – A Fortaleza -palácio de São Lourenço*, Funchal, DRAC, 1981.
- *Paulo Dias de Almeida, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e a sua Descrição da ilha da Madeira de 1817-1827* , Funchal, DRAC, 1982.
- *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião(1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João(1654),* Funchal, SRE, 1984
- *Visitas Guiadas - Sé Catedral do Funchal*, Funchal, 1983.
- *Visitas Guiadas - O Palácio Fortaleza de S. Lourenço*, Funchal, 1983.
- *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, 2 vols, Funchal, SRE, 1987.
- "A Igreja da Madeira nos séculos XV e XVI-O documento de sagração da Sé Catedral do Funchal", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* Funchal, 1990 p. 325.
-"Os tectos de Alfarge da Madeira, século XVI", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 P. 171.
- "O grande monumento a Zarco de Francisco Franco", *Islenha*, 1988, Nº 3, pp. 91-96.
- "As escavações nas antigas casas de João Esmeraldo", *Islenha*, 1989, Nº 5, pp. 109-118.
- "O monumento a Cristóvão Colombo de Francisco Franco", *Islenha*, 1989, Nº 5, pp. 94-96.
- "As pratas da Freguesia de São Pedro no séc. XVIII: inventários", *Islenha*, 1992, Nº 10, pp. 59-64.
- "A defesa do Funchal: Sécs. XV a XVIII", *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 32-40.
- "O Convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos", *Girão*, 1991, Nº 6, pp.237-240.
- "As defesas de Câmara de Lobos", *Girão*, 1990, Nº 5, pp.181-184.
- "As defesas de Santa Cruz", *Atlântico,* 1986, Nº 8, pp.280-288.
- "Andrew Picken e a Madeira", *Atlântico*, 1987, Nº 10, pp.107-110.
- "Os remates de tecto da Madeira", *Atlântico*, 1988, Nº13, pp.65-71.
- "Uma mesa madeirense de embutidos", *Atlântico*, 1989, Nº 17, pp.35-39.
- "A Capela de S. Roque em Machico", *Atlântico*, 1989, Nº 18, pp.131-134.
- (e Luís F. Sousa Melo), *1000 anos do Teatro Municipal de Baltazar Dias*, funchal, CMF, 1988.
- "A Matriz da Freguesia da Ribeira Brava", in *Islenha*, 19, 1996, pp.53-60.
- "A Capela do Senhor bom Jesus da Sé do Funchal", in *Islenha*, 22, 1998, pp.5-10.
- "O Solar de D. Mécia", in *Islenh*a, 25, 1999, pp.59-65.

CASTRO, António Manuel e Elisa Brazão, *Calheta - Roteiro Turístico Cultural*, Calheta, CMC, 1999.

CLODE, Luiza Helena, "O Cadeirado da Sé do Funchal", *Das Artes e da História da Madeira*, 1960, Vol. V, N1 30, pp.33-40.
- "Iconografia Mariana da Diocese do Funchal", vol. VII, 196?, Nº 37 e 39, pp.55-58, pp.13-22.
- "A Arte Flamenga na Ilha da Madeira", *História das Ilhas Atlânticas*, vol. II, Funchal, 1997, pp.9-18.
- "Pintura flamenga na Ilha da Madeira", *Atlântico*, 1985, Nº 3, pp.210-217.
- (e José Victor Adragão), *Madeira*, Lisboa, Presença, 1989.

COSTA, Marcelo, "Arquitectura de Madeira", *Atlântico*, 1988, Nº 13, pp.16-31.

FERNANDES, José Manuel, "O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 247.
-"Arquitectura vernácula e estruturas nos arquipélagos da Macaronésia (Madeira, Açores, Canárias). Similitudes e contrastes, séculos XV-XVIII", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 , p. 715.
-"Arquitectura de penha longa", in III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp. 873-878.
- "Arquitectura E Urbanismo nas Ilhas Atlânticas: um património Comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira", *História das Ilhas Atlânticas*, vol. II, Funchal, CEHA, 1997, pp. 83-94.

- “Funchal 1974-1986(Breve Crónica Histórico-Arquitectónica)”, *Islenha*, 2, 1988, 43-49.
- “Algumas Considerações sobre a Casa Urbana nas Ilhas do Atlântico Madeira, Açores, Canárias, Cuba (séculos XVI-XVIII)”, *III Colóquio Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico*, Angra do Heroísmo, 1989.

FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Lisboa, FAUP Publicações, 1996.

FERREIRA, César, “Arquitectura popular. as casas de salão”, *Xarabanda*, 1994, N.º 6, pp. 34-36.

FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, 1963.
- “A capela do Senhor Bom Jesus e o e o seu retábulo”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 6, pp. 19-22
- “A Ourivesaria Sacra da Igreja paroquial de S. Gonçalo”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. II, Nº 7, pp. 11-11
- A ordem Seráfica na Madeira *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VI, nº.32, pp.13-21.

FREITAS, Lourenço de “A primitiva matriz de Santa Cruz”, *Islenha*, 1992, Nº 11, pp. 150-158.

FREITAS, Paulo de, “Azulejaria na Madeira”, *Islenha*, 1989, Nº 4, pp. 25-34.
- “Casa-Museu Frederico de Freitas: a Casa da Calçada”, *Islenha*, 1990, Nº 7, pp. 42-46.
- "Casinhas de Prazer", *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 87-93.

GOMES, Fátima Freitas, O Frontal de Prata do altar de s. José da Sé do Funchal”, in *Islenha*, 24, 1999, pp.93-109.

GONÇALVES, Iria Vicente, “Um Projecto Adiado: A Muralha Quatrocentista do Funchal”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp.253-260.

GOMES, Dr. João Lemos, “Arranjo e modificação do Camarim da Sé do Funchal”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1966, Vol. VI, Nº 36, pp.25-27.

HENRIQUES, João Maria, “A "Caixa de Açúcar"”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 4, pp. 28-29
- “Alguns móveis "Estilo Chippendale" do Museu da Quinta das Cruzes”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 5, pp. 22-24.
- “Uma valiosa colecção de cadeiras dos fins do Século XVIII. Estilo Hepplewhite”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. II, Nº 7, p. 24.
- “A casa acastelada de Garcia Homem de Sousa”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1952, Vol. II, Nº12, pp. 33-34.
- “Hospício da Princesa D. Maria Amélia”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1971, Nº 41, pp. 28-36.

HERNANDEZ GUTIÉRREZ, “Sebastián, Brutalismo en Madeira: el caso de Casino Park Hotel (Viana de Lima - Niemeyer Arqs)”, *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 68-74.
Islenha nº 12 (1993) número especial dedicado ao Funchal.

LINO, Raul, “Arquitectura A propósito da Casa Madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1962, Vol. VI, Nº 32, pp. 42-44.

LIZARDO, João, “Uma nova obra de pintura flamenga na Ilha da Madeira”, *Islenha*, 1992, Nº 11, pp. 159.
- “A chamada Casa de Colombo no Funchal e as relações artísticas na época dos descobrimentos”, *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 161-166.
- “Uma obra desconhecida de Ian Gossaert Mabuse no Museu de Arte Sacra do Funchal”, *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 41-46.
- “Algumas notas e várias dúvidas sobre a colonia nos dois últimos séculos”, *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 137-142.
- “Um reflexo da Sé do Funchal no México: influência manuelina na arquitectura mexicana”, *Islenha*, 1994, Nº. 15, pp.72-82.
- “Um dragoeiro no "Jardim das delícias" de Bosch”, *Atlântico*, 1986, Nº 5, pp.13-18.
- “A arte da renascença na Madeira”, *Atlântico*, 1987, Nº 12, pp.269-273.
- “A porta Mudéjar da Sé do Funchal”, *Atlântico*, 1988, Nº 15, pp.205-209.
- “Arte Mudejar na Madeira”, *Atlântico*, 1989, Nº 18, pp.149-152.
- “A Pia Baptismal da Ponta do Sol”, *Atlântico*, 1989, Nº 19, p.196.
- “Algumas Notas sobre Pintura Flamenga e seus Reflexos no Museu de Arte Sacra do Funchal”, *Islenha*, 26, 2000, pp.5-18.

LOJA, António, “As Torres do Exibicionismo”, *Atlântico*, 1989, Nº 18, pp.85-96.

LUCENA, Vasco de, “Quinta das Cruzes "Museu" César Gomes”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 15, pp. 36-37.
- “O ensino da pintura e da escultura na Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, Nº 21, pp. 29-30.

MARTINS, Francisco Ernesto de O., “Escultura flamenga nos Arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias”, *Islenha*, 1987, Nº 1, pp. 59-65.

MESTRE, Vitor, “Arquitectura Popular no Arquipélago da Madeira”, in *Islenha*, 23, 1998, pp.89-112.

MONTEIRO, José Leite, *Palácio de S. Lourenço na Cidade do Funchal*, Funchal, 1950.
Museu de Arte Sacra do Funchal. Arte Flamenga, Funchal, Edicarte, 1997

NASCIMENTO, Cabral do, "O Adro da igreja de S. João Evangelista", Vol. II, 1932, pp. 13-16.
- "Estampas antigas com assuntos madeirenses", *Arquivo Histórico da Madeira*, 1933, Vol. III, pp.106-113, 189-191.
- "O nosso património artístico", *Arquivo Histórico da Madeira*, 1933, Vol. III, 5-6, pp. 97, 160.
- "Pedras, azulejos e tetos armoriados", *Arquivo Histórico da Madeira* , 1933, Vol. III, 27-29, 78-82, 164-168.
- "Criação e funcionamento da Aula de Desenho e Pintura do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, 1934-35, Vol. IV, pp.139-158.
- "Pedras, azulejos e tetos armoriados", *Arquivo Histórico da Madeira* , 1934-35, Vol. IV, pp. 57-59.
- "Pelourinhos", 1934-35, *Arquivo Histórico da Madeira* , Vol. IV, pp. 168-170.
- "Recantos artísticos da cidade", *Arquivo Histórico da Madeira* , 1934-35, Vol. IV, pp. 43-46.
- "Tesouro de arte sacra", *Arquivo Histórico da Madeira* , 1937, Vol. V, pp. 46-48, 176-180.
- "O estrado de madeira da Sé do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira* , 1939, Vol. VI, pp.11-16.
- "Prata e ornamentos da Sé do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira* , 1939, Vol. VI, pp. 96-99.
- "Acerca da exposição de ourivesaria sacra", *Arquivo Histórico da Madeira* ,1951, Vol. IX, pp. 203-208.

OLIVEIRA, João Fortunato de, "O Convento de São Bernardino em Câmara de Lobos", *Girão*, 1991, Nº 7, pp. 305-307.

PEREIRA, Pe. J. Plácido, "Joias Franciscanas outorgadas à Ilha da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1960, Vol. V, Nº 30, pp.9-21.
- "Jóias franciscanas outorgadas à Ilha da Madeira por dois Bispos do Funchal Franciscanos", *Das Artes e da História da Madeira*, 1961, Vol. VI, Nº 31, pp.53-56.
- "Ordem Terceira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1964, Vol. VI, Nº 34, pp.21-28.
- "Ad Salem Sol", *Das Artes e da História da Madeira*, 1965, Vol. VI, Nº 35, pp.26-28.

PINTO, Augusto Cardoso, "Peças de Prata da Câmara do Funchal", 1951, Vol. IX, pp. 145-150.

PITA, Manuel Gonçalves, "O Sacrário da Igreja do Estreito de Câmara de Lobos", *Girão*, 1990, Nº 5, pp. 217.

RIBEIRO, Ana Maria, "A cal no Porto Santo", *Xarabanda*, 1992, Nº 2, pp. 16-18.

RIBEIRO, Emanuel, *O Cadeirado da Sé do Funchal*, Porto, 1930.

ROTEIRO Histórico Turístico da Cidade. Funchal, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1997.

ROTEIRO Histórico Turístico da Cidade .Funchal, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1997.

SAINZ-TRUEVA, José de, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira. Inventário*, Funchal, DRAC, 1996.
- "Tectos madeirenses armoriados: achegas para um brasonário insular", *Islenha*, 1987, Nº 1, pp. 111-1 24.
- "Tectos Madeirenses armoriados: continuando um inventário", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 75-81.
- "Tectos estucados da cidade do Funchal", *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 61-73.
- "Tectos madeirenses armoriados (outros exemplares)", *Islenha*,1993, Nº 13, pp. 109-115.
- Presença de Nicolau Ferreira, um pintor madeirense do século XVIII na vila de Câmara de Lobos, *Girão*, 1990, Nº 5, pp. 201-203.
- "Um coreto e uma lápide comemorativa: Património Cultural Camaralobense", *Girão*, 1993, nº 10, pp. 477-481.
- "Heráldica Inglesa no "Old Burial Ground"", *Atlântico*, 1985, Nº 1, pp.60-69.
- "Pedras de Armas Tumulares, 1985, N.º 3, pp.165-172.
- "Divulgando ex-libris madeirenses e de estrangeiros relacionados com a ilha", *Atlântico*, 1986, Nº 6, pp.141-148.
- "Igrejas, casas, fortalezas e capelas brasonadas", *Atlântico*, 1987, Nº 11, pp.182-198.
- "Capela de Nossa Senhora da Saúde", *Atlântico*, 1988, Nº 13, pp.5-15.
- "Quinta do Palheiro do Ferreiro", *Atlântico*, 1988, Nº 15, pp.222-232.
- "Quinta do Mont e", *Atlântico*, 1988, Nº 16, pp.304-312.
- "Quinta da Mãe dos Homens", *Atlântico*, 1989, Nº 17, pp.5-16.
- "Raspadores de Lama", *Atlântico*, 1989, Nº 17, pp.49-56.
- "Quinta do Jardim da Serra", *Atlântico*, 1989, Nº 18, pp.105-113.
- "A moda que não vingou", *Atlântico*, 1989, Nº 19, pp.165-169.
- "O Solar de Nª Srª da Piedade", *Atlântico*, 1989, Nº 20, pp.295-306.

SANTOS, Joaquim António dos, "Algumas notas sobre o elemento flamengo nas iluminuras do Registo Geral do Funchal", *Islenha*, 1991, Nº 9, pp. 40-49.
- "Vicentes Photographos. Impressões para uma abordagem estética", *Islenha*, 1994, nº. 15, pp. 29-36.

SANTOS, Rui, "A Estátua do Mercado D. Pedro V", *Xarabanda*, 1992, Nº 1, pp. 15-16.
- *A Construção do Teatro D. Maria Pia*, Funchal, DRAC, 1994.

SARMENTO, Alberto Artur, "A capela do Corpo Santo", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, pp.269-270.
- "O tesouro da Sé", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, pp.226-227.
- "Nossa Senhora do Calhau", *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. II, Nº 7, p. 23.
- "O fundador do Convento das Mercês", *Das Artes e da História da Madeira*, 1952, Vol. II, Nº 10, pp. 19-20.
- "Teatros antigos na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 196?, vol. VII, Nº 37, pp. 81-941.

SILVA, António Marques da, "Casas de colmo", *Atlântico*, 1988, Nº 14, pp.103-112.

SILVA, Fernando Augusto da, *A Sé Catedral do Funchal. Breve Notícia Histórica e Descritiva*, Funchal, 1936.
- *Elucidário Madeirense*, Vol. II, Funchal, 1984, artigos: Funchal, Funchal (Diocese do) Funchal Antigo.
- *Colégio e Igreja de S. João Evangelista do Funchal. Breve Monografia Histórica*, Funchal, 1947.
- "A mais bela e mais rica capela da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 21.
- "A mais bela e mais rica Capela da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. II, Nº 7, p. 9.
- "Moradias de Zargo", *Das Artes e da História da Madeira*, 1964, Vol. VI, Nº 34, pp. 29-30.
- *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, vol. I, Funchal, 1946.

SILVA, José Manuel Azevedo e, "Funchal do Estado Nascente da sua Urbanização ao Estado Institucional: Etapas, Ritmos e Funções", *Islenha*, nº 12, 1993, 20-31.

SIMÕES, João Miguel Santos, *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*, Lisboa, 1963.

SOUSA, Álvaro Manso de, "Quinta do Bello Monte", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 2-4.
- "Algumas notas sobre Nossa Senhora do Monte", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 22-23.
- "Ruas do Funchal-Notas para o estudo da toponímia citadina", *Das Artes e da História da Madeira*, 1955, Vol. IV, Nº 19-20, pp. 40-42.

SOUSA, Amândio, *Visitas Guiadas - Casa-Museu César Gomes. Quinta das Cruzes*, Funchal, DRAC, 1983.
- "Ourivesaria no Museu das Cruzes", *Atlântico*, 1989, Nº 18, pp.135-139.

SOUSA, Francisco Clode de, "A propósito de três obras de Tomás de Anunciação no Museu da Quinta das Cruzes", *Islenha*, 1988, Nº 2, pp. 77-80.
- "Os azulejos hispano-mouriscos do Convento de Nª Srª da Piedade em Santa Cruz (Madeira)", *Islenha*, 1990, Nº 7, pp. 100-107.
- "As pratas da matriz de Santa Cruz: primeira abordagem", *Islenha*, 1992, Nº 10, pp. 65-71.
- "Para um inventário da azulejaria portuguesa dos sécs. XIX e XX na cidade do Funchal", *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 74-79.
- "Francisco Franco e a cidade luminosa (1910-1923)", *Atlântico*, 1987, Nº 10, pp.111-114.
- "À descoberta do descobridor", *Atlântico*, 1987, Nº 12, pp.289-294.
- *A Cidade do Açúcar*, Funchal, CMF, 1996.

SOUSA, João José Abreu, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, DRAC, 1991.
- "Funchal antigo: A rua da Carreira", *Atlântico*, 1988, nº.15, pp.185-192.

TEIXEIRA, Esc. Anjos, "Francisco Franco", *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VI, nº.34, p.13.
- "Roberto Cunha um artista madeirense quase desconhecido", *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VII, Nº 38, pp. 18-20.

VAKCEL, P. de, Alguns traços da história da música na Madeira, *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 33-36.
- Alguns traços de história de música da Madeira, *Das Artes e da História da Madeira*, 1957, Vol. V, Nº 27, pp. 34-37.

VAZ, Fernando Carlos de Menezes, *Capelas em Santa Cruz*, 1931, Vol. I, Fasc. II, pp.92-95.

VERÍSSIMO, Nelson, "A volta de um cruzeiro", *Girão*, 1990, Nº 4, pp. 144-145.

VIEIRA, Alberto, "O Funchal. Os Ritmos Históricos de uma Cidade Portuária", in *Sociedade e Território*, nºs. 31-32, 2000, pp.60-80.

VIEIRA, Dr. Elmano, "A Madeira nas estampas da primeira metade do século XIX", 1950, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I, Nº 2, pp. 28-30.

ZAGALLO, Dr. Manuel Cayola, "Museu Diocesano de Arte Sacra do Funchal", *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, Nº 21, pp. 25-28.
- "Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira", 1934-49, Vol. IV-VII, pp.26-35, 85-100, 5-18, 129-141,17-30, 129-138.

WILHELM, Eberhard Axel, "Max Romer (postais madeirenses percorrem o mundo)", *Atlântico*, 1988, Nº 14, pp.113-122.

- "A Obra Madeirense Esquecida do Pintor alemão Wilhelm Georg Ritter", *Islenha*, 26, 2000, 35-44.

2. VIDEO

LUCAS, Carlos Brandão, *A Civilização do Açúcar na Madeira*, Funchal, CEHA, 1996

3. MUSEUS

- Museu de Arte Sacra(Funchal)
- Museu Frederico de Freitas(Funchal)
- Museu Quinta das Cruzes(Funchal)
- Sala de Ourivesaria da Igreja Matriz da Ribeira Brava

4. EDIFÍCIOS

Arquitectura Religiosa: Convento de Santa Clara, Sé do Funchal, Igreja e Convento dos Jesuítas, Igreja Matriz (Machico, Santa Cruz, Ribeira Brava, P. Sol e Calheta)

Arquitectura Civil: Museu Municipal, Paços do Concelho, Edifício do Museu de Arte Sacra, Edifício do Tribunal de Contas, Casa dos Cônsules, Instituto do Vinho da Madeira, Palácio da Justiça, Banco de Portugal, Alfândega do Funchal, Mercado dos Lavradores, Escola Secundária Jaime Moniz, Escola Secundária Francisco Franco, Edifício dos CTT, Madeira Tecnopólo e Universidade da Madeira, Bairro da Nazaré.

5. ESTÁTUAS e MONUMENTOS

João Gonçalves Zarco, Semeador, Autonomia, Trilogia dos Poderes, Infante D. Henrique[Rotunda do Infante-Funchal], João Gonçalves Zarco[Funchal: Av. Arriaga e Terreiro da Luta], D. Manuel Ferreira Cabral [Santana], Mary Jane Wilson [Funchal: R. Pedro José de Ornelas], D. Teodósio Clemente de Gouveia [S. Jorge], Nossa Senhora da Paz [Terreiro da Luta], São Francisco de Assis [C. de Lobos e Funchal: Jardim Municipal], Tristão Vaz [Machico], Centenário da Morte do Infante D. Henrique [Porto Santo]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira- Inventário*, Funchal, DRAC, 1996, Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, CMF, 1993

5 – A SOCIEDADE MADEIRENSE



TEMAS

5.1 – A estrutura da sociedade

5.2 – Os estrangeiros
- Genoveses, florentinos e venezianos
- Franceses e Flamengos
- Ingleses

5.3 – Colonização e Emigração
- A emigração no século XVIII
- A emigração no século XIX
- A emigração no século XX

Para saber mais ...
- Os escravos
- Os guanches
- A emigração insular a partir da Madeira
- Documentos: testemunhos sobre emigração

CONCEITOS

- Clero
- Nobreza
- Capela
- Vínculo
- Terceiro Estado
- Esclavagismo
- Guanche
- Homens bons
- Mesteres
- Colono
- Feitor
- Emigração

PERSONALIDADES

- João Esmeraldo
- Urbano Lomelino
- Henry Veitch

TEMAS DE DESTAQUE:
- *Procissão do Corpo de Deus*
- *Ofícios e seus patronos*
- *Italianos na Madeira*
- *Lombada da Ponta do Sol*
- *Capitulação da Madeira*
- *Emigração para o Brasil*
- *Emigração para Angola*
- *Emigração para a África do Sul*
- *Açoreanos e madeirenses no Hawai*
- *A literatura e a emigração*

CRONOLOGIA

ANOS	ACONTECIMENTOS
1454	D. Afonso V determinou o degredo para as Ilhas.
1454	O florentino João de Florença chega à Madeira.
1470	O genovês Urbano Lomelino estabeleceu-se na Madeira.
1480	O Genovês Luís Dória estabeleceu-se na Madeira.
1484	Os mesteres fazem ouvir a sua voz nas Vereações.
1498	D. Manuel concede facilidades à fixação de estrangeiros.
1660	D. Catarina de Portugal casa com Carlos II rei de Inglaterra.
1765	Estabelecimento de uma feitoria britânica na Madeira
1807	Capitulação da Madeira perante a ocupação inglesa.

A Estrutura da sociedade


Pormenor de gravura do século XIX.

A sociedade madeirense é resultado do processo de migração de colonos do reino e estrangeiros, completando-se com a mão de obra escrava das Canárias e Costa da Guiné.

O processo de povoamento foi faseado podendo-se definir três momentos:

- na década de vinte chegaram os aventureiros e companheiros de Zargo e Tristão;
- em meados da centúria surgiu novo grupo, atraído pela fama das riquezas da ilha, alguns deles filhos-segundos de famílias nobilitadas do norte que buscam neste espaço aquilo que lhes foi retirado no reino;
- a partir da década de sessenta, após a morte do Infante, foi o entusiasmo contagiante de estrangeiros, nomeadamente, dos oriundos das repúblicas de Itália, a quem as portas se abriram para promoção do mercado do açúcar.


Pormenor de gravura do século XIX.

O facto de a Madeira estar desabitada à chegada dos portugueses facilitou a fixação dos primeiros europeus, mas atribui-lhes redobradas responsabilidades no lançamento dos alicerces da nova sociedade. Aos primeiros obreiros e cabouqueiros seguiram-se diversas levas de gente necessária para o arranque da ocupação e valorização económica. A partir do núcleo inicial de povoadores, disseminados pelas diversas frentes de arroteamento da ilha, ganhou forma uma nova sociedade semelhante à do reino.

O grupo europeu teve uma importância primordial na formação da nova sociedade, sendo menor a presença de outros grupos étnicos. Os africanos (mouros, negros e **guanches**), que surgem na ilha sob a condição servil, desempenharam um importante papel no arranque da economia açucareira. Note-se que foi a partir da Madeira que se estabeleceram as bases para a aliança entre a mão-de-obra escrava e a cultura da cana de açúcar.

GUANCHE: quer dizer habitante da ilha de Tenerife, mas na tradição historiográfica portuguesa, que remonta a Gaspar Frutuoso, é entendido como todos os aborígenes das Canárias.

Os descobrimentos do século XV foram um processo nacional que envolveu as regiões do país e atraíu todos os estratos sócio-profissionais. Num movimento de migração de gentes como este são diversas as motivações. Há os que vão, de livre vontade, à aventura, e os que cumprem uma missão como funcionários da coroa ou que se dispõem a qualquer serviço na mira de uma compensação. A estes juntou-se um grupo com grande destaque em todo o processo, os degredados ou prisioneiros. No momento de organização das armadas de defesa das praças marroquinas, de ocupação das ilhas ou do Oriente, a coroa permitia aos seus organizadores o recrutamento de

homens entre os condenados em diversos delitos e os degredados.

A política de degredo, como forma de incentivo ao povoamento dos lugares ermos, não era novidade, pois vinha sendo utilizada para o povoamento do litoral algarvio e zonas fronteiriças de Castela. Era a coroa quem ordenava aos corregedores o destino a atribuir aos degredados. Estas orientações sobre o destino a dar aos degredados sucediam-se de acordo com a evolução do processo de povoamento do espaço atlântico: primeiro a Madeira, depois, os Açores, Cabo Verde e S. Tomé. A partir de 1454 D. Afonso V determinara, a pedido do Infante D. Henrique, que todos os homens condenados a degredo deveriam ir para "as ditas ilhas que então começava de povoar...". De entre estes chegaram até nós apenas dois casos para a Madeira; Lopo Gonçalves (1445) e Nuno Esteves (1451) viram a seu pedido. as suas penas de degredo comutadas para a Madeira O próprio rei, como forma de facilitar o recrutamento de povoadores, terá disponibilizado a João Gonçalves Zarco os foragidos da justiça e condenados das cadeias do reino, o que este não aceitou.

Esta ideia da presença e formação das sociedades insulares a partir deste grupo de renegados estava presente no imaginário do mundo ocidental. E foi com grande espanto que o inglês **Hans Sloane** constatou em 1687 que a sociedade madeirense era distinta.

A estrutura social começou a ser definida logo nos começos do povoamento, sendo a possibilidade de posse de terra o primeiro elemento diferenciador dos primeiros colonos. Tinham acesso a esta, sem qualquer impedimento, os "de maior qualidade" e aqueles que tivessem capacidade para as aproveitar. Já os que viviam "do seu trabalho de cortar e pilhar madeiras e das criações de gado" deveriam proceder ao seu aproveitamento num prazo de dez anos e só receberiam as terras que pudessem aproveitar neste prazo. Começa aqui a expresssar-se uma forma de diferenciação social assente na riqueza e posse da terra. Aliás, o estatuto social dos madeirenses foi definido de acordo com a origem familiar, a riqueza e depois o exercício do poder. A chamada aristocracia insular é herdeira desta situação.

De entre o grupo de povoadores merece referência os trinta e seis homens da casa do Infante D. Henrique, na maioria escudeiros ou criados, que assumiram uma posição relevante na estrutura administrativa e fundiária. A maioria pertencia ao numeroso grupo de filhos-segundos do reino ou à pequena aristocracia. A todos unia a ambição de títulos e bens fundiários.

A baixa condição social da maioria dos povoadores poderá estar na origem da atitude de João Gonçalves Zarco de solicitar ao rei quatro varões de qualidade para casarem com as suas **filhas**. D. Afonso V acedeu enviando Garcia Homem de Sousa,



Interior de casa madeirense. Gravura do séc. XIX

"E deu licença el-rei a toda a pessoa que quisesse vir com ele, para povoação das ditas ilhas, assim a do Porto Santo, como da Madeira. E mandou el-rei dar os homiziados e condenados que houvessem pelas cadeias, e Reino, dos quais João Gonçalves não quis levar nenhum, dos culpados por culpas da fé, ou traição, ou por ladrão, das outras culpas, e homizios levou todos os que houve, e foram dele bem tratados, e da outra gente que por sua vontade queriam buscar vida e fortuna, foram muitos, os mais deles do Algarve."

[Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, Coimbra, 19476, p.16]

"...considerando que esta ilha não foi habitada senão a partir da sua descoberta, no século XV, e que existe uma fama muito generalizada de que os seus habitantes seriam criminosos para aqui banidos, eu nada mais esperava encontrar que muita selvajaria e grosseria. Contudo, ao chegar a terra, verifiquei como vinha enganado porque em nenhuma outra parte encontrei cavalheiros mais educados e dotados de todo o civismo que se pode desejar (...)."

[Hans Sloane, *A Voyage to the islands...(*1687), in António Aragão *a Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal,1981, p.160]



Pormenor de gravura do século XIX.

"As filhas do Zargo por ser a terra nova e não haver na ilha com quem pudessem casar segundo o merecimento de suas pessoas, mandou o dito capitão Zargo pedir a sua Alteza homens conformes a sua qualidade para lhe dar suas filhas em casamento. E el-rei mandou quatro fidalgos donde procedeu a mais ilustre e nobre geração da ilha."

[Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, Coimbra, 19476, p.33]



Construção de Casa. Aguarela do século XIX

ASSALARIADO: aquele que vive apenas do seu salário e que não possui bens. Na Madeira do século XV estes misturavam-se com os escravos foragidos, sendo por isso considerados uma ameaça.

MESTER: o mesmo que ofício, corresponde à união de todos oficiais mecânicos do mesmo ofício.

Esta estrutura ficou conhecida como corporação e tinha por finalidade a assistência e defesa dos interesses do grupo. Destes apenas doze ofícios tinham representação nas procissões e vereação, formando aquilo que se designou por Casa dos Doze ou dos Vinte e Quadro.

A Procissão do Corpo de Deus

"Primeiramente besteiros com suas bestas almoinheiros com sua almoinha, pregoeiros, ganhadinheiros, albardeiros, almocreves, carniceiros com seu imperador e rei, tecelães, peleteiros com o gato paul, oleiros, telheiros, vidreiros, merceeiros, especieiros, boticários, corrieiros, sapateiros, odreiros, tosadores, alfaiates com a serpe, carpinteiros da ribeira e calafates, cordieiros, pescadores, pedreiros e carpinteiros da terra com os engenhos, vnhateiros, tanoeiros, com a torre, armeiros e barbeiros com o segitares, cirieiros e candieiros, ourives, corretores, moedeiros, mestres de açúcar, tabeliães, mercadores.(…)"

[Bernardete Barros e outros, A Festa Processional "Corpu Christi", no Funchal(sécs. XV a XIX, in *Actas do I Colóquinho Internacional de História da Madeira*. 1986, Funchal, 1989, p.348]

Diogo Afonso de Aguiar e Martim Mendes de Vasconcelos.

Note-se ainda que numa lista dos homens-bons da capitania do Funchal, elaborada em 1471, surgem apenas 10% de cavaleiros e 5% como fidalgos, sendo mais numeroso o grupo de escudeiros (36%). A partir de então o número aumentou mercê dos títulos, conquistados com a participação na defesa das praças marroquinas e de reconhecimento da costa africana, e do enobrecimento pela intervenção na estrutura administrativa e economia açucareira.

A expansão atlântica contribuiu para a nobilitação de algumas famílias. A forte atracção pela Madeira foi resultado da rápida fama da sua riqueza, que condicionou o impacto do surto imigratório. Esta situação repercutiu-se no movimento demográfico da ilha. Zurara, cerca de 1453, fala em 150 fogos, enquanto Cadamosto, em 1455, refere já 800 fogos.

Ao grupo de mando, ócio e façanhas bélicas no norte de África, associou-se uma numerosa plêiade de subordinados (**assalariados**, **mesteres** e escravos), que contribuiu para o progresso agrícola e mercantil da ilha. A sua importância na sociedade madeirense reforçou-se com o progresso económico da ilha.

Os mesteres, que desde 1481 reclamavam junto do senhorio o reconhecimento por parte do capitão da sua presença em câmara, só em 1484 fizeram ouvir a voz na vereação com a criação da *Casa dos Vinte e Quatro*. Dois anos mais tarde assumiram uma participação activa na procissão do **Corpo de Deus**. O lugar ocupado denuncia uma hierarquização dos ofícios, de acordo com o estabelecido em 1453 para Lisboa. A relação dos mordomos dos ofícios, feita no ano de 1486, pela vereação, indica-nos a estrutura sócio-profissional do Funchal: pedreiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, vinhateiros, tecelões, besteiros, hortelães, almueiros, pescadores, mercadores, almocreves, ourives, tabeliães e tanoeiros. Para os anos imediatos surgem-nos dados referentes à fiança e aos juizes dos ofícios (ferradores, ferreiros, barbeiros e moleiros) que testemunham a importância e dimensão adquirida pela estrutura oficinal.

Isto demonstra que rapidamente os portugueses criaram uma estrutura oficinal capaz de assegurar as necessidades básicas em artefactos e serviços. O isolamento e as dificuldades no contacto com a Europa, porque não permitiam uma frequência no seu abastecimento, assim o obrigavam.

A importância e fixação dos mesteres em determinadas áreas do burgo veio dar origem a ruas com o nome dos diversos ofícios. Daí a origem das ruas dos ferreiros, tanoeiros, caixeiros, etc.. Esta forma de arruamento dos ofícios prende-se também com a eficácia no controlo por

parte da vereação e as corporações dos ofícios

A vereação através dos procuradores dos mesteres e mesmo dos vereadores intervinha directamente na actividade das diversas oficinas necessárias ao normal funcionamento do burgo, uma vez que lhes estava acometido o encargo de controlo dos preços dos diversos serviços e produtos. Esta evidência ganhou grande expressão nas posturas aprovadas em vereação.

O desenvolvimento das pequenas indústrias e dos ofícios foi evidente no decurso do século XVI e paulatinamente as diversas corporações foram ganhando importância social, económica e política. A sua presença na vereação passou a ser assídua na defesa dos interesses da classe e na regulamentação da sua actividade.

A importância de cada ofício na sociedade está de acordo com o número de agentes, a importância da corporação, a presença na vida política local e a posição atribuída na procissão do Corpo de Deus. A cada grupo de ofícios correspondia um **santo patrono**, encarregando-se a corporação de cuidar do culto e veneração do mesmo. A corporação tinha ainda a seu cargo o **exame dos aprendizes,** feito por um juiz, que era um oficial-mecânico. Isto era uma da garantia da qualidade do serviço a prestar à sociedade por cada ofício. A Câmara intervinha no processo, procedendo ao registo da carta de examinação.

O Funchal, pela importância económica e demográfica que assumiu no arquipélago, foi o espaço predilecto de afirmação dos diversos ofícios, que se encontravam concentrados maioritariamente na freguesia da Sé. De entre os ofícios presentes é evidente uma forte presença dos sapateiros, pedreiros, carpinteiros, serralheiros, moleiros, marceneiros, tanoeiros, alfaiates e ferreiros.

A partir do levantamento dos ofícios de toda a ilha feito em 1862 sabemos que a maior concentração estava no Funchal seguido de Ponta de Sol, Câmara de Lobos e Calheta, sendo dominado pelas tecedeiras, seguidas pelas costureiras, sapateiros, moleiros e pedreiros. A partir desta data junta-se mais uma actividade feminina, a bordadeira que domina o conjunto das actividades artesanais.

Aos ofícios juntaram-se os trabalhadores braçais ou vivendo do soldo diário, dedicados às diversas tarefas no campo e no burgo. O serviço era onerado com a redízima. Este tributo, prejudicial ao exercício destas actividades, punha em causa a segurança da terra pois, segundo se dizia em 1466, conduzia ao aumento dos escravos. A mesma preocupação surge em 1489 com a presença massiva de madeirenses nas campanhas africanas. Isto demonstra que o grupo servil teve importância relevante na sociedade madeirense da segunda metade do século XV, o que gerou esta preocupação e a necessidade de regulamentar os movimentos e formas de convívio. Estão neste contexto as exigências de usarem sinal e de se recolherem à casa do senhor. Por outro lado ordenou-se a expulsão dos forros, com excepção dos canários que estivessem ligados à safra açucareira. Os **escravos** negros surgem

OFÍCIOS E SEUS PATRONOS

Ofício	Patrono
Alfaiates	Sto Homem Bom de Cremona
Barbeiros	S. Cosme e S. Damião
Caldeireiros	S. Guido
Camponeses	S. Jorge
Correeiros	Stº Elói
Curtidores	STº. António
Ferreiros	Stº Adriano
Carpinteiros e Tanoeiros	S. José
Padeiros	Stº Alberto
Pescadores	S. Brandão
Ourives	Stª Anastácia

NÚMERO DE MESTERES POR OFÍCIOS

Oficio	1770-1783	1783-1823	1827-1836
Alfaiates	53	28	10
Tecedeiras	19	33	58
Sapateiros	378	440	290
Surradores	4	6	1
Ourives	26	5	4
Ferrador	1		6
Caldeireiros	5	1	6
Serralheiros	30	1	17
Picheleiros	5		5
Funileiro	1		7
Armeiro	1		
Marceneiros	18	37	36
Torneiros	6		
Caixeiros	5	19	
Tanoeiros	66		44
Cerieiros	4	2	
Moleiros	44	14	230
Sombreireiro		1	
Curtidores		9	35
Serradores		2	
Ferreiros		17	
Latoeiros		2	1
Carpinteiros		65	1
Agrimensores		5	
Avaliadores		2	
Boteiros			15
Barbeiros			22
Seleiro			1
Torneiros			3
Fundidor			1
Oleiro			1

[Fátima Gomes, "Oficiais e ofícios mecânicos no Funchal (século XVIII a princípios do século XIX", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1989]



Negro tocando Tambor: Cadeirado da Sé do Funchal. Século XVI

"Todos os que habitam na Madeira(...) ou são livres, ou escravos. (...).

Homens livres há-os e duas espécies: nobres e plebeus. Nobres chamam àqueles que tiveram antepassados nobres e ilustres. E sucede que a esta pureza de sangue se junte também a riqueza, estes,(como também se usa na Itália), são muito estimados. Porém estes todo o seu cuidado e pensamento nos amores, nas caçadas e no manter cavalos e, mais do qualquer coisa, procuram conquistar e manter o favor do rei, do qual lhes vêm não só a riqueza, mas também as honras e dignidade. De modo que a corte está sempre cheia de nobres. E na verdade a nobreza é muito estimada junto dos Reis de Portugal, os quais, por isso, querem que se escrevam os nomes de todos aqueles que nascem de nobres. A estes não só quando grandes, mas também jovenzinhos, logo que vão para a corte, concedem-lhes um determinado subsídio, não só para os filhos mas também para os seus aios. Acontece que, para maior dignidade do cargo que desempenham, costumam os Reis dar-lhes o nome de escudeiros.". (...) a plebe da Madeira é um pouco mais livre que a de Portugal, pois não se dedicam tanto a ofícios mecânicos e a trabalhos vis, pois os escravos, na maior parte, pedem para fazer estes trabalhos e tudo o que ganham é a benefício do patrão." [Giulio Landi, *Descrição da Ilha da Madeira*(1530) publ. António Aragão, *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal,1981, pp.92-93)

maioritariamente na cidade como assalariados, vendedores de fruta ao serviço dos seus senhores, enquanto os guanches eram conhecidos como pastores e mestres de engenho.

O escravo persistiu na sociedade madeirense até à sua completa abolição no século XIX. Todavia, a partir do século XVII foi evidente uma diminuição da sua presença em favor dos arrendatários e colonos. As mudanças no sector produtivo reflectiram-se de forma directa na estrutura social e remeteram os escravos para uma posição secundária, passando a assumir o papel de criado no serviço doméstico. A necessidade de mão-de-obra escrava havia passado para segundo plano, com a perda da produção açucareira, e valorização que os mesmos tiveram nos novos espaços de ocupação europeia no continente americano.

O progresso sócio-económico do arquipélago acentuou a diferenciação de estatuto social entre os madeirenses. Esta situação espelha-se na forma de tratamento do senhorio e coroa pars com os moradores da ilha. Em 1425 o rei saudava apenas os fidalgos, cavaleiros, escudeiros e povo, mas em 1466 o senhorio detém-se apenas no grupo cujo estatuto depende da condição de nobre ou do exercício de funções: capitães, fidalgos, cavaleiros, juízes, vereadores, procurador e homens-bons. Já em 1494 a diferenciação social torna-se mais explícita surgindo o "*povo miúdo"* e os mesteres em oposição aos *"principais*", referindo-se em 1508 que estes últimos eram as pessoas *"honradas e de grandes fazendas*". Como vemos o estatuto social define-se não só pela origem, mas também, pela riqueza e exercício do poder. O processo da expansão portuguesa favoreceu ambos os grupos e permitiu que se misturassem, sendo difícil diferenciar um do outro.

A caracterização da sociedade madeirense está presente nos inúmeros testemunhos dos estrangeiros que desde o século XVI visitaram a ilha. De entre estes releva-se o testemunho de **Giulio Landi** (1530) que define a sociedade madeirense em dois grupos opostos: nobres e plebeus. Para a maioria dos visitantes britânicos aquilo que mais chama a atenção é o papel assumido pelo clero na sociedade madeirense, sendo incisivos na crítica que lhes fazem. Mesmo para um capelão anglicano como John Ovington (1689) espanta que "tantos ricos eclesiásticos podem ser sustentados com o labor de tão escassa população". Para os anglicanos a crítica ao clero católico era uma constante nos comentários e adquiriu foros de crítica mordaz em algumas das gravuras.

A maioria dos visitantes estrangeiros era sensível às condições de vida da população em geral, evidenciando o contraste entre a opulência do clero regular e secular, das principais famílias naturais da ilha e dos britânicos, e as condições infra-humanas em que vivia a demais população votada à actividade agrícola e oficinal. As diferenças são visíveis na casa de habitação, no vestuário e no que se serve à mesa. Algo que chamou a atenção dos visitantes

britânicos foi o elevado grau de mendicidade no Funchal. De acordo com Isabela de França (1853) "os pedintes são a maior praga da Madeira".

Todas estas clivagens da sociedade madeirense surgem como resultado das transformações sociais ocorridas a partir do século XVII. Na primeira linha do processo esteve a afirmação de morgados e **capelas**. A **vinculação** da terra, por meio de morgados ou capelas, foi o estratagema usado pelos proprietários para segurar a sua manutenção, uma vez que estas passavam a ser inalienáveis e indivisíveis, sendo a sucessão feita pelo filho varão. Esta situação obrigou à afirmação de novas relações de trabalho no sistema produtivo, surgindo o colono ou arrendatário a substituir o escravo.

O contrato de colonia é resultado deste processo de transformação do regime fundiário provocado pelas transformações económico-sociais. O afastamento do senhor da terra e a sua falta levou ao aparecimento desta figura intermédia a valorizar o sector produtivo. A situação rapidamente alastrou a toda a ilha de modo que em meados do século XIX mais de 90% da terra estava vinculada. O seu relacionamento com o senhor fazia-se por intermédio da figura do feitor, que exerciam sobre eles uma forte vigilância ao mesmo tempo que não se furtavam a excessos e especulações.

O sistema gerou ao longo dos tempos inúmeros conflitos entre os diversos intervenientes por oposição de interesses quanto às culturas, como pela opressão exercida com a venda da água e a partilha das colheitas. No século XVIII um movimento de colonos reivindicava a diminuição de metade para um terço da renda a pagar ao senhorio. As medidas de amortização do Marquês de Pombal foram ao encontro dos interesses dos morgados, facilitando a concentração da propriedade e o acesso dos ingleses à sua posse. A Revolução Liberal acabou com a situação, mas só em 1863 aconteceu a sua extinção. Esta crise do sistema no decurso do século XIX favoreceu a concentração da propriedade na comunidade britânica.

Os estrangeiros

A presença de estrangeiros é evidente desde os primórdios da ocupação da Madeira. Eles actuaram primeiro na condição de estantes e depois conseguiram a necessária naturalização que lhes permitiu uma participação activa na sociedade madeirense. O primeiro grupo, atraído pelo comércio do açúcar foi dominado pelos italianos, flamengos e franceses, seguindo-se os ingleses à procura do vinho e, finalmente, os sírios e os alemães à conquista do bordado.

A Madeira atraíu a partir de meados do século XV uma vaga de forasteiros, atraídos pela exploração do açúcar. Apenas as ordenanças limitativas de residência na ilha impostas pelos locais os



Gravura do século XIX

CAPELAS: era uma forma de afectação de património e rendimentos para assegurar o serviço religioso em honra do doador. Tanto pode significar uma capela isolada, próxima da casa de habitação, como inserida no templo que serve de sede à paróquia.

VÍNCULO: o conjunto de bens dum morgado ou capela.

"O sesmeiro rico enfastiou-se da vida campesina, ufanou-se da sua originária fidalguia e apeteceu vivenda de maior aparato e bulício, desprezou por isso a terra, vinculou-a na mira de assegurar-se dos réditos dela, contratou-lhe a cultura com os colonos mediante a demídia dos frutos para manter-se em ocioso gáudio; abandonou as suas fazendas e veio assentar residência luxuosas e desperdiçada nas povoações, principalmente no Funchal, Machico, Santa Cruz, Calheta, Ponta de Sol e Ribeira Brava."

[Álvaro Rodrigues de Azevedo, notas, in *Saudades da Terra*, Funchal, 1873]

impediram de uma maior penetração

. O monarca facultara a entrada e a fixação de italianos, flamengos, franceses e bretões, por meio de privilégios especiais, como forma de assegurar um mercado europeu para o açúcar. Esta influência foi considerada lesiva para os mercadores nacionais e coroa, pelo que se determinou a proibição de permanência na ilha como vizinhos.

O problema foi levado às cortes de Coimbra (1472-1473) e de Évora (1481), reclamando a burguesia do reino contra o monopólio, de facto, dos mercadores genoveses e judeus no comércio do açúcar e propondo que tal se fizesse a partir de Lisboa nas mesmas condições. O monarca, comprometido com a posição vantajosa assumida pelos estrangeiros, mercê dos privilégios que lhes concedera, actuou de modo ambíguo, procurando ao mesmo tempo salvaguardar os seus compromissos e atender às solicitações que lhe eram dirigidas. Assim estabeleceram-se limitações à residência de estrangeiros, fazendo-a depender de licenças especiais. Quanto à Madeira definiu-se a impossibilidade da vizinhança sem licença sua, ao mesmo tempo que se interditava a revenda no mercado local.

A Câmara do Funchal, baseada nestas ordenações e no desejo dos moradores, ordenou a sua saída até Setembro de 1486, no que foi impedida pelo duque. Somente em 1489 foi consensual o reconhecimento da utilidade da presença de estrangeiros na ilha. Deste modo João II ordenou a D. Manuel, Duque de Beja e senhor da ilha, que os estrangeiros fossem considerados como *"naturais e vizinhos de nossos reinos"*.

Os problemas surgidos no mercado açucareiro na década de 1490 conduziram ao ressurgimento da política xenófoba. Os estrangeiros passaram a dispor de três ou quatro meses, entre Abril e meados de Setembro, para comerciar os seus produtos, não podendo dispor de loja e feitor.

D. Manuel reconheceu em 1498 o prejuízo que as referidas medidas causavam à economia madeirense, afugentando os mercadores, revogando as interdições anteriormente impostas. A partir daqui as facilidades concedidas à estadia destes agentes forasteiros permitiram a assiduidade da sua frequência, bem como à fixação e intervenção na estrutura fundiária e administrativa.

"(...)vi por um alvará feito pelo escrivão dessa câmara em como mandastes que os estrangeiros estantes em essa ilha se fossem fora dela(...) o que ei por mal feito e vo-lo estranho muito porque coisa de tanta substancia não houveres de fazer sem meu mandado(...)Porém vos mando que tanto que este virdes logo levanteis vossa postura e não entendais nisso coisa alguma."
[Carta do Duque de 7 de Agosto de 1486, publ. In *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, 1973, pp.198-199]



Retrato Provavel de Urbano Lomelino

"(...) Havemos por bem e nos praz que possam estar e tratar nela de assento e como lhe mais aprouver quaisquer estrangeiros que quiserem como quer que até aqui tenhamos mandado o contrario (...)."
[Alvará régio de 22 de Março de 1498, publ. In *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, 1973, p.369-370]

Genoveses, Florentinos e Venezianos

No início a comunidade de mercadores **estrangeiros** na Madeira estava dominada pelos florentinos, genoveses e venezianos, a que se seguiam os flamengos e os franceses. Todos eles foram atraídos pelo tão solicitado ouro branco. Em especial florentinos e genoveses, conseguiram, desde meados do século XV, afirmar-se como os principais agentes do comércio do açúcar, alargando, depois, a actuação ao domínio fundiário, por meio da compra e laços matrimoniais.

"(...)genoveses e florentinos foram os grandes intermediários na exportação e venda do açúcar da Madeira, a partir dos meados do século XV.(...)os italianos se aferraram ao comércio de exportação do açúcar da Madeira, servidos por uma vasta rede comercial e financeira disposta sobre toda a Europa, fácil lhes foi também penetrarem, com o tempo, na posse de terras e transformarem-se então em produtores e proprietários na ilha da Madeira. (...)a Madeira terá sido para os italianos, em grande parte, a ilha do grande comércio de exportação do açúcar durante a segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI, até ao advento e triunfo da grande exportação do açúcar do Brasil em meados deste último século." [Virgínia Rau, *O Açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*, Funchal, 1962pp.30-32]

Italianos na Madeira .séculos XV e XVI

NOME	NATURAL	DATA
Simão Acciaiuolli	Florença	1509
Benoco Amatori	Florença	1503
Anequim	Génova	1513
João Antão	Génova	1505
Francisco Calvo	Génova	1509
Quírio e Rafael Catanho	Génova	1500
Luís Doria	Génova	1480
João de Florença	Florença	1454
João Baptista Gentil	Génova	1517
Lucano Grillo	Génova	1506
Nicolosso Justinhom	Génova	1512
Feducho e Pedro Lamoroto	Florença	1504
Francisco Lape	Florença	1524
Jerónimo Larqua	Génova	1517
Baptista e Urbano Lomelino	Génova	1470
João Baptista de Marim	Génova	1535
Benedito Morelli	Florença	1509

CARTA E NATURALIZAÇÃO

"Faço saber que a mim foi dito que por este Verão passado Baptista Lomelim meu servidor requerer algumas coisas que pertencem às rendas e direitos do Senhor Duque meu filho se fizeram algumas onjões contra ele dizendo que era estrangeiro e outras coisas que não hei por bem e porquanto o dito Baptista é homem que me tem muito servido e de que muito singular encargo tenho e que não tenho nas terras do dito senhor por estrangeiro mas como natural e criado e servidor o estimo. E me praz que seja honrado e tratado(...)."

[Carta do infante D. Fernando de 30 de Dezembro de 1476, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol XV, 1972, p.78]

A actividade comercial, principal móbil de fixação destes estrangeiros, não absorveu por completo a sua intervenção, pois que se subdividiam entre o comércio, o transporte, a banca, a produção e a administrações local e central. As primeiras actividades complementavam-se e garantiam-lhes um pecúlio vantajoso, enquanto a última lhes assegurava as condições e os meios preferenciais da sua acção.

Aquilo que mais favoreceu a presença desta comunidade italiana na ilha, para além do conhecimento dos "segredos" da produção e comércio do açúcar, foi a fácil **naturalização** de direito, adquirida por alvará régio, ou de facto, por meio do relacionamento matrimonial com as principais famílias da ilha.

A forma mais eficaz de naturalização e de plena intervenção do estrangeiro na vida do madeirense estava no casamento, que foi para muitos a via de penetração na sociedade e de conquista de uma posição de relevo ao nível fundiário e institucional. A sua adaptação foi rápida, surgindo desde muito cedo ao lado dos madeirenses na defesa da ilha contra as investidas dos corsários, como sucedeu em 1566, ou em África, na defesa das praças marroquinas.

A presença destes cidadãos das **Repúblicas de Itália** deriva, não só da sua implantação na Península Ibérica e manifesto empenho na revelação do novo mundo, mas também, do facto da ilha se tornar numa importante área de produção e comércio do açúcar. Assentaram morada nos portos ribeirinhos de maior animação comercial, evidenciando-se como mercadores, mareantes e banqueiros. Os de Génova e Florença, cidades de grande animação comercial e marítima, abriram, nos locais de fixação, novas vias para o comércio com o mercado mediterrânico.

Os genoveses acompanharam o périplo da cana-de-açúcar para Ocidente e depois além-Atlântico. O empenho genovês no mercado atlântico resulta da perda de posição no mercado mediterrânico, mercê da rivalidade com Veneza e das ameaças propiciadas com o avanço turco. A perda de influência no mercado açucareiro cipriota é compensada com a intervenção privilegiada nas ilhas atlânticas.

Foi, na realidade, a partir da década de setenta que o açúcar ganhou uma posição dominante na produção e comércio da ilha. A sua íntima ligação ao açúcar é manifesta quando procuramos indagar da sua presença em momentos de crise de produção e comércio da cultura. A partir da década de trinta da centúria quinhentista é difícil encontrar o seu rastro na ilha. Apenas os que nela criaram raízes familiares. Os demais debandaram rumo aos novos e mais promissores mercados.

As evidências desta realidade são notórias. Na década de 70, mediante o contrato estabelecido com o senhorio da ilha para o comércio do açúcar, detinham uma posição maioritária na sociedade criada para o efeito, sendo representados por Baptista Lomellini, Francisco Calvo e Micer Leão.

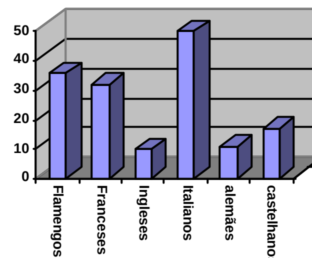
Os mercadores-banqueiros de Florença evidenciaram-se nas transacções comerciais e financeiras em torno do açúcar madeirense no mercado europeu. A partir de Lisboa, onde detinham uma privilegiada posição junto da coroa, mantiveram uma extensa rede de negócios que abrangia a Madeira e as principais praças europeias. Primeiro conseguiram, por meio do contrato com a Fazenda Real, o quase exclusivo comércio do açúcar resultante dos direitos reais. Depois apoderaram-se do açúcar em comércio, tomando o exclusivo dos contingentes estabelecidos pela coroa, em 1498.

A manutenção desta rede de negócios fazia-se por intervenção directa dos mercadores ou com o recurso a procuradores e agentes substabelecidos.

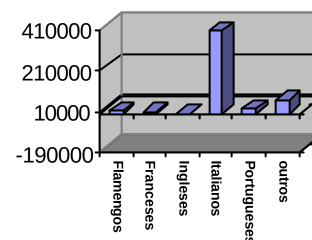
Não obstante os obstáculos colocados pelos madeirenses, podemos considera a sua presença na ilha como benéfica. Estes, para além de propiciarem o desenvolvimento das relações de troca em torno do açúcar, foram portadores de novas técnicas e meios de comércio, imprescindíveis para as dimensões que o trato assumiu. De entre estes destacam-se os florentinos que promoveram as companhias e sociedades comerciais e o uso das letras de câmbio nas vultuosas operações comerciais.

O negócio do açúcar foi promovido pelos mercadores que, através de familiares e amigos, lançaram uma rede que atingiu as principais praças europeias. O domínio atingiu, não só as sociedades criadas no exterior com intervenção na ilha, mas também, o numeroso grupo de agentes ou feitores e procuradores substabelecidos no Funchal.

A afirmação desta comunidade mercantil na sociedade madeirense foi acentuada. O usufruto de privilégios reais e o relacionamento familiar conduziram à plena inserção na aristocracia terra tenente e administrativa. Foram proprietários e mercadores de açúcar, dominando as terras de melhor e maior produção. Também não se coibiram de intervir na vida local, desde a vereação às repartições da Fazenda Real, áreas administrativas cuja acção tinha incidência na economia açucareira. Foram almoxarifes e provedores da fazenda, como responsáveis pela arrecadação dos direitos reais e rendeiros.



Mercadores estrangeiros na Madeira. Século XVI



Mercadores estrangeiros e o Comércio do Açúcar em arrobas . 1490-1550



Capela do Espírito Santo, da Casa de J. Esmeraldo na Lombada da Ponta de Sol(o presente edifício é do séc. XVIII)

LOMBADA DA PONTA DO SOL

Da Tabúa pouco mais de meia légua está a Lombada de João Esmeraldo, de nação genovês, que chega do mar à serra, de muitas canas de açúcar e tão grossa fazenda, que já se aconteceu fazer João Esmeraldo vinte mil arrobas de sua lavra cada ano, e tinha como oitenta almas suas cativas entre mouros, mulatos e mulatas, negros, negras e canários. Foi esta a maior casa da ilha e tem grandes casarias de aposento, e engenho, e casas de purgar, e igreja.

E depois do falecimento de João Esmeraldo, ficou tudo a seu filho Cristóvão Esmeraldo, que o mais do tempo andava na cidade do Funchal sobre uma mula muito formosa, com oito homens detrás de si, quatro de capa e quatro mancebos em corpo, filhos de homens honrados, muito bem tratados, e trazia grande contenda com o Capitão do Funchal sobre quem seria provedor da Alfândega de el-Rei, que é uma rica coisa de renda de Sua Alteza e ricas casarias. Casou João Esmeraldo na ilha com Águeda de Abreu, filha de João Fernandes, senhor da Lombada do Arco. [Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, p.124]

Franceses e Flamengos

Franceses e flamengos, a exemplo dos cidadãos das diversas cidades-estado italianas, surgem, desde finais do século XV, atraídos pelo comércio do açúcar, mas sem criarem raízes na sociedade insular. O interesse estava única e exclusivamente na aquisição do açúcar a troco dos artefactos, alheando-se da realidade produtiva e administrativa. **João Esmeraldo**, António Leme e os irmãos Henrique e Guirarte Terra Nova são a excepção.

Os franceses pautaram a sua presença na ilha por uma activa intervenção no comércio do açúcar da primeira metade do século XVI. Eles iam referenciados com frequência nas comarcas do Funchal, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Calheta, onde adquiriam grandes quantidades de açúcar que transportavam em embarcações próprias aos portos franceses.

A presença flamenga torna-se visível a partir da década de setenta do século XV, estabelecendo uma rota directa de comércio de açúcar entre a Madeira e as praças de Bruges e Antuérpia. Uma das mais evidentes contrapartidas deste relacionamento comercial está ainda hoje visível no presença das diversas oficinas de pintura da Flandres, dispondo a Madeira de uma das mais importantes e valiosas colecções de arte flamenga fora do seu espaço.

A tradição anota a troca de açúcar por quadros nas oficinas da Flandres, mas a informação documental é distinta, pois aquilo que podemos testemunhar é apenas a oferta que os feitores portuguêses fizeram a Albrecht Durer de pães, conservas e boiões de açúcar em compota. O que aconteceu foi que muitos dos lavradores e comerciantes se serviram dos intermediários flamengos do comércio do açúcar para fazer as suas encomendas de pinturas nas oficinas da Flandres que por sua vez pagavam com os lucros do comércio do açúcar.

De entre as diversas encomendas feitas por particulares destaca-se o *Tríptico da Capela dos Reis Magos*(Ribeira Brava), de Diogo de Teive, *Tríptico da descida da Cruz*(Santa Cruz) de **Urbano Lomelino**, *Adoração dos Reis Magos*(Machico) de Branca Teixeira, *Tríptico da Encarnação* de António Mialheiro, *Santa Maria Madalena* de Isabel Lopes, *Tríptico de Santiago Menor e São Filipe* de Simão Gonçalves da Câmara, todos eles hoje disponíveis no Museu de Arte Sacra do Funchal. Devemos acrescentar o *retábulo dos Reis Magos*, ainda hoje existente na capela com o mesmo nome do Estreito da Calheta, instituída por Francisco Homem de Gouveia no século XVI.

Ingleses

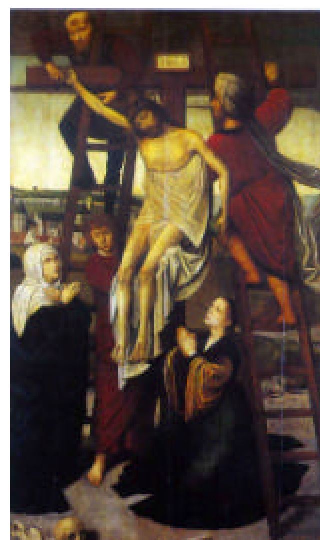
Em 1873 **Álvaro Rodrigues de Azevedo** chamava a atenção para a posição assumida pelos ingleses na Madeira, sendo corroborado em 1924 pelo testemunho de **Raul Brandão**. O cosmopolitismo britânico era um facto e coroava todo o impacto da sua histórica presença. Os ingleses foram os últimos a se envolverem pelo fascínio da ilha mas os que mais deixaram marcas visíveis da sua presença. A eles se deve a descoberta das qualidades terapêuticas, as espécies botânicas e a fruição das belezas do interior, em passeios a pé, a cavalo ou em rede.

A afirmação da hegemonia britânica no Atlântico e Índico, a partir do século XVII, fez com que a Madeira se transformasse num dos pilares deste vasto império, uma base imprescindível para o corso marítimo e porto obrigatório de abastecimento das embarcações do comércio de vinho. No século XVIII ficou reforçada a vocação atlântica, contribuindo para isso o facto dos ingleses não dispensarem o porto do Funchal e o vinho madeirense na sua estratégia colonial. Os diversos **Actos de Navegação** (1660, 1665), corroborados pelos tratados de amizade, como o de **Methuen** (1703), abriram o caminho para que a ilha entrasse na área de influência do mundo inglês. A presença e importância da feitoria inglesa, no século XVIII, é uma realidade. A Madeira funcionava para os ingleses como uma colónia com um papel fundamental nas ligações entre a metrópole e as possessões americanas e das Índias Ocidentais e Orientais.

A presença de armadas inglesas no Funchal era constante e o relacionamento com as autoridades locais sempre foi amistoso, pois eram recebidos pelo governador com toda a hospitalidade. Destas relevam-se as de 1799 e 1805, compostas, respectivamente de 108 e 112 embarcações. Era também assídua a presença de uma esquadra inglesa a patrulhar o mar madeirense Os britânicos concretizaram uma velha ambição, fazendo da ilha mais um recanto de Sua Majestade. O primeiro indício desta apetência surgiu em 1660 com as negociações para o dote do casamento da infanta portuguesa D. Catarina com o rei inglês Carlos II em que a parte inglesa terá reivindicado a inclusão da ilha da Madeira. A situação baseava-se no facto da infanta ser detentora de uma doação de 1656.

A conjuntura política decorrente das ambições imperiais de Napoleão Bonaparte repercutiu-se de forma evidente no espaço atlântico, provocando uma alteração no movimento comercial. O mútuo bloqueio continental entre a França e a Inglaterra lançou as bases para uma nova era na economia atlântica. Os tradicionais circuitos comerciais que se iniciavam e finalizavam nos portos europeus, desapareceram.

"(...) para o dito oratório de sua fazenda comprem um retábulo grande que tome de parede a parede o qual terá no meio a imagem de Nossa Senhora da Piedade e de um cabo S. João Baptista e do outro Santo António e das bandas de fora terá uma parte de São Francisco e da outra São Bernardino e em o dito retábulo ao pé dele disse que lhe porão suas armas e disse que o dito oratório se chamava Santa Maria Piedade."
[Testamento de Urbano Lomelino de 9 de Julho de 1518, in Jorge Valdemar Guerra, "O Convento de N. S. Da Piedade de Santa Cruz. Subsídios para a sua História", in *Islenha*, 20, 1997, p.148]



Painel central do Tríptico da Descida da Cruz. Museu de Arte Sacra

"A Madeira está em grande parte anglizada, na raça, nos costumes, na propriedade, no comércio, na moeda; e a língua inglesa é aqui a mais falada depois da nacional. Se nós somos imprudentes em dizer isto, o que são os governos se o ignoram? E pior, se não o ignoram, pois que o não evitam, o que serão? Só o brio português nos mantém portugueses". [Álvaro Rodrigues de Azevedo, notas, in *Saudades da Terra*, Funchal, 1873]

"Esta ilha é um cenário e pouco mais-cenário deslumbrante com pretensões a vida sem realidade e desprezo absoluto por tudo o que lhe não cheira a inglês. Letreiros em inglês, tabuletas em inglês e tudo preparado e maquinado para inglês ver e abrir a bolsa" [Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas*, s.d. p.190]

"Art 1: Sua Majestade Sagrada o Rei de Portugal compromete-se, tanto em seu próprio nome como no dos seus sucessores, em permitir daqui por diante, em Portugal, os panos de lã e as manufacturas de lã britânicas, como era costume até ser proibido por lei; contudo sob a seguinte condição:
Artº.2: A qual é, que Sua Majestade Real Britânica fique, em seu próprio nome e no dos seus sucessores, obrigada, daqui por diante, a permitir a entrada de vinhos portugueses em Inglaterra, de tal modo que em qualquer altura, haja paz ou haja guerra entre os reinos de Inglaterra e da França, nada mais será pedido por esses vinhos, sob o nome de taxa ou imposto, ou sob qualquer outro título, directa ou indirectamente, na sua importação pela Inglaterra em barris ou outros recipientes, do que o que for pedido por igual quantidade ou medida de vinho francês, deduzindo ou abatendo a terça parte do imposto."

[Tratado de Methuen d e27 de Dezembro de 1703, in Sandro Sideri, *Comércio e Poder, Lisboa*, 1970, p.69]

"Hei por bem fazer-lhe mercê da ilha da Madeira com todos os seus lugares (...) que sempre ficarão da provisão da coroa assim da maneira que eu hoje possuo aquela ilha, (...) e melhor se melhor puder ser, com toda jurisdição crime e cível, mero e mixto império, e com todas as prerrogativas que são nas doações da Casa de Bragança."

[Carta de doação da ilha da Madeira à Infanta D. Catarina de 1 de Novembro de 1656, considerada apócrifa]

A Madeira funcionou no século XVIII como motivo despertador da ciência e cultura europeia. A ilha, com a filosofia das luzes, passou de modelo e campo experimental dos descobrimentos a novo campo experimental da ciência, funcionando como escala das expedições científicas.

Foi também hospital para a cura da tísica pulmonar ou de quarentena na passagem do calor tórrido das colónias para os dias frios e nebulosos da vetusta cidade de Londres. Eles lançaram os caminhos do turismo que teve na comunidade britânica um forte incentivo. W. Reid foi um dos principais promotores e o Hotel Reid's é uma das manifestações visíveis desta época.



Hotel Reid's, construído em 1891 por William Reid

O bloqueio não foi assumido e fiscalizado na totalidade. E significou apenas a alteração de algumas rotas comerciais. A Madeira perdeu os portos do reino e do norte da Europa, mas em contrapartida ganhou nos contactos com os Açores e com as colónias inglesas do Índico.

Perante tudo isto só faltava hastear a bandeira no torreão do palácio de S. Lourenço, proclamar a soberania britânica na ilha e reclamar do madeirense o juramento de fidelidade a Sua Majestade. Esta situação persistiu até 1814. Note-se que anos antes (entre 24 de Julho de 1801 e 25 de Janeiro de 1802) a conturbada conjuntura europeia e os pactos estabelecidos pela velha aliança levaram a que os ingleses se limitassem apenas a ocupar a ilha, mantendo-se a soberania portuguesa.

Os ingleses, fiéis às ordens de Sua Majestade acataram as determinações régias de 16 de Maio de 1806, favorecendo, inevitavelmente, a Madeira. A partir daqui todas, ou quase todas as embarcações que se dirigiam aos portos franceses e castelhanos foram desviadas para a Madeira. As principais casas comerciais reforçaram a sua posição, acabando por dominar o mercado da exportação do vinho e de importação de artefactos e alimentos.

A posição privilegiada dos ingleses está expressa no estabelecimento a partir de 1765 da feitoria britânica. De acordo com os tratados, eles usufruíam de regalias especiais, sendo isentos dos direitos de exportação do vinho, e dispunham de conservatória e juiz privativo. O século XIX marcou o fim desta situação, primeiro com a perda do juiz em 1812 e a definitiva extinção da feitoria em 1842.

A feitoria, através das cotizações dos mercadores, construíu o cemitério britânico em 1808 e a Capela da Sagrada e Indivisa Trindade em 1822. A mesma manteve no hospital da Misericórdia uma enfermaria para uso exclusivo da comunidade.

Os reflexos desta presença ainda estão visíveis em muitos espaços da cidade principalmente dos arredores, onde adaptaram ao seu gosto as antigas casas solarengas em boa hora adquiridas por via da política de desamortização dos senhorios. Algumas das actuais quintas são fruto desta realidade.

Os ingleses ao mesmo tempo que se serviam da ilha para a afirmação da estratégia colonial, procuraram fruir da riqueza controlando o comércio do vinho e desfrutar das belezas e clima ameno, fazendo do Funchal uma das mais importantes estâncias de Inverno e de cura da tísica pulmonar. Deste modo podemos afirmar que foram eles que definiram o mercado do vinho nos séculos XVII e XVIII, lançaram as bases do turismo madeirense e divulgaram, em estudos científicos, a fauna e flora do arquipélago. Tudo isto porque a

coroa portuguesa preferiu entregar o controlo da ilha aos súbditos de Sua Majestade através das cedências expressas nos inúmeros tratados luso-britânicos.

Colonização e emigração

A construção da sociedade atlântica foi resultado do movimento de populações provocado pela expansão europeia a partir do século XV. As ilhas assumem que, num primeiro momento, haviam sido os principais receptores, assumem de imediato a função de centros difusores de mão-de-obra especializada para a expansão da cultura e tecnologia dos novos produtos da economia agrícola atlântica.

As ilhas foram sempre espaços de permanente movimento de populações, funcionando esta situação como válvula de escape para as limitadas possibilidades do espaço. A posição e protagonismo no processo de expansão europeia condicionou esta constante das sociedades insulares. A posição charneira do arquipélago madeirense no traçado das rotas oceânicas de ida e o facto de ter sido o primeiro espaço de ocupação e valorização económica condicionou a primeira leva e fez com que os madeirenses estivessem presentes em todos os espaços onde os portugueses chegaram, por força da actividade comercial e das armas. A sociedade atlântica teve assim as suas raízes na Madeira.

O primeiro movimento de migrações insulares foi resultado de vários factores. Para uns foi o espírito de aventura e serviço da coroa que os levou às façanhas no Norte de África, em África ou no Índico. Outros há que foram forçados a sair pela falta de meios, pela crença religiosa, como foi o caso dos judeus, ou em fuga à alçada da justiça.

A própria coroa promoveu este movimento, primeiro de técnicos experimentados na cultura dos canaviais e fabrico do açúcar e, depois, de casais com o objectivo de garantir a posse das terras brasileiras e angolanas.

A emigração no séc. XVIII

A emigração do século XVIII enquadra-se ainda no contexto da ocupação e colonização dos novos espaços, correspondendo a um objectivo político decorrente das rivalidades entre portugueses e castelhanos quanto à definição das fronteiras do território da América do Sul. Pelo Tratado de Madrid (1750) a delimitação das fronteiras foi estabelecida de acordo com as barreiras naturais e o direito de "uti possidetis", isto é, a posse estava assegurada aos territórios que estavam ocupados. Enquanto aconteciam as negociações para a assinatura do tratado, Alexandre de Gusmão, o negociador português, propôs à coroa a colonização do sul do Brasil por casais das ilhas, recomendando o envio de 4000 casais para Rio

CAPITULAÇÃO da MADEIRA

"Artigo 1º. Desde a assinatura do presente tratado a ilha da Madeira e suas dependências serão entregues aos comandantes das forças de sua majestade britânica para serem conservadas e governadas por sua dita majestade com os mesmos direitos, privilégios e jurisdições com que até agora os gozou a coroa de Portugal.

Artigo 2º. Concordaram além disto em que a dita ilha seja evacuada e reentregue a sua alteza real, seus herdeiros ou sucessores, logo que a entrada e saída nos portos de Portugal e suas colónias for livre como até agora, e quando a soberania de Portugal emancipada mostre estar livre do jugo e influência da França. (...)"

[Capitulação de 26 de Dezembro de 1807, publ in Alberto A Sarmento, *Ensaios históricos da Minha Terra,. Ilha da Madeira*, Funchal, 1952, vol. III, pp.178-179]



Henry Veitch. (-/1857). Foi cônsul britânico na ilha(1809-1828 e 1831-35)e um dedicado comerciante que usou a sua fortuna em benefício da ilha. Aqui construíu imponentes aposentos à rua 5 de Outubro, hoje Instituto do Vinho da Madeira, a quinta Calaça e a quinta do Jardim da Serra, onde repousa num mausoléu erguido para o efeito.

Foi ele quem recebeu em 1815 o derrotado imperador da França, Napoleão, na sua viagem para o exílio em Santa Helena.

"Os negociantes ingleses, que se calcula não ultrapassar uma dúzia, seguem a maneira de viver inglesa característica das suas cidades e casas de campo. Enfastiados da cidade, recreiam-se nas suas propriedades rurais...[John Ovington, A *Voyage to Suratt in the year 1689* in António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p.93.

Grande de S. Pedro e a ilha de Santa Catarina.

A primeira solicitação no sentido da colonização do sul do Brasil com casais das ilhas aconteceu em 1742 a pedido do Governador de Santa Catarina. Todavia só a partir de 1748 a coroa apostou nesta medida financiado e promovendo a saída de madeirenses e açorianos. Para o período de 1748 a 1756 temos mais de 6000 ilhéus que abraçaram este projecto. Os madeirenses referenciados até ao momento são superiores a um milhar. Da lista destes matriculados entre 1747 e 1751 surgem 226 casais, num total de 1277 pessoas. Depois desta data temos o registo de outra leva de madeirenses que acabou tragicamente num naufrágio no litoral da Baía em 1756. Foram 535 pessoas que viram os seus sonhos desfeitos na costa brasileira, tendo perecido quase todos, uma vez que só se salvaram 11 mulheres e alguns homens que fugiram para a mata e não quiseram mais embarcar.

O processo de migração de populações insulares que aconteceu até ao século XVIII enquadra-se na dinâmica decorrente da expansão europeia, sendo os momentos de maior impacto resultado das dificuldades internas e solicitações dos novos espaços. Já a emigração a partir do século XIX é fruto do processo de internacionalização do trabalho, provocado pela necessidade de mão-de-obra para substituir os escravos nos espaços onde desde 1834 foi acontecendo a abolição do tráfico dos mesmos.



Camponeses. Aguarela. Século XIX

Vimos muito espalhar
portugueses no viver,
Brasil, ilhas povoar
e às Índias ir morar,
natureza lhes esquecer

Vemos no reino meter
tantos cativos, crescer,
e irem-se os naturais,
que se assim for, serão mais
eles que nós, a meu ver

[GARCIA DE RESENDE, 1534]



Camponeses. Aguarela. Século XIX

A emigração no séc. XIX

A emigração do século dezanove assume características diferentes das migrações anteriores. Até então estávamos perante uma saída de acordo com as solicitações externas em que se aliava o desejo de aventura aos interesses económicos e políticos. O movimento de gentes, de iniciativa da coroa ou particular, regia-se por motivos colonizadores. A partir do século XIX foram os impulsos internos que conduziram à saída forçada dos insulares. A terra que os recebera há quatrocentos anos apresentava-se agora madrasta, incapaz de satisfazer as necessidades vitais e, por isso mesmo, impelia-os para a esperança americana.

A emigração foi uma constante da sociedade madeirense, na segunda metade do século XIX sendo alimentada pelas incessantes solicitações do mercado internacional da mão-de-obra como pelas difíceis condições de vida dos madeirenses provocadas pela crise económica, ou pela forma opressiva como se definiu o sistema de propriedade da terra, através do contrato de colonia. A emigração era assim considerada a única fuga possível à fome como a esta servidão.

Matrícula de Casais Madeirenses para o Brasil.1747-1751

Concelho	N.º	%
Funchal	473	34,5
Câmara de Lobos	364	26,5
Calheta	8	1,0
Machico	85	6,0
Ribeira Brava	82	6,0
Ponta de Sol	157	12,0
Porto Moniz	6	0,5
Porto Santo	6	0,5
Santana	7	0,5
S. Vicente	88	6,5
Santa Cruz	11	1,0
Não identificado	65	5,0
TOTAL	**1352**	100

Fonte: Maria Licínia Fernandes dos Santos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, 1999.

Causas da emigração

No século XIX as condições não foram favoráveis ao

madeirense. A crise do comércio e produção do vinho pautou a conjuntura económica, provocando crises de fome. Destas ficou conhecida a de 1847, quando era governador Civil José Silvestre Ribeiro. Do outro lado do Atlântico estávamos perante um momento de euforia económica, com a mineração ou safra agro-industrial, que não se compadecia com as medidas de abolição da escravatura. Perante isto o ilhéu, desapossado da terra pelo regime sucessório e de mando económico, abandonou o próprio meio e saíu rumo a estes destinos, aliciado pelas propostas dos engajadores ao serviço dos ingleses que os procuravam para substituir a mão-de-obra escrava. Por esta razão, muitos políticos da época consideravam esta forma de recrutamento de mão-de-obra como uma nova escravidão, ou seja, uma "escravatura branca".

Nos anos de 1844 - 46, o proselitismo religioso, protagonizado por R. Kalley, veio a forçar a saída de muitos madeirenses que haviam aderido ao protestantismo, quando o Estado decidiu persegui-los.

A segunda fase da diáspora, mais importante que a primeira, atingiu o apogeu a partir de 1847, sendo resultado da crise económica, agravada depois pela situação da viticultura. As doenças que atacaram a cultura da vinha (o oídio em 1852 e a filoxera em 1872) deitaram por terra a única esperança económica dos madeirenses, obrigando-os a sair rumo às ilhas de Hawai.

Destino dos emigrantes

O continente americano foi o principal porto de destino da emigração madeirense no século XIX, recebendo 98% dos emigrantes saídos da Madeira. São três as principais áreas de destino: Antilhas inglesas, América do Norte e Brasil. As Antilhas inglesas foram o principal mercado receptor da mão-de-obra madeirense com 86% dos saídos legalmente, que se distribuíram de forma irregular por St. Kitts, Suriname, Jamaica e Demerara, áreas conhecidas do madeirense e ligadas à ilha através do comércio do vinho. Demerara pode ser considerado o principal destino dos emigrantes, tendo recebido 70%. Apenas entre 1841 a 1889 recebeu 36724 madeirenses.

Os dados disponíveis dão conta de dois momentos da **emigração**: a década de quarenta e as de setenta e oitenta. O último coincide com o aparecimento de um novo destino, o Havai. Demerara foi nas décadas de quarenta e cinquenta, o *Eldorado* do madeirense, disputando esta posição nas décadas de setenta e oitenta com o recém-descoberto paraíso havaiano. No período de 1853 a 1881 entraram nas Antilhas inglesas mais de quarenta mil madeirenses, maioritariamente para a ilha de Demerara.

A emigração para as ilhas Canecas (Sandwich, Havai) surge a partir de 1878 mercê da acção da agência de



Camponeses. Gravura do século XIX

"O governo inglês foi o primeiro que em 1817, suscitou a supressão da escravatura negra da costa d'África,(..)Todavia alguns súbditos daquele governo(...) são hoje os que, por um infernal espírito de ambição, se desvelam em comprar, e vender, -como escravos, - homens brancos, filhos da Ilha da Madeira!... Para lhes darem fim com maus tratos nas mais árduas tarefas em suas possessões, - que são piores, que terras de degredo!.."[in *Echo da Revolução*, nº.7]

"Os acontecimentos religiosos porque passou este distrito deram lugar à espantosa emigração do ano de 1846, e estes seguidos da fome de 1847 tornaram a emigração assustadora—depois a depreciação do preço dos nossos vinhos, em seguida a completa falta deles, tudo isto fez que até 1854 a emigração continuasse com mais força".[*A Reforma*, 1858]

"Não, dizemos nós, não emigrem, não se vendam aos traficantes da carne, não vão ser escravos em Demerara e no Brasil, não é lá que está o remédio aos males que sofrem; é aqui que hão-de encontrar, conservando-se como cidadãos livres, e usando do direito que a lei fundamental do estado faculta."
[*O Funchalense*, nº.24, 1859]

"A emigração é um grande mal; esta pobre terra vai ficar deserta, mas antes contemplá-la no seu estado primitivo do que coberta de cadáveres emaciados pela fome."[José Silvestre Ribeiro, doc. de 6 de Fevereiro de 1847]

W. H. Hillebrand, residente à data no Funchal, que a solicitação do governo de Honolulu, lançou um novo destino e rota da emigração madeirense. O primeiro grupo de casais seguiu no navio "Priscilla" e demorou cento e vinte dias a alcançar o arquipélago. A duração e dureza do cruzeiro, do Funchal a este recôndito arquipélago no Pacífico, não foi óbice à sua abertura, pois as promessas aliciadoras das autoridades compensavam o risco da demorada viagem.

A chegada a Honolulu, a 30 de Setembro de 1878, do navio "Priscilla" com o primeiro grupo de madeirenses foi saudada pela imprensa da comunidade havaiana. Das vinte e sete embarcações que aportaram ao referido arquipélago, dez eram provenientes da Madeira, nove dos Açores e oito tiveram escalas diversas na Madeira, Açores e Continente. Os navios das ilhas transportaram 18.285 (78%) insulares, sendo 4.352 (18%) da Madeira e 6.533 (27%) dos Açores.

A viagem para estas ilhas do Pacífico foi para muitos uma aventura sem retorno. As difíceis condições de vida a bordo em tão longa travessia não eram as melhores como nos testemunham alguns dos sobreviventes. É o caso do diário da viagem de João Baptista de Oliveira e Vicente Ornelas, que saíram do Funchal a 8 de Novembro de 1887 no navio "Thomas Bell" e que só atingiu o seu destino a 14 de Abril de 1888, após 156 dias de viagem.

Com a assinatura em 1882 do tratado de emigração entre Portugal e o Havai ficaram estabelecidas as regras reguladoras do movimento emigratório das ilhas e continente para este arquipélago, ao mesmo tempo que foram criadas as condições para que ele aumentasse. Foi neste momento que se atingiu o maior volume da emigração madeirense. A emigração para estas paragens tinha um tratamento privilegiado, existindo no governo civil um livro para o registo dos passageiros que embarcaram para lá. A partir dele sabe-se da saída, em 1883, de 2293 madeirenses nos navios *Hancow*, *City of Paris* e *Bourdeaux*. Esta forma de emigração contribuiu para o rápido enraizamento do madeirense na sociedade dos locais de destino.

A conjuntura emigratória oitocentista condicionou a taxa decrescimento da população na Madeira. Assim, este valor que, entre 1864 e 1878, havia sido de 18% passa para 2% no período de 1878-90. A situação agravou-se, porque estávamos perante uma emigração familiar.

Em todos os destinos de emigração os ilhéus mantiveram vivas as tradições culturais acabando algumas por ser assimiladas por estas sociedades. A par disso juntam-se as associações e a imprensa em língua portuguesa que actuaram como factores revitalizadores da língua e cultura portuguesas.

Emigração madeirense. 1834-1871

DESTINO	N.º Emigrantes
África	12
América do Sul	55
Europa	7
Índia	10
Demerara	16400
Antilhas em geral	35151
Brasil	2726
EUA	418
TOTAL	**54779**

Fonte: Alberto Vieira, A Emigração madeirense na segunda metade do século XIX, in *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, 1993



Monumento ao Emigrante. Escultura de Franco Fernandes de 1982

EMIGRAÇÃO . movimento no século XIX

No período de 1834 a 1872 saíram mais de trinta mil madeirenses com destino ao Brasil e Antilhas. Só a ilha de Demerara recebeu entre 1841 e 1889 cerca de quarenta mil, e o Hawai, entre 1878 e 1913, atraíu mais de vinte mil.

O maior número de madeirenses que saiu com destino a Demerara teve lugar nas décadas de quarenta e cinquenta em que estão contabilizados 26331. Isto conduziu que os portugueses, e de forma especial os madeirenses, se evidenciassem no conjunto das comunidades étnicas de emigrantes em que se incluíam os africanos e indianos. Assim na década de quarenta os portugueses representam 39% do total destes e cerca de 6% do população da ilha.

As décadas seguintes iriam provocar um desvio no rumo dos madeirenses, solícitos às campanhas doutros mercados. Deste modo na década de oitenta o *Eldorado* era sinónimo da Havai. O colapso da indústria açucareira em Demerara em contraste com o seu incremento nas ilhas ditas Canecas levou a este desvio. A demora da viagem não travou as esperanças de muitos que nem sequer tiveram oportunidade de vislumbrar o porto de destino.

A EMIGRAÇÃO PARA ANGOLA

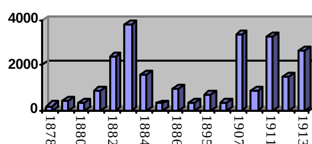
Depois da independência do Brasil, o problema estava na necessidade de canalizar o fenómeno da emigração para as colónias portuguesas, nomeadamente em África, também como resultado da política europeia. Por isso, na segunda metade do século dezanove, a aposta estava em Moçambique e Angola, sendo de realçar, no último caso, os planaltos de Moçamedes (1853 e 1888) e Huíla (1884-85).

A partilha do continente africano entre as potenciais europeias, na segunda metade do século dezanove, obrigou Portugal a promover a colonização dos espaços africanos. Enquadra-se neste espírito a ida em 1881 do primeiro grupo de madeirenses para o planalto de Huíla onde fundaram a colónia de Sá da Bandeira (Lubango).

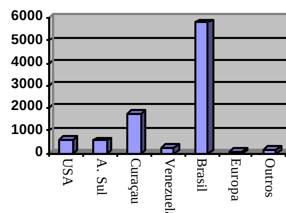
O governo para além de propiciar o transporte até o Lubango, forneceu as sementes, alfaias agrícolas, objectos de uso pessoal, dois hectares de terra e um abono de trinta mil réis. Ao fim de cinco anos ficavam proprietários das benfeitorias.

Os madeirenses fizeram da colónia uma imagem da Madeira. Os madeirenses à sua saída da ilha não passaram uma esponja nas suas tradições e conhecimentos e reviveram no destino as ancestrais tradições e adequaram o sistema de regadio das levadas à realidade local.

Açorianos e madeirenses no Hawai



Emigração Madeirense 1940-45



A importância assumida pelos madeirenses nas regiões de acolhimento revela-se, não só no papel que assumem em alguns sectores económicos, como também pela influência de algumas das suas tradições na cultura e quotidiano. Neste caso revela-se a influência na culinária com as "malassadas", "carne de vinha d'alhos" e o "bolo de mel". Por outro lado as festividades religiosas, como a de Nossa Senhora do Monte, transformaram-se em eventos locais.

No caso do Hawai a inserção do madeirense e açoriano na sociedade local foi rápida, surgindo alguns em lugar de destaque na economia e política do novo estado, sendo de referenciar o Bispo D. Estêvão de Alencastre (1876-1940), natural do Porto Santo. O ukelele, instrumento fundamental da música havaiana, tem as suas origens no "braguinha" madeirense e da iniciativa de alguns madeirenses que para aí embarcaram em 1878, levando um braguinha e que depois abriram uma loja para a sua construção, usando as madeiras locais.

A emigração no séc. XX

A escalada da emigração continuou, na última década do século dezanove e princípios do XX mantendo-se os países de destino, com especial destaque o Brasil e Estados Unidos. A grande depressão dos anos trinta levou ao encerramento das portas de alguns, enquanto se abriram outros novos, como a África do Sul, e reabriu-se de novo em 1939 o Brasil.

As duas guerras mundiais (1914-18, 1939-45) provocaram nova leva de emigrantes. O Brasil continuou a ser um dos destinos preferenciais da maioria dos madeirenses, mas as possibilidades de opção alargaram-se a outros mercados receptivos de mão-de-obra. Nos anos de 1936 e 1948 tivemos a emigração orientada pela companhia Shell para o Curaçau que permitiu a saída de 4000 madeirenses. Muitos destes deram o salto para a Venezuela que conjuntamente com o Canadá, Austrália, América do Sul e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique foram os novos destinos.

As sequelas económicas da segunda guerra mundial fizeram-se sentir em toda a ilha, mas de modo especial no norte. Deste modo quando se abriram as portas da emigração na América, nomeadamente no Brasil, Venezuela e África do Sul, a saída foi geral. O recrutamento de emigrantes contou com o apoio do Governo Civil e dos consulados no Funchal, que actuavam como angariadores de potenciais emigrantes.

A Venezuela manteve desde princípios do século XX até 1958 uma política de portas abertas o que permitiu a emigração de muitos europeus e no caso português de um grupo importante de madeirenses. Em 1960 a população portuguesa na Venezuela era

superior a 40.000, sendo constituída na sua maioria por madeirenses. Nos anos cinquenta este foi o principal destino da emigração madeirense, tendo acolhido 14.424 emigrantes da ilha.

A presença madeirense alargou-se também a outros quadrantes, sendo de salientar a África do Sul e Austrália. No primeiro a vinculação portuguesa é muito antiga, remontando à viagem de Vasco da Gama, mas foi a partir do século XVIII que tivemos notícia dos primeiros portugueses no Cabo (*Capetown*).

No século XIX a rota regular dos vapores do cabo que escalavam o Funchal permitiu a definição de um novo rumo para a emigração madeirense. Mas esta presença torna-se mais notada a partir de 1904 no sector da pesca, mas foi nos anos cinquenta que este destino ganhou dimensão, tendo saído 5118.

As décadas de cinquenta e sessenta foram momentos de forte imigração tendo como principais destinos a Venezuela, Brasil, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Austrália. A crise que envolveu a ilha lançando a mão-de-obra para o desemprego, as dificuldades de recrutamento de imigrantes no velho continente, onde eram necessários na frente de batalha, conduziram a que a Madeira se apresentasse como um centro importante de recrutamento de homens para as actividades da Shell no Curaçau, ou para o incremento da indústria brasileira, venezuelana e sul-africana.

Um fenómeno particular ocorreu a partir de 1952 com a emigração sazonal para Inglaterra, principalmente para as Ilhas do Canal. Estes madeirenses, ocupados na hotelaria, deslocavam-se na época de Verão rumo a este destino para trabalhar no mesmo sector, regressando à ilha para a época invernal. Hoje mantém-se esta tradição mas ligada ao sector agrícola, uma vez que o turismo madeirense perdeu a sazonalidade.

Emigração madeirenses. 1945-1966

Destino	Nº emigrantes
África do Sul	9270
Antilhas Holandesas	5911
Argentina	290
Brasil	31546
Canadá	623
Estados Unidos	1304
Venezuela	34084
Outros países	1582
TOTAL	**84610**

Fonte: CARDOSO, Agostinho Gabriel de Jesus, *o Fenómeno Económico Social da Emigração Madeirense*, Coimbra, 1968, Sep. da *Revista de Direito Administrativo*, tomo XII, nº.3

A LITERATURA E A EMIGRAÇÃO

A aventura do emigrante ficou documentada na literatura madeirense. No século XIX Álvaro Rodrigues de Azevedo escreveu uma peça de teatro "A Família Demerarista", que foi representada no Teatro Esperança em 1858.

A mesma saga dos madeirenses em Demerara surgiu noutra peça de João de Nóbrega Soares publicada em 1893 com o título "A Virtude Premiada".

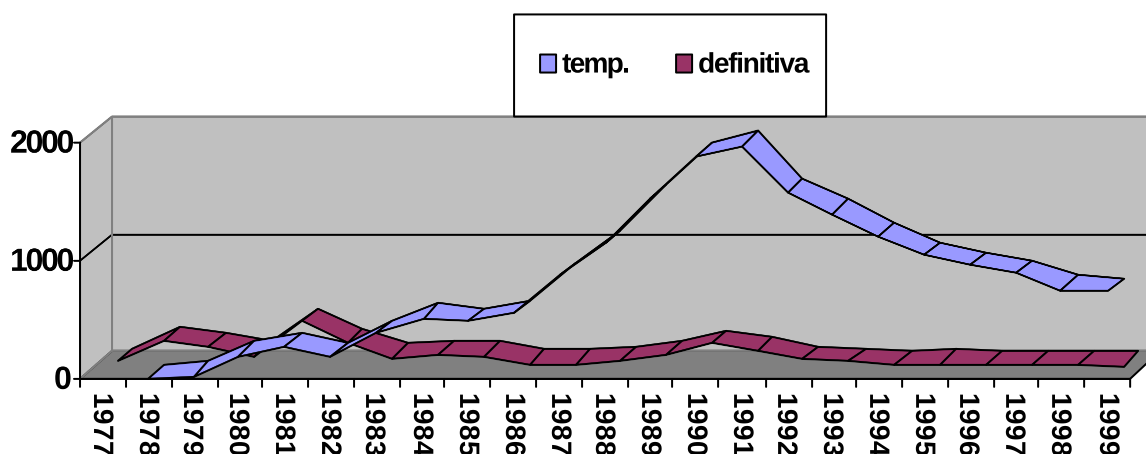
Para o século XX o testemunho literário mais evidente é Horácio Bento de Gouveia que apresenta em "O Torna-viagem" o drama e aventura destes emigrantes do concelho de S. Vicente, tendo como cenário a Achada do Castanheiro em Boaventura.

Rumos da emigração madeirense. Séculos XVIII-XX

A presença de madeirenses no Canadá é anterior a 1953, altura em que se iniciou a emigração organizada de portugueses. A rota do bacalhau ganhou alguma familiaridade nestas paragens e conduziu à presença de alguns. Os primeiros portugueses que se fixaram no Canadá surgem já no século XVII. São eles Jean Rodrigues e Pierre da Sylva de Lisboa e Martin Pierre de Braga. O primeiro açoriano de apelido Miranda surge em 1680, enquanto o primeiro madeirense terá sido Francis Silva (1841-1920) que surge em Halifax a partir de 1861.

A viragem neste processo aconteceu na década de setenta. O processo autonómico conduziu à valorização do espaço sócio-económico da ilha, condicionando a emigração. As mudanças políticas ao nível mundial, a situação dos habituais mercados receptores de mão-de-obra madeirense em contraste com a melhoria das condições de vida na ilha, fizeram com que o madeirense buscasse o *Eldorado* na sua própria terra e que muitos regressassem. Primeiro foram os chamados "retornados" das ex-colónias e depois os da Venezuela e África do Sul.

Hoje a emigração madeirense adquiriu outros contornos. Assim, a saída definitiva deu lugar à temporária para a Europa, nomeadamente Suíça e Ilhas do Canal.



Emigração Madeirense: temporária e definitiva 1977-1999

Para saber mais...

Os escravos



Transporte de escravos no interior de África.
Gravura do século XIX



Negro. Cadeiral da Sé do Funchal do Século XVI

A Madeira, porque próxima do continente africano e envolvida no seu processo de reconhecimento, ocupação e defesa, tinha as portas abertas ao comércio de escravos. Os madeirenses afirmaram-se como os primeiros na sua aquisição e comércio no espaço atlântico, fazendo chegar os primeiros escravos guanches, marroquinos e africanos, que contribuíram para o arranque económico do arquipélago.

Os escravos tiveram uma função marcante no processo socio-económico das ilhas dos séculos XV e XVI. Para isso contribuíram as facilidades no acesso ao mercado africano e a necessidade de mão-de-obra para proceder ao desbravamento da floresta e a safra e fabrico do açúcar.

Na Madeira o processo de abertura de frentes de arroteamento foi moroso e necessitava de uma numerosa e barata mão-de-obra. A preparação do solo para as sementeiras foi demorada: as queimadas, a construção de paredes para retenção das terras e a abertura de levadas para a utilização da água no regadio e fruição da sua força motriz nos engenhos.

Os escravos que surgem na Madeira são na quase totalidade de origem africana. O litoral Atlântico do continente africano, definido, primeiro, pelas Canárias e Marrocos e, depois, pela Costa e Golfo da Guiné e Angola, foi a principal fonte de escravos. Primeiros foram os escravos brancos das Canárias e Marrocos e depois os negros das partes da Guiné e Angola.

A dupla intervenção dos madeirenses na conquista e manutenção das praças marroquinas e portos da costa além do Bojador contribuiu para a abertura das rotas de comércio de escravos, daí oriundos. No caso de Marrocos, a sua assídua presença na defesa trouxe algumas contrapartidas favoráveis em termos das presas de guerra. Daí terão resultado os poucos escravos mouriscos que encontrámos. Aqui os escravos eram sinónimo de presas de guerra, resultantes das múltiplas pelejas, em que se envolviam portugueses e mouros. Para os madeirenses eles são ao mesmo tempo prémio e testemunho dos feitos bélicos. Para além desta forma de aquisição podemos assinalar outras como o corso marítimo e costeiro. Na Costa Africana, além do Bojador, os meios de abastecimento de escravos eram outros: primeiro tivemos os assaltos e razias, depois o trato pacífico com as populações indígenas.

Para o século XV é impossível contabilizar o número de escravos. Mas isto não nos permite afirmar em contrário e o seu número deveria ser importante, a darmos crédito ao interesse a eles atribuído pelas autoridades locais e régias. Assim em 1489 dava-se conta "dos muitos negros que ai há", sendo um perigo para a segurança da terra. Giulio Landi, cerca de 1530, fala com certo espanto do elevado número de escravos que circulavam na cidade e numa em 1582 sobre a segurança da ilha, referindo a disponibilidade de 4.000 vizinhos aptos para o exercício das armas a que se deveriam somar 1.700 negros. Estes últimos corresponderiam, assim, a 43% do número de homens adultos ap-

tos para pegar em armas. Gaspar Frutuoso, baseado no rol de confessados de 1552, afirma que *"se acharam na cidade do Funchal, entre negros e mulatos cativos dois mil e setecentos e, depois no mesmo ano, foram ter a ele quatro navios com trezentos escravos, que fizeram por todos três mil"*. No quadro da população escrava do arquipélago, reunida na diversa documentação do século XVI surgem apenas 1.168 escravos, isto é, menos de metade da informação consignada por Gaspar Frutuoso. Este valor representa, em relação ao recenseamento de 1598 apenas 6% da população total da ilha.

A população escrava da ilha teve maior incidência na vertente sul aquela que foi a área açucareira, na Ribeira Brava, Caniço e Câmara de Lobos. Na vertente norte apenas a freguesia de Ponta Delgada merece a nossa atenção, por apresentar o valor mais elevado de escravos em toda a capitania de Machico.

O mercado dos escravos

O principal mercado de escravos foi a área da Costa e Rios da Guiné. Aí chegaram os madeirenses e estabeleceram, em Santiago e depois em S. Tomé, um importante entreposto para este comércio com destino à ilha. Mais tarde alargaram os seus interesses até ao tráfico transatlântico. Esta situação contribuíu para que a Madeira fosse um importante entreposto de comércio de escravos para o reino ou Canárias.

O escravo, para além da função económica, também se afirmou pelo valor sumptuário, sendo uma forma de distinção social. A Madeira não é excepção. Assim segundo Gaspar Frutuoso em Machico: "havia muitas mulatas e muito bem tratadas e de ricas vozes, que é sinal de antiga nobreza de seus moradores, porque em todas as casas grandes e ricas há esta multiplicação dos que as servem". Na Lombada do Arco da Calheta vivia Dona Isabel de Abreu, viúva de João Rodrigues de Noronha, filho do capitão do Funchal, com duas fazendas "muito grossas", tendo ao serviço uma moura como "privada sua".

A partir de meados do século XVI a crise da cultura da cana-de-açúcar terá provocado uma mudança de sector de actividade desta mão-de-obra e um aumento das alforrias. O escravo transferiu-se do campo para a cidade vindo alimentar o numeroso grupo de serviçais das casas senhoriais e as oficinas.

O serviço doméstico era por norma uma atribuição dos escravos do sexo feminino, pois os do masculino ocupavam-se nas tarefas agrícolas, artesanais ou, então, eram postos de soldada ao serviço de outrem. À mulher estavam ainda reservadas outras tarefas, como vendedeiras de fruta e lavadeiras. O exercício da actividade de venda de produtos agrícolas no mercado local pelos escravos estava sujeito a inúmeras regulamentações, limitativas do exercício doloso, porque eram dados a furtos ao seu senhor e aos compradores, amealhando, por vezes, quantias para conseguir a alforria.

Os escravos do sexo masculino exerciam diversas tarefas nos mais variados sectores de actividade, tanto podendo ser artesãos como agricultores, almocreves e homens de soldada. Os senhores usavam-nos também para os substituírem no serviço de construção das fortificações, a que todo o cidadão deveria participar com um dia de trabalho.

A presença na Madeira de um significativo número de escravos de Canárias, Norte de África e Costas da Guiné propiciou múltiplas aportações ao quotidiano e cultura dos madeirenses. É comum referirem-se inúmeras influências das tradições, nomeadamente no folclore e na alimentação. Algumas danças e cantares, típicos do folclore madeirense, são considerados resultado da presença dos escravos. O charamba, o baile pesado, a mourisca, a canção de embalar e o baile da meia volta são universalmente aceites pelos folcloristas madeirenses como resultado desta cultura legada pelos escravos. Todavia as condições de funcionamento do sistema de escravatura na Madeira não apoiam esta ideia. Na Madeira, ao contrário do que sucedeu no continente americano, não existiram as senzalas, sendo o espaço de convívio destes controlados pelos senhores e não dando margem à recriação dos usos e costumes.

Os vestígios mais evidentes da sua presença surgem ao nível da toponímia:

1. Canários: Pico do Canário (Santana);
2. Mouriscos: Lombo do Mouro (Paúl da Serra), Cova do Mouro (Porto Moniz), Cova do Moirão (Arco da Calheta e Serra de Água);
3. Negros: Cova do Negro (Ponta do Pargo, Serra de Água, Porto Moniz); Furnas do Negro (Penha de Águia e Santa Cruz), Ilhéu do Negro (Boaventura e Porto Moniz), Poço do Negro (Porto Moniz), Quebradas do Negro (Achadas da Cruz), Serras do Negro (Serra de Água);
4. Mulatos: Ribeira da Mulata (Campanário).

A abolição da escravatura

Nos séculos XVIII e XIX a escravatura quase que desapareceu. Para isso deverá ter contribuído a publicação da lei de 19 de Setembro de 1761, que abolia o tráfico de escravos, aplicada à ilha em 1767 por iniciativa do corregedor Francisco Moreira de Matos. Este foi um primeiro passo para acabar com a escravatura na Madeira. A partir daqui o contingente de escravos só podia ser alimentado pelos nascidos na ilha, que pela lei de 16 de Janeiro de 1773 ficaram livres. A partir daqui, escravo era apenas aquele nascido até esta data e os adultos que se encontravam nesta situação. A Madeira, que havia sido o primeiro espaço atlântico a depender da mão-de-obra escrava, foi também o primeiro a abolir o seu tráfico. Os ingleses, que haviam sido os arautos do movimento de abolição da escravatura, só tomaram a primeira iniciativa de abolição do trafico em 1808.

Os guanches



Indígenas da ilha de La Gomera. Vinheta do livro Le Canarien(1402)

A presença de guanches na Madeira prende-se com a proximidade destas ilhas e o empenho dos madeirenses na iniciativa henriquina de conquista das Canárias. Decorridos, apenas 26 anos do início do povoamento da Madeira, os madeirenses empenharam-se na disputa pela posse das Canárias ao serviço do infante D. Henrique.

Tais condições definiram a presença madeirense na primeira metade do século XV com algumas incursões que resultaram no aprisionamento de escravos. Destas referem-se três (1425, 1427, 1434) a partir da Madeira. Mais tarde, com a expedição à costa africana de 1445 o madeirense Álvaro de Ornelas fez um desvio à ilha de La Palma onde tomou alguns indígenas que conduziu à Madeira. Aliás, nas inúmeras viagens organizadas por portugueses entre 1424 e 1446, surgem escravos, que depois eram vendidos na Madeira ou em Lagos.



Pastor guanche. Gravura de S. Berthelot e P. Barber-Weber. Séc. XIX

Desde meados do século XV, foram assíduas as referências a escravos canários na ilha da Madeira como pastores e mestres de engenho. Cadamosto, na primeira passagem pelo Funchal em 1455, refere ter visto um canário cristão que se dedicava a fazer apostas sobre o arremesso de pedras.

Aqui, a exemplo das Canárias, eles, nomeadamente, os fugitivos foram um quebra-cabeças para as autoridades. Foi como resultado desta situação insubmissa, de livres e escravos, que o senhorio da Madeira determinou em 1483 uma devassa, seguida de uma ordem de expulsão em 1490. De acordo com este último documento todos os escravos canários, oriundos de Tenerife, La Palma, Gomera e Gran Canaria, exceptuando-se os mestres de açúcar as mulheres e as crianças, deveriam ser expulsos do arquipélago. As reclamações dos funchalenses, sintoma de que se sentiam prejudicados e de que esta comunidade era importante, levou o infante a considerar apenas os forros. Em 1503 o problema ainda persistia, ordenando o rei que todos eles fossem expulsos num prazo de dez meses. De novo o rei retrocedeu abrindo uma excepção para aqueles que eram mestres de açúcar e dois escravos do capitão Bastiam Rodrigues e Catarina, por nunca terem sido pastores.

Persistem alguns testemunhos da sua presença. Na toponímia temos o Pico Canário (Santana) e o lugar do Canário (Ponta de Sol). Ao nível da culinária destaca-se o *gofio*, um preparado de farinha de cevada que teve muito consumo no Porto Santo.

A emigração insular a partir da Madeira



D. Pedro de Vera, Capitão de guerra e Governador de Gran Canaria desde 1480



Desembarque de Jean de Betencourt em Lanzarote
Vinheta do livro Le Canarien(1402)

Canárias

A Madeira, pela posição charneira entre os Açores e as Canárias e da anterioridade no povoamento, foi, desde meados do século XV, um importante viveiro fornecedor de colonos para estes arquipélagos e elo de ligação entre eles. A ilha funcionou mais como pólo de emigração para as ilhas do que como área receptora de imigrantes.

A expedição de Jean de Betencourt em 1402 marcou o início da conquista das Canárias enquanto a sua subordinação à soberania da coroa castelhana e o reconhecimento em 1421 pelo papado da nova situação fez reacender a polémica do século XIV. Ao infante português restavam apenas duas possibilidades:

- a solução diplomática, fazendo valer os seus direitos junto do papado.
- o recurso a uma intervenção bélica, legitimada pelo espírito de cruzada que a ela se pretendia associar.

Da última situação resultaram as expedições de D. Fernando de Castro (1424 e 1440) e de António Gonçalves da Câmara (1427). Mas em todas as frentes as conquistas foram efémeras e de pouco valeu, por exemplo, a compra em 1446 da ilha de Lanzarote a Maciot de Bettencourt, por 20.000 reais brancos ao ano e regalias na ilha da Madeira. O principal resultado disso foi a ramificação desta família à Madeira e, depois, aos Açores.

O litígio encerrou-se em 1480 com a ratificação do tratado de Alcáçovas em Toledo. Desde então a coroa portuguesa abandonou a reivindicação pela posse destas ilhas recebendo como garantias que a burguesia andaluza não se intrometeria no trato da Guiné.

No século XV a vinculação da Madeira a Lanzarote filia-se na célebre disputa das coroas peninsulares pela posse das Canárias. Em finais do século seguinte a sua reafirmação e alargamento a todo o arquipélago canário foram resultado da ocupação da ilha em 1582 por D. Agustin Herrera, acto que materializou na Madeira a união das duas coroas peninsulares.

O efeito social dos dois fenómenos em ambos os arquipélagos foi diverso. O primeiro permitiu a afirmação madeirense em Lanzarote, enquanto o segundo, para além do natural reforço da realidade condicionou a presença canária no Funchal, que nunca foi muito significativa. Talvez o momento de maior intervenção seja o do século XV com a presença dos aborígenes canários, como escravos, ao serviço da pastorícia e safra do açúcar.

Se à componente política se deverá conceder o mérito de abertura e incentivo das conexões humanas, ao factor económico ficou reservada a missão de reforçar e sedimentar este relacionamento. Os contactos comerciais são consequência e causa das migrações humanas. Este intercâmbio só adquiriu a plenitude no século XVI, incidindo preferencialmente no comércio de cereais dos mercados de Tenerife, Fuerteventura e Lanzarote. A proximidade da Madeira ao arquipélago canário e o rápido surto do povoamento e valorização sócio-económica do solo orientaram as atenções do madeirense para esta promissora terra.

A presença madeirense na empresa canária conduziu a uma maior aproximação dos arquipélagos ao mesmo tempo que influenciou o traçado de vias de contacto e comércio. Pela Madeira tivemos, primeiro, o saque fácil de mão-de-obra escrava para a safra do açúcar e, depois, o recurso ao cereal e à carne, necessários à dieta alimentar do madeirense. Pelas Canárias foi o recurso à Madeira com o porto de abrigo das gentes molestadas com a conturbada situação que aí se viveu no século XV. Em 1476 com a conquista levada a cabo por Diogo de Herrera, muitos dos descontentes com a nova ordem emigraram para a Madeira ou Castela. De entre eles podemos referenciar Pedro e Juan Aday, Juan de Barros, Francisco Garcia, Bartolomé Heveto e Juan Bernal.

Esta corrente migratória resultante do descontentamento gerado em face da conquista e ocupação do arquipélago canário iniciara-se já por volta de meados do século XV, sendo seu arauto Maciot de Bettencourt. O sobrinho do primeiro conquistador das Canárias, amargurado com o evoluir do processo e em litígio com os interesses da burguesia de Sevilha, cedeu o direito do senhorio de Lanzarote ao infante D. Henrique mediante avultada soma de dinheiro, de fazendas e regalias na Madeira. Iniciava-se assim uma nova vida para esta família de origem normanda que das Canárias passa à Madeira e aos Açores, relacionando-se aí com a principal nobreza da terra, o que lhe valeu uma lugar de relevo nas sociedades madeirense e micaelense do século XV. Acompanharam o desterro de Maciot de Bettencourt a sua filha Maria e os sobrinhos e netos Henrique e Gaspar. Todos eles conseguiram uma posição de prestígio e avultadas fazendas mercê do relacionamento matrimonial com as principais famílias da Madeira. D. Maria Bettencourt, por exemplo, casou com Rui Gonçalves da Câmara, filho-segundo do capitão do donatário do Funchal e futuro capitão do donatário da ilha de S.

Miguel.

A compra em 1474 por Rui Gonçalves da Câmara da capitania da ilha de S. Miguel implicou a ramificação da família aos Açores. Com D. Maria Bettencourt seguiu para Vila Franca o seu sobrinho Gaspar, que mais tarde viria a encabeçar o morgadio da tia em S. Miguel, avaliado em 2.000 cruzados. Os filhos, Henrique e João evidenciaram-se na época pelos serviços prestados à coroa, tendo recebido em troca muitos benefícios. Henrique de Bettencourt preferiu o sossego das terras da Band'Além, na Ribeira Brava, onde viveu em riquíssimos aposentos. Aí instituiu um morgado e participou activamente na vida municipal e nas campanhas africanas. Os descendentes destacaram-se na vida local e nas diversas campanhas militares em África, Índia e Brasil.

Esta primeira vaga migratória traçou o rumo e destino madeirense, enquanto a expedição pacificadora de D. Agustin Herrera, conde de Lanzarote, em 1582, sedimentou e estreitou os contactos entre a Madeira e Lanzarote. O próprio conde de Lanzarote, na curta estadia na ilha, foi um dos arautos deste relacionamento, pois ligou-se aos Acciaiolis, importante casa de mercadores e terra tenentes florentinos, fixada na ilha desde 1515.

As suas hostes seguiram-lhe o exemplo, tendo muitos dos trezentos homens do presídio criado família na ilha. No período de 1580 a 1600 os espanhóis surgem em primeiro lugar na imigração madeirense. O descerco em 1640 trouxe consigo consequências funestas para tal relacionamento. Assim os madeirenses residentes em Lanzarote foram alvo de represálias, sendo de referir o confisco dos bens do filho varão de Simão Acciaioli que casara com a filha do Conde de Lanzarote.

O impacto lusíada nas Canárias surgiu muito cedo tendo a Madeira como um dos principais eixos do movimento. A presença alargou-se às ilhas de La Palma, Lanzarote, Tenerife e Gran Canaria. Os portugueses assumiram um lugar de relevo, situando-se entre os principais obreiros da valorização económica das ilhas. Eles foram exímios agricultores, pescadores, pedreiros, sapateiros, mareantes, deixando marcas indeléveis da portugalidade na sociedade canária.

A tradição bélica e aventureira de alguns madeirenses levou-os a participar activamente nas campanhas de conquista de Tenerife, recebendo por isso, como recompensa, inúmeras terras. Daí resultou a forte presença lusíada nesta ilha, onde em algumas localidades, como Icode e Daute, surgem como o grupo maioritário. Aliás, Granadilla foi fundada por Gonzalo Gonzalez Zarco, considerado filho de João Gonçalves Zarco, capitão do donatário do Funchal.

A prova mais evidente da importância da comunidade lusíada na ilha está nos "acuerdos del cabildo de Tenerife" onde foram referenciados em segundo lugar. O mesmo se poderá dizer para a ilha de La Palma onde os portugueses marcaram bem forte a sua presença, tendo a testemunhá-lo a existência de alguns registos paroquiais redigidos em português. Em Lanzarote o impacto madeirense está comprovado por Vieira y Clavijo que refere ser a Madeira familiar para os lanzarotenhos, sendo conhecida apenas como *a ilha*.

A presença lusíada nas Canárias foi resultado das possibilidades económicas que estas ofereciam, das necessidades em mão-de-obra e da possibilidade de penetração no comércio com a costa africana e, depois, com o novo continente americano. Os contactos foram frequentes e natural a presença de uma importante comunidade madeirense, com principal relevo para as ilhas de Lanzarote, Tenerife e Gran Canária. Aí foram agentes destacados no comércio e transporte entre os dois arquipélagos ou artífices, nomeadamente sapateiros. Os açorianos, maioritariamente das ilhas Terceira e S. Miguel, surgiram em menor número e preferentemente ligados à faina agrícola.

Da presença da comunidade portuguesa em Canárias resultaram inúmeras influências, hoje ainda visíveis nos contributos linguísticas e etnográficas. Neste caso é evidente os portuguesismos na nomenclatura dos ofícios, utensílios e produtos a que estiveram ligados: açúcar, vinho, pesca, construção civil e fabrico de calçado.

Madeira, Açores e Cabo Verde

O movimento emigratório entre a Madeira e os Açores é muito mais tardio, tendo como iniciador Rui Gonçalves da Câmara, que em 1474 se tornou capitão da ilha de S. Miguel. Não obstante estar referenciada em época anterior a estância de Diogo de Teive, que em 1452 teria descoberto as ilhas das Flores e Corvo, o certo é que só a partir da década de setenta se generaliza este movimento, que conduziu às ilhas de S. Miguel, Terceira Santa Maria e Pico muitos filhos segundos da aristocracia madeirense. Na Madeira havia-se esgotado a possibilidade de fácil aquisição de terras, coisa que nos Açores estava ainda facilitado. Note-se que os madeirenses estão ligados ao incentivo de culturas, como a cana sacarina e a vinha.

O movimento migratório inverso foi pouco frequente e só teve lugar a partir de princípios do século XVI. Para isso deverá ter contribuído a assiduidade dos contactos entre os dois arquipélagos provocada pelo comércio de cereais e, ainda, o temor das crises sísmicas que assolaram as ilhas açorianas, com especial relevo para as de 1522 e 1563.

As ligações dos arquipélagos da Madeira e Açores com os dois da costa e golfo da Guiné não foram frequentes, sendo a primeira motivação a busca de escravos negros. Neste contexto a abordagem feita pelas gentes insulares é quase sempre sazonal, o tempo suficiente para as operações comerciais. Todavia encontramos em S. Tomé e Santiago referências a madeirenses e açorianos avizinhados. Esta presença é resultado da ida de técnicos ligados à cultura do açúcar e, depois, de comerciantes interessados no comércio de escravos para a Madeira ou Antilhas. Um caso exemplificativo disso é Francisco Dias, a partir da Ribeira Grande (Santiago), donde coordenava uma rede de negócios que ligava os Rios da Guiné aos Açores, Madeira e Antilhas de Castela.

Documentos: testemunhos sobre a emigração

O fenómeno da emigração madeirense provocou aceso debate na imprensa local, surgindo uma corrente de opinião desfavorável à política de emigração que fazia depender a solução para esta saída do encontrar soluções internas para a crise que se debatia a ilha. Uma das formas de desincentivar à política de emigração estava na divulgação dos testemunhos de alguns dos que foram conduzidos por tão aliciadoras propostas. Daí a publicação destas cartas.

Meu querido Pai

Rio de Janeiro 12 d'Outubro de 1851

Aqui chegámos com 54 dias de viagem; vivos mas muito fracos, principalmente Gregoria, porque desde o dia em que embarcámos até chegarmos á Ilha de S. Vicente no dia 9 d'Agosto, qual infeliz terra fomos arribados com falta de comer e nada achámos senão um barril de semilhas muito inferiores, este foi o único tempo que ela passou melhor. Lá estivemos 24 horas ancorados. A respeito de fruta nem uma folha verde, pão muito caro, vinho pelo mesmo conseguinte, em fim, se não aportasse lá o Paquete era a terra mais desgraçada do mundo! A Alfândega é do tamanho da venda de João Augusto, e não é tão sortida, lá vendem-se sapatos, etc. etc. Começámos de novo a nossa viagem.

Nós fomos muito infelizes na nossa derrota em todo o sentido. Durante a viagem falta de comer, e pela mesma maneira falta d'água. Nós tivemos a agua a ração, e além disso podre, e por fim nem podre nos davam. Não se passou um só dia que se não brigasse a bordo, por causa do comer que era feito com agua podre, e esse pouco, e para o levar era preciso uma colher de vinagre, e dali a pouco era lançado no mar! Enfim, foi uma viagem de atribulação para todos nós passageiros.

Até que chegámos a esta terra onde me acho até Deus querer que eu viva no seio da minha família. Nesta terra para se ganhar alguma cousa é necessário trabalhar muito de dia e até ás 10 horas da noite, e os Domingos e Dias Santos; porque as despesas são muitas. Por um quarto de casa em que só cabe a cama e uma cadeira e sem ter cozinha nem despejos nenhuns, pedem oito mil reis cada mes.

A respeito das felicidades desta terra não é o que se julga; porque as *febres* têm feito fugir daqui os homens do maior negócio e muito mais a falta de escravatura; pois os homens que tinham navios para a Costa têm-se retirado todos; porque quando se toma uma embarcação, o dono tem de perder tudo e pagar uma multa muito grande. É por isto que aqui tem cansado o negócio. Quanto aos rapazes que vieram comigo para cá, os que pretenderam ser caixeiros estão aprendendo a ofícios, outros *voltam* para a *Madeira*; porque o Rio não serve para eles. Aqui é necessário que o homem se trate muito sério e não se meta em bebidas de qualidade alguma; porque a pessoa que se habitua a tal vício, fica desacreditada, e até os negros fazem escarno dela. Saibam que o Brasil é uma terra de muito *luxo* e de muita censura não se vestindo à moda do país. Enfim, é o que eu não julgava. Isto que eu aqui digo é a realidade.

Recomende-me a todas as pessoas do meu conhecimento etc.

Manoel Joaquim Teixeira.

[Extracto duma Carta do Rio de Janeiro, publ. In *O Progressista*, nº.23, pp.2-3]

Meu Prezado Pai

Rio de Janeiro 14 de Maio de 1852

Aqui cheguei a este porto a 16 d'Abril com 42 dias de viagem, sofrível quanto à saúde, e não muito bem quanto a tratamento, por tudo ser contrário ao que o Sr. C(...)J(...)O(...) nos prometera. Nós fomos todos divididos em ranchos, e o meu coube a ter de 8 pessoas todas da Cidade, bom foi alguns deles terem trazido algum comer melhor que repartimos uns com outros. Quanto ao que o navio deu quase tudo foi ordinário, veio muito comer bom, mas foi para negócio: vieram algumas pessoas que aí andavam fartos de fome, esses dirão que foram bem tratados. O sobrinho do C(...), o Capitão de Bandeira da escravatura branca, o seu colega Q(...) que foi o despenseiro, e foi o que andou induzindo os miseráveis da Ribeira Brava, Campanário e Estreito que aqui vieram, estes dois falsos, perto do Rio de Janeiro, para nos engrazar, ofereceram chá e manteiga ao nosso rancho, e a mais algumas famílias da cidade, temerosos que mandássemos dizer para a Madeira o mau tratamento que tivemos, e que poderiam ser mais acreditadas as nossas cartas, andavam com as

orelhas baixas a pedir por muito favor a nós todos que mandássemos dizer para a Madeira que fomos muito bem tratados, e que ainda que não tivéssemos ocupação logo, que dissséssemos estar todos com seus empregos, porém, foi pedido que bem poucos aprovaram, porque aconteceu tudo ao contrário. Há quase um mês que chegámos, e ainda estão 42 pessoas para se empregarem, as que não pagaram a passagem, ou não foram recomendadas, têm-se empregado sem considerar os contactos que fazem, e ao depois é que se arrependem; há tal que tem ido servir casas para todo o serviço, e ganha a 120 reis cada um dia, outros têm partido para o interior, que nunca mais se saberá d'elles. Estes 42 desgraçados que ainda se acham sem ocupação, querem saber aonde os depositarão. Foi em um lugar chamado Calumbi em um telheiro que estava servindo de guardar cavalos de carroças! E eles mesmos é que o limparão com suas mãos. Dos que vieram na Barca já tem morrido seis pessoas, uma viúva, um homem chamado António Coelho do Estreito, um filho do Morgado, do Santa Luzia, um rapaz de 14 anos, outro por nome João Pinto Correia do Estrito, e António Lacerda, Chapeleiro, estes são dos que ficarão na Cidade; porque quanto aos que foram para o Campo nós não sabemos dar relação deles; além destes a filha do Breciano, e o filho do Cristóvão Alfaiate, e João Higino, esses por lá o hão-de saber. Da Madeira tem morrido 33 pessoas quase todos que eu conhecia, não digo os homens para não ocupar mais papel, todos eles mortos pelas Febres que perseguem o Brasil. Só quem está aqui é que se aflige mais em ver desaparecerem tantos miseráveis, que se calcula perto de 300 pessoas por dia, que morrem só nos Hospitais. Estas calamidades perseguem mais os estrangeiros recém-chegados; andamos sempre a saber uns dos outros para ver qual terá a mesma sorte! Quem tem a febre, o mais que pode durar são 3 dias. A Divina Providência fará o que for de sua melhor vontade.

O brigue *Duas Annas* chegou a 5 deste mês, o Governo mandou os passageiros para uma Ilha que está no meio do Rio chamada das Cobras para ver se não morriam muitos, porque a ilha é mais arejada. Não há quem console esta gente do arrependimento que tiveram em vir para aqui, quase todos escrevemos e pedimos como humanos que não venha para aqui ninguém nestas ocasiões, porque serão quase todos vítimas; porém debalde será falar porque essa brutal gente, como aqui lhes chamam, não crê senão naqueles que andam embolsando contos de reis com eles mesmos, porque os andam vendendo aqui como negros escravos! Não é mentira o que para aí mandarão dizer que os escravos negros eram mais bem tratados do que os brancos. Foram buscar a bordo raparigas para servirem negros que são criados de senhora. Tratam os ilhéus como a gente mais miserável do mundo!

Para aí vai uma barca e um brigue buscar mais escravos, e dizem que querem trazer mais raparigas do que homens, porque tem mais valia, e se forem bonitas, ainda melhor, porque há mais pessoas que as querem para suas casas, por pouco tempo, e estas infelizes quase sempre mandam dizer que estão bem para não morrer de vergonha das suas desgraças assim como já aconteceu a algumas que vieram nesta barca. Algumas famílias que vieram na barca e se acham no depósito, não tem querido deixar suas filhas ir para casas estranhas, e separarem-se para lugares longes, por estarem bem aconselhadas; porém os dois avarentos, Navarra que é o dono dos escravos, e o capitão de bandeira tem-nos ameaçado com a cadeia, e querem que eles paguem a despesa que estão fazendo durante o tempo que estão sem ocupação, e tem-se apresentado contas a muitos deles, de oitenta, noventa, e cem mil reis, que, dizem eles, não saberem como se aumenta assim tanto dinheiro. Alguns d'eles dizem ser verdade ter pedido algum dinheiro adiantado, porém que não é semelhante quantia. Veio uma pobre viúva com 5 filhas que lhe lançaram em conta um tostão que esse generoso Sr. C(...) lhe dera no seu escritório, e lhe dissera muito compadecido que fosse matar a fome a seus filhinhos. Andam por dinheiro como lobos atrás d'ovelhas! Obrigam a pagar passagens a crianças, que talvez não têm 10 anos, ao preço de sessenta mil reis, estas e muitas outras acções se tem praticado com esta pobre gente, e não há justiça na terra que castigue estes ambiciosos que só querem embolsar dinheiro com as desgraças dos miseráveis! Não importa, há uma Divina Providência que está vendo tudo, e a seu tempo fará justiça a esses homens que vivem no mundo sem humanidade.

Não posso ser mais extenso porque o paquete está a sair, só o que eu estimo é que tenham todos saúde, e me recomendem a todos os meus amigos e conhecidos.

Sou obediente filho que deseja a vida, saúde e felicidade á minha estimadíssima família.

João José Basilio Pereira

[ESCRAVATURA BRANCA, publ. In *O Progressista*, nº. 45, p.4]

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1. FONTES

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979.

LEITE, Jerónimo Dias, *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, Coimbra, 1947.

1.2. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de e Alberto Vieira, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, CEHA, 1987.

ALVES, Ângela e Julieta Fernandes, "O Traje Popular na Madeira e suas origens", (Separata) *Atlântida,* Vol. I, Angra do Herísmo, 1987.

ARAGÃO, António, (coord. E notas), *A Madeira Vista por Estrangeiros: 1455-1700*, Funchal, SREC-DRAC, 1981.

BRANCO, Maria dos Remédios Castelo, As impressões de Jean Mocquet, 1987, *Atlântico*, Nº 11, pp. 222-226.

CARDOSO, Agostinho Gabriel de Jesus, *o Fenómeno Económico Social da Emigração Madeirense,* Coimbra, 1968, Sep. da *Revista de Direito Administrativo*, tomo XII, nº.3.

CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, "Testemunhos de viajantes ingleses sobre a Madeira", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 198.
-"Perspectivas americanas da Madeira", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 P. 453.

COSTA, José Pereira da, "A família Mondragão na sociedade madeirense do século XVI", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 1090.

COSTA, Maria Clara Pereira da, "Testemunhos históricos acerca do papel de algumas mulheres no contexto social madeirense", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 1226.
-"Testemunhos históricos acerca do papel de algumas mulheres no contexto social madeirense. Séculos XV e XVI", III *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1993.

COUTO, Adelaide B.; GAMA, Eldina L.N.; SANT'ANA,M., "O povoamento da Ilha de Santa Catarina e a vinda dos casais ilhéus", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,*. 1990 P. 247.

EVERAERT, John G., "Marchands Flamands a Lisbonne et l'exportation du sucre de Madère (1480-1530)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 442.
- "Les LEM, aliás LEME, une dynastie marchande flamande au service de l'expansion Portuguaise (Afrique, Indes, Brésil (ca 1450-ca1550))", III *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1993.

FERNANDES, Abel Soares e outros, *O Traje na Madeira – subsídio para o seu estudo,* DRAC, Funchal, 1994.

FERNANDES, Julieta Maria Ribeiro do Vale, "O Século XX – 30 anos de Traje", in *Islenha,* N.º 4, 1989.

FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, "Emigração madeirense para o Brasil no séc. XVIII. Seus condicionalismos", *Islenha,* 1988, Nº 2, pp. 88-101.
- "A cidade do Funchal na 2.ª metade do séc. XVIII - Freguesias urbanas", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 P. 265.

FREITAS, Rui Mimoso A F., *Os Madeirenses na Venezuela*, Funchal, Edição de Dongo-Ind Graf. Edi. Lda, 1971.

GOMES, Álvaro Reis, "A ilha da Madeira vista por grandes nomes das letras Nacionais e estrangeiras", vol. VII, 196?, *Das Artes e da História da Madeira*, Nº 38, pp.27-30.

GOMES, Fátima Freitas, "Arqueologia de um ofício: o cerieiro", *Islenha,* 1987, Nº 1, pp. 95-110.
- "Ourives madeirenses: séculos XVI a XIX", *Islenha,* 1992, Nº 10, pp. 39-58.
- "Oficiais e ofícios mecânicos no Funchal (séculos XVII a princípios do século XIX)", II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 P. 201.

GOUVEIA, Horácio Bento, "Aspectos da emigração madeirense para o Brasil nos reinados de D. João V e D. José", *Das Artes e da História da Madeira* 1948, pp. 17-20.

- “A escravatura na Ilha da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira,* 1950, Vol. I, N.º 1, pp. 9-10.

GREGORY, Desmond, *The Beneficent Usurpers. A History of The British in Madeira*, Londres, 1988.

GUEDES, Max Justo, As Ilhas Atlânticas e sua contribuição à restauração do nordeste brasileiro II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 565.

GUERRA, Jorge Valdemar, “A escravatura na Madeira nos séculos XV e XVI: breves considerações”, *Islenha,* 1990, Nº 6, pp. 34-47.

HIGGS, David, “Francis Silver (1841-1920), ou seja Francisco Silva no contexto da migração portuguesa para o Canadá antes de 1940: Arte e uma odisseia atlântica”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 P. 401.

IMIGRAÇÃO e Emigração nas Ilhas, Funchal, CEHA, 2001.

JANES, “Emigração Madeirense para o Brasil durante a 2.ª Guerra Mundial.”

KNOWLTON JR., Edgar Colby, “Madeirans in Hawaii”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 1287.

LOBO CABRERA, Manuel, “La esclavitud en las Islas Atlânticas: Madeira y Canarias”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 307.

MATA, Lília, “Ofícios tradicionais: José de Sousa: um ferreiro no Caniço”, *Islenha,* 1991, Nº 8, pp. 137-141.
- “Ofícios tradicionais: moleiros de Santana”, *Islenha,* 1992, Nº 10, pp. 108-115.
- “Ofícios tradicionais: os tanoeiros”, *Islenha,* 1993, Nº 12, pp. 97-105.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1976.

MELO, Luís de Sousa, “E contudo eles foram...a emigração madeirense para o Havai no séc. XIX”, *Islenha,* 1988, Nº 2, pp. 81-87
- “O problema da origem geográfica do povoamento”, *Islenha,* 1988, Nº 3, pp. 19-34.
- “Contribuição açoriana na formação da população madeirense no século XVI”, *Girão*, 1991, Nº 7, pp. 327-331.
- “Presença Açoriana nos Registos Paroquiais do Funchal 1761-1860”, *História das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA, 1997, pp.405-412.

MENDONÇA, Dr. Leandro de, “A Colonização Madeirense no Sul de Angola”, *Das Artes e da História da Madeira,* 1951, Vol. I, N.º 5, pp. 35-36.

MENEZES, Mary Noel, “A sociedade portuguesa de beneficiência na Guiana Britânica”, *Atlântico*, Nº 15, 1988, pp.210-216.
- “Os portugueses da Madeira e o estabelecimento da igreja católica na Guiana Britânica”, *Atlântico*, Nº 15, 1988, pp.217-219.
- *The Wingwd Impulse.The Madeiran Portugueses in guyana na Economic Social-Culture Perspective, I Colóquio Internacional de História da Madeira,* Funchal, DRAC., 1989, vol II, pp.1322-1335.
- *Scenes from the History of the Portugueses u«in Guyana,* Londres, 1986.
- “The First Twenty-Five Years of Madeiran emigration To British Guiana 1835-1860”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* Funchal, CNDP, 1990 pp.415-440.

MIGUEL, Carlos Montenegro, “A Escravatura na Madeira”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XII, 1960-61.
- “Os estrangeiros na Madeira e a cultura da cana sacarina”, *Das Artes e da História da Madeira,* 1956, Vol. IV, N.º 22, pp. 33-35.

MINCHINGTON, Walter, “Britain and Madeira to 1914”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 498.
- “British residents and their problems in Madeira before 1815”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 477.
- “The British and the Discovery of America”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira,* pp.89-100.

NASCIMENTO, Cabral, “Escravos Importados de 1718 a 91”, *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol VI, 1939.

PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo,* Vol. II, Funchal, JGDF, 1968, pp.276-287.

PIAZZA, Walter F., *A Epopeia Açórico-Madeirense (1746-1756*), Funchal, CEHA, 1999.
- “Madeirenses no povoamento da Santa Catarina (Brasil) Século XVIII”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990, p. 1268.
- “Raízes madeirenses em Santa Catarina, Brasil”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 355.

PINTO, Maria Luís e Teresa F. Rodrigues, “A Madeira na Viragem do Século (1860-1930).Características da sua Evolução Demográfica”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 307, Funchal, 1990, pp.327-355.

RAKOCZI, István, “A morte na Madeira...O exílio do último Imperador Habsburgo na Madeira”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990, p. 441.

RIBEIRO, João Adriano, "Relações sociais dos Concelhos de Câmara de Lobos e São Vicente nos séculos XVII e XVIII", *Girão* 1990, Nº 5, pp. 207-210.

RODRIGUES, Miguel Jasmins, "Os Esmeraldos da Ponta do Sol; uma família nobre na ilha", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 612.

RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Política e Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999.

SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, CEHA, 1999.

SANTOS, Rui, "O Cemitério Israelita do Funchal", *Islenha*, 1992, Nº 10, pp. 125-164.
- "A família Abudarham do Funchal", *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 106-140.

SARMENTO, Alberto Artur, *Os Escravos na Madeira*, Funchal, s.n., 1938.

SERRÃO, Dr. Joel, "Holandeses e Ingleses em portos de Portugal durante o domínio filipino", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, N.º 3, pp. 9-13.

SILVA, António Ribeiro Marques da, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, 1994.
- "Emigração madeirense nos séculos XV a XVII", 1985, *Atlântico*, Nº 1, pp.46-53.

SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico(séculos XV-XVII)*, 2 vols, Funchal, CEHA, 1995.

SILVA, Mariana Xavier da, "O Demerarista", *Islenha*, 1988, Nº 2, pp. 102-112.

SOARES, Maria José, "Destino Curaçau", 1985, *Atlântico*, Nº 2, pp.114-119.

SOUSA, Dr. João José Abreu de, A população da Freguesia da Sé em 1700, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, 196?, N.º 38, pp. 10-17.
- "D. Isabel de Abreu e António Gonçalves da Câmara", in *Islenha*, 21, 1997, pp.59-62.
- "Os escravos na Madeira", 1989, *Atlântico*, Nº 18, pp. 114-122.

VASCONCELOS, Mota, *Epopeia do Emigrante Insular. Subsídios para a sua História. Movimento para a sua Consagração*, Lisboa, 1959.

VIEIRA, Alberto, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, Funchal, CEHA, 1991.
- *O Vinho da Madeira*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1999.
- *O Comércio Inter-insular nos Séculos XV e XVI*, Funchal, CEHA, 1986.
- "Os Italianos na Madeira. Séculos XV-XVI", *Arquipélago História*, 2ª série, Vol. III, Ponta Delgada, 1999, pp.11-28.
- "A Emigração Madeirense na Segunda Metade do Século XIX", in *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.

VIEIRA, Dr. Elmano, "A Madeira nas estampas da primeira metade do século XIX", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 2, pp. 28-30.

VILHENA, Maria da Conceição, "Estrangeiros na Madeira: Platon de Waxel, um russo apaixonado pela cultura portuguesa", *Islenha*, 1992, Nº 11, pp. 5-15.

WILHELM, Eberhard Axel, "Estrangeiros na Madeira: João Wetzler industrial de bordados, antiquário e doador duma colecção de pratas", *Islenha*, 1988, Nº 2, pp. 69-76.
- "Visitantes de língua alemã na Madeira" (1815-1915), *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 48-67.
- "As casas alemães de bordados entre 1880 e 1916 e a família Schnitzer", *Islenha*, 1990, Nº 7, pp. 52-60.
- "A tapeçaria madeirense e a família Kiekeben", *Islenha*, 1992, Nº 10, pp. 72-77.
- "O aventureiro mais famoso da cidade", *Islenha*, 1993, Nº 12, pp. 145-160.
- "A Madeira entre 1850 e 1900 uma estância de tísicos germânicos", *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 116-121.
- "Uma figura ilustre da colónia alemã do Funchal: o médico judeu Walter Belmonte", *Islenha*, 1994, nº. 15, pp. 37-40.
- "A Genealogia dos Kiekeben da Madeira", *Islenha*, 1994, nº. 15, pp. 41-42.
- "Seis meses e meio na Madeira(1854-1855)- os diários da governanta alemã Augusta Werlich", *Islenha*, 1995, nº.16, 58-71.

2. INTERNET

ESCRAVOS:

- História [disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/escravos/escravo1.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

EMIGRAÇÃO:

- The Portuguese of West Indies by Jo- anne S. Ferreira[disponível na Internet via WWW, http://freepages.genealogy.rootsweb.com/~portwestind/] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.
- João Baptista d'Oliveira Vicente d'Ornellas[disponível na Internet via WWW, The Journal of 156 Days-Madeira to Hawaii: http://members.tripod.com/~anuenue/site2.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.
- History of Hawai`i: The Pokiki: Portuguese Traditions[disponível na Internet via WWW, http://www.islander-magazine.com/port.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.
- Protestantes da Madeira em Illinois[disponível na Internet via WWW http://lcweb.loc.gov/rr/hispanic/portam/exiles.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

3.VIDEO

LUCAS, Carlos Brandão, *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000

4.MONUMENTOS

- Arquitectura como testemunho dos escravos: Capela de Nossa Senhora da Penha França[Faial], Sé do Funchal[cadeiral]
- Arquitectura Privada: Casa de João Esmeraldo(Lombada da Ponta de Sol), Palácio de S. Pedro, Paços do Concelho(Funchal), Instituto do Vinho da Madeira, Casa da Calçada(Museu Frederico de Freitas), Quinta do Palheiro Ferreiro, Quinta Vigia, Quinta Magnólia

5. ESTÁTUAS E BUSTOS

- Monumento ao trabalhador
- Monumento ao Emigrante

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira-inventário*, Funchal, DRAC, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, CMF, 1993.

6– A ECONOMIA



TEMAS
5.1 – O começo ...
5.2 – Gado e animais domésticos
5.3 – As plantas tintureiras
5.4 – O mar e os recursos piscícolas
5.5 – O pão nosso de cada dia
5.6 – A riqueza arrancada à terra - O açúcar - A vinha e o vinho
5.7 – O comércio - A intervenção da coroa e municípios - O comércio de cabotagem - O comércio inter-insular - O comércio Atlântico
Para saber mais ... - A água e as levadas - O artesanato e as indústrias - Técnicas e fontes de energia - Roteiro histórico e artístico - Museus

CONCEITOS		PERSONALIDADES
- Levada	- Lagar de cocho	
- Trapiche	- Mosto	- Harry Hinton
- Alçaprema	- Borracho	- George Washington
- Engenho de água	- Transfega	- John Adams
- Pão de açúcar	- Alambique	- Thomas Jeferson
- Balseira	- estufa	
- Latada	- Clarificação	
- Vinha aramada	- Palheiro	

TEMAS DE DESTAQUE:

- *A floresta e as madeiras*
- *As queimadas*
- *Os cereais*
- *Os ciclos*
- *O primeiro açúcar*
- *Engenhos*
- *Processo de fabrico do açúcar*
- *Decadência da produção açucareira*
- *O açúcar no século XIX*
- *A família Hinton*
- *A doçaria conventual*
- *O lagar*
- *Produção de vinho no séc. XIX*
- *Principais castas*
- *Vinho de roda*
- *O borracho*
- *As estufas*
- *Destino do vinho*
- *O vinho cai em desgraça*
- *A moeda*
- *O Lazareto*
- *As fomes*

CRONOLOGIA

ANOS	1452	1506	1508	1645	1687	1777	1794-1801	1819	1852	1872
ACONTECI-MENTOS	Primeiro engenho de água	Máxima produção de açúcar	Primeira referência à saída do vinho	Venda de Vinho Madeira em Boston	O Vinho Madeira chega a NeW York	Brinde com vinho Madeira à Indepen-dência dos EUA	A exportação do Vi-nho da Madeira atinge o máximo	Início do período de decadência do Vinho Madeira	O Oídio ataca a vi-nha	A Filoxera ataca a vinha

"(...)tudo frutificava grandemente, em tanto que de cada alqueire de trigo que semeavam, colhiam pelo menos sessenta alqueires: e as rezes e o gado ainda mamavam e já pariam e tudo se dava em abundância, e não semeavam coisa que não multiplicasse em tresdobro com muita fertilidade, e grossura, e viço da terra."[Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da ilha da Madeira*(...), Coimbra, 1947, p.19]

A FLORESTA

"Arvores nascem nesta ilha da Madeira de muitas sortes e diferenciadas das nossas (...).

Cedro que é um pau meio cheiroso. E há árvores dele tão grossos que vi tábuas de sete palmos em largo. (...)Destas tábuas fazem caixas e mesas e cadeira etc.

Til é um pau que cheira propriamente como lixo de homem e é tão gordo que fazem tábuas de cinco palmos em largo. E das tábuas deste pau fazem caixas de açúcar(...).

Pau branco que é muito duro de que fazem os eixos e parafusos para os engenhos de açúcar(...).

Vinhático pau que nasce na ilha da Madeira tão grosso que fazem tábua de quatro palmos em largo(...).

Aderno é um pau muito forte e rijo e bom para virotes dele tão gordo que fazem tábuas de três palmos de largo(...).

Barbusano é o melhor pau de todos, é de cor roxa e nunca apodrece em agua nem vento nem sol e é tão pesado que quando cai em água vai ao fundo(...).[*Códice Valentim Fernandes*, Lisboa, 1998, pp.142-143]



Porto Santo

O começo...

A prosperidade e riqueza da ilha da Madeira foram reconhecidas desde o início contrastando com a situação com que se deparou Nartolomeu Perestrelo no Porto Santo. Para Cadamosto, a Madeira em meados do séc. XV, *"...é toda ela um jardim e tudo o que nela se aproveita é ouro"*. Zurara refere que *"em breve tempo foi grande parte daquela terra aproveitada"*, sendo corroborado por Gaspar Frutuoso que reconhece ter sido tudo isto resultado do espírito empreendedor dos primeiros colonos madeirenses que, sob as ordens dos capitães, se empenharam em *"cultivar e beneficiar a terra para dar fruto"*.

A estrutura do sector produtivo moldou-se às condições encontradas pelos europeus e às suas exigências económicas, definindo-se em componentes da dieta alimentar (cereais, vinho, produtos hortícolas, frutícolas e gado) e de troca comercial (pastel, açúcar). Em consonância com a actividade agrícola implementou-se a valorização dos recursos que integravam a dieta alimentar (pesca e silvicultura) ou as trocas comerciais (urzela, sumagre, madeiras).

A presença de um grupo de colonos, oriundos de uma área em que as componentes fundamentais da alimentação se baseavam nos cereais, definiu para eles uma função primordial na abertura das frentes de arroteamento.

A Europa propiciou a expansão de culturas agrícolas com valor comercial, mas o novo mundo aportou uma variedade significativa de plantas que contribuiu para enriquecer a dieta europei[a] A partir do século XVII o Atlântico foi devassado por novas culturas dos espaços recém conhecidos, que passaram a fazer parte da dieta alimentar das populações: primeiro o milho, depois, o inhame e a batata. O milho chegou cedo aos Açores e a S. Tomé, enquanto na Madeira o aparecimento ocorreu apenas no século XIX. A batata começou a ter aceitação na Madeira na segunda metade do século XVII mas o consumo só se generalizou no século XIX.

Desde o início da ocupação é evidente o contraste entre as duas ilhas do arquipélago. No Porto Santo, segundo Zurara, *"não se pode em ela fazer lavra"*. Esta dificuldade resultava, segundo Valentim Fernandes, de *"não haver águas e terra em si estéril"* e, por isso, *"não se fez tanta obra nela como em a ilha da Madeira...."*, que era *"mais nobre e mais rica e mais abundante"*. A falta de águas só permitiu as culturas de sequeiro e a valorização do pastoreio. Zurara destaca a sua importância na criação de gado: *"criam-se ali muitos gados"*.

Foi com a carta de doação da capitania do Porto Santo que o infante se deu conta da importância do gado bravo e apastorado. Depois juntou-se a Deserta que segundo Zurara era *"intenção de a mandar povoar com as outras"*, lançando-se para isso gado.

Depois de distribuídas as primeiras terras, um longo trabalho esperava os primeiros colonos: as queimadas, a construção de paredes encosta fora para retenção da terra, o delineamento das levadas para o regadio e aproveitamento da força motriz nos moí-

nhos, serras de água e, depois, engenhos açucareiros.

À mão de todos estavam as madeiras resultantes do abundante arvoredo que cobria a ilha com o mesmo nome. O arroteamento das terras implicava o seu desbaste. Foi aqui que o colono encontrou uma das primeiras riquezas, considerada uma dádiva da natureza.

As madeiras, pela abundância e qualidade, contribuíram para revolucionar a construção naval e civil, beneficiando com isso a marinha e a cidade de Lisboa. Disto retemos o testemunho de Jerónimo Dias Leite: *"E neste tempo pela muita madeira que daqui levavam para o reino começaram com ela a fazer navios de gávea, e castelo da vante, porque dantes não havia no reino..."*.

As queimadas, comuns na Europa, tiveram aqui lugar e foram responsáveis por um duradoiro incêndio, testemunhado por João de Barros. Hoje todos estão de acordo que este incêndio não durou sete nem nove anos, devendo esta expressão ser entendida como o sucedâneo de queimadas para abrir clareiras com o fim de lançar a semente e construir a casa de habitação.

O fogo tardou em atingir a encosta norte da ilha, que permaneceu por muito tempo como uma densa floresta, aos poucos desbastada para retirar a lenha para combustível e as madeiras para construir habitações e engenhos.

Os europeus foram ainda portadores de plantas fruteiras que faziam parte da sua dieta alimentar. Esta presença persiste em algumas localidades. O Curral das Freiras e Serra de Água ficaram conhecidos como a terra dos castanheiros e das cerejeiras. A sobrevivência disto está no facto de no Jardim da Serra se celebrar a Festa da Cereja e no Curral das Freiras a da castanha.

A feiteira foi um recurso de não menor importância, que a exemplo do abate de madeiras era também gerido pelo município. Nos concelhos rurais, como foi o caso de Porto Moniz, Ponta de Sol e Calheta, a feiteira do Paul da Serra era uma importante riqueza pelo uso na cama do gado e posterior adubação das sementeiras.

Hoje a pouca mancha de flora indígena que persiste, de forma especial no norte da ilha, está preservada graças à criação em 1982 do Parque Natural da Madeira. Os espaços envolventes perderam a animação desusada do seu derrube para acolherem veraneantes e turistas amantes da natureza. A Madeira persiste assim como uma reserva científica para conhecimento da flora atlântica.

Gado e animais domésticos

A fauna terrestre do arquipélago à chegada dos

AS MADEIRAS

"Encontraram no Funchal madeira de que fazem arcos, em língua vulgar teixo, de grossura como uma pipa e muito alta. E acharam também muitíssima madeira de cedro (...) e árvores que chamam barbusano e outra madeira pesada como chumbo, que nem a água nem a terra a podem corromper. E se algumas destas madeiras for posta em qualquer edifício permanece sã para sempre. Há ainda outra madeira chamada barrabulano, que é bastante branca, enquanto que o barbusano é vermelho tendendo para o preto. E ainda há madeira de til e outras árvores diversas das nossas." [Diogo Gomes, *Relação dos Descobrimentos*, Boletim da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1898-1899]

"(...) tem uns oito regatos muito grandes, que atravessam a ilha, e sobre os quais estão construídas uma oficinas de serra que continuamente trabalham madeiras e tábuas de muitas maneiras de que se provê Portugal inteiro e outros países. Destas tábuas menciono o cedro do qual se fazem belíssimas pranchas largas e compridas, caixas e outros trabalhos e o teixo de cor róseo encarnado (...)" [Cadamosto, *La Prima Navigazione*, 1455,]

AS QUEIMADAS

"(...) assim tomou o fogo posse da roça e do mais arvoredo, que sete anos andou vivo no bravio daquelas grandes matas que a natureza tinha criado havia tantas centenas de anos. A qual destruição de madeira posto que foi proveitosa para os primeiros povoadores logo em breve começarem lograr as novidades da terra: os presentes sentem bem este dano, por a falta que têm de madeira e lenha: porque mais queimou aquele primeiro fogo do que lentamente ora poderá delepar força de braço e machado. Coisa que o infante muito sentiu e parece que como profecia viu esta necessidade presente que a ilha tem de lenha: porque dizem que mandava que todos plantassem matas (...)."[João de Barros *Décadas, Primeira década*, Coimbra, 1932, p.19.]



Dragoeiros. Núcleo das Neves(Funchal)

portugueses não oferecia qualquer interesse, pelo que o processo de ocupação foi acompanhado de um movimento de migração de animais com valor alimentar e económico.

A riqueza de carne nas ilhas é uma referência comum a Cadamosto e aos demais cronistas do século XV. Ele e Zurara referem ainda a importância que assumiram o mel e a cera, exportados para o reino e estrangeiro.

O processo de criação de colónias de povoamento implicava a migração de sementes, plantas e animais. A Madeira não fugiu à regra. Francisco Alcoforado diz-nos que o Infante D. Henrique enviava para a ilha no Verão sementes e gado. Diogo Gomes testemunha a presença de vacas, porcos, ovelhas e outros animais domésticos.

Ligado a este processo está aquele que é considerado o primeiro desastre ecológico provocado pela expansão europeia. Os primeiros coelhos lançados pelos povoadores no Porto Santo, certamente o meio usado para verificar a habitabilidade do espaço, tornaram-se rapidamente numa praga que dificultou a fixação de colonos. A memória disso ficou na designação do ilhéu dos Coelhos.

Do gado de diversas espécies trazido, um foi lançado livremente e outro manteve-se estabulado. Em pouco tempo o gado lançado nas serras se transformou numa importante riqueza para todos, mas também num foco de problemas pelos danos que causava à agricultura. A estes espaços de usufruto comum juntam-se desde o início as áreas de pasto e caça particulares. O Caniçal, por exemplo, foi uma delas e pertenceu à família dos donatários de Machico.

Informação concreta sobre a dimensão assumida pelas diversas espécies na economia da ilha apenas é possível a partir da segunda metade do século XIX, com os recenseamentos pecuários. É evidente a afirmação do gado suíno e bovino em detrimento do caprino e ovino. As limitadas possibilidades da ilha em pastagem assim o estabeleciam. Num total de 87.930 hectares estavam disponíveis cerca de seis mil para pastagens e culturas agrícolas.

A valorização do gado de grande porte resultou do uso da sua força motriz no transporte e actividades agrícolas. A importância assumida pelo gado bovino está patente em alguns acidentes geográficos. No Porto Santo temos o Vale do Touro, enquanto na Madeira surgem as Achadas da Vaca, Ribeira da Vaca, da Malhada e do Moreno. Em 1862 dos trinta e cinco engenhos de açúcar em funcionamento quinze eram movidos pela força motriz dos bois.

A orografia da ilha tornava indispensável a presença de mulas e cavalos, que até ao advento do século vinte foram o imprescindível meio de transporte no interior. Deste modo os almocreves assumem um papel de destaque no quadro dos ofícios. O movimento de forasteiros a partir do século XVIII obrigou à definição de um serviço de aluguer de cavalos. Porque estes circulavam por toda a ilha foi necessário assegurar um serviço de apoio alimentar, reparo dos arreios e ferraduras. Em 1888 a Junta Geral estabeleceu uma caudelaria na Fajã da Ovelha.

O papel do gado bovino é fundamental na economia da ilha. Usava-se nas tarefas agrícolas, na lavra, para espremer a cana, debulha

"(...) e abunda de carne de bois, porcos selvagens, e infinitos coelhos.(...).

Acham-se nela pavões bravos, alguns dos quais brancos, e perdizes; e não há outra caça, a não ser codornizes, e abundância de porcos bravos nos montes(...). A dita ilha é abundante em carne." [Luís de Cadamosto, *A Primeira Navegação*(1455), publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981]



Coelho do Porto Santo

"E acertou-se que entre as coisas que levavam consigo para lançarem na dita ilha, assim era uma coelha, a qual foi dada ao Bartolomeu Perestrelo por um seu amigo, indo a coelha prenhe em uma gaiola; e acertou-se de parir no mar, (...) soltaram aquela coelha com seus filhos para fazer criação, os quais em muito breve tempo multiplicaram tanto, que lhe empacharam a terra, de guisa que não podiam semear nenhuma coisa que lha eles não estragassem. E é muito para maravilhar, porque acharam que no ano seguinte que ali chegaram, mataram deles muitos, não fazendo porém mingua; por cuja razão deixaram aquela ilha, (...)".
[Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, ed. 1973, pp.346-347]



Pasto de gado. Gravura séc. XIX


Carro de bois: o meio de transporte citadino. Gravura de Isabella de França. 1853-54


corsa para transporte de cana sacarina. Museu de Photographia Vicentes


burros de carga. Museu de Photographia Vicentes

Fábricas de manteiga

ANO	FÁBRICAS
1895	1
1896	4
1897	10
1902	19
1903	12
1907	10
1908	9
1909	10
1911	11

dos cereais, e transporte. Era também uma importante riqueza alimentar, pelo aproveitamento que dele se fazia com as carnes, leite, queijos, manteiga e couros.

O facto deste gado bovino permanecer nos palheiros obrigava o homem a redobrados esforços na apanha da erva, mas revertia numa mais valia para os agricultores uma vez que produzia o estrume, tão necessário para fertilizar as plantações agrícolas, como a cultura açucareira. No século XX as autoridades apostaram no incremento do gado bovino e ovino em currais. Isto foi resultado da dificuldade em encontrar adubos químicos para fertilizar as terras. Em 1940 havia 28.861 bovinos que passados dez anos se situavam em 34.246. Já os ovinos eram em 1940 apenas 16.664 e em 1950 26.000.

O aproveitamento económico do leite foi mantido por muito tempo como uma indústria caseira. Só no século XIX se avançou para o processo de industrialização. A primeira fábrica surgiu em 1895 no Santo da Serra, por iniciativa de Adolfo Burnay. O gado bovino manteve-se como uma importante riqueza da economia familiar pela venda do leite, que para muitos era a única forma de conseguir dinheiro.

A indústria dos lacticínios foi importante desde finais do século XIX, surgindo em toda a ilha fábricas e postos para desnatação do leite. Em 1928 eram 170.000 as vacas de ordenha que produziam 20 milhões de litros de leite para laboração em 163 fábricas e 1087 postos de desnatação.

O Funchal consumia cerca de doze mil distribuídos por 320 leiteiros. Em 1920 a ilha produzia dez milhões de litros de leite consumido pela população ou desnatado nas 22 fábricas. As exportações de manteiga eram de 450 toneladas, sendo o consumo local de 110. A produção de manteiga evoluiu de acordo com o surto pecuário, suplantando as necessidades locais. Os primeiros dados da exportação para Lisboa são de 1866.

As condições de higiene e acondicionamento não eram as melhores, o que fazia com que esta chegasse ao continente em mau estado. Por isso fizeram-se alguns investimentos no sector a partir de 1894 que levaram ao aparecimento de novas fábricas no Porto Moniz, Calheta e Ponta de Sol.

O fabrico de manteiga teve um notável incremento a partir da década de oitenta no século XIX, mercê da procura do mercado da metrópole. Em 1881 foram apenas 129 kg cexportados para Lisboa, mas em 1892 este valor subiu para 48.124 kgs, atingindo os 965.664 kgs entre 1941-42.

No fabrico de manteiga ocupavam-se 64 fábricas que produziam 840 toneladas de manteiga de que 660 eram para exportação. Aqui dominavam as pequenas unidades industriais e inúmeros postos de desnatação, com graves problemas de higiene. As autoridades determinaram por decreto-lei nº.26655 de 4 de Junho de 1936 a criação da Junta de Lacticínios da Madeira com o objectivo de estabelecer regras no sector. A ela ficou atribuída

a missão de administrar os postos de desnatação, proceder ao pagamento do leite e ao seu rateio pelas fábricas. A primeira medida foi a fixação do número de postos de desnatação em 320, com o encerramento de 788.Contra o decreto levantou-se uma onda de protestos em S. Roque do Faial, Machico, Ribeira Brava, que ficou conhecida como a *Revolta do Leite*.

Estas medidas tiveram efeitos positivos na economia da ilha levando a uma melhoria no sector pecuário e leiteiro. A higiene foi a maior evidência desta transformação para os estábulos ou palheiros, processo de mungição, postos de desnatação e transporte. Apostou-se na selecção e cruzamento de espécies no sentido de conseguir-se uma melhoria da espécie leiteira.

Os gados ovino e caprino tiveram igual importância na vida dos insulares. As cabras foram trazidas do Algarve e das Canárias, sendo lançadas nos ilhéus e ilhas. A cabra das Canárias está documentadas desde 1481. Para além do valor alimentar é de referir o uso da pele do macho no fabrico de borrachos para o transporte de vinho.

A valorização dos ovinos ocorreu a partir do século XVIII com a introdução de espécies lanígeras de Leicester. O fabrico da lã branca e preta foi indispensável, conjuntamente com o linho, no fabrico dos panos para o vestuário.

Na economia familiar, para além das aves, o porco assumiu um lugar cimeiro. A orografia testemunha também a sua presença e importância. É o caso da Ribeira do Porco(Boaventura) e do Porto dos Porcos e Ribeiro Cochino no Porto Santo.

A matança do porco pelo S. João e em Dezembro era um ritual ancestral trazido pelas populações do Norte de Portugal que assumia um significado relevante na subsistência familiar. A carne salgada, os enchidos, as banhas foram por muito tempo o essencial da alimentação do meio rural.

As plantas tintureiras

O interesse do homem em colorir os tecidos levou-o ao encontro de plantas que satisfizessem tal função. Algumas delas, como o sangue de drago, a urzela, o pastel e a cochonilha adquiriram valor comercial nas trocas externas, enquanto outras, como a ruivinha, fustete, indigo, casca de noz, mantiveram-se apenas na tinturaria caseira.

A urzela e o sangue de drago atraíram italianos e flamengos, interessados no seu comércio. E foram eles que nos legaram uma nova planta tintureira, o pastel.

A urzela foi um dos primeiros produtos a ser comercializado nas ilhas. Com ela conseguia-se uma cor amarela



Palheiros: S. Vicente,
Museu de Photographia Vicentes

Produção de manteiga

Anos	Manteiga (kg)
1881-1884	48250
1885-1888	75750
1889-1892	116250
1893-1894	145000
1908-1911	365000
1916	450000



Leiteiro. Museu de Photographia Vicentes

Arrolamento pecuário da Madeira

	Ovídeos	Caprídeos	Suínos	Bovídeos
1851	92.654	75.106	19196	21.094
1855	84.081	74.971	18043	22118
1858	74.971	81.840	20962	22574
1864	44.186	20.868	19535	25.338
1869	22.266	19.583	27550	23.688
1871	18.916	18.040	24.103	22.428
1873	16150	18210	23510	21720
1876	18.660	16.517	22480	24.190
1893	18.604	16.520	34530	28.417
1940	16664	20118	16462	28861
1950	26000	20118	23046	34246
1986	12.996	14.960	26.578	11.508

"Produziu a natureza nesta ilha muitos dragoeiros de que se faz muita louça do tronco deles que muitos são tão grossos que se fabrica de um só pano, barcos que hoje em dia há que são capazes de seis sete homens, que vão pescar neles. E gamelas que levam um moio de trigo. Tira-se desta loiça bom proveito de que se paga dizima a El-Rei e se aproveita muito sangue do dragão muito prezado nas boticas."
[Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*, Coimbra, 1947, p.17]



A COCHONILHA é um insecto, originário do México, parasita das tabaibeiras (*opuntia tuna*) de que se extrai a matéria corante vermelha. Este surgiu na Madeira a partir de 1836 trazido das Canárias por Miguel de Carvalho e Almeida Júnior, mas só a partir de 1855 se passou a explorar sem nunca ter atingido qualquer sucesso comercial



O PASTEL: planta usada na tinturaria foi trazida para a Madeira pelos europeus, mas foi nos Açores que adquiriu grande importância económica.

ocre e castanha. A sua exploração manteve-se activa até ao século XIX, mas foi no século dezoito que revelou grande importância económica, sendo exportada para a Inglaterra e Flandres. A planta era abundante nas Selvagens, Desertas, Porto Santo e Madeira, nomeadamente na Ponta de S. Lourenço.

O dragoeiro era uma planta que medrava em abundância nas ilhas e cedo os europeus se aperceberam do seu valor económico, com a extracção da seiva e do uso dado aos próprios troncos na construção de embarcações e utensílios de uso caseiro. Esta tradição manteve-se por muito tempo, de modo que em 1843 com o tronco de um dragoeiro milenar, derrubado pelo vento, fez-se um barco.

O sangue de drago das ilhas foi explorado antes da ocupação portuguesa. Alguns cronistas referem que os castelhanos procediam desde o século XIV à sua extracção no Porto Santo. A seiva do dragoeiro era usada na farmacopeia e as sementes na tinturaria.

Os textos dos cronistas, dos primórdios da ocupação da ilha, referem-nos a abundância de dragoeiros na ilha do Porto Santo, que por muito tempo foram aí o principal suporte económico. O Ilhéu de Cima foi no passado conhecido como o ilhéu dos Dragoeiros.

O pastel aparece na economia insular em condições idênticas ao açúcar, tendo sido introduzida pelos europeus com o fim de satisfazer as carências do mercado europeu. Até ao século XVII, altura da introdução do anil na Europa, foi a principal planta da tinturaria europeia, donde se extraíam as cores preta e azul.

Foi primeiro cultivado na Madeira e depois levado aos Açores e Canárias. Só no arquipélago açoriano atingiu grande dimensão económica nos séculos XVI e XVII. Na Madeira refere-se a sua cultura e comércio no século XV, foram os genoveses os principais interessados no seu comércio e atribuíram à ilha o epíteto de a *Ilha do Pastel*. Todavia a única notícia da sua exportação surge apenas no século XVI com destino à Flandres.

A memória da cultura do pastel está presente na toponímia madeirense com os sítios do Pastel em Santo António e Boaventura. Hoje ainda é possível encontrar algumas plantas de pastel na Fajã dos Padres, Cabo Girão, Ribeira Brava e Levada dos Piornais.

O mar e os recursos piscícolas

A necessidade de assegurar a subsistência dos colonos obrigou ao aproveitamento dos recursos disponíveis no meio com valor alimentar, como foi o caso da pesca, uma actividade das populações ribeirinhas. Cadamosto, em meados do século XV, refere a ilha como rica *"em garoupas, dourados e outros bons peixes"*.

O peixe foi também um dos recursos muito valorizados no início da ocupação da ilha. A prova disso está no imposto lançado, o dízimo do pescado, que onerava todos os barcos de pesca. No Campanário, Ribeira Brava e Tabúa este era cobrado pelos jesuítas que desde a segunda metade do século XVI tiveram assento na ilha.

Os madeirenses pescavam às costas da Berberia, um dos melhores bancos de peixe do Atlântico. Isso se conclui duma reclamação dos pescadores em 1596 sobre o tributo que pagavam a João Gonçalves de Ataíde pelo peixe que de lá traziam.

A venda do pescado tinha lugar na praça de acordo com condições estabelecidas pelas posturas camarárias e fazia-se a preços tabelados e a todos os que o procuravam. Isto era uma forma de evitar o uso abusivo dos mais ricos através dos seus escravos tirarem o peixe à força às vendedeiras.



Construção naval em Machico Fotos de José Pereira da Costa

A pesca não foi a actividade exclusiva de alguns núcleos do sul alargando-se a toda a ilha. O desenvolvimento de algumas indústrias no século XX levou à sua valorização. Em 1909 Adolfo Loureiro assinala os seguintes portos piscatórios: Funchal, Caniço, Porto Novo, Santa Cruz, Seixo, Machico, Caniçal, Porto da Cruz, Faial, S. Jorge, Ponta Delgada, S. Vicente, Porto Moniz, Ponta do Pargo, Paul do Mar, Jardim do Mar, Calheta, Fajã do Mar, Madalena do Mar, Anjos, Lugar de Baixo, Tabua, Ribeira Brava, Campanário, Câmara Lobos e Porto Santo.



barcos em Câmara de Lobos [Foto J. P. Costa. Anos 60 do século XX]

Os grandes cetáceos estão também testemunhados desde muito cedo. A primeira baleia conhecida na baía do Funchal é de 1595, enquanto em 1692 uma outra capturada rendeu 64 000 réis, mas já em 1899, ficou por menos de metade, isto é, 30.000 réis. Em 1741 Nicolau Soares pretendia estabelecer uma fábrica de transformação de baleia na Madeira, mas a resistência das indústrias da Baía, temerosos da concorrência, impediu-o de levar por diante tal projecto. A indústria em questão só teve lugar após a grande guerra, conhecendo-se três fábricas: Garajau, Ribeira da Janela e Caniçal.



Pescador. Gravura séc. XIX

A conserva de peixes tornou-se uma realidade nos primeiros anos do século XX: fábrica da Ponta da Cruz de João A. Júdice Fialho (1909), fábrica do Paúl do Mar, de António Rodrigues Brás (1912), transferida em 1928 para a Praia Formosa; Fábrica de Pedra Sina em S. Gonçalo, de Maximiano Antunes (1939); Fábrica de Machico (1949), de Catarina Andrade Fernandes Azevedo, Francisco António Tenório e Luís Nunes Vieira; Fábrica do Porto Santo (1944).

No Funchal a zona do calhau no Funchal, hoje Corpo Santo, acolhia o maior número de marinheiros, barqueiros e pescadores. A sua influência foi dominante nesta área citadina. Em Machico, Santa Cruz, Ribeira Brava, Calheta e na ilha do Porto Santo havia igualmente uma comunidade de homens do mar com morada fixa junto ao calhau ou aos ancoradouros.



Fábrica de óleo de baleia no Caniçal [Foto J. P. Costa. Anos 60 do século XX]

Alguns dados estatísticos do século XX evidenciam a dimensão económica assumida por esta actividade. A pesca ocupava em



Museu da baleia do Caniçal



Fábrica de óleo de baleia no Caniçal [Foto J. P. Costa. Anos 60 do século XX]



Pescadores em C. De Lobos [Foto J. P. Costa. Anos 60 do século XX]

Toneladas de peixe pescado nos mares da Madeira

Espécies	1949	1950	1951	1952
Atum	987	709	645	618
Cavala e sardo	74	1588	138	181
Chicharro e carapau	205	344	320	236
Peixe espada	514	512	681	1147
Outros	164	182	154	289

Toneladas de peixe pescado nos mares da Madeira

	1980	1985	1990	1995
Tunídeos	296	1704	4041	8851
Espada preto	1154	1426	2657	3469
Cavala	1323	1480	967	858
Chicharro	637	1715	1333	206
Outras espécies	801	549	440	383

1914 mais de mil e quinhentos pescadores com 537 embarcações, já em 1931 temos 1500 pescadores servidos de 24 embarcações a motor e de 508 à vela ou a remos. A tendência parece ter sido no sentido inverso na década de quarenta; não obstante assinalarmos a captura de 2471 toneladas, é evidente uma redução do número de embarcações à vela e remos em favor das motorizadas. Das primeiras assinalam-se 327 e das segundas 46.

O mar não não foi valorizado apenas como recurso económico. Já a partir do século XVII regista-se o seu valor científico com os diversos estudos científicos realizados. A passagem pelo Funchal de alguns cientistas ingleses propiciou uma primeira descoberta de muitas destas raridades da fauna marinha nos mares madeirenses. Tenha-se em conta as expedições de Hans Sloane (1687) e James Cook(1768 e 1772). Já no decurso do século XIX redobrou o interesse pela ilha, por parte de súbditos ingleses residentes ou de passagem pelo Funchal.

O empenho dos madeirenses no estudo da fauna marinha poderá ser assinalado com os estudos de João José Barbosa du Bocage. O primeiro apelo neste sentido foi feito por José Silvestre Ribeiro quando em 1850 criou o Gabinete de História Natural que se desapareceu com a sua saída em 1852. A aposta no estudo e divulgação dos recursos marinhos só aconteceu mais tarde com a criação do Aquário do Museu Municipal, que abriu ao público em 1951. A publicação do *Boletim do Museu Municipal* desde 1945, os estudos de Adão Nunes, Adolfo César de Noronha e Gunter Maul vieram revelar de quão rico é o património marinho madeirense.

O pão nosso de cada dia ...

A fertilidade do solo, resultante do estado virgem e das cinzas fertilizantes das queimadas, fez elevar a produção de cereais a níveis inimagináveis, criando excedentes que supriram as necessidades de mercados carentes, como foi o caso de Lisboa e praças do norte de África.

Os interesses em torno da cultura açucareira recrudesceram e a aposta na cultura era óbvia. Mas esta mudança de cultura dominante só se tornou possível quando se encontrou nos Açores um mercado substitutivo do cereal madeirense. Em 1479 a produção dava apenas para quatro meses. O agravamento do défice cerealífero nas décadas de 70 e 80 conduziu à fome em 1485 e foi preocupação para as autoridades. Primeiro colmatou-se a falta com o recurso à Berberia, Porto, Setúbal, Salónica e depois foi necessário definir uma área externa produtora, capaz de suprir as necessidades dos madeirenses. Desde 1508 os Açores assumiram o papel de principal área cerealífera do Atlântico português. As ilhas açorianas passaram a celeiro da Madeira e capazes de a substituir no fornecimento às praças africanas. A política da coroa neste momento ia ao encontro de uma complementaridade económica dos espaços insulares.

A dificuldade de abastecimento de cereais manteve-se uma constante até à actualidade. Assinalam-se inúmeros momentos críticos no decurso dos séculos XVI e XVII. E nova situação de extrema dificuldade sentir-se-á na primeira metade do século XX, que pode ser considerada como o momento crítico. As dificuldades no abastecimento de farinhas levaram as autoridades a intervir com medidas de controlo das importações, da moagem e da promoção da cultura cerealífera. Enquadram-se no mesmo plano a política de alargamento das terras de regadio, tendo-se alcançado em 1939 os 3600 ha de cultivo, situação que foi reforçada na década de quarenta com os trabalhos da Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos.

A campanha do trigo começou ao nível nacional em 1929 e chegou à ilha nos anos quarenta. Através de prémios aos agricultores promoveu-se o aumento da produção cerealífera de forma a diminuir a dependência ao mercado externo. Algumas destas medidas foram mal entendidas pela população, como sucedeu com os decretos de 1927 e 1931, conhecidos como do proteccionismo cerealífero. O último provocou uma revolta popular, a célebre *Revolta da Farinha*. Esta determinação para disciplinar as moagens foi vista pelos madeirenses como uma forma de favorecer a família Blandy através da criação de um monopólio de moagem.

Em 1934 foi criado o Grémio do Milho Colonial Português que em 1938 deu lugar à Junta de Exportação dos Cereais que passou a dispor de uma delegação na Madeira a partir do ano imediato e que se manteve até 1962. A esta estrutura estava atribuída a missão de abastecimento do mercado e de fixação dos preços. O papel da Junta ficou demonstrado durante a Segunda Guerra Mundial, momento crítico de abastecimento.

A alimentação não se resumia apenas a estes produtos basilares da economia, pois que a eles se poderiam juntar as leguminosas e frutas, que participaram na luta a favor da sobrevivência dos madeirenses. A fruticultura e a horticultura definem-se como componentes importantes na economia de subsistência, sendo referenciadas com grande insistência por Gaspar Frutuoso em finais do século XVI. As leguminosas e frutas, para além do uso no consumo diário, eram também valorizadas pela necessidade de provimento das naus que aportavam com assiduidade aos portos.

A riqueza arrancada à terra

Se o cereal pouco contribuíu para aumentar os réditos dos intervenientes, o mesmo não se poderá dizer do açúcar e vinho que, a seu tempo, contribuíram para o enriquecimento das gentes da ilha. A própria coroa e senhorio fizeram depender grande parte das despesas ordinárias desta fonte de receita. O enobrecimento da vila, mais tarde cidade do Funchal, fez-se à custa desta riqueza.

"(...) O Infante imediatamente para ali mandou navios com vitualhas e animais, homens e mulheres para a povoarem.

Esses começaram a semear trigo e aveia e era tão fértil o solo que uma medida dava cinquenta e mais, e assim dos outros frutos da terra que semeavam. E tinham ali tanto trigo que os navios de Portugal, que por todos os anos ali iam, quase por nada o compravam." [Diogo Gomes, *Relação dos Descobrimentos. citado*]



Debulha dos cereais[Foto J. Pereira da Costa. Anos 60 do século XX[

"O trigo que ai se colhe é muito bom, mas tão pouco que não chega para a terça parte da ilha; por isso são obrigados a importá-lo das Canárias e das ilhas dos Açores.[Pompeo Arditi, "Viagem à ilha da Madeira"(1567), publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p. 130]

"Luta-se há alguns anos com a falta de trigo, pois os cereais que aqui se produzem são insuficientes, pairando, assim, por vezes, a ameaça da fome."[John Ovington, "Uma viagem a Suratt (1689)", publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p. 198]

	trigo	milho	centeio	cevada
1850	20236	750	2377	4350
1860	34130	6902	2880	8577
1869	41298	6152	2107	11544
1874	31847		1956	60003
1882	32785	3745	2187	3361
1891	29194	3778	3917	1958
1901	47202	6905	3917	2940

Produção de cereais em hectolitros [Benedita Câmara, *A Economia da Madeira(1850-19144),* Funchal, 1997]

Importação de trigo e milho(em Kg)

Anos	Trigo	Milho
1849	2677233	6990736
1850	3330725	6185074
1851	3373111	6735642
1855	1258907	4117400
1856	698409	4553240
1857	893254	2283670
1942-46		11.570.000
1947-51		13565000
1952-56		15028000
1957-61		17730000

Foi com o açúcar que o Funchal avançou para poente e adquiriu fama em novos e potenciais mercados.

A exploração agrícola estava limitada à superfície arável e às condições oferecidas pelo meio. A orografia era o óbice mais importante e conduzia a que pouco mais de trinta por cento da superfície pudesse ser dedicada à agricultura. A exploração do solo era extensiva e a valorização das culturas era escalonada de acordo com a sua procura. Em cada época as culturas dominantes ocupavam os melhores e mais ricos solos agrícolas. Todavia, as condições agro-climáticas fizeram com que em toda a história os madeirenses fôssem confrontados com uma diversidade de culturas a moldar a policromia da paisagem**.**

O açúcar

Produção

A rota do açúcar, na sua transmigração do Mediterrâneo para ocidente, teve na Madeira a principal escala. Foi aqui que a planta se adaptou ao novo ecossistema e deu mostras da elevada qualidade e rentabilidade. Por isso, a Madeira manteve uma posição relevante na divulgação da cultura. A expansão atlântica da cana de açúcar começou na Madeira. Aqui surgiram os primeiros contornos sociais (a escravatura), técnicos (engenho de água) e político-económicos (conhecida como trilogia rural, que é definida pela casa, engenho e capela) que materializaram a civilização do açúcar.

Os canaviais aparecem na ilha por iniciativa do Infante que os mandou vir da Sicília. O testemunho de Cadamosto é claro: "*E por ser banhada por muitas águas, o dito senhor mandou pôr nesta ilha muitas canas de açúcar, que deram muito boa prova*". Todavia não se deverá esquecer a ligação da Madeira a Valencia, donde são originários os primeiros mestres de engenho que temos notícia.

A primeira plantação teve lugar no Funchal, num terreno do Infante, conhecido como o *Campo do Duque*. Daqui os canaviais foram levados para Machico, onde se fabricaram as primeiras 13 arrobas de açúcar, vendidas a cinco cruzados a arroba.

O Infante, com objectivo de promover a cultura, permitiu que os povoadores construíssem engenhos para a laboração do açúcar sujeitando-se ao pagamento de 1/3 da produção. Destes temos notícia apenas do de Diogo Teive, conforme autorização do próprio duque de 1452. A partir daqui, o fabrico do açúcar fazia-se em exclusivo no lagar do senhorio já existente e no novo engenho de água, pois "*(...) a ninguém que possa fazer outro semelhante e não se podendo todo fazer que eu dê lugar a quem me prover que faça outro*".

Rapidamente se iniciou o comércio de exportação de açúcar, pois como refere Diogo Gomes os da ilha "*fabricam açúcar em tal quantidade que é exportado para as regiões orientais e ocidentais*".

O açúcar madeirense ganhou fama no mercado europeu. A qualidade diferenciou-o do demais e fê-lo manter-se como o preferido de muitos consumidores, como o testemunha Francisco Pyrard de Laval: "*Não se fala em França senão no açúcar da Madeira e da ilha de S. Tomé, mas este é uma bagatela em comparação do Brasil, porque na ilha da*

OS CICLOS

De acordo com alguma historiografia, o processo económico da Madeira define-se por uma afirmação cíclica de produtos. Esta teoria começou em 1929 com Lúcio de Azevedo e foi reforçada passados vinte anos com Fernand Braudel, acabando por conquistar grande adesão na historiografia brasileira. Ambos argumentam que o processo económico das ilhas se articulou de acordo com o regime produtivo de monocultura.

A ideia vingou na Madeira, apresentando-se a economia como uma evolução dos ciclos do cereais, do açúcar ou ouro branco, do vinho, do turismo, banana e, certamente o da autonomia.

Em 1979 esta forma de ver chegou à análise da História da Arte e urbanismo da cidade, surgindo pela pena de António Aragão a ideia de que a cidade teve dois momentos distintos que definiram diversas formas de concretização artística e urbanística: a cidade do açúcar e a cidade do vinho.

A economia insular não se regeu por princípios exclusivistas, antes pelo contrário, o seu desenvolvimento sócio-económico processou-se de forma variada, sendo a exploração económica dominada por estes vectores dominadores, confrontados com as condições e recursos do meio e com as solicitações da economia de subsistência.

É difícil, senão impossível, conseguir definir um ciclo em que impere a monocultura de exportação, num espaço amplo e multifacetado como é o do mundo insular. Embora alguns produtos, como o trigo, o açúcar, o vinho e o pastel, surjam em épocas e ilhas diferenciadas, como os mais importantes e definidores das trocas externas, não são os únicos na economia insular.

A dominância destes produtos sucede apenas no sector da exportação e nunca na realidade global da ilha, onde por vezes dominam outros, como fonte de riqueza familiar e de subsistência.

"...vendo a qualidade da terra desta ilha e a temperança dela pareceu-lhe que se podia dar açúcares e sabendo a aspereza da terra e os grandes trabalhos que os primeiros povoadores tinham em a romperem determinou como muito virtuoso ajudar a seus lavradores e também pelo proveito que lhe disso seguia de mandar trazer a planta das canas a esta terra e ordenou e quis que pondo ele a dita planta em cada um ano e os lavradores pudessem o esmoutar e tirar e lavrar e plantar (...)." [Carta de Simão Gonçalves da Câmara ao rei de 25 de Junho de 1511, publ. Por Manuel Juvenal Pita Ferreira, *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante de 1420 a 1460*, Funchal, 1959, p.71-72]

O PRIMEIRO AÇÚCAR

"O infante dom Henrique(...) mandou a Sicília buscar canas de açúcar para se plantarem na ilha pela fama que tinha das muitas ribeiras e «aguas que nela havia, e com elas mandou vir mestres para temperamento do açúcar e se as canas nela se dessem a qual semente multiplicou de maneira na terra que é o açúcar da ilha o melhor que se agora sabe no mundo. (...)Depois que o Infante D. Henrique mandou as canas da Sicília para se povoarem na ilha (...) deu-se tudo tão bem na ilha que depois de se plantar no Funchal, trouxeram a planta a Machico que prendeu de maneira que o primeiro açúcar que se vendeu na ilha da Madeira foi na vila de Machico donde se começou a fazer e recolheram treze arrobas dele, que se vendeu cada arroba por cinco cruzados que mais se comprou por mostra para se ver que por mercadoria."
[Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Coimbra, 1947, p. 102]

"Fazem-se açúcares para quatrocentos cântaros, de uma cosedura e de mistura; e, pelo que posso perceber, far-se-á deles maior quantidade com o tempo, por ser terra muito própria para isto(...). aí se fazem muitos doces brancos, perfeitíssimos".[Cadamosto *La Prima Navigazione*, 1455 publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p. 37]

Madeira não há mais de sete ou oito engenhos a fazer açúcar e quatro ou cinco na de S. Tomé". O mesmo refere que no Brasil laboravam 400 engenhos que rendiam mais de cem mil arrobas que, segundo o mesmo, são vendidas como da Madeira.

A cana sacarina, usufruindo do apoio e protecção do senhorio e coroa, conquistou o espaço ocupado pelas searas, atingindo quase todo o solo arável da ilha na vertente meridional (de Machico à Calheta). Em 1494, do açúcar produzido apenas 20% era proveniente da capitania de Machico e o sobrante da capitania do Funchal. Em 1520 a primeira atinge 25% e a segunda os 75%. Em 1494 a maior safra situava-se nas partes de fundo que integrava as comarcas da Ribeira Brava, Ponta de Sol e Calheta com 64%, ficando o Funchal e Câmara de Lobos com apenas 16%.

Criadas as condições a nível interno por meio do incentivo ao investimento de capitais na cultura da cana-de-açúcar e comércio de seus derivados, do apoio do senhorio, da coroa e da administração local e central, a cana estava em condições de prosperar e de se tornar no produto dominante no mercado de trocas madeirense.

A demanda dos mercados mediterrânico e nórdico aceleraram o processo expansionista. Em meados do século XV os canaviais foram motivo de deslumbramento para Cadamosto e Zurara. O primeiro refere que os açúcares *"deram muita prova"*, enquanto o segundo dá conta dos *"vales todos cheios de açúcar de que aspergiam muito pelo mundo"*.

A fase ascendente, que poderá situar-se entre 1450 e 1506, não obstante a crise de 1497-1499, é marcada por um crescimento acelerado atingindo-se 1430%, no período subsequente até 1493. Após o colapso de 1497-1499 a recuperação é rápida: em 1500-1501 o aumento é de 110% e entre 1502-1503 de 205%. É no contexto desta forte aceleração do ritmo de crescimento que se atinge em 1506 o máximo da produção.

Nos anos imediatos o declínio foi rápido, agravando-se a situação nas centúrias seguintes, de modo que a produção na capitania de Funchal baixou em 60% entre 1516-1537. Na capitania de Machico a quebra foi lenta, sendo sinónimo do depauperamento do solo e da crescente desafeição do mesmo à cultura. A partir de 1521 a tendência descendente é global, conduzindo a que a produção do fim do primeiro quartel do século se situasse a um nível pouco superior ao registado em 1470. Na década de trinta do séc. XVI consumava-se a crise da economia açucareira.

Os engenhos

A moenda da cana e o consequente processo de transformação da guarapa em açúcar, mel, álcool ou aguardente projectou as áreas produtoras de canaviais para a linha da frente das inovações técnicas. A madeira e o metal foram a matéria-prima que deram forma a capacidade inventiva dos mestres e carpinteiros de engenho. Na moenda utilizaram-se vários meios técnicos comuns ao mundo mediterrânico. A disponibilidade de recursos hídricos, como foi o caso da Madeira, conduziu à generalização do engenho de água. O primeiro engenho particular que temos conhecimento foi o de Diogo de Teive em 1452. Nas áreas onde não era possível dispor da força motriz da água fez-se uso da força motriz do homem, vento ou animal. Os últimos eram conhecidos como trapiches ou almanjaras.

O infante D. Fernando em 1468 refere as estruturas diferenciando os engenhos de água, alçapremas e trapiches de besta. Até à generalização dos engenhos de cilindros horizontais no século XVII, a infra estrutura para espremer as canas era composta do engenho ou trapiche e da alçaprema.

O aparecimento e generalização dos cilindros horizontais e depois verticais é considerado um processo controverso e tem ocupado os especialistas nos últimos anos sem se conseguir alcançar qualquer consenso. O primitivo *trapettum* era já usado na Roma antiga para triturar azeitonas e sumagre, sendo, segundo Plínio, inventado por Aristreu, deus dos pastores. Mas este tornou-se um meio pouco eficaz com a generalização da produção e comércio no decurso do século XVI, sendo substituído pelo engenho de cilindros.

O sistema de cilindros era conhecido na Europa sendo usado em diversas actividades industriais. A mais antiga referência é do uso na China e Índia para descaroçar o algodão e fabrico de papel. Terá chegado à Europa a partir de meados do século XV. Na Madeira a primeira referência aos eixos para o engenho datam já do último quartel do século XV. Em 1477 Álvaro Lopes teve autorização do capitão do Funchal para fazer "um engenho de fazer açúcar que seja de mó ou d'alçapremas, ou doutra arte...o qual engenho será de agua com sua casa e casa de caldeiras...". Depois, em 1485, D. Manuel isentava da dizima "quaisquer teixos que forem necessários para eixos esteios cassas latadas dos engenhos e tapumes...". Em 1505 Valentim Fernandes refere que o pau branco era usado no fabrico de "eixos e parafusos para os engenhos de açúcar". A isto associa-se o inventário do engenho de António Teixeira, no Porto da Cruz em que são referidos como aprestos: rodas eixos, prensas, fornalhas espeques (...). Também noutro documento de 1546 refere-se a existência deste tipo de engenho nas fazendas de Manuel de Amil em Câmara de Lobos, foreiras ao convento de Santa Clara, pois o mesmo declara que "aquele ano mandou fazer a roda nova por ser velha a que estava e não aproveitar para servir e os eixos servirem um ano...".

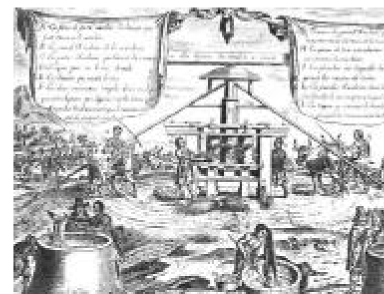
ENGENHOS

"Eu o Infante D. Fernando (...) faço saber (...) que perante mim compareceram Luís Eanes (...) procurador de João Gonçalves da Câmara (...) e Duarte Pestana e Martim Mendes de Vasconcelos procuradores do povo da dita ilha e ouvidas perante mim as ditas partes (...) declaro e determino achar-se em direito o povo e moradores da ilha da Madeira de não serem obrigados a pagarem coisa alguma ao capitão por razão das ditas alçapremas e engenhos de água de fazerem açúcar e de trapiche de bestas (...)"

[Carta do infante D. Henrique de 5 de Dezembro de 1452, publ. *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. XV, 1972. pp.7-8]



Engenho de mó, semelhante ao descrito por Giulio Landi em 1525. Gravura do século XVII



Engenho de três eixos horizontais. Movido por animal. Gravura do século XVII.



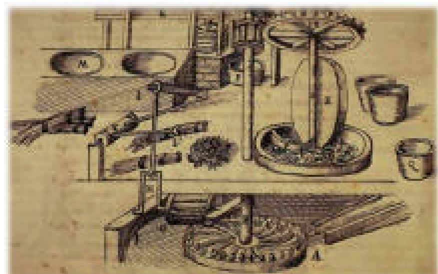
Engenho de três eixos horizontais, movido por água. Gravura do século XVII



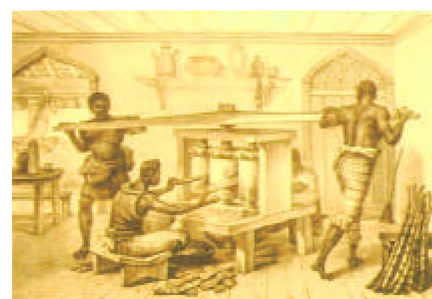
Trapiche em Cabo Verde

Não dispomos de muitos dados que permitam esclarecer os aspectos técnicos do engenho madeirense. Apenas se sabe, segundo Giulio Landi, que na década de trinta do século XVI funcionava um com o sistema semelhante ao usado no fabrico de azeite.

Gaspar Frutuoso refere que o madeirense Fernão Vaz construiu em Ponta Delgada, Açores, um engenho de besta "como de pastel, mas o assento da mó diferente, porque era de uma pedra grande e mui cavada, a maneira de gamela e furada pelo fundo, por onde o sumo das canas, que dentro nela se moíam, ia por debaixo do chão, por uma cale ou bica, sair fora do andaimo da besta que moía, e assim fez fazer também um fuso e caixa para espremer o bagaço, e uma fornalha com uma caldeira em cima, a maior que então se achou, onde cozia aquela calda, e cozida a deitava em uma tacha e ao outro dia fazia o mesmo, até que fez cópia de melado para se poder fazer açúcar.(...)com sua pouca ciência e menos experiência, saiu aquele açúcar assim tão bom e tão fino".



Engenho de mó. Gravura de Torriani. Séc. XVI



Engenho de Três cilindros manual. Gravura de Jean Baptist Debret. Rio de Janeiro.

Foi a partir da Madeira que se generalizou o consumo do açúcar na Europa, sendo necessário para isso uma produção em larga escala. A pressão do mercado europeu conduziu a uma rápida afirmação da cultura na segunda metade do século XV, situação que só seria possível de alimentar com o recurso a inovações tecnológicas capazes de atenderem a tais solicitações. A evolução para o sistema de cilindros não reverteu num melhor aproveitamento do suco da cana, mas traz vantagens acrescidas na velocidade do processo de esmagamento.

A situação que se viveu na Madeira a partir de meados do século XV foi de incremento da cultura a que se aliam a inovações tecnológicas de que o engenho de Diogo de Teive terá sido o primeiro exemplo. Na Madeira encontramos a mais antiga referência à tecnologia da produção do açúcar no espaço atlântico e foi a partir daqui que a mesma se difundiu no espaço atlântico. Os madeirenses estiveram ligados à promoção da cultura e construção dos primeiros engenhos açucareiros nas ilhas Canárias, dos Açores, S. Tomé, e Brasil, chegando mesmo ao norte de África.

Toda a animação sócio-económica gerada pelo açúcar foi dominada pelo engenho, mas isto não quer dizer que a existência de canaviais fosse sempre sinónimo da sua presença. Aqui, mais do que no Brasil, são inúmeros os proprietários incapazes de dispor de meios financeiros para montar semelhante estrutura industrial e por isso socorriam-se dos serviços de outrem. No estimo da produção da capitania do Funchal para o ano de 1494 são referenciados apenas 14 engenhos para um total de 209 usufrutuários, dispondo de 431 canaviais.

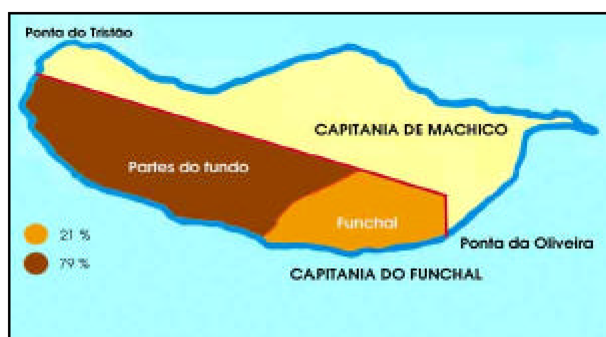
Não é fácil estabelecer o número exacto de engenhos que laboraram nas ilhas. As informações disponíveis são, em muitos dos casos, díspares. Assim, para a Madeira em 1494 são referenciados apenas 14 engenhos, mas em finais do século XVI, Gaspar Frutuoso refere-nos 34 engenhos, sendo nove na capitania de Machico e os restantes na do Funchal.

A crise do século XVI

A crise da economia açucareira madeirense não foi apenas resultado da concorrência do açúcar das Canárias, Brasil, Antilhas e S. Tomé mas, acima de tudo, resultado da conjugação de vários factores de ordem interna: a carência de adubo, a desafeição do solo à cultura e as alterações climáticas. A concorrência do açúcar das restantes áreas produtoras do Atlântico, bem como a peste em 1521-23 e 1526 e a falta de mão-de-obra apenas vieram agravar a situação de queda. A tudo isto juntou-se em finais do século os efeitos do bicho sobre os canaviais, como é testemunhado para os anos de 1593 e 1602.



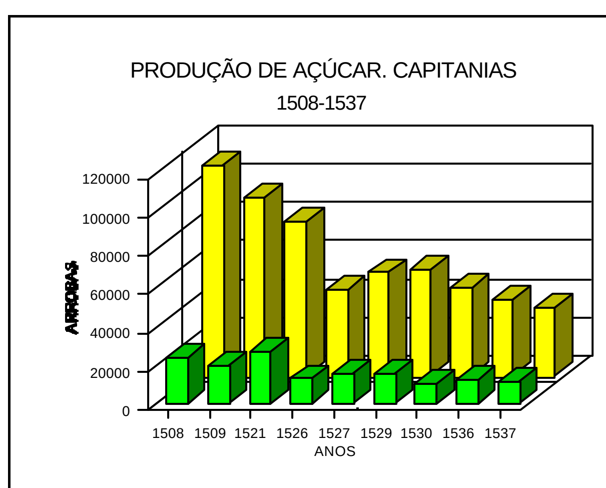
Engenhos de açúcar em 1499

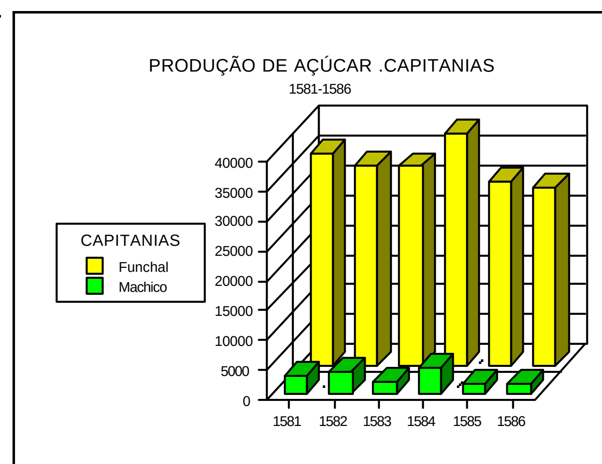


Produção de açúcar na capitania do Funchal em 1494



Produção de açúcar na Madeira em 1522





O PROCESSO DE FABRICO DO AÇÚCAR

"Fabrica-se o açúcar desta maneira: apanham primeiramente as canas e estendem-se por ordem nos sulcos. Depois, cobertas de terra, vão-nas regando amiudadas vezes, de modo que a terra sobre os sulcos não se torne seca mas se mantenha sempre húmida. Daí que, pela força do sol, cada nó produz a sua cana que cresce a pouco e pouco cerca de quatro braças e sucedia assim porque o terreno aplicado então ao cultivo, tinha mais força de produção (...). Assim amadurecem ao fim de dois anos e, quando maduras, cortam-nas na Primavera, rente ao pé. Os pés, germinando de novo, produzem outras canas para o ano seguinte, as quais não crescem tão altas, mas com cerca de menos uma braça e, ao fim de um ano, ficam maduras. Cortadas estas segundas, arrancam totalmente as plantas para depois, no devido tempo, reporem outras canas como se disse. Quando maduras, chegam muitas vezes a ser danificadas pelos ratos. Por isso os escravos empregam muita diligência em apanhar e matar estes ratos (...). Os lugares onde com enorme actividade e habilidade se fabrica o açúcar estão em grandes herdades, e o processo é o seguinte: primeiramente, depois que as canas cortadas foram levadas para os lugares acima referidos, põem-nas debaixo de uma mó movida a água, a qual, triturando e esmagando as canas, extrai-lhe todo o suco. Aqui há cinco vasos postos por ordem, para cada um dos quais o suco saído das canas passa um certo tempo em ebulição, depois, passando para os outros vasos, com fogo brando, dão-lhe com habilidade a cozedura, de modo que chegue a espessura tal que, posto depois em formas de barro, possa endurecer. A espuma que se forma ao cozer o açúcar, deita-se em barricas, excepto a que sai da primeira cozedura, porque esta se deita fora; mas a outra, que se conserva, é muito semelhante ao mel"

[Giulio Landi, "Descrição da Ilha da Madeira", 1530, publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p. 84-86]

O FABRICO DO AÇÚCAR



Engenho de açúcar na Sicília. século XVI



Engenho de açúcar Antilhas. Século XVI



Caldeiras. Gravura do século XVIII



Pães de açúcar.Gravura do século XVIII

O último quartel do século foi o momento de viragem para outras culturas de maior rentabilidade, como a vinha. Em 1571 Jorge Vaz, de Câmara de Lobos, declarava em testamento um chão que *"sempre andou de canas e agora mando que se ponha de malvasia para dar mais proveito..."* e em 1583 Álvaro Vieira vende a Diogo Pires no Caniço um serrado que fora de canas *"e agora anda de pão"*.



Moenda da cana: Engenho da Calheta, século XX

O açúcar não desapareceu dos poios e do quotidiano madeirenses, pois casou com o ilhéu e acompanhou-o na ilha e fora dela. Há uma tradição da indústria açucareira, assente na laboração do açúcar por meio das conservas ou casquinha, nas tecnologias, que persistiu até à actualidade.

A ocupação holandesa das terras do Brasil fez renascer na ilha os canaviais para responder à solicitação na Europa. Em 1643 o número de engenhos existentes era insuficiente para dar vazão à produção dos canaviais.

A coroa, de acordo com a provisão régia de 1 de Julho de 1642, pretendia promover de novo o cultivo da cana-de-açúcar por meio de incentivos à reparação dos engenhos, com a isenção do quinto por cinco anos ou a metade por dez anos. O progresso continuou no ano imediato, sendo testemunhado pela construção de dois novos engenhos. Esta foi, no entanto, uma recuperação passageira uma vez que na década seguinte o reaparecimento do açúcar brasileiro no porto do Funchal trouxe de volta a anterior situação. O açúcar madeirense estava, mais uma vez, irremediavelmente perdido, mercê da concorrência.

O açúcar nos séculos XVIII e XIX



Preparação dos pães de açúcar

No século XVIII a cultura passou para um plano secundário na economia madeirense, mas a conjuntura económica de finais do século XIX trouxe a cultura de regresso, como solução para reabilitar a economia que se encontrava profundamente debilitada com a crise do comércio e produção do vinho.

As dificuldades do tradicional mercado americano, envolto nas guerras pró-independência, e ainda não refeito do impacto do abolicionismo, propiciaram a afirmação da cultura nos primeiros espaços, ou a aposta em produtos alternativos para a produção de açúcar, como a beterraba, que na ilha nunca resultou. Esta conjuntura levou ao estabelecimento de medidas restritivas da circulação do melaço e do açúcar, ou defesa da indústria local, de acordo com a política europeia definida no convénio assinado por alguns países produtores a 5 de Março de 1903.

A toda esta complexa conjuntura junta-se a dificuldade extrema no recrutamento de mão-de-obra barata com o investimento na tecnologia. A intenção era clara: substituir-se ao homem, baratear e facilitar a rapidez do processo de laboração. Umas das questões em debate prendia-se com as difi-

culdades em concorrer com outras áreas produtoras, que apresentavam custos reduzidos a metade e a cana com o grau de sacarose superior. A inovação tecnológica era custosa e só foi conseguida à custa de medidas proteccionistas. Sucedeu assim em todo o lado e entre nós deu origem à questão Hinton.


Engenho do Ribeiro Seco (1882)


Engenho do Porto da Cruz (1901)

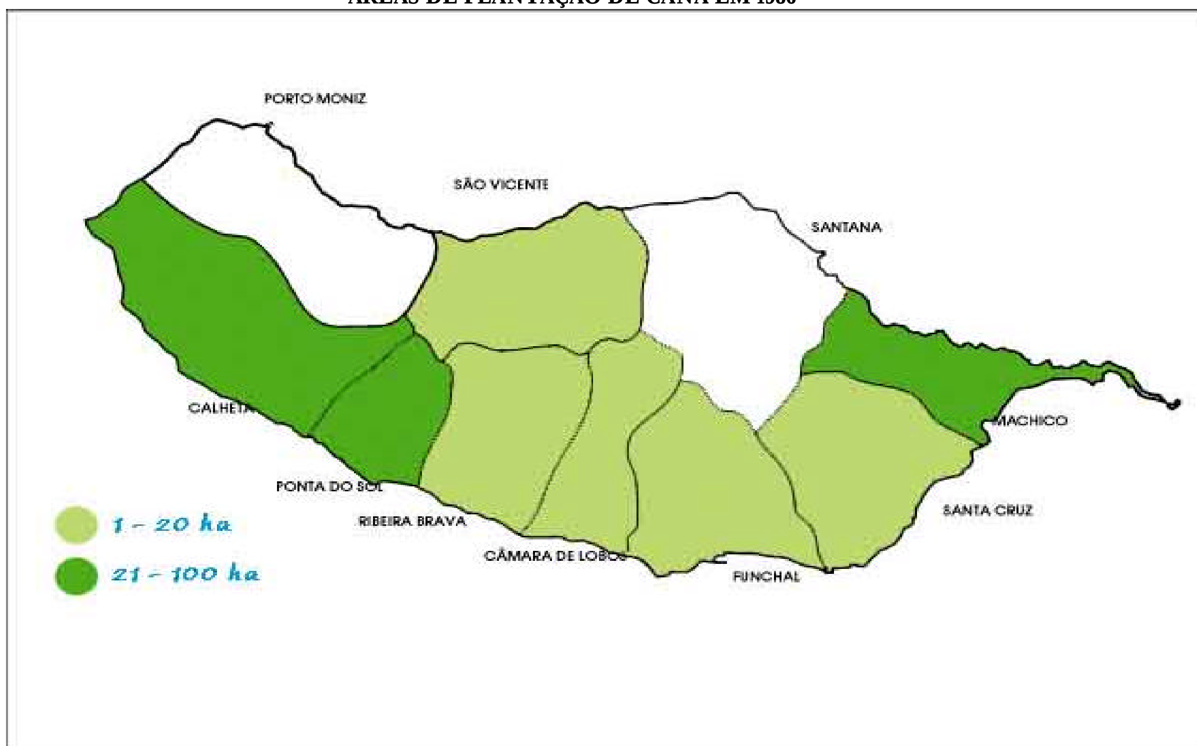

Engenho da Calheta (1901)

No início do século XX a elevada oferta de aguardente levou ao seu consumo excessivo, ficando a ilha definida como a *ilha da aguardente*. As leis de 1927, 1928, 1934, 1937 actuaram no sentido do controlo da produção e comércio de aguardente, conduzindo ao paulatino abandono da cultura. Dos 1800 ha de 1915, que produziam 55.000 toneladas, passou-se aos 1420 no ano de 1952. Em 1985 agonizou em definitivo o império do açúcar do Hinton, sustentado pelos favores políticos, vegetando à custa da exploração dos lavradores de cana.

Na década de quarenta do século XX a cana ocupava ainda 34% da área cultivada, mas este era já um momento de quebra acentuada da sua área de cultivo, que na vertente sul foi paulatinamente substituída pela bananeira. Deste modo em 1952 fala-se apenas em 1420 ha, enquanto mais próximo de nós, em 1986, só existiam 119,9 ha.

Esta evolução significou um maior volume de produção que obrigou ao aumento do número de engenhos, que de uma forma geral se dedicavam a destilar aguardente. Foi no período de 1910 a 1930 que se atingiu os valores mais elevados, que aproximaram a ilha dos tempos áureos do século XV, apenas em termos de produção e nunca de riqueza.

ÁREAS DE PLANTAÇÃO DE CANA EM 1986





Plantação de cana da família Hinton



Engenho do Hinton

A FAMÍLIA HINTON E OS ENGENHOS E AÇÚCAR

A comunidade britânica está inseparavelmente ligada ao progresso sócio-económico da ilha a partir do século XVII. Algumas destas famílias mantiveram-se até a actualidade com uma posição hegemónica na sociedade madeirense, despertando ódios e paixões. É precisamente neste último domínio que se destaca a família Hinton.

O primeiro na ilha foi W. Hinton (1817 -1904) que se fixou no Funchal em 1841. Em 1845 fundou uma fábrica de açúcar no Torreão que o filho, Harry Hinton (1847-1948), adequou aos inventos da tecnologia da máquina a vapor.

A paixão pela tecnologia do fabrico do açúcar levou-o a experimentar o sistema de M. León Naudet, conhecido como o processo de circulação forçada que extraía da cana o máximo de açúcar. Daqui resultou uma invenção patenteada em 1902. A par disso ele foi um dos principais impulsionadores dos ensaios dos diversos tipos de cana-de-açúcar resistentes ao bicho que a atacou desde 1882.

A família Hinton que desde 1845 se havia instalado com um engenho decidiu na década de setenta investir em força nesta área através da inovação tecnológica e pressão política no sentido da plena afirmação. Mas este percurso está envolto em polémica. Tudo começou com o plágio da invenção do Visconde Canavial, que havia patenteado em 1875 um invento que consistia em lançar água sobre o bagaço, o que propiciava um maior aproveitamento do suco da cana. Constava da patente o uso exclusivo pela fábrica de S. João, mas o engenho do Hinton cedo se apressou a copiar o sistema. Com isso o lesado moveu em 1884 uma acção civil contra o contrafactor.

As medidas que favoreciam a entrada de melaço estabelecidas pela lei de 1895, associadas ao decreto de 1903, um regulamento anexo a este decreto determinavam a forma de matrícula das fábricas. As condições eram de tal modo lesivas que só duas fábricas— Hinton e José Júlio Lemos — o conseguiram fazer.

As cerca de meia centena de fábricas que existiam na ilha ficaram numa situação periclitante. Entretanto a lei de 24 de Novembro de 1904 dava a machadada final ao estabelecer a referida matrícula por 15 anos. Com a República, de novo se moveram influências e a família Hinton conseguiu pelo decreto de 11 de Março de 1911 assegurar o monopólio do fabrico do açúcar e regalias na importação de açúcar das colónias.



W. Hinton



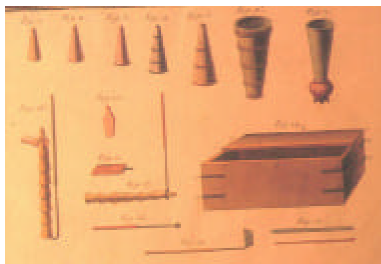
Sistema de moagem a vapor. Século XIX





Pesagem da cana no engenho do Hinton

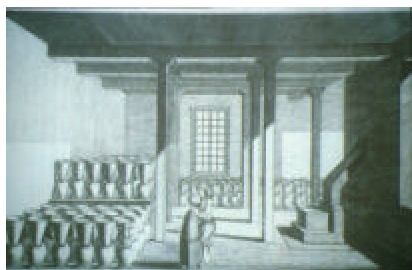
“(...) mulheres de boas pessoas e muitos pobres lavraram os açúcares baixos em tantas maneiras de conservas e alfenim e confeitos de que têm grandes proveitos que dão remédio a suas vidas e dão grande nome à terra nas partes onde vão (...)”. [carta dos moradores do Funchal de 25 de Setembro de 1469, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIV, 1972,p.48]



Instrumentos para o fabrico de açúcar.

Embaixada madeirense ao Papa em 1501

“Simão Gonçalves da Câmara(...)tão generoso foi(...)despachou da ilha um criado seu, por nome João de Leiria(...) o qual mandou a Roma visitar o Papa com um grande serviço, que além de um cavalo pérsio, que lhe mandou de muito preço, que levava de cabresto um mourisco muito gentil-homem e alto de corpo, vestido em uma marlota de gibões de seda; levou mais muitos mimos e brincos da ilha de conservas, e o sacro palácio todo feito de açúcar, e os cardeais iam todos feitos de alfenim, dourados a partes, o que lhes davam muita graça, e feitos de estatura de um homem (...)coisa que, por ser as primeira desta sorte que se viu em Roma, estimou-a muito o Papa(...) sendo presente o Papa, que louvava muito o artifício, por ser feito de açúcar, e muito mais louvava o capitão que lhe tal mandava, largando muitas palavras perante todos em louvor deste ilustre capitão.” [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, pp.248-249]



Processo de purga do açúcar[€nciclopédia de Diderot]

Consumo

O princípio que regeu à afirmação do açúcar no espaço atlântico foi a necessidade de suprir as carências de alguns mercados europeus, substituindo-se ao oriental cada vez de mais difícil acesso. Esta conjuntura impôs a nova cultura no espaço atlântico e ditou as regras do mercado e as rotas comerciais.

O consumo interno de açúcar foi uma exigência tardia, gerada por novos hábitos alimentares ou pelo facto da disponibilidade do produto. Neste último caso assume importância o dispêndio de açúcar na indústria de conservas e casca.

Parte significativa do açúcar produzido na ilha, e mais tarde importado do Brasil, foi usado no fabrico de conservas e de doçaria, em que os madeirenses foram mestres. Cadamosto, em meados do século quinze, refere a feitura de *“muitos doces brancos perfeitíssimos”* e em 1567 Pompeo Arditi dá conta que a *“conserva de açúcar”* que se fazia no Funchal era *“de óptima qualidade e muita abundância”*.

A tradição da doçaria perpetuou-se na ilha para além do fulgor da produção açucareira local, pois, segundo Hans Sloane em 1687, o madeirense produzia *“açúcar indispensável aos gastos caseiros e ao fabrico de doces, indo ainda comprá-lo ao Brasil”*. Dois anos após, John Ovington refere a indústria da conserva de citrinos que se exportava para França. Esta indústria de conservas de fruta era importante já em 1469, sendo um dos principais meios de sobrevivência de muitas famílias.

A fama da arte da confeitaria madeirense espalhou-se por toda a Europa e teve o expoente máximo na embaixada enviada por Simão Gonçalves da Câmara ao Papa denunciando a mestria dos madeirenses no seu fabrico.

A cidra existia em abundância na Ponta de Sol, Ribeira Brava, Machico e Câmara de Lobos (Ribeira dos Socorridos), quase desaparecendo em finais do século XVIII e arrastando inevitavelmente esta indústria para o seu fim.

Um dos factores de promoção das conservas foi a importância assumida pelo Funchal como porto de escala e abastecimento para a navegação atlântica. Muitas embarcações aportavam aí com o intuito de se fornecerem de conservas de citrinos, necessárias à dieta de bordo e o único meio capaz no combate ao escorbuto.

O consumidor preferencial das conservas e doçaria madeirense foi a Casa Real portuguesa. D. Manuel, por exemplo, afirmou-se como consumidor e divulgador das suas qualidades na Europa.

Chegou até nós a tradição árabe de presentear os convidados e personalidades com doces. Vasco da Gama presenteou o xeque de Moçambique com conservas da ilha.

Hoje, o único testemunho que resta desta importante indústria é o bolo de mel, que não sabemos a data exacta do seu aparecimento. O alfenim desapareceu na Madeira e manteve-se apenas na tradição dos ex-votos das festas do Espírito Santo na ilha Terceira.

O comércio do "ouro branco"

O açúcar foi, por mais de um século, o principal activador das trocas da Madeira com o exterior. As dificuldades iniciais, resultantes da sua afirmação no mercado europeu levaram a coroa a intervir no sentido de manter o comércio controlado. Assim, a partir de 1469 passou a ser feito sob o permanente olhar do senhorio e da coroa. A situação manteve-se até 1508, altura em que foi abolido o regime de contrato.

A partir do contingentamento das exportações de 1498, estabelecido no sentido da defesa do mercado do açúcar madeirense, poder-se-á fazer uma ideia dos principais rotas. As praças do mar do norte dominavam o comércio, recebendo mais de metade das escápulas estabelecidas. A Flandres domina a Norte enquanto no Mediterrâneo essa situação vai para os portos italianos.

Uma comparação destas escápulas com o açúcar consignado às diversas praças europeias no período de 1490 e 1550, evidencia que o roteiro não estava muito aquém da realidade. As únicas diferenças relevantes surgem na Turquia, França e Itália,. É de salientar na última um reforço acentuado de posição, que poderá resultar da actuação das cidades italianas como centros de redistribuição no mercado levantino e francês.

Os dados da exportação para o período de 1490 a 1550, testemunham esta realidade, surgindo a Flandres com 39% e a Itália com 52%. Os mercadores italianos apresentam uma posição dominante na condução deste açúcar, uma vez que foram responsáveis pela saída de 78%.

Após um prolongado interregno o açúcar entrou de novo, a partir de meados do século XIX, nas exportações madeirenses. Em 1854 saíram apenas 238 Kg que passam para 527.883 Kg em 1871. No primeiro quartel do século XX a produção local era excedentária, sendo exportado para Lisboa. Todavia, após a II Guerra Mundial a produção deixou de ser suficiente para cobrir as carências da ilha, tornando-se necessária a importação.

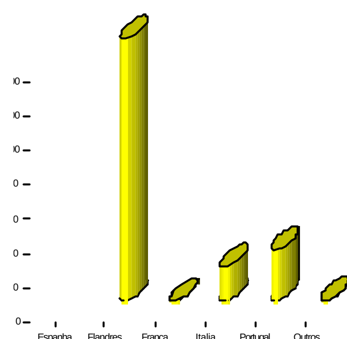
A DOÇARIA CONVENTUAL

No fabrico das conservas e doces variados merecem a nossa atenção as freiras do Convento de Santa Clara, da Encarnação e Mercês. Hans Sloane em 1687 referia-se de forma elogiosa aos doces e compotas do Convento de Santa Clara, afirmando: "nunca vi coisas tão boas".

Nos conventos da ilha, os dias festivos, como sejam a Páscoa, Natal e dia dos santos patronos, eram celebrados com uma mesa melhorada onde não faltavam bolos, pastéis e arroz doce.

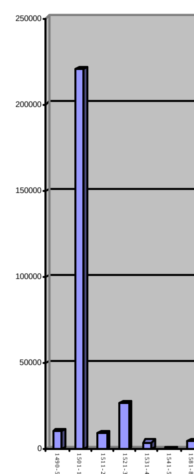
Algumas destas iguarias tinham época própria. No Natal saboreava-se a batatada, as talhadas e as queijadas na Nª Sr.ª da Encarnação e Páscoa e os bolos de cevada pelo S. João.

A doçaria e outros manjares foram também uma forma usada pelas freiras para presentear os seus doadores, padroeiros, feitores e eclesiásticos.



mercados do açúcar madeirense no século XVI

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR. SÉCULO XVI



A EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR



"(...)parece-nos que duas coisas são necessárias para o açúcar ter valia E uma é não sair da ilha cada um ano mais de cento e vinte mil arrobas porque me pareceu que bem se podiam gastar e em razoada valia. E outra é ser determinado o açúcar que a cada escápula haja de ir porque sabendo os compradores que as compras nas ditas escápulas houverem de fazer como não ha-de ir mais aquele ano que a soma certa que estiver determinado(...) mandaremos nomear nau ou naus para cada uma das ditas escápulas em que os que para ela houverem de carregar e não em outras algumas(...).

Convém a saber para Portugal sete mil arrobas (...). E para Flandres quarenta mil arrobas(...). E para Inglaterra sete mil arrobas(...). E para Ruão seis mil arrobas(...).E para Rochela duas mil arrobas(...). E para Bretanha mil arrobas(...). E para Aguas Mortas seis mil arrobas(...). E para Génova treze mil arrobas(...). E para Porto Liorne seis mil arrobas(...). E para Roma duas mil arrobas(...). E para Veneza quinze mil arrobas(...).E para Quio e Constantinopla quinze mil arrobas(...).

(...)Nós carregaremos em cada um ano quarenta mil arrobas e vinte arrobas delas para Flandres e quinze mil arrobas para Veneza e duas mil arrobas da escapula de Roma e três mil arrobas para Inglaterra.

E para as mais que ficam para comprimento das ditas cento e vinte mil arrobas se terá esta regra em essa ilha se faça rol de todos aqueles que em ela quiserem carregar(...)."

[Carta régia de 21 de Agosto de 1498, publ. In *Arquivo Histórico da Madeira*, XVII, 1973, 272-380]



Mercados do Açúcar da Madeira nos séculos XV e XVI

"(...)tem vinhos bons, mesmo muitíssimo bons,(...). São em tanta quantidade, que chegam para os da ilha e se exportam muitos deles. Entre as videiras, o dito senhor mandou pôr plantas ou moitas de malvasias, que mandou vir de Cândia, e que provaram muito bem; e por ser o país tão gordo e bom, as videiras quase produzem mais uvas do que folhas e os cachos são muito grandes, de dois e três, e atrevo-me até a dizer, de quatro palmos, o que é coisa mais bela de ver no mundo."
[Cadamosto, *A Primeira Navegação* (1455?), publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981]



Latada. Princípios do séc. XX. Museu de Photographia Vicentes

"Acham que lhes é muito mais proveitoso dedicarem-se aos vinhos (...). A maior parte da ilha está actualmente coberta de vinhedos. O solo é muito propício a esta cultura, por ser rochoso e íngreme. Costumam fazer uma poda muito curta à maneira usada na cultura da vinha em França. Adoptaram as castas mais estimadas neste país, como a hermitage, que cresce nas margens rochosas e íngremes do Ródano. Há três espécies de uvas: a branca, a vermelha e a grande muscadínea ou malvasia."
[Hans Sloane, **A Voyage to the Islands Madeira**, 1687 publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981]

A vinha e o vinho

Produção

O vinho da Madeira é inimitável pelo simples facto de que é o resultado, não só, das propriedades comuns a cada casta, mas também, das condições do solo e da variedade de micro-climas da ilha, que determinam em última instância as suas peculiaridades, nomeadamente uma elevada acidez que o favorece no processo de envelhecimento.

A vinha foi companheiro do cereal logo nos primeiros momentos de ocupação do arquipélago. O ritual cristão fez valorizar ambos os produtos que, por isso mesmo, acompanharam o avanço da Cristandade. Esta evidencia está testemunhada desde muito cedo. Cadamosto em meados do século XV ficou admirado com a qualidade e valores de produção das cepas madeirenses.

A afirmação do vinho da Madeira no mercado atlântico derivou do elevado teor alcoólico, da posição geográfica da ilha no rumo de ida das embarcações e do empenho britânico. O teor alcoólico e acidez foram importantes para a sua afirmação, pois ao contrário da maioria dos vinhos europeus não avinagrava à passagem nos trópicos, antes pelo contrário, adquiria propriedades gustativas, o que muito os alegrava. Deste modo, mestres e tripulantes das embarcações, que demandavam a região equatorial, não escondiam a sua preferência, pelo assiduamente faziam escala no Funchal para se abastecerem de vinho. Tudo isto favoreceu a sua afirmação no mercado colonial a partir do século XVII. Em Cabo Verde, S. Tomé ou Brasil o vinho madeirense era preferido aos demais por ser o único que resistia ao calor tórrido.

A forma de organização mais comum no Sul era o sistema de latadas, enquanto que no Norte dominavam as balseiras ou barradas. No Sul as latadas a partir dos 400 metros de altitude davam lugar às vinhas de pé e embarrados. As latadas existem desde o século XV e são consideradas o mais pesado fardo para o viticultor.

Com as balseiras aliviava-se o esforço do homem no permanente reparo da latada, mas surgiam outros cuidados suplementares e o vinho não é dos melhores. Note-se que esta prática de cultivo não pode ser considerada uma realidade restrita ao arquipélago, sendo mais um contributo dos colonos oriundos do Norte do país, onde ainda hoje é possível encontrar estes sistemas de apoio das videiras. O oídio em 1852 obrigou ao abandono balseiras pela impossibilidade de subir as árvores para fazer o tratamento. Deste modo elas são hoje uma realidade do passado. A latada, hoje de arame, domina toda a área vitícola.

O vinho é acima de tudo resultado do tipo de casta usada. A que deu nome ao vinho da Madeira foi a malvasia, que está ligada aos inícios da ocupação da ilha. A tradição anota que foi o Infante D. Henrique quem mandou vir os bacelos do Mediterrâneo. As demais variedades foram trazidas de diversos países da Europa



Lagar de madeira. Gravura de A. Picken. 1842

A presença do lagar foi, durante muito tempo, sinónimo de uma importante área de vinhas, pois nem todos os viticultores tinham meios para tal. A maioria dos caseiros se serviam do lagar do seu senhor. O usufruto implicava o pagamento de uma taxa, conhecida na Idade Média como lagaragem.

Na Madeira está documentada a presença de três tipos:

1. as lagariças de pedra, onde o cocho é escavado na rocha, dispondo de vara e fuso em madeira para exercer pressão sobre o bagaço;

2. lagariças de madeira, em que o cocho é escavado num tronco de madeira;

3. o lagar de madeira calafetada.

Mais próximo de nós foram estes lagares substituídos por outros em cimento, prensas manuais e mecânicas.

Hoje a ilha dispõe já da mais avançada tecnologia para o fabrico do vinho. Lagares ou prensas existem apenas para a laboração do vinho caseiro.

A filoxera, a partir de 1872, alterou o panorama das castas de produção do vinho Madeira. Para combater o insecto, que atacava a raiz, a solução estava no recurso às castas resistentes americanas como produtores cavalos porta enxertos. Todavia a elevada produção destas, ainda que o vinho resultante fosse de má qualidade, passou a utilizar-se como produtores directos. Por isso, generalizou-se o consumo do chamado vinho americano.

Apesar do governo ter determinado em 30 de Março de 1936 o arranque das videiras americanas produtoras de vinho elas mantiveram-se até ao presente. Só em 1978 ficou estabelecido um plano de reconversão das vinhas da Madeira com o objectivo de reconstituir o aspecto vitícola anterior ao oídio e filoxera.

As áreas de produção são definidas de acordo com a mesma orientação da qualidade dos vinhos. A vertente sul, dominada na quase totalidade pelo espaço da primitiva capitania do Funchal, foi onde se produziu o melhor vinho, enquanto a Norte, área quase exclusiva da capitania de Machico, produzia-se o vinho de pior qualidade que raramente saía da ilha, sendo usado para consumo corrente ou então era queimado para o fabrico de aguardente.

Alguns dados soltos permitem fazer uma ideia da geografia de produção. De acordo com os dados de 1787 o arquipélago produziu 22.053 pipas sendo apenas 179 pipas do Porto Santo. São Vicente era o principal produtor com 3.898 pipas, logo seguido do Porto da Cruz com 1245. No Sul, a maior e melhor produção foi sempre nas freguesias limítrofes do Funchal. Saía daqui o melhor vinho de exportação.

O vinho foi o produto que mais tempo activou as trocas externas da ilha. A partir de meados do século XVII a produção de vinho entrou em curva ascendente que só parou na década de vinte do século XIX. O golpe mortal foi dado na segunda metade da centúria e teve origem nas diversas doenças que assolaram a vinha.

Em 1852 foi o oídio e desde 1872 a filoxera. O oídio deverá ter chegado à ilha em Fevereiro de 1851 em castas trazidas de França. A doença alastrou a toda a ilha, atingindo de modo especial o Funchal e Machico. Tardaram as soluções e por isso mesmo os efeitos da doença cedo se fizeram sentir na produção de vinho da ilha. Em 1883 apenas restavam 500ha de vinhedos dos 2500ha que havia antes de ter sido atacada pela filoxera.

A conjuntura de crise conduziu ao quase total desaparecimento daquelas castas que deram fama ao vinho Madeira. Segundo a tradição a malvasia só se salvou na Fajã dos Padres.

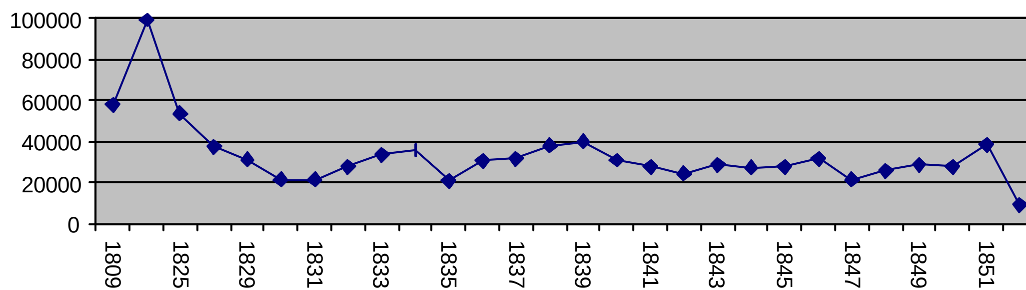


Gráfico: PRODUÇÃO DE VINHO SÉC. XIX

"Apareceu entre nós a moléstia das vinhas em 1852, com ela a aniquilação completa da produção quase exclusiva do nosso país, da única produção agrícola que ainda dava vida às nossas relações comerciais com os povos estrangeiros e de que vivíamos bem ou mal...

Já antes da moléstia das vinhas, não éramos ricos, nem felizes; a nossa indústria agrícola a tropeçar todos os dias em graves erros económicos não se aperfeiçoara, nem desenvolvia, as vinhas em muitas localidades não produziam as despesas da cultura e pode-se dizer que os lavradores as cultivavam, não já por interesse, mas por amor, ou por uma espécie de gratidão aos interesses passados.

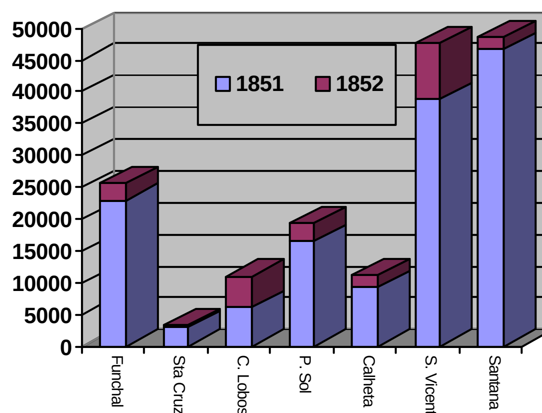
Já antes da moléstia das vinhas, milhares de colonos abandonavam esta terra desgraçada e emigravam para países pestíferos da América, alguns levados, é verdade, pela ambição e fascinados por promessas sedutoras de vis aliciadores, mas a maior parte fugidos da fome e miséria.

Já antes da moléstia das vinhas éramos um povo desgraçado, que marchávamos descuidados e a passos surdos no caminho que nos havia de conduzir à ruína inevitável. Já nessas épocas passadas, aquele que despertasse da espécie de torpor em que todos jazíamos e reflectisse um pouco, havia por certo de antever um futuro mais horrendo e assustador, do que o presente que tanto nos assombra.

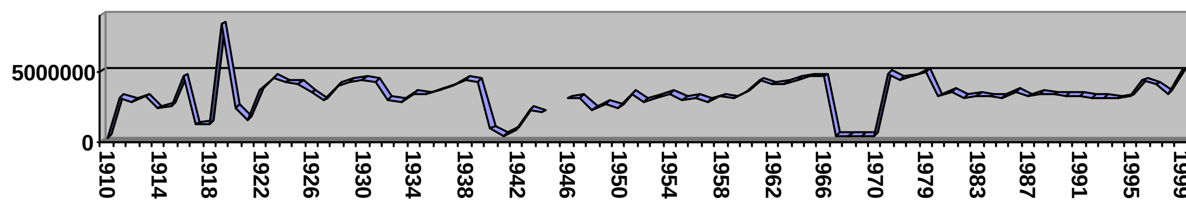
Então será porventura a causa única de nossos males, ou a que devamos prestar maior atenção, a moléstia das vinhas, quando a despeito desta havíamos de sentir aqueles ? 0u será verdade que a moléstia das vinhas não fez mais do que apressar uma crise, porque mais cedo ou mais tarde, havíamos de passar devido a outras ?"[A. Gonçalves, in *Clamor Público*, N.º 2, p. 1]



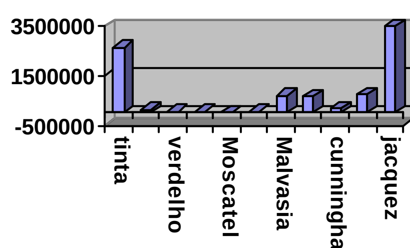
Vindima no Estreito de Câmara de Lobos.
Museu de Photographia Vicentes



Produção de vinho



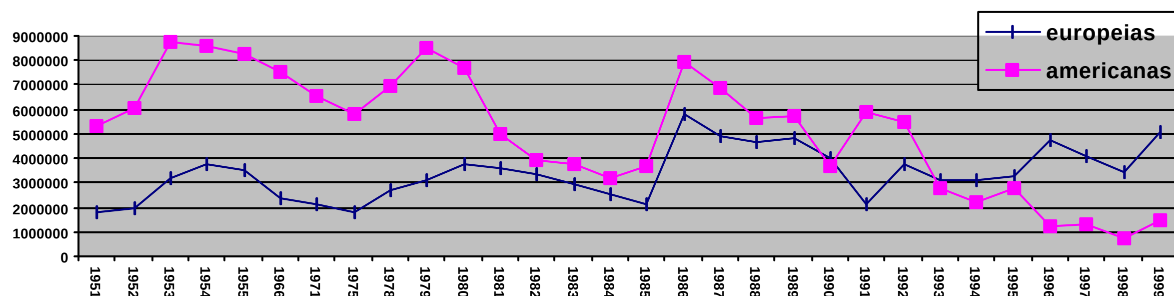
Produção de vinho: castas europeias



Produção das diversas castas.1935-39



Borracheiros. Gravura de A. Pickem. 1842



PRINCIPAIS CASTAS DO VINHO DA MDEIRA


Malvasia

O mais celebrado entre todos é o vinho produzido pela uva da casta malvasia. A malvasia cândida é desde a Antiguidade a rainha das videiras. Foi assim no Mediterrâneo e também no Atlântico. A sua fama correu mundo e terá pesado na opção do Infante D. Henrique que recomendou aos povoadores madeirenses as videiras de malvasia de Cândia.

A malvasia madeirense mais famosa e conhecida foi a da Fajã dos Padres, propriedade dos jesuítas. Em 1855 Isabella de França testemunhava: “há um sítio chamado Fajã dos Padres, por ter pertencido antigamente aos jesuítas: cresce aqui a melhor malvasia, famosa em todo o mundo.” Em 1873 Henry Vizetelly refere a celebridade do local pelas mesmas uvas, mas salienta que a família Neto, que detem a Fajã, aí plantou verdelho.


Verdelho

Casta branca que tem o condão de nos oferecer um bom vinho e boas uvas de mesa.

Foi muito frequente, quer a norte, quer a sul da ilha. Hoje cultiva-se apenas em áreas intermédias, situadas entre os 400 e 500 metros de altitude, junto ao mar. Pode ser encontrada em Câmara de Lobos, Estreito e Ribeira da Janela.


Boal

O Boal, trazido certamente da Bretanha, teve a sua dominância em Câmara de Lobos, Campanário, Santo António, Estreito de Câmara de Lobos, Paul do Mar e Ponta do Pargo.

Com ele produzem-se óptimas uvas de mesa e um vinho de tipo meio doce.


Sercial

O sercial surge usualmente nas zonas altas entre os 600 e 700 metros de altitude, sendo o melhor produzido no Jardim da Serra, zonas altas do Estreito de Câmara de Lobos, Santo António Campanário e na Fajã da Ponta do Pargo.

O vinho produzido com esta uva é seco, sendo por isso o preferido das regiões frias. Foi muito apreciado na Inglaterra e Rússia.


Tinta negra mole

Esta pode confundir-se com outras três variedades (a tinta da Madeira, de Lisboa e Porto Santo) hoje praticamente desaparecidas. O seu ecossistema confunde-se com o das similares, surgindo em Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos e Santo António.

Hoje, no norte da ilha, nas zonas altas é a casta que tem substituído com sucesso a vinha americana, por isso S. Vicente é, no presente momento, um importante produtor.

Vinificação

O Funchal foi o centro privilegiado para o processo de vinificação, tendo como palco as adegas das casas exportadoras. Aqui, ao contrário do que sucede em muitas regiões é nítida a separação entre o sector produtivo e o processo de vinificação.

O processo de vinificação do vinho assente em dois sistemas: o canteiro e as estufas. O primeiro era um processo simples. As pipas descansavam cheias de vinho sob duas traves e aí procedia-se à clarificação e múltiplas trasfegas. A clarificação ocorria num período de 19 meses e tinha lugar entre 6 ou 8 vezes, usando-se para tal goma de peixe, clara de ovo e sangue.

Só a partir de meados do século XVIII temos notícia do uso da aguardente para "adubar" os vinhos. Primeiro usaram-se aguardentes de França, mas num segundo momento apostou-se na aguardente local. Esta prática de fortificação do vinho foi provocada pelos ingleses que também fizeram chegar até à ilha as ditas aguardentes. Em 1822 proibiu-se a entrada estas, sendo substituída pela da ilha feita com os vinhos fracos do norte. Esta medida favoreceu o desenvolvimento dos alambiques, especialmente na zona norte, e permitiu o escoamento de forma vantajosa do vinho de inferior qualidade.

Severiano de Freitas Ferraz foi um dos destacados interventores no processo por ter descoberto um maquinismo avançado de destilação contínua. Em meados do século XIX a ilha estava servida de 13 alambiques que ferviam em media 7 a 8000 pipas de vinho, quando em 1821 foram assinalados apenas 3 alambiques. O decreto-lei de 11 de Março de 1911 acabou com os alambiques para dar lugar ao monopólio do engenho do Hinton, com a aguardente de cana de açúcar, que se manteve até 1974.

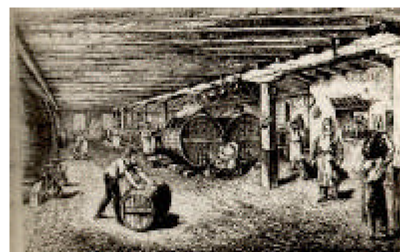
No processo de vinificação madeirense assinala-se o vinho da roda, considerado um feliz acaso. O vinho fazia o percurso desde a Madeira à Índia e o retorno à Inglaterra. A passagem pelos trópicos fazia com que o calor dos porões permitisse um rápido envelhecimento notado pelos ingleses que se tornaram usuais adeptos.

De imediato o vinho da roda ganhou fama e começou a embarcar-se pipas nos porões dos navios com esta finalidade. Daqui deu-se o salto para a concretização deste processo de envelhecimento prematuro do vinho localmente. As pipas passaram a ser expostas ao sol ou colocadas por cima dos fornos de pão expostas ao calor. Ao mesmo tempo construíram-se as primeiras estufas, isto é recintos fechados onde o ar quente circulava nas paredes em canos. A primeira que se conhece é de Pantaleão Fernandes e data de 1794.

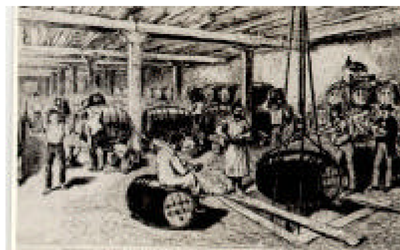
Nos inícios do século XIX levantou-se um movimento contra as estufas porque consideradas como prejudiciais ao vinho. Disso fez eco o Governador que determinou a sua



Armazém de vinhos de Blandy Brothers no Funchal. Gravura de 1880



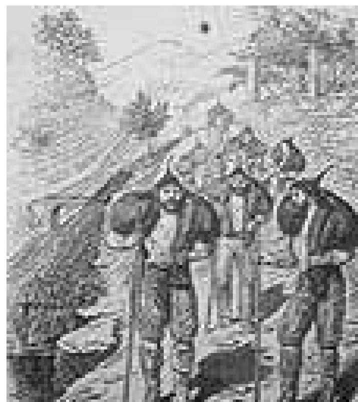
Armazém de vinhos de H. Dru Drury no Funchal. Gravura de 1880



Armazém de vinhos de Krohn Brothers no Funchal. Gravura de 1880

O VINHO DE RODA

"Pelo final do século XVIII, notaram os negociantes exportadores de vinho da Madeira, que este sujeito a longa viagem batido pelo balanço da embarcação, aquecido às abafadas temperaturas que se notam nos porões, tomava características especiais de aromatização, um todo precocemente envelhecido, pelo que mandavam muitas pipas à Índia com frete de torna-viagem, para lá voltar melhorado o vinho, que ficou sendo chamado de roda do mundo ou simplesmente vinho de roda". [Alberto Artur Sarmento, *Ensaios Históricos da Minha Terra*, Vol. III, Funchal, 1952]



Borracheiros. C- de Lobos. Gravura de 1880



Borracheiros. Estreito de Câmara de Lobos
Foto José P. Costa, anos sessenta do séc. XX

O BORRACHO OU ODRE

O uso dos odres para o transporte do vinho está testemunhado desde a Antiguidade e tem na cerâmica grega algumas evidências.

A sua presença entre nós está testemunhada no século XVI, sendo possível a aportação através das Canárias, onde os guanches os tinham mas com uso distinto. Eram os *zurrones* para guardar o *gofio* e leite de cabra.

Entre nós ganharam fama e foram um dos elementos pitorescos que mais chamou à atenção dos estrangeiros que deles deixaram importante testemunho. O espectáculo dos borracheiros é hoje um dado do passado e dele só ficou a célebre canção dos borracheiros e alguns lagares perdidos em casas antigas.

Hoje a realidade é distinta. A partir da década de quarenta o automóvel ocupou o lugar do homem no transporte do vinho ao Funchal. Às filas intermináveis de borracheiros sucedeu o desusado movimento de furgonetas com pipas ou bidões em pé a transbordar de mosto.

No presente mudou também o processo. As casas exportadoras passaram nos últimos anos a adquirir as uvas directamente aos viticultores, através de uma rede de agentes em toda a ilha. Deste modo a vindima resume-se quase só ao rotineiro gesto do apanhar das uvas. Esta nova forma de intervenção das empresas permite controlar todo o processo de vinificação, adequando-o às novas exigências do mercado e recomendações legislativas.

"A pele (de cabra) emprega-se no fabrico de borrachos (odres) para transportar vinho dos lagares para os armazéns, ...O borracho é feito de preferência da pele do macho, voltada de dentro para fora, depois de sangrado junto dum ouvido e de esfolado pelas orelhas. Pelas aberturas do pescoço e dos ombros, cortados nas articulações inferiores, aparta-se a pele da carne deixando parte do tecido da barriga para fortalecer aquela nessa região. "Fechado o borracho pelos membros e extremidades deste e lavado interiormente com água e cinza, a fim de se poder arrancar mais facilmente parte do pelo. É deitado em seguida a curtir num banho de casca de vinhático que lhe dá uma cor avermelhada. Passadas estas operações, procede-se à insuflação do ar pela abertura do pescoço, apertando o borracho pela parte média para que forme cintura e se torne mais cómodo para o transporte (horizontalmente) sobre os ombros. A suspensão faz-se ligando a pele dos membros próximos, anteriores e posteriores, em forma de ansas, às quais se prende a testeira-arriscol-formada de duas cordas paralelas (de lã, linho ou estopa entrançada) que vem apoiar-se sobre o frontal do condutor."[E. C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, I, Funchal, p. 423]



Fabricante de borrachos. Cadeirado da Sé do Funchal. Séc. XVI



Borracheiros. Funchal. Museu de Photographia Vicentes



Estufa de Cossart, Gordon & Co. Gravura de 1880

AS ESTUFAS

"Consiste o processo de estufar vinho, na seguinte maneira.

Qualquer que seja o edifício, (em geral são de abóbada) deve ser hermeticamente rebocado, a estuque, deixando-se-lhe apenas a porta por onde entra o vasilhame, a qual é também entaipada, depois que a cascadura se acha estivada dentro, e apenas se lhe deixa um postigo por onde um só homem possa caber, para ir diariamente examinar com uma lanterna se há novidade dentro. No edifício deve haver uma fornalha, praticada no interior, porém de maneira que facilmente seja alimentada de fora com o necessário combustível, findo o que é fechada. Em todo o circuito do muro da mesma Estufa há um cano ou tubo de cantaria ou tijolo, que faz circular o intenso calor da fornalha por toda a parte, calor que muitas vezes excede a 160 graus de Farenheit, e então o líquido ferve dentro da vasilha, como uma chaleira em cima de brasas, tendo-se-lhe previamente feito um furo no fundo superior, para não arrebentar. Durante 3 meses ou 100 dias se acha nesta continua fermentação na qual perde em geral 10 por 100 da sua totalidade; então apaga-se a fornalha, e dias depois vão as pipas para o canteiro, afim do vinho ser tratado. É notável, que até durante o maior auge de calor, entram neste Inferno artificial homens a isso acostumados, e com a ajuda da lanterna correm os sinuosos espaços com que o vasilhame está estivado, e estancam facilmente algum esvaimento, ruptura ou broca." [Paulo Perestrelo da Câmara, *Breve notícia sobre a Madeira*, Lisboa, 1841]



Desembarque de pipas de vinho. Gravura de 1880

proibição em 1802. Mas contra isto levantaram-se os mercadores e a própria Vereação do Funchal e a medida foi retirada em 1804.

D. João da Câmara Leme, face à discussão havida, procedeu a estudos em França para conseguir definir o melhor processo deste envelhecimento prematuro do vinho. Em 1889 apresentou o novo sistema que ficou conhecido como o vinho canavial. O vinho sujeitava-se a um aquecimento rápido e a um arrefecimento demorado em recipiente fechado, sendo o resultado final algo distinto dos demais vinhos.

Com o tempo as estufas não morreram, apenas foram aperfeiçoadas com o tempo. Os mecanismos a vapor substituíram as fornalhas de lenha e propiciam uma constante temperatura de 45 graus de acordo com o tempo estipulado que vai até 3 meses. No presente o sistema de canteiro convive de modo cordial com as estufas. Ambos os sistemas persistem e são usados pelas diversas empresas de acordo com o tipo de vinhos que se pretenda. Os chamados vinhos novos de 5 anos são quase sempre da estufa, enquanto os demais são de canteiro.

O mercado do vinho

Os mercados do vinho Madeira diversificaram-se ao longo dos tempos. Apenas o britânico manteve a sua fidelidade. Os ingleses foram os primeiros a apreciar o vinho da ilha desde o século XV e os que contribuíram para a sua expansão do mercado a partir do século XVII. Na evolução destes mercados podemos definir três momentos:

- séculos XV e XVI, dominado pela Europa, nomeadamente a França e Inglaterra,
- séculos XVII-XIX, momentos de afirmação das colónias europeias na América e Índia,
- partir de 1830 o retorno do vinho à Europa com o desfrute entre os mercados londrino e russo.

O vinho ganhou fama em toda a Europa Ocidental através da viva-voz dos apreciadores. Já em meados do século XV, o genovês, Cadamosto referia que os vinhos da ilha *"são em tanta quantidade, que chegam para os da ilha e se exportam muitos deles"*. Em pleno século XVI Giulio Landi (1530) diz-nos que os madeirenses não costumavam beber vinho, pois *"vendem-no a mercadores, que o levam para a Península Ibérica e para outros países setentrionais"*. E, em finais da centúria, Gaspar Frutuoso dá conta de que *"o vinho malvasia é o melhor que se acha no Universo e leva-se para a Índia e para muitas partes do mundo (...)"*.

O malvasia madeirense foi o mais conhecido, granjeando apreciadores na Europa e nos espaços revelados por estes a partir do século XV. A primeira referência documental à saída de vinho da ilha é de 1508 quando Diogo de Azambuja conduziu 21 pipas de vinho para a praça de Safim. Nesta época era na Europa que o vinho da Madeira tinha o seu principal mercado.

O século XVII foi o momento de afirmação do mercado colonial europeu. Isto resultou certamente da fama que o vinho Madeira ganhou pela sua capacidade de adaptação ao calor tórrido dos trópicos. Em 1634 o capitão-mor da Mina recomendava apenas o envio de vinhos da Madeira, porque os demais se degradavam. O mesmo sucedia em Angola que recebeu 3 pipas para uso nas missas dos Carmelitas.

O continente americano e o mundo Índico foram as novas apostas do vinho Madeira. Hans Sloane(1687) evidencia que a conquista de novos mercados resulta das desusadas propriedades do vinho. A mesma ideia é corroborada em 1689 por John Ovington, que dá conta da exportação de 8 mil pipas *"principalmente para as Índias Ocidentais, especialmente Barbados, onde tem mais aceitação que os vinhos europeus"*. As colónias inglesas da América foram desde a segunda metade do século XVII os primeiros e melhores mercados do vinho Madeira.

O Brasil foi o principal destino nacional do vinho. As mais antigas referências à presença do vinho Madeira no Brasil são da segunda metade do século XVI. Em 1572 rumaram para aí 36 pipas de vinho branco, a que se juntaram em 1587 outras 98 para o Espírito Santo e Rio de Janeiro, por troca com açúcar. A rota brasileira foi reforçada na centúria seguinte, devido às facilidades concedidas aos navios da frota do Brasil e à possibilidade da ilha intervir com o envio directo de duas embarcações. O vinho tinha lugar na mesa do senhor de engenho como sucedia em 1626 na de Sergipe do Conde que recebeu duas pipas.

A política mercantilista inglesa havia determinado que todo o movimento com os portos das colónias deveria ser feito por barcos com pavilhão inglês, com partida e regresso de Londres. A ordenança de 1663 estabelecia uma excepção para as ilhas da Madeira e Açores que ficaram com o exclusivo do fornecimento de vinho, por via directa. A América do Norte foi desde a década de quarenta do século XVII um dos principais destinos. Em 1645 o vinho vendeu-se em Boston, chegando a Nova York em 1687. A ilha encontrava-se na rota dos grandes comboios da Índia e das Antilhas. Só em 1788 uma armada com 70 navios carregou 2.000 pipas, e outra em 1799

DESTINO DO VINHO

"Esta ilha produz também grande quantidade de vinho de toda a espécie, mas a de maior quantidade é de vinhos generosos e brancos, semelhantes ao grego de Roma. Produz também malvasia mas não já em muita quantidade e é reputado melhor do que o de Cândia. E porque os da ilha não costumam beber vinho, vendem-no a mercadores, que o levam para a Península Ibérica e outros países setentrionais." [Giulio Landi, *Descrição da Ilha da Madeira*, 1530. publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981,]

"A grande produção da Madeira é o vinho e foi através dele que a ilha ganhou fama e sustento. As vinhas são cultivadas sempre que o solo, a água e a exposição ao sol propiciem as devidas condições (...). A qualidade dos vinhos não é igual, originando, consequentemente, preços diferentes. O melhor, feito de cepas importadas de Cândia por ordem do Infante D. Henrique, é designado por malvasia da Madeira, uma pipa do qual não pode ser comprada, no local, por menos de 40 ou 50 libras esterlinas. É um riquíssimo vinho doce, produzido em pequenas quantidades. A qualidade seguinte é o vinho seco, exportado para o mercado inglês a 30 ou 31 libras esterlinas por pipa. As qualidades inferiores, exportadas para os mercados das Índias Orientais, Índias Ocidentais e América do Norte, custam 28, 25 ou 20 libras esterlinas" [G. Foster, *A Voyage round the World, (1777). Publ. Alberto Vieira, História do Vinho da Madeira*, Funchal, 1993 p.336]

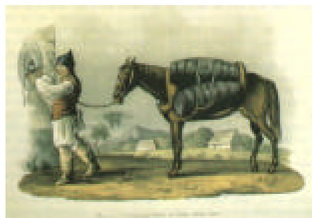


Zona ribeirinha do Funchal junto à Fortaleza de Santiago. Gravura do século XIX

EXCLUSIVO DO VINHO

O vinho é o único género abundante que produz esta ilha e faz toda a sua riqueza é a moeda que mais gira como equivalente do mais que importa para sustento de seus habitantes alimentados unicamente do seu produto sem recurso de nenhuma outra produção de outras bebidas capazes de adulterar os vinhos bons de embarque ou paralisar a venda dos baixos nas tabernas, que desta forma não vendidas se exportam com descrédito dos legais de embarque.

A Madeira é uma província de precária subsistência e não produz grão que chegue para consumo de dois meses e outros vegetais frutuosos apenas darão subsistência para mais um mês, de maneira, que o sustento de 8 para 9 meses lhe é importado. Ela não tem fábrica, nem produção alguma outra filha da natureza, ou de arte que socorra a esta e as outras precisões, além dos seus vinhos generosos. [Documentos de 1819 e 1821, in Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, N.º 4 625]



Barrileiro. Gravura do século XIX

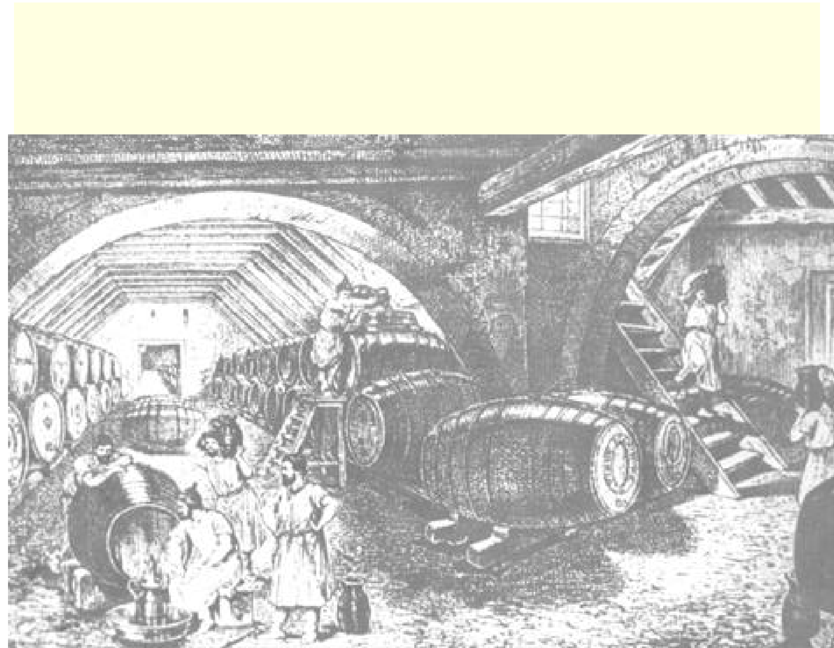
"Perfuma e alegra o solo um vinho histórico, produto de castas primitivas, sangue de raça a perpetuar na ilha o nome de Portugal. Foi este vinho companheiro dos colonos na rota da descoberta; postou-se de guarda à porta de suas casas, de braços abertos, numa ramada acolhedora a parentes, amigos e vizinhos; dá-lhe vida no trabalho; vibra-lhe na alma em festas de família e todos os anos se renova no barril ou quartola para o aquecer no Inverno, estugar-lhe o passo nas romarias do Verão, firmar promessas, selar contratos, fechar negócios e ser providência económica no seu lar."[E. Pereira, *Ilhas de Zargo*, Funchal, 1967, vol. I, pp. 558/9]

com 69 navios levou 3.041 pipas.

A Inglaterra, através dos diversos tratados, a partir do século XVII conduziu a Madeira para a esfera do seu mundo colonial transformando-a numa peça chave. Foi no século XVIII que se consolidaram os mercados do mundo colonial inglês. A partir daqui a Madeira tornou-se numa referência obrigatória. O vinho e as castas que o originavam foram motivo de admiração. A malvasia foi levada em 1736 pelo Dr. William Houston para Charleston e em 1773 Joseph Aleston fez aí chegar novas castas com igual sucesso. O facto de alguns dos heróis do movimento pró independência dos EUA se manifestarem publicamente seus apreciadores fez com que o Madeira ficasse como o símbolo da sua libertação.

A primeira metade do século XIX foi pautada por mudanças no mercado consumidor. Para o vinho Madeira foi o período de ruptura do Velho com o Novo Mundo. O mercado colonial cedeu lugar ao europeu. As colónias afastaram-se dos circuitos de distribuição do vinho Madeira.

A presença e dominância inglesa no comércio da ilha ficou reforçada nos inícios do século XIX com a ocupação da ilha pelas tropas britânicas. De acordo com o tratado de 1810 os ingleses viram a sua posição reforçada, sendo autorizados a adquirir o vinho em mosto, situação que até então lhes estava vedado.



Armazém de vinhos de Cossart Gordon no Funchal. Gravura de 1880

O VINHO DA MADEIR NA INGLATERRA E AMÉRICA DO NORTE



FALSTAFF, de Shakespere

A Inglaterra terá sido um dos primeiros destinos do vinho Madeira. A sua presença está aí documentada desde o século XV. Foi no século XVII, mercê dos tratados com a coroa portuguesa, que este destino se afirmou e que os ingleses assumiram uma dimensão importante na sociedade madeirense e comércio do vinho da ilha, controlando as saídas para Inglaterra e colónias inglesas na América e Índico.

William Shakespeare transmite-nos na sua obra o quotidiano da vivência privada e das tabernas da época. Aí, as referências ao vinho, em especial o malvasia, são frequentes. Na peça sobre Henrique IV, coloca John Falstaff a vender a sua alma "por um copo de Madeira e uma perna de capão".

Em 1478 Eduardo IV, rei de Inglaterra ordenou a execução de Jorge Plantageneta, Duque de Clarence, irmão do futuro rei Ricardo III, por atentar contra a soberania régia.

De acordo com a lenda, o duque preferiu morrer afogado numa pipa de malvasia.

A situação foi dramatizada, mais tarde por Shakespeare, tendo como pano de fundo a Torre de Londres. Diz-se que a malvasia em que se afogou o malogrado duque era oriunda da Madeira.



Torre de Londres



IN CONGRESS, July 4, 1776

The unanimous Declaration of the ... States of America

Declaração da Independência dos Estados Unidos. 4 Julho de 1776

A presença de vinho da Madeira na América do Norte é muito antiga, remontando aos primórdios de colonização inglesa na primeira metade do século XVII, mas só em meados da centúria seguinte se tornou numa moda, sendo o consumo um factor de prestígio social.

A proclamação da independência foi brindada com um cálice de vinho Madeira.

George Washington reclamara em 1759 uma pipa do velho Madeira, este era um consumidor diário dele, preferindo-o a qualquer outro. A tradição manteve-se juntos dos presidentes dos EUA. Em 1762 Benjamim Franklin na viagem à Europa não prescindiu de uma visita à Madeira e de se acompanhar de uns lotes de vinho. John Adams em 1784 exaltou as suas propriedades, sendo secundado em 1786 por Thomas Jefferson.

A posição da ilha no meio do Atlântico acarretou inúmeras vantagens, transformando-se em porto de escala do tráfico oceânico, ficando à margem dos conflitos que assolaram a Europa, como sejam a guerra de sucessão da Áustria (1740-1748), a guerra dos sete anos (1756-1763), a Revolução Francesa (1789) e o consequente Bloqueio Continental (1806). Apenas a guerra de independência dos EUA (1776-90) teve reflexos inevitáveis na Madeira uma vez que a instabilidade atingiu um dos melhores mercados do vinho e a convulsão orientou-se contra aqueles agentes que o dominavam.

A extrema vulnerabilidade da economia madeirense resulta do facto de assentar, desde muito cedo, na dominância de um produto de exportação. Em 1777 o vinho era considerado a grande riqueza da ilha e as 112 mil pipas não faziam *"o equilíbrio vantajoso à terra, por depender esta da introdução de tudo quanto necessita para a sua subsistência indispensável e por isso excede a exportação"*.

Os dados disponíveis sobre a exportação do vinho Madeira evidenciam uma tendência para a subida a partir de 1640, posição que só se inverteu a partir de 1814. O período de 1794 a 1801 pautou-se por uma alta das exportações. A conjuntura de finais do século XVIII e princípios do seguinte foi favorável. As guerras europeias fecharam ao mundo colonial os mercados europeus. As ilhas, que ficaram de fora disso, aproveitaram a oportunidade para a venda dos seus vinhos. Na Madeira esgotaram-se rapidamente os stocks de vinho de exportação. A incessante procura levou ao escoamento dos vinhos de inferior qualidade do norte. Para corresponder a esta situação apostou-se no aumento da produção, descuidou-se o sistema de tratamento e envelhecimento dos vinhos.

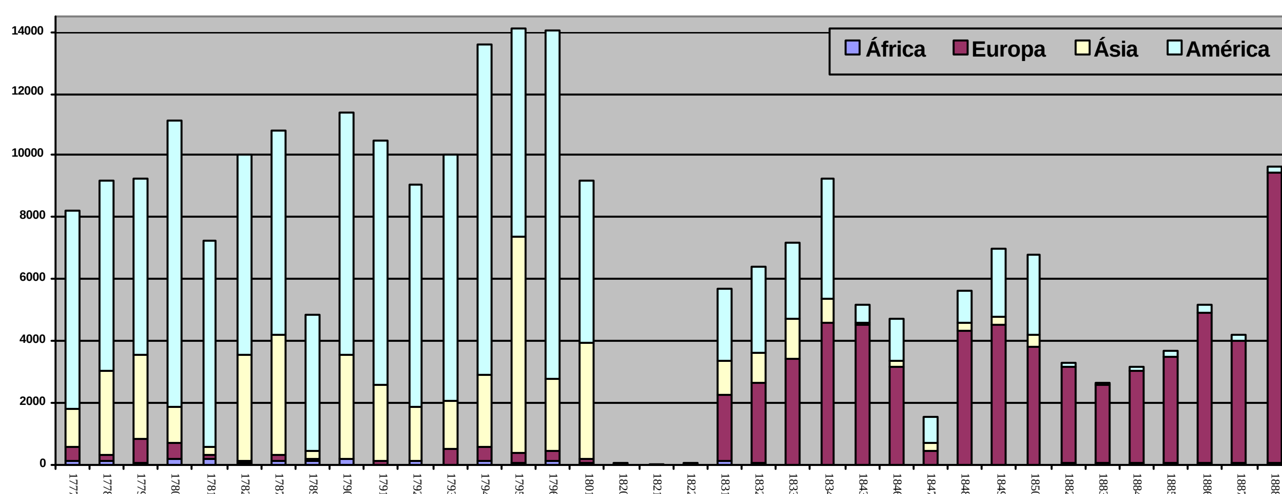
EXPORTAÇÃO DE VINHO SÉC. XVII

Destino	Pipas
Angola	1.368
Barbados	121
Brasil	133
Cabo Verde	25
Lisboa	108
Londres	232
Outros	1.452
Total	3.339

EXPORTAÇÃO DE VINHO 1701-1714

Destino	Pipas	%
Antilhas	15248	64
América do Norte	1290	5,5
Brasil	4450	19
India	330	1
Inglaterra	2261	10
outros	110	0,5

"As receitas régias na ilha, entre as quais havia um imposto sobre o vinho, eram, aliás, largamente excedentárias.(...)Este saldo servia mesmo, segundo um viajante inglês, para pagar os gastos da diplomacia portuguesa. Escrevendo em 1827, e comentando a ruína que a Revolução Liberal trouxe ao sistema dos impostos, declara: "antes o rei de Portugal pagava todas as despesas das suas legações no estrangeiro com o excedente das suas rendas da Madeira. Uma soma de 50.000 a 80.000 libras era transferida anualmente para Londres com este fim". [Albert Silbert, *Uma encruzilhada do Atlântico. Madeira (1640-1820)*, Funchal, 1997, p.95]



ÁREAS DE EXPORTAÇÃO DO VINHO MADEIRA

O VINHO CAI EM DESGRAÇA

"As aturadas guerras continentais e o recíproco bloqueio que impuseram o governo inglês e Napoleão Bonaparte, fizeram com que a ilha da Madeira se encontrasse com vinhos no mercado inglês e ser por isto ela só quem fornecia a Grã-Bretanha e suas imensas colónias deste artigo. Foi por esta simples causa que este produto do seu solo obteve uma demanda prodigiosa a par de um preço excessivo e por esta só também simples razão os habitantes destas ilhas abandonaram toda a espécie de agricultura e indústria que não fosse a cultura dos vinhos, fazendo-se indiscretamente dependentes da sorte, boa ou má deste só único produto. Com o produto das vinhas pagavam toda a classe de artigos necessários à vida e de luxo e, apesar de tudo a circulação de então em metais preciosos foi prodigiosa, a propriedade civil e rural se elevou a um valor difícil de se acreditar e a principal de todas, o jornal seguiu a mesma proporção regulando e sendo regulada pelo valor dos vinhos e de toda a espécie de propriedades.

(...) os vinhos destas ilhas têm há seis anos ficado estancados nos seus armazéns ou nos do mercado de Londres e outras partes, pois o que se tem embarcado de então para cá tem sido mais objecto de uma operação forçada e prejudicial, do que efeito de ordens encomendadas para esses mercados. Desde que esses transtornos tiveram lugar foi preciso comprar tudo, absolutamente tudo com o dinheiro que se tinha acumulado no tempo dessa efémera prosperidade, porém como o comércio inglês era o comércio por excelência destas ilhas e o que portanto se tinha apoderado do seu giro grosso e meudo, este apenas viu o transtorno a que estas ilhas eram condenadas, passaram seus principais agentes com seus capitais para Inglaterra e outras partes, deixando apenas seus caixeiros recompensados com a firma da casa, estes sem fundo não poderão derramar espécie alguma de recursos no país e só se destinaram a exercer a perniciosa operação das liquidações que não tiveram lugar nos tempos de prosperidade. O comércio nacional foi cousa que não existiu de 1810 e por isso sobre seus recursos nada se pode ventilar nem esperar. O dinheiro que nesse tempo se acumulou nas mãos dos habitantes teria sido suficiente a amparar este golpe se instantaneamente o luxo não lhes houvesse arrancado". [Relatório do governador José Lúcio Travassos Valdez de 1827, in Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, N.º 10256]

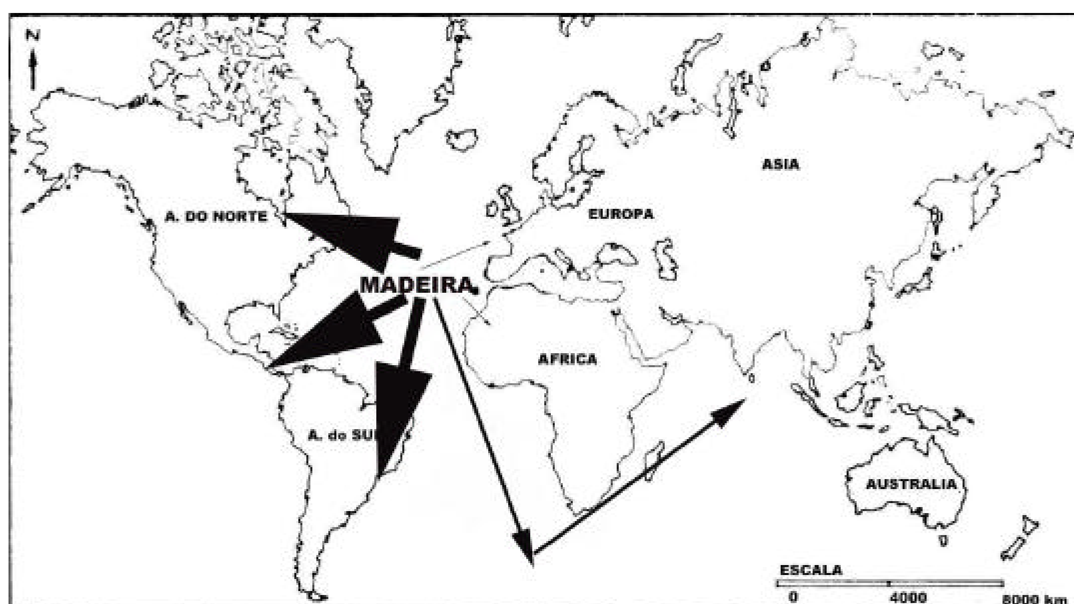
As estufas são o resultado mais evidente da conjuntura e firmaram-se como a solução para corresponder a esta incessante demanda. Com elas apressava-se o processo de envelhecimento do vinho através do calor.

Quando os mercados europeus voltaram à normalidade a Madeira entrou em colapso. O período de 1819 a 1823 foi crítico para a economia da ilha. A denúncia da situação é evidente em 1823 numa representação às cortes: *"o comércio decaiu, mais de vinte mil pipas de vinho se acham em mãos dos proprietários e negociantes"*. A cultura entrou em declínio com a praga do oídio em 1852 e da filoxera em 1872.

Esta conjuntura de crise de produção coincide com uma profunda mudança dos mercados. Os portos da Índia, Antilhas e EUA deram lugar aos europeus: Londres, Hamburgo, S. Petersburgo, Amsterdão. Álvaro Rodrigues de Azevedo refere em 1873 que estes *" vinhos na década de 1830 a 1840, se foram de mais em mais acreditando nos mercados das cidades hanseáticas, Rússia, Holanda e outros portos da Europa"*. Os dados da exportação confirmam esta viragem do mercado a partir de 1831. Para o período de 1831 a 1885 a disputa pelo primeiro lugar nas saídas de vinho Madeira estava entre Londres e S. Petersburgo.

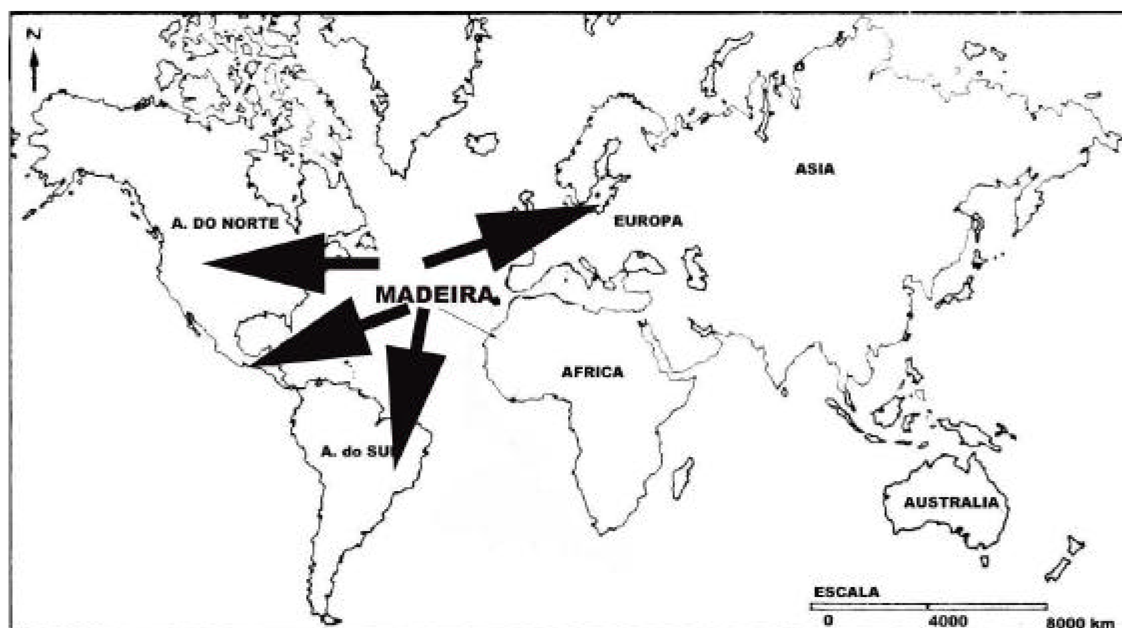
A Rússia foi um importante consumidor do vinho madeirense, por todo o século XIX. S. Petersburgo, a capital do império e do fausto russo, terá descoberto o vinho Madeira no último quartel do século XVIII, mas só na primeira metade do seguinte aí ancoraram, com assiduidade, os barcos com o Madeira. Em 1917 os revolucionários serviram-se dele para matar por envenenamento o místico G. Rapustine, privado da corte de Nicolau II, pondo termo à presença do vinho madeirense nestas paragens.

O vinho persiste ainda hoje na economia madeirense sendo um dos principais produtos de exportação e conjuntamente com a banana a fonte de rendimento da economia agrícola. Os actuais mercados não se afastam da realidade que venceu a partir da segunda metade do século XIX e que conduziu à afirmação do europeu. A Rússia, depois da revolução, perdeu importância, mas a Inglaterra continuou a manter a sua fidelidade ao vinho da ilha. A grande novidade será sem dúvida a afirmação do mercado nipónico nos últimos anos do século vinte, que rapidamente se transformou num das mais promissoras apostas.



Principais mercados do vinho Madeira no século XVIII

"A ilha da Madeira é conhecida pelos Americanos principal mente devido aos seus vinhos; e em anos anteriores, pelas quantidades de cereais que eram importados dos Estados Unidos para a ilha. Nos últimos anos, o número de embarcações aqui chegadas, vindas dos Estados Unidos, diminuiu, embora ainda seja matéria de algum interesse para o nosso comércio".
[Fitch W. Taylor.1840, publ. por Alberto Vieira, *História do Madeira*, Funchal, 1993, p. 356]



Principais mercados do vinho Madeira no século XIX

"(...)por 1815, terminando a guerra, a Inglaterra começou a ter menor necessidade dos vinhos da Madeira(...) e achar mais agradáveis e mais baratos os vinhos de outros mercados que nela tinham entrada.

Começou então a diminuir o comércio dos nossos vinhos,(...). a diminuição da exportação foi sobretudo notável para os Estados Unidos da América, onde , na década de 1830 a 1840, foi anualmente de 4000 pipas, e em 1882, foi apenas de 48 litros, ou pouco menos de um oitavo de pipa !"

[Conde de Canavial, *Os Três Sistemas de Tratamento dos vinhos da Madeira*, Funchal, 1900, publ.. Alberto Vieira, *História do Vinho da Madeira*, Funchal, 1983, p.321]

O comércio

A intervenção da coroa e municípios

O europeu definiu os circuitos comerciais e procurou mantê-los sob controlo. As coroas peninsulares, porque empenhadas num comércio monopolista, intervieram com assiduidade, regulamentando de forma exaustiva as actividades económicas e definindo o espaço de manobra dos agentes.

As ilhas, como regiões periféricas do centro de negócios europeus, ajustaram o seu desenvolvimento económico às necessidades do mercado e às carências alimentares europeias. Como contrapartida foram consumidores compulsivos das manufacturas europeias. A economia das ilhas definiu-se, assim, pelo carácter periférico, assente numa troca desigual de cariz colonial muito favorável ao europeu.

A excessiva intervenção da coroa, aliada às intempéries sazonais, tempestades marítimas, peste, epidemias, pirataria e corso, podem ser considerados os responsáveis pelo bloqueio dos circuitos comerciais. O permanente empenho no controlo e regulamentação do sistema de trocas é resultado da necessidade de preservar para a coroa o monopólio do comércio de determinados produtos em certas áreas, de assegurar o abastecimento local e definir os produtos adequados ao intercâmbio nos mercados atlântico e mediterrânico.

As instituições da Fazenda Real, o Almoxarifado e, depois, a Provedoria da Fazenda, em consonância com os municípios ditavam a política económica e controlavam a sua execução. As autoridades intervinham em todos os sectores de actividade e fases do processo: o município sob a forma de postura e a coroa por meio de regimentos.

O sistema de trocas estabelecido pelos portugueses no século XV para a Madeira pode ser definido da seguinte forma:

- *o comércio de cabotagem interna e inter-insular*, que englobava as comunicações e contactos comerciais no mercado interno, de nível local, regional e inter-regional, definindo o último os contactos entre as duas ilhas do arquipélago,
- *o comércio inter-insular*, as conexões com os diversos arquipélagos atlânticos,
- *o comércio atlântico*, os contactos de longa ou curta distância com os mercados europeu, africano e americano.

A rota de ligação às origens europeias foi a mais importante do comércio externo nos séculos XV e XVI. A sua permanência e fortalecimento dos contactos foi resultado da existência de produtos e mercados adequados e incentivadores da troca entre estes destinos.

A MOEDA

Uma das maiores dificuldades da economia das ilhas prendeu-se com a insistente falta de meios monetários. Ligado a isto esteve o uso da moeda castelhana e a diferença de valor entre a moeda corrente nas ilhas e o reino.

A situação resultava da forma directa com a balança de comércio que pende quase sempre a favor do exterior, mercê da dificuldade em assegurar contrapartidas para as trocas. No caso dos Açores e Canárias não havia muitas vezes equivalência para os cereais, tendo em conta que o vinho era aí dispensado.

Sendo a falta de moeda em circulação uma das constantes da economia madeirense, a forma usada para contornar esta dificuldade foi a circulação de moeda estrangeira, proibida por lei de 2 de Maio de 1879.

Outra forma de obviar a situação foi o recurso a fichas. Estas eram usadas de forma semelhante à moeda, sendo emitidas por casas comerciais ou instituições com o objectivo de facilitar os trocos e de suprir a falta de moeda. As primeiras fichas surgiram em 1793 por iniciativa de João Francisco Esmeraldo e rapidamente se generalizaram por intervenção dos ingleses.

A moeda corrente na ilha era a mesma do reino. Não obstante a autorização dada em 1664 para se cunhar moeda de ouro e prata na ilha só em 1750 temos referências a esta com o nome de *pecunia insulana* com o valor de 5 réis. No século dezanove tivemos três emissões(1842, 1850 e 1852) da pecunia madeirense.

Uma situação de cariz colonial sucede com o valor da moeda nas ilhas e no reino. Assim diferenciava-se a moeda forte do reino da moeda fraca, que tinham circulação na Madeira, Açores e colónias. A diferença, ou ágio, era de 25% sendo entendida como um meio para cobrir as despesa de transferência de moeda e de a atrair a estes espaços carentes. A situação acabou na Madeira por lei de 22 de Maio de1879 que estabeleceu a unificação da moeda do continente e ilhas.

As principais reformas do sistema monetário aconteceram no século XX. Primeiro, por lei de 23 de Maio de 1911 criou-se o escudo, com o valor correspondente de 100 centavos e a equivalência a 1$000 réis. Até então o padrão monetário era definido pelo real e cruzado. Depois foi o sistema monetário europeu, com o euro, estabelecido a partir de 1999 para os países comunitários que aderiram ao sistema monetário europeu, em que se inclui Portugal.

REGIMENTO: Alvará em que se estabelecem as normas de funcionamento de uma instituição, funcionário ou forma de arrecadação de um direito.

O comércio de cabotagem

A orografia da ilha não facilitou o acesso ao interior e a locomoção terrestre, obrigando a apostar-se num sistema de cabotagem para a manutenção dos contactos entre as diversas localidades. Na encosta norte o mar não o permitia todo o ano, sendo necessário o recurso à via terrestre. Em ambos os casos apostou-se, ainda que de forma lenta, no estabelecimento de infra-estruturas de apoio com a abertura e permanente reparo dos caminhos, construção de cais nas localidades mais importantes da ilha.

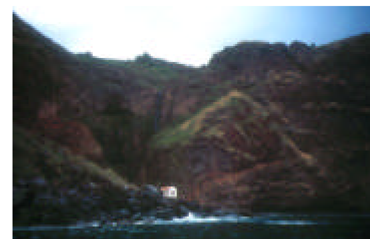
Na Madeira o desenvolvimento das vias de comunicação terrestre só foi uma realidade a partir da segunda metade do século dezanove. A economia agrícola da ilha teve que obedecer às possibilidades da via marítima, sendo definido por uma forte incidência na orla litoral. O mar dominou os contactos e o quotidiano.

O rumo traçado pelos primeiros povoadores, aquando do reconhecimento da ilha no século quinze, perdurou por muito tempo e condicionou a forma de progresso do povoamento e economia, que se fez a partir das enseadas e ancoradouros: Funchal, Machico, Santa Cruz, Ponta de Sol, Calheta. Foi em torno destas localidades que girou o movimento de mercadorias e pessoas. Para manter este circuito era necessário um grupo numeroso de barqueiros. O Funchal e demais localidades estavam em condições de satisfazer tal procura. A rede de escoamento do açúcar é exemplar e a expressão perfeita desta realidade.

Não obstante existir uma alfândega em cada capitania, o porto do Funchal manteve-se como a porta de entrada e saída da Madeira. A de Santa Cruz foi de vida efémera e a coroa sempre se preocupou em manter o sistema de trocas de cada ilha centrado numa localidade portuária importante, como forma de controlar este movimento. Era ao Funchal que se acolhiam os mercadores interessados no comércio de exportação e se recebia o cereal e manufacturas depois distribuídos por toda a ilha.

A Ribeira Brava, segundo Gaspar Frutuoso, foi *"uma fresca quinta donde os moradores da cidade acham e lhe vai o melhor trigo, frutas, caças, carnes e em maior abundância que em toda a ilha; e pode-se com razão chamar celeiro do Funchal, como a ilha de Sicília se chama de Itália"*.

O porto do Funchal não oferecia grandes condições à navegação internacional. A sua baía, ao contrário da de Machico, não era abrigada, sucedendo-se muitas vezes naufrágios. As condições de abordagem não eram as melhores, resumindo-se, por muito tempo, a um varadouro para os barcos pequenos e um calhau aberto para a descarga da mercadoria e passageiros. O primeiro cais de desembarque surgiu na Pontinha no século XVIII, mas só a partir de 1910 o molhe estava apto a oferecer alguns condições como porto comercial



Porto de Cabotagem da Quinta Grande

Cais	data
Ilhéu de Fora	1870
Abra	1905
Caniçal	1909
Machico	1874
Santa Cruz	1845
Porto Novo	1904
Ponta Oliveira	1909
Lazareto	1874
Qta Calaça	1903
Ponta da Cruz	1910
C. de Lobos	1876
Campanário	1908
Ribeira Brava	1904
Ponta Sol	1848
Pesqueiro	1916
Porto Moniz	1916
Seixal	1916
S. Jorge	1910
Faial	1903
Porto da Cruz	1903
Ilhéu de Cima	1902
Porto Santo	1928

Portos de cabotagem



Barco de cabotagem. Museu de Photographia Vicentes



Varadouro dos barcos, no Funchal. Museu de Photographia Vicentes.

O comércio inter-insular

O comércio entre as ilhas atlânticas foi resultado da complementaridade económica, proximidade e assiduidade dos contactos. O intercâmbio de homens, produtos e técnicas, dominou este sistema de contactos.

A Madeira, pela posição privilegiada entre os Açores e as Canárias, foi a principal responsável e beneficiada deste movimento. Os contactos com os Açores resultaram da presença madeirense na sua ocupação e da necessidade de abastecimento em cereais, que este arquipélago era um dos principais produtores. Com as Canárias as ligações foram resultado da presença de madeirenses, ao serviço do Infante D. Henrique, na disputa pela posse do arquipélago. O Funchal foi, ainda, por muito tempo um porto de apoio aos contactos entre as Canárias e o velho continente.

O trigo foi o principal móbil das conexões inter-insulares. No século XVI todos os testemunhos estão de acordo quanto ao papel dos cereais como os activadores e suportes do sistema de trocas entre a Madeira e arquipélagos vizinhos, considerados o celeiro madeirense. A rota de abastecimento de cereais teve a sua máxima expressão em princípios do século XVI. A referência mais antiga ao envio de trigo das Canárias para a Madeira data de 1504 de La Palma e 1506 de Tenerife. A presença do cereal açoriano só está documentada a partir de 1508, ano em que a coroa definiu a obrigatoriedade do fornecimento à Madeira. Nos séculos XVI e XVII a oferta de trigo das Canárias e dos Açores, representou cerca de metade das entradas. No caso açoriano era quase todo proveniente das ilhas de S. Miguel e Faial. Já nas Canárias evidenciaram-se as de Lanzarote, Fuerteventura e Tenerife.

A permanência desta rota de abastecimento de cereais favoreceu o alargamento das trocas comerciais entre os três arquipélagos, uma vez que ao comércio do cereal se associaram outros produtos. Aos Açores os madeirenses ofereciam vinho, açúcar, conservas, madeiras, eixos e aduelas de pipa, reexportação de artefactos e outros produtos de menor importância. Nas Canárias a troca alargava-se à fruta verde, liaças de vime, sumagre e panos de estopa, burel ou liteiro.

O comércio entre a Madeira e as Canárias antecedeu o estabelecimento dos primeiros contactos com os Açores. O relacionamento iniciara-se em meados do século quinze, activado pela disponibilidade no arquipélago vizinho de escravos, carne, queijo e sebo. A insistente procura de mão-de-obra para o arroteamento das clareiras abertas provocou o desvio da rota do comércio dos escravos, surgindo o Funchal e Las Palmas como dois eixos importantes do tráfico.



Cais da cidade **[Museu de Photographia Vicentes]: As obras do cais iniciaram-se em 1843 mas só foram concluídas em 1892. Em 1930 a Junta Geral avançou com o seu acrescentamento que só ficou concluído em 1933.**



As obras do porto
[Museu de Photographia Vicentes]

1756: ordem régia para a construção de um porto de abrigo
1757-1766: início de construção do primeiro cais na pontinha.
1823: recomendação para os estudos no sentido da construção do molhe,
1885: início obras de ligação dos dois ilhéus e construção do molhe,
1934-1939: terceira fase de construção do porto com abertura de túnel,
1957-1962: quarta fase. Conclusão das obras do porto.
1964: entrega do molhe à Junta Geral
1990: concurso para o terminal marítimo do Caniçal

"Aqui se colhe trigo melhor do que qualquer outro que venha de qualquer outra parte, o que claramente se conhece pelo pão que aqui se faz. A ilha produzia em maior quantidade se se semeasse. Mas a ambição das riquezas faz com que os habitantes, descuidando-se de semear trigo, se dediquem apenas ao fabrico do açúcar, pois deste tiram maiores proventos o que se explica não se colher na ilha trigo para mais de seis meses. Por isso há uma carestia de trigo, pois em grande abundância é importado das ilhas vizinhas."[Giulio Landi, Descrição da Ilha da Madeira, 1530, publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p. 84]

"O trigo que aí se colhe é muito bom, mas tão pouco que não chega para a terça parte da ilha; por isso são obrigados a importá-lo das Canárias e das ilhas dos Açores."[Pompeo Arditi(1567), publ. António Aragão, *A Madeira vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981, p.130]

tes do tráfico.

O relacionamento com as ilhas de Cabo Verde foi facilitado pelos benefícios fiscais atribuídos pela coroa desde 1507. A contrapartida baseava-se no fornecimento de cereal da Madeira e depois dos Açores. A Madeira usufruíu em 1562 e 1567 de facilidades no comércio de escravos de Cabo Verde e Rios de Guiné. Esta foi uma forma de suprir os problemas surgidos com a crise açucareira. A oferta de Cabo Verde alargava-se também ao sal, carne e couros.

A comunidade madeirense residente em Santiago foi numerosa, merecendo referência Francisco Dias, morador na Ribeira Grande. Através da informação colhida no seu testamento de 1599, pode ser definido como um dos mais importantes mercadores de escravos, empenhado no tráfico com a Madeira e Antilhas. Os madeirenses assumiram a partir daqui uma posição privilegiada no trato de escravos com a Costa da Guiné e os destinos finais do outro lado do Atlântico.

As conexões inter-insulares mantiveram-se até ao século XVII sem alterações significativas. A situação de afrontamento gerada pela Restauração da monarquia portuguesa em 1640 afastou as ilhas da Madeira e Açores dos contactos regulares com as Canárias. Em Cabo Verde o movimento perdeu importância pelo desinteresse no comércio de escravos e só foi reatado no decurso dos séculos XVIII e XIX por força da rota de comércio do vinho.

O comércio atlântico

Para além do mundo insular a Madeira apostou nas ligações a longa-distância dumo à Europa ou ao Novo Mundo. Os contactos entre a Madeira e o reino eram constantes e faziam-se com maior frequência a partir dos portos de Lisboa, Viana e Caminha. Os portos do norte mantiveram uma acção muito importante no período de apogeu da safra açucareira, uma vez que os marinheiros e mercadores daí oriundos controlavam parte significativa do tráfico comercial. Abasteciam a ilha de carne e panos, levando em troca o açúcar para os mercados nórdicos. O reino não dispunha de todos os artefactos solicitados pelos insulares e assim tornava-se imprescindível o alargamento geográfico das trocas comerciais. As riquezas acumuladas com o comércio apelavam ao luxo com produtos que só poderiam ser conseguidos nas praças de Ypres, Ruão e Londres.

"(...)por sabermos que os trigos dessas ilhas se gastam mais na ilha da Madeira que em nenhuma parte de nossos reinos. E por também provermos aos moradores da dita ilha de o poderem quando quiserem lá mandar comprar para suas despesas(...) nos praz e havemos por bem que nunca em nenhum tempo se tolha nem defenda a saca do dito trigo das ditas ilhas dos Açores para a dita ilha da Madeira".
[Alvará régio de 10 de Dezembro de 1517, publ., *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII, 1974, p.586]

ORIGEM	**XVI**	**XVII**
Açores	1187	12806
Canárias	712	1630
Flandres	1262	528
França	170	520
Portugal	145	400
Outros	405	1415

Mercados abastecedores de cereal . séculos XVI e XVII(total em moios de trigo)

	Moios
S. Miguel	91245
Sta Maria	847
Terceira	509
Graciosa	269
Faial	103
Flores	290
Açores	1664

Mercados açoreanos fornecedores da Madeira no século XVII



SUMAGRE: planta cujo pó resultante da trituração das folhas e flores tinha utilidade na medicina e tinturaria. As folhas foram também usado como tanante no curtimento dos couros, e com esta finalidade exportou-se para as ilhas Canárias.



LAZARETO: as regiões portuárias estiveram sempre sujeitas a doenças trazidas do exterior por passageiros e mercadorias. Neste sentido os municípios estabeleciam medidas de fiscalização através dos chamados oficiais de saúde, ao mesmo tempo que estabeleciam os locais de quarentena.

Lazareto é sinónimo de local de isolamento dos lázaros, mas também de espaço de quarentena ou de isolamento dos doentes.

Todas as embarcações que chegassem ao porto do Funchal, sem carta de saúde e houvesse suspeita que fossem provenientes de local com peste deveriam cumprir os passageiros e mercadorias um período de quarentena. Isto é quarenta dias de isolamento até estabelecerem contacto com a população, de forma a evitar qualquer contágio. Mesmo assim isto não evitou que em 1521 e 1538 o Funchal fosse contagiado pela peste.

O primeiro local de degredo em terra funcionou em Santa Catarina e junto à Ribeira de Gonçalo Aires, onde existia uma gafaria. No século XIX o mesmo fazia-se na zona da Praia Formosa.

As orientações no sentido da construção de um lazareto são de 1816 mas só em 1851 surgiu este no espaço da Quinta Gorgulho, junto à ribeira de Gonçalo Aires. Aí funcionara desde o século XVI uma gafaria para os doentes de lepra.

Na primeira metade do século XX a ilha foi assolada por diversas doenças que obrigaram ao isolamento dos afectados. A situação mais grave aconteceu em 1905 com a peste bubónica.

O Lazareto estava desde 1904 sob a direcção do Dr. Balbino do Rego, cuja política de isolamento absoluto dos doentes fez levantar a ira popular com o assalto e expulsão do seu director. A sua reabilitação deu-se em 1907 com a acção de Mary Jane Wilson no combate à varíola com o internamento dos doentes nesse estabelecimento.

A Madeira tinha para oferecer ao mercador do reino um grupo restrito de produtos mas capazes de cativar o seu interesse. No começo foram as madeiras, o sangue de drago e os excedentes da produção cerealífera, depois o açúcar fez redobrar a oferta e, finalmente, o vinho para abastecer as naus das rotas do Brasil ou outros destinos. A ilha recebia em troca um conjunto variado de produtos, como as manufacturas imprescindíveis ao uso e consumo quotidianos: louça, telha de Setúbal, Lisboa e Porto, panos, azeite e carne do norte.

O porto do Funchal actuou ainda como intermediário entre os portos do reino e as feitorias africanas no comércio de peles, escravos e algodão de Cabo Verde.

No início do povoamento da Madeira o produto que cativou a atenção dos portugueses foi o que deu nome à ilha, isto é, as madeiras. Estas, por serem de boa qualidade, tiveram usos múltiplos na ilha e fora dela. Muitas foram exportadas para o reino, praças africanas (Mogador e Safim) e portos europeus (Ruão).

O madeirense orientou nos séculos XV e XVI o sistema de trocas internacionais para o tradicional mercado europeu, com particular incidência no Mediterrâneo. Aqui assinalam-se cinco áreas:

- os portos do reino de Lagos, Lisboa, Porto, vila do Conde e Viana
- os portos norte da Europa, em especial da Inglaterra e Flandres
- as praças espanholas de Sevilha, San Lucar de Barrameda, Valência e Barcelona,
- as cidades italianas de Génova, Veneza e Livorno,
- os portos do Mediterrâneo Oriental, como Quios e Constantinopla.

As praças espanholas e italianas funcionaram, muitas vezes, como áreas de redistribuição para o mercado levantino.

A partir da segunda metade do século XVI a concorrência do açúcar americano retirou à Madeira a situação preferencial no mercado europeu. Os produtos derivados do açúcar, como as conservas e casca, continuaram a activar o movimento com estes mercados. Era pouco o açúcar exportado, mas abundantes os produtos dele derivados. Estamos na época do comércio de casca e de conservas.

Os contactos entre a Madeira e o litoral americano desenvolveram-se, após a quebra da cultura da cana de açúcar, com o incremento do comércio do vinho. As colónias inglesas das Antilhas e da América do Norte afirmaram-se como espaços consumidores do vinho. A partir de finais do século XVII, aos portos de Pernambuco, Rio de Janeiro, Baía juntaram-se os de New England, New York, Pensylvania, Virginia, Maryland, Bermuda, Barbados, Jamaica, Antigua e Curaçau.

Nos séculos XVIII e XIX não foi menor o protagonismo insular. As ilhas continuaram a manter a função de escalas de navegação, tornando-se mais justificada a partir de finais do século XIX com a necessidade de reabastecimento de carvão. A isto juntou-se também a função de centro de apoio e laboratório das expedições científicas europeias. Os cientistas cruzaram-se com mercadores e seguiram as rotas delineadas desde o século XV. A estes juntaram-se os "turistas", que passaram a afluir às ilhas desde o século XVIII na busca de cura para a tísica pulmonar ou à sua descoberta.

O protagonismo da Madeira ficou evidenciado por força da presença dos ingleses e da função que a ilha exerceu na estratégia colonial britânica. Fora deste universo registar-se-á como novidade a separação do mercado da América do Norte a partir da independência em 1776 que ficou como o interlocutor destacado no comércio externo da ilha entre finais do século XVIII e princípios do século XX.

A política de incentivo do governo espanhol, com a criação dos portos francos de Canárias, desviou parte significativa do tráfico madeirense. O porto do Funchal perdeu competitividade face aos excessivos de direitos de ancoramento e tonelagem, não conseguindo os comerciantes os políticos madeirenses fazer vingar a política de porto franco como forma de recuperação económica do arquipélago.

Ontem como hoje, a situação económica da ilha esteve sob a dependência do mundo continental que a envolve, tendo o Atlântico como caminho. Os conflitos locais e mundiais repercutiram-se de forma directa na conjuntura, definindo crises, secundadas pela fome e emigração. Foi isso que sucedeu nas décadas de quarenta e cinquenta do século dezanove, com a crise do comércio do vinho e, mais tarde, com o deflagrar das guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). O Atlântico abriu-lhe o caminho de fuga à guerra, à fome e ao sofrimento.



Pilar de Banger [Museu de Photographia Vicentes**]**: mandado construir em 1796 por John Light Banger foi usado como guindaste para transporte de mercadorias dos barcos e depois de posto de sinais. Foi demolido em 1939.



Navio de longo curso na baía do Funchal

FOMES: As crises de subsistência e as fomes são uma constante da História da Madeira.

Até à década de setenta do século XV a Madeira foi uma região excedentária de cereal. As a partir de então tudo mudou passando a ilha a situar-se numa situação de dependência do mercado externo.

No decurso dos séculos seguintes domina a falta de cereal devido à falta do adequado aprovisionamento. As crises agravam-se nos períodos de maior incidência do corso ou de dificuldades para a principal cultura de exportação que funciona como activadora do sistema de trocas e de suporte às despesas de abastecimento.

O momento de maiores dificuldades, assinalado nos anais da História decorreu entre 1846-47, tendo provocado a morte de mais de dois terços da população madeirense. Acudiu o então governador civil José Silvestre Ribeiro que promoveu várias obras públicas.

As comunidades estrangeiras contribuíram com diversas dádivas para acudir à calamidade que se abateu sobre a ilha. A emigração para as Antilhas inglesas foi, sem dúvida, a solução para muitos dos famintos.



Porto do Funchal - Museu de Photographia Vicentes



Hotel Monte Palace - **Museu de Photographia Vicentes**



Comboio do Monte [Museu de Photographia Vicentes**]:** a linha férrea que ligava a Rua do Pombal ao Monte começou a ser construída em 1893 mas só em 1912 chegou ao Terreiro da Luta. Uma explosão da caldeira a 10 de Setembro de 1919 foi o início da crise deste meio que acabou definitivamente em 1943, por força da crise do turismo e da afirmação do automóvel.

"A Madeira viveu sempre na estreita dependência dos mercados externos e bastaram já três anos e meio de guerra para deixarem na sua vida e na sua fisionomia cicatrizes fundas e perduráveis. Foram o comércio, a navegação, o turismo, os grandes propulsores do desenvolvimento insular."
[*Diário de Notícias*, 28 de Fevereiro de 1940]

"A Madeira sofre dura e intensamente os efeitos da guerra, as suas repercussões e consequências pode dizer-se, com absoluta verdade, em todos os ramos da sua economia. Desapareceram, em grande parte, os nossos mercados consumidores, baixaram as exportações, quase que paralisou a navegação estrangeira e, desde a declaração da guerra até hoje o turismo deixou de ser aquele que derrama por todas as actividades e que era um dos grandes pulmões da vida regional."
[*Diário de Notícias*, 21 de Julho de 1940]

No período da 1.ª guerra, a América que dois séculos atrás se afirmara como o preferencial consumidor do vinho, foi o único mercado a comprar os produtos da ilha(vinho, vimes e bordados) e a abrir as portas à emigração. Entretanto das províncias portuguesas africanas, como Angola e Cabo Verde, chegava o milho, o principal ingrediente da dieta madeirense.

A economia madeirense definia-se então por uma multiplicidade de produtos que garantiam as exportações. O vinho, o bordado, os vimes (e os artefactos dele derivados) mantiveram a animação comercial com o exterior, enquanto o turismo completava esta realidade ao nível interno. A animação não resultou apenas da disponibilidade de serviços e produtos mas também, da função do porto do Funchal como escala oceânica. Aqui aportavam os vapores das carreiras do Cabo, Brasil, Colónias Portuguesas e E.U.A.

Antes da Segunda Guerra Mundial os cerca de 150.000 turistas que anualmente visitavam a ilha deixavam receitas no valor de 8 a 9.000 contos. A sua ausência lançou para o desemprego centenas de trabalhadores e privou a ilha de uma importante fonte de receita. Encerraram-se os hotéis que só voltaram a abrir após a guerra. Ingleses e alemães, os principais clientes ausentaram-se. Na década de trinta os primeiros representavam 54% e os segundos 17%.

A ausência de embarcações no porto repercutiu-se de forma directa no abastecimento da ilha em mantimentos (cereais) e nas exportações disponíveis. O movimento só se restabeleceu a partir de 1946. A guerra levou à destruição da marinha mercante e tardou algum tempo a reposição da frota. Logo no Verão de 1940 a situação começou a agudizar-se. O vinho e vimes entraram em crise. Apenas as exportações do bordado conseguiram manter-se em plena actividade, para gáudio das cerca de 130.000 bordadeiras (entre 1942-1946) devido à aposta no mercado dos Estados Unidos, que recebeu 72% destas exportações. Deste modo a tendência foi para subida do bordado nos anos de guerra.

Pior que a ausência de exportação para os produtos da terra foi a falta de entrada dos cereais que serviam para alimentar os madeirenses. A situação a que a ilha ficou sujeita, após o deflagrar da II guerra mundial, obrigou à tomada de medidas de modo a não repetir-se o sucedido entre 1914-1919. A 16 de Novembro, 15 dias após o início do conflito, o Governador Civil do Distrito determinou algumas medidas de controlo dos preços e intensificação do cultivo da terra, para, quinze dias mais tarde, estabelecer comissões de socorro capazes de assegurar trabalho aos desempregados conforme o Decreto-Lei nº. 30 605. Do plano fazia parte um projecto hidroeléctrico e a intensificação das obras públicas.

Para saber mais...

O artesanato e as indústrias



A valorização económica da ilha só foi possível com a definição de uma ajustada estrutura sócio-profissional capaz de satisfazer as necessidades fundamentais da sociedade e gera os produtos que alimentava o comércio externo.

Diversas actividades de carácter artesanal completam o processo económico madeirense, atribuindo uma mais-valia à ilha e aos que nele participavam. Muitas daquelas faziam-se por necessidade dos próprios, mas outras tiveram como objectivo o mercado externo. A obra de vimes e o bordado foram actividades que ocuparam parte significativa da população, sendo uma forma de gerar riqueza e complemento importante para a economia familiar.

O século XIX foi pautado por uma profunda mudança no sector. A crise do vinho retirou importância à maioria dos tanoeiros. O turismo veio propiciar um conjunto de ofícios.



Bordadeiras. Painel de azulejo

O bordado

O bordado madeirense não é uma invenção britânica, mas sim fruto de uma tradição portuguesa trazida para a ilha pelos primeiros colonos e que persistiu em muitas famílias como forma de gosto e hábito. A partir de meados do século XIX esta indústria adquiriu uma função fundamental na economia da ilha e um suplemento familiar. A ligação inglesa surge apenas a partir de 1854 com Miss Phelps que foi responsável pela sua promoção no mercado britânico.

A primeira promoção do bordado e outras actividades artesanais aconteceu em 1850 na exposição industrial feita no Funchal por iniciativa do Governador Civil, José Silvestre Ribeiro, repetindo-se depois na Exposição Universal de Londres. Esta presença em Inglaterra foi importante para que o bordado aí entrasse rapidamente pela mão dos próprios ingleses, transformando-se numa moda para as famílias ingle-

A segunda metade do século dezanove foi o momento crucial para a afirmação da produção e comércio do bordado. Os dados estatísticos assim o confirmam. Em 1862 temos 1029 bordadeiras no Funchal e Câmara de Lobos cujos bordados renderam nas exportações cerca de sete contos. O aumento da procura do bordado fez crescer o seu número; em 1906 eram 30.000 subindo para 45.000 em 1924, atingindo-se em 1950 as sessenta mil.

Aos poucos o bordado Madeira ganhou fama e surgiram novos mercados. Em 1863 exportava-se já para os Estados Unidos, enquanto na década de oitenta abriu-se o mercado alemão, que rapidamente adquiriu uma posição dominante, devido às regalias aduaneiras existentes na ilha e em Hamburgo, o principal porto de destino. Os valores continuaram a subir sendo em 1906 trinta mil as bordadeiras e dois mil os profissionais nas oito casas que contribuíam com 242.342$180 réis. Já em 1912 temos 34.500 bordadeiras.

O século XX marcou a diversificação dos mercados e a alteração da matéria prima. O algodão e a cambraia cederam lugar ao linho cru e a linha dominante passou a ser a castanha. Aos tradicionais mercados juntaram-se o Brasil os EUA, Canadá, França e África do Sul.

Os alemães mantiveram até 1914 uma posição dominante neste comércio, a que estavam ligados desde 1880. A sua presença conduziu ao aumento do número de casas dedicadas ao comércio

sas.

do bordado. Em 1920 eram sessenta e uma, mas a crise económica e a guerra mundial conduziram a uma redução para quase metade em 1948, passando a trinta e quatro.

Com a guerra os alemães perderam importância na exportação do bordado madeira em favor dos sírios Na década de cinquenta a crise do cruzeiro levou à perda do mercado brasileiro, mas a tradição do bordado manteve-



A bordadeira, Jardins do IBTAM: 1986. Anjos Teixeira

se em algumas cidades brasileiras por mãos de madeirenses que para aí emigraram. O Brasil cedeu lugar à Venezuela e à Itália. Os EUA continuaram a ser um dos mais destacados mercados.

A maioria dos mercados estavam na mão de um grupo restrito de comerciantes, oriundos do país de destino do grosso das exportações e entre eles e o mercado de destino existia uma relação de dependência que se alargava até ao tipo de bordado, padrões e tecidos. Assim sucedia com os mercados americano e alemão.

Estes artefactos podiam ser laborados na ilha ou no próprio local de destino por mãos hábeis de mulheres madeirenses. Foi isso que aconteceu no Brasil e Hawai.

O bordado foi uma actividade que ocupou a mão de obra feminina em toda a ilha. Isto aconteceu desde o século XIX. Na década de sessenta as bordadeiras apenas existiam no Funchal e Câmara de Lobos, mas já nos anos noventa a actividade alargava-se a toda a ilha da Madeira e havia chegado ao Porto Santo.

O facto desta actividade ser maioritariamente executada em casa, permitia a muitas bordadeiras conciliar o acto de bordar com trabalhos agrícolas e caseiros. Daqui resultava um precário suplemento em dinheiro. Em 1952 o bordado distribuía 47.252 contos por cerca de 60.000 bordadeiras. Para Ramon Honorato Rodrigues(1955) o bordado era a indústria *"mais importante desta ilha, pelo volume dos salários e remunerações, pelo pessoal empregado e pela endosmose de divisas – dólar correspondente à maioria dos artigos produzidos."*

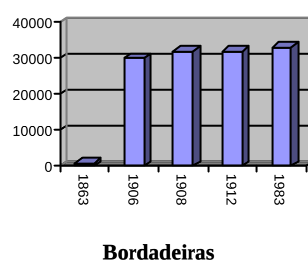
A conjuntura económica da década de trinta conduziu à criação do Grémio dos Industriais de Bordado da Ilha da Madeira (1935) com o objectivo de orientar a indústria e promover o comércio. De acordo com um relatório de 1952 o bordado ocupava mais de cinquenta mil famílias, o que significa mais de metade das famílias do meio rural.

A crise da década de oitenta levou ao encerramento da maior parte das casas de bordados deixando o mesmo de assumir o papel que tinha na economia familiar e da ilha.

O retrato da bordadeira, da sua vivência e das casas de bordado deu motivo suficiente para que Horácio Bento de Gouveia dedicasse o romance *Lágrimas Correndo Mundo* (1959) estas vivências rurais. Já em 1922 Elmano Vieira fizera delas o tema da uma opereta *"As Meninas dos Bordados"* e o Feiticeiro do Norte, Manuel Gonçalves(1858-1927)lhes havia dedicado um folheto de trovas populares *"As Raparigas dos Bordados"*.



Bordadeiras



Bordadeiras

Exportação de Bordado Madeira em contos

Obra de vimes

Outra actividade importante no domínio do artesanato foi a obra de vimes. Desde o século XVI que sabemos do fabrico de cestos de verga para os trabalhos agrícolas e serviço de casa. O cultivo do vimeiro adquiriu importância na segunda metade do século XIX, com especial incremento na freguesia da Camacha dando rapidamente se espalhou às freguesias do norte, nomeadamente a de Boaventura.

Os vimes eram transformados na ilha ou então exportados em bruto para os Estados Unidos e Europa. Localmente era usado para o fabrico de cestos de uso caseiro e agrícola, como era o caso dos barreleiros, gigos, da pesca, como os ceirões e covos, carros de cesto que descem do Monte e em inúmeras peças de mobiliário, como cadeiras, canapés, mesas, cestas, tão do agrado dos residentes e visitantes.

Desde meados do século XIX que os bomboteiros vendiam obra de vimes aos vapores que aportavam ao Funchal e no ano de 1848-49 sabemos da saída de verga em obra, cestos de palha e verga para os portos nacionais e estrangeiro (Canárias, Brasil, Demerara, Inglaterra).

A partir da década de vinte do século XX foi notório o incremento da indústria de obra de vimes. Já nos anos trinta a aposta deu-se na exportação do vime em bruto para os Estados Unidos e Continente. Em 1920 a ilha exportava 162.057 kg de obra de vimes e 76.520 kg em bruto. Passados dez anos inverteu-se a situação, sendo o vime em bruto 175.441 kg e em obra 84.548 kg.

A partir dos anos cinquenta o comércio em torno da obra de vimes voltou a subir, atingindo 518.980 kg. Isto repercutiu-se no volume de negócios, pelo que, dos cerca de trezentos contos na década de trinta, passou-se para mais de dez mil contos em 1945 e passado dez anos atingiu-se o dobro. As exportações destinavam-se a dois mercados: Portugal Continental e Estados Unidos. Em 1953 o continente recebia mais de setenta por cento do vime em bruto e a Inglaterra 22%, enquanto na obra de vimes os Estados Unidos absorviam noventa por cento.

Durante muito tempo a exportação do vinho era feita a granel havendo necessidade do vasilhame em madeira. Normalmente a madeira de carvalho era importada dos Estados Unidos, de Charleston por exemplo, e na ilha procedia-se ao fabrico das pipas em oficinas anexas às lojas de vinhos ou independente. Em 1862 havia 52 oficinas de tanoaria em laboração com mais de duzentos operários e estavam situadas maioritariamente na cidade.



Tanoeiro

Outros ofícios estavam ligados ao trabalho da madeira, como era o caso dos carpinteiros e marceneiros. As oficinas de marcenaria trabalhava com as madeiras da ilha ou importadas. A concentração destes ofícios era maioritariamente na cidade; assim em 1863 trabalhavam na cidade 92 do total de 120 marceneiros de toda a ilha. O mesmo sucede com os carpinteiros em que o Funchal apresentava 112 do total de 196.

O museu da Quinta das Cruzes é depositário de uma importante colecção de armários do século XVII, conhecidos como de “caixa de açúcar”. Esta designação resulta do facto de no seu fabrico se usarem as mesmas madeiras (cedro, vinhático e til) das caixas de açúcar. A importação de açúcar do Brasil a partir do século XVIII contribuiu para a reutilização de algumas das madeiras de caixas de açúcar(jequitibá e a tapinhoá.).



O trabalho do vime

A partir da década de cinquenta a concorrência da Jugoslávia, Hungria, Hong-Kong e Japão repercutiu-se de forma negativa, provocando a quebra mais importante em 1954. Na década de oitenta o vime parece que sucumbiu face à concorrência, diminuindo a exportação em bruto e em obra   Hoje o principal mercado do vime está na venda de obra na ilha aos locais e turistas.

Trabalhos em madeira

Das actividades oficinais merece a nossa atenção aquelas que se prendem com os sectores dominantes no processo económico. No caso do vinho é necessário ter em conta o tanoeiros, de que ficou memória numa rua da cidade.



Embutido

O embutidor trabalhava próximo dos ofícios anteriores, sendo-lhe atribuída a missão de dar às pequenas peças de mobília o aspecto artístico. Através do jogo da cor das diferentes madeiras era possível traçar retratos, flores, construções geométricas que decoravam tampos de mesas, cofres, caixas e caixinhas.

As referências mais antigas a este ofício reportam-se ao século XVII mas



Armário de duas portas: Do Convento de Santa Clara [Museu da Quinta das Cruzes]

Santo e S. Vicente.

Em termos geológicos a freguesia de S. Vicente apresenta uma particularidade em relação às demais, isto é, uma intercalação calcária marinha, que só tem caso parecido nas Ilhas de Santa Maria e Porto Santo. No último quartel do século XVIII estão documentados dois fornos: um no cabo da Ribeira do Mato e outro na Vila, nas proximidades da Igreja. Este filão calcário foi de grande importância no decurso dos séculos XVIII e XIX.

No Porto Santo a falta de lenhas impediu o desenvolvimento desta indústria, que só teve incremento em meados do século XIX com o carvão de pedra. S. Vicente, ao invés, dispunha da matéria-prima, necessária à laboração da cal, a pedreira e as lenhas.

Nas indústrias ligadas à construção surgem os fornos de telha, onde se coziam as telhas de barro e os de cal onde se preparava a cal. Nos primeiros temos cinco fornos no Funchal e três no Porto Santo, no segundo são apenas 10 fornos no Porto Santo, não obstante ter existido outros no Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos e S. Vicente.

Na Madeira apenas temos notícia do número de fornos para o século XIX. Em 1845 referem-se quatro, passando para cinco em 1863. Os da vertente sul laboravam a pedra calcária vinda do Porto Santo, tornando-a mais vantajosa pela falta de lenhas. Apenas em S. Vicente, desde o século XVI, dispensava-se a pedra calcária portossantense, pela existência de um filão de cal na zona dos Lameiros que foi explorada em época recente mas que hoje, a exemplo do Porto Santo, deixou de ter importância. Foi na ilha do Porto Santo e nomeadamente no Ilhéu de Baixo que a exploração da cal se trans-

foi na segunda metade do século XIX que a arte ganhou fama na ilha e fora dela. Os embutidos foram motivo de atracção na exposição industrial do Funchal de 1850 e desde então não mais parou a marcha para o sucesso, sendo o preferido para os presentes às individualidades que visitavam a ilha. Em 1901 o rei D. Carlos foi presenteado com uma mesa de embutidos.

A fama do embutido e a sua procura levaram à criação de oficinas especializadas. A primeira foi criada em 1770 na fortaleza do Pico, mas sem dúvida quem deu maior alento aos embutidos foi a escola de desenho industrial em 1889, que teve a oficialização de oficina em 1916.



Antigo forno de Cal no Porto Santo

A telha e a cal

No século XV o senhorio da ilha interessado em manter sem sobressaltos a indústria açucareira proibiu a sua exploração, obrigando os madeirenses a importá-la do continente. Mas, já no século XVI a situação foi distinta. O Açúcar perdeu importância na economia madeirense e as investidas dos piratas e corsários obrigavam à construção de fortificações. Isto implicou o incremento da indústria da cal, das pedreiras do arquipélago, que apenas existiam no Porto formou numa importante fonte de riqueza. A sua presença e valor económico permaneceu até ao século XX, pois em 1903 temos um novo forno no sítio do Barrinho, propriedade de João Pedro Faria. Note-se que em 1888 Manuel da Costa Lira apontava a necessidade de traçar uma estrada desde a pedreira ao mar para facilitar o escoamento da cal.

Em 1888 a produção de cal era considerada um importante recurso capaz de revitalizar a economia do norte da ilha. Nos anos sessenta do século XX foi ainda o retorno à exploração do calcário, pois um parecer do Laboratório Minerológico e Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa informava que as amostras analisadas eram de óptima qualidade, sendo de grande interesse económico para o concelho a exploração o que na realidade veio a acontecer.

A olaria

A presença de barro na Madeira e Porto Santo é evidenciada pela toponímia. A sua disponibilidade nunca foi suficiente para as necessidades internas, uma vez que à procura para o fabrico de utensílios domésticos e telha dita romana, havia nos séculos XV e XVI a sua utilização no fabrico de açúcar, quer para formas, quer na fase de purificação. A situação obrigou a coroa a tomar medidas na defesa dos barreiros e lamaceiros e só quando terminou a exploração açucareira ficou livre o seu uso.

De acordo com as posturas do século XVI podia-se adquirir potes, alguidares, panelas, tigelas, vasos, púcaros, fogareiros, luminárias, cangirões, mealheiros, talhas.

No Funchal existiam olarias e o testemunho desta actividade permaneceu na toponímia da cidade, a rua da Olaria. Para o século XIX conhecem-se olarias no Funchal, Machico Santa Cruz, Ponta de Sol, Calheta e Boaventura.

A olaria de José Francisco de Sousa, em Santa Luzia, que em 1825 fabricava loiça, era considerada tão boa como a do reino. A fábrica de Francisco José Nogueira Guimarães (1874) na Achada produzia louça de barro ordinário e vidrada, com barro importado de Lisboa. Em 1862 eram cinco as olarias a laborar na ilha.

A saboaria

De entre os produtos básicos de higiene destaca-se o sabão. A sua produção e comercialização era um privilégio do infante D. Henrique que as cedeu aos capitães no espaço das capitanias. Esta situação persistiu até 1766 altura em que todas as saboarias passaram para a administração da Fazenda Real, acabando extinto o monopólio em 1857. A cidade recorda ainda hoje na toponímia com a Rua do



Colheita do linho

Sabão.

Desde o início da ocupação da ilha que foram evidentes as dificuldades com a venda de sabão. Primeiro foi o preço elevado que obrigou a uma intervenção do duque e à decisão em 1486 de permitir o seu fabrico na ilha, situação que foi revogada em 1529 pelo elevado dispêndio de lenha, tão necessária para o fabrico do açúcar. Perante estas condicionantes a população rural socorria-se de produtos alternativos como a barrilha e cinzas.

Na primeira metade do século XIX as senhoras compravam os sabonetes estrangeiros de contrabando nas lojas inglesas. Com o fim do monopólio surgiram diversas fábricas na ilha sendo de salientar em 1860 as de Constantino Cabral de Noronha e José Joaquim de Freitas.

Para o fabrico do sabão necessitava-se de barrilha, que existia em abundância nas ilhas Desertas. Anualmente as duas fábricas consumiam quase 200 toneladas e precisavam 132 carradas e lenha de pinho, urze e castanho. Esta última situação foi responsável pelo atraso da indústria dos sabões na ilha.

A tecelagem

No meio rural surgiram algumas actividades caseiras específicas com objectivo de satisfazer as necessidades da casa, de que se destacam o cultivo do linho e a tecelagem.

A matéria-prima fundamental, o linho, lã de ovinos e materiais de tinturaria, era de produção local, o que fazia com que muitas das peças de lã, linho e estopa fossem mais baratas que os tecidos de garridas cores vendidos pelos adelos.

A presença dos adelos, nome dado aos vendedores de tecidos que percorriam o meio rural com a sua mercadoria, está documentada desde o século XVII.

A ilha importava linho de diversos destinos, nomeadamente da Inglaterra, Alemanha e da América do Norte, mas a maior quantidade do consumido era de produção local. A cultura deveria existir desde os inícios do povoamento..

A partir de meados do século XIX a ilha foi invadida de tecidos estrangeiros vistosos e a preços muito em conta que destronaram o linho da terra e acabaram com os tormentos da população.

O trabalho de preparação do linho era de muito esforço, sendo considerado como o fadário do linho. Alguns estrangeiros testemunham esta realidade, dando-nos imagens da mulher nos momentos de lazer a fiar numa roca.

Ao linho juntava-se a lã fruto da tosquia dos ovinos. É no decurso do século XVIII que se assiste a uma aposta nesta matéria-prima através da promoção do pastoreio e criação de ovelhas, de forma especial as meirinhas por serem as que produzem as melhores lãs.

Os ovinos de raça irlandesa surgiram na ilha em finais do século XVIII, permitindo uma melhor qualidade das lãs. Em 1862 a ilha dispunha de 44.186 cabeças de gado ovino, maioritariamente distribuído no Funchal, que produziam 39 toneladas de lã branca e cerca de 8 da preta.

A estas duas matérias-primas(lãs e linho) fundamentais junta-se ainda a seda de menor dimensão. A sua presença na ilha está documentada desde o século XV, estando isenta de qualquer direitos desde 1485.

Na segunda metade do século XVIII foi evidente a aposta na seda com os incentivos da coroa ao plantio de amoreiras. O próprio Marquês de Pombal fez uma aposta na sericultura ordenando a criação de uma fábrica de fiação na ilha, mas a primeira notícia que temos é de 1813.

Uma vez disponível a matéria-prima, eram necessários teares e as hábeis mãos das tecedeiras para poder dispor-se dos panos com os quais os alfaiates e costureiros depois faziam o corte do vestuário.



Preparação do linho. Gravura de R. Ackermann. 1821

As posturas do século XVI referem a prática corrente de alagar o linho nas ribeiras da cidade com muito dano das águas, pelo que se recomendava o uso de poços separados. A sua cultura espalhou-se por toda a ilha, ganhando uma posição de destaque nas freguesias do norte, como foi o caso de S. Jorge e Santana.

O século XVIII é considerado o momento de crise desta cultura, havendo necessidade de importação da América.



Tosquias

De acordo com informação de 1862, o número de teares de linho e lã na Madeira era de 559 e o de tecedeiras de 359, havendo uma incidência na Calheta, Santana e Funchal. Em 1908 o número de teares havia subido para 559, mas paulatinamente foram desaparecendo como também a disponibilidade do linho e lã de ovelha. Hoje a sua sobrevivência está localizada nas freguesias da Ilha e Ponta do Pargo, mas apenas com valor artesanal.

De acordo com uma taxa estabelecida em 1862 às tecedeiras do Porto Moniz ficámos a saber que o concelho produzia 3300 metros de pano de linho, 550 de lã preta e 110 de lã branca.



Tear manual

Na Tabúa e Serra de Água surgem algumas construções consideradas popularmente como mouriscas, que parecem ter a ver com esta actividade. Note-se que esta área teve um papel importante nos curtumes. No século XVII os curtumes madeirenses estavam sujeitos à concorrência dos couros e solas brasileiros de superior qualidade.

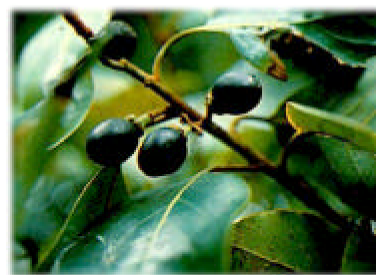
O município de Machico apostou em 1780 na reanimação da indústria e na segunda metade do século XIX o incremento da pecuária contribuiu para o reforço da actividade.

Em 1863 temos notícia de 61 oficinas em que trabalhavam 532 surradores e curtidores. Aqui é evidente uma acentuada concentração na Calheta e Ponta de Sol, que surgem, respectivamente, com 17 e 19. Em 1908 as oficinas de curtir couros eram 61 passando para 38 em 1910, o que demonstra estarmos perante uma redução da matéria-prima. Em 1928 Peres Trancoso testemunha uma valorização da actividade com a plena laboração de 203 fábricas.

O curtimento fazia-se com sumagre, casca de aderno e faia, sendo habitualmente realizada no leito das ribeiras.

Hoje o espectro dos ofícios mudou. Muitos dos atrás referidos desapareceram ou estão em vias de extinção. Por outro lado a reestruturação do sector produtivo no pós segunda guerra mundial conduziu a uma forma diferente de organização e valorização dos ofícios.

As oficinas desapareceram dando lugar às indústrias alimentadas por empresas sectoriais onde os ofícios se estruturam de forma diferente. Os proprietários deixaram de ser operários especializados e a ideia de aprendiz é cada vez mais uma situação caduca.



Baga de louro

O azeite de louro

O azeite de louro, feito a

Os alfaiates localizam-se na cidade do Funchal, o que poderá significar que no meio rural o corte do vestuário era caseiro. Aliás é aqui encontramos maior informação sobre esta actividade nas posturas municipais. O município não só regulamentava o feitio das diversas peças de vestuário, como também, os preços de fabrico.

Curtumes

Os curtumes em ligação com o fabrico do calçado tiveram grande evidência na vida das populações. Esta actividade nunca foi deficitária em matéria-prima, havendo o suficiente para o consumo interno e exportação. A indústria existe desde os primórdios da ocupação da ilha.

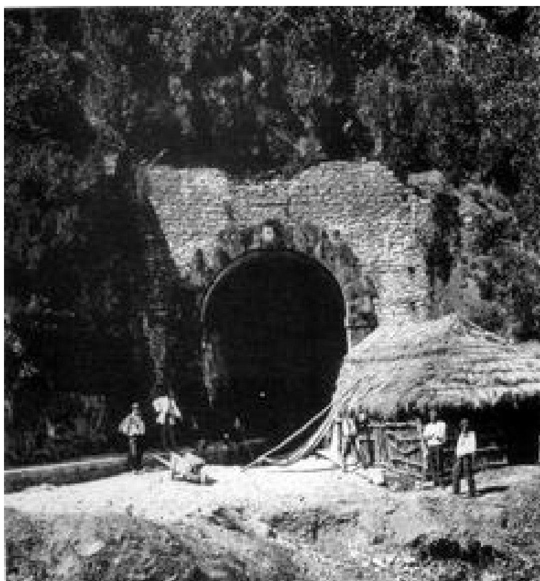
As intervenções do município contra a poluição das ribeiras, nomeadamente do Funchal, eram constantes. Os pelames e alcaçarias, por necessidade de água abundante situavam-se quase sempre no leito das ribeiras.

partir da baga de loureiro apresentava-se de grande utilidade como combustível para as candeias de barro, como lubrificante e na medicina caseira. Em 1862 estão documentados 47 lagares de azeite de louro com forte incidência nos concelhos de Porto Moniz e Calheta.

O tabaco

A cultura do tabaco não vingou na ilha, mas isto não impediu que com a liberalização do comércio e produção surgissem fábricas no último quartel do século dezanove. A mais antiga é a Fabrica de Tabacos Madeirense do visconde de Monte Bello fundada em 1877, que produzia cigarros, charutos, rapé e tabaco picado resultante da produção da ilha e da importação de Cuba, Porto Rico e Estados Unidos. A fábrica laborava quatro toneladas de tabaco da ilha e apenas quatrocentos quilos importado.

A água e as levadas na História da Madeira



Furado e Levada do Rabaçal.**1885**
[Foto Vicentes. Museu de Photographia Vicentes]

Desde tempos imemoriais que a água foi o motor da História: saciou a sede aos sedentos, serviu para aproximar os homens, ou substitui-los em algumas tarefas e dar vida e

da vinha, uma cultura de sequeiro. As levadas foram abandonadas e só se lhes deu atenção em finais do século XVIII quando a cultura da vide enfrenta as primeiras dificuldades. A partir do primeiro quartel do século XIX a crise dos mercados do vinho afecta a agricultura madeirense e impelem a pressão junto do Estado no sentido de um investimento no sector hidro-agrícola. A situação torna-se mais evidente quando a vinha foi atacada pelo o *oídium*(1851) e *filoxera*(1872).

Irremediavelmente perdida esta cultura havia necessidade de apostar nas outras de subsistência e no retorno da cana sacarina. Esta, por sua vez, para medrar necessitava de muita água, fazendo aumentar a sua procura Daí a pressão dos madeirenses junto do Estado para investir no desenvolvimento económico através do lançamento de infra-estruturas indispensáveis, como as levadas e estradas.

O investimento do Estado no sistema de regadio, através da construção de levadas, é apenas uma realidade do século XIX. Não obstante existir uma opinião de que a água deveria ser estatizada, a sua presença continuou a ser muito precária. Deste modo em finais do século XIX a presença do Estado significava apenas 15% da água de regadio, dispondo apenas de cinco levadas num total de quatrocentas.

O poder da água

riqueza aos campos. Por tudo isto a água assume uma função vitalizadora da economia. Desta relação dominante da água chegou-se à teorização de que os grandes empreendimentos hidráulicos são resultado de teocracias despóticas. O despotismo egípcio e oriental foram assim uma necessidade premente resultante desta subjugação à água. As necessidades resultantes de um sistema de irrigação obrigaram a formas de governo despóticos. Por outro lado a cultura de sequeiro identifica-se com a liberdade e a de regadio com a escravatura. Foi isso, na verdade, que aconteceu na Madeira. Os escravos traçaram as levadas e os heréus envolveram-se numa subjugação total à água, alimentando querelas.

O grande centro difusor no Ocidente dos sistemas de captação e regadio foi a Pérsia. O Código de Hamurabi de 2300 AC dá conta da existência de um sistema de irrigação com regras definidas para a operação e manutenção dos canais. Os árabes foram aí buscar as técnicas que lhes permitiu a partir do século VIII a “revolução verde” da bacia mediterrânica.

Culturas de regadio e afirmação da cana de açúcar

A afirmação da cultura da cana sacarina nos primórdios da ocupação da ilha obrigou à definição de um sistema de canalização da água no sentido da sua utilização para o regadio e aproveitamento da sua força motriz nos engenhos. O primeiro e mais importante investimento dos madeirenses foi na construção de levadas. Deste modo a água assumiu um papel fundamental na economia e sociedade de então.

A partir dos anos trinta do século XVI a cultura da cana de açúcar entrou num processo de lenta agonia que conduz à plena afirmação

Os cronistas, excepção feita ao Porto Santo, não se cansaram de enunciar duas riquezas fundamentais para fazer medrar os canaviais e a indústria subsequente. A ilha era abundante em água e lenhas pelo que a cana de açúcar tem condições para ser promissora. Em face disto as doações de terra não fazem expressa referência à repartição da água. Esta, no primeiro momento dá e sobra os problemas com a sua falta, e a necessidade de regulamentar o seu uso e posse, surgem num segundo momento.



Construção de Levada do Norte, 1949. [Vicentes. Museu de PhotograPhia Vicentes]

Ao homem estava atribuída a dura tarefa de desviar o curso das ribeiras fazendo com que as suas águas movessem engenhos, moinhos e irrigassem os canaviais e demais culturas. Para isso, os madeirenses traçaram quilómetros de canais para a sua condução, que ficaram conhecidos, na ilha, como levadas. O sistema permitiu um maior aproveitamento dos socalcos e o alívio do homem em algumas tarefas, como sejam, o moer do grão e da cana e o serrar das madeiras. Moinhos, engenhos e serras convivem pacificamente usufruindo da água que corre na mesma levada. A orografia da ilha ao mesmo tempo que dificultava a condução da água favorecia este aproveitamento, pela força motriz atribuída pelos declives acentuados.

Águas e nascentes foram consideradas, nos primeiros documentos emanados para a ilha, como domínio público. Assim, o entendia D. João I no capítulo de um regimento dado a João Gonçalves Zarco onde considerava nesta situação as "fontes, tornos e olhos de água... praias e costas do mar, rios e ribeiras". Todavia, a água foi um problema ao longo da História da ilha, pois desde o começo surgiram açambarcadores a reivindicar para si a posse exclusiva deste bem comum. Em 1461 coloca-se a primeira dificuldade nesta repartição das águas, no que o Duque responde que, o almoxarife mais dois homens ajuramentados, repartam "as aguas a cada um para seus açucares e lugares segundo cada um merecer". Mesmo assim, continuaram as demandas sobre as águas pelo que em 1466 o duque decidiu mandar à ilha, Dinis Anes de Sá, seu ouvidor, com intuito de resolver

As levadas

Ao longo da História as levadas assumiram um papel fundamental na vida das populações. Foi em torno do seu percurso por entre as montanhas e áreas de cultura que a ilha assentou o seu quotidiano. As levadas são vias de condução da água, mas também caminhos de acesso as espaços agrícolas e habitação e, por consequência, vias privilegiadas de circulação dos produtos da terra.

A água, por sua vez, não se destina apenas ao regadio, pois também se apresenta com diversos usos de carácter doméstico. Era na levada que estava a água para uso doméstico, da cozinha e limpeza. Era, também, da levada que se abasteciam os lavadouros públicos e se retirava a água para a limpeza das vias públicas. Esta situação perdurou por muito tempo, uma vez que só em finais do século XIX o Funchal apostou num sistema de abastecimento público de água canalizada e as áreas rurais permaneceram até aos anos trinta e quarenta a depender daquelas levadas. Só então, sob pressão dos delegados de saúde municipais, se avançou com um sistema de captação de água que depois de canalizada era oferecida à população em fontanários públicos.

Uma das tarefas que ocupou os primeiros colonos foi a construção das levadas. Por isso elas são os imemoriais testemunhos do labor do homem insular que ficaram na ilha, a exemplo dos imponentes aquedutos peninsulares.

Em 1496 parece que, ao menos no Funchal, estava

esta e outras questões.

Com D. João II ficaram definidos os direitos sobre a água que perduraram até ao século XIX. Por cartas de 7 e 8 de Maio ficou estabelecido, de uma vez por todas que as águas eram património comum, sendo distribuídas pelo capitão e oficiais da câmara, entre todos os proprietários, pois que "sem as aguas as terras se não podiam aproveitar". A partir daqui ficou estabelecido a água como propriedade pública, sendo o seu usufruto para aqueles que possuíssem terras e delas necessitassem. Todavia, desde finais do século quinze, a água passou a ser negociada, a exemplo do que sucedia com a terra. É com o regimento de D. Sebastião, em 1562, que se procedeu a uma alteração no sistema primitivo. As águas podem ser vendidas ou arrendadas, o que permitiu que aumentasse o fosso entre a propriedade da terra e da água. Contra esta situação justificaram-se as medidas pombalinas, levadas a cabo.



Construção da Levada do Norte

delineado o sistema de regadio pelo que na Ribeira de Santa Luzia não se permitia mais a abertura de novas levadas ou a tiragem da água, acima das existentes. Esta situação resulta da pretensão de alguns heréus de uma destas quererem tirá-la mais acima no sentido de aproveitar terras acabadas de arrotear. A coroa insiste na proibição em nova levada em cota superior, punindo os infractores com pesadas penas. Na verdade, segundo nos conta Gaspar Frutuoso, a Ribeira de Santa Luzia servia várias levadas, sendo uma delas para os cinco moinhos do capitão e um engenho. O Funchal ficou servido, ainda, por outras como a dos Piornais, do Pico do Cardo e Castelejo.

A água das levadas tinha um múltiplo aproveitamento, pois, para além do seu uso industrial e do regadio, era canalizada para o consumo das casas e limpeza das ruas da cidade. Os poços existiam um pouco por toda a cidade, mas não eram suficientes para suprir a necessidade de água. Destes, destaca-se aquele que servia toda a população em Santa Maria, situado no hoje Largo do Poço, construído por Afonso Fernandes.



Levadas da Calheta

Os conventos, como os de Santa Clara e de S. Francisco eram servidos por água destas levadas. As freiras de Santa Clara tinham um aqueduto próprio que em 1663 foi danificado o que resultou grande prejuízo por não terem água alguma de que pudessem beber e cozinhar e se servirem para o fabrico de seus doces.

Fora do Funchal, Gaspar Frutuoso, refere a levada mandada construir por Rafael Catanho que servia Machico e Caniçal, em que gastou cem mil cruzados. Também na Ribeira dos Socorridos temos outras levadas de iniciativa particular: como a do engenho de Luís de Noronha que lhe custou 20.000 cruzados e a de António Correia para as terras da Torrinha.

Outro problema, não menos importante, foi o da partição da água. Desde o início que a coroa recomendara todo o cuidado nisso, ficando com tal encargo o almoxarife, auxiliado por dois homens escolhidos. Sabemos que águas eram distribuídas por toda a semana, excepto ao domingo que ficavam comum a todos, pois tal como refere a coroa em 1491 era "contra consciência". Na Ponta de Sol, a vereação convocava todos os anos os heréus para a limpeza das duas levadas existentes e eleição dos levadeiros. Estes, depois de eleitos, deveriam jurar perante os vereadores que procederiam bem à distribuição da água e limpeza das levadas.

A manutenção das levadas foi outra preocupação que o capitão deveria tomar em conta, conforme ordem de 1562 de D. Catarina, viúva de D. João III. Mais se



Levada do Caldeirão do Inferno em Santana

A conjuntura agrícola fazia com que a água assumisse uma importância fundamental. A vinha em crise e a política numa aposta na policultura de valor alimentar, em que a batata tem uma posição de relevo. Também a cana sacarina regressa à terra.

A procura da água aumentou e a pressão junto das autoridades no sentido da regulamentação do seu uso e definição de uma adequada política hidro-agrícola, através de investimentos em novas levadas ou na reconstrução das particulares existentes. Com as obras lançadas conseguiu-se ampliar em

recomendava que aqueles que não tivessem necessidade das águas que dispunham não as podiam arrendar a ninguém, a não ser para se regar os canaviais. Apenas, os que haviam tirado levadas próprias podiam dar ou vender as águas. A coroa apoiou a reparação das levadas da Ribeira dos Socorridos, dos Piornais e Castelejo com o intuito de incrementar a cultura dos canaviais, que tinham preferência nesta nova redistribuição das águas.



Levada do Norte

A partir de finais do século XVIII água assume uma dimensão económica importante, levando as autoridades a nova intervenção no sentido da regulamentação do uso e do traçar de novas levadas para alargar a área de regadio e, por consequência, dos canaviais. Desde 1799 tivemos os estudos para a abertura de uma nova levada e o aproveitamento da água do Rabaçal para o regadio na Calheta. Os trabalhos iniciaram-se só em 1834 ficando concluídos em 1858.

finais do século XIX a área irrigada em mais 1136 ha, mas era insuficiente, uma vez que não passava de 10985 ha, o equivalente a metade da área agrícola.

O regime jurídico das águas, estabelecido em 1493 por D. João II, perdurou até 1867, altura em que foi aprovado um novo Código Civil. A partir de então, água e terra são duas realidades distintas, o que veio agravar o regime re regadio, por ser favorável à especulação, que foi atacada por leis de 1914 e 1931. Seis anos após, o governo avançou com uma política específica da água que chegou à Madeira em 1939.

A criação da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (1943) foi o ponto de partida para a mudança na política da água e das áreas de regadio na ilha.

O final do século XIX trouxe outras preocupações sociais que conduziram a uma aposta na canalização de águas, construção de fontanários e poços de lavar. O primeiro estudo para a distribuição de água potável à cidade é de 1890, com o recurso à nascente dos Tornos

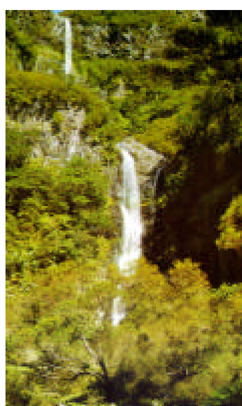
Dos objectivos da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, onde se destacou a acção do Eng. Amaro da Costa, releva-se o estabelecimento de um amplo sistema de regadio e construções de centrais hidroeléctricas. As obras iniciaram-se durante a guerra, ocupando muitos desempregados, mas só se concluíram após o conflito, nos inícios da década de cinquenta. Em 1929 foi a abertura do sistema de regadio de Machico, Caniçal, em 1952 a levada do Norte e a Central Salazar e 1955 na Calheta.

A tradição de traçar levadas fez com que os madeirenses se tivessem transformado nos seus exímios construtores, usando o saber adquirido em todo o lado onde se fixaram. Esta perícia e engenho dos madeirenses está evidenciada na reclamação de Afonso de Albuquerque para que o rei lhe mandasse madeirenses "que cortavam as serras pera fazerem levadas, com que se regam as canas de açúcar" para desviar o curso do rio Nilo.

Técnicas e fontes de energia



Pormenor do engenho do Faial





Moinho. Porto Santo



Central da Fajã da Nogueira

O aproveitamento económico da ilha implicava a disponibilidade de instrumentos e técnicas capazes de fazerem com que da terra brotassem as culturas com valor económico. Estes foram preciosos auxiliares do homem e foram aperfeiçoados de acordo com as necessidades, a disponibilidade de materiais, engenho e arte. A agricultura implicava um conhecimento tecnológico adequado às diversas tarefas de lavrar, plantar a terra, canalizar a água e transporte dos produtos dela extraídas.

A força motriz da água

A água assumiu aqui uma função fundamental, pois é a fonte da vida e da História. Aproxima povos e civilizações. Faz medrar as culturas verdejantes nos campos e substitui-se ao homem em algumas das árduas tarefas. O seu papel foi destacado na História material, orientando as formas de vida e desenvolvimento económico das populações que dela se podem servir. A água foi e continua a ser um elemento vital ao progresso e bem estar do Homem.

Nos séculos XV a XVII a água corria nas ribeiras, em abundância na vertente norte. No sul os caudais eram, na época estival, quase todos desviados para as levadas A maior concentração populacional e aposta agrícola assim o definiram. Os cronistas são disso testemunho. O caso mais evidente encontramos em Gaspar Frutuoso. Segundo o seu testemunho, podemos afirmar que a existência ou não de água condicionou o assentamento dos primeiros povoadores em todo o espaço da ilha: *"e não viam mais que correntes, ribeiras, fontes e regatos, que, por entre ele, vinham com grande frescura deferir ao mar"*. O mesmo, depois de um descrição exaustiva da ilha, conclui: *"toda ela se rega com grande abundância das águas que tem, que, como veias em corpo humano, a estão humedecendo e engrossando e mantendo, com que se faz rica, fresca, formosa e lustrosa."*

As ribeiras exerceram um papel fundamental no processo de ocupação da ilha, pois por elas entraram os primeiros europeus que reconheceram a ilha e nelas se assentaram os primeiros núcleos de povoamento. Foi no leito e margens das ribeiras que se jogou a História. A sua bravura, tão pouco atemorizou os colonos, como sucedeu com a sua fixação no local da Ribeira Brava, que foi buscar o nome a isso mesmo.

A fúria das ribeiras

A ilha foi assolada ao longo da história por inúmeras aluviões. No norte mercê das encostas íngremes, da grande quantidade de água, a época invernosa foi sempre um quebra-cabeças para os moradores. A realidade repetiu-se ao longo do tempo e quase todos os anos é necessário, após o Inverno, reparar os caminhos, refazer as pontes e levantar as quebradas.



Aluvião. Gravura de 1845

Os séculos XIX e XX foram marcados pelas aluviões. A primeira metade do século dezanove foi o momento de maior calamidade, com três aluviões de efeitos catastróficos em toda a ilha: 1803, 1815 e 1842. O primeiro assume uma posição cimeira neste conjunto de calamidades que fustigaram a ilha, tendo em conta o número de mortos, as perdas de bens materiais e a destruição de casas. Os efeitos nas lojas comerciais foram iguais, sendo de destacar a perda de seis mil pipas de vinho.

No século XX são notórios os efeitos das aluviões de que se destacam em 1956 em Santa Cruz e Machico, em 1970 na Ribeira Brava e Serra de Água e em 1981 no Funchal. O de mais recente e triste memória ocorreu em 1993 no Funchal.

A intervenção no sentido de amansar e controlar o curso das ribeiras só teve um plano definido no século XIX. Em 1804 chegou à ilha o Engenheiro Reynaldo Oudinot com o objectivo de proceder ao levantamento das ribeiras da cidade e de apresentar um projecto para o seu encanamento, sendo seguido por Paulo Dias de Almeida.

As serras de água

As serras de água não são criação madeirense, pois a tecnologia foi importada do reino. Estas surgem, por vezes ligadas aos engenhos de açúcar. É o caso de Diogo de Teive em 1454 com engenho na Ribeira Brava, então



Serra de água no Arco de S. Jorge



Moinho de água para cereais

Desde o início do povoamento são insistentes as

conhecida como Ribeira da Serra de Água e em 1492 de Bartolomeu de Paiva na Ribeira de S. Bartolomeu. Elas tiveram um grande incremento no início da ocupação da ilha, fruto da exploração das madeiras, para exportação para o reino, uso nos engenhos e construção de habitações. Nas cartas de doação das capitanias as serras de água é considerada uma fonte de receita para o capitão, que recebe duas tábuas por semana ou dois marcos de prata ao ano, e o senhorio, a dízima disso.

As serras de água existiram em toda a ilha, em especial no recinto da capitania de Machico, que detinha uma vasta mancha florestal. Gaspar Frutuoso, em finais do século XVI, refere aí cinco em laboração, de que descreve a do Faial: "*Está nesta freguesia uma serra de água, que foi um grande e proveitoso engenho, em que dois ou três homens chegam por engenho um pau de vinte palmos de comprido e dois e três de largo à serra, e, por arte, um só homem, que é o serrador, com um só pé (como faz o oleiro, quando faz a loiça) leva o pau avante e a serra sempre vai cortando e, como chega ao cabo com o fio, com o mesmo pé dá para trás, fazendo tornar o pau todo, e torna a serra a tomar outro fio; de maneira que quem vir esta obra julgará por muito grande e necessária invenção a serra de água naquela ilha, onde não era possível serrarem-se tão grandes paus, como nela há, com serra de braços, nem tanta soma de tabuado, como se faz para caixas de açúcar, que se fazem muitas, e para outras do mais serviço, que vem ser cada ano muito grande soma.*"

Foi, na realidade, no Norte da ilha que as mesmas persistiram nestes cinco séculos. Ainda hoje, em S. Jorge, são visíveis alguns vestígios desta indústria e ainda funciona uma. Para além disso a sua memória perpetua-se na designação atribuída a uma freguesia e a algumas localidades na Calheta, Seixal e S. Vicente.

As azenhas e atafonas

A importância dos cereais na dieta alimentar dos madeirenses desde a ocupação da ilha conduziu à valorização dos meios de transformação em farinha. No arquipélago assinalam-se quatro processos distintos: os moinhos de mão, atafonas, azenhas e moinhos de vento.

Até 1821 os moinhos continuaram a ser um privilégio exclusivo dos capitães do donatário. Resquício disso é o Largo dos Moinhos no Funchal onde o capitão detinha um conjunto de azenhas que se serviam da água da Ribeira de Santa Luzia. O último moinho foi destruído em 1910 e hoje só resta memória na toponímia do local.

De acordo com as cartas de doação os moinhos ficavam em poder dos capitães que cobravam a maquia, isto é um alqueire em doze, sobre todos os que aí moessem cereais.

No século XIX surgiram algumas unidades industriais motorizadas e depois, com o advento e a expansão da energia eléctrica, a partir dos anos quarenta, surgiu a electrificação de muitas unidades. Em princípios do século XX era evidente uma tendência para a centralização da indústria de moagem nas unidades que souberam inovar. Foi o caso da Companhia Insular de Moinhos no Funchal, alvo da fúria dos populares em 1931 contra o decreto que regulava o comércio e transformação dos cereais. Assinale-se, ainda, a firma da viúva de Romano Gomes & Filhos Lda dedicada à moagem do milho conjuntamente com a de Marques Teixeira & Co Lda na Ponta de Sol.

queixas dos moradores pelo mau funcionamento destas infra-estruturas. Em 1461 a falta e má qualidade do serviço levou o Infante D. Fernando a recomendar aos capitães melhor cuidado neste serviço. A situação deverá ter perdurado até 1821, altura em que se abriu à iniciativa particular a construção de novos moinhos. Em 1863 temos em toda a ilha 365 moinhos, sendo 79 no Funchal.

A par das azenhas é de notar a presença das atafonas e dos moinhos de vento, na ilha do Porto Santo por não dispor de cursos de água. As atafonas também existiram na Madeira referindo Gaspar Frutuoso que o capitão tinha uma dentro da Fortaleza de S. Lourenço.

Na primeira metade do século XVI a coroa deu autorização a dois portossantenses para construírem atafonas no Porto Santo: João Henrique(1501) e Afonso Garro(1545). O segundo apresentava um projecto de um complexo de moagem servido de quatro moinhos que tanto podiam ser movidos por animais ou água.

As atafonas perduraram até ao século XX sendo ainda visível nos anos cinquenta duas na Serra de Fora e no Campo de Cima.

Mas foi dos moinhos de vento que ficou o registo até aos nossos dias. Em 1791 surgiu o projecto de uma unidade municipal que só foi concretizada seis anos depois e que teve dificuldades em ganhar a confiança dos



Moinho de vento. Porto Santo

habitantes da ilha. Em 1827 eram bem visíveis do mar os dois únicos moinhos de vento e quase cem anos depois, em 1927, havia 29 moinhos activos em toda a ilha, cifrando-se na década de cinquenta em 23 com as velas desfraldadas.



Engenho do porto da Cruz

A política de proteccionismo e favorecimento do engenho do Torreão afastou todos os demais da indústria,


Restos do engenho do Faial

Os engenhos

As técnicas de cultivo e transformação da cana atravessaram o Atlântico. Na Madeira as condições geo-hidrográficas foram propícias à generalização dos engenhos de água, de que os madeirenses foram exímios criadores.

A primeira informação possível sobre estes engenhos temo-la no estimo de 1494 em que são mencionados dezasseis. Mais tarde, em finais do século XVI, surge nova relação dos engenhos, apresentada por Gaspar Frutuoso. No total, são 34 engenhos em toda a ilha, numa extensa área da vertente sul, que vai desde o Porto da Cruz à Calheta

A partir do século XVII é reduzido o número de engenhos em laboração de modo que na década de quarenta houve necessidade de levar a cabo um plano de reconstrução com alguns incentivos financeiros por parte da coroa. Mas cedo se esvaneceu esta esperança de recuperação da cultura, ficando estes de novo votados ao abandono.

No século XVIII só está referenciado um destes engenhos. Na segunda metade do século XIX, com a nova aposta na cultura da cana, os engenhos de água renasceram em concorrência com os movidos a vapor. Em 1907, de acordo com o relatório do engenheiro Vitorino José dos Santos, existiam na ilha 47 fábricas, sendo 26 a água, 3 mistas e 18 a vapor. O Funchal surgiu apenas com engenhos movidos a vapor, sendo os de água, maioritariamente, da Ponta de Sol, S. Vicente e Santana. Para os séculos XIX e XX a construção de um engenho para fabrico de açúcar, de acordo com as inovações tecnológicas, era uma aposta impossível para qualquer industrial caso não fossem garantidos os financiamentos e apoios governamentais. Está neste caso o favorecimento dado ao engenho do Torreão, que levou ao quase monopólio da sua laboração. Daqui resultou que a maioria apostou em manter a tecnologia tradicional, servindo-se da tracção animal e da força motriz da água. levando a maioria ao encerramento. Em 1934 um decreto estabeleceu claramente a situação: proibiu a construção de mais engenhos até 1953 e os demais existentes deixaram de poder laborar açúcar, actividade que passa a ser exclusiva do engenho do Torreão.

Pior foi o que sucedeu em 1954 com o decreto que determinou a concentração de todos os fabricantes de aguardente em apenas três fábricas. Os engenhos do norte ficaram reunidos na companhia dos engenhos do norte com sede no Porto da Cruz.


Central hidroeléctrica da Ribeira da Janela

As centrais hidroeléctricas

A orografia da ilha foi propícia à utilização da força motriz da água. Desde o século XV foi evidente a sua função agrícola, a que a partir do século XX se juntou a de produção de energia hidroeléctrica. As primeiras experiências feitas foram de iniciativa particular e aconteceram no meio rural. As pequenas centrais hidroeléctricas surgiram nos Canhas, Ponta de Sol, Porto Moniz, S. Vicente e Boaventura.

Esta iniciativa particular foi o incentivo para o governo avançar na década de quarenta com um plano de aproveitamento hidroeléctrico da ilha da Madeira, nomeando para o efeito um grupo de trabalho que depois se transformou em comissão para a execução do plano estabelecido. A Comissão tinha como missão proceder à electrificação do arquipélago, socorrendo-se da energia produzida pelas centrais.

Em 1953 foram inauguradas as primeiras centrais hidroeléctricas na Serra de Água e Calheta e em 1962 tivemos o início dos trabalhos da Fajã da Nogueira(1971) e Ribeira da Janela. Concomitante procedeu-se de forma faseada à electrificação rural da ilha, plano que só ficou concluído na década de oitenta. Depois tivemos a central de Inverno da vila da Calheta(1990) e a central dos Socorridos.

Ainda no sentido do aproveitamento das fontes de energia não-poluente é de destacar o aproveitamento da energia eólica com a construção dos parques do Paul da Serra e Caniçal.

Roteiro histórico-artístico

A história não se anuncia apenas nos documentos. Os restos materiais, expressos em ruínas de edifícios abandonados ou de outros que o homem não prescinde do uso para as actividades de culto, habitação e negócio, convivem hoje com o madeirense e devem também ser vistos na sua dimensão histórica. É isso que propomos com as duas rotas do vinho e açúcar, que expressam os dois momentos áureos da História Económica da Madeira dominados pelas culturas da cana de açúcar e da vinha.

A outro nível estão os museus como espaços de memória da cultura, arte e tradições que acompanharam a animação económica da ilha ao longo dos cinco séculos de História.

Os roteiros que aqui se apresentam podem ser percorridos pelos interessados.

A ROTA DO AÇÚCAR

FUNCHAL

O Funchal foi, no decurso dos séculos XV e XVI, o principal centro de comércio do arquipélago. A este momento liga-se a prosperidade gerada pelos negócios do açúcar que permitiu a valorização das construções arquitectónicas. É esta descoberta que lhe propomos aqui.



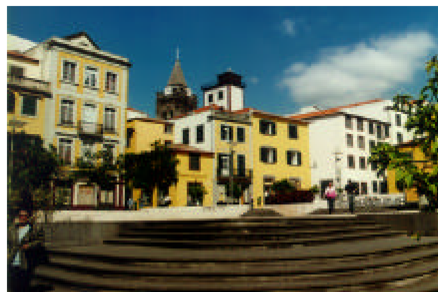
Capela do Corpo Santo

A visita inicia-se no Cabo do Calhau, hoje conhecido como a zona Velha da Cidade. No largo, domina a Capela do Corpo Santo, uma construção do século XV, alvo de inúmeras alterações posteriores, onde teve sede a confraria de S. Pedro Gonçalves Telmo, o santo padroeiro dos homens do mar. Aqui é possível encontrar algumas habitações térreas, próximas daquelas palhoças do século XV. Ao fundo a fortaleza de São Tiago, construída no período da dominação filipina para remate da cortina da muralha que defendia a cidade. Hoje alberga o Museu de Arte Contemporânea.

O percurso avança ao longo da Rua de Santa Maria que desemboca no Largo da Feira. Aqui ficou, por algum tempo, o primitivo povoado: o poço de abastecimento de água, a primeira igreja paroquial de Nossa Senhora do Calhau, danificada pela aluvião de 1803 e depois mandada demolir pela câmara, e o hospital da Misericórdia. Hoje, restam apenas vestígios do poço.

Ultrapassada a ponte, outrora de madeira mas agora de alvenaria, encontramo-nos no Largo do Pelourinho, onde começou a cidade dos mercadores e teve assento a primeira alfândega, fundada em 1477 pela Infanta Dona Beatriz. Daqui sai a Rua Direita (coincidindo com actual traçado das ruas Direita e Ferreiros) e, depois, a dos Mercadores que ligou o largo ao novo centro da cidade, a Praça do Campo do Duque. A primitiva Alfândega desapareceu, o pelourinho foi apeado em 1835 e o que lá está agora é uma cópia recente de 1992.

Passada outra ponte e avançando pela Rua da Alfândega chega-se ao Largo dos Varadouros, fronteiro ao mar e à Praça Cristóvão Colombo. Esta praça foi construída em 1992 na área onde existiu a Casa de João Esmeraldo. Em 1989 o espaço foi alvo de uma prospecção arqueológica de que resultou a recuperação do poço, que domina uma das salas do Núcleo Museológico do Açúcar e algumas peças de cerâmica dos séculos XVI e XVII.



Aspecto da Praça de Colombo

Adiante, na mesma rua, está a Alfândega Nova do Funchal construída a partir de 1508. Aí esteve a alfândega até 1962, altura em que mudou para modernas e actuais instalações. No Pátio da Assembleia encontra-se uma peça de estatuária do escultor Amândio de Sousa, designada por "trilogia dos poderes" (1990).

Continuando o percurso chegamos ao final da Rua da Alfândega e depara-se perante nós o portão principal do Palácio de S. Lourenço, actual residência do Ministro da República. O monumento é considerado a expressão do poder dos capitães e dos representantes do poder central, como sejam os governadores gerais e civis.

Subindo a Avenida Zarco, surge a estátua de João Gonçalves Zarco da autoria do escultor madeirense, Francisco Franco. O monumento foi pensado para a comemoração do quinto centenário do descobrimento da ilha, que teve lugar em 1922, mas só foi inaugurado em 28 de Maio de 1934.

Em frente, no fim da Avenida Arriaga, temos a Sé Catedral, mandada construir por D. Manuel para servir de sede da paróquia e, depois, ao bispado do Funchal.

Seguindo a rua de João Tavira alcança-se a do Bispo onde se instalou no antigo Paço episcopal desde 1955 o Museu de Arte Sacra. Parte substancial deste espólio de pintura flamenga, maioritariamente do século XVI, pode ser considerada uma dádiva do açúcar. Com este produto os madeirenses conseguiram os proventos que ostentaram nas suas capelas privadas, ou em homenagem aos oragos da sua devoção. Idêntico comportamento teve a coroa para com os madeirenses. D. Manuel foi um deles que cumulou alguns templos da ilha de tesouros, como é o caso da famosa cruz processional, oferecida à Sé do Funchal.

Subindo a Rua das Pretas, junto à Rua da Mouraria e no inicio a Calçada de Santa Clara, encontra-se o Palácio de S. Pedro onde se encontra a Biblioteca Municipal e o Museu Natural e Arquivo Regional.

A meio da Calçada de Santa Clara está a Casa Museu Frederico de Freitas que é constituída pelo espólio legado à região por este benemérito advogado que lhe dá o nome, falecido em 1978. O museu, aberto ao público em 1988, ficou instalado na residência do seu doador, conhecida como a Casa da Calçada, em memória do anterior proprietário, os condes da Calçada.

Ao cimo da calçada, fica o Convento de Santa Clara. Aqui terá construído João Gonçalves Zarco a sua morada e construído a capela de Nossa Senhora da Conceição de Cima. Próximo do Convento de Santa Clara está o Museu da Quinta das Cruzes, o segundo mais antigo museu da região que pelo seu recheio, nomeadamente o mobiliário dito de "caixas de açúcar", merece uma visita.

MACHICO



Igreja Matriz de Machico

Segundo a tradição, desembarcou em Machico Robert Machim mas também João Gonçalves Zarco.

Foi sede da capitania do mesmo nome, criada em 1440 em favor de Tristão Vaz.

Hoje quem entra na cidade, por mar ou por terra, o espectáculo é distinto daquele que cativou os navegadores quatrocentistas. O vale dividido pela ribeira, engalanou-se das garridas cores do casario. A frondosa floresta deu lugar às habitações, anarquicamente dispostas. Junto ao mar esta anarquia cede lugar a uns riscos traçados no terreno para dar lugar à freguesia e vila. Da primitiva estrutura urbana pouco restará e das construções apenas aquelas que o uso e a tradição perpetuaram na memória e quotidiano machiquense. Os elementos mais antigos resumem-se a alguns portais em ogiva e arcos contra-curvados.

A visita pode partir do largo frontal aos Paços do Concelho, que domina o recinto da vila. Ao centro a estátua de Tristão Vaz da autoria do escultor Anjos Teixeira, inaugurada a 8 de Dezembro de 1972. Em frente os Paços do Concelho onde na cumeeira são visíveis as armas do município e uma esfera armilar em relevo.

Em frente da praça está a Igreja matriz, onde na porta lateral de dupla arcaria gótica, virada para a praça, com colunas de mármore branco, consideradas pela tradição uma oferta de D. Manuel. A fachada apresenta um portal em ogiva e uma rosácea manuelina. A primeira igreja data do século XV e foi construída por iniciativa do capitão, Tristão Vaz. Da primitiva igreja pouco resta e o que se apresenta hoje ao visitante é fruto de diversas transformações mantendo-se no entanto, o traçado primitivo. O campanário desgastou-se com o tempo e em 1844 foi necessário demoli-lo para em seu lugar se implantar um novo, só acabado em 1853.

No interior, chama a atenção do visitante as capelas dos Reis Magos (hoje do Santíssimo Sacramento) e de S. João Baptista com arco e abóbada ogival. A primeira foi fundada por D. Branca Teixeira, filha do primeiro capitão, Tristão Vaz, e pelo segundo capitão, Vasco Vaz Teixeira, ficando destinada a jazida dos familiares. O arco ogival é encimado com as armas dos Teixeiras: "um escudo de azul, partido, tendo na 1ª partição uma ave fénix, de ouro e na 20 partição a cruz, de ouro, *potentea* dos Teixeiras e, em diferença nesta 2ª partição uma flor-de-lis, solta". Finalmente temos a Capela do Espírito Santo, fundada por Sebastião de Morais, cujas armas são ostentadas no topo do arco. A capela-mor apresenta-se com um arco em ogiva perfeita, sendo coroada pela capela-mor com uma estrutura de retábulo de cariz maneirista, com nichos para esculturas.

As cheias da ribeira, nomeadamente a aluvião de 1803, destruíram o edifício da Misericórdia, a capela de Cristo e a alfândega. A capela, considerada por alguns o primeiro templo erguido na ilha sob o túmulo de Roberto Machim, foi reconstruída, ficando a chamar-se do Senhor dos Milagres.

Foi em Machico que se produziu o primeiro açúcar da ilha, mas hoje pouco resta na vila desses momentos áureos, nada ficou e os vestígios de velhos engenhos, remontam ao século XIX. Apenas no Porto da Cruz ou ao Faial sobrevivem alguns restos dos mais antigos engenhos da ilha.



Capela do Senhor dos Milagres em Machico

SANTA CRUZ

O lugar mereceu o nome de Santa Cruz porque João Gonçalves Zarco aquando do reconhecimento da ilha, mandou aí erguer uma cruz de troncos velhos. Foi o único da capitania de Machico, além da localidade que lhe deu nome, a assumir alguma importância, tendo sido elevado à categoria de vila em 26 de Junho de 1515. É hoje cidade, e foi detentora no século XVI de uma alfândega.



Igreja Matriz de Santa Cruz

No largo, onde outrora dominava o pelourinho, demolido em 1835, encontram-se os Paços do Concelho, construção do século XVI em que são visíveis a porta ogival e as janelas geminadas, e o edifício da Misericórdia, onde se destacam as janelas manuelinas.

A primitiva igreja foi construída no local onde se ergueu a dita cruz. O templo, sob a invocação de S. Salvador, é de princípios do século XVI, a que ficou ligado o nome de João de Freitas, fidalgo da casa de D. Manuel. Ele obteve por provisão de 1502, a mercê da capela-mor onde ainda se encontra a sua sepultura e de sua mulher, Guiomar de Lordelo.

O templo abre-se em 3 naves, sendo visível no tecto, nomeadamente na abóbada da capela-mor, ornamentos manuelinos: a Cruz de Cristo, a esfera armilar e o escudo. Os mesmos elementos surgem nas capelas laterais de São Tiago e Almas, fundadas respectivamente por João de Morais e Gaspar Pereira de Vasconcelos capitão do Porto Santo.

Ainda, na capela-mor o portal geminado que dá acesso à sacristia e as paredes laterais ostentam seis pinturas: Anunciação, Nascimento de Cristo, Adoração dos Reis Magos, A Crucificação, Descida da Cruz e Ressurreição.

Integrado nesta freguesia está a capela da Madre de Deus no Caniço. A capela foi fundada por Isabel Álvares em 1536 mas as obras de construção do templo terão terminado dez anos depois. A fachada é dominada por um portal em volta perfeita e uma rosácea simples. Um quadro retabular de tábuas pintadas do século XVI domina o interior do templo.



Capela da Madre de Deus no Caniço

RIBEIRA BRAVA

Encravada entre o vale traçado pela Ribeira, encontra-se a localidade da Ribeira Brava. O nome do local vem da bravura da corrente na época invernal. Ontem, como hoje, é um importante nó de comunicação entre a parte Norte e Ocidental da ilha.

Foi terra de gente ilustre, com participação activa na defesa do Norte de África, com referência especial a Henrique Betencourt, sobrinho do senhorio de Lanzarote que se fixou na Banda de Além, a Diogo de Teive, fidalgo da casa real e descobridor das ilhas portuguesas de Flores e Corvo e Pe. Manuel Álvares, autor da mais importante e divulgada gramática latina

A Igreja matriz, onde Manuel Álvares foi baptizado e recebeu com o irmão Francisco em 1538 a primeira tonsura deu os primeiros passos no estudo do latim, é de três naves. Embora tenha sido bastante alterada com as remodelações do presente século, são ainda visíveis alguns elementos quinhentistas: dois arcos góticos, o púlpito com um anjo na base e a pia baptismal, oferta do rei D. Manuel.

Peças mais significativas:

1.- *Pintura*:: Adoração dos Reis Magos e Adoração dos Pastores ou Natividade, no Museu de Arte de Sacra; a Virgem com o Menino, S. Bento e S. Bernardo.

2. - *Escultura*: a virgem com o menino, escultura flamenga do século XVI e a de S. Pedro.

3. - *Ourivesaria*:: conjunto variado de alfaias religiosas, que constitui o tesouro da igreja, estando reunido numa sala com acesso ao público.



Anjo. Igreja Ribeira Brava

PONTA DO SOL


Pormenor da pia baptismal da igreja

O lugar foi buscar o nome ao ocaso do astro-rei. Foi seu fundador Rodrigo Anes, o coxo, que aí fez construir a capela da Virgem Santa Maria da Luz. Em 1486 surgiu a nova igreja para sede da paróquia com a invocação de Nossa Senhora da Luz. Da primitiva igreja resta apenas a capela do lado da epístola, onde se pode ver a sepultura do fundador, falecido em 1486.

Os elementos de maior destaque são: o tecto de alfarge da capela mor e a pia baptismal. Esta última é peça única de cerâmica existente na ilha, tendo sido ofertada por D. Manuel.

Subindo a encosta, no sentido do Funchal, depara-se-nos o sítio da Lombada, uma extensão de terreno que João Gonçalves Zarco escolheu para o filho-segundo Rui Gonçalves da Câmara e que aforou em 1473 ao flamengo João Esmeraldo. Aí levantou a sua casa solarenga, o engenho para moer a cana e uma capela da invocação do Espírito Santo, sagrada em 1508. Deste conjunto, definido por Gilberto Freire como a trilogia rural e que tem origem na Madeira, restam apenas a casa e a capela. A primeira foi restaurada e serve de Escola Preparatória.

É de assinalar ainda nos Canhas a Capela de Nossa Senhora dos Anjos, que segundo certa tradição teria sido mandada construir em 1474 pela infanta D. Beatriz, com tutora do seu filho D. Diogo, Gão mestre da Ordem de Cristo.

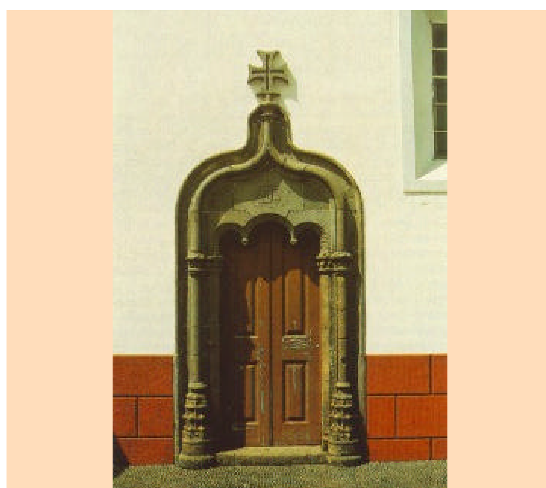
CALHETA

O lugar da Calheta dominou uma importante área de canaviais, afirmando-se desde o século XV como embarcadouro para o escoamento do açúcar. Daqui resultou a sua valorização em detrimento do alto - a Estrela - onde João Gonçalves Zarco havia feito doações de terras aos filhos João Gonçalves da Câmara e D. Beatriz. Foi em 1502 elevado à categoria de vila, integrando no seu perímetro os mais importantes canaviais, detidos por ilustres calhetenses que se embrenharam nas navegações para Ocidente, como João Afonso do Estreito e Fernão Domingues do Arco.

São de visita obrigatória a igreja matriz, construída no século XV. Entra-se por um portal em ogiva e perante nós depara-se a única nave coberta de um tecto de alfarge, que atinge inegável beleza na capela mor. Junta-se ainda o sacrário em ébano com incrustações de prata. A cruz processional do século XVI foi oferta do rei D. Manuel. A pintura está representada por dois painéis laterais de um tríptico, evocativos da Virgem da Anunciação e do Anjo, hoje incorporados no Museu de Arte Sacra.



Duas capelas completam o roteiro deste concelho. No Estreito da Calheta a capelas dos Reis Magos, construída cerca de 1529 por Francisco Homem de Sousa. Aqui todo o deslumbramento está no retábulo da escola flamenga, em madeira de carvalho policromada e dourada, representando a Adoração dos Reis Magos. No Loreto é a célebre capela de Nossa Senhora do Loreto, local de romaria e grande devoção. A capela, que esteve integrada num solar, tem um alpendre sustentado por colunas de mármore branco de origem sevilhana, e o tecto de alfarge.

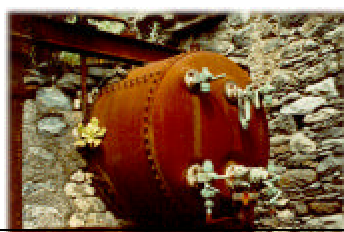

Portal da Capela de N. S. do Loreto

Sacrário. Igreja da Calheta

ROTA DOS ENGENHOS E VESTÍGIOS DE ARQUEOLOGIA DO AÇÚCAR NA MADEIRA



Fábrica de S. Filipe no Funchal. [Photographia – Museu Vicentes. Colecção Perestrellos Photographos]



Vestígios de engenho em Casas Próximas no Porto da Cruz



Engenhos em Machico

O período áureo da cultura do açúcar decorreu entre o século XV e meados do XVI. A grande solicitação do mercado europeu permitiu a expansão da cultura e permitiu que os madeirenses adquirissem elevados lucros. A esta sucederam-se outras duas fases, em que a cultura nunca adquiriu a dimensão da primeira.

A informação dos engenhos deste primeiro momento surgem apenas em Gaspar Frutuoso que, em finais do século XVI, nos dá conta de 33 em toda a ilha.

Na primeira metade do século XVII, a ocupação holandesa do Nordeste brasileiro obrigou os madeirenses a apostar de novo na cultura para manter a sua indústria de conservas e casquinha. O incentivo à construção de novos engenhos foi promovido pela coroa.

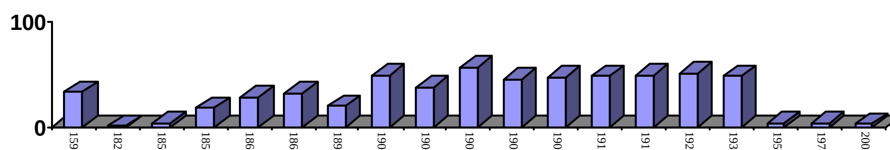
Em finais do século XIX o crise do vinho obrigou ao recurso da cana como alternativa económica. Foi no decurso desta fase que ainda hoje persiste a cultura de cana na ilha, não obstante o golpe mortal desferido em 1985 com o encerramento definitivo da Fábrica do Hinton, a única que ainda produzia açúcar.

A política de proteccionismo e favorecimento do engenho do Torreão afastou todos os demais da indústria, levando a maioria ao encerramento. Em 1934 um decreto estabeleceu claramente a situação: proibiu a construção de mais engenhos até 1953 e os demais existentes deixaram de poder laborar açúcar, actividade que passou a ser exclusiva do engenho do Torreão. Pior foi o que sucedeu em 1954 com o decreto que determinou a concentração de todos os fabricantes de aguardente em apenas três fábricas: Sociedade dos Engenhos da Calheta, Ltda, Companhia dos Engenhos de Machico ltda, Companhia de Engenhos do Norte(Porto da Cruz).

O primeiro engenho da última fase surgiu em 1826 por iniciativa de Severiano Ferraz. A energia para mover estes novos engenhos poderia ser escolhida entre a força motriz dos bois, da água e do vapor. Dependendo a opção do volume de cana a laborar e da capacidade financeira do seu proprietário. Ao mesmo tempo diferencia-se a aposta na produção de açúcar ou e aguardente.

Em 1861 dos 29 engenhos temos apenas cinco para a produção de açúcar, situados na Calheta, Santa Cruz, Ponta de Sol e Funchal. A redução destes últimos é inevitável nos anos seguintes com a existência em 1900 de apenas três no Funchal: Hinton, Silva Manique(Ponte Nova), José de Faria e Cª(S. Martinho). Em 1929 eram apenas dois e passados dez anos tudo ficou reduzido a apenas uma unidade industrial com o exclusivo do fabrico de açúcar, isto é, o engenho do Hinton.

A tentativa do cultivo da cana sacarina na segunda metade do século XIX conduziu inevitavelmente ao aumento do número de engenhos, atingindo-se o máximo em 1906 de 57 unidades para fabrico de aguardente e açúcar. Todavia as medidas limitativas a partir de 1939 conduzem ao encerramento da quase totalidade destas.





Engenho na Tabua | Engenho em Santa Cruz, demolido | **Caldeira de vácuo do engenho do Ribeiro Seco**

1. VESTÍGIOS

Os vestígios de engenhos existentes no terreno e ainda hoje visíveis na ilha resultam da última fase açúcareira, sendo na totalidade construídos entre finais do século XIX e princípios do século XX.

FUNCHAL**.**

- Engenho do Hinton fundado em 1845 por W .H. Hinton. Desactivado em 1986.
- Engenho fundado por Pedro Pires em 1867.Estrada Monumental, actuais instalações da Casa de Vinho Barbeitos.

RIBEIRA BRAVA**.**

- Engenho fundado por José Maria Barreto e Co. Actuais instalações do Museu Etnográfico
- Engenho da Tabua: propriedade de Valério Roiz da Cova e José da Silva.

PONTA DE SOL

- Engenho do Livramento, de Francisco Silva Gaspar de 1907

CALHETA

- Engenho do Arco da Calheta, fundado em 1901 por Juliana Lopes Jardim
- Engenho da vila da Calheta de António Roiz Brás, fundado em 1908
- Engenho do Paul do Mar. Fundado pelo conde de Carvalhal em 1858
- Engenho da Serra de Água, fundado em 1857 por Diogo de Ornelas Frazão
- Engenho do Jardim do Mar, fundado em 1900 por Francisco João de Vasconcelos

S. VICENTE

- Engenho de Ponta Delgada, fundado em 1858 pelo Conde de Carvalhal
- Engenho fundado em 1861 por Cândido Lusitano da França Andrade
- Engenho da Ribeira do Porco, fundado em 1899 por Francisco António Abreu Cardoso

SANTANA

- ***Engenho de S. Jorge, fundado em 1899 por Francisco de Cunha***

MACHICO

- Engenho do Faial, fundado em 1899 pelo Dr. João Caetano de Menezes
- Engenho Casas Próximas(Porto da Cruz), fundado em 1858 por João e Valentim Leal
- Engenho do sítio da Estacada(vila de Machico), fundado em 1858 por João Escórcio Câmara
- Engenho do sítio dos Moinhos (vila de Machico), fundado em 1858 por Manuel António Jardim

2. EM FUNCIONAMENTO

Com o encerramento do engenho do Hinton em 1985 ficaram em funcionamento apenas 3 engenhos(Ribeiro Seco, Porto da Cruz e Calheta) que apenas produziam aguardente e mel.

CALHETA

Na vila da Calheta existiram dois engenhos, mas hoje funciona apenas um, restando do outro apenas para da fornalha e chaminé do engenho fundado em 1908 por António Roiz Brás. O actual engenho em funcionamento existia já em 1901 e era pertença da firma Lopes & Duarte. Nesta data o engenho movido a água foi adaptado para funcionar a vapor e água. Produz aguardente e mel.

FUNCHAL

No Funchal, depois do encerramento do engenho do Hinton em 1986, resta apenas o do Ribeiro Seco, fundado em 1883 por Aluísio César Betencourt. Só produz mel

MACHICO (PORTO DA CRUZ)

Nas Casas Próximas no Porto da Cruz o primeiro engenho foi montado em 1858 por João Leal e Valentim Leal para o fabrico de aguardente e mel. O segundo surgiu em 1927, na fase de encerramento da maioria dos engenhos do norte, ficando este, sob a designação de Companhia dos Engenhos do Norte Ltda, com o rateio da cana de quatro engenhos. Produz aguardente

A ROTA DO VINHO

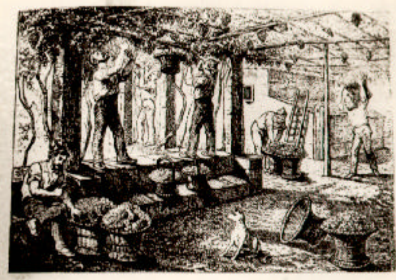

Vinhas. Estreito de C. de Lobos

Na descoberta da vinha e do vinho na Madeira a primeira chamada de atenção vai para a paisagem que emoldura a vinha em toda a ilha e que adquire uma coloração distinta ao longo do ano. Perante nós estão cerca de 1900 ha de vinha, o que corresponde a 25% do espaço agrícola da ilha.

Na Primavera os rebentos que brotam das videiras fazem reverdecer e proteger os bacelos. No Verão são os cachos pendentes que alteram a paisagem. O Outono anuncia-se com as vindimas. Estas, para além do colorido desusado que é a apanha da uva, marcam uma nova e radical mudança na paisagem: as diversas colorações de castanho, que anunciam a queda da folha, impõem-se por entre os bacelos e o escuro do basalto. É este arco-íris vitícola, propiciado pelos vinhedos que cobrem a encosta sul e norte da ilha, que propomos para a primeira escala na rota do vinho. Ela aviva-nos a memória sobre os primórdios da ocupação da ilha. Perante nós desfilam homens, produtos e esperanças em boa hora concretizadas com muito suor.

No Funchal é o reencontro com o cosmopolitismo da urbe que nos propicia a segunda escala na rota do vinho. Para trás ficaram as latadas de madeira e arame, as vinhas e os pâmpanos de cachos de uvas dão lugar ao luzidio e aromático rubinéctar que envelhece nas adegas.

A mudança de cenário para outro faz-se através do momento solene que são as vindimas. Por isso, em Setembro, no Funchal e Estreito de Câmara de Lobos a festa das vindimas recorda-nos a tradicional safra, hoje devorada pela moderna tecnologia. Este é assim um momento único no regresso ao passado.


Vindimas. Gravura do século XIX

Na Madeira as vinhas e o vinho são duas realidades culturais diferentes. As primeiras transportam-nos ao mundo rural enquanto o segundo leva-nos à urbe. Foi o mosto, transportado com muito esforço pelos borracheiros, que se transformou, com a fermentação, em vinho e, com os anos, num rubinéctar sem igual e imitação.


Lagar. Gravura do século XIX

O Funchal dos séculos XVIII e XIX pode ser considerado, com propriedade, a cidade do vinho. Ergueram-se imponentes edifícios, com amplos espaços, para morada do vinho e imponentes palácios para fruição dos seus proprietários. Hoje ainda é possível encontrar alguns testemunhos nas Ruas do Esmeraldo, Ferreiros e Netos e algumas casas de vinhos, como a Madeira Wine Co, e Artur Barros & Sousa, que preservam esta imagem.


O transporte do mosto pelo do borracho
Foto de José Pereira da Costa

O edifício sede do Instituto do Vinho da Madeira é um dos locais de passagem obrigatória nesta peregrinação pelo vinho na cidade. As suas paredes guardam a memória de dois séculos de História do vinho Madeira. No rés-do-chão sob os centenares travejamentos, encontram-se alguns objectos relacionados com a faina vitivinícola, acompanhados de fotografias e gravuras alusivas ao tema. Perante nós perfilha-se uma viagem, imprescindível para quem quer conhecer a História do vinho.

O percurso continua na Madeira Wine Company onde um museu da empresa nos conduz ao passado de fulgor dos princípios do século XIX.

A Família Barbeito, fiel à herança do seu fundador, criou na sua loja de venda de vinhos na Avenida Arriaga, um espaço museológico e Bibliotecas dedicadas a Colombo e à Madeira.


Empresa de Vinhos de Izidro Gonçalves
Actual Instituto do Vinho da Madeira.

Museus

Os museus são os repositórios da cultura, tradição e história da ilha. O seu acervo aviva-nos e documenta a História. Fica assim aqui a chamada de atenção para uma visita.

MUSEU MUNICIPAL DE HISTÓRIA NATURAL



O Museu encontra-se aberto ao público desde 5 de Outubro de 1933 no Palácio de S. Pedro, casa que foi do Conde de Carvalhal e que foi adquirida em 1929 pelo município para esse efeito.

O imóvel alberga o museu de História Natural, um Aquário, sugestão de Adão Nunes em 1930, a Biblioteca Municipal (1938) e o Arquivo Regional da Madeira a partir de 1933.

O projecto do museu pertence a Adolfo César de Noronha, um dos insigne estudioso da história natural do arquipélago, e concretizou-se a partir de 1929 para albergar as colecções de História Natural, Etnografia e Arqueologia. Aos poucos foi-se especializando na sua actual função de museu de História Natural das ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens.

A ideia da sua criação surgiu durante o governo de José Silvestre Ribeiro(1840-1852). Ainda se reuniram alguns dos elementos indispensáveis à sua abertura, que só veio a ocorrer passados quase cem anos.

O visitante, no percurso das seis salas, pode tomar contacto, de forma directa, da fauna, flora e geologia do Arquipélago da Madeira.

A exposição permanente consta de várias espécies de peixes, aves, mamíferos terrestres e marinhos, répteis marinhos, insectos e outros invertebrados.

Temos ainda com uma colecção de rochas e minerais do Arquipélago e de fósseis marinhos do Porto Santo.

LOCALIZAÇÃO: **R. da Mouraria, 31, Funchal**

NÚCLEO MUSEOLÓGICO – A CIDADE DO AÇÚCAR



Este núcleo museológico, inaugurado em 1996, pretende ser à memória viva da época áurea do açúcar na Madeira, isto é, os séculos XV e XVI. A sua concretização resultou da recuperação dos vestígios da chamada casa de Colombo no Funchal, construída no século XV pelo fidalgo flamengo João de Esmeraldo.

A sua casa de residência no Funchal foi construída a partir de 1495 e a ela associa-se o convívio de Cristóvão Colombo, o navegador italiano que aportou à ilha em 1476 e 1482.

A passagem do navegador pelo Funchal em 1498, aquando da sua terceira viagem, é um testemunho da sua profunda ligação à ilha. Nesta data teria privado com João Esmeraldo neste imponente palácio.

A casa dita de Colombo foi demolida em 1876 para dar lugar a um novo arruamento com o nome de Cristóvão Colombo. Do palácio perdurou apenas uma das principais janelas que se encontra na Quinta da Palmeira.

Em 1989 o espaço foi alvo de uma prospecção arqueológica de que resultou a recuperação do poço, que domina uma das salas do museu, algumas peças de cerâmica dos séculos XVI e XVII e outros vestígios.

O museu alberga, para além da exposição do espólio resultante das escavações arqueológicas de 1989, objectos da economia açucareira e da sua influência artística.

LOCALIZAÇÃO: **Praça Colombo, 5, Funchal**

MUSEU DO VINHO DA MADEIRA

O vinho Madeira dispõe hoje de dois museus. Ao do Instituto de Vinho da Madeira, inaugurado em 18 de Setembro de 1984, a que veio juntar-se o da Madeira Wine Company. Em ambos o visitante pode recordar o passado da faina vitivinícola através de fotografias e objectos a ela alusivos. A par destes, algumas empresas, pelo carácter secular e preservação das tradições podem ainda ser considerados museus-vivos. Aqui, o passado convive com o presente, permitindo ao visitante a envolvência com a realidade vitivinícola.

O Museu oficial do Vinho da Madeira é um dos retratos vivos da história e tradição do vinho da Madeira. A história do vinho afirma-se através da tradição oral ou escrita, dos materiais que ao longo dos tempos corporizavam a sua realização. É o único elo de ligação com os momentos de riqueza e forma de preito e homenagem a todos aqueles que contribuíram para a expansão da cultura e fama do seu produto. Os materiais ora expostos traçam-nos a História e ciclo do vinho.

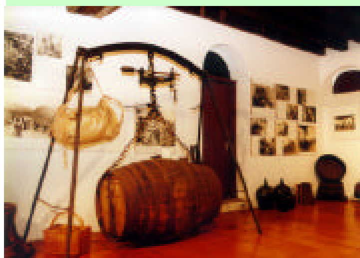
As instalações do Instituto do Vinho da Madeira evocam também a História do vinho da Madeira. O imóvel, de volumetria característica, foi construído pelo mercador de vinhos, o cônsul inglês, Henry Veitch, na primeira metade do século XIX, para servir de morada. Antes de chegar aos actuais inquilinos foi casa de vinhos de Izidro Gonçalves.

Perante nós está um espaço carregado de História e que foi o palco de definição dos rumos actuais e futuros deste importante sector da economia do arquipélago.

INTERNET

- **Instituto do Vinho da Madeira, http://www.gov-madeira.ptsra/ivminfgeral/histinstituto.htm**
- **Rota do vinho da Madeira, http://www.gov-madeira.pt/sra/ivm/rota.htm**

LOCALIZAÇÃO: Rua 5 de Outubro, 78, Funchal







NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO INSTITUTO DO BORDADO E ARTESANATO DA MADEIRA



O Museu do Bordado está instalado nas instalações do Instituto do Bordado e Artesanato da Madeira, criado em 1977.

O Núcleo reúne o espólio do IBTAM que inclui peças desde o último quartel do século XIX e princípios do séc. XX.

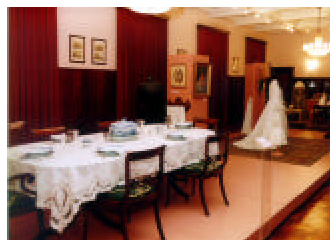
Os bordados, tapeçaria, marcenaria, estão dispostas em forma de encenação, reconstituindo o interior de uma casa madeirense do período romântico. Tendo em conta os aspectos utilitários das peças de bordado relacionados com a mesa e vestuário temos uma sala de jantar, um quarto de dormir. Um sector foi dedicado à explicação dos diversos pontos do bordado madeira e ao historial do bordado.

INTERNET:

- **Instituo do Bordado e da Tapeçaria, http://www.madinfo.pt/organismos/ibtam/bord.html**

LOCALIZAÇÃO: Rua do Anadia, 44, Funchal







MUSEU DA ELECTRICIDADE

A Empresa de Electricidade da Madeira(SA) decidiu criar em 1997 o Museu da Electricidade, que ficou conhecido como Casa da Luz, como forma de evocação do centenário da introdução da luz eléctrica no Funchal.

O museu foi criado nas antigas instalações da "Casa da Luz", onde em 1897 se instalou a primeira central térmica, construída pela *Madeira Electric Ligting Company Limited*.. Em 1925 juntaram-se novos geradores para poder atender ao maior consumo de energia eléctrica.

A partir de 1949 a concessão passou para os Serviços Municipalizados de Electricidade que em 1974 adquirem o estatuto de empresa pública.

Em 1943 iniciou-se o plano de construção de centrais hidroeléctricas, no seguimento do estudos feitos a partir de 1939.

É o primeiro museu industrial da região, onde é possível acompanhar a história da iluminação da cidade e da electrificação do arquipélago.



PÁGINA WEB: http://www.madinfo.pt/eem/

LOCALIZAÇÃO: Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses , Funchal

MUSEU DA BALEIA

A baleação na Madeira não foi tão activa como aconteceu nos Açores e Brasil. As primeiras fábricas surgiram apenas com a Segunda Guerra Mundial. Temos notícia de uma na Ribeira da Janela e outra no Garajau. A do Caniçal foi construída em 1947 e funcionou até 1981.

No sentido de recordar esta actividade foi criado o museu da Baleia.

O museu apresenta-nos a história da caça à baleia bem como o artesanato em osso e dente de cachalote.



LOCALIZAÇÃO: Caniçal

MUSEU ETNOGRÁFICO DA RIBEIRA BRAVA

O museu está instalado no antigo solar e capela de S. José, morada do capitão Luís Gonçalves da Silva. Em 1853 juntaram-se um engenho de açúcar e azenha, ambos movidos por um mecanismo hidráulico.

Em 1983 o edifício em ruínas foi adquirido pelo Governo Regional para ali instalar o Museu Etnográfico, o que só veio a acontecer em 1996.

O museu reúne as peças mais significativas do artesanato e tecnologia agrícola madeirense.

O visitante poderá tomar contacto com as técnicas ligadas ao fabrico do pão, vinho, fiação, etc.

LOCALIZAÇÃO: Rua de S. Francisco, 24, Ribeira Brava



MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA

Os Aproveitamentos Hidráulicos e a Electrificação da Madeira, Funchal, CAAH, 1962.

BRAGA, Isabel Drumond, "O açúcar da Ilha da Madeira e o Mosteiro de Guadalupe", *Islenha*, 1991, Nº 9, pp. 43-49.

BRAGA, Paulo Drumond, "Dádivas de açúcar madeirense a conventos e mosteiros portugueses e castelhanos", *Islenha*, 1992, nº 11, p. 53.

BRANCO, Jorge de Freitas, *Camponeses da Madeira*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.

CARITA, Rui Alexandre, "O poder emergente dos Estados Unidos nos finais do século XVIII. A situação na Madeira com as colónias de comerciantes estrangeiros", *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999, pp. 307-328.

COSME, João dos Santos Ramalho, "Subsídios para a História do Movimento Comercial do Porto do Funchal (1675-1688)", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp. 383-388.

COSTA, Rafael Amaro da, "O Aproveitamento da água na Ilha da Madeira", in *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I, nº.4-5, 1951, Vol. II, Nº. 11, 1952.

DIAS, Maria de Fátima S. Sequeira, "As relações comerciais entre a Madeira e S. Miguel-1800 a 1831", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 966.

EMONTS, "Arianização na Madeira", *Islenha*, 26, 2000, pp. .55-67.

ESCULÁPIO, "A plantação de amoreiras e a criação do bicho da seda na Madeira", 1950, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I, Nº 1, p. 28, Nº 2, p. 19.

EVERAERT, John G., "Marchands Flamands a Lisbonne et l'exportation du sucre de Madère (1480-1530)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 442.
-"Les LEM, aliás LEME, une dynastie marchande flamande au service de l'expansion Portuguaise (Afrique, Indes, Brésil (ca 1450-ca1550))", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993.

FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, "O vinho da Madeira no século XVIII - Produção e mercados internacionais", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 935.

FERREIRA, Ana Maria Pereira, A Madeira, "O comércio e o corso francês na primeira metade do século XVI (1513-1538)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira,* 1990 p. 481.

FERREIRA, Lídia Góes, "O tratamento das peles, hoje, na ilha da Madeira. Análise etnotecnológica da indústria de curtumes", *Xarabanda*, 1994, N.º 5, pp. 12-18.

GIL, M. Olímpia Rocha, "Madeira e Canárias no movimento portuário de Ponta Delgada-Problemas de importação e exportação nos finais do séc. XVII", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 878.

GODINHO, Vitorino Magalhães, "O açúcar dos arquipélagos atlânticos", in os *Descobrimentos e a economia mundial*, vol. IV, Lisboa, 1983, pp. 69-93.
- "As Ilhas Atlânticas: da geografia mítica à construção das economias oceânicas", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 27.

GOMES, Fátima Freitas, "Amassarias, fancarias, tavernas...", 1986, *Atlântico*, Nº 7, pp.206-217.

GOMES, José Luís de Brito, "A Madeira e a Rússia", 1985, *Atlântico*, Nº 4, pp.298-305.

GOUVEIA, David Ferreira de, "Um colono madeirense em S. Paulo", *Atlântico*, 1985, Nº 2, pp.142-147.
- "O açúcar da Madeira. A manufactura açucareira madeirense (1420-1550)", 1985, *Atlântico*, Nº 4, pp.260-272.
- "A manufactura açucareira madeirense(1420-1450). Influência madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira", 1987, *Atlântico*, Nº 10, pp.115-133.
- "O açúcar e a economia madeirense (1420-1550). Produção e acumulação", 1988, *Atlântico*, Nº 16, pp.262-284.
- "O açúcar e a economia madeirense : (1420-1550) o consumo de excedentes", *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 11-22.
- "Açúcar confeitado na Madeira", *Islenha*, 1992, Nº 11, pp. 35-52.
- "Gente d'engenho (1420-1550)", *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 81-95.

LOBO CABRERA, Manuel, Canarias, Madeira y el zumaque, *Islenha*, 1987, Nº 1, pp. 13-18.
- "El Comercio entre Canarias y Madeira en el siglo XVI", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.623-634.

MAURO, Frédéric, *Portugal, O Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 243-251.
- "A Madere de 1425 a 1925: Elements pour une histoire comparee des iles Atlantiques", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*. 1990 p. 403-427.
-"Sur la complementarité des societés insulaires dans l'Atlantique", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp.1363-1388.

MIGUEL, Dr. Carlos Montenegro, "O açúcar. Sua origem e difusão", in *Arquivo Histórico da Madeira*, XII, Funchal, 1960-61, pp. 55-123.
- "O açúcar e a sua importância na economia insular", *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 15, pp. 33-35.
- "Provisões do poder central acerca do cultivo do açúcar da Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 16, pp. 39-40.
- "A Ilha da Madeira e o Comércio do Sal", *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 17-18, pp. 18-20
- "Um ciclo económico -O açúcar", *Das Artes e da História da Madeira*, 1955, Vol. IV, Nº 19-20, pp. 13-15.
- "Os estrangeiros na Madeira e a cultura da cana sacarina", *Das Artes e da História da Madeira*, 1956, Vol. IV, Nº 22, pp. 33-35.
- "O Comércio na Ilha da Madeira nos centenários de 500 e 600", *Das Artes e da História da Madeira*, 1958, Vol. V, Nº 28, pp. 19-21.

MINCHINGTON, Walter, "Britain and Madeira to 1914", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 498.
-"British residents and their problems in Madeira before 1815", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 477.

MIRANDA, Susana Munch, "O porto do Funchal estrutura alfandegária e movimento comercial (1500-1526)", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* ,1990 p. 67.

MEDEIROS, Carlos Alberto, Porto Santo e Corvo: aspectos da ocupação humana em espaços insulares restritos, *Islenha*, 1988, N1 3, pp. 7-18.

NUNES, Eduardo(coord.) *Levada do Norte (Ribeira Brava-Câmara de Lobos). Reportagem da Execução e da Inauguração*, Funchal, JGDAF, 1952.
- *Levada e Central da Calheta. Reportagem*, Funchal, JGDAF, 1953.
- *Central de Salazar*, Funchal, JGDAF, 1953.

OLIVEIRA, Aurélio, "A Madeira nas linhas de comercio do Atlântico", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.917-931.

OLIVEIRA, Maria João, "O engenho de cana-de-açúcar de Santa Cruz", *Xarabanda*, 1992, Nº 2, pp. 46-48.
- "O engenho de cana-de-açúcar do Porto da Cruz. Arqueologia industrial - um espaço em aberto", *Xarabanda*, 1993, Nº 4, pp. 26-34.
- "O engenho de cana-de-açúcar do Faial. Perspectivas da Arqueologia Industrial na R.A.M", *Xarabanda*, 1994, Nº 5, pp. 32-36.
- "O engenho de cana-de-açúcar de Machico. Arqueologia industrial - um espaço em aberto", *Xarabanda*, 1993, Nº Especial, pp. 43-46.

PARREIRA, H. Gomes de Amorim, "História do açúcar em Portugal", in *Estudos de História e Geografia da Expansão Portuguesa. Anais*, vol.VII, t. I, 1952.

PEREIRA, Fernando Jasmins, *Estudos de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991.

PEREIRA, E. C. N., *Ilhas de Zargo*, 2 vols, Funchal, CMF, 1989.

PEREIRA, Jaime Azevedo, "Os vimes na Ilha da Madeira", 1986, *Atlântico*, Nº 5, pp.53-64.
-"Um Jardim Botânico na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 3, pp. 24-26.

PESSOA, Fernando, "As serras da Madeira", 1987, *Atlântico*, N.º 11, pp.217-221.

RAU, Virgínia, "The setlement of Madeira and the sugar cane plantation", in *A.A.G. Bijdragen*, II, Wageningen,1964, 3-12.

RAU, Virgínia, MACEDO, Jorge, *O Açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, JGDAF 1962.

RAVINA, Agustín Guimerá, "Las islas del vino "(Madeira, Azores e Canarias) y la America inglesa durante el siglo XVIII: Una aproximacion a su estudio", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 900.

RIBEIRO, Ana Maria, "A cal no Porto Santo", *Xarabanda* , 1992, N.º 2, pp. 16-18.

RIBEIRO, Emanuel, *O Doce nunca amargou... Doçaria Portuguesa. História, Decoração, Receituário*, Coimbra, 1923.

RIBEIRO, J. Adriano, "As serras de água na capitania do Machico, séculos XV-XVIII", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*. 1990 p. 115.
- "A casquinha na rota das navegações do Atlântico Norte nos séculos XVII e XVIII", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp. 345-352.
- "Notícia sobre alguns montados da Madeira nos finais do século XVIII", *Islenha*, 1990, Nº 7, pp. 118-126.
- "A indústria de conserva de peixe na Madeira", *Islenha*, 1992, N.º 11, pp. 59-70.
- "A indústria de cal nos Açores: Elementos para o seu estudo", *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 49-60.
- "A cochinilha na Madeira, 1995", *Islenha*,, Nº.16, 108-115.
- "Riqueza florestal do Concelho de Câmara de Lobos (antes da sua fundação)", 1989, *Girão*, Nº 2, pp. 62-63.
- "Relações sociais dos Concelhos de Câmara de Lobos e São Vicente nos séculos XVII e XVIII", 1990, *Girão*, Nº 5, pp. 207-210
- "A indústria da cal em Câmara de Lobos", 1991, *Girão*, N1 6, pp. 251-255.
- "Rendas no Concelho de Câmara de Lobos nos finais do século XVIII", 1991, *Girão*, Nº 7, pp. 317-322.
- "Indústria da Cana de açúcar em Câmara de Lobos nos séculos XIX-XX", 1992, *Girão*, Nº 8, pp. 361-365.
- "Indústria e manufactura no concelho de Câmara de Lobos no séc. XIX", 1992, *Girão*, Nº.9, pp. 431-435.
- "O tratado de Utrecht e a sua projecção económica", 1989, *Atlântico*, Nº 20, pp. 289-294.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, "A Madeira e os Americanos (séculos XVIII-XIX)", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp. 389-402.
- "O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento Luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XIX", *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999, pp. 285-305.

RIBEIRO, ORLANDO, *A Ilha da Madeira até meados do século XX: Estudo Geográfico*, Lisboa, ME-IACLP, 1985.

RODRIGUES, Maria do Carmo Jasmins Pereira, *O Açúcar na ilha da Madeira. Século XVI*, Lisboa, 1964 (Dissertação de licenciatura, policopiada).

RODRIGUES, Ramon Honorato, *Breves Considerações sobre o Problema Económico Português*, Funchal, Tip. Esperança, 1927.
- *Subsídios para a Solução do Problema Agrícola da Madeira*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cº Lda, 1934.
- *Questões Económicas*, 2 vols, Funchal, Tip. Jornal da Madeira, 1953-1955.
- *Nota Sobre a Actuação da Delegação da Junta de Exportação dos Cereais na Madeira*, Funchal, Tip. Esperança, 1962.

SALGADO, Anastacia M. e Abílio José, *O Açúcar da Madeira e algumas instituições de assistência na Península e Norte de África, durante a 1ª metade do Século XVI*, Lisboa, 1986.

SARMENTO, Alberto Artur, *As Pequenas Indústrias da Madeira*, Funchal, 1941.
-*História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, 1945.
- *Vertebrados da Madeira, 2 volumes*, Funchal, JGDAF, 1948.

SERRÃO, Dr. Joel, "Em torno da Economia Madeirense de 1550 a 1640", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 1, pp. 21-23.
- "Sobre o "trigo das ilhas" nos séc. XV e XVI", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 2, pp. 1-6.
- "Holandeses e Ingleses em portos de Portugal durante o domínio filipino", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 3, pp. 9-13.
- "O Infante D. Fernando e a Madeira (1461-1470). Elementos para a formulação de um problema", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 4, pp. 10-17.
- "Rendimento das Alfândegas do Arquipélago da Madeira (1581-1587)", *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 5, pp. 1-5, Nº 6, pp. 14-18.
- "Na alvorada do Mundo Atlântico. Primórdios da colonização da ilha da Madeira(1425-1470)" , *Das Artes e da História da Madeira*, 1961, Vol. VI, Nº 31, pp. 1-9.
- "Nota sobre o comércio de açúcar entre Viana do Castelo e o Funchal de 1561 a 1587 e sobre a decadência do açúcar madeirense a partir de finais do século XVI", in *Revista de Economia*, Vol. III, Lisboa, 1950.
-"O Rendimento da Alfândega do arquipélago da Madeira(1581-1587)", in *Das Artes e da História da Madeira*, nº 56, Funchal, 1951.

SILVA, António Ribeiro Marques da, "Barcos que demandavam a Madeira no século XVIII", *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 22-25.
- "Retracto de um comerciante de vinhos, em 1830, e uma pretensa colecção de arte", *Islenha*, 1995, nº.16, 72-73.

SILBERT, Albert, *Uma Encruzilhada do Atlântico: Madeira (1640-1820)*, Funchal, CEHA, 1997.

SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vols, Funchal, CEHA, 1995.

SOUSA, Álvaro Manso, "O bolo de mel das freiras da Encarnação", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 51-52.
- "Os cabrestantes", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, pp. 183-184.

SOUSA, Francisco de Vasconcelos e, “A Companhia Geral do Comércio do Brasil e a Ilha da Madeira”, *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 9-10.
- “A primeira frota da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil,” *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 55-56.

SOUSA, João José de, “Capitães no ciclo do açúcar”, *Islenha*, 1989, Nº 5, pp. 51-59.
- “A fazenda do pastel”, 1989, *Girão*, Nº 2, p. 44.
- “O Porto do Funchal no Séc. XVIII. Alguns aspectos”, 1966, *Das Artes e da História da Madeira* , Vol. VI, Nº 36, pp. 20-24.
- “O porto do Funchal e a Economia da Madeira no século XVIII”, *Das Artes e da História da Madeira* , Vol. VII, 196?, Nº 37, pp. 63-80.
- “Notas sobre as relações comerciais entre a Madeira e o Brasil nos séculos XVIII”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VII, 196?, Nº 39, pp. 43-44.
- “Galeões de prata" no Funchal”, 1986, *Atlântico*, Nº 5, pp. 5-12.
- “As levadas, 1989”, *Atlântico*, Nº 17, pp. 40-48.

STEGAGNO PICCHIO, Luciana, “O Sacro Colégio de Alfenim”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 181.

TORRES SANTANA, Elisa, “Las relaciones comerciales entre Madeira y las Canarias orientales en el premier cuarto del siglo XVII. Una aproximación a su realidad historica”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira*. 1990 p. 816
-“Lanzarote y Madeira durante la unión ibérica (1600-1640)”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.635-659.

VARELA, Consuelo, “los negocios en Madeira de los familiares y amigos de Cristóbal Colon”, III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp. 45-50.

VERLINDEN, Charles, “Les débuts de la production et l'éxportation du sucre à Madère. Que rôle y jouèrent les italiens”, in *Studi in memoria de luigi del Pane,* Bolonha, 1982, pp. 308-310.
-"Petite proprieté et grande enterprise à Madère à la fin du XVéme siècle", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira.* Funchal. Setembro de 1989, Funchal,1990, pp. 7-21.
-"Les origines du monopole royal dans l'économie coloniale portugaise au XVème siècle", in *Estudos em Homenagem ao Prof. Manuel Paulo Merca e Guilherme Braga da Luz*, Coimbra, 1983, pp. 2-43.

VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI, Madeira, Açores e Canárias*, Funchal, CEHA, 1987.
- *História do Vinho da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993.
-*O Vinho da Madeira*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1998.
-[com Francisco Clode]*A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, ARAP, 1996.
-*Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, CEHA, 1999.
-“O comércio de cereais dos Açores para a Madeira no século XVII”, in *Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, 1984 [Sep. do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*].
-“O comércio de cereais das Canárias para a Madeira nos séculos XVI e XVII”, in *VI Colóquio de História Canario-Americana*, t. 1, Las Palmas, 1987.
- "Consequências do Povoamento e o ciclo do açúcar na Madeira nos séculos XV e XVI" , *Portugal no Mundo*, direcção de Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, 1989.
- "Consequências económicas do povoamento da Madeira e Açores", in *Portugal no Mundo*, direcção de Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, 1989.
- "O açúcar na Ilha da Madeira, séculos XVII e XVIII", III Colóquio Internacional de História da Madeira. 1993, pp.325-344.
- "O Açúcar na Madeira. Produção e comercio nos séculos XV a XVII", in Producción y comercio del azúcar de caña en época preindustrial. *Actas del Tercer Seminario Internacional*, Motril, 1993.
- "Agua Trabalho e Açúcar. O Caso da Madeira nos séculos XVI e XVII", In *Actas del Sexto Seminario Internacional. Agua, Trabajo y Azúcar,* Motril, 1996, 101-146.
- *Publico e o Privado na História da Madeira. II. As cartas particulares de Diogo Fernandes Branco* Funchal. CEHA, 1997.
- "El Sistema Portuario-Mercantil de las Islas del Atlantico Iberico" com Agustin Guimerá Ravina, *in História das Ilhas Atlânticas*, vol.I, Funchal,CEHA, 1997, pp.203-23
- *Publico e o Privado na História da Madeira. II. As cartas particulares de João de Saldanha*, Funchal. CEHA, 1998.
- [de colaboração com Constantino Palma e Homem Cardoso]*Vinho da Madeira*, Lisboa. Chaves Ferreira Publicações, 1998.
- "A Cultura da vinha na Madeira séculos XVII-XVII", in *Os Vinhos Licorosos e a História*, Funchal, CEHA, 1998, pp.99-120.
- *O Vinho*, Expo 98. Pavilhão da Madeira, 1998.
- *O Açúcar*, Expo 98. Pavilhão da Madeira,1998.
- *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, CEHA, 1999.
- História e Eco-História, Repensar e Reescrever a História Económica da Madeira, in *História e Meio Ambiente o Impacto da Expansão Europeia*, Funchal, CEHA, 1999, pp.77-124.
- “A Madeira, a Expansão e História da Tecnologia do Açúcar”, in *História e Tecnologia do Açúcar*, Funchal, CEHA, 2000, pp.7-20.

WILHELM, Eberhard Axel, “Estrangeiros na Madeira: João Wetzler industrial de bordados, antiquário e doador duma colecção de pratas”, *Islenha*, 1988, Nº 2, pp. 69-76.
- “As casas alemães de bordados entre 1880 e 1916 e a família Schnitzer”, *Islenha*, 1990, Nº 7, pp. 52-60.
- “A tapeçaria madeirense e a família Kiekeben”, *Islenha*, 1992, Nº 10, pp. 72-77

WITTE, Charles-Martial de, "La production du sucre à Madère au XVème Siècle d'aprés um rapport au capitaine de l'ile au Roi Manuel Iére", in *Bulletin des Études Portugaises et Bresiliennes*, nº 42-43, Lisboa, 1981-1986.

2. INTERNET

Para a História do Açúcar[disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/sugar/introd.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

Açúcar: fabrico e tecnologia [disponível na Internet via WWW,http://www.ceha-madeira.net/engenho/acucar/acucar.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

História: engenhos e açúcar[disponível na Internet via WWW,http://www.ceha-madeira.net/engenho/historia/historia.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

A rota do açúcar na madeira - CINCO SÉCULOS DE AÇÚCAR NA MADEIRA[disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/sugar/arte.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

A ARTE DO FABRICO DO AÇÚCAR - ANTONIL(1717) [disponível na Internet via WWW,http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/sugar/antonil1.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

DEVE E HAVER: a História das Finanças da Madeira [disponível na Internet via WWW, URL:http://www.ceha-madeira.net/deve/deve.html] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

VINHO: História e actualidade[disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/vinho/vin.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

3. VIDEO

LUCAS, Carlos Brandão, *A Civilização do Açúcar na Madeira*, Funchal, CEHA, 1996.

4.MUSEUS

Museu da Baleia (Caniçal)
Museu Etnográfico (R. Brava)
Museu da Electricidade (Funchal)
Núcleo Museológico do IBTAM(Funchal)
Museu do Vinho da Madeira (Funchal)
Adegas de S. Francisco -Madeira Wine Company (Funchal)
Museu Municipal de História Natural (Funchal)
Museu de Arte Sacra (Funchal)
Museu Frederico de Freitas (Funchal)
Museu Quinta das Cruzes (Funchal)
Núcleo de Dragoeiros das Neves (Funchal)
Museu de História Natural (Bom Sucesso-Funchal)

5. RUAS

Rua de João Esmeraldo, do Sabão, da Alfândega,

7 – A MADEIRA E O MUN DO DOS DESCOBRIMENTOS



TEMAS

7.1 – Ocupação e defesa dos novos espaços

- As primeiras expedições
- O Norte de África
- O Império do Oriente
- A ocupação e defesa do Brasil
- A ocupação e defesa de Angola

7.2 – As rotas oceânicas e a Madeira

7.3 – A cobiça da riqueza madeirense

- A guerra de corso
- A defesa do arquipélago

7.4 – A Madeira na rota das migrações

7.5 – O turismo e a descoberta da natureza

Para saber mais ...

- A Madeira modelo de expansão
- Colombo na Madeira
- O Madeirense Diogo Colombo
- Casa museu Cristóvão Colombo

TEMAS EM DESTAQUE:

- *Diogo de Teive*
- *Madeirenses no Oriente*
- *Os corsários na Madeira*
- *As fortificações e defesa da ilha*
- *A expansão do açúcar*
- *As quintas madeirenses*

CONCEITOS	PERSONALIDADES
- Expedições	- Diogo de Teive
- Colónia	- João Fernandes Vieira
- Feitoria	- Tristão Vaz da Veiga
- Turismo terapêutico	- James Cook
- Migrações	- Padre Ernesto João Schmitz
- Corso	- Princesa D. Amélia
- Pirataria	- Sissi
- Fortaleza	- William Reid
- Hospício	- Frederik Charles
- Sanatório	

CRONOLOGIA

ANOS	1437	1446	1471	1515	1645	1655	1850	1859	1960
ACONTECIMENTOS	João Gonçalves Zarco participa no desast re de Tânger.	Alvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, atinge o Senegal	João Gonçalves da Câmara está na con-quista de Tânger.	Madeirenses instalam os primeiros engenhos no Brasil	João Fernandes Vieira inicia a libertação de Pernambuco.	João Fernandes Vieira é nomeado governador de Angola.	Construção do Reid's New Hotel	Construção do primei-ro sanatório na Madei-ra	A Junta Geral funda o Jardim Botânico.

PERSONAGENS IMPORTANTES NA MADEIRA

1768	1844	1848	1881	1882	1903
James Cook escala a Madeira pela 1.ª vez, numa viagem científica.	William Reid fixa-se na Madeira.	A princesa Amélia do Brasil veio tratar-se e aqui faleceu. Deu origem ao Hospício Dona Amélia..	Mary Jane Wilson chega à Madeira, aqui realizando uma grande obra a favor dos pobres. Faleceu em Câmara de Lobos em 18/10/1916.	O Padre Ernesto João Schmitz cria o Museu de História Natural, no Seminário.	O príncipe alemão Frederik Charles funda a Companhia dos Sanatórios da Madeira.

Ocupação e defesa dos novos espaços

As primeiras expedições

A Madeira, a primeira terra no espaço atlântico a merecer uma ocupação efectiva pelos portugueses, rapidamente se transformou num centro de apoio às descobertas atlânticas. Segundo Zurara, a ilha foi desde 1445 o principal porto de escala para as navegações ao longo da costa ocidental africana. O rápido surto económico da ilha e as dificuldades encontradas na ocupação nas Canárias assim o determinaram. Os excedentes agrícolas da ilha eram suficientes para abastecer as caravelas henriquinas de biscoito, vinho e demais víveres frescos.

Para a nova aristocracia que começar a despontar nos novos espaços de ocupação como a Madeira o empenho nas acções marítimas e bélicas foi ao mesmo tempo uma forma de homenagem ao monarca e infante e um passo mais na aquisição de benesses ou comendas. Em 1445 Fernão Tavares, de idade avançada, participou numa das expedições sendo armado cavaleiro no Cabo Resgate. Zurara confirma-nos, salientando que a presença dos madeirenses nas viagens henriquinas se orientou pelos princípios e tradições da cavalaria medieval, tendo por objectivo servir o seu amo, o Infante D. Henrique.

A partir do reconhecimento das ilhas açorianas, na década de vinte do século XV, a volta pelo largo nas expedições africanas e o avanço das expedições para Ocidente foram uma realidade. Os testemunhos da existência de terra para além da linha do horizonte ocidental destas ilhas começaram a surgir com frequência nas praias açorianas e madeirenses: pedaços de madeira, cadáveres, canoas, inúmeras sementes, despertavam a natural curiosidade dos insulares, motivando a atenção dos navegadores insulares conduzindo-os à gesta desbravadora dos mares ocidentais.

A primeira viagem conhecida foi a do madeirense Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera. Seguiram-se outros de que apenas ficou notícia dos que fizeram o pedido antecipado da posse das terras que esperavam descobrir. As expedições para Ocidente, que precederam a primeira viagem de Cristóvão Colombo, continuaram até finais do século XV, com activa participação de madeirenses e açorianos.

Em finais do século quinze, residiam na Madeira dois indivíduos cujo apelido - Terra Nova - se associa facilmente a esta área, mas é difícil estabelecer a sua relação com as terras ocidentais. Um deles, Anrique surge em 1486 no Funchal como fiador de um alfaiate, enquanto o outro, Guirarte, é apresentado no estimo do açúcar de 1494 como proprietário de canaviais nas partes do fundo. Foi com o dinheiro conseguido com esta cultura que estes navegadores financiaram as suas expedições, pois a coroa nunca se

"A ilha da Madeira, (...) tão afamada e guerreira com seus ilustres e cavaleiros, os capitães, e tão magnânimos, e com generosos e grandiosos moradores; rica com seus frutos; celebrada com seu comércio, que Deus pôs no mar oceano ocidental para escala, refúgio, colheita e remédio dos navegantes, que de Portugal e de outros reinos vão, e de outros portos e navegações vêm para diversas partes, além dos que para ela somente navegam, levando-lhe mercadorias estrangeiras e muito dinheiro para se aproveitar do retorno que dela levam para suas terras (...) por ser tal e parecer nele um único horto terreal tão deleitoso, em tão bom clima situada ou criada, disse um estrangeiro que parecia que, quando Deus descera do Céu, a primeira terra em que pusera seus santos pés fora ela." [Doutor Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, pp.99-100]

DIOGO DE TEIVE

As genealogias madeirenses identificam-nos dois: o tio e sobrinho. O primeiro esteve entre os primeiros povoadores da Madeira, sendo escudeiro da casa do infante. Foi ele quem em 5 de Dezembro de 1452 um alvará em que lhe era concedida autorização para construir um engenho de água para o fabrico de açúcar Participou activamente na vida local, como homem-bom do concelho, tendo sido eleito para diversos mandatos.

Bartolomé de Las Casas refere-o como o empreendedor, conjuntamente com Pedro Velasco, de uma viagem para Ocidente, que se teria realizado em 1452. Foi no regresso que o mesmo descobriu as ilhas foreiras (Flores e Corvo), tal como o confirma a carta de doação em 1453 da ilha do Corvo ao Duque de Bragança.

A documentação terceirense atesta a sua presença nos inícios da década de cinquenta como companheiro de Jácome de Bruges. Foi certamente nesta altura que realizou a viagem para Ocidente.

Cartas de doação de terras a descobrir:

1473/Junho/21: carta de doação de D. Afonso V a Rui Gonçalves da Câmara das ilhas que descobrir.

1486/Agosto/4: carta de doação de D. João II a João Afonso do Estreito das ilhas ou terras que descobrisse.

comprometeu com este projecto, apostada que estava em definir e fazer afirmar a rota africana.

As expedições de marinheiros ao serviço do Infante D. Henrique a partir da década de quarenta com assídua frequência. A escala obrigatória na Madeira fez com que muitos da ilha se intrometessem de livre vontade neste processo. Na primeira expedição portuguesa ao Rio do Senegal é evidente a presença madeirense. Foi Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, quem atingiu aquele rio em 1446, ultrapassando no ano seguinte Cabo Verde. Veio a encontrar a morte em Arguim, quando seguia na expedição de Gonçalo de Sintra.

O interesse destes navegadores e aventureiros não está apenas nos descobrimentos mas também na actividade comercial que os mesmos propiciavam. Na década de setenta do século XV os irmãos Boa Viagem - Martim Anes e Fernão Nunes - foram feitores do comércio dos dentes de elefante da Costa do Marfim. A feitoria e castelo de S. Jorge da Mina, fundado em 1482, teve em 1522 por capitão Gonçalo Mealheiro, sobrinho de Pedro Gonçalves Mealheiro, com apelido de "Amo" por ser o perceptor do 3º capitão do Funchal e que com ele participara na conquista de Azamor em 1513.

O norte de África

Foi manifesto o empenho das principais famílias madeirenses nas diversas campanhas de defesa e apoio das praças marroquinas, com o fornecimento materiais de construção para as fortalezas, custeando as despesas ou abastecendo-as de cereal. João Gonçalves Zarco participou na trágica expedição de 1437 e o 2º capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, e mais fidalgos estiveram na conquista de Tânger e Arzila em 1471.

Algumas destas praças, nomeadamente Mogador (hoje Essaouira) e Safim, estavam na dependência da Madeira, pelo que o capitão do Funchal foi dos poucos que defenderam o não abandono destas praças junto de D. João II. Azamor teve feitoria desde 1486, e foi alvo de diversos assaltos, pelo que a coroa enviou expedições a socorrê-la. Em 1513 na expedição comandada por D. Jaime, Duque de Bragança, integrou-se uma força da Madeira composta de 27 navios, armados à custa de Simão Gonçalves da Câmara, com 6000 homens a pé e 200 a cavalo. A esta juntaram-se muitos ilustres madeirenses como Pedro e Gonçalo Mealheiro, João Ornelas de Vasconcelos, Pedro Afonso de Aguiar. Novo



Feitoria de São Jorge da Mina



Socorro dos madeirenses às praças do Norte de África

1437: Tânger
1471: Arzila, Tânger
1495: Arzila
1510: Safim
1513: Azamor
1520 : Safim
1530: Safim
1533: Santa Cruz do Cabo Gué
1537: Azamor
1578: Alcácer Quibir

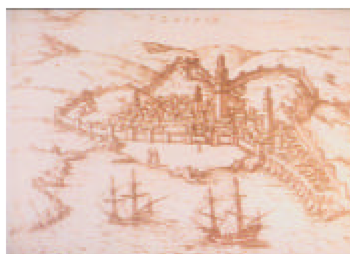
Simão Gonçalves da Câmara

"(...) foi tão esforçado e liberal e contínuo em acudir aos rebates e cercos de África, e tão leal português e bom vassalo(...) assim à cidade de Safim como à de Azamor e Arzila, por si e seu irmão, Manuel de Noronha, que a capitoa despachou e mandou com setecentos homens, gente muito luzida, à sua custa(...)E, assim, acudiu sempre com muita gente e navios a todos os rebates e cercos, que, em seu tempo, houve nos lugares de África , que dito tenho, e no Castelo Real, e do Cabo de Gué e Aguer, Mazagão, Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer, ele, em pessoa, ou seu filho herdeiro; ou, quando não podia ir, mandava seus parentes e amigos, no que despendeu de sua fazenda, segundo se achou, por lembrança, nos serviços que alegou, oitenta mil cruzados, (...)" [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, 247-248]



Ceuta

"Quando este Rei D. Sebastião, de ânimo invencível, foi ver África com muitos fidalgos e morgados do reino, foi João Gonçalves da Câmara com ele. Com muitas tendas, cavalos e criados, gastou nisso muito do seu, desejando que se oferecesse ocasião em que mostrasse o esforço de sua pessoa e imitasse os heróicos feitos de seus predecessores." [citado por A. A. Sarmento, *A Madeira e as Praças de África*, Funchal, 1932, p.32]



Praça de Safim



MADEIRENSES NO ORIENTE

1502: Lopo Mendes de Vasconcelos, capitão de uma nau da armada de Vasco da Gama.
1504: Pedro Afonso de Aguiar capitão de uma nau da armada de Lopo Soares.
1513: Manuel de Vasconcelos, capitão da nau S. Filipe.
1515: Duarte Mendes de Vasconcelos, capitão de uma nau.
1519: Rafael Catanho, capitão da nau Belém.
1567: António Spínola, capitão de uma nau.
1580: João de Betencourt de Vasconcelos, capitão da nau S. Gregório.
1613: Manuel de Vasconcelos, morto na Batalha de Ormuz.

socorro em 1537 foi dado pela Madeira, o que levou ao abandono em 1542. A fortaleza foi erguida em 1508 por Diogo de Azambuja com base nas receitas dos almoxarifes do Funchal. Já em 1510 foi alvo de obras devido a um assalto que teve lugar a que prontamente ocorreram as forças da Madeira, sob o comando de D. Manuel de Noronha. Dos que acudiram merecem referência: António Correia, António de Atouguia, D. João Henriques, Rui Mendes de Vasconcelos.

Outros madeirenses estiveram presentes entre 1520 e 1530 nas praças marroquinas- António Manuel Mendes de Vasconcelos, D. João de Noronha, D. Afonso Henriques e D. João de Noronha filho. Em 1508 era comendador da praça o madeirense António de Freitas.

A presença de madeirenses na defesa da fortaleza de Cabo Gué, erguida em 1505 por João Lopes Sequeira, é frequente. Em 1533 acudiram os madeirenses com homens e cal e tabuado para reconstrução das muralhas. Com a morte do governador da praça ficou em seu lugar o madeirense Rui Dias de Aguiar. Os assaltos continuaram, ocorrendo com assiduidade os de Câmara de Lobos e Santa Cruz, tendo sido perdida em 12 de Março de 1541 e muitos madeirenses perderam a vida ou ficaram cativos.

Tânger era um ponto estratégico do Estreito e por isso tentou-se por diversas vezes a sua conquista. Em 1437 foi a pesada derrota e o cativeiro do Infante D. Fernando. Nesta expedição participou João Gonçalves Zarco, e na sua conquista em 1471 esteve João Gonçalves da Câmara e outros fidalgos da ilha que acompanharam D. Afonso V. Alguns madeirenses fixaram nela morada. Tristão Gomes de Castro foi capitão da cidade em 1610 e Fernão Lopes de Silva havia sido alcaide-mor.

No desfecho dramático da presença portuguesa nestas paragens estiveram presentes madeirenses. Em 1578 acompanharam D. Sebastião na jornada de Alcácer Quibir muitos madeirenses entre os quais se referem Rui Dias da Câmara, Luís e Agostinho de Goes, Jorge de Vasconcelos, D. Gaspar de Teive, Jorge Lomelino e F. Deodato de Mondragão.

O império do Oriente

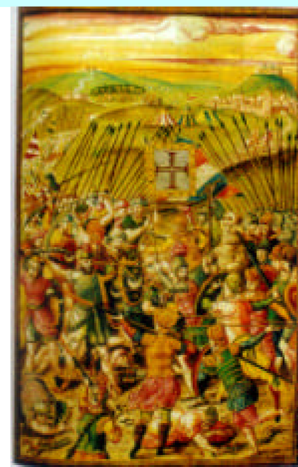
Os madeirenses não se furtaram a uma activa participação na conquista e defesa das feitorias do Índico. Lopo Mendes de Vasconcelos, casado com Teresa da Gama, filha de Estêvão da Gama, e por isso mesmo cunhado de Vasco da Gama, acompanha-o na segunda viagem em 1502 como capitão de um navio. Manuel de Vasconcelos, filho de

Lopo de Vasconcelos foi capitão de Cananor e Maluco. Era casado com Isabel da Veiga que ficou conhecida como a matrona de Diu pela sua acção em 1538 no primeiro cerco de Diu. Regressado à ilha foi apelidado como "o da Índia". João Rodrigues de Noronha, casado com D. Isabel de Abreu, foi em 1521 comandante de Ormuz, bem como capitão-mor do Mar da Índia. Jordão de Freitas foi em 1531 senhor de Amboim.

Temos ainda António de Abreu, de que na ilha são conhecidos dois homónimos. O mais conhecido dos dois era filho de Garcia Abreu, fidalgo de Avis, sendo madeirense de acordo com o testemunho de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda. Embarcou para a Índia em 1506 com Afonso de Albuquerque. Em 1507 acompanhou Afonso de Albuquerque na tomada de Ormuz, foi capitão de uma embarcação da armada que atacou Malaca, tendo sido atingido no queixo com um tiro, que lhe roubou parte dos dentes e da língua.

A sua destreza na arte de navegar abriu-lhe as portas para assumir a posição de capitão-mor da armada que foi em demanda das Molucas, para transformar Malaca no principal centro de negócio. António de Abreu, de acordo com António Galvão, partiu em Novembro de 1511, tendo alcançado as ilhas donde voltou com mercadoria grossa. Nesta incursão teria, segundo alguns autores, descoberto a Austrália. Morreu em 1514 na viagem de regresso ao reino.

O outro António de Abreu, filho de João Fernandes do Arco e de Beatriz Abreu e casado com D. Branca de França navegou duas vezes para Índia em 1523 e 1526, e foi provido capitão-mor de Malaca.


Cerco de Diu. 1574


Ilha de S. Vicente (Brasil)

Na ocupação e defesa do Brasil

O descobrimento do Brasil abriu outra frente de intervenção dos madeirenses, que estiveram presentes nos primórdios da ocupação portuguesa e foram os responsáveis pela implantação da economia açucareira. Em 1515 o rei recomendava a presença de um madeirense capaz de construir um engenho de açúcar na ilha de S. Vicente. Outros mais engenhos se seguiram depois em Pernambuco e na Baía pela mão dos hábeis carpinteiros idos da ilha.

No início a presença madeirense quase só se resumia à expansão do açúcar e a uns quantos aventureiros que buscavam fortuna. Rapidamente, no entanto, espalhou-se em todas as frentes: Baía, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Grão Pará e Maranhão e muitos são mestres de engenhos ou detêm actividades relacionadas com a safra açucareira.



Principais locais de fixação de Madeirenses no Brasil



Busto de João Fernandes Vieira. Inaugurado em 1925 na Avenida Arriaga e transferida em 1932 para o Jardim Municipal

JOÃO FERNANDES VIEIRA apelidado de "Valeroso Lucideno" e "Castrioto Lusitano", foi comparado na época aos grandes guerreiros e heróis da História.

O feito que o imortalizou foi a chefia do movimento que conduziu à expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro.

É um dos muitos madeirenses que saiu muito jovem para o Brasil. Dos primeiros onze anos de vida na ilha pouco se sabe. Tão pouco está muito clara a sua família. A tradição histórica que merece maior aceitação diz-nos que se chamava Francisco de Ornelas Moniz e que terá nascido no Faial, filho de Francisco de Ornelas Moniz e Antónia Mendes.

No Brasil terá, por razões que desconhecemos, mudiu de nome passando a chamar-se João Fernandes Vieira, o nome de um seu terceiro avô morgado na Ribeira de Machico.

O percurso de ascensão social foi rápido, adquirindo uma posição de prestígio durante o governo do holandês Maurício Nassau. De amigo íntimo dos holandeses passou rapidamente para a chefia da revolta, saindo vencedor nas batalhas de Tabocas e Guararapes, que conduziram à expulsão dos holandeses. Este feito valeu-lhe vários favores por parte da coroa: foi governador da Paraíba e de Angola, promovido a fidalgo da casa Real e alvo de muitas comendas.

Casou em 1643 com D. Maria César, filha de Francisco Berenguer, um destacado proprietário de canaviais do Recife.

Faleceu a 10 de Janeiro de 1681 mas persiste na memória histórica do Recife e da Madeira. A 12 de Julho de 1925 o Funchal prestou-lhe homenagem inaugurando um monumento em sua memória, que em 1932 foi transferido para o actual lugar do Jardim Municipal.

O contributo madeirense no povoamento do Brasil é evidente, surgindo, primeiro, por solicitação da Coroa e depois por força das condições internas da ilha. A crise da economia açucareira a partir da década de trinta do século XVI e o incremento que a mesma passa a ter nas terras de Vera Cruz definiram este rumo obrigatório da emigração de mão-de-obra qualificada.

Entre finais do século XVI e princípios da centúria seguinte tivemos uma nova vaga de emigração condicionada por questões religiosas. A criação do tribunal da Inquisição e a perseguição movida aos cristãos-novos, expressa nas visitas dos inquisidores em 1591 e 1618, conduziu à saída de um grupo significativo. O facto da maioria destes estar vinculada às actividades comerciais levou-os a manter um vínculo à ilha através do comércio do açúcar.

No período da união peninsular as terras brasileiras estiveram a saque de corsários franceses, ingleses e holandeses. Aos assaltos sucederam-se as investidas de ocupação do solo. Primeiro foram os franceses no Maranhão (1610) e depois os holandeses na Baía (1624) e Pernambuco (1635). Em 1645 organizou-se em Pernambuco a revolta lusíada contra os holandeses sob comando do madeirense João Fernandes Vieira. Outro madeirense, Francisco de Figueiroa, seguiu em 1648 com um terço de 1500 homens recrutados na Madeira e nos Açores. Foram estes que derrotaram os holandeses a 19 de Abril de 1648 no monte dos Guararapes. Esta presença militar das ilhas manteve-se com o envio em 1698 de terços para Maranhão, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Até ao século XVII os madeirenses tiveram um papel destacado na sociedade brasileira e a sua acção foi notada em todos os sectores vitais.

Os madeirenses revelaram-se aqui como exímios agricultores e técnicos açucareiros, legando ao novo espaço o conhecimento acumulado por mais de um século de experiência. Não descuraram a política e a estrutura religiosa em que também assumiram um protagonismo evidente. Em terras de Vera Cruz as gentes ilustres, da aristocracia local ou ligada ao sector mercantil, misturaram-se com o povo humilde e deserdado da terra.

Já no século XVIII os incentivos colonizadores incidiram em casais laboriosos capazes de se fixarem em espaços novos, sendo estas colónias de povoamento uma garantia da defesa da soberania portuguesa sobre o território face às espoliações de Espanha. João Fernandes Vieira foi o primeiro em 1674 a pressentir esta necessidade propondo-se trazer à sua custa 300 a 400 casais da Madeira e dos Açores.

Em 1680 os portugueses criaram a colónia de Sacramento, com o objectivo de garantir a posse do espaço, considerado

fundamental para o controle dos fluxos de prata das minas de Potosi (Bolívia), tendo sido de imediato ocupada pelos castelhanos que só a cederam por tratado do ano seguinte. Para assegurar esta presença, o Rei D. Pedro II ordenou o recrutamento de casais das ilhas. Os litígios pela definição das fronteiras continuaram até à celebração do tratado de Madrid (1750) e devolução da colónia à Espanha.

A garantia da soberania portuguesa passava pela aposta no povoamento da capitania de Santa Catarina. A presença de casais das ilhas, embora notada desde muito cedo, a partir de 1746 intensificou-se com a promoção do seu envio pela Coroa. A Fazenda Real assegurava o transporte, apoio financeiro, instrumentos e terra para que estes casais firmassem a ferro e fogo a ocupação lusíada nestas paragens. Muitas famílias do Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol e S. Vicente corresponderam ao apelo. Entre 1747 e 1751 contam-se 1367 madeirenses e só em 1756 outros 520.

Esta iniciativa régia ia também ao encontro de uma representação da Câmara do Funchal que apelava a medidas para debelar a crise de fome que assolava a ilha. As conjunturas de fome, uma quase constante da história da ilha, foram favoráveis ao recrutamento dos casais. Ainda hoje são visíveis os testemunhos da presença insular na formação das cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A arquitectura civil e as tradições religiosas, nomeadamente as Festas do Espírito Santo, espelham muito daquilo que foi a sua vivência nestas paragens.

A emigração insular não terminou nesta centúria, uma vez que na seguinte o Brasil continuou a ser a zona apetecida para os emigrantes ilhéus, forçados a sair por razões económicas ou políticas. A conturbada situação política decorrente da revolução vintista conduziu à fuga de muitas famílias destacadas e comprometidas com a vida política monárquica. Foi um destes, Jerónimo de Ornelas, perseguido pelos miguelistas, que fundou a cidade de Porto Alegre.

Na ocupação e defesa de Angola

Angola esteve igualmente ligada aos madeirenses no século XVII. João Fernandes Vieira foi governador de 1655 a 1661 e o próprio Tristão Teixeira havia aí estado em 1650 reclamando a sua posse face às investidas holandesas. No decurso do século XVII, houve levantamento de soldados que acompanharam os novos governadores. A primeira ocorreu em 1676 com Aires de Saldanha Menezes de Sousa, que terminado o governo na Madeira foi nomeado governador de Angola, tendo levado uma companhia de 500 homens com duzentos da ilha. Para o período de 1676 até 1797, fizeram-se mais recrutamentos de militares com mais de dois mil soldados madeirenses.

"Se das ilhas se puderem remeter alguns casais seria utilíssimo, e ainda algumas recrutas, porque assim se aumentaria a s culturas destas terras que são próprias, não só para todos os frutos, da América, senão também da Europa, e dos filhos dos mesmos casais se recrutaria o terço ou tropas, que aqui assistissem, e seriam mais permanentes do que os de fora."
[Carta de 23 de Agosto de 1742, de José da Silva Pais, in Maria Licínia Fernandes dos Santos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, 1999, p.103]

"Em vinte e seis de abril do ano de 1756 saiu da ilha da Madeira em direitura para a ilha de Santa Catarina o navio Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro de que era capitão e mestre Custódio Francisco e senhorio Feliciano Velho Oldemberge Compª. Com oitenta e cinco casais, que compreendiam o número de 535 pessoas de idade de três anos para cima. Em vinte de Setembro do mesmo ano vindo buscar este porto [Baía]para se refazer de mantimentos e aguada por haver consumido por ocasião dos ventos contrários na dilatada viagem de cinco meses os com que havia saído da ilha da Madeira deu à costa no sítio do Rio Joanes, salvando-se deste naufrágio 11 mulheres e o número de homens que se não pode averiguar ao certo, porque os que puderam salvar as vidas preocupados do temor de que os fizessem novamente embarcar, buscaram refúgio das matas, tanto por este princípio, como por encobrirem a desnudez com que ficaram,(...)". [Carta de 17 de Abril de 1757 de D. Marcos de Noronha, Vice-Rei do Brasil, publ., W. Piazza, *A Epopéia Açórico-Madeirense (1746-1756)*, Funchal, 1999, pp.292-293]

A EXPANSÃO DO AÇÙCAR

A Madeira foi o ponto de partida do açúcar para o Novo Mundo. A tradição anota que foi desde a Madeira que o açúcar chegou aos mais diversos recantos do espaço atlântico e que os técnicos madeirenses foram responsáveis pela sua implantação. O primeiro exemplo está em Rui Gonçalves da Câmara, quando em 1472 comprou a capitania da ilha de S. Miguel. Na expedição de posse da sua capitania fez-se acompanhar de canas da Lombada, que entretanto vendera a João Esmeraldo, e dos operários para a tornar produtiva. A estes seguiram-se outros que corporizaram diversas tentativas para fazer vingar a cana de açúcar nas ilhas de S. Miguel, Santa Maria e Terceira.

Em sentido contrário avançou o açúcar em 1483, quando o governador D. Pedro de Vera quis tornar produtiva a terra conquistada nas Canárias. De novo a Madeira disponibiliza as socas de cana.

O avanço do açúcar para sul, ao encontro do habitat que veio gerar o *boom* de produção, deu-se nos anos imediatos ao descobrimento das ilhas de Cabo Verde e S. Tomé. Em 1485 a coroa recomendava a João de Paiva que procedesse à plantação de cana do açúcar. Para o fabrico do açúcar refere-se a presença de "muitos mestres da ilha da Madeira".

A intervenção madeirense alargou-se também ao Brasil. A coroa insistiu junto dos madeirenses no sentido de se criarem as infraestruturas necessárias ao incremento da cultura. Em 1515 a coroa solicitava alguém que pudesse erguer no Brasil o primeiro engenho, enquanto em 1555 foi construído um engenho a expensas da fazenda real pelo madeirense João Velosa.

A aposta da coroa na rentabilização do solo brasileiro através dos canaviais levou a condicionar a fuga de mão-de-obra especializada, que então se fazia na Madeira. Assim, em 1537 os carpinteiros de engenho da ilha estavam proibidos de ir à terra dos mouros.

Em Pernambuco e na Baía é evidente a presença madeirense entre os oficiais e proprietários de engenho



Mapa expansão açúcar a partir da Madeira



Brigue Sunbeam: viagem de circunavegação de Thomas Brassey em 1876



Exportação de vinho da Madeira a granel na primeira metade do século XX.

OS ACTOS DE NAVEGAÇÃO

A política mercantil da Europa do século XVII condicionou o sistema de rotas comerciais com os portos coloniais. As ordenanças de Cromwell estabeleciam que apenas a Madeira e Açores poderiam exportar os seus vinhos directamente para as colónias de Jamaica, Barbados, Virginia, Maryland, Nova Inglaterra, New York, Carolina, Bermudas e Leward Islands.

Este conjunto de medidas favoráveis zo vinho das ilhas portuguesas surge na sequência do tratado assinado após a Restauração e do casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra.

O TRATADO DE METHUEN

A continuidade da política de aliança entre Portugal e Inglaterra tem com o tratado de Methuen um passo na afirmação inglesa no comércio do vinho português. Através deste tratado Portugal abria de forma privilegiada o seu mercado aos panos ingleses, enquanto o vinho português assumia uma posição preferencial no mercado britânico, retirando lugar ao vinho francês. Esta medida confirmou o anteriormente estabelecido pelas ordenanças, garantindo ao vinho das ilhas o mercado das colónias e ao do Porto o londrino.

O tratado marca a consolidação da hegemonia da comunidade inglesa em Portugal e na Madeira.

Já no século XIX esta presença evidencia-se com o envio dos casais para povoar o planalto de Moçâmedes.

As rotas oceânicas e a Madeira

A participação do arquipélago madeirense nas grandes rotas oceânicas foi esporádica, justificando-se a ausência pelo posicionamento marginal em relação ao traçado ideal. A ilha não ficou, porém, alheia à navegação atlântica evidenciando-se em diversos momentos como escala das viagens portuguesas com destino ao Brasil, Golfo da Guiné e Índia. Inúmeras vezes a escala madeirense foi justificada mais pela necessidade de abastecer as embarcações de vinho. O vinho era fundamental na dieta de bordo, em razão das qualidades na luta contra o escorbuto.

A proximidade da Madeira aos portos do litoral peninsular associada à direcção dos ventos e correntes marítimas foram os principais obstáculos à valorização da ilha nas navegações atlânticas. As Canárias, porque melhor posicionadas e distribuídas por sete ilhas em latitudes diferentes, estavam ofereciam mais fácil apoio. A situação conturbada que aí se viveu, resultado da disputa entre as duas coroas peninsulares pela sua posse e a demorada pacificação da população indígena, fizeram com que a Madeira surgisse no século XV como um dos principais eixos do domínio e navegação portuguesa no Atlântico.

De acordo com Zurara, a ilha foi desde 1445 o principal porto de escala para as navegações ao longo da costa africana. O melhor conhecimento dos mares, os avanços tecnológicos e náuticos retiraram ao Funchal a posição charneira nas navegações atlânticas em benefício dos portos das Canárias ou Cabo Verde.

Já em princípios do século XVI a Madeira surgia apenas como um ponto de referência para a navegação atlântica, uma escala ocasional para reparo e aprovisionamento de vinho. Foi o surto económico da ilha que conseguiu atrair as atenções das armadas, navegantes, aventureiros e piratas.

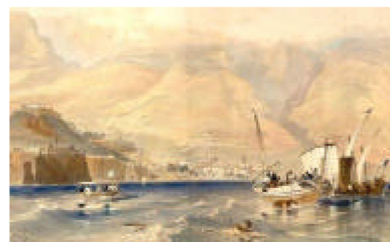
A Madeira, no decurso do século XVIII, readquiriu a vocação atlântica, pelo facto de os ingleses não dispensarem o porto do Funchal nem o vinho madeirense na sua estratégia colonial. Os diversos **Actos de Navegação** (1660, 1665), corroborados pelos tratados de amizade, de que merece relevo especial o de **Methuen** (1703), abriram o caminho para que a ilha entrasse na área de influência do mundo inglês. A partir daqui a presença de armadas inglesas no Funchal era constante e o relacionamento com as autoridades locais amistoso, sendo recebidos pelo governador com toda a hospitalidade. Destas relevam-se as de 1799 e 1805, compostas,

respectivamente de 108 e 112 embarcações e era assídua a presença de uma esquadra inglesa a patrulhar o mar madeirense, sendo a de 1780 comandada por Jonhstone.

O século XIX foi o momento de mudança total no sistema de rotas do Atlântico, mas tão pouco o Funchal perdeu importância. Os progressos no desenvolvimento da máquina a vapor fizeram com que se elaborasse um novo plano de portos de escala, capazes de servirem de apoio à navegação como fornecedores dos produtos em troca e do carvão para a laboração das máquinas. O Funchal viu reforçada a sua posição pela dupla oferta como porto carvoeiro e do vinho, o que fez atrair inúmeras embarcações inglesas e americanas.

A nova aposta no sector de serviços de apoio à navegação comercial e de passageiros vai depender de uma outra política, a dos portos francos, em que as Canárias prevaleceram. A situação causou a aceso debate político, sobretudo no seio dos defensores da autonomia.

O Funchal de finais do século XIX e princípios do seguinte não perdeu importância para a navegação. A frequência dos vapores do Cabo que transportavam os turistas e embarcavam os madeirenses para novos destinos de emigração nas colónias inglesas, entrecruzavam-se com as embarcações que por força das circunstâncias eram obrigadas a uma escala técnica para se abastecer de carvão.



Baía do Funchal. Gravura do século XIX

PIRATARIA e CORSO: A diferença entre as duas actividades está no facto de que o pirata actuava por iniciativa própria sendo o seu objectivo apenas económico, enquanto o corsário via a sua acção legitimada por carta e ordenança de corso, e ao serviço de um monarca.

A cobiça da riqueza madeirense

A guerra de corso

O século XV marcou o início da valorização do Atlântico, o novo espaço oceânico revelado pelas gentes peninsulares. O oceano, que até meados do século catorze se mantivera alheio à vida do europeu, atraíu as suas atenções e em pouco tempo veio substituir os mercados mediterrânicos. A abertura foi titubeante, mas geradora de inúmeros conflitos: primeiro foi a disputa pela posse das Canárias, que se alargou, depois, ao próprio domínio do mar oceânico. Portugueses e castelhanos entraram em aceso confronto, servindo o papado de árbitro nesta partilha.

Os franceses, ingleses e holandeses que, num primeiro momento, foram apenas espectadores atentos, entraram na disputa ao reivindicar um *mare liberum* e o usufruto das novas rotas e mercados. Nestas circunstâncias o Atlântico não foi apenas espaço comercial, por excelência, da Europa, mas também um dos principais palcos dos conflitos resultantes das



Baía do Funchal.

opções políticas das coroas europeias.

Cedo os franceses começaram a infestar os mares da Madeira (1550, 1566) seguidos, depois, por ingleses e holandeses. A partir da união peninsular sucederam-se inúmeros assaltos franceses à Madeira, no que contaram com a pronta resposta de Tristão Vaz da Veiga.

A presença de corsários nos mares insulares deve-se à importância das ilhas na navegação atlântica e a cobiça das suas riquezas. Na segunda metade do século XVI o afrontamento entre as coroas peninsulares conduziu à presença dos castelhanos, enquanto os conflitos entre as famílias régias europeias atribuíram a legitimidade a estas iniciativas, fazendo-as passar de mero roubo a acção de represália: primeiro foi, desde 1517, o conflito entre Carlos V de Espanha e Francisco I de França, depois os problemas decorrentes da união ibérica a partir de 1580.

A segunda metade do século XVI foi marcada por inúmeros esforços da diplomacia europeia no sentido de conseguir a solução para as presas do corso. Portugal e França haviam acordado em 1548 a criação de dois tribunais de arbitragem, cuja função era anular as autorizações de represália e cartas de corso.

A sua existência não teve reflexos evidentes na acção dos corsários, pois foi precisamente em 1566 que ocorreu o mais importante assalto francês a um espaço português. Em Outubro Bertrand de Montluc ao comando de uma armada composta de três embarcações perpetrava um dos mais terríveis assaltos à vila Baleira e à cidade do Funchal. Acontecimento semelhante só o dos argelinos em 1616 no Porto Santo e Santa Maria, dos holandeses em S. Tomé.

O Funchal durante quinze dias ficou a mando de Montluc, que roubou os produtos agrícolas (vinho e açúcar), profanaram as igrejas (a Sé do Funchal), roubaram alfaias religiosas e aprisionaram muitos escravos. Parte da presa foi leiloada no momento da partida com os residentes, ou então vendida na ilha de La Palma, onde fizeram escala.

Do assalto ficaram alguns relatos e testemunhos presenciais, mas o mais pungente e pormenorizado é o de Gaspar Frutuoso, que no livro das *Saudades da Terra* dedicado à Madeira descreve de modo sucinto os acontecimentos e condena o descuido das suas gentes, pois a cidade estava *"mui rica de muitos açucares e vinhos, e os moradores prósperos, com muitas alfaias e ricos enxovais, muito pacífica e abastada, sem temor nem receio do mal que não cuidavam"*

O corso tomou outro rumo a partir da década de oitenta, sendo as diversas iniciativas uma forma de represália à união das coroas peninsulares, ficando expresso na intervenção de diversas armadas - Francis Drake (1581-85), Conde de Cumberland (1589), John Hawkins, Martin Forbisher, Thomas Howard,

TRISTÃO VAZ DA VEIGA

Afirmou-se pelas façanhas bélicas no Oriente, mas ficou célebre pelo facto de ter entregue a Fortaleza de S. João da Barra aos espanhóis. Este último acto valeu-lhe benesses dos monarcas: em 1582 recebeu a capitania de Machico e em 1585 o cargo de Governador Geral do arquipélago.

OS CORSÁRIOS NA MADEIRA

1479: corsários castelhanos
1518: ataque de um navio biscainho
1566: Assalto de Corsários franceses, sob o comando de Bertrand de Montluc.
1575. Carta régia ao capitão do Funchal para armar navios contra os corsários
1595: corsário inglês Amyas Preston
1601: corsários ingleses
1617: assalto argelino ao Porto Santo
1793: corsário de Nantes
1796: corsário francês
1797: corsário francês
1798: corsário francês
1800-1801:corsário inglês John Smith
1801: corsário francês
1805: corsário inglês
1805: nau inglesa Imortalité
1805: fragata inglesa Venus
1806: brigue escuna inglês Saracen
1806: corsário francês Monsieur Ladduc, fragata inglesa Nereyde
1806.1807: corsários argelinos
1807: brigue guerra inglês
1810: galera inglesa The Valiant
1813: corsário inglês
1814:corsário francês
1822: corsário inglês

"Aos três dias de Outubro do ano de mil e quinhentos sessenta e seis, véspera do seráfico S. Francisco, aportaram a esta ilha da Madeira oito poderosos galeões de França, em que vinham por todos mil soldados arcabuzeiros, afora outra gente do mar, com tenção de saquear a dita cidade, pela fama que de sua riqueza soava, (...)

Mataram na entrada da cidade, até ficarem em posse dela, quase duzentos portugueses, e dos seus morreram cinquenta e o capitão-mór. (...)

Assim ficaram os naturais desterrados e os corsários senhores da cidade, onde estiveram de assento onze dias, nos quais carregaram as naus de quanta riqueza havia na ilha, (...)" [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, pp.328-333]

Richard Greenville e o Conde Essex (1597), não se limitando apenas ao assalto às embarcações peninsulares de regresso à Europa carregadas de ouro, prata, açúcar e especiarias. Esta acção estendeu-se à terra firme à procura de um abastecimento de víveres e água ou do saque, como sucedeu em 1585 em Santiago (Cabo Verde), em 1587 na ilha das Flores e em 1595 no Porto Santo.

As mudanças no domínio político e económico dos séculos dezoito e dezanove não retiraram às ilhas a função de escala e espaço de disputa do mar oceano. A frequência de embarcações manteve-se associada a uma forte escalada do corso. Aos tradicionais corsários de França, Inglaterra, Holanda juntaram-se os americanos do norte e sul. As ilhas estiveram de novo sujeitas a uma conjuntura de instabilidade que prejudicou o comércio e segurança das populações. Entre 1763 a 1831 a Madeira e os Açores foram confrontadas com as ameaças e intervenção do corso europeu (franceses, ingleses e espanhóis) e americanos, salientando-se nos últimos a represália dos "Insurgentes" argentinos. Ambos os arquipélagos evidenciaram-se como a encruzilhada de intercepção do fogo da guerra de represália americana e europeia.

"Andava todo o mar coalhado de turcos e mouros com armadas de navios de alto bordo (...) e foram também dar na ilha de Porto Santo e cativaram 900 pessoas entre grandes e pequenos das quais eram 550 fêmeas e destas eram 300 donzelas moças e delas muito formosas."[*Memorial de Pero Roiz Soares*, Coimbra, 1953, 414]

"Os do Porto Santo tendo visto a armada a mesma sexta feira gastaram aquela noite toda em levar ao Pico as coisas necessárias para sua defesa.(...)recolhendo os nossos tudo o que podiam ao Pico grande, se lembraram mais dos móveis que dos mantimentos,(...)A 19 do mesmo cometeram logo os Mouros a terra com grande resistência dos nossos, que se recolheram a um modo de trincheiras que ao pé do Pico tinham levantado, onde foram combatidos e se defenderam de maneira que mataram cinquenta dos inimigos(...)com que ficaram dos nossos alguns feridos e só dois mortos(...) Finalmente satisfeito de todo o dinheiro que na terra havia, mandou o capitão desembarcar os soldados, e cativar as mulheres, homens e meninos(...)Assim estiveram na ilha até 26 de Agosto em que deram às velas tornando 16 embarcações(...)."[Manuel Severim de Faria, *Annaes de Portugal*, publ. Jorge V. Guerra, A ilha do Porto Santo e o Corso Argelino, in *Islenha*, 23, 1998, 179-208]

A defesa do arquipélago

A incessante investida de corsários no mar e em terra firme obrigou à definição de uma estratégia de defesa adequada. No mar optou-se pelo artilhamento das embarcações comerciais e criação de uma armada de defesa das naus em trânsito, que ficou conhecida como a armada das ilhas. Em terra foi necessário delinear um plano de defesa assente numa linha de fortificação costeira e num serviço de vigias e ordenanças.

O assalto francês de 1566 confirmou a ineficácia destas fortificações e a reivindicar uma maior atenção por parte das autoridades. Pelo regimento de 1572 foi estabelecido um plano de defesa executado por Mateus Fernandes, fortificador e mestre de obras, que resultou no reforço do recinto abaluartado da fortaleza velha, na construção de outra junto ao pelourinho e de um lanço de muralha entre ambas.

O plano de defesa completou-se no período da união peninsular com a construção da Fortaleza de Santiago (1614-1621), o consequente aumento do troço de muralha costeira, e do Castelo de S. Filipe do Pico (1582-1637).

A DEFESA DA ILHA

1493: primeira ordem para execução de obras de defesa da vila,
1513. João Cáceres nomeado para executar a obra da torre e baluarte, daqui resultou a primeira fase com a construção manuelina,
1523: segunda campanha de obras que se prolonga por 1540, que conduziu à consolidação do torreão e construção do baluarte e cubelo.
1572: terceira campanha e obras só concluída em 1640, construindo-se o baluarte e porta lateral, ficando a fortaleza com a estrutura que ainda hoje ostenta
1836: com a criação do Governo Civil o palácio é dividido entre a autoridade superior militar e civil.

A Madeira na rota das migrações

A valorização do Atlântico nos séculos XV e XVI resultou do traçado de rotas de navegação e comércio que ligavam o Velho Continente ao litoral atlântico. Esta multiplicidade de rotas resultou das complementaridades



Fortaleza do Pico

FORTIFICAÇÃO

1493. Primeiro regimento para a fortificação do Funchal
1494. D. João II ordena a construção de alguns baluartes
1513. Construção de um baluarte e muro de defesa da cidade
1572: Regimento para a fortificação da cidade e portos entre Funchal e Machico, dado a Mateus Fernandes
1613-1637: Fortaleza do Pico
1614-21: Fortaleza de São Tiago
1628: Forte de S. Filipe
1642: Fortaleza de Nossa Srª da Conceição do Ilhéu
1644: reduto do Pátio da Alfândega
1706: Forte de Nª Srª do Amparo(Machico)
1707: forte de S. Pedro no Funchal
1708: forte do Porto da Cruz, Forte de S. João Baptista(Machico)
1712: forte da Penha França
1749: forte de S. Francisco(Santa Cruz)
1754: forte de Santo António do Paul do Mar
1827: Forte do Porto Novo

económicas e das formas de exploração adoptadas. As mais importantes e duradouras de todas foram a da Índia e das Índias Ocidentais que atraíram as atenções dos monarcas, população europeia e insular, piratas e corsários.

O papel da Madeira na navegação atlântica resultou do facto de ter sido o início da presença portuguesa no Atlântico e o seu primeiro e mais proveitoso resultado. Gaspar Frutuoso testemunha este papel de âncora atlântica ao afirmar *"... que Deus pôs no mar oceano ocidental para escala, refúgio, colheita e remédio dos navegantes..."*

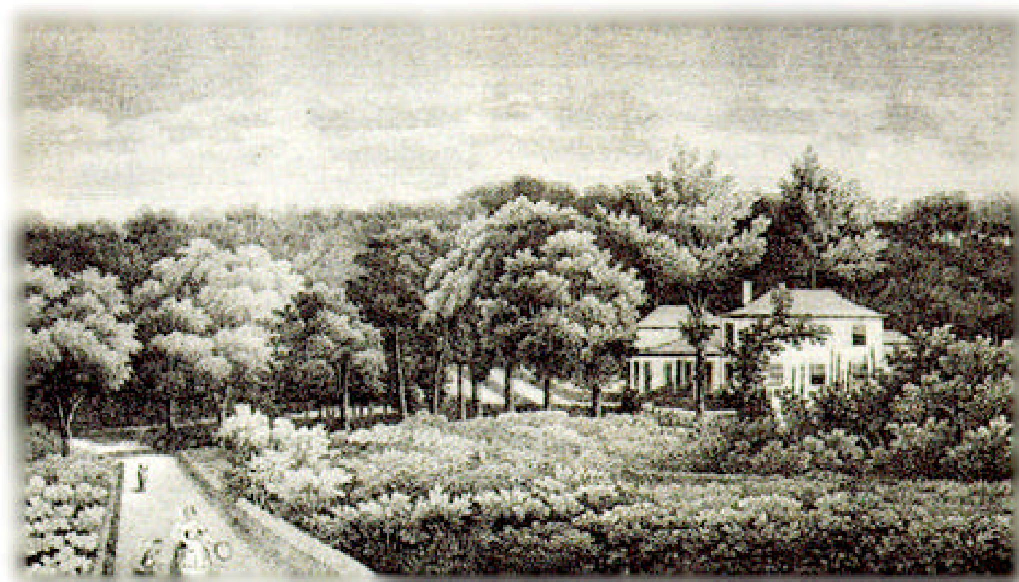
O protagonismo das ilhas não se ficou só pelos séculos XV e XVI, pois as navegações e explorações oceânicas nos séculos XVIII e XIX levaram-nas a assumir uma nova função para os Europeus. De primeiras terras descobertas passaram a campos de experimentação e a escalas retemperadoras da navegação na rota de ida e regresso. Finalmente, no século XVIII desvendou-se a nova vocação de campo de ensaio das técnicas de experimentação e observação directa, e escala das constantes expedições científicas dos europeus. O enciclopedismo e as classificações de Linneo (1735) tiveram nas ilhas um campo de experimentação.

A Madeira não se posiciona apenas nos anais da História Universal como a primeira área de ocupação portuguesa no atlântico, pioneira na cultura e divulgação do açúcar ao Novo Mundo.

A Madeira foi o viveiro de aclimatação nos dois sentidos. A Europa propiciou a transmigração da fauna e flora identificada com a sua tradição económica. O retorno dos espaços descobertos trouxe plantas e produtos exóticos que tiveram passagem pela ilha. A actual riqueza e variedade botânica do Funchal resulta desta condição.

As ilhas favoreciam o primeiro ensaio das técnicas de pesquisa a seguir noutras longínquas paragens e um meio revelador do conhecimento da geologia e botânica. Instituições seculares, como o *British Museum*, *Linean Society*, e *Kew Gardens*, enviaram especialistas a proceder à recolha das espécies, podendo-se referir John Byron, James Cook, Humbolt, John Forster.

James Cook escalou a Madeira por duas vezes (1768 e 1772), numa réplica da viagem de circum-navegação com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam foram até ao interior da ilha à busca das raridades botânicas para proceder à sua classificação e revelação posterior à comunidade científica. Na literatura científica dos séculos XVIII e XIX são abundantes e frequentes as referências às ilhas.



Quinta do Palheiro Ferreiro. Gravura do séc. XIX

AS QUINTAS MADEIRENSES

As quintas madeirenses são um dos traços mais peculiares da dinâmica sócio-económico e urbanística da cidade. A elas estão associados momentos inolvidáveis da nossa História. Foram palco de importantes acontecimentos e decisões políticas, acolheram ilustres visitantes, enriqueceram a cidade de flores e plantas exóticas e recriaram os hábitos da convivência aristocrática inglesa. Podem, por isso mesmo, ser consideradas a principal sala de visitas da ilha.

Estes espaços subdividem-se em área agrícola, casas de moradia, jardins e, por vezes, capela, cercados de muro, sendo a entrada franqueada por um grande portão de ferro.

As fortunas acumuladas com o seu comércio foram usadas pelos britânicos na compra das tradicionais vivendas vinculadas, abandonadas pelos morgados. Foi o inglês quem recheou as quintas com um riquíssimo mobiliário, rodeou-as de parques, jardins, lagos e riachos.

Na área do Funchal, encontrava-se o maior número de quintas, com especial relevo para o Monte e Camacha.

Sobressaem as actuais Quinta Vigia e Quinta do Palheiro. A primeira integrava-se num conjunto de quintas geminadas sobranceiras ao mar (Quintas das Angústias, Vigia, Pavão e Bianchi) e foi morada d e alguma aristocracia europeia: Rainha Adelaide de Inglaterra (1847-1848), Duque Leuchtenberg (1849-1850), Imperatriz do Brasil, D. Amélia (1852).

A última foi construída pelo primeiro Conde de Carvalhal, que preservou e enriqueceu os arvoredos. O seu recinto serviu de palco para as grandes recepções. Destes destacam-se: em 1817 a Imperatriz Leopoldina do Brasil, em 1858 o infante D. Luís e em 1901 o rei D. Carlos e Rainha D. Amélia.



Quinta do Palheiro Ferreiro na actualidade



Quinta Vigia. Gravura de 1861

A presença da comunidade científica europeia, inglesa, francesa ou alemã, despertou a atenção de muitos madeirenses e das autoridades. Em 1850 José Silvestre Ribeiro, governador civil da Madeira, avançou com um plano de criação do Gabinete de História Natural, a partir da exposição inaugurada a 4 de Abril no Palácio de S. Lourenço. A 23 de Setembro surgiu a proposta de Frederico Welwistsch para a criação de um jardim de aclimatação no Funchal. A Madeira cumpriria o papel de ligação das colónias aos jardins de Lisboa, Coimbra e Porto. O Padre e cientista Ernesto João Schmitz, professor do seminário diocesano, criou em 1882 o *Museu de História Natural*, que hoje se encontra integrado no Jardim botânico.

Em qualquer dos momentos as ilhas cumpriram a função de ligação quanto à adaptação da flora colonial ao continente europeu. Os jardins de aclimatação foram a moda do momento e entre nós tiveram por palco as quintas. As do Palheiro Ferreiro e Magnólia foram identificadas como jardins botânicos. Para o visitante eram viveiros de plantas, hospital para procura da cura para a tísica pulmonar ou de repouso para os demais visitantes ou turistas. O deslumbramento da ilha acompanhou o interesse científico de modo que estas impressões convivem lado a lado nas inúmeras publicações que o testemunham no século XIX.

São várias as vozes que se ergueram em favor da criação de um jardim botânico na Madeira, mas só no século vinte este foi um realidade. Em 1936 refere-se uma tentativa frustrada de criação de um *Jardim Zoológico e de Aclimatação* nas Quintas Bianchi, Pavão e Vigia, que contava com o apoio do *Zoo de Hamburgo*. Em 1946 António de Sousa da Câmara recomendava a criação de um jardim colonial, mas só em 1960 a Junta Geral criou o tão desejado Jardim Botânico.



James Cook. Navegador inglês



Pe. Ernesto Schmitz, fundador do Museu de História Natural do Seminário e um dos impulsionadores dos estudo das Ciências da Natureza



Aspecto do Jardim Botânico, criado em 1960

O turismo e a redescoberta da natureza

A segunda metade do século XVIII trouxe a revelação da Madeira como estância para o turismo terapêutico, pelas qualidades profiláticas atribuídas ao clima na cura da tuberculose. A ilha permaneceu por muito tempo como local de acolhimento de doentes. Funchal foi considerado a primeira e principal estância de cura e convalescença da Europa. Agustina Bessa Luís diz-nos que foram os enfermos que fizeram a fama da ilha. A tísica propiciou, ao longo do século XIX, o convívio com poetas, escritores, políticos e aristocratas. A presença assídua destes doentes provocou a necessidade de criação de infra-estruturas de apoio, como sanatórios, hospedagens e agentes. Foi a partir daqui que se estabeleceram as primeiras infra-estruturas hoteleiras que fizeram com que o turismo passasse a ser uma actividade organizada e relevante para a economia da ilha.

"Havia muita gente mais disponível para as diversões, se bem que Lopo dissesse que os tuberculosos eram mais alegres . No fundo, quem fez a fama da Madeira foram os enfermos até os mais perdidos de esperança e os incuráveis. Pessoas deliciosas, em geral cultas e que tinham particular inclinação para novidades e coisas pagãs: para a ciência, o amor e boa mesa. Também gostavam de música.(...) Alguns morriam na ilha, serenamente, (...)."[Agustina Bessa Luís, *A Corte do Norte*, Lisboa, 1987]

"(...)no fim do século passado já começavam a ir alguns doentes de propósito a procurar o clima da Madeira para ali se demorarem ou para ali passarem o inverno". [Dr. F. A Barral, *Notícia sobre o Clima do Funchal e a sua influência no tratamento da Tísica Pulmonar*, Lisboa, 1854]



Hospício da princesa D. Maria Amélia

A princesa D. Maria Amélia, filha do imperador D. Pedro IV do Brasil foi uma das muitas doentes de tísica pulmonar que, entre 1852 e 1853, procuraram os ares benfazejos da ilha para a sua cura. Mas de pouco serviu esta estância, acabando por falecer na ilha.

A mãe, a imperatriz D. Amélia, decidiu por isso criar em 1853, em sua memória, um hospício para a assistência aos tuberculosos, que a partir de 1862 contou com o actual edifício.

Desde 1876 a sua administração passou para o encargo da coroa da Escandinávia, por declaração expressa no testamento do rei Óscar II.



Sissi, ou a Imperatriz Elisabeth da Áustria-Hungria (1837-1898).

Casou com o Imperador Francisco José em 1854. Teve um fim trágico, morrendo na cidade de Genebra apunhalada pelo anarquista italiano Luigi Luchini em 1898.

A ilha serviu-lhe de refúgio para esquecer as dificuldades do relacionamento matrimonial e de busca da cura para os seus problemas de saúde. A presença está documentada por duas vezes na ilha, em 1860-61 e 1893-1894, escolhendo a Quinta Vigia, no actual espaço do Casino Park hotel, para sua residência.

A Madeira foi desde o século dezoito no turismo terapêutico, sendo estância de cura e convalescença da Europa. No período de 1834 a 1852 a média anual de doentes oscilava entre os 300 e 400, na maioria ingleses. Este movimento de estrangeiros à procura de saúde condicionou a construção, em 1859, um dos primeiros Sanatórios em Portugal.

A ilha recebeu visitantes ilustres que buscavam o alívio necessário para as enfermidades. De entre estes temos notícia de dois escritores portugueses, Júlio Dinis e António Nobre, do príncipe Alexandre dos Países Baixos, em 1848, da princesa D. Amélia do Brasil. Estes podem ser divididos em quatro grupos distintos: doentes, viajantes, turistas e cientistas. Os primeiros fugiam ao Inverno europeu e encontravam na temperatura amena o alívio das maleitas. Os segundos eram atraídos pelo gosto de aventura, busca de novas emoções, do pitoresco, do conhecimento e descobrimento dos infindáveis segredos do mundo natural.

O viajante diferencia-se do turista pelo aparato e intenções que o perseguem. É um andarilho que percorre todos os recantos na ânsia de descobrir os aspectos mais característicos. Na bagagem constava sempre um caderno de notas e lápis. A escrita e desenho registam as impressões. Daqui resultou a prolixa literatura de viagens, que se tornou numa fonte fundamental para o conhecimento da sociedade oitocentista da ilha.

O turista ao invés é pouco andarilho e egoísta, preferindo a bonomia das quintas, guardando para si todas as impressões da viagem.

Para Bulhão Pato os numerosos visitantes da ilha na década de cinquenta do século XIX pertenciam à aristocracia do dinheiro e do sangue. A família dos Habsburgos era assídua nas épocas invernosas. A lista de aristocratas, príncipes, princesas e monarcas parece ser infinda. Entre todos fica o registo da imperatriz Elisabeth, conhecida por Sissi, e do imperador Carlos da Áustria.

A hospitalidade madeirense é frequentemente realçada devendo-lhe muito a fama do turismo. Henrique Galvão em *Outras Terras e Outras Gentes* é quem melhor testemunha esta atitude em 1941: "*A hospitalidade dos madeirenses é a expressão dum sentimento e a força dum hábito. É uma manifestação de cortesia, cada vez mais rara em todo o mundo, e é também um prazer dos habitantes*".

A presença frequente de forasteiros conduziu ao aparecimento dos primeiros hotéis. William Reid, que se fixou na ilha em1844, foi um dos primeiros a dedicar-se a esta actividade, conjuntamente com W. Wilkinson. Começaram com intermediários entre os proprietários de casas ou quintas e os forasteiros e só depois foram proprietários de unidades hoteleiras.

A família Reid's começou com The Royal Edimburgh Hotel, mas em 1850 era já detentora de três hotéis - Santa Clara, Carmo Hotel, Reid's New Hotels. Os filhos de W. Reid, Alfred e William, deram continuidade à obra do pai, tendo mesmo, em 1891, escrito um guia para a Madeira. O Reids Hotel é na actualidade a mais antiga unidade hoteleira madeirense e de todo o espaço atlântico, destacando-se como um marco na História do turismo. Ali se alojaram personalidades ilustres, como *W. Churchill, B. Shaw, G. Marconi*.



Reid's Hotel. [Museu de Photographia Vicentes]

Em finais da década de quarenta do século XIX, Silvestre Ribeiro, governador civil, lançou as bases para a criação de um conjunto de infra-estruturas de apoio no interior da ilha, com as chamadas casas de abrigo. E a partir de 1887 comprova-se a existência de uma rede adequada de estalagens fora do Funchal. O visitante passou a dispor de locais de acolhimento em Boaventura, S. Vicente, Seixal, Rabaçal, Santana e Santa Cruz.

As quintas, nomeadamente na área de Santa Luzia e Monte, continuaram a acolher inúmeros visitantes, não obstante o aparecimento de novas *infra-estruturas hoteleiras, a* partir da década de trinta. O mais significativo investimento neste campo foi dos alemães que em 1903, através do príncipe Frederik Charles de Hohenlohe Oehringen, constituíram a Companhia dos Sanatórios da Madeira. Esta iniciativa que se enquadrava no plano expansionista daquele país mereceu forte oposição dos ingleses que forçaram as autoridades portuguesas a não permitir o avanço de tal plano. O imóvel inacabado foi depois adaptado para o hospital dos Marmeleiros.



Mary Jane Wilson. Farmacêutica e enfermeira, **c**hegou à Madeira, em 1881 acompanhando uma doente que aqui procurava a cura para os seus males.

A cidade foi obrigada a preparar-se para receber estes hóspedes. As autoridades apostaram num conjunto de melhoramentos no Funchal para usufruto dos forasteiros. Foi o governador José Silvestre Ribeiro quem, a partir de 1848, deu início a este plano de transformação, através da iluminação e limpeza das ruas e o início de um plano de vias rodoviárias e de novos meios de locomoção para uso dos visitantes.

O eixo Monte-Funchal tornou-se rapidamente na principal área de atracção para os visitantes. Neste sentido a Junta Governativa ordenou em 1802 o melhoramento do caminho do Monte, que desde 1846 ganhou o atractivo dos carros de cesto.



Comboio e carro de cestos no Monte.
Museu de Photographia Vicentes

No sentido de facilitar o acesso ao Monte a esta inolvidável descida em carro de cestos foi necessário estabelecer uma rede de transportes. Assim desde 1887 iniciaram-se os estudos para a construção de um elevador, ou caminho de ferro, entre o Funchal e o Monte, que só ficou funcional até ao Terreiro da Luta em 1912. A ligação entre o cais e o caminho de ferro fazia-se através do carro americano implantado em 1896. A partir de 1904 começou a circular na cidade,



Caminho de Ferro do Monte
Museu de Photographia Vicentes



O primeiro automóvel no Funchal em 21 de Janeiro de 1904, propriedade do inglês Harvey Foster.[Museu de Photographia Vicentes]



Edifício actual da Escola de Hotelaria e Turismo, criada em 1967 com o nome de Basto Machado, um dos primeiros promotores do turismo.

o automóvel, o primeiro concorrente a estes meios que rapidamente acabou por se impor. Em 1943 a crise do turismo e total afirmação do automóvel acabou por destronar a hegemonia do comboio que foi desmantelado e vendido em 1943 em hasta pública para a sucata.

O turismo actual deu os primeiros passos no período após a Segunda Guerra Mundial. A guerra fizera parar o movimento de turistas obrigando os hotéis a encerrar portas, mas o seu fim foi o prenúncio de uma nova era para o turismo madeirense. Em 1952 Ramon Honorato Rodrigues chamava a atenção das autoridades para a importância económica deste sector, uma vez que estava a *"desenvolver-se em todo o mundo o hábito ou o prazer de viajar."* A capacidade hoteleira da ilha resumia-se a 453 quartos e o número de turistas era de 9131, sendo 142.135 os que transitavam pelo porto do Funchal.

O turismo madeirense, mesmo depois da época da fase terapêutica, foi sempre definido pela época invernal, tendo como protagonistas os ingleses. Em 1941 Henrique Galvão lamentava-se da falta de portugueses na Madeira: *"E ainda hoje não compreendo que havendo já em Portugal tanta gente que viaja por prazer, haja tantos ingleses que vão à Madeira e tão poucos portugueses que a conheçam."*

A partir da década de sessenta o turismo foi eleito como o principal factor de desenvolvimento da Madeira. Em 1967 dispunha-se 2295 camas que subiram para 3832 em 1971. O salto significativo foi a partir de 1973, altura em que se atingiu as 8248 camas. E finalmente em 1982 alcançaram-se as 12.244 para no fim do século ultrapassar as vinte mil.

A construção do aeroporto nos anos sessenta abriu novas possibilidades ao desenvolvimento do turismo. O novo aeroporto, que ao longo dos últimos anos do século XX foi sendo melhorado até se transformar numa pista intercontinental, marcou a total mudança no turismo, provocada pela substituição dos vapores pelo avião.

A importância assumida pelo turismo na economia da ilha provocou mudanças ao nível institucional e o maior interesse e empenho das autoridades. Primeiro foi em 1930 o aparecimento da comissão de turismo que deu origem em 5 de Setembro de 1936 à delegação de Turismo da Madeira, depois, Secretaria Regional de Turismo. A mudança para a actual situação ocorreu em 1978 com a regionalização do sector, que marcou o início do actual surto turístico.

Para saber mais...

A Madeira, modelo referencial da expansão



Mapa de Cantino 1502: os madeirenses estiveram presentes nos quatro cantos do mundo português.

A Madeira foi a primeira experiência de ocupação em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais depois utilizados em larga escala, noutras ilhas e no litoral africano e americano.

O sistema institucional madeirense apresentava uma estrutura definida pelas capitanias. Foi a 8 de Maio de 1440 que o Infante D. Henrique lançou a base da nova estrutura ao conceder a Tristão Vaz a carta de capitão de Machico. A partir daqui ficou definido o sistema institucional que deu corpo ao governo português no Atlântico insular e brasileiro.

O mais significativo desta estrutura institucional resulta do facto da Madeira ter servido de modelo referencial para o delineamento no espaço atlântico. O monarca insistia, nas cartas de doação de capitanias posteriores, na fidelidade ao sistema traçado para a Madeira. Assim o comprovam idênticas cartas concedidas aos novos capitães das ilhas dos Açores e Cabo Verde. O mesmo acontecendo com a demais estrutura institucional que chegou também a S. Tomé e Brasil.

A primeira referência a esta situação surge em 2 de Março de 1450 na carta de doação da capitania da ilha Terceira a Jacome de Bruges. Nesta o infante D. Henrique refere quanto a jurisdição e direitos se faça ”assim como nas ditas ilhas da Madeira e Porto Santo(...)”.

Em 1462 na carta de doação a João Vogado das ilhas Capraria e Lovo, D.Afonso V ordenava que os povoadores “tenham todos os privilégios, liberdades, franquias (...) concedidos e outorgados aos vizinhos e moradores da ilha da Madeira (...) fazendo certo dos privilégios da dita ilha da Madeira por publica escritura”.

Na carta de doação de 17 de Fevereiro de 1474 a Antão Martins a fundamentação era a mesma: ”tenha a capitania e governo da dita ilha, como o tem por mim João Gonçalves Zargo na ilha da Madeira na parte do Funchal e Tristão na parte de Machico e Perestrelo no Porto Santo meus cavaleiros”.

Além disso toda a estrutura judicial, concelhia e da fazenda foi igualmente transplantada, adaptando-se às condições geográficas e económicas do arquipélago açoriano. Em finais do século XV o monarca, ao conceder o foral do almoxarifado da ilha Terceira, recomendava ao almoxarife, Fernão Vaz (1488-1499) o seguinte: “Primeiramente levareis o foral da minha ilha da Madeira e por ele arrecadareis muito bem todos meus direitos na dita ilha,(...) porque a povoação de todas as minhas lhas foi depois de se começar a *povoar* a dita ilha da Madeira e aqueles mesmos privilégios hão-de ser em aquelas mesmas.."

Terá sido no seguimento destas recomendações da coroa que, em 30 de Julho de 1526, o contador das ilhas dos Açores recebeu uma cópia do foral das alfândegas da Madeira de 4 de Outubro de 1499 e, em 18 de Agosto de 1558, o escrivão da fazenda de Ponta Delgada, Cristóvão Cordeiro, recebeu, a seu pedido, o foral novo da capitania do Funchal .

Os castelhanos viram na ilha a resposta para as dificuldades da sua acção institucional nas pequenas ilhas do Atlântico, como se depreende do desejo manifestado em 1518 pelas autoridades das Antilhas em resolver a difícil situação das ilhas de Curaçau, Aruba e La Margarita com o recurso ao modelo madeirense de povoamento. Isto prova, mais uma vez, a presença da Madeira como modelo da expansão europeia e demonstra o interesse que ela assumiu para a Europa.

João de Melo da Câmara, irmão do capitão da ilha de S. Miguel, resumia em 1532 de uma forma perspicaz o protagonismo madeirense no espaço atlântico. A sua família era portadora de uma longa e vasta experiência *"porque a ilha da Madeira meu bisavô a povoou, e meu avô a de São Miguel, e meu tio a de São Tomé, e com muito trabalho, e todas do feito que vê..."*. Isso dava-lhe o alento necessário e abria-lhe perspectivas para uma sua iniciativa no Brasil. Ele reclamava a ligação ao ancestral, Rui Gonçalves da Câmara, que em 1474 comprara a ilha de S. Miguel, dando início ao povoamento.

Em 1952 Gilberto Freire não hesita em afirmar: *“A irmã mais velha do Brasil é o que foi verdadeiramente a Madeira. E irmã que se estremou em termos de mãe para com a terra bárbara que as artes dos seus homens,...concorreram para transformar rápida e solidamente em nova Lusitânia”.*

A Madeira foi também o ponto de partida para a transformação social. Na verdade tudo aquilo concretizado em termos do mundo atlântico português teve por matriz o sucedido na Madeira. A Madeira foi ao nível social, político e económico, o ponto de partida para o “mundo que o português criou...” .

Colombo na Madeira





Casa de Colombo no Porto Santo

Desde os primórdios do século XIV que as principais casas genovesas - Spínola, Doria, Lomellini, Grimaldi e Cattaneo - tinham familiares residentes em Lisboa, coordenavam as tarefas comerciais com o exterior, nomeadamente o apoio às rotas de ligação entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, por via marítima.

A intervenção da comunidade genovesa de Lisboa e o permanente apelo, resultado do incremento do açúcar madeirense e do desenrolar do processo de descobrimento do litoral africano, tornava inevitável que um homem como Colombo, desde os 14 anos apaixonado pelo mar, correspondesse ao apelo.

A presença de Colombo na Madeira, no período de 1478 a 1485, não pode alhear-se da familiaridade da comunidade genovesa na ilha. O objectivo era conduzir às mãos de Ludovico Centurione 2.400 arrobas de açúcar. O pedido fora feito em Lisboa por Paolo di Negro, representante da firma em causa.

Regressado a Lisboa conheceu Filipa Moniz. O encontro deu-se no Mosteiro de Santos em Lisboa, onde estava recolhida. O casamento teve lugar em data e local que desconhecemos. Os biógrafos falam de Lisboa, O importante é que o enlace ocorreu, favoreceu o posicionamento de Colombo na sociedade madeirense e possibilitou-lhe o convívio com os marinheiros solitários da gesta descobridora do Novo Mundo Ocidental.

A ilha da Madeira propiciou-lhe uma escola de aprendizagem do novo mar oceano. Foi a partir da vivência marítima atlântica que ele penetrou nos segredos insondáveis dos marinheiros que demandavam o Atlântico Ocidental. O Funchal era um dos principais centros de divergência das rotas descobridoras das plagas africanas e ocidentais.

Madeirenses e açorianos viveram, desde meados do século XV, nesta obsessão. As cartas antecipadas daquilo que pensavam vir a descobrir assim o testemunham. O Ocidente exerceu sobre os ilhéus um fascínio especial, acalentado, ademais, pelas lendas recuperadas da tradição medieval. No extenso rol de aventureiros anónimos que deram a vida por esta descoberta, saão de referir os madeirenses Diogo de Teive, João Afonso do Estreito, Afonso Domingues do Arco, entre muitos. Alguns foram convivas e confidentes de Cristóvão Colombo.

A permanência do navegador no Porto Santo e, depois, na Madeira possibilitou-lhe um conhecimento das técnicas de navegação usadas pelos portugueses e abriu-lhe as portas aos segredos, guardados na memória dos marinheiros, sobre a existência de terras a Ocidente. Com estes e demais dados que reuniu junto dos marinheiros madeirenses ganhou forma o projecto de navegar para Ocidente, desafiando o rumo tomado pelos portugueses.

Refira-se, ainda, que o seu cunhado Pedro Correia, capitão da ilha Graciosa (Açores) dava conta de outras notícias das terras açoreanas, sem esquecer os estranhos despojos que apareciam com assiduidade nas praias da ilha do Porto Santo, como a tão celebrizada castanha de Colombo. Por isso o navegador saiu do arquipélago com a firme certeza de que algo de novo poderia encontrar a Ocidente, capaz de justificar a sua viagem.

A gratidão do navegador para com os madeirenses fê-lo retornar ao arquipélago em 1498, no decurso da terceira viagem. Aqui teve oportunidade de relatar, aos que com ele acalentaram a ideia da existência de terras a Ocidente, o que encontrara de novo.

O convívio com as gentes do Porto Santo foi cordial pois em Junho de 1498, aquando da terceira viagem, não resistiu à tentação de escalar a vila. A sua aproximação foi considerada mau presságio pois os porto-santenses pensavam estar perante mais uma armada de corsários. Desfeito o equívoco, o navegador foi recebido pelos naturais da terra seguindo depois para a Madeira.

A 10 de Junho de 1498 a chegada ao Funchal foi apoteoticamente saudada, como nos refere frei Bartolomé de Las Casas, o que prova mais uma vez, a familiaridade com estas gentes. O cronista remata da seguinte forma o ambiente de festa que o envolveu: "lhe fizeram uma boa recepção e muita festa por ser ali muito conhecido, foi vizinho dela algum tempo".

Só a partir das comemorações do quarto centenário do descobrimento da América, se começou a ser valorizada pela ligação da Madeira ao feito colombino. Na exposição Universal de Chicago de 1893 a parte referente à evocação da passagem do navegador pela Madeira mereceu algum destaque. Para isso contribuiu o empenho de John F. Healy, cônsul americano na ilha, e José Leite Monteiro, ilustre professor e advogado.

Foi o último quem em Fevereiro de 1877, aquando da demolição, recolheu parte dos destroços da casa de João Esmeraldo, que depois vendeu à família Hinton.

No Porto Santo é também referido pela tradição uma outra casa como mais um testemunho da passagem do navegador pela ilha. Aí teria pernoitado o navegador na casa dos sogros e, para muitos, aí nasceu o único filho legítimo do casal, Diogo Colombo. Deste edifício restam alguns vestígios que agora albergam um museu.

O portosantense Diogo Colombo

Diogo Colombo é o filho varão de Cistóvão Colombo, fruto do seu enlace com Filipa de Moniz, filha do capitão do donatário da ilha do Porto Santo. De acordo com Frei Bartolomé de Las Casas, que escreve com base nas declarações que lhe prestou o próprio Diogo em 1519, nasceu no Porto Santo em data aproximada a 1482, outros há que apontam a Madeira.

Diogo, ainda criança, acompanhou o pai na primeira viagem a Castela, a Huelva, que o deixou à guarda da cunhada Violante Moniz. Já crescido com cerca de seis anos, acompanhou as prolongadas negociações do pai com os reis católicos. Em 1492, com dez anos, não estava ainda capaz de acompanhar de perto o sonho do pai e por isso ficou em Cordova à guarda de Martyn Sanchez. No ano seguinte apenas teve permissão para presenciar a partida da segunda expedição de Cádis, mantendo-se como pagem da corte do príncipe João, nunca acompanhando o pai, como fez o seu irmão Fernando em 1502, nas suas viagens ao Caribe.

Por testamento foram-lhe legados todos os cargos e privilégios que as capitulações de Santa Fé (17 de Abril de 1492) haviam atribuído a seu pai. O casamento com Maria de Toledo, filha de D. Fradique de Toledo, duque de Alba e muito próximo do monarca, permitiu que em 29 de Outubro de 1508 fosse nomeado governador das Índias. O título de Vice-rei só o conseguiu com Carlos V em 1519. Deste enlace nasceram quatro filhas e três filhos, que se juntaram outros dois fruto de relações antes do casamento.

Restituídos os poderes e títulos era necessário tomar posse do Caribe e fazê-lo colonizar. Assim sucedeu em 3 de Abril de 1509, saindo Diogo de San Lucar de Barrameda, com uma imponente frota, rumo às Índias.

Morreu a 24 de Fevereiro de 1523 sem que se lhe tivesse feito justiça e os seus descendentes não mais recuperaram os títulos atribuídos em Santa Fé, ficando apenas de posse do de almirante.

Diogo Colombo deu continuidade ao projecto de colonização do Caribe, através de uma política de fixação de casais e de vinculação dos índios às explorações agrícolas. O maior destaque vai para a cultura da cana-de-açúcar que teve em Cuba, São Domingos e Jamaica terreno ideal para medrar. As primeiras socas de canas foram plantadas na Hispaníola em 1493, mas foi em 1514, com o bacharel Gonçalo Velosa, casado com a madeirense Luísa de Betencourt, que começou o fabrico de açúcar.

CASA MUSEU CRISTÓVÃO COLOMBO



O museu foi inaugurado em 1988 na casa que segundo a tradição terá pertencido aos familiares da mulher de Cristóvão Colombo, Filipa de Moniz. Aí terá vivido Cristóvão Colombo na década de oitenta do século XV e também nascido, segundo Bartolomé de las Casas, o único filho deste enlace, Diogo Colombo.

A memória da passagem do navegador pela ilha está expressa neste espaço museológico que apresenta retratos e gravuras alusivos, bem como réplicas das embarcações. No rés-do-chão temos uma cova, conhecida como matamorra. Estas seram construções feitas pelos portossantenses no solo das casas para guarda dos cereais e dos haveres em momentos de assalto de piratas.

LOCALIZAÇÃO: Trav. da Sacristia, 4, Porto Santo

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA

ACTAS do III Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal, CEHA, 1992 [Colóquio dedicado ao tema: Colombo e a Madeira].

AGOSTINHO, Tenente-Coronel José, "Diogo de Teive. Novas luzes sobre a data da sua viagem aos mares do Ocidente", 1952, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. II, nº.10, pp. 1-4.
- "Diogo de Teive", 1953, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. III, Nº 15, pp.1-4

AGUIAR, Luísa filipa, "Os Carros do Monte", in *Islenha*, 18, 1996, 39-48.

AMORIM, Guedes de, *Mary Jane Wilson, a Irmã de S. Francisco*, Braga, Editorial Franciscana, 1975.

ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*, Funchal, DRAC, 1979.

ARAUJO, Maria Benedita, "Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores e o Municiamento das Armadas nos séculos XVI e XVII", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp. 659-666.

ARRIMAR, Jorge de Abreu, *Os Bettencourt da ilha da Madeira ao Planalto do Huíla*, Macau, ed. De Autor, 1997.

BONNET, B.: "La Expedición del Marquês de Lanzarote a la Isla de la Madera", in *El Museo Canario*, 1949, X, pp.59-68.
- "Sobre la Expedición del Conde Marquês de Lanzarote a la Isla de la Madera", in *Revista de História de la Universidad de La Laguna*, 1956, nº.115-116, pp.33-44.

BRAGA, Paulo Drumond, "Da protecção aos desfavorecidos na Madeira no tempo de D. João II e D. Manuel cativos e órfãos", *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 74-80.
- "O ataque à ilha da Madeira em 1566", *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 81-90.

BRITO, Raquel Soeiro de "A importância da Ilha da Madeira no início da expansão Ibérica e a sua evolução recente", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 64.

CARDOSO, Agostinho, *A Madeira e o Turismo Nacional*, Funchal, JGDAF, 1964.

CARITA, Rui, *Introdução à Arquitectura Militar da Madeira. A Fortaleza-Palácio de S. Lourenço*, Funchal, DRAC, 1981.
- *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião e a Carta de Bartolomeu João, 1654*, Funchal, SRE, 1984.
- *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV e XVII*, Vol. I, Funchal, DRAC, 1998.
- "Cristóvão Colombo: inconografia de um mito", in III *Colóquio Internacional de História da Madeira*,pp.191-198.
- *Islenha*, vol. V (1989) [número especial dedicado a Colombo].
-(e José Castilho), "O Saque inglês de 1585 ao Porto Santo"!, in *Islenha*, N.º.16, 1995, pp. 83-87.

COSTA, José Pereira da, "O arquipélago da Madeira no tempo de Colombo", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp. 17-36.

DELGADO, Maria Rosalina Pinto da Ponte, "Madeira Base de Ensaio de um processo secular", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp. 213-220.

FARINHA, António Dias, "A Madeira e o norte de África nos séculos XV e XVI", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 360.

FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de Uma Vida – Mary Jane Wilson*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.
- *Nos Caminhos das Irmã Wilson*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1999.

GOMES, Alberto F., "O Caminho de Ferro Americano", 1960, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. V, Nº 30, pp. 30-32.
- "Documentos inéditos sobre o exílio de Carlos de Habsburgo na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1962, Vol. VI, Nº 32, pp..22-31.
- (e José Castilho), "O Saque inglês de 1595 ao Porto Santo", *Islenha*, 1995, Nº.16, 83-87.

GOMES, Dr. Álvaro Reis, "A ilha da Madeira vista por grandes nomes das letras Nacionais e estrangeiras", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, 196?, Nº 38, pp..27-30.

GONÇALVES, Dr. Ernesto Diogo de Teive, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 5, pp. 1-6.

- “Diogo Teive - Para o conhecimento dum percursor de Colombo”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1952, Vol. II, Nº 10, pp. 4-8.
- “Para o conhecimento dum percursor de Colombo”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 15, pp. 5-8.
- “João Afonso do Estreito”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 17-18, pp. 4-8.
- “Os "Homens Bons" do concelho do Funchal em 1471”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1958, Vol. V, Nº 28, pp. 1-6.
- “Os madeirenses na Restauração de Portugal”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1965, Vol. VI, Nº 35, pp. 1-12.
- “João Afonso do Estreito”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1971, Nº 41, pp. 19-24.

GREENFIELD, Sidney M., “As Ilhas da Madeira e Cabo Verde: Rumo a uma sociologia comparativa de diferenciação colonial”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990, p. 547.
- "Madeira and the beginings of sugar cane cultivation and plantation slavery", in *Comparative Perspectives on New World Plantation Societies, New York Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 292, New York, 1977, pp. 236-252.
-"Plantations, sugar cane and slavery", in *Roots and Branches Current Directions in Slave Studies*, New York, 1979.

GUEDES, Max Justo, “As Ilhas Atlânticas e sua contribuição à restauração do nordeste brasileiro”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira*. 1990 p. 565.

GUERRA, Jorge Valdemar, “O saque dos Argelinos à Ilha do Porto Santo em 1617”, *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 57-78
- “A Ilha do Porto Santo e o Corso Argelino no Atlântico”, *Islenha*, 23, 1998, pp.179-208.

HERNANDEZ GUTIÉRREZ, “Sebastián, Brutalismo en Madeira: el caso de Casino Park Hotel (Viana de Lima-Niemeyer Arqs)”, *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 68-74.

KELLENBENZ, Hermann, “Relações comerciais da Madeira e dos Açores com Alemanha e Escandinávia”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 99.

LUXAN MELENDEZ, Santiago de, "Islas adyacentes (Madera y Azores) y plazas portuguesas del Norte de Africa, Canaria y la baja Andalucia ante la restauracion portuguesa", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 621.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de, *João Fernandes Vieira Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*, Lisboa, CEHA-CNDP, 2000.

MELLO, Mário, “Os Esponsais de João Fernandes Vieira”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 6, pp. 27-29.

MENDONÇA, Dr. Leandro de, “A Colonização Madeirense no Sul de Angola”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 5, pp. 35-36.

NASCIMENTO, Cabral, *Gente das Ilhas nas Guerras da Restauração*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942 (sep. dos Anais, vol. VII).
- “A expedição de Bertrand de Montluc”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. VII, Funchal, 1949, pp.6-22.
- “Colonização do Brasil por Madeirenses”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. V, 1937.
- “João Fernandes Vieira e o Problema da sua biografia”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. VIII, 1950.

PEREIRA, Eduardo, *Piratas e Corsários nas Ilhas Adjacentes*, Funchal, s.n., 1975.

PESTANA, António Jorge, “Organização militar no séc. XV”, 1985, *Atlântico*, Nº 2, pp. 99-100.

RAMOS, Demétrio, “Madeira en la coyuntura del cambio dinastico de 1580, en coincidencia con los de su economia y poblamento”, I *Colóquio Internacional de História da Madeira*,, 1990, p. 428.
-"Madeira, como centro del espionaje espanol sobre las actividades britânicas, en el siglo XVIII”, II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 191.

RIBEIRO, Albino Pina, *Irmã Wilson – Vida – Testemunhos – Cartas*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2.ª Edição, Março de 2000.

RIBEIRO, João Adriano, “A Cabotagem no Arquipélago da Madeira”, *Islenha*, N.º 23, 1998, pp.147-166.

RODRIGUES, Paulo Miguel Fagundes de Freitas, “A Ilha da Madeira durante as Guerras Napoleónicas: A génese das ocupações britânicas de 1801 a 1807”, *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999, pp. 105-159.

RUMEU DE ARMAS, A., "El Conde de Lanzarote, Capitán General de la Isla de la Madera (1582-1583)", in *Anuario de Estudios Atlânticos*, 1984, nº.30, pp. 393-492.

SARMENTO, Alberto Artur, *Um fidalgo Madeirense Empobrecido pede Transporte para o Brasil*, Funchal, tip. Comércio do Funchal, 1945.
- *A Madeira e as Praças de África. Dum Caderno de Apontamentos*, Funchal, Typ. Camões, 1932.
- *Ascendência, naturalidade e mudança de nome de João Fernandes Vieira*, Funchal, Off. Do Heraldo da Madeira, 1928.
- *Homenagem a João Fernandes Vieira, o Libertador de Pernambuco*, Funchal, Tip. Do Diário de Noticias, 1928.

SILVA, António Ribeiro Marques da, "Os inícios do turismo na Madeira e nas Canárias. O domínio inglês", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 pp. 469.

SILVA, Iolanda, *A Madeira e o Turismo . Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, DRAC, 1985.

SILVA, José Manuel Azevedo, "A Navegação e Comércio vistos do Funchal, nos finais do século XVII", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.553-382.

SILVEIRA, Enzo, *A Ilha da Madeira nos Destinos do Brasil e de Portugal*, Funchal, JGDAF, 1956.

SIMENS HERNANDEZ, L. "La Expedición a la Madera del Conde de Lanzarote desde la Perspectiva de las Fuentes Madeirenses", in *Anuario de Estudios Atlânticos*, 1979, nº.25, pp.289-305.

SOUSA, João José de, "Emigração madeirense nos séculos XV a XVII", *Atlântico*, 1985, Nº 1, pp.46-53.
- "Um madeirense nas Molucas", 1986, *Atlântico*, Nº 7, pp.174-183.
- "Corsários no Funchal", 1987, *Atlântico*, Nº 12, pp. 263-268.
- "Relação dos Excessos de D. António Herédia", *Islenha*, N.º 19, 1996, pp.29-34.

VELOZA, J. Ezequiel, "Hospital para tuberculosos no sítio da Casa Branca, S. Martinho", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, p. 341.

VERLINDEN, J. Charles, "A Madeira e a expansão Atlântica do século XV. Uma interpretação", *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.221-228.

VIEIRA, Alberto, *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, CEHA, 1999.
- "Funchal no contexto das mudanças político-ideológicas do século XVIII. O Corso e a Guerra de represália como arma", in *As Sociedades Insulares no contexto das Interinfluências culturais do século XVIII*, Funchal, CEHA, 1994, pp.93-113. "Colombo e a Madeira", *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993.
- *A Madeira na rota dos Descobrimentos e Expansão Atlântica*, Lisboa, 1987, separata nº 217 do C.E.H.C.A.
- "O Funchal na Guerra de Corso e Represália do Século XVIII", in *El Museo Canario*, Vol. LI, Las Palmas de Gran Canaria, 1996, pp. 211-223.
- "Colombo e a Madeira: tradição e história", *Islenha*, 1989, Nº 5, pp. 35-47.
- "Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX", *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999, pp.353-392.

VIEIRA, Dr. Elmano, "A Madeira nas estampas da primeira metade do século XIX", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 2, pp. 28-30.

VILHENA, Maria da Conceição, "Estrangeiros na Madeira: Platon de Waxel, um russo apaixonado pela cultura portuguesa", *Islenha*, 1992, N.º 11, pp. 5-15.

WILHELM, Eberhard Axel, "O Concelho de Câmara de Lobos entre 1850 e 1910 visto por alguns germânicos", 1990, *Girão*, Nº 5, pp. 185-195.
- "Visitantes de língua alemã na Madeira (1815-1915)", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 48-67.
- "A Madeira entre 1850 e 1900 uma estância de tísicos germânicos", *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 116-121.
- "Hamburgueses falecidos na Madeira (1868-1896)", *Islenha*, 20, 1997, pp.64-68.
- *Visitantes e Escritos Germânicos na Madeira 1815-1915*, Funchal, DRAC, 1997.

2. INTERNET

BRASIL: o achamento e as ilhas [disponível na Internet via WWW, http://www.ceha-madeira.net/brasil/decob/decob.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

História, Ciência, Ecologia e Ambiente [disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/ecologia/eco.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

3. VIDEO

LUCAS, Carlos Brandão(realização), *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000.

4. MUSEUS.

- Casa Museu Cristóvão Colombo(Porto Santo)
- Casa-Museu Frederico de Freitas(Funchal)
- Museu-Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos(Funchal)
- Museu Municipal de História Natural(Funchal)
- Jardim Botânico(Funchal)

5. EDIFÍCIOS

- Palácio-Fortaleza de S. Lourenço
- Fortaleza de São Tiago
- Castelo do Pico
- Reid's Hotel
- Hospício da Princesa D. Maria Amélia
- Hospital dos Marmeleiros
- Quinta Vigia
- Quinta Magnólia
- Quinta do Palheiro Ferreiro

6. ESTÁTUAS E BUSTOS

- Sissi(Casino Park Hotel)
- Cristóvão Colombo(Funchal: Terreiro da Luta, Parque Santa Catarina; Porto Santo)
- João Fernandes Vieira(Jardim Municipal-Funchal)

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira-inventário*, Funchal, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, 1993.

7 – A MADEIRA E O MUN DO DOS DESCOBRIMENTOS



TEMAS

7.1 – Ocupação e defesa dos novos espaços

- As primeiras expedições
- O Norte de África
- O Império do Oriente
- A ocupação e defesa do Brasil
- A ocupação e defesa de Angola

7.2 – As rotas oceânicas e a Madeira

7.3 – A cobiça da riqueza madeirense

- A guerra de corso
- A defesa do arquipélago

7.4 – A Madeira na rota das migrações

7.5 – O turismo e a descoberta da natureza

Para saber mais ...

- A Madeira modelo de expansão
- Colombo na Madeira
- O Madeirense Diogo Colombo
- Casa museu Cristóvão Colombo

TEMAS EM DESTAQUE:

- *Diogo de Teive*
- *Madeirenses no Oriente*
- *Os corsários na Madeira*
- *As fortificações e defesa da ilha*
- *A expansão do açúcar*
- *As quintas madeirenses*

CONCEITOS	PERSONALIDADES
- Expedições	- Diogo de Teive
- Colónia	- João Fernandes Vieira
- Feitoria	- Tristão Vaz da Veiga
- Turismo terapêutico	- James Cook
- Migrações	- Padre Ernesto João Schmitz
- Corso	- Princesa D. Amélia
- Pirataria	- Sissi
- Fortaleza	- William Reid
- Hospício	- Frederik Charles
- Sanatório	

CRONOLOGIA

ANOS	1437	1446	1471	1515	1645	1655	1850	1859	1960
ACONTECIMENTOS	João Gonçalves Zarco participa no desast re de Tânger.	Alvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, atinge o Senegal	João Gonçalves da Câmara está na conquista de Tânger.	Madeirenses instalam os primeiros engenhos no Brasil	João Fernandes Vieira inicia a libertação de Pernambuco.	João Fernandes Vieira é nomeado governador de Angola.	Construção do Reid's New Hotel	Construção do primeiro sanatório na Madeira	A Junta Geral funda o Jardim Botânico.

PERSONAGENS IMPORTANTES NA MADEIRA

1768	1844	1848	1881	1882	1903
James Cook escala a Madeira pela 1.ª vez, numa viagem científica.	William Reid fixa-se na Madeira.	A princesa Amélia do Brasil veio tratar-se e aqui faleceu. Deu origem ao Hospício Dona Amélia..	Mary Jane Wilson chega à Madeira, aqui realizando uma grande obra a favor dos pobres. Faleceu em Câmara de Lobos em 18/10/1916.	O Padre Ernesto João Schmitz cria o Museu de História Natural, no Seminário.	O príncipe alemão Frederik Charles funda a Companhia dos Sanatórios da Madeira.

"A ilha da Madeira, (...) tão afamada e guerreira com seus ilustres e cavaleiros, os capitães, e tão magnânimos, e com generosos e grandiosos moradores; rica com seus frutos; celebrada com seu comércio, que Deus pôs no mar oceano ocidental para escala, refúgio, colheita e remédio dos navegantes, que de Portugal e de outros reinos vão, e de outros portos e navegações vêm para diversas partes, além dos que para ela somente navegam, levando-lhe mercadorias estrangeiras e muito dinheiro para se aproveitar do retorno que dela levam para suas terras (...) por ser tal e parecer nele um único horto terreal tão deleitoso, em tão bom clima situada ou criada, disse um estrangeiro que parecia que, quando Deus descera do Céu, a primeira terra em que pusera seus santos pés fora ela." [Doutor Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, pp.99-100]

DIOGO DE TEIVE

As genealogias madeirenses identificam-nos dois: o tio e sobrinho. O primeiro esteve entre os primeiros povoadores da Madeira, sendo escudeiro da casa do infante. Foi ele quem em 5 de Dezembro de 1452 um alvará em que lhe era concedida autorização para construir um engenho de água para o fabrico de açúcar Participou activamente na vida local, como homem-bom do concelho, tendo sido eleito para diversos mandatos.

Bartolomé de Las Casas refere-o como o empreendedor, conjuntamente com Pedro Velasco, de uma viagem para Ocidente, que se teria realizado em 1452. Foi no regresso que o mesmo descobriu as ilhas foreiras (Flores e Corvo), tal como o confirma a carta de doação em 1453 da ilha do Corvo ao Duque de Bragança.

A documentação terceirense atesta a sua presença nos inícios da década de cinquenta como companheiro de Jácome de Bruges. Foi certamente nesta altura que realizou a viagem para Ocidente.

Cartas de doação de terras a descobrir:

1473/Junho/21: carta de doação de D. Afonso V a Rui Gonçalves da Câmara das ilhas que descobrir.

1486/Agosto/4: carta de doação de D. João II a João Afonso do Estreito das ilhas ou terras que descobrisse.

Ocupação e defesa dos novos espaços

As primeiras expedições

A Madeira, a primeira terra no espaço atlântico a merecer uma ocupação efectiva pelos portugueses, rapidamente se transformou num centro de apoio às descobertas atlânticas. Segundo Zurara, a ilha foi desde 1445 o principal porto de escala para as navegações ao longo da costa ocidental africana. O rápido surto económico da ilha e as dificuldades encontradas na ocupação nas Canárias assim o determinaram. Os excedentes agrícolas da ilha eram suficientes para abastecer as caravelas henriquinas de biscoito, vinho e demais víveres frescos.

Para a nova aristocracia que começar a despontar nos novos espaços de ocupação como a Madeira o empenho nas acções marítimas e bélicas foi ao mesmo tempo uma forma de homenagem ao monarca e infante e um passo mais na aquisição de benesses ou comendas. Em 1445 Fernão Tavares, de idade avançada, participou numa das expedições sendo armado cavaleiro no Cabo Resgate. Zurara confirma-nos, salientando que a presença dos madeirenses nas viagens henriquinas se orientou pelos princípios e tradições da cavalaria medieval, tendo por objectivo servir o seu amo, o Infante D. Henrique.

A partir do reconhecimento das ilhas açorianas, na década de vinte do século XV, a volta pelo largo nas expedições africanas e o avanço das expedições para Ocidente foram uma realidade. Os testemunhos da existência de terra para além da linha do horizonte ocidental destas ilhas começaram a surgir com frequência nas praias açorianas e madeirenses: pedaços de madeira, cadáveres, canoas, inúmeras sementes, despertavam a natural curiosidade dos insulares, motivando a atenção dos navegadores insulares conduzindo-os à gesta desbravadora dos mares ocidentais.

A primeira viagem conhecida foi a do madeirense Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera. Seguiram-se outros de que apenas ficou notícia dos que fizeram o pedido antecipado da posse das terras que esperavam descobrir. As expedições para Ocidente, que precederam a primeira viagem de Cristóvão Colombo, continuaram até finais do século XV, com activa participação de madeirenses e açorianos.

Em finais do século quinze, residiam na Madeira dois indivíduos cujo apelido - Terra Nova - se associa facilmente a esta área, mas é difícil estabelecer a sua relação com as terras ocidentais. Um deles, Anrique surge em 1486 no Funchal como fiador de um alfaiate, enquanto o outro, Guirarte, é apresentado no estimo do açúcar de 1494 como proprietário de canaviais nas partes do fundo. Foi com o dinheiro conseguido com esta cultura que estes navegadores financiaram as suas expedições, pois a coroa nunca se

comprometeu com este projecto, apostada que estava em definir e fazer afirmar a rota africana.

As expedições de marinheiros ao serviço do Infante D. Henrique a partir da década de quarenta com assídua frequência. A escala obrigatória na Madeira fez com que muitos da ilha se intrometessem de livre vontade neste processo. Na primeira expedição portuguesa ao Rio do Senegal é evidente a presença madeirense. Foi Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, quem atingiu aquele rio em 1446, ultrapassando no ano seguinte Cabo Verde. Veio a encontrar a morte em Arguim, quando seguia na expedição de Gonçalo de Sintra.

O interesse destes navegadores e aventureiros não está apenas nos descobrimentos mas também na actividade comercial que os mesmos propiciavam. Na década de setenta do século XV os irmãos Boa Viagem - Martim Anes e Fernão Nunes - foram feitores do comércio dos dentes de elefante da Costa do Marfim. A feitoria e castelo de S. Jorge da Mina, fundado em 1482, teve em 1522 por capitão Gonçalo Mealheiro, sobrinho de Pedro Gonçalves Mealheiro, com apelido de "Amo" por ser o perceptor do 3º capitão do Funchal e que com ele participara na conquista de Azamor em 1513.

O norte de África

Foi manifesto o empenho das principais famílias madeirenses nas diversas campanhas de defesa e apoio das praças marroquinas, com o fornecimento materiais de construção para as fortalezas, custeando as despesas ou abastecendo-as de cereal. João Gonçalves Zarco participou na trágica expedição de 1437 e o 2º capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, e mais fidalgos estiveram na conquista de Tânger e Arzila em 1471.

Algumas destas praças, nomeadamente Mogador (hoje Essaouira) e Safim, estavam na dependência da Madeira, pelo que o capitão do Funchal foi dos poucos que defenderam o não abandono destas praças junto de D. João II. Azamor teve feitoria desde 1486, e foi alvo de diversos assaltos, pelo que a coroa enviou expedições a socorrê-la. Em 1513 na expedição comandada por D. Jaime, Duque de Bragança, integrou-se uma força da Madeira composta de 27 navios, armados à custa de Simão Gonçalves da Câmara, com 6000 homens a pé e 200 a cavalo. A esta juntaram-se muitos ilustres madeirenses como Pedro e Gonçalo Mealheiro, João Ornelas de Vasconcelos, Pedro Afonso de Aguiar. Novo



Feitoria de São Jorge da Mina



Socorro dos madeirenses às praças do Norte de África

1437: Tânger
1471: Arzila, Tânger
1495: Arzila
1510: Safim
1513: Azamor
1520 : Safim
1530: Safim
1533: Santa Cruz do Cabo Gué
1537: Azamor
1578: Alcácer Quibir

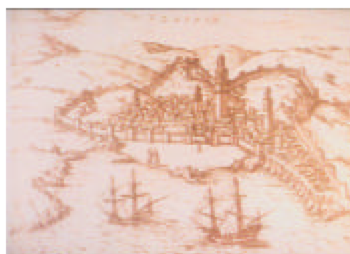
Simão Gonçalves da Câmara

"(...) foi tão esforçado e liberal e contínuo em acudir aos rebates e cercos de África, e tão leal português e bom vassalo(...) assim à cidade de Safim como à de Azamor e Arzila, por si e seu irmão, Manuel de Noronha, que a capitoa despachou e mandou com setecentos homens, gente muito luzida, à sua custa(...)E, assim, acudiu sempre com muita gente e navios a todos os rebates e cercos, que, em seu tempo, houve nos lugares de África , que dito tenho, e no Castelo Real, e do Cabo de Gué e Aguer, Mazagão, Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer, ele, em pessoa, ou seu filho herdeiro; ou, quando não podia ir, mandava seus parentes e amigos, no que despendeu de sua fazenda, segundo se achou, por lembrança, nos serviços que alegou, oitenta mil cruzados, (...)" [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, 247-248]



Ceuta

"Quando este Rei D. Sebastião, de ânimo invencível, foi ver África com muitos fidalgos e morgados do reino, foi João Gonçalves da Câmara com ele. Com muitas tendas, cavalos e criados, gastou nisso muito do seu, desejando que se oferecesse ocasião em que mostrasse o esforço de sua pessoa e imitasse os heróicos feitos de seus predecessores." [citado por A. A. Sarmento, *A Madeira e as Praças de África*, Funchal, 1932, p.32]



Praça de Safim



MADEIRENSES NO ORIENTE

1502: Lopo Mendes de Vasconcelos, capitão de uma nau da armada de Vasco da Gama.
1504: Pedro Afonso de Aguiar capitão de uma nau da armada de Lopo Soares.
1513: Manuel de Vasconcelos, capitão da nau S. Filipe.
1515: Duarte Mendes de Vasconcelos, capitão de uma nau.
1519: Rafael Catanho, capitão da nau Belém.
1567: António Spínola, capitão de uma nau.
1580: João de Betencourt de Vasconcelos, capitão da nau S. Gregório.
1613: Manuel de Vasconcelos, morto na Batalha de Ormuz.

socorro em 1537 foi dado pela Madeira, o que levou ao abandono em 1542. A fortaleza foi erguida em 1508 por Diogo de Azambuja com base nas receitas dos almoxarifes do Funchal. Já em 1510 foi alvo de obras devido a um assalto que teve lugar a que prontamente ocorreram as forças da Madeira, sob o comando de D. Manuel de Noronha. Dos que acudiram merecem referência: António Correia, António de Atouguia, D. João Henriques, Rui Mendes de Vasconcelos.

Outros madeirenses estiveram presentes entre 1520 e 1530 nas praças marroquinas- António Manuel Mendes de Vasconcelos, D. João de Noronha, D. Afonso Henriques e D. João de Noronha filho. Em 1508 era comendador da praça o madeirense António de Freitas.

A presença de madeirenses na defesa da fortaleza de Cabo Gué, erguida em 1505 por João Lopes Sequeira, é frequente. Em 1533 acudiram os madeirenses com homens e cal e tabuado para reconstrução das muralhas. Com a morte do governador da praça ficou em seu lugar o madeirense Rui Dias de Aguiar. Os assaltos continuaram, ocorrendo com assiduidade os de Câmara de Lobos e Santa Cruz, tendo sido perdida em 12 de Março de 1541 e muitos madeirenses perderam a vida ou ficaram cativos.

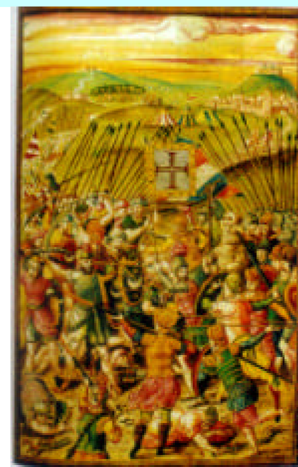
Tânger era um ponto estratégico do Estreito e por isso tentou-se por diversas vezes a sua conquista. Em 1437 foi a pesada derrota e o cativeiro do Infante D. Fernando. Nesta expedição participou João Gonçalves Zarco, e na sua conquista em 1471 esteve João Gonçalves da Câmara e outros fidalgos da ilha que acompanharam D. Afonso V. Alguns madeirenses fixaram nela morada. Tristão Gomes de Castro foi capitão da cidade em 1610 e Fernão Lopes de Silva havia sido alcaide-mor.

No desfecho dramático da presença portuguesa nestas paragens estiveram presentes madeirenses. Em 1578 acompanharam D. Sebastião na jornada de Alcácer Quibir muitos madeirenses entre os quais se referem Rui Dias da Câmara, Luís e Agostinho de Goes, Jorge de Vasconcelos, D. Gaspar de Teive, Jorge Lomelino e F. Deodato de Mondragão.

O império do Oriente

Os madeirenses não se furtaram a uma activa participação na conquista e defesa das feitorias do Índico. Lopo Mendes de Vasconcelos, casado com Teresa da Gama, filha de Estêvão da Gama, e por isso mesmo cunhado de Vasco da Gama, acompanha-o na segunda viagem em 1502 como capitão de um navio. Manuel de Vasconcelos, filho de

Lopo de Vasconcelos foi capitão de Cananor e Maluco. Era casado com Isabel da Veiga que ficou conhecida como a matrona de Diu pela sua acção em 1538 no primeiro cerco de Diu. Regressado à ilha foi apelidado como "o da Índia". João Rodrigues de Noronha, casado com D. Isabel de Abreu, foi em 1521 comandante de Ormuz, bem como capitão-mor do Mar da Índia. Jordão de Freitas foi em 1531 senhor de Amboim.


Cerco de Diu. 1574

Temos ainda António de Abreu, de que na ilha são conhecidos dois homónimos. O mais conhecido dos dois era filho de Garcia Abreu, fidalgo de Avis, sendo madeirense de acordo com o testemunho de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda. Embarcou para a Índia em 1506 com Afonso de Albuquerque. Em 1507 acompanhou Afonso de Albuquerque na tomada de Ormuz, foi capitão de uma embarcação da armada que atacou Malaca, tendo sido atingido no queixo com um tiro, que lhe roubou parte dos dentes e da língua.

A sua destreza na arte de navegar abriu-lhe as portas para assumir a posição de capitão-mor da armada que foi em demanda das Molucas, para transformar Malaca no principal centro de negócio. António de Abreu, de acordo com António Galvão, partiu em Novembro de 1511, tendo alcançado as ilhas donde voltou com mercadoria grossa. Nesta incursão teria, segundo alguns autores, descoberto a Austrália. Morreu em 1514 na viagem de regresso ao reino.


Ilha de S. Vicente (Brasil)

O outro António de Abreu, filho de João Fernandes do Arco e de Beatriz Abreu e casado com D. Branca de França navegou duas vezes para Índia em 1523 e 1526, e foi provido capitão-mor de Malaca.

Na ocupação e defesa do Brasil

O descobrimento do Brasil abriu outra frente de intervenção dos madeirenses, que estiveram presentes nos primórdios da ocupação portuguesa e foram os responsáveis pela implantação da economia açucareira. Em 1515 o rei recomendava a presença de um madeirense capaz de construir um engenho de açúcar na ilha de S. Vicente. Outros mais engenhos se seguiram depois em Pernambuco e na Baía pela mão dos hábeis carpinteiros idos da ilha.

No início a presença madeirense quase só se resumia à expansão do açúcar e a uns quantos aventureiros que buscavam fortuna. Rapidamente, no entanto, espalhou-se em todas as frentes: Baía, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Grão Pará e Maranhão e muitos são mestres de engenhos ou detêm actividades relacionadas com a safra açucareira.



Principais locais de fixação de Madeirenses no Brasil



Busto de João Fernandes Vieira. Inaugurado em 1925 na Avenida Arriaga e transferida em 1932 para o Jardim Municipal

JOÃO FERNANDES VIEIRA apelidado de "Valeroso Lucideno" e "Castrioto Lusitano", foi comparado na época aos grandes guerreiros e heróis da História.

O feito que o imortalizou foi a chefia do movimento que conduziu à expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro.

É um dos muitos madeirenses que saiu muito jovem para o Brasil. Dos primeiros onze anos de vida na ilha pouco se sabe. Tão pouco está muito clara a sua família. A tradição histórica que merece maior aceitação diz-nos que se chamava Francisco de Ornelas Moniz e que terá nascido no Faial, filho de Francisco de Ornelas Moniz e Antónia Mendes.

No Brasil terá, por razões que desconhecemos, mudiu de nome passando a chamar-se João Fernandes Vieira, o nome de um seu terceiro avô morgado na Ribeira de Machico.

O percurso de ascensão social foi rápido, adquirindo uma posição de prestígio durante o governo do holandês Maurício Nassau. De amigo íntimo dos holandeses passou rapidamente para a chefia da revolta, saindo vencedor nas batalhas de Tabocas e Guararapes, que conduziram à expulsão dos holandeses. Este feito valeu-lhe vários favores por parte da coroa: foi governador da Paraíba e de Angola, promovido a fidalgo da casa Real e alvo de muitas comendas.

Casou em 1643 com D. Maria César, filha de Francisco Berenguer, um destacado proprietário de canaviais do Recife.

Faleceu a 10 de Janeiro de 1681 mas persiste na memória histórica do Recife e da Madeira. A 12 de Julho de 1925 o Funchal prestou-lhe homenagem inaugurando um monumento em sua memória, que em 1932 foi transferido para o actual lugar do Jardim Municipal.

O contributo madeirense no povoamento do Brasil é evidente, surgindo, primeiro, por solicitação da Coroa e depois por força das condições internas da ilha. A crise da economia açucareira a partir da década de trinta do século XVI e o incremento que a mesma passa a ter nas terras de Vera Cruz definiram este rumo obrigatório da emigração de mão-de-obra qualificada.

Entre finais do século XVI e princípios da centúria seguinte tivemos uma nova vaga de emigração condicionada por questões religiosas. A criação do tribunal da Inquisição e a perseguição movida aos cristãos-novos, expressa nas visitas dos inquisidores em 1591 e 1618, conduziu à saída de um grupo significativo. O facto da maioria destes estar vinculada às actividades comerciais levou-os a manter um vínculo à ilha através do comércio do açúcar.

No período da união peninsular as terras brasileiras estiveram a saque de corsários franceses, ingleses e holandeses. Aos assaltos sucederam-se as investidas de ocupação do solo. Primeiro foram os franceses no Maranhão (1610) e depois os holandeses na Baía (1624) e Pernambuco (1635). Em 1645 organizou-se em Pernambuco a revolta lusíada contra os holandeses sob comando do madeirense João Fernandes Vieira. Outro madeirense, Francisco de Figueiroa, seguiu em 1648 com um terço de 1500 homens recrutados na Madeira e nos Açores. Foram estes que derrotaram os holandeses a 19 de Abril de 1648 no monte dos Guararapes. Esta presença militar das ilhas manteve-se com o envio em 1698 de terços para Maranhão, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Até ao século XVII os madeirenses tiveram um papel destacado na sociedade brasileira e a sua acção foi notada em todos os sectores vitais.

Os madeirenses revelaram-se aqui como exímios agricultores e técnicos açucareiros, legando ao novo espaço o conhecimento acumulado por mais de um século de experiência. Não descuraram a política e a estrutura religiosa em que também assumiram um protagonismo evidente. Em terras de Vera Cruz as gentes ilustres, da aristocracia local ou ligada ao sector mercantil, misturaram-se com o povo humilde e deserdado da terra.

Já no século XVIII os incentivos colonizadores incidiram em casais laboriosos capazes de se fixarem em espaços novos, sendo estas colónias de povoamento uma garantia da defesa da soberania portuguesa sobre o território face às espoliações de Espanha. João Fernandes Vieira foi o primeiro em 1674 a pressentir esta necessidade propondo-se trazer à sua custa 300 a 400 casais da Madeira e dos Açores.

Em 1680 os portugueses criaram a colónia de Sacramento, com o objectivo de garantir a posse do espaço, considerado

fundamental para o controle dos fluxos de prata das minas de Potosi (Bolívia), tendo sido de imediato ocupada pelos castelhanos que só a cederam por tratado do ano seguinte. Para assegurar esta presença, o Rei D. Pedro II ordenou o recrutamento de casais das ilhas. Os litígios pela definição das fronteiras continuaram até à celebração do tratado de Madrid (1750) e devolução da colónia à Espanha.

A garantia da soberania portuguesa passava pela aposta no povoamento da capitania de Santa Catarina. A presença de casais das ilhas, embora notada desde muito cedo, a partir de 1746 intensificou-se com a promoção do seu envio pela Coroa. A Fazenda Real assegurava o transporte, apoio financeiro, instrumentos e terra para que estes casais firmassem a ferro e fogo a ocupação lusíada nestas paragens. Muitas famílias do Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol e S. Vicente corresponderam ao apelo. Entre 1747 e 1751 contam-se 1367 madeirenses e só em 1756 outros 520.

Esta iniciativa régia ia também ao encontro de uma representação da Câmara do Funchal que apelava a medidas para debelar a crise de fome que assolava a ilha. As conjunturas de fome, uma quase constante da história da ilha, foram favoráveis ao recrutamento dos casais. Ainda hoje são visíveis os testemunhos da presença insular na formação das cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A arquitectura civil e as tradições religiosas, nomeadamente as Festas do Espírito Santo, espelham muito daquilo que foi a sua vivência nestas paragens.

A emigração insular não terminou nesta centúria, uma vez que na seguinte o Brasil continuou a ser a zona apetecida para os emigrantes ilhéus, forçados a sair por razões económicas ou políticas. A conturbada situação política decorrente da revolução vintista conduziu à fuga de muitas famílias destacadas e comprometidas com a vida política monárquica. Foi um destes, Jerónimo de Ornelas, perseguido pelos miguelistas, que fundou a cidade de Porto Alegre.

Na ocupação e defesa de Angola

Angola esteve igualmente ligada aos madeirenses no século XVII. João Fernandes Vieira foi governador de 1655 a 1661 e o próprio Tristão Teixeira havia aí estado em 1650 reclamando a sua posse face às investidas holandesas. No decurso do século XVII, houve levantamento de soldados que acompanharam os novos governadores. A primeira ocorreu em 1676 com Aires de Saldanha Menezes de Sousa, que terminado o governo na Madeira foi nomeado governador de Angola, tendo levado uma companhia de 500 homens com duzentos da ilha. Para o período de 1676 até 1797, fizeram-se mais recrutamentos de militares com mais de dois mil soldados madeirenses.

"Se das ilhas se puderem remeter alguns casais seria utilíssimo, e ainda algumas recrutas, porque assim se aumentaria a s culturas destas terras que são próprias, não só para todos os frutos, da América, senão também da Europa, e dos filhos dos mesmos casais se recrutaria o terço ou tropas, que aqui assistissem, e seriam mais permanentes do que os de fora."
[Carta de 23 de Agosto de 1742, de José da Silva Pais, in Maria Licínia Fernandes dos Santos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, 1999, p.103]

"Em vinte e seis de abril do ano de 1756 saiu da ilha da Madeira em direitura para a ilha de Santa Catarina o navio Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro de que era capitão e mestre Custódio Francisco e senhorio Feliciano Velho Oldemberge Compª. Com oitenta e cinco casais, que compreendiam o número de 535 pessoas de idade de três anos para cima. Em vinte de Setembro do mesmo ano vindo buscar este porto [Baía]para se refazer de mantimentos e aguada por haver consumido por ocasião dos ventos contrários na dilatada viagem de cinco meses os com que havia saído da ilha da Madeira deu à costa no sítio do Rio Joanes, salvando-se deste naufrágio 11 mulheres e o número de homens que se não pode averiguar ao certo, porque os que puderam salvar as vidas preocupados do temor de que os fizessem novamente embarcar, buscaram refúgio das matas, tanto por este princípio, como por encobrirem a desnudez com que ficaram,(...)". [Carta de 17 de Abril de 1757 de D. Marcos de Noronha, Vice-Rei do Brasil, publ., W. Piazza, *A Epopéia Açórico-Madeirense (1746-1756)*, Funchal, 1999, pp.292-293]

A EXPANSÃO DO AÇÙCAR

A Madeira foi o ponto de partida do açúcar para o Novo Mundo. A tradição anota que foi desde a Madeira que o açúcar chegou aos mais diversos recantos do espaço atlântico e que os técnicos madeirenses foram responsáveis pela sua implantação. O primeiro exemplo está em Rui Gonçalves da Câmara, quando em 1472 comprou a capitania da ilha de S. Miguel. Na expedição de posse da sua capitania fez-se acompanhar de canas da Lombada, que entretanto vendera a João Esmeraldo, e dos operários para a tornar produtiva. A estes seguiram-se outros que corporizaram diversas tentativas para fazer vingar a cana de açúcar nas ilhas de S. Miguel, Santa Maria e Terceira.

Em sentido contrário avançou o açúcar em 1483, quando o governador D. Pedro de Vera quis tornar produtiva a terra conquistada nas Canárias. De novo a Madeira disponibiliza as socas de cana.

O avanço do açúcar para sul, ao encontro do habitat que veio gerar o *boom* de produção, deu-se nos anos imediatos ao descobrimento das ilhas de Cabo Verde e S. Tomé. Em 1485 a coroa recomendava a João de Paiva que procedesse à plantação de cana do açúcar. Para o fabrico do açúcar refere-se a presença de "muitos mestres da ilha da Madeira".

A intervenção madeirense alargou-se também ao Brasil. A coroa insistiu junto dos madeirenses no sentido de se criarem as infraestruturas necessárias ao incremento da cultura. Em 1515 a coroa solicitava alguém que pudesse erguer no Brasil o primeiro engenho, enquanto em 1555 foi construído um engenho a expensas da fazenda real pelo madeirense João Velosa.

A aposta da coroa na rentabilização do solo brasileiro através dos canaviais levou a condicionar a fuga de mão-de-obra especializada, que então se fazia na Madeira. Assim, em 1537 os carpinteiros de engenho da ilha estavam proibidos de ir à terra dos mouros.

Em Pernambuco e na Baía é evidente a presença madeirense entre os oficiais e proprietários de engenho



Mapa expansão açúcar a partir da Madeira



Brigue Sunbeam: viagem de circunavegação de Thomas Brassey em 1876



Exportação de vinho da Madeira a granel na primeira metade do século XX.

OS ACTOS DE NAVEGAÇÃO

A política mercantil da Europa do século XVII condicionou o sistema de rotas comerciais com os portos coloniais. As ordenanças de Cromwell estabeleciam que apenas a Madeira e Açores poderiam exportar os seus vinhos directamente para as colónias de Jamaica, Barbados, Virginia, Maryland, Nova Inglaterra, New York, Carolina, Bermudas e Leward Islands.

Este conjunto de medidas favoráveis zo vinho das ilhas portuguesas surge na sequência do tratado assinado após a Restauração e do casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra.

O TRATADO DE METHUEN

A continuidade da política de aliança entre Portugal e Inglaterra tem com o tratado de Methuen um passo na afirmação inglesa no comércio do vinho português. Através deste tratado Portugal abria de forma privilegiada o seu mercado aos panos ingleses, enquanto o vinho português assumia uma posição preferencial no mercado britânico, retirando lugar ao vinho francês. Esta medida confirmou o anteriormente estabelecido pelas ordenanças, garantindo ao vinho das ilhas o mercado das colónias e ao do Porto o londrino.

O tratado marca a consolidação da hegemonia da comunidade inglesa em Portugal e na Madeira.

Já no século XIX esta presença evidencia-se com o envio dos casais para povoar o planalto de Moçâmedes.

As rotas oceânicas e a Madeira

A participação do arquipélago madeirense nas grandes rotas oceânicas foi esporádica, justificando-se a ausência pelo posicionamento marginal em relação ao traçado ideal. A ilha não ficou, porém, alheia à navegação atlântica evidenciando-se em diversos momentos como escala das viagens portuguesas com destino ao Brasil, Golfo da Guiné e Índia. Inúmeras vezes a escala madeirense foi justificada mais pela necessidade de abastecer as embarcações de vinho. O vinho era fundamental na dieta de bordo, em razão das qualidades na luta contra o escorbuto.

A proximidade da Madeira aos portos do litoral peninsular associada à direcção dos ventos e correntes marítimas foram os principais obstáculos à valorização da ilha nas navegações atlânticas. As Canárias, porque melhor posicionadas e distribuídas por sete ilhas em latitudes diferentes, estavam ofereciam mais fácil apoio. A situação conturbada que aí se viveu, resultado da disputa entre as duas coroas peninsulares pela sua posse e a demorada pacificação da população indígena, fizeram com que a Madeira surgisse no século XV como um dos principais eixos do domínio e navegação portuguesa no Atlântico.

De acordo com Zurara, a ilha foi desde 1445 o principal porto de escala para as navegações ao longo da costa africana. O melhor conhecimento dos mares, os avanços tecnológicos e náuticos retiraram ao Funchal a posição charneira nas navegações atlânticas em benefício dos portos das Canárias ou Cabo Verde.

Já em princípios do século XVI a Madeira surgia apenas como um ponto de referência para a navegação atlântica, uma escala ocasional para reparo e aprovisionamento de vinho. Foi o surto económico da ilha que conseguiu atrair as atenções das armadas, navegantes, aventureiros e piratas.

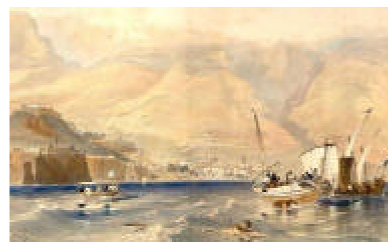
A Madeira, no decurso do século XVIII, readquiriu a vocação atlântica, pelo facto de os ingleses não dispensarem o porto do Funchal nem o vinho madeirense na sua estratégia colonial. Os diversos **Actos de Navegação** (1660, 1665), corroborados pelos tratados de amizade, de que merece relevo especial o de **Methuen** (1703), abriram o caminho para que a ilha entrasse na área de influência do mundo inglês. A partir daqui a presença de armadas inglesas no Funchal era constante e o relacionamento com as autoridades locais amistoso, sendo recebidos pelo governador com toda a hospitalidade. Destas relevam-se as de 1799 e 1805, compostas,

respectivamente de 108 e 112 embarcações e era assídua a presença de uma esquadra inglesa a patrulhar o mar madeirense, sendo a de 1780 comandada por Jonhstone.

O século XIX foi o momento de mudança total no sistema de rotas do Atlântico, mas tão pouco o Funchal perdeu importância. Os progressos no desenvolvimento da máquina a vapor fizeram com que se elaborasse um novo plano de portos de escala, capazes de servirem de apoio à navegação como fornecedores dos produtos em troca e do carvão para a laboração das máquinas. O Funchal viu reforçada a sua posição pela dupla oferta como porto carvoeiro e do vinho, o que fez atrair inúmeras embarcações inglesas e americanas.

A nova aposta no sector de serviços de apoio à navegação comercial e de passageiros vai depender de uma outra política, a dos portos francos, em que as Canárias prevaleceram. A situação causou a aceso debate político, sobretudo no seio dos defensores da autonomia.

O Funchal de finais do século XIX e princípios do seguinte não perdeu importância para a navegação. A frequência dos vapores do Cabo que transportavam os turistas e embarcavam os madeirenses para novos destinos de emigração nas colónias inglesas, entrecruzavam-se com as embarcações que por força das circunstâncias eram obrigadas a uma escala técnica para se abastecer de carvão.



Baía do Funchal. Gravura do século XIX

PIRATARIA e CORSO: A diferença entre as duas actividades está no facto de que o pirata actuava por iniciativa própria sendo o seu objectivo apenas económico, enquanto o corsário via a sua acção legitimada por carta e ordenança de corso, e ao serviço de um monarca.

A cobiça da riqueza madeirense

A guerra de corso

O século XV marcou o início da valorização do Atlântico, o novo espaço oceânico revelado pelas gentes peninsulares. O oceano, que até meados do século catorze se mantivera alheio à vida do europeu, atraíu as suas atenções e em pouco tempo veio substituir os mercados mediterrânicos. A abertura foi titubeante, mas geradora de inúmeros conflitos: primeiro foi a disputa pela posse das Canárias, que se alargou, depois, ao próprio domínio do mar oceânico. Portugueses e castelhanos entraram em aceso confronto, servindo o papado de árbitro nesta partilha.



Baía do Funchal.

Os franceses, ingleses e holandeses que, num primeiro momento, foram apenas espectadores atentos, entraram na disputa ao reivindicar um *mare liberum* e o usufruto das novas rotas e mercados. Nestas circunstâncias o Atlântico não foi apenas espaço comercial, por excelência, da Europa, mas também um dos principais palcos dos conflitos resultantes das

TRISTÃO VAZ DA VEIGA

Afirmou-se pelas façanhas bélicas no Oriente, mas ficou célebre pelo facto de ter entregue a Fortaleza de S. João da Barra aos espanhóis. Este último acto valeu-lhe benesses dos monarcas: em 1582 recebeu a capitania de Machico e em 1585 o cargo de Governador Geral do arquipélago.

OS CORSÁRIOS NA MADEIRA

1479: corsários castelhanos
1518: ataque de um navio biscainho
1566: Assalto de Corsários franceses, sob o comando de Bertrand de Montluc.
1575. Carta régia ao capitão do Funchal para armar navios contra os corsários
1595: corsário inglês Amyas Preston
1601: corsários ingleses
1617: assalto argelino ao Porto Santo
1793: corsário de Nantes
1796: corsário francês
1797: corsário francês
1798: corsário francês
1800-1801:corsário inglês John Smith
1801: corsário francês
1805: corsário inglês
1805: nau inglesa Imortalité
1805: fragata inglesa Venus
1806: brigue escuna inglês Saracen
1806: corsário francês Monsieur Ladduc, fragata inglesa Nereyde
1806.1807: corsários argelinos
1807: brigue guerra inglês
1810: galera inglesa The Valiant
1813: corsário inglês
1814:corsário francês
1822: corsário inglês

"Aos três dias de Outubro do ano de mil e quinhentos sessenta e seis, véspera do seráfico S. Francisco, aportaram a esta ilha da Madeira oito poderosos galeões de França, em que vinham por todos mil soldados arcabuzeiros, afora outra gente do mar, com tenção de saquear a dita cidade, pela fama que de sua riqueza soava, (...)

Mataram na entrada da cidade, até ficarem em posse dela, quase duzentos portugueses, e dos seus morreram cinquenta e o capitão-mór. (...)

Assim ficaram os naturais desterrados e os corsários senhores da cidade, onde estiveram de assento onze dias, nos quais carregaram as naus de quanta riqueza havia na ilha, (...)" [Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, pp.328-333]

opções políticas das coroas europeias.

Cedo os franceses começaram a infestar os mares da Madeira (1550, 1566) seguidos, depois, por ingleses e holandeses. A partir da união peninsular sucederam-se inúmeros assaltos franceses à Madeira, no que contaram com a pronta resposta de Tristão Vaz da Veiga.

A presença de corsários nos mares insulares deve-se à importância das ilhas na navegação atlântica e a cobiça das suas riquezas. Na segunda metade do século XVI o afrontamento entre as coroas peninsulares conduziu à presença dos castelhanos, enquanto os conflitos entre as famílias régias europeias atribuíram a legitimidade a estas iniciativas, fazendo-as passar de mero roubo a acção de represália: primeiro foi, desde 1517, o conflito entre Carlos V de Espanha e Francisco I de França, depois os problemas decorrentes da união ibérica a partir de 1580.

A segunda metade do século XVI foi marcada por inúmeros esforços da diplomacia europeia no sentido de conseguir a solução para as presas do corso. Portugal e França haviam acordado em 1548 a criação de dois tribunais de arbitragem, cuja função era anular as autorizações de represália e cartas de corso.

A sua existência não teve reflexos evidentes na acção dos corsários, pois foi precisamente em 1566 que ocorreu o mais importante assalto francês a um espaço português. Em Outubro Bertrand de Montluc ao comando de uma armada composta de três embarcações perpetrava um dos mais terríveis assaltos à vila Baleira e à cidade do Funchal. Acontecimento semelhante só o dos argelinos em 1616 no Porto Santo e Santa Maria, dos holandeses em S. Tomé.

O Funchal durante quinze dias ficou a mando de Montluc, que roubou os produtos agrícolas (vinho e açúcar), profanaram as igrejas (a Sé do Funchal), roubaram alfaias religiosas e aprisionaram muitos escravos. Parte da presa foi leiloada no momento da partida com os residentes, ou então vendida na ilha de La Palma, onde fizeram escala.

Do assalto ficaram alguns relatos e testemunhos presenciais, mas o mais pungente e pormenorizado é o de Gaspar Frutuoso, que no livro das *Saudades da Terra* dedicado à Madeira descreve de modo sucinto os acontecimentos e condena o descuido das suas gentes, pois a cidade estava *"mui rica de muitos açucares e vinhos, e os moradores prósperos, com muitas alfaias e ricos enxovais, muito pacífica e abastada, sem temor nem receio do mal que não cuidavam"*

O corso tomou outro rumo a partir da década de oitenta, sendo as diversas iniciativas uma forma de represália à união das coroas peninsulares, ficando expresso na intervenção de diversas armadas - Francis Drake (1581-85), Conde de Cumberland (1589), John Hawkins, Martin Forbisher, Thomas Howard,

Richard Greenville e o Conde Essex (1597), não se limitando apenas ao assalto às embarcações peninsulares de regresso à Europa carregadas de ouro, prata, açúcar e especiarias. Esta acção estendeu-se à terra firme à procura de um abastecimento de víveres e água ou do saque, como sucedeu em 1585 em Santiago (Cabo Verde), em 1587 na ilha das Flores e em 1595 no Porto Santo.

As mudanças no domínio político e económico dos séculos dezoito e dezanove não retiraram às ilhas a função de escala e espaço de disputa do mar oceano. A frequência de embarcações manteve-se associada a uma forte escalada do corso. Aos tradicionais corsários de França, Inglaterra, Holanda juntaram-se os americanos do norte e sul. As ilhas estiveram de novo sujeitas a uma conjuntura de instabilidade que prejudicou o comércio e segurança das populações. Entre 1763 a 1831 a Madeira e os Açores foram confrontadas com as ameaças e intervenção do corso europeu (franceses, ingleses e espanhóis) e americanos, salientando-se nos últimos a represália dos "Insurgentes" argentinos. Ambos os arquipélagos evidenciaram-se como a encruzilhada de intercepção do fogo da guerra de represália americana e europeia.

"Andava todo o mar coalhado de turcos e mouros com armadas de navios de alto bordo (...) e foram também dar na ilha de Porto Santo e cativaram 900 pessoas entre grandes e pequenos das quais eram 550 fêmeas e destas eram 300 donzelas moças e delas muito formosas."[*Memorial de Pero Roiz Soares*, Coimbra, 1953, 414]

"Os do Porto Santo tendo visto a armada a mesma sexta feira gastaram aquela noite toda em levar ao Pico as coisas necessárias para sua defesa.(...)recolhendo os nossos tudo o que podiam ao Pico grande, se lembraram mais dos móveis que dos mantimentos,(...)A 19 do mesmo cometeram logo os Mouros a terra com grande resistência dos nossos, que se recolheram a um modo de trincheiras que ao pé do Pico tinham levantado, onde foram combatidos e se defenderam de maneira que mataram cinquenta dos inimigos(...)com que ficaram dos nossos alguns feridos e só dois mortos(...) Finalmente satisfeito de todo o dinheiro que na terra havia, mandou o capitão desembarcar os soldados, e cativar as mulheres, homens e meninos(...)Assim estiveram na ilha até 26 de Agosto em que deram às velas tornando 16 embarcações(...)."[Manuel Severim de Faria, *Annaes de Portugal*, publ. Jorge V. Guerra, A ilha do Porto Santo e o Corso Argelino, in *Islenha*, 23, 1998, 179-208]

A defesa do arquipélago

A incessante investida de corsários no mar e em terra firme obrigou à definição de uma estratégia de defesa adequada. No mar optou-se pelo artilhamento das embarcações comerciais e criação de uma armada de defesa das naus em trânsito, que ficou conhecida como a armada das ilhas. Em terra foi necessário delinear um plano de defesa assente numa linha de fortificação costeira e num serviço de vigias e ordenanças.

O assalto francês de 1566 confirmou a ineficácia destas fortificações e a reivindicar uma maior atenção por parte das autoridades. Pelo regimento de 1572 foi estabelecido um plano de defesa executado por Mateus Fernandes, fortificador e mestre de obras, que resultou no reforço do recinto abaluartado da fortaleza velha, na construção de outra junto ao pelourinho e de um lanço de muralha entre ambas.

O plano de defesa completou-se no período da união peninsular com a construção da Fortaleza de Santiago (1614-1621), o consequente aumento do troço de muralha costeira, e do Castelo de S. Filipe do Pico (1582-1637).

A DEFESA DA ILHA

1493: primeira ordem para execução de obras de defesa da vila,

1513. João Cáceres nomeado para executar a obra da torre e baluarte, daqui resultou a primeira fase com a construção manuelina,

1523: segunda campanha de obras que se prolonga por 1540, que conduziu à consolidação do torreão e construção do baluarte e cubelo.

1572: terceira campanha e obras só concluída em 1640, construindo-se o baluarte e porta lateral, ficando a fortaleza com a estrutura que ainda hoje ostenta

1836: com a criação do Governo Civil o palácio é dividido entre a autoridade superior militar e civil.

A Madeira na rota das migrações

A valorização do Atlântico nos séculos XV e XVI resultou do traçado de rotas de navegação e comércio que ligavam o Velho Continente ao litoral atlântico. Esta multiplicidade de rotas resultou das complementaridades



Fortaleza do Pico

FORTIFICAÇÃO

1493. Primeiro regimento para a fortificação do Funchal
1494. D. João II ordena a construção de alguns baluartes
1513. Construção de um baluarte e muro de defesa da cidade
1572: Regimento para a fortificação da cidade e portos entre Funchal e Machico, dado a Mateus Fernandes
1613-1637: Fortaleza do Pico
1614-21: Fortaleza de São Tiago
1628: Forte de S. Filipe
1642: Fortaleza de Nossa Srª da Conceição do Ilhéu
1644: reduto do Pátio da Alfândega
1706: Forte de Nª Srª do Amparo(Machico)
1707: forte de S. Pedro no Funchal
1708: forte do Porto da Cruz, Forte de S. João Baptista(Machico)
1712: forte da Penha França
1749: forte de S. Francisco(Santa Cruz)
1754: forte de Santo António do Paul do Mar
1827: Forte do Porto Novo

económicas e das formas de exploração adoptadas. As mais importantes e duradouras de todas foram a da Índia e das Índias Ocidentais que atraíram as atenções dos monarcas, população europeia e insular, piratas e corsários.

O papel da Madeira na navegação atlântica resultou do facto de ter sido o início da presença portuguesa no Atlântico e o seu primeiro e mais proveitoso resultado. Gaspar Frutuoso testemunha este papel de âncora atlântica ao afirmar *"... que Deus pôs no mar oceano ocidental para escala, refúgio, colheita e remédio dos navegantes..."*

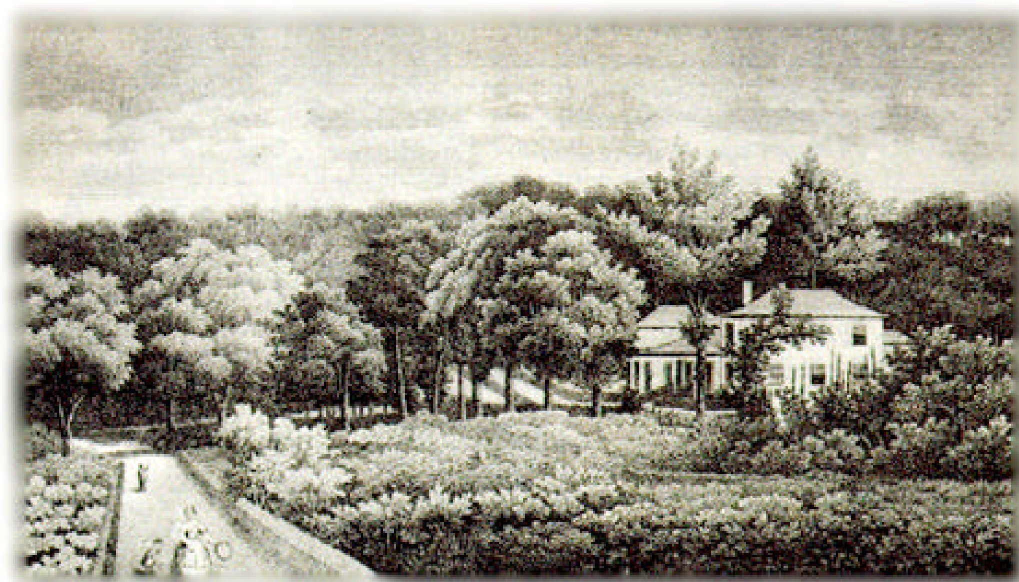
O protagonismo das ilhas não se ficou só pelos séculos XV e XVI, pois as navegações e explorações oceânicas nos séculos XVIII e XIX levaram-nas a assumir uma nova função para os Europeus. De primeiras terras descobertas passaram a campos de experimentação e a escalas retemperadoras da navegação na rota de ida e regresso. Finalmente, no século XVIII desvendou-se a nova vocação de campo de ensaio das técnicas de experimentação e observação directa, e escala das constantes expedições científicas dos europeus. O enciclopedismo e as classificações de Linneo (1735) tiveram nas ilhas um campo de experimentação.

A Madeira não se posiciona apenas nos anais da História Universal como a primeira área de ocupação portuguesa no atlântico, pioneira na cultura e divulgação do açúcar ao Novo Mundo.

A Madeira foi o viveiro de aclimatação nos dois sentidos. A Europa propiciou a transmigração da fauna e flora identificada com a sua tradição económica. O retorno dos espaços descobertos trouxe plantas e produtos exóticos que tiveram passagem pela ilha. A actual riqueza e variedade botânica do Funchal resulta desta condição.

As ilhas favoreciam o primeiro ensaio das técnicas de pesquisa a seguir noutras longínquas paragens e um meio revelador do conhecimento da geologia e botânica. Instituições seculares, como o *British Museum*, *Linean Society*, e *Kew Gardens*, enviaram especialistas a proceder à recolha das espécies, podendo-se referir John Byron, James Cook, Humbolt, John Forster.

James Cook escalou a Madeira por duas vezes (1768 e 1772), numa réplica da viagem de circum-navegação com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam foram até ao interior da ilha à busca das raridades botânicas para proceder à sua classificação e revelação posterior à comunidade científica. Na literatura científica dos séculos XVIII e XIX são abundantes e frequentes as referências às ilhas.



Quinta do Palheiro Ferreiro. Gravura do séc. XIX

AS QUINTAS MADEIRENSES

As quintas madeirenses são um dos traços mais peculiares da dinâmica sócio-económico e urbanística da cidade. A elas estão associados momentos inolvidáveis da nossa História. Foram palco de importantes acontecimentos e decisões políticas, acolheram ilustres visitantes, enriqueceram a cidade de flores e plantas exóticas e recriaram os hábitos da convivência aristocrática inglesa. Podem, por isso mesmo, ser consideradas a principal sala de visitas da ilha.

Estes espaços subdividem-se em área agrícola, casas de moradia, jardins e, por vezes, capela, cercados de muro, sendo a entrada franqueada por um grande portão de ferro.

As fortunas acumuladas com o seu comércio foram usadas pelos britânicos na compra das tradicionais vivendas vinculadas, abandonadas pelos morgados. Foi o inglês quem recheou as quintas com um riquíssimo mobiliário, rodeou-as de parques, jardins, lagos e riachos.

Na área do Funchal, encontrava-se o maior número de quintas, com especial relevo para o Monte e Camacha.

Sobressaem as actuais Quinta Vigia e Quinta do Palheiro. A primeira integrava-se num conjunto de quintas geminadas sobranceiras ao mar (Quintas das Angústias, Vigia, Pavão e Bianchi) e foi morada d e alguma aristocracia europeia: Rainha Adelaide de Inglaterra (1847-1848), Duque Leuchtenberg (1849-1850), Imperatriz do Brasil, D. Amélia (1852).

A última foi construída pelo primeiro Conde de Carvalhal, que preservou e enriqueceu os arvoredos. O seu recinto serviu de palco para as grandes recepções. Destes destacam-se: em 1817 a Imperatriz Leopoldina do Brasil, em 1858 o infante D. Luís e em 1901 o rei D. Carlos e Rainha D. Amélia.



Quinta do Palheiro Ferreiro na actualidade



Quinta Vigia. Gravura de 1861

A presença da comunidade científica europeia, inglesa, francesa ou alemã, despertou a atenção de muitos madeirenses e das autoridades. Em 1850 José Silvestre Ribeiro, governador civil da Madeira, avançou com um plano de criação do Gabinete de História Natural, a partir da exposição inaugurada a 4 de Abril no Palácio de S. Lourenço. A 23 de Setembro surgiu a proposta de Frederico Welwistsch para a criação de um jardim de aclimatação no Funchal. A Madeira cumpriria o papel de ligação das colónias aos jardins de Lisboa, Coimbra e Porto. O Padre e cientista Ernesto João Schmitz, professor do seminário diocesano, criou em 1882 o *Museu de História Natural*, que hoje se encontra integrado no Jardim botânico.

Em qualquer dos momentos as ilhas cumpriram a função de ligação quanto à adaptação da flora colonial ao continente europeu. Os jardins de aclimatação foram a moda do momento e entre nós tiveram por palco as quintas. As do Palheiro Ferreiro e Magnólia foram identificadas como jardins botânicos. Para o visitante eram viveiros de plantas, hospital para procura da cura para a tísica pulmonar ou de repouso para os demais visitantes ou turistas. O deslumbramento da ilha acompanhou o interesse científico de modo que estas impressões convivem lado a lado nas inúmeras publicações que o testemunham no século XIX.

São várias as vozes que se ergueram em favor da criação de um jardim botânico na Madeira, mas só no século vinte este foi um realidade. Em 1936 refere-se uma tentativa frustrada de criação de um *Jardim Zoológico e de Aclimatação* nas Quintas Bianchi, Pavão e Vigia, que contava com o apoio do *Zoo de Hamburgo*. Em 1946 António de Sousa da Câmara recomendava a criação de um jardim colonial, mas só em 1960 a Junta Geral criou o tão desejado Jardim Botânico.

O turismo e a redescoberta da natureza

A segunda metade do século XVIII trouxe a revelação da Madeira como estância para o turismo terapêutico, pelas qualidades profiláticas atribuídas ao clima na cura da tuberculose. A ilha permaneceu por muito tempo como local de acolhimento de doentes. Funchal foi considerado a primeira e principal estância de cura e convalescença da Europa. Agustina Bessa Luís diz-nos que foram os enfermos que fizeram a fama da ilha. A tísica propiciou, ao longo do século XIX, o convívio com poetas, escritores, políticos e aristocratas. A presença assídua destes doentes provocou a necessidade de criação de infra-estruturas de apoio, como sanatórios, hospedagens e agentes. Foi a partir daqui que se estabeleceram as primeiras infra-estruturas hoteleiras que fizeram com que o turismo passasse a ser uma actividade organizada e relevante para a economia da ilha.



James Cook. Navegador inglês



Pe. Ernesto Schmitz, fundador do Museu de História Natural do Seminário e um dos impulsionadores dos estudo das Ciências da Natureza



Aspecto do Jardim Botânico, criado em 1960

"Havia muita gente mais disponível para as diversões, se bem que Lopo dissesse que os tuberculosos eram mais alegres . No fundo, quem fez a fama da Madeira foram os enfermos até os mais perdidos de esperança e os incuráveis. Pessoas deliciosas, em geral cultas e que tinham particular inclinação para novidades e coisas pagãs: para a ciência, o amor e boa mesa. Também gostavam de música.(...) Alguns morriam na ilha, serenamente, (...)."[Agustina Bessa Luís, *A Corte do Norte*, Lisboa, 1987]

"(...)no fim do século passado já começavam a ir alguns doentes de propósito a procurar o clima da Madeira para ali se demorarem ou para ali passarem o inverno". [Dr. F. A Barral, *Notícia sobre o Clima do Funchal e a sua influência no tratamento da Tísica Pulmonar*, Lisboa, 1854]



Hospício da princesa D. Maria Amélia

A princesa D. Maria Amélia, filha do imperador D. Pedro IV do Brasil foi uma das muitas doentes de tísica pulmonar que, entre 1852 e 1853, procuraram os ares benfazejos da ilha para a sua cura. Mas de pouco serviu esta estância, acabando por falecer na ilha.

A mãe, a imperatriz D. Amélia, decidiu por isso criar em 1853, em sua memória, um hospício para a assistência aos tuberculosos, que a partir de 1862 contou com o actual edifício.

Desde 1876 a sua administração passou para o encargo da coroa da Escandinávia, por declaração expressa no testamento do rei Óscar II.



Sissi, ou a Imperatriz Elisabeth da Áustria-Hungria (1837-1898).

Casou com o Imperador Francisco José em 1854. Teve um fim trágico, morrendo na cidade de Genebra apunhalada pelo anarquista italiano Luigi Luchini em 1898.

A ilha serviu-lhe de refúgio para esquecer as dificuldades do relacionamento matrimonial e de busca da cura para os seus problemas de saúde. A presença está documentada por duas vezes na ilha, em 1860-61 e 1893-1894, escolhendo a Quinta Vigia, no actual espaço do Casino Park hotel, para sua residência.

A Madeira foi desde o século dezoito no turismo terapêutico, sendo estância de cura e convalescença da Europa. No período de 1834 a 1852 a média anual de doentes oscilava entre os 300 e 400, na maioria ingleses. Este movimento de estrangeiros à procura de saúde condicionou a construção, em 1859, um dos primeiros Sanatórios em Portugal.

A ilha recebeu visitantes ilustres que buscavam o alívio necessário para as enfermidades. De entre estes temos notícia de dois escritores portugueses, Júlio Dinis e António Nobre, do príncipe Alexandre dos Países Baixos, em 1848, da princesa D. Amélia do Brasil. Estes podem ser divididos em quatro grupos distintos: doentes, viajantes, turistas e cientistas. Os primeiros fugiam ao Inverno europeu e encontravam na temperatura amena o alívio das maleitas. Os segundos eram atraídos pelo gosto de aventura, busca de novas emoções, do pitoresco, do conhecimento e descobrimento dos infindáveis segredos do mundo natural.

O viajante diferencia-se do turista pelo aparato e intenções que o perseguem. É um andarilho que percorre todos os recantos na ânsia de descobrir os aspectos mais característicos. Na bagagem constava sempre um caderno de notas e lápis. A escrita e desenho registam as impressões. Daqui resultou a prolixa literatura de viagens, que se tornou numa fonte fundamental para o conhecimento da sociedade oitocentista da ilha.

O turista ao invés é pouco andarilho e egoísta, preferindo a bonomia das quintas, guardando para si todas as impressões da viagem.

Para Bulhão Pato os numerosos visitantes da ilha na década de cinquenta do século XIX pertenciam à aristocracia do dinheiro e do sangue. A família dos Habsburgos era assídua nas épocas invernosas. A lista de aristocratas, príncipes, princesas e monarcas parece ser infinda. Entre todos fica o registo da imperatriz Elisabeth, conhecida por Sissi, e do imperador Carlos da Áustria.

A hospitalidade madeirense é frequentemente realçada devendo-lhe muito a fama do turismo. Henrique Galvão em *Outras Terras e Outras Gentes* é quem melhor testemunha esta atitude em 1941: "*A hospitalidade dos madeirenses é a expressão dum sentimento e a força dum hábito. É uma manifestação de cortesia, cada vez mais rara em todo o mundo, e é também um prazer dos habitantes*".

A presença frequente de forasteiros conduziu ao aparecimento dos primeiros hotéis. William Reid, que se fixou na ilha em1844, foi um dos primeiros a dedicar-se a esta actividade, conjuntamente com W. Wilkinson. Começaram com intermediários entre os proprietários de casas ou quintas e os forasteiros e só depois foram proprietários de unidades hoteleiras.

A família Reid's começou com The Royal Edimburgh Hotel, mas em 1850 era já detentora de três hotéis - Santa Clara, Carmo Hotel, Reid's New Hotels. Os filhos de W. Reid, Alfred e William, deram continuidade à obra do pai, tendo mesmo, em 1891, escrito um guia para a Madeira. O Reids Hotel é na actualidade a mais antiga unidade hoteleira madeirense e de todo o espaço atlântico, destacando-se como um marco na História do turismo. Ali se alojaram personalidades ilustres, como *W. Churchill, B. Shaw, G. Marconi*.



Reid's Hotel. [Museu de Photographia Vicentes]

Em finais da década de quarenta do século XIX, Silvestre Ribeiro, governador civil, lançou as bases para a criação de um conjunto de infra-estruturas de apoio no interior da ilha, com as chamadas casas de abrigo. E a partir de 1887 comprova-se a existência de uma rede adequada de estalagens fora do Funchal. O visitante passou a dispor de locais de acolhimento em Boaventura, S. Vicente, Seixal, Rabaçal, Santana e Santa Cruz.

As quintas, nomeadamente na área de Santa Luzia e Monte, continuaram a acolher inúmeros visitantes, não obstante o aparecimento de novas *infra-estruturas hoteleiras, a* partir da década de trinta. O mais significativo investimento neste campo foi dos alemães que em 1903, através do príncipe Frederik Charles de Hohenlohe Oehringen, constituíram a Companhia dos Sanatórios da Madeira. Esta iniciativa que se enquadrava no plano expansionista daquele país mereceu forte oposição dos ingleses que forçaram as autoridades portuguesas a não permitir o avanço de tal plano. O imóvel inacabado foi depois adaptado para o hospital dos Marmeleiros.



Mary Jane Wilson. Farmacêutica e enfermeira, chegou à Madeira, em 1881 acompanhando uma doente que aqui procurava a cura para os seus males.

A cidade foi obrigada a preparar-se para receber estes hóspedes. As autoridades apostaram num conjunto de melhoramentos no Funchal para usufruto dos forasteiros. Foi o governador José Silvestre Ribeiro quem, a partir de 1848, deu início a este plano de transformação, através da iluminação e limpeza das ruas e o início de um plano de vias rodoviárias e de novos meios de locomoção para uso dos visitantes.

O eixo Monte-Funchal tornou-se rapidamente na principal área de atracção para os visitantes. Neste sentido a Junta Governativa ordenou em 1802 o melhoramento do caminho do Monte, que desde 1846 ganhou o atractivo dos carros de cesto.



Comboio e carro de cestos no Monte.
Museu de Photographia Vicentes

No sentido de facilitar o acesso ao Monte a esta inolvidável descida em carro de cestos foi necessário estabelecer uma rede de transportes. Assim desde 1887 iniciaram-se os estudos para a construção de um elevador, ou caminho de ferro, entre o Funchal e o Monte, que só ficou funcional até ao Terreiro da Luta em 1912. A ligação entre o cais e o caminho de ferro fazia-se através do carro americano implantado em 1896. A partir de 1904 começou a circular na cidade,



Caminho de Ferro do Monte
Museu de Photographia Vicentes



O primeiro automóvel no Funchal em 21 de Janeiro de 1904, propriedade do inglês Harvey Foster.[Museu de Photographia Vicentes]



Edifício actual da Escola de Hotelaria e Turismo, criada em 1967 com o nome de Basto Machado, um dos primeiros promotores do turismo.

o automóvel, o primeiro concorrente a estes meios que rapidamente acabou por se impor. Em 1943 a crise do turismo e total afirmação do automóvel acabou por destronar a hegemonia do comboio que foi desmantelado e vendido em 1943 em hasta pública para a sucata.

O turismo actual deu os primeiros passos no período após a Segunda Guerra Mundial. A guerra fizera parar o movimento de turistas obrigando os hotéis a encerrar portas, mas o seu fim foi o prenúncio de uma nova era para o turismo madeirense. Em 1952 Ramon Honorato Rodrigues chamava a atenção das autoridades para a importância económica deste sector, uma vez que estava a *"desenvolver-se em todo o mundo o hábito ou o prazer de viajar."* A capacidade hoteleira da ilha resumia-se a 453 quartos e o número de turistas era de 9131, sendo 142.135 os que transitavam pelo porto do Funchal.

O turismo madeirense, mesmo depois da época da fase terapêutica, foi sempre definido pela época invernal, tendo como protagonistas os ingleses. Em 1941 Henrique Galvão lamentava-se da falta de portugueses na Madeira: *"E ainda hoje não compreendo que havendo já em Portugal tanta gente que viaja por prazer, haja tantos ingleses que vão à Madeira e tão poucos portugueses que a conheçam."*

A partir da década de sessenta o turismo foi eleito como o principal factor de desenvolvimento da Madeira. Em 1967 dispunha-se 2295 camas que subiram para 3832 em 1971. O salto significativo foi a partir de 1973, altura em que se atingiu as 8248 camas. E finalmente em 1982 alcançaram-se as 12.244 para no fim do século ultrapassar as vinte mil.

A construção do aeroporto nos anos sessenta abriu novas possibilidades ao desenvolvimento do turismo. O novo aeroporto, que ao longo dos últimos anos do século XX foi sendo melhorado até se transformar numa pista intercontinental, marcou a total mudança no turismo, provocada pela substituição dos vapores pelo avião.

A importância assumida pelo turismo na economia da ilha provocou mudanças ao nível institucional e o maior interesse e empenho das autoridades. Primeiro foi em 1930 o aparecimento da comissão de turismo que deu origem em 5 de Setembro de 1936 à delegação de Turismo da Madeira, depois, Secretaria Regional de Turismo. A mudança para a actual situação ocorreu em 1978 com a regionalização do sector, que marcou o início do actual surto turístico.

Para saber mais...

A Madeira, modelo referencial da expansão



Mapa de Cantino 1502: os madeirenses estiveram presentes nos quatro cantos do mundo português.

A Madeira foi a primeira experiência de ocupação em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais depois utilizados em larga escala, noutras ilhas e no litoral africano e americano.

O sistema institucional madeirense apresentava uma estrutura definida pelas capitanias. Foi a 8 de Maio de 1440 que o Infante D. Henrique lançou a base da nova estrutura ao conceder a Tristão Vaz a carta de capitão de Machico. A partir daqui ficou definido o sistema institucional que deu corpo ao governo português no Atlântico insular e brasileiro.

O mais significativo desta estrutura institucional resulta do facto da Madeira ter servido de modelo referencial para o delineamento no espaço atlântico. O monarca insistia, nas cartas de doação de capitanias posteriores, na fidelidade ao sistema traçado para a Madeira. Assim o comprovam idênticas cartas concedidas aos novos capitães das ilhas dos Açores e Cabo Verde. O mesmo acontecendo com a demais estrutura institucional que chegou também a S. Tomé e Brasil.

A primeira referência a esta situação surge em 2 de Março de 1450 na carta de doação da capitania da ilha Terceira a Jacome de Bruges. Nesta o infante D. Henrique refere quanto a jurisdição e direitos se faça ”assim como nas ditas ilhas da Madeira e Porto Santo(...)”.

Em 1462 na carta de doação a João Vogado das ilhas Capraria e Lovo, D.Afonso V ordenava que os povoadores “tenham todos os privilégios, liberdades, franquias (...) concedidos e outorgados aos vizinhos e moradores da ilha da Madeira (...) fazendo certo dos privilégios da dita ilha da Madeira por publica escritura”.

Na carta de doação de 17 de Fevereiro de 1474 a Antão Martins a fundamentação era a mesma: ”tenha a capitania e governo da dita ilha, como o tem por mim João Gonçalves Zargo na ilha da Madeira na parte do Funchal e Tristão na parte de Machico e Perestrelo no Porto Santo meus cavaleiros”.

Além disso toda a estrutura judicial, concelhia e da fazenda foi igualmente transplantada, adaptando-se às condições geográficas e económicas do arquipélago açoriano. Em finais do século XV o monarca, ao conceder o foral do almoxarifado da ilha Terceira, recomendava ao almoxarife, Fernão Vaz (1488-1499) o seguinte: “Primeiramente levareis o foral da minha ilha da Madeira e por ele arrecadareis muito bem todos meus direitos na dita ilha,(...) porque a povoação de todas as minhas lhas foi depois de se começar a *povoar* a dita ilha da Madeira e aqueles mesmos privilégios hão-de ser em aquelas mesmas.."

Terá sido no seguimento destas recomendações da coroa que, em 30 de Julho de 1526, o contador das ilhas dos Açores recebeu uma cópia do foral das alfândegas da Madeira de 4 de Outubro de 1499 e, em 18 de Agosto de 1558, o escrivão da fazenda de Ponta Delgada, Cristóvão Cordeiro, recebeu, a seu pedido, o foral novo da capitania do Funchal .

Os castelhanos viram na ilha a resposta para as dificuldades da sua acção institucional nas pequenas ilhas do Atlântico, como se depreende do desejo manifestado em 1518 pelas autoridades das Antilhas em resolver a difícil situação das ilhas de Curaçau, Aruba e La Margarita com o recurso ao modelo madeirense de povoamento. Isto prova, mais uma vez, a presença da Madeira como modelo da expansão europeia e demonstra o interesse que ela assumiu para a Europa.

João de Melo da Câmara, irmão do capitão da ilha de S. Miguel, resumia em 1532 de uma forma perspicaz o protagonismo madeirense no espaço atlântico. A sua família era portadora de uma longa e vasta experiência *"porque a ilha da Madeira meu bisavô a povoou, e meu avô a de São Miguel, e meu tio a de São Tomé, e com muito trabalho, e todas do feito que vê..."*. Isso dava-lhe o alento necessário e abria-lhe perspectivas para uma sua iniciativa no Brasil. Ele reclamava a ligação ao ancestral, Rui Gonçalves da Câmara, que em 1474 comprara a ilha de S. Miguel, dando início ao povoamento.

Em 1952 Gilberto Freire não hesita em afirmar: *“A irmã mais velha do Brasil é o que foi verdadeiramente a Madeira. E irmã que se estremou em termos de mãe para com a terra bárbara que as artes dos seus homens,...concorreram para transformar rápida e solidamente em nova Lusitânia”.*

A Madeira foi também o ponto de partida para a transformação social. Na verdade tudo aquilo concretizado em termos do mundo atlântico português teve por matriz o sucedido na Madeira. A Madeira foi ao nível social, político e económico, o ponto de partida para o “mundo que o português criou...” .

Colombo na Madeira





Casa de Colombo no Porto Santo

Desde os primórdios do século XIV que as principais casas genovesas - Spínola, Doria, Lomellini, Grimaldi e Cattaneo - tinham familiares residentes em Lisboa, coordenavam as tarefas comerciais com o exterior, nomeadamente o apoio às rotas de ligação entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, por via marítima.

A intervenção da comunidade genovesa de Lisboa e o permanente apelo, resultado do incremento do açúcar madeirense e do desenrolar do processo de descobrimento do litoral africano, tornava inevitável que um homem como Colombo, desde os 14 anos apaixonado pelo mar, correspondesse ao apelo.

A presença de Colombo na Madeira, no período de 1478 a 1485, não pode alhear-se da familiaridade da comunidade genovesa na ilha. O objectivo era conduzir às mãos de Ludovico Centurione 2.400 arrobas de açúcar. O pedido fora feito em Lisboa por Paolo di Negro, representante da firma em causa.

Regressado a Lisboa conheceu Filipa Moniz. O encontro deu-se no Mosteiro de Santos em Lisboa, onde estava recolhida. O casamento teve lugar em data e local que desconhecemos. Os biógrafos falam de Lisboa, O importante é que o enlace ocorreu, favoreceu o posicionamento de Colombo na sociedade madeirense e possibilitou-lhe o convívio com os marinheiros solitários da gesta descobridora do Novo Mundo Ocidental.

A ilha da Madeira propiciou-lhe uma escola de aprendizagem do novo mar oceano. Foi a partir da vivência marítima atlântica que ele penetrou nos segredos insondáveis dos marinheiros que demandavam o Atlântico Ocidental. O Funchal era um dos principais centros de divergência das rotas descobridoras das plagas africanas e ocidentais.

Madeirenses e açorianos viveram, desde meados do século XV, nesta obsessão. As cartas antecipadas daquilo que pensavam vir a descobrir assim o testemunham. O Ocidente exerceu sobre os ilhéus um fascínio especial, acalentado, ademais, pelas lendas recuperadas da tradição medieval. No extenso rol de aventureiros anónimos que deram a vida por esta descoberta, saão de referir os madeirenses Diogo de Teive, João Afonso do Estreito, Afonso Domingues do Arco, entre muitos. Alguns foram convivas e confidentes de Cristóvão Colombo.

A permanência do navegador no Porto Santo e, depois, na Madeira possibilitou-lhe um conhecimento das técnicas de navegação usadas pelos portugueses e abriu-lhe as portas aos segredos, guardados na memória dos marinheiros, sobre a existência de terras a Ocidente. Com estes e demais dados que reuniu junto dos marinheiros madeirenses ganhou forma o projecto de navegar para Ocidente, desafiando o rumo tomado pelos portugueses.

Refira-se, ainda, que o seu cunhado Pedro Correia, capitão da ilha Graciosa (Açores) dava conta de outras notícias das terras açoreanas, sem esquecer os estranhos despojos que apareciam com assiduidade nas praias da ilha do Porto Santo, como a tão celebrizada castanha de Colombo. Por isso o navegador saiu do arquipélago com a firme certeza de que algo de novo poderia encontrar a Ocidente, capaz de justificar a sua viagem.

A gratidão do navegador para com os madeirenses fê-lo retornar ao arquipélago em 1498, no decurso da terceira viagem. Aqui teve oportunidade de relatar, aos que com ele acalentaram a ideia da existência de terras a Ocidente, o que encontrara de novo.

O convívio com as gentes do Porto Santo foi cordial pois em Junho de 1498, aquando da terceira viagem, não resistiu à tentação de escalar a vila. A sua aproximação foi considerada mau presságio pois os porto-santenses pensavam estar perante mais uma armada de corsários. Desfeito o equívoco, o navegador foi recebido pelos naturais da terra seguindo depois para a Madeira.

A 10 de Junho de 1498 a chegada ao Funchal foi apoteoticamente saudada, como nos refere frei Bartolomé de Las Casas, o que prova mais uma vez, a familiaridade com estas gentes. O cronista remata da seguinte forma o ambiente de festa que o envolveu: "lhe fizeram uma boa recepção e muita festa por ser ali muito conhecido, foi vizinho dela algum tempo".

Só a partir das comemorações do quarto centenário do descobrimento da América, se começou a ser valorizada pela ligação da Madeira ao feito colombino. Na exposição Universal de Chicago de 1893 a parte referente à evocação da passagem do navegador pela Madeira mereceu algum destaque. Para isso contribuiu o empenho de John F. Healy, cônsul americano na ilha, e José Leite Monteiro, ilustre professor e advogado.

Foi o último quem em Fevereiro de 1877, aquando da demolição, recolheu parte dos destroços da casa de João Esmeraldo, que depois vendeu à família Hinton.

No Porto Santo é também referido pela tradição uma outra casa como mais um testemunho da passagem do navegador pela ilha. Aí teria pernoitado o navegador na casa dos sogros e, para muitos, aí nasceu o único filho legítimo do casal, Diogo Colombo. Deste edifício restam alguns vestígios que agora albergam um museu.

O portosantense Diogo Colombo

Diogo Colombo é o filho varão de Cistóvão Colombo, fruto do seu enlace com Filipa de Moniz, filha do capitão do donatário da ilha do Porto Santo. De acordo com Frei Bartolomé de Las Casas, que escreve com base nas declarações que lhe prestou o próprio Diogo em 1519, nasceu no Porto Santo em data aproximada a 1482, outros há que apontam a Madeira.

Diogo, ainda criança, acompanhou o pai na primeira viagem a Castela, a Huelva, que o deixou à guarda da cunhada Violante Moniz. Já crescido com cerca de seis anos, acompanhou as prolongadas negociações do pai com os reis católicos. Em 1492, com dez anos, não estava ainda capaz de acompanhar de perto o sonho do pai e por isso ficou em Cordova à guarda de Martyn Sanchez. No ano seguinte apenas teve permissão para presenciar a partida da segunda expedição de Cádis, mantendo-se como pagem da corte do príncipe João, nunca acompanhando o pai, como fez o seu irmão Fernando em 1502, nas suas viagens ao Caribe.

Por testamento foram-lhe legados todos os cargos e privilégios que as capitulações de Santa Fé (17 de Abril de 1492) haviam atribuído a seu pai. O casamento com Maria de Toledo, filha de D. Fradique de Toledo, duque de Alba e muito próximo do monarca, permitiu que em 29 de Outubro de 1508 fosse nomeado governador das Índias. O título de Vice-rei só o conseguiu com Carlos V em 1519. Deste enlace nasceram quatro filhas e três filhos, que se juntaram outros dois fruto de relações antes do casamento.

Restituídos os poderes e títulos era necessário tomar posse do Caribe e fazê-lo colonizar. Assim sucedeu em 3 de Abril de 1509, saindo Diogo de San Lucar de Barrameda, com uma imponente frota, rumo às Índias.

Morreu a 24 de Fevereiro de 1523 sem que se lhe tivesse feito justiça e os seus descendentes não mais recuperaram os títulos atribuídos em Santa Fé, ficando apenas de posse do de almirante.

Diogo Colombo deu continuidade ao projecto de colonização do Caribe, através de uma política de fixação de casais e de vinculação dos índios às explorações agrícolas. O maior destaque vai para a cultura da cana-de-açúcar que teve em Cuba, São Domingos e Jamaica terreno ideal para medrar. As primeiras socas de canas foram plantadas na Hispaníola em 1493, mas foi em 1514, com o bacharel Gonçalo Velosa, casado com a madeirense Luísa de Betencourt, que começou o fabrico de açúcar.

CASA MUSEU CRISTÓVÃO COLOMBO



O museu foi inaugurado em 1988 na casa que segundo a tradição terá pertencido aos familiares da mulher de Cristóvão Colombo, Filipa de Moniz. Aí terá vivido Cristóvão Colombo na década de oitenta do século XV e também nascido, segundo Bartolomé de las Casas, o único filho deste enlace, Diogo Colombo.

A memória da passagem do navegador pela ilha está expressa neste espaço museológico que apresenta retratos e gravuras alusivos, bem como réplicas das embarcações. No rés-do-chão temos uma cova, conhecida como matamorra. Estas seram construções feitas pelos portossantenses no solo das casas para guarda dos cereais e dos haveres em momentos de assalto de piratas.

LOCALIZAÇÃO: Trav. da Sacristia, 4, Porto Santo

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA

ACTAS do III Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal, CEHA, 1992 [Colóquio dedicado ao tema: Colombo e a Madeira].

AGOSTINHO, Tenente-Coronel José, "Diogo de Teive. Novas luzes sobre a data da sua viagem aos mares do Ocidente", 1952, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. II, nº.10, pp. 1-4.
- "Diogo de Teive", 1953, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. III, Nº 15, pp.1-4

AGUIAR, Luísa filipa, "Os Carros do Monte", in *Islenha*, 18, 1996, 39-48.

AMORIM, Guedes de, *Mary Jane Wilson, a Irmã de S. Francisco*, Braga, Editorial Franciscana, 1975.

ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*, Funchal, DRAC, 1979.

ARAUJO, Maria Benedita, "Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores e o Municiamento das Armadas nos séculos XVI e XVII", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp. 659-666.

ARRIMAR, Jorge de Abreu, *Os Bettencourt da ilha da Madeira ao Planalto do Huíla*, Macau, ed. De Autor, 1997.

BONNET, B.: "La Expedición del Marquês de Lanzarote a la Isla de la Madera", in *El Museo Canario*, 1949, X, pp.59-68.
- "Sobre la Expedición del Conde Marquês de Lanzarote a la Isla de la Madera", in *Revista de História de la Universidad de La Laguna*, 1956, nº.115-116, pp.33-44.

BRAGA, Paulo Drumond, "Da protecção aos desfavorecidos na Madeira no tempo de D. João II e D. Manuel cativos e órfãos", *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 74-80.
- "O ataque à ilha da Madeira em 1566", *Islenha*, 1994, Nº 14, pp. 81-90.

BRITO, Raquel Soeiro de "A importância da Ilha da Madeira no início da expansão Ibérica e a sua evolução recente", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 64.

CARDOSO, Agostinho, *A Madeira e o Turismo Nacional*, Funchal, JGDAF, 1964.

CARITA, Rui, *Introdução à Arquitectura Militar da Madeira. A Fortaleza-Palácio de S. Lourenço*, Funchal, DRAC, 1981.
- *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião e a Carta de Bartolomeu João, 1654*, Funchal, SRE, 1984.
- *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV e XVII*, Vol. I, Funchal, DRAC, 1998.
- "Cristóvão Colombo: inconografia de um mito", in III *Colóquio Internacional de História da Madeira*,pp.191-198.
- *Islenha*, vol. V (1989) [número especial dedicado a Colombo].
-(e José Castilho), "O Saque inglês de 1585 ao Porto Santo"!, in *Islenha*, N.º.16, 1995, pp. 83-87.

COSTA, José Pereira da, "O arquipélago da Madeira no tempo de Colombo", III *Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp. 17-36.

DELGADO, Maria Rosalina Pinto da Ponte, "Madeira Base de Ensaio de um processo secular", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp. 213-220.

FARINHA, António Dias, "A Madeira e o norte de África nos séculos XV e XVI", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 360.

FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de Uma Vida – Mary Jane Wilson*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.
- *Nos Caminhos das Irmã Wilson*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1999.

GOMES, Alberto F., "O Caminho de Ferro Americano", 1960, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. V, Nº 30, pp.30-32.
- "Documentos inéditos sobre o exílio de Carlos de Habsburgo na Madeira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1962, Vol. VI, Nº 32, pp..22-31.
- (e José Castilho), "O Saque inglês de 1595 ao Porto Santo", *Islenha*, 1995, Nº.16, 83-87.

GOMES, Dr. Álvaro Reis, "A ilha da Madeira vista por grandes nomes das letras Nacionais e estrangeiras", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, 196?, Nº 38, pp..27-30.

GONÇALVES, Dr. Ernesto Diogo de Teive, *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 5, pp. 1-6.

- "Diogo Teive - Para o conhecimento dum percursor de Colombo", *Das Artes e da História da Madeira*, 1952, Vol. II, Nº 10, pp. 4-8.
- "Para o conhecimento dum percursor de Colombo", *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 15, pp. 5-8.
- "João Afonso do Estreito", *Das Artes e da História da Madeira*, 1953, Vol. III, Nº 17-18, pp. 4-8.
- "Os "Homens Bons" do concelho do Funchal em 1471", *Das Artes e da História da Madeira*, 1958, Vol. V, Nº 28, pp. 1-6.
- "Os madeirenses na Restauração de Portugal", *Das Artes e da História da Madeira*, 1965, Vol. VI, Nº 35, pp. 1-12.
- "João Afonso do Estreito", *Das Artes e da História da Madeira*, 1971, Nº 41, pp. 19-24.

GREENFIELD, Sidney M., "As Ilhas da Madeira e Cabo Verde: Rumo a uma sociologia comparativa de diferenciação colonial", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990, p. 547.
- "Madeira and the beginings of sugar cane cultivation and plantation slavery", in *Comparative Perspectives on New World Plantation Societies*, *New York Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 292, New York, 1977, pp. 236-252.
-"Plantations, sugar cane and slavery", in *Roots and Branches Current Directions in Slave Studies*, New York, 1979.

GUEDES, Max Justo, "As Ilhas Atlânticas e sua contribuição à restauração do nordeste brasileiro", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*. 1990 p. 565.

GUERRA, Jorge Valdemar, "O saque dos Argelinos à Ilha do Porto Santo em 1617", *Islenha*, 1991, Nº 8, pp. 57-78
- "A Ilha do Porto Santo e o Corso Argelino no Atlântico", *Islenha*, 23, 1998, pp.179-208.

HERNANDEZ GUTIÉRREZ, "Sebastián, Brutalismo en Madeira: el caso de Casino Park Hotel (Viana de Lima-Niemeyer Arqs)", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 68-74.

KELLENBENZ, Hermann, "Relações comerciais da Madeira e dos Açores com Alemanha e Escandinávia", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 99.

LUXAN MELENDEZ, Santiago de, "Islas adyacentes (Madera y Azores) y plazas portuguesas del Norte de Africa, Canaria y la baja Andalucia ante la restauracion portuguesa", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 621.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de, *João Fernandes Vieira Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*, Lisboa, CEHA-CNDP, 2000.

MELLO, Mário, "Os Esponsais de João Fernandes Vieira", *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 6, pp. 27-29.

MENDONÇA, Dr. Leandro de, "A Colonização Madeirense no Sul de Angola", *Das Artes e da História da Madeira*, 1951, Vol. I, Nº 5, pp. 35-36.

NASCIMENTO, Cabral, *Gente das Ilhas nas Guerras da Restauração*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942 (sep. dos Anais, vol. VII).
- "A expedição de Bertrand de Montluc", in *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. VII, Funchal, 1949, pp.6-22.
- "Colonização do Brasil por Madeirenses", in *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. V, 1937.
- "João Fernandes Vieira e o Problema da sua biografia", *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. VIII, 1950.

PEREIRA, Eduardo, *Piratas e Corsários nas Ilhas Adjacentes*, Funchal, s.n., 1975.

PESTANA, António Jorge, "Organização militar no séc. XV", 1985, *Atlântico*, Nº 2, pp. 99-100.

RAMOS, Demétrio, "Madeira en la coyuntura del cambio dinastico de 1580, en coincidencia con los de su economia y poblamento", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*,, 1990, p. 428.
-"Madeira, como centro del espionaje espanol sobre las actividades britânicas, en el siglo XVIII", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 191.

RIBEIRO, Albino Pina, *Irmã Wilson – Vida – Testemunhos – Cartas*, Edição das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2.ª Edição, Março de 2000.

RIBEIRO, João Adriano, "A Cabotagem no Arquipélago da Madeira", *Islenha*, N.º 23, 1998, pp.147-166.

RODRIGUES, Paulo Miguel Fagundes de Freitas, "A Ilha da Madeira durante as Guerras Napoleónicas: A génese das ocupações britânicas de 1801 a 1807", *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999, pp. 105-159.

RUMEU DE ARMAS, A., "El Conde de Lanzarote, Capitán General de la Isla de la Madera (1582-1583)", in *Anuario de Estudios Atlânticos*, 1984, nº.30, pp. 393-492.

SARMENTO, Alberto Artur, *Um fidalgo Madeirense Empobrecido pede Transporte para o Brasil*, Funchal, tip. Comércio do Funchal, 1945.
- *A Madeira e as Praças de África. Dum Caderno de Apontamentos*, Funchal, Typ. Camões, 1932.
- *Ascendência, naturalidade e mudança de nome de João Fernandes Vieira*, Funchal, Off. Do Heraldo da Madeira, 1928.
- *Homenagem a João Fernandes Vieira, o Libertador de Pernambuco*, Funchal, Tip. Do Diário de Noticias, 1928.

SILVA, António Ribeiro Marques da, "Os inícios do turismo na Madeira e nas Canárias. O domínio inglês", II *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 pp. 469.

SILVA, Iolanda, *A Madeira e o Turismo . Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, DRAC, 1985.

SILVA, José Manuel Azevedo, "A Navegação e Comércio vistos do Funchal, nos finais do século XVII", III *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.553-382.

SILVEIRA, Enzo, *A Ilha da Madeira nos Destinos do Brasil e de Portugal*, Funchal, JGDAF, 1956.

SIMENS HERNANDEZ, L. "La Expedición a la Madera del Conde de Lanzarote desde la Perspectiva de las Fuentes Madeirenses", in *Anuario de Estudios Atlânticos*, 1979, nº.25, pp.289-305.

SOUSA, João José de, "Emigração madeirense nos séculos XV a XVII", *Atlântico*, 1985, Nº 1, pp.46-53.
- "Um madeirense nas Molucas", 1986, *Atlântico*, Nº 7, pp.174-183.
- "Corsários no Funchal", 1987, *Atlântico*, Nº 12, pp. 263-268.
- "Relação dos Excessos de D. António Herédia", *Islenha*, N.º 19, 1996, pp.29-34.

VELOZA, J. Ezequiel, "Hospital para tuberculosos no sítio da Casa Branca, S. Martinho", *Das Artes e da História da Madeira*, 1949, p. 341.

VERLINDEN, J. Charles, "A Madeira e a expansão Atlântica do século XV. Uma interpretação", *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1993, pp.221-228.

VIEIRA, Alberto, *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, CEHA, 1999.
- "Funchal no contexto das mudanças político-ideológicas do século XVIII. O Corso e a Guerra de represália como arma", in *As Sociedades Insulares no contexto das Interinfluências culturais do século XVIII*, Funchal, CEHA, 1994, pp.93-113.
"Colombo e a Madeira", *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993.
- *A Madeira na rota dos Descobrimentos e Expansão Atlântica*, Lisboa, 1987, separata nº 217 do C.E.H.C.A.
- "O Funchal na Guerra de Corso e Represália do Século XVIII", in *El Museo Canario*, Vol. LI, Las Palmas de Gran Canaria, 1996, pp. 211-223.
- "Colombo e a Madeira: tradição e história", *Islenha*, 1989, Nº 5, pp. 35-47.
- "Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX", *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999, pp.353-392.

VIEIRA, Dr. Elmano, "A Madeira nas estampas da primeira metade do século XIX", *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, Vol. I, Nº 2, pp. 28-30.

VILHENA, Maria da Conceição, "Estrangeiros na Madeira: Platon de Waxel, um russo apaixonado pela cultura portuguesa", *Islenha*, 1992, N.º 11, pp. 5-15.

WILHELM, Eberhard Axel, "O Concelho de Câmara de Lobos entre 1850 e 1910 visto por alguns germânicos", 1990, *Girão*, Nº 5, pp. 185-195.
- "Visitantes de língua alemã na Madeira (1815-1915)", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 48-67.
- "A Madeira entre 1850 e 1900 uma estância de tísicos germânicos", *Islenha*, 1993, Nº 13, pp. 116-121.
- "Hamburgueses falecidos na Madeira (1868-1896)", *Islenha*, 20, 1997, pp.64-68.
- *Visitantes e Escritos Germânicos na Madeira 1815-1915*, Funchal, DRAC, 1997.

2. INTERNET

BRASIL: o achamento e as ilhas [disponível na Internet via WWW, http://www.ceha-madeira.net/brasil/decob/decob.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

História, Ciência, Ecologia e Ambiente [disponível na Internet via WWW, http://www.madinfo.pt/organismos/ceha/ecologia/eco.htm] Arquivo capturado em 3 de Janeiro de 2001.

3. VIDEO

LUCAS, Carlos Brandão(realização), *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000.

4. MUSEUS.

- Casa Museu Cristóvão Colombo(Porto Santo)
- Casa-Museu Frederico de Freitas(Funchal)
- Museu-Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos(Funchal)
- Museu Municipal de História Natural(Funchal)
- Jardim Botânico(Funchal)

5. EDIFÍCIOS

- Palácio-Fortaleza de S. Lourenço
- Fortaleza de São Tiago
- Castelo do Pico
- Reid's Hotel
- Hospício da Princesa D. Maria Amélia
- Hospital dos Marmeleiros
- Quinta Vigia
- Quinta Magnólia
- Quinta do Palheiro Ferreiro

6. ESTÁTUAS E BUSTOS

- Sissi(Casino Park Hotel)
- Cristóvão Colombo(Funchal: Terreiro da Luta, Parque Santa Catarina; Porto Santo)
- João Fernandes Vieira(Jardim Municipal-Funchal)

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira-inventário*, Funchal, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, 1993.

PARTE 2

A LUTA E AFIRMAÇÃO DA AUTONOMIA



8 – O LIBERALISMO E A MADEIRA



9 – A MADEIRA E A 1.ª REPÚBLICA



10 – O ESTADO NOVO

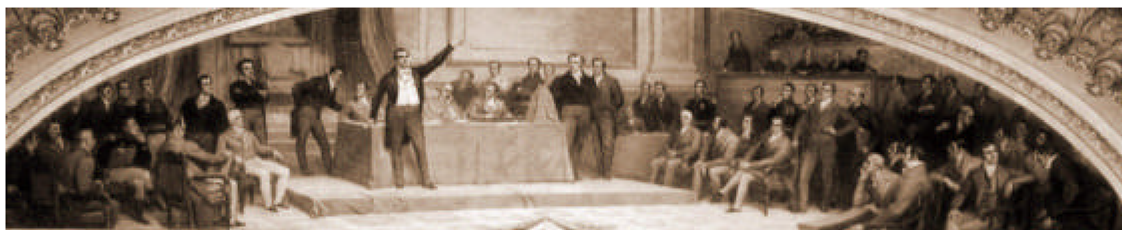


11 – AS REVOLTAS NA MADEIRA



12 – A REVOLUÇÃO DE ABRIL E A MADEIRA

8 – O LIBERALISMO E A MADEIRA



CONCEITOS	PERSONALIDADES
- Liberalismo - Absolutismo - Constituição - Carta constitucional - Maçonaria - Eleições - Deputado - Regeneração - Autonomia - Junta Geral	- Sebastião Xavier Botelho - Francisco de Paula Medina e Vasconcelos - Visconde de Atouguia - Luís Vicente de Afonseca - José Augusto Pereira

TEMAS

8.1 – A implantação do liberalismo na Madeira

- Os acontecimentos
- A aspiração da autonomia

8.2 – A reacção absolutista

8.3 – A regeneração

8.4 – A autonomia no último quartel do séc. XIX

- A reivindicação pela autonomia
- A autonomia administrativa

Para saber mais...

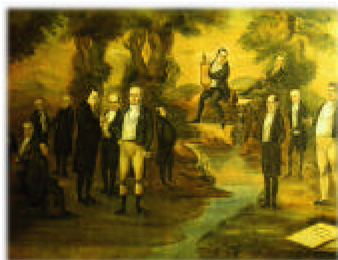
- Personalidades
- As eleições e os deputados
- Organizações e partidos políticos
- A imprensa e a Revolução Liberal – *O Patriota Funchalense*
- A liberdade da imprensa e a censura
- A cidade e a toponímia do Liberalismo

TEMAS EM DESTAQUE:

- *Maçonaria*
- *Deputados Madeirenses. 1821-22*
- *O Absolutismo e D. Miguel*
- *Proclamação: dos liberais/dos miguelistas*
- *A política do cacete*
- *Deportados Liberais*
- *Eleições e Eleitores*
- *Associação Comercial do Funchal e a crise de finais do século XIX*

CRONOLOGIA

ANOS	24/08/1820	28/01/1821	08/08/1826	17/11/1836	1882	07/05/1887	12/06/1901
ACONTECIMENTOS	Revolução Liberal aclamada no Porto	Proclamação do Liberalismo na Madeira	Juramento da Carta Constitucional na Madeira	Criação do Liceu do Funchal	A Madeira elege um deputado Republicano às Cortes	O deputado Manuel José Vieira defende, nas cortes, os interesses da Madeira	O estatuto da autonomia administrativa foi aplicado à Madeira



"O Instinto Magnetiza as Almas". Óleo de João José do Nascimento. Grupo de Maçons madeirenses

MAÇONARIA: a sua actividade está documentada na ilha a partir da década de setenta do século XVIII, altura em que foi movida a primeira perseguição contra a loja existente no Funchal.

A partir de 1789, a presença do francês Jean Orquiny deu origem a outra loja que contou com a adesão de destacadas figuras da nobreza e clero. A perseguição a esta loja foi movida em 1792 por iniciativa do bispo D. José da Costa Torres.

Assinale-se o impulso dado quer por franceses, quer por ingleses, residentes ou de passagem pela ilha. O cônsul inglês, Charles Murray, é referenciado como um dos membros da primeira loja fundada em 1767, extinta três anos depois.

O movimento teve um grande impulso nos primeiros anos do século XIX e foi participante activo na implantação do liberalismo na ilha. As alçadas da justiça de 1823 e 1828 retiraram-lhe protagonismo, que só viria a assumir no último quartel da centúria e durante a República.

"A maçonaria nesta ilha é antiga por duas razões: 1º porque sendo ela um amplo estabelecimento da Inglaterra, onde não parece politicamente crime, o grande número de ingleses, que de remotos tempos aqui têm vindo habitar e comerciar, consigo tem trazido o instinto desta associação. 2.º porque é muito usado nesta ilha os pais de família mandarem seus filhos a educarem e a viajar a Inglaterra.... É pois a maçonaria da ilha, de sua origem britânica e esta não parece tão perniciosa."[corregedor Manuel Soares Lobão, AHU, *Madeira e Porto Santo*, nº.7283, 9 de Dezembro de 1823, referenciado por A. SARMENTO, *Ensaios Históricos da Minha Terra*, vol. III, Funchal, 1952, pp.121-122.].

SEBASTIÃO XAVIER BOTELHO(1768-1840): Foi nomeado governador e capitão-general das ilhas da Madeira e Porto Santo, por carta régia de 2 de Junho de 1818, mas apenas tomou posse a 15 de Maio de 1819. Foi substituído por D. Rodrigo António de Melo, nomeado a 7 de Junho de 1821. A despedida da ilha a 2 de Julho de 1821 foi muito calorosa.

A sua posição face aos acontecimentos foi cautelosa, aguardando o beneplácito da coroa que se encontrava no Rio de Janeiro e apenas em Janeiro de 1821 aceitou o novo regime.

Ao ser exonerado das suas funções decidiu escrever um manifesto em sua defesa face às acusações de que foi alvo: *História Verdadeira dos Acontecimentos da ilha da Madeira depois do memorável dia 28 de Janeiro*(...).1821

A implantação do Liberalismo na Madeira

Os acontecimentos

As ideias liberais não eram desconhecidas dos madeirenses. A posição geográfica da ilha e o relacionamento constante com os Estados Unidos da América, a França e a Inglaterra fizeram com que a ilha não ficasse imune ao novo ideário político que pautou o mundo ocidental a partir do último quartel do século XVIII. Em 1793 foram divulgados dois folhetos anónimos, um contra o governador e outro em favor da Revolução Francesa, aqui considerada como a forma de libertar a ilha das peias da monarquia.

A maçonaria de origem inglesa vinha assumindo uma posição muito evidente na sociedade madeirense. Todavia, para as autoridades madeirenses, o maior perigo resultava dos maçons franceses que, segundo documento de 1793, "trabalham para propagarem entre nós as suas perniciosas e abomináveis doutrinas com que nos tem procurado fazer uma guerra mais funesta que a de nos atacarem com as armas na mão".

A Revolução Liberal trouxe até à Madeira os ideais da Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As invasões francesas, as guerras peninsulares, a deslocação do poder político para o Brasil, a conspiração de 1817 e a formação do Sinédrio em 1818, prepararam o terreno para a sua afirmação.

O lugar de relevo que este movimento assume na história contemporânea de Portugal resulta do facto de ter sido pela primeira vez que entre nós se definiram os conceitos de liberdade e cidadania. A cidadania afirma-se na prática política através do exercício do voto, do parlamentarismo e na expressão dos textos constitucionais.

Numa terra, como a Madeira, dominada pelo analfabetismo, estas preocupações políticas só faziam sentido no meio urbano e apenas para alguns sectores da sociedade madeirense. Para a maioria da população, a adesão ao novo movimento dependia da mobilização de líderes locais. As dificuldades com o comércio do vinho, o principal produto das exportações da ilha e garantia de sustento da maioria dos madeirenses, associados à força e opressão dos morgadios, fizeram com que o movimento fosse encarado para muitos como uma esperança messiânica, pois a mudança política poderia significar a solução dos problemas da sociedade madeirense.

A notícia da revolta liberal no Porto, a 24 de Agosto de 1820, foi conhecida na Madeira por via de um navio inglês, que aportou a 21 de Setembro. Passados quatro dias receberam-se, pelo bergantim português *Providência*, as proclamações oficiais impressas de 24 de Agosto e 17 de Setembro e apenas a 1 de Outubro chegou a correspondência oficial.

As hesitações do governador Sebastião Xavier Botelho, na aclamação do novo regime conduziram a que um grupo de liberais, ligados à maçonaria, procurasse reunir adeptos da causa liberal. Entre a notícia da revolta do Porto e a aclamação oficial viveu-se um momento de indefinição, aproveitado por estes para fazer circular de forma clandestina panfletos incitando os madeirenses a aderirem à nova causa. As manifestações públicas, nomeadamente as sessões da Casa da Ópera, foram usadas para dar vivas à Constituição, como sucedeu a 24 de Janeiro de 1821.

A proclamação oficial do liberalismo na Madeira só aconteceu a 28 de Janeiro de 1821, por imposição dos populares que irromperam no Palácio de S. Lourenço, obrigando o governador, Sebastião Xavier Botelho, a aderir à nova situação política.

A oposição ao movimento liberal na ilha foi liderada por alguns sectores do clero, nomeadamente por D. Joaquim de Menezes e Ataíde, que fora bispo do Funchal e estava nomeado para a diocese de Beja. Foi ele que esteve por detrás do incitamento à sublevação popular dos dias 1 e 2 de Fevereiro e quem comandou uma conjura, com o apoio de alguns franciscanos, no sentido de depor o governador. Mas este, ao corrente de tudo, aconselhou-o a sair da ilha, o que sucedeu a 23 de Fevereiro, procedendo-se à prisão de alguns dos seus apaniguados. Junta-se ainda a posição do padre João Crisóstomo Spínola de Macedo, suplente nas eleições para as Cortes Constituintes, que não se coibiu de em opúsculo considerar a constituição como uma *praga e peste*.

A Igreja, em princípio, não aceitou a nova situação e tão pouco os párocos deram atenção aos editais do governador que ordenavam que na pregação de domingo se fizesse ver ao povo as esperanças da Constituição política. Apenas o vigário da Ribeira Brava, Padre Januário Vicente Camacho, se manifestou favorável procedendo à aclamação da Constituição.

Se a adesão madeirense ao movimento em 1821 foi titubeante, o mesmo já não se poderá dizer ao sucedido no ano imediato, uma vez que a 28 de Janeiro festejou-se de forma solene o aniversário da Constituição, procedendo-se ao lançamento da primeira pedra de um monumento no terreiro da Sé, que passa a chamar-se Praça da Constituição.

Em todos os momentos os rituais comemorativos e monumentalistas servem para reafirmar a ideologia do poder instituído. A nova realidade política necessitava desesperadamente de símbolos e espaços que corporizassem o novo imaginário. A cultura, formação e afirmação liberal não dispensava também a liturgia das festas.

O novo regime político era considerado pelo jornal *Patriota Funchalense* como uma criança frágil que merecia todo o cuidado. Por outro lado a mudança e afirmação do novo

"Há quase um ano que aderimos à causa da Nação e onde está o único bem que esta Província tem recebido da reforma? (…) Então como seremos insensíveis às justas murmurações de cem mil concidadãos? [*Patriota Funchalense*, nº n.º 90, 15-5-22].



Praça da Constituição. Era conhecido como Passeio Público, mas foi assim chamado a partir de 1821 por aí terem decorrido as cerimónias de aclamação da Constituição liberal. Em 1823 os miguelistas puseram-lhe o nome de Praça Real e em 1911 ficou como Praça da República que em 1914 deu lugar à nova avenida com o nome do republicano Manuel de Arriaga, que foi deputado pela Madeira.

"O que deve dizer tantos aplausos e tantas festas pela constituição(...) e ao mesmo tempo tanta gente ainda aferrada na sua conduta ao sistema velho, sem que por forma alguma acabem de resolver-se a dar princípio à sua emenda e reforma(...)[*Patriota Funchalense*, nº78, 3 de Abril de 1822]

"... dever de cada um expor as suas ideias morais e políticas, que concorrem para o bem público(...) pois só com desbastadora lima se pode desenferrujar os eixos dos governos antigos [*Patriota Funchalense*, nº8, 28 de Julho de 1821]

"Este novo conceito radica-se na ideia de que o homem se regenera e que assume o seu papel de cidadão deixando de ser vassalo A minha voz é filha da opinião pública que todos devem respeitar"[*Patriota Funchalense* nº16].

"As Cortes Gerais extraordinárias e constituintes da nação portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma nação, e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heróica virtude de seus filhos; decretam a seguinte constituição política, a fim de segurar os direitos de cada um e o bem geral de todos os portugueses".(Constituição de 23 de Setembro de 1822, publ. Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas.1822-1826-1838-1911-1933-1976*, Lisboa, 1976, p.3)

regime não se fazia apenas com festas e manifestações, mas sim através de uma reforma profunda do sistema e das mentalidades. O debate de ideias foi uma das vias mais salutares para a criação da nova consciência política

A 31 de Janeiro de 1821 o coronel João de Carvalho Esmeraldo ofereceu-se para levar a Lisboa a notícia da adesão madeirense ao novo regime constitucional. Acompanhou-o João Agostinho de Albuquerque Figueiroa, deputado às Cortes. A 17 de Fevereiro esta deputação foi recebida nas Cortes, procedendo-se de imediato à divulgação desta notícia, por panfleto impresso, em todo o reino.

Os madeirenses que estiveram representados na primeira Assembleia Constituinte eleita para elaborar a Constituição política aprovada a 23 de Setembro de 1822, manifestaram prontamente a sua adesão, quando convidados a jurar o novo texto constitucional.

Aprovada a Constituição e aclamada em todo o país através de manifestações públicas, procedeu-se às eleições para as Cortes. A participação popular foi pouco entusiástica e o número de votantes restrito. Em S. Vicente compareceram apenas trinta eleitores e sessenta no Estreito da Calheta.

A população madeirense depositou grandes expectativas nesta representação, aguardando por medidas que solucionassem os problemas que a todos afligia. De facto as Cortes haviam manifestado todo o empenho e apoio na resolução das reivindicações da Madeira. Pelo que o governador recomendou às câmaras municipais que agendassem as principais reivindicações de que os deputados seriam portadores às Cortes no dia 17 de Abril de 1821, esperando-se que os males fossem prontamente remediados. O rol apresentado foi extenso e não se afastava de quanto o governador havia já reclamado antes da revolução.

DEPUTADOS MADEIRENSES ÀS CORTES-1821-22

Maurício José de Castelo Branco: formado em Leis; sendo natural de Coimbra era casado com uma madeirense.
António João Rodrigues de Sousa Garcês (-/1821), médico no Funchal. Por morte, foi substituído por João José de Freitas Aragão.
Francisco João Moniz(-/1848) contador geral da alfândega do Funchal.

DEPUTADOS MADEIRENSES-1822

Dr. João Francisco de Oliveira (1761-1829), médico pela universidade de Coimbra, exercendo medicina no Paço Real e no Exército. Foi Ministro plenipotenciário em Londres e Ministro no governo do Reino entre 31 de Maio e 3 de Julho de 1823.
Padre João Manuel de Freitas Branco (1773-1831) foi pároco de várias freguesias da Madeira, estando como vigário de S. Jorge, quando foi eleito. Defensor acérrimo de D. Pedro, acabou pronunciado na alçada de 1828. Ficou célebre o sermão que pronunciou na Sé a 28 de Janeiro de 1822, no momento do aniversário da proclamação do governo constitucional.
Dr. Manuel Caetano Pimenta de Aguiar (1765-1832). Licenciado em direito por Coimbra, exerceu as funções de curador geral dos órfãos. Dedicou-se à literatura tendo publicado várias tragédias. Foi deputado nas sessões de 1822, 1823, 1826 e 1828. O seu nome foi atribuído a uma rua da cidade em sessão camarária de 24 de Outubro de 1895.

A aspiração pela autonomia

Nos primeiros anos do liberalismo, para os madeirenses a aspiração revolucionária e liberal associa-se à conquista da autonomia. A consciencialização política trazida com movimento liberal fez despertar nas populações a premência da defesa dos interesses da ilha através da participação política dos representantes legitimamente eleitos.

Logo no período revolucionário foi manifesta a necessidade de mudar o sistema de governo do arquipélago, surgindo a possibilidade da constituição de um governo provincial, sob a designação de Junta Provincial. Este foi um dos objectivos dos liberais anónimos que no dia 21 de Outubro de 1821 convocaram a população para o Largo da Restauração. A ideia ganhou vigor com a não recondução do governador, que tivera um papel relevante na implantação do liberalismo na Madeira, Sebastião Xavier Botelho, que foi substituído por D. Rodrigo António de Mello.

A novidade da Constituição de 23 de Setembro de 1822 foi que os arquipélagos da Madeira deixaram de estar associados às

províncias ultramarinas, ficando anexados a Portugal continental, sob o designativo de "ilhas adjacentes". A mudança de designação do arquipélago, não acompanhada de profundas mudanças na hierarquia de poder, não alterou em nada a situação. Deste modo Nicolau Caetano Pitta reconhecia em 1821, nas páginas do *Patriota Funchalense*, que "somos tratados como colónia", para concluir que "a sorte da infeliz Madeira é a de enteados". A mesma ideia de subordinação repete-se no sermão do padre João Manuel de Freitas Branco, proferido na Sé no momento da aclamação da constituição, em que é apontado o dedo acusador aos "mandões de Lisboa".

"Senhores tendes satisfeito os sagrados deveres e merecido os votos dos vossos concidadãos? Podereis esperar que estes vos recebam contentes vendo a frouxidão com que tratastes seus interesses, o limitado zelo com que guardastes em aliviá-los dos males que ainda lhes pesam? Posso assegurar-vos que não podereis taxar-nos de ingratos se, por um momento, reflectirdes sobre o triste quadro em que vindes achar esta Província, traída nas esperanças ligeiras, que pôs em vós quando vos despedistes para o Congresso" [*Patriota Funchalense*, nº 90, 15-5-22]

A reacção absolutista

O processo político liberal sofreu um recuo em 1823 com a Vilafrancada. As Cortes foram suspensas e a Constituição foi abolida. A Madeira aderiu à nova situação aclamando rei a 13 de Junho o príncipe D. Miguel. O governador Manuel de Noronha foi substituído por Manuel de Portugal e Castro. A sua a 26 de Agosto marcou um período difícil para os liberais madeirenses. O novo governador fez-se acompanhar de um Regimento de Infantaria e uma alçada de seis magistrados para comandar a repressão aos liberais madeirenses. A liberdade política e de imprensa foram um sonho que se pagou caro.

As consequências da mudança são imediatas, ocorrendo as primeiras perseguições no funcionalismo público com a expurga dos liberais e mações, enquanto os demais foram obrigados a assinar um compromisso de não filiação em nenhuma sociedade secreta. O monumento que se começara a levantar para comemorar a constituição foi demolido a 1 de Setembro ao mesmo tempo que se ordenou a queima de toda a documentação oficial das repartições públicas do período 1821-23, em acto público realizado na praça da Sé. Esta atitude foi justificada pelo juiz do povo por serem estes "actos indignos e vergonhosos dum povo fiel".

Por sentença de 26 de Outubro foram condenados 24 indivíduos na sua maioria pertencentes às lojas maçónicas *União*, *Fidelidade* e *Constância*, em que se contavam padres, morgados, militares e intelectuais. Numa segunda sindicância, foram presos 56 membros da *Grande Loja Maçónica*, entre outros, o morgado João de Carvalhal Esmeraldo, Francisco de Paula Medina de Vasconcelos, Nicolau Bettencourt Pita, etc. deportados para Angola, Ilha Terceira e Lisboa.

A lei de censura, estabelecida por decreto de 12 de Junho de 1823, acabou por silenciar a voz incómoda dos jornais que se publicavam: *O Patriota Funchalense*, *O Pregador Imparcial da Verdade*, *A Atalaia da Liberdade* e *O Regedor*. A partir daqui vigorou um período de interregno na imprensa que só retornou em 1827 com *O Funchalense*

O ABSOLUTISMO E D. MIGUEL

A primeira reacção ao regime liberal surgiu em 1823 com a sublevação do Conde de Amarante em Trás-os-Montes e depois com a revolta da Vila-Francada que pôs termo ao constitucionalismo.

D. Miguel, que regressara do Brasil, chefiou em 1824 o movimento monárquico conhecido como Abrilada, sendo forçado a exilar-se em Viena, donde regressou em 1828 para assumir a regência do Reino, mas jurando fidelidade à Carta Constitucional e a D. Pedro. Esta atitude não passou de um golpe palaciano uma vez que este a 14 de Maio dissolveu as câmaras e autoproclamou-se Rei. A 25 de Abril foi aclamado rei absoluto em Lisboa, Aveiro, Coimbra e, depois em todo o país.

Apenas a Madeira e a ilha Terceira não o reconheceram, mantendo-se fiéis à Carta Constitucional. As ilhas foram por muito tempo os únicos bastiões constitucionais fiéis a D. Pedro. A Madeira não resistiu ao bloqueio miguelista, mas a Terceira conseguiu manter-se, batendo-se com bravura contra a esquadra miguelista na batalha de Vila da Praia em 1829. Aí constitui-se a regência liberal presidida pelo Marquês de Palmela e partiram a 27 de Julho de 1832 as tropas expedicionárias, sob o comando de D. Pedro, que libertariam o Reino do jugo miguelista. D. Miguel que em 1830 havia perdido a sua aliada e mãe, Carlota Joaquina, vê-se agora abandonado pelos seus adeptos e sujeito a assinar em 1834 a Convenção de Évora Monte, documento que dava por finda a sua vida política e o levaria ao exílio onde faleceu em 1866.

Liberal, como resultado da reforma da lei de imprensa ocorrida em 18 de Agosto de 1826.

A 29 de Abril de 1826 D. Pedro outorgou a Carta Constitucional. A informação oficial do sucedido só ocorreu em Agosto, procedendo-se no dia 8 ao juramento, acompanhado de grandes festejos que se prolongaram por três dias. Até ao Verão de 1828 viveu-se em perfeita acalmia. A vida política retomou a normalidade tendo havido eleições a 5 de Outubro de 1826 em que foram eleitos 4 deputados pela Madeira:

- o escritor Manuel Caetano Pimenta de Aguiar (1765-1832), que fora já deputado madeirense em 1822-23,
- o professor de Humanidades Lourenço José Moniz (1789-1857), que viria a ser deputado até 1856, excepto na legislatura de 1842-45,
- o Padre Caetano Alberto Soares (1790-1867), advogado e professor de Latim,
- o comerciante lisboeta Luís Monteiro (1773-?), que já fora deputado em 1822-23, mas que não chegou a ir às Cortes, alegando razões de saúde.

A presença destes deputados madeirenses nas Cortes permitiu que se fizesse ouvir a voz dos interesses madeirenses. Desta legislatura, de Outubro de 1826 a Fevereiro de 1828, interrompida pelo regresso à Monarquia Absoluta imposta por D. Miguel, sobressai a criação de uma comissão especial para tratar de problemas específicos da Madeira. Por aqui se nota que a força reivindicativa dos madeirenses impôs-se e levou ao estabelecimento de uma série de melhoramentos materiais, nomeadamente a construção de dois portos, um no Caniçal, na Baía d'Abra, e outro no Funchal, junto à Alfândega.

A proposta em prol do progresso da Madeira, apresentada pelo deputado continental Manuel de Noronha, que havia sido Governador e Capitão General da Madeira entre 1822-23, foi retomada pelo deputado madeirense Lourenço José Moniz, tendo como base a "Memória sobre os melhoramentos da Ilha da Madeira", elaborada por aquele governador, mas que não produzira quaisquer resultados.

Em Dezembro de 1826, o deputado Pimenta de Aguiar apresentou um outro projecto, reclamando a liberdade de comércio para o vinho e mercadorias de retorno, argumentando que a Alfândega do Funchal era a 3ª em receitas e que portanto o país só teria a beneficiar com tal medida. Na discussão, o deputado madeirense Padre Caetano Soares, afirmou que o Reino tinha tirado à Madeira somas enormes de dinheiro e que a ilha tinha sempre produzido "não só para o seu necessário mas também para mandar grandes sobras" para o continente. Todavia, o projecto baixou à Câmara dos Pares, e de lá nunca saiu.

A juntar a toda esta instabilidade do reino, com reflexos evidentes na ilha, temos a conjuntura de crise do mercado do

FRANCISCO DE PAULA MEDINA E VASCONCELOS(1768-1824)

Poeta e escritor, segundo consta não frequentou a Universidade mas apenas as chamadas aulas menores.

Desde muito cedo foi um defensor acérrimo dos ideais filosóficos do século XVIII o que originou a prisão em Coimbra. Em 1793 abandona os estudos e regressa à Madeira, onde desempenhou o cargo de tabelião de notas. Adepto incondicional do liberalismo acabou em 1823 preso pelos miguelistas, foi julgado e condenado a oito anos de degredo, que cumpriu na Praia em Cabo Verde e depois em Angola.

Escreveu e publicou várias obras de que se destacam: *Sextinas Elegíacas ao Memorável Estrago da Cidade do Funchal*(1805), *Elegia à Deplorável Morte do Grande e Incomparável Manuel Maria do Bocage*(1806), *Zargueida, Descobrimento da Madeira*(1806), *Georgeida* (1819).

"Dom Pedro, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os meus súbditos portugueses que sou servido decretar, dar e mandar jurar imediatamente pelas três ordens do Estado a carta constitucional... a qual de ora em diante deverá reger esses meus reinos e domínios,(...)
Artigo 4º: O seu governo é monárquico, hereditário e representativo.
Artigo 11º: Os Poderes políticos reconhecidos pela constituição do reino de Portugal são quatro: o poder legislativo, o poder moderador, o poder executivo e o poder judicial.
Artigo 12º: Os representantes da Nação Portuguesa são o Rei e as Cortes Gerais.
[Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826, publ. Jorge Miranda, *As constituições Portuguesas.1822-1826-1838-1911-1933-1976*, Lisboa, 1976, p.79]



Conde de Bonfim, José Lúcio Travassos Valdez (1787-1862), foi Governador da Madeira (1827-28) .

PROCLAMAÇÃO DOS LIBERAIS

"Habitantes da ilha da Madeira. Nobre porção da família portuguesa! (...), tenho vos mantido em profunda paz e sossego, cumprindo assim um dever sagrado. Mas o primeiro e o mais respeitável de meus deveres é a fidelidade ao rei legitimo.

Madeirenses! É já notório que uma facção sanguinária e ambiciosa, rodeando um príncipe jovem, o senhor infante D. Miguel, o tem seduzido e arrastado a ponto de usurpar a coroa de seu próprio irmão e rei legítimo. Pelo direito da natureza e pelo direito público nacional a coroa lusitana pertence ao filho primogénito de nossos monarcas. O primogénito é o senhor D. Pedro IV; as nações o reconheceram legítimo rei de Portugal; os portugueses lhe juraram fidelidade; e no peito de cada um deles se lhe ergueu um altar, quando ele na sua alta sabedoria e magnanimidade decretou a carta constitucional da monarquia portuguesa, que jurámos manter e guardar, e que firmou para sempre nossa ventura e liberdade.

Habitantes da ilha da Madeira! Segui meu nobre exemplo. (...)pelas medidas que de antemão tenho tomado, rebateremos toda e qualquer tentativa; e nem a traição teria forças para subjugar-nos, nem haveria português que se atrevesse contra um soldado do grande Pedro IV. Não receeis! Minha cabeça somente responderia por todos, quando um fado adverso nos fizesse sucumbir e triunfar a perfídia. Eu tomo sobre mim toda a responsabilidade; mas adverti que este meu sacrifício exige de vós a mais rígida reciprocidade, e ela consistirá em uma severa obediência.

[Proclamação de Travassos Valdez de 22 de Junho de 1828, publ. In *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portugeza*, Lisboa, 1888, tomo V, pp.137-138]



D. Miguel

PROCLAMAÇÃO DOS MIGUELISTAS

"Habitantes da ilha da Madeira! Preciosa porção da nação portuguesa! – Quando a imoralidade de alguns indivíduos procurou insinuar-se entre vós como virtude, presenciastes com magoa o roubo e profanação dos templos: a rebelião de um chefe traidor contra o nosso legitimo soberano D. Miguel I (hoje como tal reconhecido pelos três estados do reino) pretendia separar-vos involuntariamente de vossos irmãos; ameaçou-nos o punhal dos assassinos, e por comiseração muitos de vós fostes deportados. A mascara vai cair-lhes, e desvanecendo-se a ilusão, com a própria experiência conhecereis que só tem em vista alucinar-vos, para mais facilmente se apoderarem de vossas fortunas, que prometeram defender só para embolsarem o fruto de suas rapinas.

Habitantes da ilha da Madeira! Detestai esses homens perversos que vos tornaram vitimas de seus atentados, e que perderam o carácter dos leais portugueses, que no espaço de sete séculos têm sustentado a divisa da fidelidade a seus monarcas. O sossego será restabelecido, e a justiça, punindo somente os maus, vos conservará ao abrigo de suas maquinações. Tende, pois, confiança em mim, que, tendo a ventura de ter sido nomeado pelo melhor dos reis para o governo desta ilha, e na certeza que permanecereis firmes em respeitar os seus inauferiveis e incontestáveis direitos, somente ambiciono a vossa prosperidade e segurança, e em penhor da vossa obediência e convicção repeti gostosos:

Viva a nossa santa religião católica apostólica romana. Viva o senhor D. Miguel I, rei legitimo e absoluto. Viva a imperatriz rainha nossa senhora. Vivam os fieis habitantes da ilha da Madeira.

[Proclamação de José Maria Monteiro, governador da Madeira, 22 de Agosto de 1828, publ. In *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portugeza*, Lisboa, 1888, tomo V, p.212]

vinho que pautou a primeira metade da centúria. Foi a conjugação destes dois factores que conduziu ao afastamento dos mercadores ingleses, que compravam o vinho e abasteciam a ilha de cereais e manufacturas. Daqui resultou um período de fome e agitação social. O ano de 1827 foi marcado por furtos e assassinatos.

O infante D. Miguel de regresso a Portugal em 1828, num golpe palaciano, autoproclamou-se rei absoluto. No Arquipélago foi aclamado no Porto Santo. Travassos Valdez, então governador da ilha manteve fidelidade a D. Pedro e à *Carta Constitucional*, contando com o apoio popular. Apenas o bispo e o secretário do governo em conluio forçaram o governador a tomar uma decisão imediata de adesão ou não, aos acontecimentos, pois era sua intenção procurar apoios no estrangeiro para esta causa e organizar a defesa da ilha.

A 22 de Julho o governador declarou fidelidade incondicional à *Carta Constitucional*, prendeu cerca de 20 indivíduos considerados perigosos, entre os quais alguns clérigos, enviando outros para Porto Santo, suspendeu o secretário do governo e exigiu ao bispo a retirada do vigário geral e de alguns párocos sublevados.

D. Miguel ao tomar conhecimento da situação enviou à ilha o novo governador, José Maria Monteiro, e um corregedor com poderes discricionários para fazer vingar a soberania e castigar os rebeldes. A adesão dos madeirenses à nova causa só foi conseguida à força das armas e intimidação de uma armada. Esta fez o desembarque em Machico a 22 de Agosto sem grande resistência, porque os meios bélicos eram poucos. O governador, Travassos Valdez, demais autoridades e opositores de D. Miguel refugiaram-se a bordo da corveta de guerra inglesa *Alligator* e seguiram para Londres

A 24 de Agosto foi proclamado o novo Rei pelo governador, José Maria Monteiro, seguindo-se a 29 de Agosto a sessão solene de juramento de fidelidade. A partir daqui iniciou-se a violência absolutista sobre os liberais, que levou muitos à morte, ao desterro e às prisões. O próprio governador miguelista, acompanhado dos filhos, fomentou este clima de violência, chefiando o grupo de arruaça nocturna de perseguição aos "malhados" (liberais). Esta foi é manifesta até junto dos seus correligionários que acabaram reclamando a sua substituição, o que aconteceu em Abril de 1830. O seu substituto, D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo, optou por uma política muito moderada e pragmática.

Entretanto os adeptos de D. Pedro, organizados na Terceira, nos Açores, desembarcam no Mindelo e tomaram a cidade do Porto onde ficaram cercados pelos absolutistas. Em 1833 saem do Porto secretamente e desembarcam no Algarve onde o triunfo provocou a mudança para o sistema constitucional. A 5 de Julho de 1834 o Governador recebeu uma carta de D. Pedro intimando-o para no prazo de três dias jurar "fidelidade à

A POLÍTICA DO CACETE E OS DEPORTADOS LIBERAIS

Entre 1828 e 1834 o reino esteve a saque e a política fazia-se com violência, sangue e morte. A guilhotina de Robespierre chegara a Portugal pelas mãos de D. Miguel o qual durante esse período foi o símbolo da implacável justiça. Até Julho de 1831 as alçadas, ordenadas por D. Miguel, conduziram à prisão nas cadeias do Limoeiro e S. Julião de 26 270 indivíduos, à deportação para África de 16 000, à emigração forçada de 13 000 e ao enforcamento de 37 inimigos da sua casa.

As ilhas de Madeira e Açores, no primeiro momento e, depois, Cabo Verde foram o principal destino dos deportados.

Tudo começou em 1828. O golpe chefiado por D. Miguel inicia o regime de deportação para punir os adversários políticos. Esta conjuntura forçou igualmente a fuga generalizada de famílias, comprometidas com a D. Pedro para Inglaterra, Brasil e América do Norte.

O FUNCHAL EM 1836

"(...) Todavia, tudo falta nesta terceira cidade do Reino: não há molhe; não há um só cais onde saltem os estrangeiros a pé enxuto; não há iluminação na cidade; não há cemitério; não há teatro(...); não há caminhos transitáveis nem mesmo os vicinais; estão completamente arruinadas as calçadas das ruas e nem dinheiro temos para tapar os buracos mais perigosos; não há depósito de mendigos que andam em bando pelas ruas, comovendo compaixão, desgosto e repugnância; não há uma polícia municipal eficiente; enfim, todas as cousas, e todos os belos estabelecimentos, que nenhuma cidade, ou aldeia dos países civilizados deixa de possuir, todos aqui desconhecemos por falta de meios ou antes por falta de os saber procurar (...)" *Registo Geral da Câmara do Funchal,* Tomo XVII, fols.319, 11/01/1836



D. Maria II (1819-1853) proclamada rainha em 1834. Retrato existente nos Paços do Concelho do Funchal

ELEIÇÕES E ELEITORES

O número de votantes era muito restrito, pois estava institucionalizado o voto censitário, pelo que só votava quem pagasse um determinado montante de impostos anuais ao Estado, por ser proprietário ou exercer actividade comercial ou industrial.

A partir de 1878 alargou-se o sufrágio aos chefes de família e àqueles que soubessem ler e escrever, mas num país de analfabetos (75% dos homens e 85% das mulheres) o grupo de votantes continuava ainda a ser reduzido.

Nas eleições realizadas em finais de 1878, não houve acto eleitoral na freguesia dos Canhas, concelho de Ponta do Sol, por não se apresentarem eleitores para constituir a mesa eleitoral e votar.

A Madeira estava bem representada na Câmara dos Deputados, em termos quantitativos. Tinha três círculos eleitorais, Funchal, Ponta do Sol e Santa Cruz, elegendo, tal como em todo o território nacional, um deputado por cada círculo. Os Açores tinham sete deputados, as províncias de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Moçambique um deputado cada, a de Angola dois, a de Macau e Timor dois e a dos Estados da Índia três.

“O imposto indirecto é, por sem dúvida, o mais opressivo porque, como é de fácil intuição, mais cai sobre a classe média, ou para melhor dizer, sobre a que vive do trabalho. (...) o imposto de viação vai ser aumentado com mais 20% sobre a contribuição predial, industrial e pessoal. Gravosas como eram já estas contribuições, fácil é ver que o fisco tem de entre nós exercer toda a sua maléfica acção. Os prédios não aumentaram de valor, a indústria não se tem alargado, e todos sabem que por falta de meios eram inúmeros os omissos das contribuições ... pagar mais para a viação! Nós que não ouvimos os silvos das locomotivas dos caminhos de ferro, nem nos felicitam com boas estradas de que tanto carecemos! (...) não aconselhamos ao povo que represente contra as medidas financeiras do Governo. Este ignora por certo as nossas circunstâncias excepcionais. (...) façam os senhores deputados sentir à Câmara, de que fazem parte, as nossas circunstâncias especiais. Levante-se a *voz do campanário* que a razão a anima”. [“O aumento dos impostos”, *O Direito*, nº 368, 23 Março 1867]

rainha e à carta”. E, logo no mesmo dia procedeu-se à aclamação da restauração do regime constitucional no largo que ficou com o seu nome.

O governo Provisório estabelecido na Terceira empreendeu algumas reformas na administração que começaram por ser aplicadas nos Açores. O arquipélago foi dividido em duas províncias sob a autoridade de um perfeito, situação que se alargou à Madeira em 1834, mas que no ano imediato foi substituída pela figura do administrador geral, que persistiu até 1846. A partir da última data institucionalizou-se a figura do Governador Civil, sendo José Silvestre Ribeiro o primeiro provido no cargo.

O novo regime apostou num conjunto de medidas de fundo com repercussão importante na sociedade e economia. O Código Comercial de Ferreira Borges veio a permitir o aparecimento das associações comerciais, que assumiram um papel fundamental na defesa dos interesses dos seus associados, tendo em conta a crise económica que se vivia. A *Associação Comercial do Funchal* é herdeira desta realidade, sendo fundada em Janeiro de 1836. Ainda, para atender às dificuldades económicas o Governo criou em 1840 a Sociedade Promotora da Indústria Madeirense.

É de assinalar ainda a reforma do ensino que levou à criação dos liceus, surgindo o do Funchal a 17 de Novembro de 1836

A Regeneração

Com o golpe militar de Maio de 1851, liderado pelo Marechal Saldanha, encerrou-se a primeira fase do liberalismo português. A regeneração pretendia dignificar o liberalismo e apostava na modernização do país, mas isto só seria possível através de um processo de pacificação política e concórdia nacional. De ora avante, os conflitos sócio-políticos deixaram de fazer-se pela força das armas, nas ruas e nos quartéis, transferindo-se para o parlamento. A Câmara de Deputados era o local onde tudo se resolvia por meio de negociatas entre os partidos políticos.

Iniciou-se então uma época de melhoramentos materiais, graças ao recurso aos empréstimos estrangeiros, à utilização das divisas enviadas pelos emigrantes e com base no inevitável aumento regular dos impostos.

Com a subida ao trono de D. Pedro V em 1855 redobraram as esperanças de todos os intervenientes, que se confirmaram até à sua morte em 1861. Terminou o período de tréguas e surgiram os primeiros sinais de instabilidade, que atingiu o auge em 1868 e de novo instalou-se o descrédito do governo e parlamento.

Na Câmara dos Deputados a representação nacional estava falseada por vícios de raiz. As eleições eram manipuladas pelo caciquismo eleitoral, de modo que, contrariamente à

letra e ao espírito da Carta Constitucional, os governos não resultavam da vontade dela. Estes apostavam em eleições quando a Câmara não estava a seu gosto, de modo a poderem governar sem grande incómodo.

Às Ilhas Adjacentes, Madeira e Açores e colónias, era concedido um estatuto de menoridade política. O regulamento da Câmara de Deputados dizia que para efeitos de constituição de maioria da mesa da Câmara só contavam os deputados "do Continente do Reino". Por outro lado, o número e qualidade das intervenções dos deputados madeirenses, até finais do século XIX, foi muito limitada e alguns nunca chegaram a tomar posse.

Esta realidade está patente nos incidentes eleitorais em Machico nas eleições de 1870, o Visconde de Andaluz, que na época era governador civil do Funchal, afirmava nove anos depois (sessão de 4 de Fevereiro de 1879), na qualidade de deputado pelo Continente: "em 1870 gladiavam-se na Madeira dois partidos, direi antes, dois agrupamentos de famílias e cada uma por seu turno aspirava à preponderância exclusiva dos negócios da localidade".

As intervenções dos deputados madeirenses aconteciam quase só na altura da discussão anual do aumento dos impostos na Câmara de Deputados, no sentido de obter reduções da carga fiscal para a Madeira. As suas propostas mal fundamentas baseavam-se no argumento indiscutível de que a Madeira não podia pagar o mesmo quantitativo de imposto já que não beneficiava de iguais melhoramentos materiais e obras públicas que vinham acontecendo no continente.

O deputado madeirense Luís Vicente Afonseca chegou mesmo a propor, perante a chacota geral dos outros deputados, o restabelecimento dos dízimos e dos impostos em géneros na Madeira. Como se a ilha não tivesse suficientes problemas para tratar, o mesmo deputado apresentou em 1873 um projecto para fazer face à insalubridade de Lisboa.

Os custos da insularidade, o problema da distância e as dificuldades de comunicação e abastecimento da Madeira foram também equacionados. O Governo apresentou em 1873 uma proposta de subsídio à empresa de navegação que assegurasse o mínimo de uma viagem por mês Funchal-Lisboa-Funchal, mas nem o aliciamento de benesses e a diminuição de exigências feitas, em outras duas propostas, proporcionou o aparecimento de um único concorrente.

A representação política da Madeira na Câmara dos Deputados ganha qualidade assinalável a partir de 1878, com a eleição dos deputados Manuel José Vieira e o cónego Alfredo César de Oliveira, (fundador do *Diário de Notícias* em 1876) que não se limitaram a uma atitude negativa de lamentação, mas passaram a actuar pela positiva, apresentando propostas de lei concretas a favor do progresso sócio-económico da ilha.

Em 1882 a Madeira elegeu um deputado republicano

"Solitária no meio do oceano, como o oásis perdido no deserto, a Madeira gemia há longos anos sob o jugo cruel e explorador do governo da metrópole.(...)

Combatida por excessivos reveses(...) a Madeira sentia finalmente operar-se uma reacção salutar, sob influencia do espírito da revolta, da indignação e do ódio contra tudo quanto representa o passado nefasto e opressor; contra esse regimen que, abatendo a dignidade dos povos e conduzindo a nação ao abismo da bancarrota, só inspira aos bons patriotas o desejo de inaugurar um novo regimen, em que a administração não seja uma burla audaciosa e a liberdade uma dourada mentira. Nesse momento histórico vinha-nos de longe atravessando os mares, os ecos de uma palavra mágica que fez pulsar, de entusiasmo o coração dos povos, a palavra – REPÚBLICA. " [*O Povo*, 8 Setembro de 1883]

"A lição foi severa, mas merecida. Quem sabe se o governo central ainda assim continuará a olhar para a Madeira como se fora o Congo ou qualquer outra possessão africana e só se lembre desta terra para levantar-lhe do seu cofre central o produto de tanto sacrifício? É por isso que os madeirenses se manifestam abertamente, embora dentro dos limites prescritos nas leis, contra os governantes; é por isso que os povos se apresentam descrentes da eficácia das instituições que nos regem, porque vítimas sempre de especuladores políticos vêm que a sua condescendência, a sua submissão, têm só dado azo a sacrifícios, a injustiças, e por isso se levantam como um só homem a patentearem o seu desagrado aos governos, a condenarem-lhes a sua política, com relação a um distrito que foi sempre afecto à monarquia liberal." [*O Direito*, 23-12-1882].



O Zé-povinho madeirense. Gravura de Rafael Bordalo Pinheiro(1882) O vilão madeirense, vestido a rigor segura na mão o deputado Manuel de Arriaga, enquanto dá um ponta-pé em Fontes Pereira de Melo, chefe do governo na época.

ESCANDALOSO FAVORITISMO

"Não é de hoje nem de ontem que o confronto entre as regalias e protecção concedidas pela metrópole, com magnânima largueza, ao arquipélago açoreano e os exíguos favores desdenhosamente dispensados pelos poderes públicos ao arquipélago madeirense, constitui um frisantissimo contraste que revolta, que indigna e enche de tédio quem sente pulsar no peito um coração madeirense, prestando o devido culto ao sentimento da justiça. Vem de longe esta querela do povo madeirense contra o desamor ingratíssimo da metrópole.

E como se não bastasse esse abandono criminoso dos poderes tutelares do estado para com um arquipélago da importância do nosso, que tanto e tão largamente tem contribuído para as despesas da nação, ainda por cima somos sacrificados ao interesse de outras ilhas, como as dos Açores, contribuindo com o nosso dinheiro para melhoramentos daquele arquipélago e que não logramos ver realizados no nosso!

Enquanto as ilhas açoreanas possuem uma vasta rede de magníficas estradas, que em certos pontos, como na Terceira, chegam a ser excessivas—na Madeira não temos viação regular que comunique as freguesias rurais entre si e com a capital do distrito, sendo as vias de transito na mor parte das populações rurais, tão escassas e perigosas, abeiradas de abismos medonhos, que afoitar-se alguém a percorrê-la, o mesmo é que arrastar um perigo de morte.

Têm os Açores um magnífico porto de abrigo, de reconhecida vastidão e importância, que tem custado ao país milhares de contos—ao passo que nós temos... o quê? As desastradas ruínas dum ridículo quebra-mar. (...)

Mas o escândalo não para aqui. A Madeira que não tem obras públicas importantes, que não possui estradas e tem inconcluídas as suas levadas de irrigação, envia do produto amargo das suas pesadas contribuições dinheiro para se concluírem as obras públicas dos Açores!!!

Somos uma espécie de enteados da metrópole, que nos trata como madrasta cruel; ao passo que dispensa aos açoreanos o tratamento de filhos legítimos e de *enfant gaté*".[*Diário de Notícias*, 3-9-1892]

contra a vontade dos poderes instituídos em Lisboa. Este facto constituíu uma censura dos madeirenses ao poder centralizado no Terreiro do Paço e o depositar das esperanças de muitos madeirenses no emergente movimento republicano.

A situação da ilha na década de 80 era de uma verdadeira catástrofe. O défice da balança comercial era elevado, as receitas agrícolas e industriais estavam em constante diminuição, a exportação do vinho decrescera drasticamente. A tudo isto acrescia a necessidade de importação de cereais para suprir as carências alimentares. Ao nível de infra-estruturas escasseava quase tudo. Deste modo os madeirenses procuraram fazer ouvir a sua voz, através das reivindicações de estradas, levadas, arborização das serras e a construção de um porto de abrigo.

O parlamento era apenas a caixa de ressonância do debate que acontecia nas páginas dos inúmeros jornais, que surgiam para dar voz a estas reivindicações e aos interesses partidários. Os jornais antecipavam-se aos debates do reino, mas também faziam eco do impacto destes seus interesses na Câmara dos Deputados. As forças vivas da Madeira, não se sentindo representadas no parlamento nacional, apostavam fortemente nos jornais, que desempenhavam com argúcia e veemência o papel de defensores dos seus interesses. Foi neste período que a imprensa madeirense inscreveu uma das suas páginas douradas

A vacatura de um lugar de deputado pelo círculo do Funchal face à morte do deputado madeirense Luís de Freitas Branco foi aproveitada para ressuscitar reivindicações e a vontade de afrontar o poder central sempre pouco benévolo para os madeirenses.

As décadas finais do século XIX foram marcadas pela instabilidade que favoreceu a ascensão dos republicanos. O partido republicano surgiu em 1876 e passados dois anos elegeu o primeiro deputado. Em 1881 tinha dois deputados, um em Lisboa e outro no Porto, e em 1882 conseguiu, numa segunda volta de desempate pelo círculo do Funchal, colocar outro republicano no Parlamento. Tudo isto foi fruto dos desentendimentos entre os vários sectores monárquicos, que levaram alguns a apoiar a eleição do deputado republicano pela Madeira.

Manuel de Arriaga era a divisa que unia os madeirenses contra o poder central e que pretendiam ver os seus problemas defendidos de forma séria e honesta. Muitos regeneradores a fazerem propaganda pelos republicanos. Esta ideia teve eco na imprensa local, nomeadamente em *O Direito* que atacava incessantemente a candidatura dos seus correligionários políticos manifestando-se fervoroso adepto dos republicanos. Manuel de Arriaga assumiu o papel de defensor das aspirações madeirenses. *O Direito* definiu a sua eleição de "oportuna, patriótica e louvável".

A presença do "deputado do povo", no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração.

A primeira intervenção, a 30 de Março de 1883, foi para questionar o governo sobre as medidas para combater a crise na Madeira. Uma das suas reclamações ia no sentido da suspensão ou redução temporária dos impostos que oneravam a importação de cereais e que haviam sido estabelecidos em 1882. A resposta governamental foi um ofício do Governo Civil determinando temporariamente a referida isenção no milho importado para a alimentação. Depois, a sua voz apagou-se face à maioria adversa da câmara e a situação da Madeira continuou sem solução à vista. Para a imprensa madeirense esta atitude do governo foi entendida como uma vingança política pela eleição do deputado republicano.

Na mesma tribuna levantou-se a 7 de Maio de 1883 a voz de Manuel José Vieira, outro deputado eleito pela Madeira, a defender os interesses da ilha dada a crise económica que a assolava e a reclamar as necessárias melhorias no porto A sua indignação prendia-se com a receita de 117.000$000 réis que iam embolsar os cofres do estado sem retorno à ilha, quando esta reclamava. Ao mesmo tempo protestou perante o "ostracismo a que vemos votados todos os interesses daquela desgraçada região", concluindo que "não é simples abandono, é quase desprezo, se não escárnio".

À voz dos deputados juntou-se em 1887 a dos populares que se revoltaram em toda a ilha contra a medida de implantação das Juntas de Paróquia, criadas em 1836 que foram adiadas e só por força do Código de 1886 se alargaram a toda a ilha. A oposição popular surgiu quando se divulgou a ideia que das mesmas juntas resultariam novos impostos. Esta revolta é a expressão do descontentamento popular perante ao abandono a que a ilha fora votada que se tornava evidente em momentos de aflição.

Os acontecimentos mobilizaram a opinião pública da metrópole e obrigaram o Governo a dar atenção à Madeira com um conjunto de medidas, que iam desde a extinção do contestado imposto de cabotagem ao lançamento de diversas obras públicas. Ao mesmo tempo foi nomeada uma comissão, presidida pelo Coronel de Engenharia, Manuel Raimundo Valadas, para proceder ao estudo da situação.

As permanentes mudanças políticas do continente não trouxeram à ilha grandes benefícios. Tão pouco a voz dos deputados madeirenses tiveram eco junto do governo que continuava a dar-lhe pouca ou nenhuma atenção. Deste modo a visita régia de 1901 foi aproveitada pelos madeirenses para apresentar de viva voz as suas reclamações ao monarca e ao presidente do governo, Hintze Ribeiro. Mobilizou-se a ilha para uma recepção pomposa ao único monarca que a visitou.

Durante os quatro dias de estadia do monarca, os madeirenses fizeram mais uma vez eco das suas reivindicações. No dia de S. João o *Diário de Notícias* trazia em destaque *a* falta de uma rede viária, de medidas protectoras das indústrias e de uma política

"De todas as ilhas, porém, a que tem maiores motivos de queixa contra a metrópole, é de certo a Madeira, e não pode negar-se que a querer o governo começar a fazer-lhe justiça, a ocasião mais justificada é esta porque é imposta pela lei imperiosa da necessidade. [*O Povo*, 7 de Abril de 1883]

"...um distrito que, através daquelas aflitíssimas crises agrícola e comercial, faz todas as despesas a seu cargo e ainda concorre para as despesas gerais do estado com uma média de 117.000$000 réis, esse distrito parece-me que bem merece a atenção dos poderes públicos para não prosseguir, pelo menos em relação a ele, neste incessante e insaciável prurido de aumento de impostos, porque os resultados não podem ser outros senão a aniquilação completa das limitadas forças vivas que ainda restam àquele infeliz distrito.(...) Sabemos que fazemos parte do reino de Portugal única e exclusivamente para quinhoarmos nos encargos que se renovam ou baptizam com nomes diferentes, mas que sempre se acrescentam.

[Manuel José Vieira, *Discurso Pronunciado na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 7 de Maio de 1883*, Funchal, 1883]

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO FUNCHAL E A CRISE DE FINAIS DO SÉCULO

A Associação Comercial do Funchal, criada em 1834 teve um papel decisivo na reivindicação dos interesses da Madeira.

A associação insistiu na importância da animação do porto do Funchal para a revitalização do comércio da ilha, por isso decidiu em 1894 nomear uma comissão para estudo da sua situação. Daqui resultou uma proposta que foi apresentada ao Governo e Câmara do Funchal que ia no sentido da recuperação da navegação que havia sido desviada para as Canárias, por força do porto franco. Assim pretendia-se o estabelecimento do porto franco apenas para alguns produtos de importação, a abolição dos direitos de carga e sobre o carvão de pedra.

Nesta época era já visível uma aposta no turismo, recomendando-se medidas que favorecessem o acolhimento a este, bem como um plano de promoção da ilha em Londres e Paris.

agrícola que apostasse no alargamento das áreas de regadio com a construção de novas levadas.

A autonomia no último quartel do séc. XIX

A reivindicação da autonomia

Durante a centúria oitocentista a expressão dos interesses dos madeirenses fazia-se sentir, na imprensa ou de viva voz pelos seus deputados. O debate em defesa dos interesses da Madeira começou no *Patriota Funchalense* e prosseguiu na demais imprensa da ilha. Esta rapidamente assumiu a função de porta-voz das reivindicações madeirenses. Estavam criadas as condições para o debate e reclamação que há muito tempo corriam em silêncio, por força da falta de liberdade de expressão. As condições económicas da ilha condicionaram esta atitude e avivaram em todos a consciência de orfandade em relação à metrópole.

A distância em relação aos centros de poder do continente e a difícil conjuntura da ilha, tornavam-se cada vez mais premente, no novo quadro político, a definição de uma nova forma no relacionamento e de funções para o governo na ilha. O sistema de comando à distância era prejudicial em momentos de crise, como aqueles que se viveram na década de quarenta, e que levaram o então governador, José Silvestre Ribeiro, a manifestar-se incapaz para resolver os problemas, uma vez que o "governo civil é um governo subalterno, a quem falta aquela atitude de resolução que compete ao governo da Nação."

Em 1847 fez-se um primeiro ensaio. Como repercussão da Revolta da Maria da Fonte, criou-se uma estrutura de poder local que funcionou entre 29 de Abril e 14 de Julho desse ano. A exemplo do Porto funcionou no Funchal uma *Junta Governativa*, que teve como principais arautos Francisco Correia Heredia, Diogo Berenguer, Luís Agostinho de Figueiroa, Dr. José Júlio Rodrigues e António Correia Heredia. Esta dispunha de poderes discricionários e intervenção sobre todos os funcionários superiores, como o governador e comandante militar, delegado do Procurador Régio, presidente da Câmara e Delegado de Saúde.

A Regeneração trouxe a estabilidade e a vontade de vencer os problemas e de novo se levantou a voz de protesto da imprensa madeirense quando o governo manifestou o desejo de aumentar os impostos. A Madeira considerava que não devia pagar a factura do progresso do reino. João Augusto de Ornelas em crónica no jornal *O Direito*, para além de manifestar a sua oposição frontal ao governo, apelava aos deputados madeirenses para que impedissem a aprovação do aumento de impostos e à mobilização da sociedade civil no sentido de evitar tal medida. A Madeira estava exausta e não podia pagar mais.

"Este povo madeirense
Agora tão comovido,
Fazia a Suas Magestades,
Este pequeno pedido:
"oh senhora D. Amelia,
Rainha desta cidade !
Já que viestes a esta ilha,
À nossa localidade,
Não esqueçais da Madeira,
Pela vossa majestade.
E o nosso amável Rei
Da nossa nação inteira,
Pela Vossa Majestade
Lembrai-vos desta Madeira.
Descestes do Vosso Trono,
Dessa vossa Capital
Pr'a fazer do Funchal,
Lembrai-vos dos madeirenses,
De todo o povo em geral".
[*Versos. Manuel Gonçalves*(Feiticeiro do Norte), Funchal, 1994, p.148]

"Este povo trabalhador tem sede de justiça, porque a ele, contribuindo largamente para as despesas do Estado à custa de enormes sacrifícios, só lhe tem cabido uma parte insignificante nos benefícios e regalias concedidos aos seus irmãos do continente do reino e do arquipélago açoriano.(...)
Este bom povo(...) sujeita-se a grandes privações, sem um queixume e sem uma revolta, alimentando a doce esperança que um dia lhe seja feita justiça.[*Diário de Notícias*, 23 de Junho de 1901]

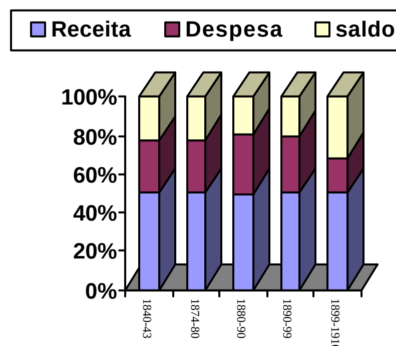
"Mas nós madeirenses, que não usufruímos nenhuns dos melhoramentos morais ou materiais que gozam os nossos irmãos do Continente(...) nem provavelmente os teremos tão cedo, e que vivemos isolados no meio do Oceano(...) podemos, devemos contribuir para melhoramentos, que não gozamos, para despesas que não fazemos ? Parece-nos que não."[*As Novidades*, 28 de Março de 1867]

"O partido popular que pretende eleger deputado pelo círculo do Funchal o ilustre advogado Dr. Arriaga, não faz questão pueril de cores de bandeiras e de pomposos programas porque não pretende proclamar a sua independência da Metrópole; não quer fazer deste distrito uma república autónoma e sabe mui sensatamente que a Madeira há-de ter por governo o sistema que de futuro for adoptado em Portugal podendo apenas ser constituída em Cantão da federação portuguesa se tal for a forma estabelecida no país." ["Comunicado de um grupo de eleitores do Partido do Povo", publ. In *O Direito*, 25 de Novembro de 1882]

"O povo madeirense quer a sua emancipação sob o protectorado da América: pois nos Açores acontece o mesmo. Só esperámos pelo casamento ibérico para levantarmos o pavilhão da liberdade ao grito de : Viva a independência dos Açores!" [*Eccho Michaelense*, 30 de Junho de 1883, publ. N. Veríssimo, O deputado do Povo Manuel de Arriaga(1882-1884), in *Islenha*, 4, 1989.]

"Não duvidamos já de dizer ao governo e ao país que nos envergonhámos de ser portugueses, que o nosso estado de decadência e abandono nos aconselha que solicitemos a protecção duma potência estrangeira que, como nos Estados Unidos da América, saiba fazer melhor uso da política e zelar melhor os nossos interesses.
Pois saiba o governo do rei, saiba o país inteiro que, se a Madeira continuar a ser desatendida pelos poderes públicos, se lhe não derem a justa compensação aos dolorosos sacrifícios tributários que pesam sobre ela, os madeirenses, na impossibilidade de verem fundada a república portuguesa, irão solicitar da poderosa União Americana a protecção e a prosperidade que os governos portugueses lhe têm sempre recusado, do modo, mais injusto. [*O Povo*, 26 de Maio e 3 de Março de 1883]

AS FINANÇAS DA MADEIRA NO PERÍODO LIBERAL



FONTE : Orçamento do Estado, INE - Estatística Financeira

"São conhecidas as vivas e instantes reclamações dos povos de um dos distritos açorianos, no sentido do restabelecimento das juntas gerais, com largas atribuições e faculdades. A distância a que ficam do continente, e portanto, poder central, e a pouca frequência das comunicações, são, com efeito, circunstâncias especiais e ponderosas que explicam e legitimam esta aspiração, a que por motivos de interesse público o governo julga conveniente atender no seguinte projecto,(...)[decreto de 2 de Março de 1895, publ. J. G. Reis Leite, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*, Horta, 1987, p.96]

Na década de oitenta o arquipélago não desfrutava de nenhuma situação especial de governo, sendo, de acordo com Acúrsio Garcia Ramos, "governado com as mesmas leis e pelas mesmas autoridades que o continente do reino". Por isso a grande esperança dos madeirenses estava depositada nos republicanos. A eleição em 1882 de um deputado pelo círculo do Funchal foi o mote para a campanha em favor das esperanças do republicanismo. A conjuntura ateou de novo o debate sobre as relações do arquipélago com a metrópole e ressuscitou a ideia de abandono a que havia sido votado neste momento de crise em que mais necessitava de apoio. A opção republicana foi cautelosa, demarcando-se das teses separatistas dos Açores que começavam a surgir na Madeira. A imprensa em 1883 serviu-se dos mesmos estratagemas dos açorianos para reclamar mais apoio e atenção do governo da metrópole.

As manifestações de políticos, imprensa e populares evidenciaram o abandono a que o arquipélago estava votado e foram terreno fértil para as vozes que clamavam por uma maior intervenção dos madeirenses na solução dos problemas, através de formas de governo próprio, resultantes da autonomia administrativa. Mas o coro de reclamações dos madeirenses, na imprensa e parlamento, manteve insensível o governo que continuou a cruzada de centralização do poder, como o provam os diversos códigos administrativos(1836, 1842, 1878, 1886, 1895-96).

Autonomia administrativa

A última década do século XIX foi marcada por um avanço importante no processo de autonomia. Os Açores, que dispunham, nomeadamente em S. Miguel e Terceira de um grupo reivindicativo muito forte, apostaram num debate público e na apresentação de propostas concretas. A primeira foi feita por Aristides da Mota na sessão da Câmara dos Deputados de 31 de Março de 1892.

Como corolário deste movimento foi aprovado em 2 de Março de 1895 o decreto que concedia autonomia administrativa aos distritos açorianos, apresentada pelo micaelense Hintze Ribeiro, que chefiava o Governo. O decreto não impunha a nova situação fazendo-a depender do pedido expresso de dois terços dos cidadãos elegíveis para cargos administrativos. Deste modo o sistema foi adoptado em Ponta Delgada em 1895 e em Angra passados dois anos. A Horta só conseguiu idêntico estatuto em1939.

As principais razões invocadas para a atribuição do novo regime prendem-se com as distâncias em relação ao continente. O diploma não se limitava a restabelecer as Juntas Gerais, estabelecidas em 1835 e extintas em 1892, pois confere-lhe novas atribuições, nomeadamente a tutela dos serviços de obras públicas, pecuários e agronómicos. Ao mesmo tempo alterou-se o quadro institucional funcionando a Junta como a mais

importante corporação local com a tutela dos municípios.

A Junta era constituída por vinte e cinco procuradores eleitos directamente pelos concelhos para mandatos trienais. A sua estrutura de governo era definida por um presidente, um vice-presidente, um secretário e um vice-secretário. O primeiro era nomeado pelo governo, sendo os restantes eleitos pelos procuradores.

O funcionamento da Junta era assegurado por uma comissão distrital composta pelo presidente e quatro procuradores eleitos e exercia a sua acção de forma permanente junto do Governo Civil. Esta era uma situação de "ensaio para a realização prática das aspirações de alguns dos povos dos Açores".

A sua extensão à Madeira aconteceu apenas em 1901. Por carta de lei de 12 de Junho o estatuto foi aplicado ao distrito do Funchal. O governo aproveitou a ocasião para reformular o referido estatuto com algumas mudanças encaradas como centralizadoras. Uma das alterações mais significativas prende-se com o número de procuradores da Junta que passaram para 15, enquanto a Comissão Distrital passará a ser composta de apenas três vogais.

A principal reclamação dos autonomistas assentava no facto de certas atribuições da Junta, que eram independentes, passarem agora a estar subordinadas ao veto do Governo ou do Governador Civil.

Para a Madeira o decreto foi regulamentado em 12 de Agosto e incidia na forma da distribuição dos mandatos dos procuradores dos concelhos. Os 15 procuradores eram eleitos pelos concelhos, correspondendo três ao Funchal, dois a Câmara de Lobos, Calheta e Santa Cruz e um aos restantes.

O debate parlamentar, que decorreu em 11 de Maio de **1901**, não evidencia o vigor das polémicas mantidas localmente na Imprensa. Aquando da aprovação da lei em causa apenas se notou a intervenção do deputado da Madeira Alberto Botelho propondo um aditamento o apoio do Estado em 20 contos de réis, por um período de seis anos, para a construção de levadas, o que foi aprovado com o projecto de diploma.

O presente diploma parece que não mereceu grande adesão por parte dos defensores da autonomia da ilha. E, se não fora a breve referência em primeira página do *Diário de Notícias* ao telegrama de Hintze Ribeiro, comunicando a sua publicação, ninguém se daria conta da sua aprovação.

Note-se ainda que era manifesta na imprensa a acusação de que os diversos governos, talvez pela presença de açorianos, como foi o caso de Hintze Ribeiro, privilegiavam os Açores em detrimento da Madeira. Foi o caso de a autonomia ter sido atribuída aos Açores em primeiro lugar e também os apoios governamentais para a criação de infra-estruturas necessárias. Em Agosto de 1901 o *Diário de Notícias* ao reclamar a reparação e modificação do posto metereológio do Arieiro acusa Hintze Ribeiro de nunca ter simpatizado com a Madeira.

"Art.18º. A Junta geral tem a seu cargo administrar os bens e interesses peculiares do distrito, promover e realizar todos os seus melhoramentos morais e materiais, que por disposição de lei não estejam especialmente incumbidos a outras corporações ou autoridades.
Art.º 19º. À Junta Geral pertencem também atribuições, tanto deliberativas como consultivas, na execução de serviços do interesse geral do estado, em todos os casos declarados nas leis". [decreto de 2 de Março de 1895, publ. J. G. Reis Leite, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*, Horta, 1987, p.101]

A excelente companhia
Os de chapéu de galão.
Onde vinha o ministro
Senhor Hintze Ribeiro,
Do governo da nação,
Do nosso país inteiro,
Devemos-lhe a autonomia
Já por essa ocasião,
Tudo isto combinado
Com o nosso Real Patrão.

[*Versos. Manuel Gonçalves (Feiticeiro do Norte*], Funchal, 1994, p.148]

"Está finalmente satisfeita uma das maiores aspirações dos madeirenses.
A autonomia deste distrito é um benefício que foi sempre reclamado por todos, sem excepção de partido político.
Há motivo para nos congratularmos. E ainda bem que o ilustre presidente do conselho Sr. Conselheiro Hintze Ribeiro deixa o seu nome prestigioso ligado a tão importante medida administrativa." [*Diário de Notícias*, 10 de Agosto de 1901]

Para saber mais ...

Personalidades:

VISCONDE DE ATOUGUIA (1797-1861). António Aluísio Jervis de Atouguia, nasceu na freguesia de S. Pedro a 7 de Julho de 1797. Foi-lhe atribuído o título de 1º Visconde de Atouguia por decreto de D. Maria II de 15 de Março de 1853. Fez os estudos primários no Funchal e os secundários no colégio de Londres "Old Hall Green". De regresso a Portugal, matriculou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso em 1822. Em Outubro desse ano é nomeado lente substituto da Academia Real.

Partidário das ideias liberais, foi obrigado a exilar-se em Inglaterra em 1828, vindo à Madeira em Julho desse ano para ajudar o Conde de Bonfim a defender a ilha dos ataques miguelistas. Depois da tomada da ilha pelas forças absolutistas, o Visconde de Atouguia teve novamente de exilar-se em Inglaterra onde permaneceu até 1831 e donde saiu para a Ilha Terceira a fim de tomar parte na tentativa, que saiu frustrada, de tomar as ilhas da Madeira e Porto Santo.

Em Julho de 1832 foi nomeado Secretário-Geral da província dos Açores. Pouco depois saiu dos Açores para tomar parte na defesa da cidade do Porto. Foi secretário civil e militar do Porto e colaborou em todos os combates contra os absolutistas após a chegada ao Porto. Em 1836 foi nomeado Governador Civil do Porto e no mesmo ano eleito deputado às Constituintes de 1837.

Depois do malogro da Revolta dos Marechais exilou-se novamente em Inglaterra, aderindo depois em 1838 à nova Constituição.

Em 1841 foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e no ano seguinte é nomeado Ministro da Marinha.

De 1851 a 1856 foi várias vezes Ministro de Estado. Dirigiu a Escola Prática Politécnica e foi conselheiro do Tribunal de Contas.

Em 1852 foi elevado a pariato e em 1853 é agraciado com o título de Visconde de Atouguia.

Faleceu em Lisboa, no dia 17 de Março de 1861.

LUÍS VICENTE DE AFONSECA (1803-1878). Nasceu na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos, a 21 de Junho de 1803. Fez os estudos primários e secundários no Funchal tendo-se matriculado depois na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra onde veio a acabar o curso. Exerceu a sua profissão de médico no Funchal.

Foi deputado pela Madeira durante 34 anos, sendo eleito pela primeira vez para a legislatura de 1840-1842. Faleceu em Lisboa no mês de Dezembro de 1878.

JOÃO AUGUSTO PEREIRA (1857-1915). Nasceu na Ribeira Brava a 25 de Maio de 1857. Após o ensino secundário no Liceu Nacional do Funchal, frequentou as escolas Politécnica e do Exército. No Exército deteve os postos de alferes e major. Fez serviço em Vendas Novas, onde exerceu também a função de professor da Escola Prática de Artilharia. No Funchal exerceu o posto de comandante de Bateria nº 3 de Artilharia de Montanha.

Monárquico convicto, militou no partido Progressista e depois da implantação da República, coerentemente, deixou a política, recusando todas as propostas para dirigir um partido político na Madeira, mantendo-se fiel ao Rei. Foi deputado às Cortes entre 1899 e 1910.

Defendeu no parlamento os interesses e as necessidades da sua terra, como a conclusão das levadas, os vinhos, esgotos e águas potáveis, rede telefónica, etc. Foi ele que pela primeira vez teve a ousadia de apresentar, em 1900, o primeiro projecto de lei pedindo a autonomia administrativa para a Madeira.

Foi professor do Liceu do Funchal e redactor dos jornais madeirenses *Diário Popular* e *Diário da Madeira*.

Faleceu no dia 25 de Junho de 1915.

As eleições e os deputados

ELEIÇÕES: 1826-1910

Dezembro de 1821	Novembro 1851	Setembro 1870	Novembro 1895
1822	Dezembro 1852	Julho 1871	Maio 1897
Outubro de 1826	Novembro 1856	Julho 1874	Novembro 1899
Julho 1834	Maio 1858	Outubro 1878	Novembro 1900
Julho 1836	Janeiro 1860	Outubro 1879	Outubro 1901
Agosto 1836	Abril 1861	Agosto 1881	Junho 1904
Novembro 1836	Setembro 1864	Junho 1884	Fevereiro 1905
Março 1840	Julho 1865	Março 1887	Abril 1906
Julho 1842	Março 1868	Março 1890	Agosto 1906
Agosto 1845	Abril 1869	Outubro 1892	Abril 1908
Novembro 1847	Março 1870	Abril 1894	Agosto 1910



Palácio das Cortes Constituintes

AS ELEIÇÕES E O SISTEMA ELEITORAL

Foi o liberalismo trouxe o sistema de eleições, baseado no princípio de que a política assenta na soberania popular. A legitimidade do poder resultava do sufrágio, que conferia aos eleitos o mandato para o exercício do governo. O sistema estabelecido enquadra-se nos padrões europeus e não pode ser considerado democrático.

Entre 1821 e 1910 tivemos 39 actos eleitorais que estiveram sujeitos a regulamentação diversa. Em Dezembro de 1820 as eleições foram reguladas de acordo com o sistema espanhol, que estabelecia um sistema de sufrágio indirecto de todos os cidadãos. Assim, a cada seiscentos fogos correspondia um eleitor que conjuntamente com outros participava na eleição dos deputados.

De acordo com o código eleitoral de 11 de Junho de 1822 as eleições eram feitas de forma directa, existindo limitações apenas quanto à capacidade dos eleitores e deputados. A Carta Constitucional de 1826 reduziu a base eleitoral, ao determinar que só podia eleger aquele que fosse detentor de rendimentos superiores a 100$000 réis e eleito aquele que estivesse em valor superior a 400$000 réis. Isto fez com que as Cortes fossem dominadas pela classe média rural e urbana.

DEPUTADOS DA MADEIRA

1821-22: Dr. Maurício José Castelo Branco, Francisco João Moniz, Dr. António João Rodrigues Garcês[1].

1822: Dr. João Francisco de Oliveira, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, padre João Manuel de Freitas Branco.

1822-23: Luiz António Jardim, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, Padre João Manuel de Freitas Branco.

1826-28: Dr. Lourenço José Moniz, Dr. Lourenço José Moniz, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, padre Caetano Alberto Soares e Luís Monteiro.

1834-1836: Dr. Lourenço José Moniz, António Aluísio Jérvis de Atouguia, João de Oliveira e José Liberato Freire de Carvalho

1836 e 1937-38: Dr. Lourenço José Moniz, João de Oliveira, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e Dr. José Ferreira Pestana.

1838-40: José Ferreira Pestana, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, João Gualberto de Oliveira, João da Câmara Carvalhal Esmeraldo

1840-1842: Dr. Lourenço José Moniz, João Gualberto de Oliveira, Dr. José Ferreira Pestana, Dr. Luís Vicente de Afonseca e António Aluísio Jérvis de Atouguia.

1842-1845: Dr. Luís Vicente de Afonseca, João da Câmara Carvalhal Esmeraldo, Francisco Correia Heredia e Dr. Bartolomeu dos Martires Dias e Sousa.

1846-48 : Dr. Lourenço José Moniz, Dr. Luís Vicente de Afonseca, Dr. Bartolomeu dos Martires Dias e Sousa.

1848-1851 : Dr. Lourenço José Moniz, Dr. Luís Vicente de Afonseca, Deão Januário Vicente Camacho e José Silvestre Ribeiro.

1851-1852 : Dr. Lourenço José Moniz, António Aluísio Jérvis de Atouguia, Dr. José Ferreira Pestana e Dr. António da Luz Pita.

1857-1858: José Silvestre Ribeiro, D. Luís da Câmara Leme, Dr. Sebastião Frederico Rodrigues Leal e António Correia Heredia.

1858-1859: António Correia Heredia, Dr. Luís de Freitas Branco, Jacinto Augusto de Sant'Ana e Vasconcelos e António Rogério Gromicho Couceiro.

1860-1861: Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal), D. Luís da Câmara Leme (Calheta), Dr. Luís de Freitas Branco (Santa Cruz), Dr. António Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol)

[1] faleceu antes de tomar assento no Parlamento e foi substituído pelo Dr. João José de Freitas Aragão

1861-1864: Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal), D. Luís da Câmara Leme (Calheta), Dr. Luís de Freitas Branco (Santa Cruz) e Dr. António Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol).

1865: Dr. Luís de Freitas Branco, Jacinto Augusto de Sant'Ana e Vasconcelos, Dr. António Gonçalves de Freitas e Dr. Francisco Joaquim de Sá Camelo Lampreia.

1865-1868: Dr. Luís de Freitas Branco (Santa Cruz), António Correia Heredia (Ponta do Sol) e Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos (Funchal). António Correia Heredia[2]

1868-1869: Caetano Velosa Carvalhal Esmeraldo Castelo Branco (Funchal), Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol) e Dr. João Barbosa de Matos e Câmara (Santa Cruz).

1869-1870: Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (circulo da Ponta do Sol) e Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal).

1870-1871: Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal) e o Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol).

1871-1874: Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal) e o Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol).

1879: engenheiro Ricardo Júlio Ferraz (Funchal),Dr. Manuel José Vieira (Santa Cruz) e cónego Alfredo César de Oliveira (Ponta do Sol).

1880-1881: cónego Alfredo César de Oliveira (Ponta do Sol), Dr. Manuel Celestino Emidio (Santa Cruz) e cónego Feliciano João Teixeira (Ponta do Sol).

1882-1884: Dr. Luís de Freitas Branco[3] (Funchal), Dr. Manuel José Vieira (Santa Cruz) e Dr. Luís António Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol).

1887-1889: Dr. Manuel José Vieira, cónego Alfredo César de Oliveira[4], cónego Feliciano João Teixeira e Dr. Fidelio de Freitas Branco

1890- 1892: Dr. Fidelio de Freitas Branco, Dr. António Jardim de Oliveira, Dr. José Júlio Rodrigues e José Maria Greenfield de Melo

1890: Dr. Carlos Lobo de Ávila, Luís Bandeira Coelho, Henrique de Sant'Ana e Vasconcelos e Dr. João Catanho de Meneses

1892-1893: Dr. Augusto Dias Ferreira, José Maria Greenfield de Melo, Dr. Luís Maria dos Reis Torgal, Dr. António Baptista de Sousa e o Dr. Manuel de Assunção[5].

1894-1895: Dr. Manuel José Vieira, Pedro Maria Gonçalves de Freitas, Dr. Fidelio de Freitas Branco e D. João de Alarcão Velasques Sarmento Osório, Dr. Manuel José Vieira

1897-1899: Dr. João Catanho de Meneses (circulo de Santana), Francisco Correia Heredia, visconde da Ribeira Brava (Ponta do Sol) e Augusto José da Cunha (Funchal).

1900-Dr. João Catanho de Meneses (Santa Cruz), Dr. José António de Almada (Funchal) e João Augusto Pereira (Ponta do Sol), Quirino Avelino de Jesus

1901: Dr. Quirino Avelino de Jesus (Funchal), Alberto Botelho (Santa Cruz) e o Dr. Alberto Bramão (Ponta do Sol).

1902-1904: João Augusto Pereira, Alberto Botelho, Alexandre José Sarsfield e Dr. Frederico dos Santos Martins.

1904: João Augusto Pereira, Alexandre José Sarsfield, Dr. Frederico dos Santos Martins e João Frederico Júdice de Vasconcelos.

1905-1906: Dr. Catanho de Meneses, João Augusto Pereira, Dr. José Cabral Correia do Amaral e cónego António Homem de Gouveia.

1905-1906: José Cabral Correia do Amaral, João Augusto Pereira

Entre 1834 e 1852 as eleições eram quadrienais e realizadas de forma indirecta, isto é, a eleição fazia-se por um colégio eleitoral, por sua vez escolhido pelos votantes. Com a reforma eleitoral de 1852 estas passaram a ser feitas de forma directa, sendo o eleitor definido entre os de maior idade, com 21 anos, que pagassem impostos de valor igual ou superior a 100$000 reais, os possuidores de habilitações académicas e ordens sacras. Em 1878 são também eleitores todos aqueles que soubessem ler e escrever, com rendimentos superiores a 100$000 réis e os chefes de família, independentemente de serem ou não analfabetos. Em 1895 estavam excluídos os chefes de família analfabetos ou que não pagassem imposto no valor de 500 réis.

O número de deputados era proporcional ao número de habitantes. A cada trinta mil correspondia um deputado e uma vez que a Madeira dispunha de cerca de cem mil teve direito a três deputados.

A legislação eleitoral de 1876 estabeleceu o sufrágio universal e directo. De acordo com o Acto Adicional à carta, de 1885, a legislatura era de três anos, funcionando o parlamento em cada sessão apenas 3 meses.

A representatividade dos grupos políticos dependia do sistema adoptado para os círculos eleitorais. A Madeira apresentava os seguintes círculos: Funchal, Calheta, Santa Cruz, Ponta de Sol. A partir de 1859 vigorou os círculos uninominais, isto é, os lugares de deputados eram dados aos que conseguissem a maioria de votos. Em 1884 ensaiou-se um modelo misto de círculos plurinominais onde o número de deputados era de 3 a 6. A eleição dos deputados era feita de acordo com o número de votantes correspondente a cada.

Desde 1895 desaparecem os círculos uninominais. As eleições durante este período eram convocadas quase sempre por iniciativa do governo, que as provocava para assegurar a maioria na Câmara dos Deputados. Uma vez que estes controlavam toda a estrutura eleitoral, através do governo civil, intervinha, quer na elaboração dos cadernos de recenseamento, quer nos actos eleitorais de forma a conseguir eleger os seus deputados. Aconteceu assim nas eleições de 1879 e 1884, onde os actos eleitorais que decorreram, respectivamente, em Machico e Ribeira Brava foram marcados pela violência.

Na lista dos deputados da Madeira encontramos muitas personalidades madeirenses que se misturam com outras do Continente em representação dos partidos. De entre estes destacam-se Luís Vicente Afonseca (1803-1878) e o conselheiro José Moniz Lourenço (1789-1857), que ocuparam respectivamente, trinta e quatro e vinte anos as funções de deputado respectivamente. Outros há que se destacaram como presidentes da Câmara dos Deputados: António Jervis de Atouguia (1797-1861), Conselheiro Lourenço José Moniz (1789-1857) e Manuel José Vieira (1836-1912).

[2] renunciou ao mandato
[3] Por morte foi substituído por Dr. Manuel de Arriaga.
[4] Por renúncia deu lugar a Henrique de Santana e Vasconcelos
[5] Substituído por morte por Dr. António Vicente Varela

Organizações e partidos políticos

Até meados do século XIX será difícil definir as estruturas políticas como partidos políticos, pois existia eram correntes de opinião ou grupos ideológicos em torno de um chefe carismático ou de um objectivo. Estes, por sua vez, estabeleciam uma rede nacional, através de personalidades influentes que faziam atrair ao grupo.

No princípio esta divisão assentava entre os liberais, defensores da Constituição e os absolutistas, adeptos de D. Miguel, e em favor de uma monarquia tradicional. Esta dicotomia entre o grupo de conservadores e liberais, manteve-se por muito tempo, variando apenas a designação do grupo.

A Regeneração definiu um sistema de bipartidarismo que de forma quase rotativa se revezava no governo. Aqui as organizações assentavam entre o grupo do governo e da oposição.

Só a partir da década de setenta muda o espectro partidário, passando a existir partidos fora da área monárquica. Em 1875 surge o Partido Socialista e no ano imediato o Republicano.

Entre os partidos monárquicos não havia divergências, resumindo-se a diferença ao protagonismo dos seus dirigentes. Já com os socialistas e republicanos a situação é diferente, militando ambos na oposição ao regime monárquico constitucional e tinham como objectivo derrubar a monarquia.

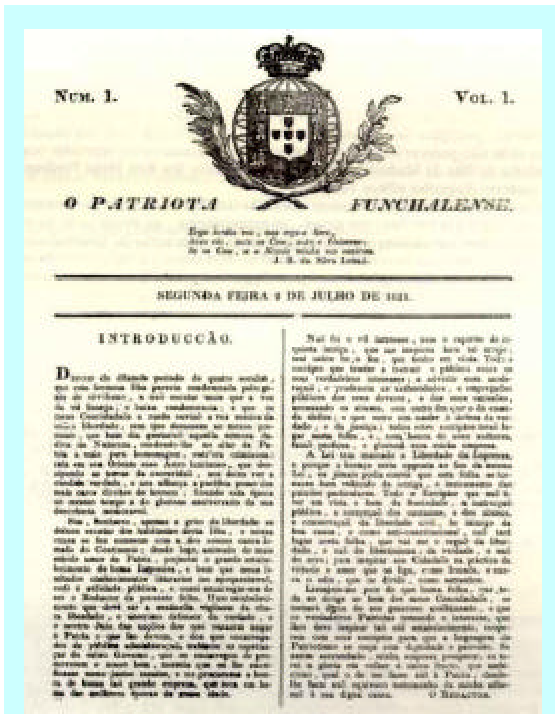
PARTIDOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS

1834: Partidos Cartista
1840: Partido Progressista ou Setembrista
1851: Partido Regenerador
1865: Partido Fusionista(resultado da união dos partidos histórico e regenerador)
1868 : Partido Popular
1876 : Partido Progressista
1882 : Partido Constituinte
1887 : Esquerda Dinástica
1903 : Partido Nacionalista
1910 : Partidos Unionista, Evolucionista, Democrático
1919 : Partido Trabalhista
1920: Partido Reconstituinte
1921: Partido Presidencialista , Partido Católico Madeirense
1919: Partido Trabalhista Madeirense
1922 : Integralismo lusitano
1923 : Partido Radical, Partido Nacionalista
1925: Esquerda Democrática

PARTIDOS E DIRIGENTES POLÍTICOS NA MADEIRA

Partido	datas	Dirigentes
Cabralista(cartistas)	1834	João de Oliveira (Conde de Tojal), José Ferreira Pestana, Lourenço José Moniz, Sérvulo Drumond de Meneses, Luís Vicente d'Afonseca, José Silvestre Ribeiro
Oposição Setembrista (Progressista)	1834	António Aluíso Jervis de Atouguia Dr. Jordão de Freitas e Almeida, Francisco Correia Herédia, Luís de Ornelas e Vasconcelos, Luís Agostinho de Figueiroa
Regenerador	1851	Jervis de Atouguia, Luís de Freitas Branco, Diogo Berenger, Luís da Costa Pereira, Jacinto de Santana, depois visconde das Nogueiras, João de Santana e Vasconcelos, conselheiro Silvano de Freitas Branco, o Dr. João Augusto Teixeira, o Dr. Romano Santa Clara Gomes, o Dr. Júlio Paulo de Freitas e o engenheiro Vitorino José dos Santos, Dr. José Leite Monteiro
Progressista Histórico	1876	Dr. João da Câmara Leme, António Correia Herédia, Dr. Juvenal Honório de Ornelas, Pedro José de Ornelas, Dr. Manuel José Vieira, João José Vieira e Dr. José Leite Monteiro
Fusionista	1865	Luís de Freitas Branco, Dr. António Gonçalves de Freitas, Jacinto Santana e Vasconcelos, João de Santana e Vasconcelos, Silvano de Freitas Branco, António Correia Herédia, Dr. Francisco Joaquim Lampreia, Dr. João da Câmara Leme, Cónego Alfredo César de Oliveira, Pedro José de Ornelas, Dr. Manuel José Vieira, Dr. Joaquim Ricardo de Trindade e Vasconcelos, João de Sales Caldeira, Augusto Bianchi, Dr. José António de Almada, Dr. Nuno Ferreira Jardim
Popular	1868	D. João da Câmara Leme, Dr. Augusto de Ornelas e Vasconcelos, Cónego Filipe José Nunes, Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Januário Justiniano de Nóbrega, Nuno Dias de Vasconcelos, Joaquim Coelho de Meneses, Dr. António da Luz Pita.
Progressista	1876	Dr. João da Câmara Leme, Dr. Manuel José Vieira, Dr. José Leite Monteiro, Dr. Vasco Gonçalves Marques, Dr. José Joaquim Mendes, Dr. António Capelo, António Nunes Vieira, João Octávio da Costa Cabedo
Constituinte	1882	Dr. Vasco Gonçalves Marques, Dr. José Joaquim Mendes, Dr. António Capelo, António Nunes Vieira, João Octávio da Costa Cabedo, João de Sales Caldeira, Augusto Bianchi, Dr. José António de Almada, Dr. Nuno Ferrreira Jardim
Progressista	1885	Dr. José António de Almada
Esquerda Dinástica	1887	Dr. Luís António Gonçalves de Freitas, Conselheiro Manuel José Vieira, Cónego Manuel Esteves Fazenda, Dr. Pedro José Lomelino, Conselheiro João Baptista Leal, João José Vieira
Nacionalista	1903	Cónego António Homem de Gouveia, Dr. Quirino de Jesus
Franquistas	1907	Luís Gomes da Conceição, Dr. Júlio Paulo de Freitas, Padre Fernando Augusto da Silva, Dr. Romano Santa Clara Gomes, Dr. Alberto Figueira Jardim, Engenheiro Vitorino José dos Santos, Dr. Fernando Tolentino da Costa

A imprensa e a Revolução Liberal: *O Patriota Funchalense*



Num. 1. Vol. 1.

O PATRIOTA FUNCHALENSE.

SEGUNDA FEIRA 2 DE JULHO DE 1821.

INTRODUCÇÃO.

Nicolau Caetano Bettencourt Pitta (1788-1857) era Doutor em Medicina pela Universidade de Edimburgo em 1812, o mesmo ano em que publicou um volume sobre a Madeira: *Account of the Island of Madeira.* Terminado o curso regressou ao país onde exerceu medicina.

Foi um dos fervorosos adeptos da revolução liberal, tendo montado à sua custa uma tipografia para imprimir o primeiro jornal madeirense O *Patriota Funchalense* que se publicou entre 1821 e 1823. Para esse efeito trouxe para a Madeira o tipógrafo e impressor continental Alexandre Gervásio Ferreira.

Em 1823 restaurado o antigo regime por D. Miguel, Nicolau Pita foi preso juntamente com outros liberais e condenado ao exílio nos Açores, Ilha Terceira, baluarte dos liberais, tendo exercido o cargo de médico do Hospital Militar de Angra do Heroísmo e do Hospital Civil.

Em 1833 foi nomeado por D. Pedro delegado do Físico-mor do Reino e em 1837 delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino. Foi ainda vereador, conselheiro do Distrito e membro da Junta Geral, professor, cavaleiro na Ordem de Cristo, sócio da Real Sociedade Médica e de História Natural de Edimburgo e sócio da Sociedade dos Amigos das Ciências e Artes do Funchal.

Faleceu em Angra do Heroísmo (Açores) a 20 de Maio de 1857.

"…Agora que ante a lei todos são iguais, a sociedade é toda ofendida na pessoa do mais humilde da comunidade e todo o cidadão tem direito de reclamar contra os abusos"[*Patriota Funchalense*, nº 99, 15-6-1822]

A liberdade de expressão abriu o caminho para um permanente debate de ideias e de interesses entre os diversos grupos políticos da cena regional, sendo a imprensa um dos veículos privilegiados.

O primeiro jornal, *O Patriota Funchalense*, publicou-se em 1821 por iniciativa de Nicolau Caetano Bettencourt Pitta(1788-1857). Saíram apenas 214 números, entre 2 de Julho de 1821 e 16 de Agosto de 1823. Encerrou por força da reacção absolutista, sendo o director citado na alçada de 1823 e condenado ao degredo de quatro anos na ilha Terceira.

O jornal foi essencialmente constituído por textos de opinião dos leitores, dando corpo ao novo conceito de opinião pública, alimentando a polémica e confrontando o poder. Funcionou como projecto de unidade ideológica e fez a pedagogia da liberdade, pretendendo mesmo ser o actor da mudança. Confrontava a nova ideologia com os privilégios históricos do antigo regime.

A sua função era de servir de mediador entre os interesses expressos dos madeirenses e as decisões dos políticos, por isso assumiu-se como um órgão de combate através da mais viva contestação ao "status quo" dos primeiros anos do liberalismo na Madeira, contribuindo para o alicerçar do novo regime e a transformação social através da mudança dos vínculos do Antigo Regime para a assunção plena de uma sociedade burguesa.

Na ausência de partidos políticos, assumiu a tarefa de intermediário entre os interesses sociais e as decisões políticas, traduzindo o espaço social e histórico no qual se formulava a mediação entre a sociedade e o Estado, mais concretamente entre o poder do Estado e a crescente consolidação da sociedade burguesa na base dos interesses individuais e privados. Foi o desejo comum de libertação da velha ordem, dos vícios, inalteridade, imobilidade e inércia.

A Madeira afastada dos centros de decisão do poder central, era fortemente influenciada pelo caciquismo, nepotismo e intolerância, inaceitáveis para um regime liberal.

Os madeirenses pretendiam a transformação estrutural da agricultura e ainda o desenvolvimento do comércio, que se encontrava imóvel, por se ter apostado na exportação do vinho Madeira, destacando-se os madeirenses Francisco de Paula Medina e Vasconcelos e Júlio da Câmara Leme, com vários artigos. O jornal insurge-se contra o deputado continental Manuel Fernandes Tomás que havia bradado contra a produção do vinho na ilha.

O *Patriota Funchalense* solicitou aos deputados madeirenses das Cortes Constituinte que intercedessem junto do Governo no sentido de se conseguir para a Madeira uma reforma do ensino, um serviço local de saúde, a construção de um porto franco e o desenvolvimento do turismo. O Governador e Capitão General, Sebastião Botelho, por sua vez, enviou vários ofícios ao Governo central alertando para a necessidade urgente de leis e reformas que reactivassem as actividades comerciais; reivindicavam-se várias obras imprescindíveis para o desenvolvimento da ilha como as vias de comunicação, eliminação de certos impostos, canalização de águas, construção de um celeiro público, um cais, etc.

Entretanto os colonos mostravam o seu descontentamento porque não desejavam pagar metade do imposto de *colonia* mas apenas um terço, receando-se levantamentos populares. Mas este problema só viria a ser resolvido com o Governador Civil, o Conselheiro José Silvestre Ribeiro, a partir de 1846.

O Patriota Funchalense defendeu ainda os interesses pessoais e privados provincianos que não suportavam a concorrência dos continentais, reclamando as reformas até aí não conseguidas e a mudança prometida mas sempre adiada.

O jornal não se coibiu de criticar os representantes da Madeira em Cortes, eleitos pelo círculo do Funchal, Francisco João Moniz, Maurício José de Castelo Branco e João José de Freitas Aragão por estarem em sintonia com as decisões tomadas pela Junta Provisional, que em nada favoreciam a Madeira.

O *Patriota Funchalense* foi apenas o primeiro de um numeroso grupo de jornais que se publicaram na Madeira, a maioria deles de vida efémera, que deram um contributo importante para o debate político e afirmação das reivindicações dos madeirenses face ao poder instituído. A partir da década de trinta o impulso dos partidos políticos permitiu a sua proliferação.

A maioria destas publicações durava enquanto fosse útil à sua função político-partidária, sendo assim a maioria de vida efémera.

A periodicidade de publicação era habitualmente semanal e mensal. A passagem para os jornais diários só foi possível a partir de 1846 com o aparecimento do sistema rotativo de impressão. Na Madeira tudo começou em 11 de Outubro de 1876 por iniciativa do cónego Alfredo César de Oliveira, que lançou o *Diário de Notícias*. Isto foi o início da imprensa diária, sucedendo na década de oitenta mais quatro títulos: *Diário Popular*, *Diário da Madeira*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde*. Já na década de noventa o *Diário de Notícias* teve ao seu lado o novo *Diário do Comércio*. No século XX tivemos na década de vinte seis diários em publicação, que não foram capazes de resistir aos problemas da guerra, persistindo apenas o D*iário de Notícias* e *o Jornal da Madeira*, que iniciou a publicação em 23 de Novembro de 1923 (em 1926 encurtou o seu nome para *O Jornal* e em 1932, quando foi adquirido pela diocese, adoptou a primeira designação).

"...se por meio da imprensa não fizermos patentes os nossos males, se as nossas precisões não subirem às varandas do salão das Cortes, se ali não ressoar com estrépito o doloroso grito da Madeira implorando remédio aos seus males, qual será a nossa sorte?"[*Patriota Funchalense*, nº 6, 21-7-1821].

"Clamaremos sem cessar contra a indolência das autoridades em pontos tão melindrosos e muito gravemente lhes lembraremos a responsabilidade em que estão"[*Patriota Funchalense*, nº 54, 5 -1-1822]

"E se os povos esperançados no bem que eu e outros lhes temos prometido nos interrogarem agora pelo cumprimento de nossas promessas, que devemos dizer-lhes? Eu decerto lançarei mão da reflexão (…) que devem persuadir-se que a árvore da Liberdade (…) ainda não pode dar fruto e por isso devem esperar tranquilos pela nossa Constituição Política. — E quem me certifica que eles não possam retorquir-me, mostrando que o bem se tem repartido (…) ficando eles como bastardos? " [*Patriota Funchalense*, nº 63, 6-2-1822].

"Deixamos enfim de ser propriedade do Governo; já este é propriedade nossa e esse ministério de corrupção desapareceu (…) devemos aprovar que um Governo Regenerador consinta a continuação desses abusos que ainda na época passada nos envilecia? "[*Patriota Funchalense* ,nº 54, 5-1-1822].

"Primeiro que o Sr. Fernandes Tomás falasse da Ilha da Madeira devia instruir-se de que esta Província, não tendo outro comércio que o dos seus vinhos, se achava no maior abatimento. O ilustre deputado (…) falou com ignorância da verdade. Se tão abalizado deputado estudasse esta matéria, antes que a discutisse, não seria herético em tais propósitos"[*Patriota Funchalense*, nº 117, 17-8-1822].

A liberdade de imprensa e a censura

A liberdade de expressão foi uma conquista da revolução liberal. Até então todos estavam sujeitos à censura prévia, exercida primeiro pela Inquisição[1536] e depois pela Real Mesa Censória(1768).

A revolução liberal, por ter trazido a liberdade de expressão, favoreceu o desenvolvimento da imprensa. O debate político não se esgotava na oralidade necessitando da letra impressa, sob a forma de panfleto ou jornal, para uma melhor divulgação. Deste modo a partir do momento em que a lei de 12 de Junho de 1821 acabou com a censura prévia aumentou o número de publicações periódicas.

Mas em 1823 abateu-se a perseguição sobre a imprensa através do retorno da censura prévia, apanágio do governo miguelista (1823 e 1828), que levou ao encerramento de jornais. Medidas idênticas surgiram na década de quarenta(1840-47) e em 1850 com a chamada lei da rolha que pretendia acabar com a crítica da imprensa ao governo. A Regeneração no ano imediato restaurou a liberdade de expressão que só viria a ser quebrada em 1907 com a ditadura de João Franco.

A República arvorou de novo a bandeira da liberdade de imprensa, situação que se manteve até 1916 quando se instaurou a censura com carácter provisório que viria a manter-se até 1919, a pretexto da 1ª Guerra Mundial.

O Governo saído da revolta de 28 de Maio de 1926 estabeleceu uma nova situação, restringindo a liberdade de expressão à difamação dos órgãos de poder e da perturbação da ordem pública. Esta perspectiva foi assumida pela Constituição de 1933 e restabeleceu-se a censura prévia só abolida com o 25 de Abril de 1974. A censura prévia regulamentada pelo decreto lei nº 22469, de 11 de Abril e 1926, é da responsabilidade do Ministério do Interior, pela Direcção Geral dos Serviços da Censura sendo integrada em 1944 no Secretariado de Propaganda Nacional.

JORNAIS E PARTIDOS

JORNAL	DATAS	PARTIDOS
Amigo do Povo	1850-1854	Progressista
Archivista	1850-51	Cartista
Correio do Funchal		Fusionista
Correio da Tarde	1908	Progressista
Diário Popular		Progressista
Debate		Regenerador
Direito		Popular, Regenerador
Echo da Revolução	1834-36	Setembrista
Flor do Oceano	1834-40	Cartista
Funchalense	1847	Setembrista
Fusão	1868	Fusionista
Imprensa	1862-1863	Histórico
Imprensa Livre	1868-70	Histórico e fusão
Jornal		Nacionalista
Liberal	1875-76	Liberal Republicano
Lucta	18881-894, 1896	Republicano
Luz	1881-82	Progressista
Madeirense	1847-49	Cartista
Novidades	1881-82	Regenerador
Ordem	1852-60	Cartista
Povo	1907-16	Republicano
Popular	1868	Reformista
Progressista	1851-54	Regenerador
Progresso	1879-80	Progressista
Razão		Popular
Rebate		Regenerador
Regeneração	1871	Regenerador
Religião e Progresso	1879-80	Progressista

A cidade e a toponímia do liberalismo

Arcebispo D. Aires [Rua]	É a actual Rua Deão. Foi rua Arcebispo D. Aires, em memória do ilustre madeirense Do. Aires de Ornelas de Vasconcelos(1837-1880), bispo do Funchal e Arcebispo de Goa.
Bettencourt [Rua]	Em memória do Dr. Nicolau Anastácio de Bettencourt(1810-1874), adepto de D. Pedro, tendo prestado serviços na Terceira e S. Miguel.
Brigadeiro Couceiro [Rua]	Actual Travessa do Alecrim, foi rua Brigadeiro Couceiro, para recordar o Brigadeiro António Rogério Gromicho Couceiro, governador civil, durante o momento da cólera morbus(1856), ficando assim reconhecidos os seus serviços.
Câmara Pestana [Rua]	**Luís da Câmara Pestana** (Funchal 1863 – Lisboa 1899) nasceu no Funchal onde fez o curso do Liceu, após o que se matriculou na Escola Politécnica e depois na Escola Médico-Cirúrgica, de Lisboa, formando-se em 1889. Foi o fundador e primeiro director do Instituto de Bacteriologia, especialidade que estudou em Paris, no Instituto Pasteur. Exerceu funções médico-cirúrgicas no Hospital de S. José e foi ainda professor na Escola onde se formou. Dedicou-se à investigação nas áreas de anatomia patológica e de bacteriologia. Foi atribuído o seu nome à Casa de Saúde Mental para doentes do sexo feminino, do Funchal.
Campo da Barca	Em 1897 era designado de Campo conselheiro José Luciano de Castro, passando em 191 para Campo Miguel Bombarda. É Campo da Barca em honra do Conde de Barca, António de Araújo de Azevedo, plenipotenciário português em França, aquando das negociações do Tratado de 10 de Agosto de 1907.
Cinco de Junho [Rua]	A actual Rua Major Reis Gomes, que foi rua Cinco de Junho em memória do dia 5 de Junho de 1834, altura em que foi proclamado o governo constitucional na Madeira
Conde de Canavial [Rua]	**João Câmara Leme Homem de Vasconcelos** nasceu no Funchal no dia 22 de Junho de 1829. Fez os estudos primários e secundários no Funchal donde transitou para a Universidade de Mompelier, aí se doutorando em Medicina em 1857. Foi professor e director da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, membro titular da Sociedade Médica de Emulação e da Sociedade de Cirurgia e de Medicina de Mompelier e membro correspondente de várias corporações científicas nacionais e estrangeiras, fundador e dirigente do Partido Progressista na Madeira. Em 1886 foi nomeado Governador Civil do Distrito do Funchal, depois de já ter desempenhado interinamente estas funções. Dedicou trabalhos notáveis às indústrias da Madeira com particular atenção para a cana de açúcar e o vinho, empreendendo inclusivamente a construção de uma fábrica de açúcar, a Fábrica de S. João com novos processos de melhor aproveitamento destes produtos. Instituiu várias associações de protecção e ajuda às classes mais carenciadas da sua terra. Impulsionou a *Companhia Edificadora do Teatro Funchalense* e foi o fundador dos jornais *A Liberdade, O Distrito do Funchal* e a *Luz*. Publicou imensos trabalhos científicos. Obteve vários prémios e condecorações como tributo dos seus esforços culturais, científicos e políticos. Foi agraciado com o título de Visconde e Conde de Canavial com brasão de armas. Faleceu a no Funchal a 13 de Fevereiro de 1902.
Conde Carvalhal [Rua]	Esta artéria do Funchal homenageia o 2º. Conde de Carvalhal, António Leandro da Câmara de Carvalhal Esmeraldo Atouguia Sá Machado (1831-1888), sobrinho-neto do 1º. Conde de Carvalhal e neto de Sebastião Xavier Botelho (1768-1840), que era Governador da Madeira, aquando da Revolução Liberal de 1820. Foi presidente da Câmara do Funchal entre 1879 e 1887 e levou uma vida exuberantemente faustosa no Palácio de S. Pedro, sua residência e onde estão instalados hoje o Museu de História Natural e o Arquivo Regional.

Conde do Ribeiro Real
[Largo do]

João Bettencourt Araújo Carvalhal Esmeraldo nasceu no Funchal em 1841. Foi Governador Civil do Funchal em 1879 e presidente da Câmara Municipal do Funchal, de 1887 a 1894. Recebeu o título de Visconde em 1882. Faleceu em 1902.

Cónego Alfredo
[Rua]

Alfredo César de Oliveira [1840-1908]nasceu em Santa Cruz a 22 de Maio de 1840. Depois de fazer os estudos preparatórios no Liceu do Funchal matriculou-se no curso de teologia do Seminário onde foi ordenado padre a 30 de Agosto de 1863. Em 1864 foi nomeado mestre de cerimónia e vice-vigário da freguesia de S. Roque e a partir de 1865 passa a exercer as mesmas funções na igreja de Santa Maria Maior. Neste ano foi nomeado professor substituto de Teologia no Seminário do Funchal e em 1867 foi nomeado cónego da Sé e exerceu vários cargos dentro da hierarquia religiosa, tais como: vigário-geral interino, membro da junta governativa do bispado, bibliotecário do Seminário, vigário-geral efectivo e substituto do governador do bispado do Funchal. Da Sé do Funchal foi transferido para a Sé de Évora em 1880.

Foi ainda um destacado jornalista. Fundou o periódico *A Lâmpada*(1872), e o *Diário de Notícias* do Funchal em 1876, colaborou na *Imprensa Livre*, na *Revista Semanal*, na *Aurora do Domingo* e na *Crença de Lisboa* entre outros. Publicou dois sermões em folhetos e outros que saíram na imprensa periódica madeirense e ainda o livro de poesias *Flores da Madeira*. Fundou em Évora o primeiro diário desta cidade o *Notícias do Alentejo*.

Na actividade política era membro do Partido Progressista, foi procurador à Junta Geral e vogal do Conselho do Distrito, deputado às Cortes por diversos círculos nas legislaturas de 1879, 1880, 1887 e 1897 e membro das comissões administrativas da Santa Casa da Misericórdia, do Asilo de Mendicidade e inspector do ensino primário.

Conselheiro (José Silvestre Ribeiro)
[Rua do]

José Silvestre Ribeiro nasceu em Idanha-a-Nova a 31 de Dezembro de 1807. Bacharel em Direito, foi governador civil do Funchal (1846-1848), deputado pelo círculo do Funchal entre 1848-1851, 1853-1856 e 1857-1858, Governador Civil de Angra do Heroísmo (Açores), Par do Reino, Ministro e Conselheiro de Estado. Chegou à Madeira a 12/09/1846, acompanhando António José d'Ávila (depois Duque d'Ávila e Bolama), o qual vinha como comissário régio para proceder a um inquérito sobre os acontecimentos provocados pelo proselitismo calvinista do médico escocês Dr. Robert Kalley na Madeira. Fundou o Asilo da Mendicidade, a Sociedade Agrícola, mandou construir a Ponte do Ribeiro Seco e a ligação viária até Câmara de Lobos, a iluminação pública nas ruas do Funchal, repovoamento de arvoredos e construção de casas de abrigo nas serras da Madeira, a levada do Rabaçal, entre outras obras públicas. Saiu da Madeira a 27 de Novembro de 1852 e morreu em Lisboa a 9 de Março de 1891.

Coronel Cunha
[Rua]

Domingos Alberto da Cunha (1826-1892), nasceu e faleceu no Funchal. Militar de carreira, atingiu o posto de coronel em 1885. Formado em Engenharia Militar, superintendeu a Direcção das Obras Públicas do Funchal e mais tarde a Comissão de Engenharia Militar da Madeira, cumprindo ainda outras missões no Continente e nos Açores.

D. João
[Rua]

Tomou o nome em honra de D. João Frederico da Câmara Leme(/1878) que foi Governador Civil do Funchal.

Dom Manuel de Castro
[Rampa e Ponte]

A actual Rampa do Cidrão, a que foi dado o nome em honra de D. Manuel de Portugal e Castro, governador e capitão-general da Madeira de 1823 a 1825.

Dr. Pita
[Rua]

António da Luz Pita (1802-1870) nasceu na Vila da Ponta do Sol e faleceu no Funchal. Formou-se em Letras(1826) e Ciências Físicas (1827) e doutorou-se em Medicina (1830), na Universidade de Mompilher. Foi deputado pela Madeira entre 1851 e 1856, Presidente da Câmara do Funchal entre 3 de Janeiro e 26 de Abril de 1854, professor na Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e um dos fundadores da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. Publicou várias obras adentro da sua formação académica.

Gomes Freire
[Rua]

A actual Rua do Bispo, que mereceu este nome em memória do General Gomes Freire

Hermenegildo Capelo [Rua]

Foi aberta em 1814 com o nome de Rua dos Frades. A Câmara atribuiu-lhe o actual nome em 1885 com a passagem de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens pelo Funchal, exploradores que empreenderam a célebre viagem entre Angola e Moçambique.

Imperatriz [Rua da]

Esta imperatriz é D. Amélia, viúva do imperador do Brasil e rei de Portugal D. Pedro, que em Agosto de 1852 veio para a Madeira, em busca de cura de tuberculose para a sua filha Maria Amélia, a qual aqui faleceu cinco meses depois. Como prova de gratidão para com os madeirenses que a acolheram e à sua filha com manifestações de muita simpatia, a imperatriz fundou no Funchal um hospício para tratamento de tuberculosos, a que deu o nome da sua filha, que funcionou primeiro na Rua do Castanheiro até à construção do actual edifício, na Avenida do Infante, que decorreu entre 1856 e 1862. Hoje é escola e lar da 3ª idade.

Jaime Moniz [largo]

Jaime Constantino de Freitas Moniz (1837-1917), advogado, professor e político e obreiro da reforma do ensino liceal nos finais do século XIX.A Câmara Municipal do Funchal atribuiu, em 1962, o seu nome ao Largo em frente ao Liceu, colocando aí uma estátua .

Pedro José de Ornelas [Rua]

Esta rua teve anteriormente as designações de Caminho da Pena e ainda de Avenida Pedro José de Ornelas.

Pedro José de Ornelas, morgado da Pena, nasceu no Funchal em 1819, onde veio a falecer em 1875. Foi presidente da Câmara do Funchal entre 1872 e 1877.

Pimenta Aguiar [Rua]

Manuel Caetano Pimenta Aguiar [1765-1832] nasceu no Funchal no dia 16 de Maio de 1765. A partir de 1778 estudou no Colégio Real dos Nobres e em 1785 frequenta em Paris um curso de artes e ciências. Aquando da revolução de 1789 em França estava ao serviço do exército francês onde alcançou o posto de capitão de cavalaria e a Cruz da Legião de Honra. Terminada a revolução, regressa a Portugal e de 1822 a 1823 foi representante da Madeira em Cortes, sendo ainda deputado pela sua terra nas legislativas de 1826 a 1828. Por ter seguido a causa liberal de D. Pedro foi obrigado a deixar a política e a exilar-se.

São da sua lavra os seguintes escritos: *Virgínia*(1815), *Os dois irmãos inimigos*(1816), *D. João I*(1817), *Destruição de Jerusalém*(1817), *Conquista do Per*u(1818), *Eudoxa Licínia*(1818), *Morte de Sócrates*(1819), *Carácter dos Lusitanos*(1820), *Ania e D. Sebastião em África*.

Faleceu em Lisboa a 19 de Fevereiro de 1832.

Restauração [Largo da]

Fica situado a norte da Fortaleza-Palácio de S. Lourenço e confrontando com a Avenida Arriaga. A restauração a que se alude é a da Carta Constitucional, em 1834, após o triunfo liberal em resultado da guerra civil entre liberais e absolutistas (1832-34).

Serpa Pinto [Rua]

Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900) foi um oficial do Exército, que juntamente com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens fez algumas viagens de exploração do sul do continente africano, nos finais do século XIX, em nome do Governo, com vista à afirmação do Império Colonial Português. Foi Governador-Geral de Cabo Verde entre 1894 e 1897.

Severiano Ferraz [Largo]

É vulgarmente conhecido por Largo da Cruz Vermelha, por aí se situar a sede da delegação desta no Funchal.

Severiano Alberto de Freitas Ferraz (1792-1856) foi um industrial que nasceu e faleceu no Funchal. Em 1822 fundou uma fábrica de destilação de vinhos e em 1828 a primeira fábrica de açúcar do século XIX, que continuou na posse da família até 1888. Liberal convicto e militante, colaborou no jornal *Patriota Funchalense* e foi perseguido durante a governação absolutista do rei D. Miguel. Fez parte da vereação da Câmara do Funchal, protector da Banda dos Artistas e sócio correspondente da Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes.

Serpa Pinto [Rua]

Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900) foi um oficial do Exército, que juntamente com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens fez algumas viagens de exploração do sul do continente africano, nos finais do século XIX, em nome do Governo, com vista à afirmação do Império Colonial Português. Foi Governador-Geral de Cabo Verde entre 1894 e 1897.

Visconde Cacongo [Rua]

João Rodrigues Leitão (1843-1925) nasceu em Ponta da Barca, mas passou a residir na Madeira aos 10 anos, vindo com um tio que aqui se estabeleceu com uma casa bancária. Após os primeiros estudos no Funchal, dirigiu-se a Angola onde fez fortuna no comércio, possibilitando, com o seu prestígio e influência, a posse por parte de Portugal dos territórios de Cacongo e Massabi, permitindo assim, na Conferência de Berlim, que estabeleceu a partilha de África pelas potências europeias, a posse para Portugal do enclave de Cabinda. Por este motivo foi agraciado pelo rei D. Luís com o título de Visconde de Cacongo, em 1884. No final da vida voltou à Madeira, dedicando-se a várias obras filantrópicas, vindo a falecer no Funchal.

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1.BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1.FONTES

BOTELHO, Sebastião Xavier, *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois do Memoravel dia 28 de Janeiro*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1821.

DRUMOND DE MENEZES, Sérvulo de, *Uma época Administrativa da Madeira e Porto Santo*, Vols. 1 e 2, Funchal, Typ. Nacional, 1849-50.

FREITAS, António Jacinto de, *Uma época Administrativa da Madeira e Porto Santo*, Vol. 3, Typ. Nacional, 1852.

GIRALDES, Joaquim P. C. C., *Relação Circunstanciada do modo com que se Desenvolveo se promoveo e se proclamou a constituição na Ilha da Madeira no memorável dia 28 de Janeiro de 1821*, Lisboa, Tip. Rollandiana, 1821.

GOUVEIA, António Homem, *A Situação da Madeira*, Lisboa, Typ. do Bem Público, 1907.

MACEDO, João Crisóstomo, *O Tramista Descoberto*, Londres, E. Justins, 1822.

PEREIRA, João Augusto, *Discurso acerca do Estado Anarchico en que se encontra o distrito do Funchal(...)*, Funchal, Typ. do Diário Popular, 1903.

VIEIRA, Manuel José, *Discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 7 de Maio de 1883*, Lisboa, Typ. do Diário da Manhã, 1883.
- *Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 13 de Fevereiro de 1884*, Lisboa, Typ. do Diário da Manhã, 1884.

1.2: BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Augusto dos Santos, "O Patriota Funchalense ou o Elogio do Contra-Poder", *Actas do 2ª Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990, pp. 379-400.
- "Descobrimento. fenómeno de opinião e de recorrência histórica na imprensa madeirense(1821-1850)", in III *Colóquio Internacional de História da Madeira* pp.207-212.

BRANCO, Jorge Freitas, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.
- "Factor ecológico e hegemonia política: Questões da Madeira (séculos XVIII-XIX)", II *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 285.

COUTO, Jorge, "O projecto do Barão de S. Pedro de abolição dos vínculos no arquipélago da Madeira (1850)", I *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1990 p. 671.

FERREIRA, Pedro Manuel P., "As eleições de 1887. Um teste aos republicanos da Madeira", revista *Atlântico*, N.º 12, Inverno de 1987, pp. 295-302.
- "Tumultos Populares na Madeira. A Parreca (1887-1888)", *Islenha*, n.º 4, Janeiro-Junho de 1989, pp. 64-70.

FRANÇA, Isabella de, *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1970.

GOMES, Fátima Freitas, "Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, o morgado liberal e a decisão criativa", *Islenha*, N.º 21, Julho-Dezembro de 1997, pp. 79-109.

GONÇALVES, Dr. Ernesto, Estudo para uma biografia de Gomes Leal, *Das Artes e da História da Madeira*, 1955, Vol. IV, Nº 19-20, pp. 1-8, 71-80.
- "António Nobre, Raul Brandão e Camilo Pessanha", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, 1967(?), Nº 37, pp. 1-27.

JANES, Emanuel, "A Apetência Inglesa pela Madeira no final da Monarquia Absoluta e principio do Liberalismo (1801-1828)", *V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, publ: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, Angra do Heroísmo, 1999.235-247.

LEITE, José Guilherme Reis, "A Autonomia das Ilhas Atlânticas os Açores e a Madeira. A Experiência açoreana do século XIX", *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986*, 1º volume, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1989, pp. 388-402.

LOJA, António Egídio Fernandes, *A Luta do Poder contra a Maçonaria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1986

MEDINA, João, "O Zé Madeirense. A propósito dos incidentes eleitorais de 1882", revista *Islenha*, n.º 1, Julho-Dezembro de 1987, pp. 38-44.

NASCIMENTO, Cabral do, Um madeirense emissário secreto de D. Pedro II, *Arquivo Histórico da Madeira*, 1951, Vol. II, pp. 82-87.

NEPOMUCENO, Rui, *As Crises de Subsistência na História Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, pp. 119-173.

PITA, Gabriel de Jesus, "A Apologia da Regeneração e da Fusão, por José da Silva Mendes Leal, em 1867, e as reticências da imprensa madeirense", *Islenha*, N.º 19, Julho-Dezembro de 1996, pp. 131-139.

RODRIGUES, Paulo Miguel, " A Madeira e os seus Representantes na Câmara dos Deputados (1826-1828). Um contributo para o seu estudo", *Islenha*, N.º 22, Janeiro-Junho de 1998, pp. 155-164.
- *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999.

SARMENTO, Alberto Artur, *Ecos da Maria da Fonte na Madeira*, Funchal, Typ. do Diário de Noticias, 1932,

SILVA, António Ribeiro Marques da, *O Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

SOUSA. J. Abreu de, "A Patuleia na Madeira 1847", *Islenha*, nº 14, Janeiro-Junho 1994, pp. 5-21
VERÍSSIMO, Nelson, "O Deputado do Povo Manuel de Arriaga (1882)", *Islenha*, N.º 1, Julho-Dezembro de 1987, pp. 45-52.
-"O Deputado do Povo Manuel de Arriaga (1882-1884)", *Islenha*, Nº 4, Janeiro-Junho de 1989, pp. 52-58.
- Bulhão Pato e a Madeira, *Atlântico*, 1989, Nº 17, pp.17-29.

VIEIRA, Aberto, "José Maria Monteiro, o chefe da arruaça miguelista na Madeira", *Revista* do *Diário de Notícias*, do Funchal, 6 de Maio de 1990.

2. ESTÁTUAS E BUSTOS

- João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos(Conde de Canavial)[Funchal: Campo da Barca]
- Jaime Constantino de Freitas Moniz[Funchal: Largo Jaime Moniz]
- João José Rodrigues Leitão[1º Visconde de Cacongo]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira-inventário*, Funchal, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, 1993.

3. RUAS

Rua Conde de Canavial, Rua Imperatriz Maria Amélia, Rua Câmara Pestana, Rua Latino Coelho, Rua Roberto Ivens, Rua Bela de S. Tiago, Rua Elias Garcia, Rua Cónego Alfredo, Rua Coronel Cunha, Rua Dr. António Leite Monteiro, Rua Serpa Pinto, Rua do Vale Formoso, Largo do Phelps, Rua Latino Coelho, Campo da Barca, Rua Pedro José de Ornelas, Rua Dr. Vieira[Rua da Carreira], Rua Gomes Freire, Pimenta de Aguiar.

9 – A 1.ª REPÚBLICA E A MADEIRA



CONCEITOS	PERSONALIDADES
- República	- Manuel Augusto Martins
- Sidonismo	- Francisco Correia Herédia
- Regionalização	- Eduardo Antonino Pestana
- Federalismo	- Manuel Tolentino da Costa
- Autonomia	- Luís Vieira de Castro
- Separatismo	- Quirino de Jesus
	- Henrique Vieira de Castro
	- Visconde do Porto da Cruz
	- Manuel Pestana Reis

TEMAS

9. 1 – O Contexto Histórico Nacional

9.2 – O debate e o combate pela autonomia

- Os acontecimentos
- As obras públicas
- A regionalização

9.3 – A política autonomista da 1ª República

Para saber mais...

- Personalidades de destaque na luta pela autonomia
- Deputados e senadores madeirenses
- Toponímia da 1.ª República

TEMAS EM DESTAQUE:

- *Republicanismo*
- *Rede Viária na República*
- *Junta Agrícola*
- *Federalismo*
- *O ensino na República*
- *O Jornal da Madeira e o Debate Autonomista*

CRONOLOGIA

DATA	06/10/1910	Março 1916	03/12/1916	12/12/1917	11/11/1918	23/11/1923	28/05/1926
ACONTECIMENTOS	A República é aclamada na Madeira	Entrada de Portugal na 1.ª Guerra Mundial	Submarino alemão bombardeia o Funchal e afunda barcos na Pontinha	Submarino alemão bombardeia o Funchal .	Fim da 1.ª Guerra Mundial	É fundado o Jornal da Madeira	Fim da 1.ª Republica e início da ditadura militar

REPUBLICANISMO

Na *Cartilha do Povo*, espécie de catecismo de doutrina republicana, em forma de diálogo, publicada em 1884 pelo professor José Falcão, o personagem João Portugal, da cidade, tentava convencer o Zé Povinho, do campo, de que a resolução dos seus problemas, por que ele tanto anseia, só pode concretizar-se com o advento da República.

O projecto republicano foi assim um reformismo regenerador, com base na revitalização do império colonial e na exaltação nacionalista, de que o hino "A Portuguesa", de 1890, decretado em 1911 hino nacional, é um brilhante exemplo.

O anti-britanismo e o colonialismo são os carris sobre que o comboio republicano inicia a sua marcha triunfal. A luta pela democracia política mais autêntica, sem poderes hereditários e com sufrágio universal, pela liberdade de pensamento, pela instrução popular, pela descentralização constituem os elementos-chave do discurso republicano. Tudo isto foi apresentado sob forma messiânica, salvífica: a Monarquia é a ré de todos os males e a República a única solução salvadora.

O republicanismo representa a emancipação final da burguesia face à fidalguia, com a qual vivera em compromisso durante o constitucionalismo monárquico (1820-1910). O republicanismo não visava a revolução social e a classe operária organizada assustava-o. Daí a forte repressão do movimento grevista em 1912.

Evidencia-se também o carácter radical e populista de algumas das propostas, como sucedeu com as medidas legislativas do Governo Provisório entre 1910 e 1911: direito à greve, fixação de limite de horário de trabalho, descanso semanal obrigatório, leis anti-clericais, divórcio, etc. Isto desencadeou uma situação que não foi capaz de dominar, ou que só o conseguiu de forma violenta, como o atestam as experiências ditatoriais de Pimenta de Castro, entre Janeiro e Maio de 1915, e de Sidónio Pais, entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918.

O regime republicano (1910-1926) caiu nos mesmos erros que tanto denunciou na Monarquia: o centralismo político, o clientelismo partidário e o caciquismo político, a instabilidade governamental (45 Governos em 16 anos), o agravamento do défice orçamental, os escândalos políticos.

A participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial e as dificuldades daí decorrentes agravaram a situação, provocando o divórcio entre o povo e o poder, aquilo que o PRP tanto denunciara nos tempos da Monarquia.

Da República ficou sobretudo um conjunto de intenções que não foram cumpridas, uma legislação social avançada, mas que em muitos casos não passou do papel. Os resultados positivos situam-se apenas nas áreas cultural, ensino e social..

O contexto histórico nacional

A *Geração de 70* e as *Conferências do Casino* (1871) contribuíram para a divulgação da ideia republicana em Portugal. Em 1876 nasce o Partido Republicano Português (PRP), mas foi sobretudo a partir das comemorações do tricentenário da morte de Camões (1880), do 1º centenário da morte do Marquês de Pombal, lutador anti-clerical (1882) e do *Ultimatum inglês* de 1890, golpe profundo nas aspirações colonialistas portuguesas em África, que o PRP ganhou verdadeira expressão pública.

O pensamento republicano passava através das acções de propaganda promovidas pela máquina partidária e pela imprensa a ele afecta. Aqui é evidente um projecto vago de regeneração nacional e uma forte dose de messianismo político, que crescia na razão proporcional do acumular de erros da Monarquia Constitucional. O PRP apostou na denúncia veemente da saturação do país:

- estagnação cultural e a ligação estreita entre o poder político e a hierarquia católica, conservadora e tradicionalista, numa época de positivismo, cientismo e anti-clericalismo pela Europa;
- arrogância política, clientelismo partidário e repressão sobre as forças adversárias, com a revolta republicana fracassada de 31 de Janeiro de 1891 e a Ditadura de João Franco (1906-1908);
- sucessão de escândalos político-financeiros (emissão de notas falsas, questão dos Adiantamentos à Casa Real, etc.);
- subordinação ao capital estrangeiro (questão Hinton, Companhia dos Tabacos, etc.);
- centralismo político de Lisboa e esquecimento das Províncias e desvalorização do poder municipal;
- incapacidade política dos partidos monárquicos de continuarem a produzir um projecto conciliador nacional, donde a sua desagregação e pulverização;
- falência do modelo fontista de aposta no desenvolvimento das vias de comunicação e do comércio externo, que acabou por tornar a economia portuguesa cada vez mais dependente do estrangeiro, agravando o défice da balança comercial.

Os pequenos e médios industriais e comerciantes não se reviam na política monárquica, que cada vez mais se apoiava no grande capital nacional e estrangeiro. O funcionalismo público, mal pago, não conseguia fazer face à carestia de vida. O movimento operário, pouco organizado e sem grande consciência de classe, aderiu com entusiasmo ao movimento messiânico republicano, que lhe promete melhorias a curto prazo.

O republicanismo foi essencialmente um fenómeno urbano, das classes médias. O analfabetismo e a influência clerical no interior foram um obstáculo à penetração republicana.

“Que o novo governo seja tolerante, dentro da esfera dos seus princípios; que não consinta nem pratique represálias e perseguições, que não teriam justificáveis razões de ser; que expurgue dos processos do governo, políticos e administrativos, todas as velhas praxes de corrupção, esbanjamento e moralidade que se haviam alastrado pelas diferentes esferas do poder como uma lepra inextinguível(...)”[Luís d' O. P. Coelho, *Diário de Notícias*, 7 de Outubro de 1910]

O debate e combate pela autonomia

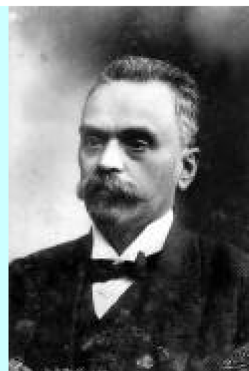
Os acontecimentos

Às 18 horas do dia 5 de Outubro de 1910, a agência telegráfica Havas confirmava aos funchalenses os boatos que já circulavam acerca do triunfo da revolução republicana. No mesmo dia a Comissão Republicana do Funchal, reunida no Centro Republicano Manuel Arriaga, indicou o Dr. Manuel Augusto Martins para governador civil e o Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior para administrador do concelho do Funchal, nomeação que o Governo Provisório da República confirmou telegraficamente.

No dia seguinte, foi oficialmente proclamada a República na Madeira, conferida a posse dos novos governantes e hasteada, pela primeira vez, a bandeira republicana, na Fortaleza-Palácio de S. Lourenço, sede do poder político e militar na Madeira. Seguiram-se os discursos dos novos governantes, proferidos numa varanda do **Golden Gate** e a confraternização entusiástica dos militares com o povo que, acompanhados duma banda filarmónica, percorreram em festa várias ruas do Funchal.

A adesão da população rural à República, na MAdeira como no Continente, foi lenta e menos entusiasta. A forte influência dos caciques monárquicos (líderes dos partidos monárquicos), com o apoio do clero, dificultaram a penetração da propaganda republicana. Em Santana a República só foi proclamada a 1 de Fevereiro de 1911 com a intervenção de um pelotão da *Companhia de Caçadores 6*. No Estreito de Câmara de Lobos tal só viria a acontecer no mês seguinte.

Em Machico, desde as 23 horas do dia 11 de Dezembro de 1910 até o amanhecer do dia seguinte, a bandeira monárquica voltou a ser hasteada no forte de S. João Baptista pelos amotinados contra a instalação naquela Vila de um hospital de isolamento de doentes de cólera. A epidemia, que já provocara muitos mortos em 1856 e em 1905-6, reacendeu-se a 20 de Outubro de 1910 ao Funchal, propagando-se a algumas povoações da Madeira, nomeadamente Machico. O povo, desesperado e ignorante, incitado por fanáticos anti-republicanos, reagiu saqueando também a casa do Delegado de Saúde, na altura ausente em Lisboa, o Dr. António Balbino do Rego, acusado de andar disfarçado pela calada da noite a envenenar as águas por toda a ilha, causando assim a doença.



MANUEL AUGUSTO MARTINS [1867/1936]. Manuel Augusto Martins nasceu no Funchal no ano de 1867 e morreu, solteiro, na mesma cidade no dia 4 de Abril de 1936. Fez os estudos preparatórios no Liceu do Funchal, matriculando-se de seguida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se formou.

Quando terminou o curso regressou ao Funchal, onde abriu banca de advogado. Depois desempenhou várias funções como jurista, político e jornalista.

Politicamente foi um fervoroso adepto das ideias republicanas, que defendeu, mesmo antes da implantação da República, tendo fundado e dirigido o jornal republicano *O Povo*.

Após a implantação da República foi o primeiro Governador Civil do Funchal, cargo que exerceu por duas vezes. A segunda vez ocorreu após a liquidação do movimento monárquico que se seguiu à morte de Sidónio Pais.

Foi deputado à Assembleia Constituinte, Senador eleito pela Madeira e vereador da Câmara Municipal do Funchal por duas vezes.

Nos últimos anos de vida abandonou a actividade política por não pactuar com o novo regime que se estava a institucionalizar e dedicou-se exclusivamente à sua actividade de advogado.

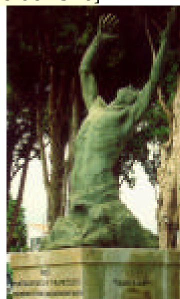
MORTES PELA CÓLERA MORBUS
1856 e 1910

Concelhos	1856	1910
Funchal	2014	210
C. Lobos	532	161
P. Sol	281	71
Machico	319	75
Santa Cruz		26
S. Vicente	716	
R. Brava	510	
Calheta	328	
P. Santo		13
Total	4700	**556**



Monumento aos Mortos da 1ª Grande Guerra[Av. do Mar, Funchal]

"Mal se podia imaginar o brutal e traiçoeiro assalto dum submarino alemão ao porto do Funchal, em pleno dia, manifestando a maior audácia nessa criminosa investida, audácia que já de antemão tinha a certeza de que ficaria impune pela falta de recursos e elementos de defesa da nossa costa.(...) Não quiseram que terminasse o ano de 1916, sem virem deixar à Madeira o seu catão de visita que é, como quem diz, uma amostra do seu ódio e da sua perversidade sem nome. As granadas que o sinistro submarino lançou sobre a cidade do Funchal, foram também como o cartão de agradecimento pela maneira cavalheiresca e generosa, digna de um povo civilizado como os Funchalenses trataram os súbditos alemães residentes aqui, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. [*Diário de Notícias* de 5 de Dezembro de 1916]



Monumento aos mortos na manhã de 3 de Dezembro de 1916 [Cemitério das Angústias, S. Martinho]

O regime republicano foi gerando paulatinamente entusiasmo e esperança junto da população, através das reformas realizadas nas áreas social e laboral. A legislação anti-clerical, decretada pelo Governo Provisório da República(Outubro de 1910-Agosto de 1911), nomeadamente a extinção das Ordens Religiosas e o confisco a favor do Estado dos seus bens, radicalizou as posições pró e contra a República. Também na Madeira os edifícios dos conventos foram ocupados pelo poder civil. O Colégio dos Jesuítas passou a ser um aquartelamento militar e o Convento das Mercês foi convertido em Cadeia.

O encerramento da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, cuja obra social tinha sido pouco tempo antes reconhecida oficialmente pelas autoridades, foi muito criticado e notado. A sua fundadora, a cidadã britânica Mary Jane Wilson, tendo-se recusado a deixar o hábito religioso, como ordenava a nova legislação, foi presa e compelida a deixar a Madeira, rumo à sua terra natal, só regressando a 1 de Novembro de 1911.

A entrada de Portugal na 1ª guerra mundial (1914-18), a partir de Março de 1916, causou sérias dificuldades económicas e agravou os conflitos sociais. A mobilização militar, os elevados custos da guerra, o agravamento da situação económica e financeira e o inevitável aumento de impostos, a desvalorização da moeda e a consequente subida dos preços, originaram o descontentamento geral.

As dificuldades no transporte de mercadorias, nomeadamente dos alimentos, por causa da insegurança dos mares com a guerra, penalizaram muito mais os madeirenses, sempre dependentes do abastecimento externo. O operariado, a quem a República tinha proporcionado regalias sociais, consciência de classe e organização, travou uma luta muito empenhada e agressiva, contra as autoridades republicanas, que responsabilizou pela alta do custo de vida. Foram seus porta-vozes os seus semanários *O Proletário* e *Trabalho e União*,

O período da guerra contribuíu para atenuar o conflito ideológico entre monárquicos e republicanos evidenciando-se a quase unanimidade de protestos contra as autoridades, em torno da "questão das subsistências". Em Agosto de 1917, o governador civil substituto, Dr. António Jardim, foi demitido pelo Governo, porque face à fome que já alastrava na Madeira, ordenara o descarregamento no Funchal de 700 toneladas de milho de África destinado ao Continente.

A guerra entre Portugal e a Alemanha chegou também à Madeira e provocou o bombardeamento do Funchal por duas vezes. O primeiro, a 3 de Dezembro de 1916, provocou o afundamento na baía do Funchal de 3 barcos franceses, a morte de 33 membros da tripulação e 8 madeirenses da empresa Blandy que no momento

forneciam carvão a um destes barcos. O segundo aconteceu no dia 12 de Dezembro de 1917, causando sérios estragos em vários pontos da cidade, nomeadamente na igreja de Santa Clara, onde o Padre Abel da Silva Branco celebrava a missa, provocando cinco mortos e muitos feridos.

As obras públicas

No período da República a intervenção do Estado em termos de obras públicas foi fraca. Primeiro o regime, na sua luta anticlerical, começou por aproveitar os edifícios religiosos, que nacionalizou, para instalação de serviços públicos. Foi o que se passou por exemplo em relação aos conventos das Mercês e de Santa Clara, o Seminário para Escola de Belas Artes(1913), Paço Episcopal para o Liceu do Funchal(1913). A isto acresce a instabilidade política e as sucessivas quedas de Governo que dificultaram a concretização de projectos e a realização de obras várias vezes planeadas.

A grande iniciativa de vulto foram as obras do porto do Funchal, cujo arranque foi sucessivamente adiado. Uma portaria de 8-12-1911 criou uma comissão de estudo para o início das obras. A lei nº 89 de 13/8/1913 estabelece a Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, que só será regulamentada através da portaria de 27 de Novembro de 1915. Os seus principais objectivos eram: reparação e ampliação do porto e do cais, construção de armazéns no porto, abertura de uma avenida entre o cais e o porto. A adjudicação das obras é feita à empresa “Fumasil” em 1923, cujo contrato é rescindido em 1928.

É de salientar que várias iniciativas decorrem de uma planificação e projectos anteriores. É o caso da Rede Telefónica inaugurada em 1911, cujos trabalhos se tinham iniciado em 1909. A sua extensão ao meio rural, embora solicitada pela Câmara do Funchal em 1915 só aconteceu na década de 1920. O sistema de telecomunicações alargou-se ao serviço externo desde 1922 com a Telegrafia Sem Fios(TSF), que deu continuidade ao serviço montado pelos ingleses na Quinta Santana durante a guerra.

O mesmo sucede com o abastecimento de água à cidade era um projecto de finais do século XIX, mas o concurso público teve lugar só em 1908, sendo a sua conclusão atrasada por efeitos da guerra mundial.



Monumento a Nossa Senhora da Paz (1927)
Em 1917, o Padre José Marques Jardim, fez a promessa de erguer um monumento a Nossa Senhora da Paz no Terreiro da Luta, que só foi inaugurado passados dez anos.

REDE VIÁRIA NA REPÚBLICA

Em 1901 a Madeira tinha 9 Km de estradas que correspondiam ao percurso de Funchal a Câmara de Lobos. Entre 1913 e 1918 decorreu a terraplanagem da ligação de Câmara de Lobos à Ribeira Brava e a S. Vicente (Ribeira Brava - S. Vicente a partir de 1916). Esta obra foi levada a efeito pela Junta Geral em colaboração com a Junta Agrícola.

Entre 1914 e 1915 foi construída a Estrada dos Pretos no Funchal, tendo para o efeito o Visconde da Ribeira Brava aproveitado mão de obra de Cabo Verde.

A partir de 1918 e até 1926 a progressão das estradas da Madeira foi muito mais lenta.

Em 1926 a Madeira contava com 122 Km de estradas.

A regionalização

A mensagem messiânica da propaganda republicana foi geradora de promessas e esperanças para os madeirenses. A confraternização do novo poder com o povo, aquando da proclamação da República, e o carácter populista e demagógico das primeiras medidas legislativas do Governo Provisório, suscitaram nos madeirenses a convicção de que se dariam passos significativos para resolução dos ancestrais problemas.

O **Partido Republicano Português** (PRP) lutara contra o centralismo lisboeta do poder monárquico e as forças vivas da Madeira estavam cada vez mais conscientes de que a solução dos problemas da ilha passavam por uma maior autonomia administrativa e económica e que o estatuto autonómico de 1901 estava ainda aquém de corresponder a estes anseios.

Proclamada a República, alguns "filhos órfãos lastimosos" da Monarquia começaram a agitar a bandeira do regionalismo, como forma de oposição ao regime republicano e de intervenção na vida política. A

11 de Outubro de 1910, no *Diário de Notícias*, o Visconde Gonçalves de Freitas (1836-1915), deputado e Par do Reino, pela Madeira, no tempo da Monarquia, foi a primeira voz a surgir a público: "Nem republicanos, nem monárquicos. Nem ultramontanos, nem liberais. Madeirenses só! Porque a época não é própria para as distinções partidárias, mas para um abraço fraternal entre todas as classes sociais. Há grandes interesses a defender e importantes assuntos a discutir." Afirmava a necessidade de reunir esforços "puramente e exclusivamente madeirenses" e insurgia-se contra a verba insignificante que o Governo central enviara para fazer face à epidemia da cólera que surgira no Funchal, porque "a Madeira manda anualmente para os cofres do Estado, depois de feitas todas as despesas distritais, centenas de contos de reis". Conclui com um apelo ao fervor do debate e reclamação autonomista: "levantar bem alto a voz de forma que Portugal nos atenda e a Europa nos oiça".

A resposta veio pela voz de um republicano que assina com as iniciais L.O.P.C., que contrapõe o progresso da Madeira em marcha, dizendo que a sua continuidade depende do contributo dos portugueses, madeirenses ou não. São feitas acusações de chauvinismo e má-fé quanto aos impostos, uma vez que a Junta Geral administra muitas das verbas arrecadadas na Madeira, e de descrença e oposição à governação republicana "que não mente como nos mentiram durante três quartos de século, os governos da monarquia, que sempre nos ludibriaram".

A JUNTA AGRÍCOLA

A criação da Junta Agrícola em 1911 veio dar um evidente incremento às obras públicas A Junta tinha por objectivo de gerir o fundo constituído pelo imposto de fabricação de aguardente, já que um decreto da mesma data extinguia as fábricas de aguardente na Madeira.

De entre a sua acção destaca-se a expropriação das fábricas de aguardente, propaganda no estrangeiro dos vinhos da Madeira, recuperação por enxertia das castas tradicionais e fundação e manutenção de uma estação agrária, expressa em diversos campos experimentais no Funchal (Louros), Ribeira Brava, Paul da Serra e Porto da Cruz. O decreto regulamentar impunha o repovoamento florestal das serras e a criação de uma guarda florestal, cujo regulamento só foi aprovado em 1914.

A Junta instalou-se a 1912 e foi extinta por decreto de 1919(Dec. nº 5.492), que modificou o regime sacarino acabando com o monopólio do Hinton, e proibindo a instalação de mais fábricas de aguardente com efeitos a partir de 1920.

Em entrevista ao jornal *O Liberal*, a 5 de Junho de 1913, o visconde da Ribeira Brava, que se empenhara, já na Monarquia, na defesa dos interesses da Madeira, e que aderira ao PRP em 1908, exprime bem esta esperança e esta reivindicação: " Por várias vezes, durante o antigo regime, tentei fazer alguma coisa de bom pela Madeira; reconheci, porém, que seria impossível lutar com proveito e capitulei! Mas, logo que vi proclamada a República, entendi que era a hora de fazer justiça à nossa terra. Durante largos anos a Madeira foi despojada da quase totalidade dos seus rendimentos, enviando milhares de contos, e não recebendo o mais insignificante melhoramento ".
[*O Liberal*, a 5 de Junho de 1913]

REGIONALISMO: o conceito surgiu em França em 1874, sendo de uso corrente desde 1892 e pretende significar um movimento aberto a diversas correntes políticas e culturais e que actua na defesa dos interesses locais.

A política autonomista da 1.ª República

Cedo se desfizeram as ilusões de mudança com a República. Os republicanos quando assumiram o poder limitaram-se a expressar na Constituição de 1911 (Título VI, artigo 30º) a situação já reconhecida para as ilhas desde 1895. A revisão dos estatutos dos distritos autónomos foi remetido para o novo código administrativo, que nunca foi aprovado, regulando-se a execução por lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913 e as leis n.º 621 de 23 de Junho de 1916 e n.º 1453 de 26 de Julho de 1923. Na primeira lei sobre o funcionamento dos corpos administrativos não transparece qualquer diferença em relação ao sistema de governo dos distritos continentais.

Na discussão, ocorrida na Câmara dos Deputados em 19 de Abril de 1912, ficou expressa a opção republicana quanto às disposições especiais que regulavam a administração dos distritos insulares: "Trata-se na realidade de manter e sancionar, um regime que aqueles distritos gozam já (...) que produziu já os seus bons resultados na administração distrital".

O Visconde da Ribeira Brava considerava em 1913 que o novo regime era a veia desejada para a solução dos problemas da Madeira. Com a República chegou a "hora de fazer justiça à nossa terra(...). Durante largos anos a Madeira foi despojada da quase totalidade dos seus rendimentos, enviando milhares de contos, e não recebendo o mais insignificante melhoramento".

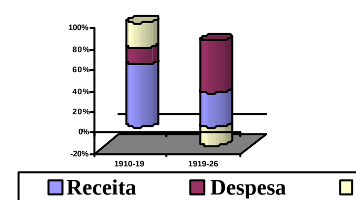
Ele, como deputado, vogal da Junta Geral e Presidente de Junta Agrícola, criada em 1911, actuou em benefício e promoção da agricultura. A par disso apostou na protecção à floresta, criando-se em 1913 a polícia rural e florestal. O plano de actividades completa-se com a abertura de estradas, de que se destaca a via entre o Funchal, Machico e São Vicente.

Para Avelino Quirino de Jesus a reivindicação do alargamento da autonomia da Madeira e Açores passa pelos aspectos financeiros e económicos e não pelos morais e políticos. Esta foi a preocupação do movimento autonomista dos anos vinte que insistiu na valorização do papel da Junta Geral, cuja intervenção nos melhoramentos públicos não se fazia por falta de recursos financeiros. Os avanços no processo autonómico passavam pelas questões financeiras.

A crise económica, que acompanhou a primeira guerra (1914-1918), fez com que despertasse o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular. A solução para estas dificuldades passará de novo pelo apelo à descentralização como forma de combater os problemas que afligiam a Madeira.

"A descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões". [*A Verdade*, 19 de Novembro de 1917]

AS FINANÇAS DA MADEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA



FONTE : Orçamento do Estado, INE-Estatística Financeira

"Nos últimos anos tomou vulto a ideia autonómica dos açoreanos e dos madeirense. Não está ainda suficientemente definida no espírito deles, embora as aspirações estejam completas no ardor e unanimidade. Isto concorre para que na metrópole haja suspeitas e oposições apenas fundadas no descontentamento. Supõe-se que a autonomia insular envolveria o perigo ou até a separação. Subentende-se talvez o receio de que os madeirenses queiram juntar-se à Inglaterra e os açoreanos aos Estados Unidos. Ilusões infinitamente distantes da realidade !(...)."
[**Avelino Quirino de Jesus**, "A Autonomia da Madeira e dos Açores", in *A Pátria*, nº.960, Lisboa 7 de Julho de 1923]

A MADEIRA E O CONTINENTE

A ideia que o Continente fazia dos insulares não era a melhor, sendo considerados na Câmara dos Deputados como bárbaros. Em 1912 o deputado Tomás da Fonseca recomendava a supressão das escolas normais nas ilhas "porque nestas se desnacionaliza a língua (...) a fala da ilha desnacionaliza a língua pátria".

SIDONISMO: movimento em torno de Sidónio Pais (1917-1918) que em 5 de Dezembro de 1917 chefiou a revolta com o objectivo de acabar com a guerra e derrubar os republicanos. Pretendia a renovação do regime com a "República Nova".

O ENSINO NA 1.ª REPÚBLICA

A política de ensino durante a República não foi favorável à Madeira no sentido de que acabaram-se com algumas iniciativas deste âmbito. Deste modo a Escola para formação de professores, criada em 1900, foi extinta em 1919, ficando apenas as de Lisboa, Porto e Coimbra, transformadas em Escolas Primárias Superiores e que acabaram extintas em1926.

A Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, criada em 1837 e que havia prestado um destacado papel na formação de médicos foi extinta em 1910.

O arquipélago dispunha já desde 1901 de uma autonomia administrativa, aspirando a mais, porque a situação estabelecida não interessava aos madeirenses. Aliás, nos Açores cresceu o movimento separatista, fruto duma simpatia confessa com os Estados Unidos. Este movimento foi entendido por Brito Camacho, líder do Partido Unionista, como uma forma de pressão usada pelos açorianos quando pretendiam "fazer alguma imposição à politicagem de Lisboa, ou fosse para lhe não mandar desembargadores, ou fosse para lhe subsidiar estradas".

Os madeirenses acompanharam os açorianos na reclamação de mais autonomia, retorquindo às reclamações dos políticos continentais quanto ao separatismo: "A descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões (...) só em Portugal, nação com um extenso império insular e ultramarino, é que o poder se centraliza na sua capital".

Nas vésperas do Sidonismo, o Visconde do Porto da Cruz (1890-1962) em artigo intitulado o "Regionalismo", publicado no semanário madeirense *O Progresso* em 1917 faz notar o subtítulo do semanário ["órgão de propaganda da Madeira"], incitando os madeirenses a lutar em prol da defesa dos seus interesses. Na sua óptica, de monárquico integralista declarado, o verdadeiro patriota tinha de ser à partida regionalista e o regionalismo e o patriotismo não se coadunavam com as facções partidárias do regime democrático da 1ª República. Propunha por isso uma luta empenhada contra a concorrência económica dos estrangeiros (nomeadamente ingleses) e contra o espírito estrangeiro de alguns portugueses que haviam copiado modelos políticos estranhos à tradição portuguesa da monarquia absoluta, por cujo regresso suspirava.

Esta luta pela Monarquia tradicional, ordeira e elitista, faz dar aval às ditaduras de Pimenta de Castro (Janeiro-Maio 1915), Sidónio Pais (1917-1918) e mais tarde à Ditadura Militar e ao Governo do Estado Novo de Salazar, para além da simpatia pública que exprimiu pelo nazismo.

O empenho na defesa dos interesses da Madeira continuou no semanário *Independência* (1928-1929) e ainda na *Revista Portuguesa e Ilustração Portuguesa* , durante o Estado Novo. O período da Ditadura de Sidónio Pais (Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918) proporcionou condições para uma reafirmação das propostas autonomistas para a Madeira. A governação do major Sidónio Pais foi um dilema e equívoco: o chefe era

republicano e mação, mas o seu apoio estava nos inimigos da República, isto é, entre os monárquicos e os católicos, que entretanto haviam constituído uma agremiação política, o *Centro Católico*, cuja figura principal na Madeira era o Dr. Juvenal de Araújo.

A "questão das subsistências", que agora se colocava de modo mais evidente, com o agravamento da dependência económica da Madeira em relação ao exterior e o aumento do custo de vida, provocados pela guerra, a que se juntavam a repressão sobre as forças republicanas e a censura aos jornais a elas afectos, suscitaram uma renovada vontade de afirmar a necessidade de uma maior autonomia para a Madeira.

O agravamento da crise económica madeirense, com o avanço da cana-de-açúcar, em detrimento de produções alimentares e o monopólio do fabrico do açúcar e da aguardente nas mãos do súbdito britânico Hinton, o exclusivo da compra do trigo de fora pelos donos das moagens (os particulares só podiam comprar trigo para semente), a morosidade dos contactos entre as autoridades da ilha e o Governo de Lisboa e o seu pouco empenhamento na resolução dos problemas específicos da Madeira, suscitou o desencanto político e uma vontade renovada de luta em prol da maior descentralização administrativa e económica. O semanário republicano madeirense *A Verdade* escrevia a 31 de Março de 1917, sob o título "Um ludíbrio", que "a Pátria foi redimida pela República, mas a República não redimiu o povo da miséria".

Para os insulares a "República Nova" saída da Revolução de 5 de Dezembro de 1917 foi o renascer da esperança que cedo esmoreceu. Este desencanto fez cresceu a oposição à "Nova República", e o desejo de retorno à "República Velha". Foi neste contexto que surgiu a 15 de Maio de 1918, a tentativa de formação de um partido regionalista, sob a designação de "Partido Trabalhista", por iniciativa da União dos Sindicatos do Funchal, mas com o apadrinhamento e empenhamento do republicano portosantense Manuel Gregório Pestana Júnior. Era uma proposta de alternativa ao sidonismo e em prol da "defesa dos trabalhadores e do progresso da Madeira". No seu programa destacam-se as principais questões que preocupavam os madeirenses, como o monopólio do açúcar, álcool e aguardente, o regime cerealífero e a colonia.

O Sidonismo desapareceu com a assassínio de Sidónio Pais em 5 de Dezembro de 1918, retornando-se a "velha república". A partir de 1922 a situação da ilha não era distinta dos anos anteriores mas tinha o condão de ter sido o momento escolhido para a comemoração do quinto centenário do descobrimento da Madeira. Este foi o argumento para fazer despertar o espírito autonomista e regional dos



Sidónio Pais

"A liberdade coarctada, a imprensa amordaçada e a Constituição política do país por vezes suspensa, não havia quem resistisse a tão despótico governo.

Só uma revolução poderia pôr termo a tão desgraçada situação, que nos envergonhava aos olhos de nacionais e estrangeiros.

Essa revolução rebentou triunfalmente em 5 de Dezembro último, com o aplauso de todos os bons e sinceros portugueses, em que de novo nasceu a esperança de melhores dias para a nossa querida pátria."[*A Verdade*, 28 de Janeiro de 1918]

"O Sr. Sidónio Pais tem falado muito, de norte a sul do país e ainda nada logrou dizer que valha a pena ouvir-se.[...]
Está a vida cada vez mais cara, para muitos sendo já incomportável?"
[*A Época*, 7 de Abril de 1918]

madeirenses. "No dia em que for decretada a completa autonomia, ter-se-á descoberto a Madeira pela segunda vez" afirmava Pestana Reis no *Diário de Notícias,* 20 de Outubro de 1922.

A primeira República revelara-se interessada em mudar a situação da Madeira, mas neste segundo momento o conturbado movimento político e as medidas de sobrecarga tributária foram muito sentidas pelos madeirenses, fazendo evidenciar-se a ideia de espoliação financeira. A crise económica e financeira da Madeira obrigava à tomada de medidas, sendo o alargamento da autonomia administrativa, segundo o editorialista do *Diário de Notícias* [19.10.1922], "o único caminho a seguir para a salvação da Madeira".

No princípio dos anos vinte o debate e combate pelo alargamento da Autonomia da Madeira ganhou renovado entusiasmo e uma nova dimensão. Em Outubro e Novembro de 1920, o Dr. Eduardo Antonino Pestana, entusiasmado com os resultados positivos da realização em várias localidades do Continente de Congressos Regionais, iniciativa que partira do então director do *Diário de Notícias*, de Lisboa, Dr. Augusto de Castro, reclama insistentemente, no *Diário de Notícias*, do Funchal, a necessidade de idêntica iniciativa na Madeira. O objectivo do congresso, a realizar na Madeira, era produzir um levantamento dos principais problemas que se debatia a sua terra natal e criar uma comissão para reclamar as soluções necessárias junto dos parlamentares madeirenses e dos ministérios do Terreiro do Paço, em Lisboa. Isto é, criar um grupo de pressão madeirense em Lisboa.

O apelo encontrou eco nas forças conservadoras da Madeira, apesar da inércia ainda revelada. Antonino Pestana, sem confrontar directamente o regime parlamentar da República, dizia que as querelas políticas davam lugar às questões económicas e que a organização da Nação em classes (referência tímida ao corporativismo) era uma novidade face à organização em torno de partidos políticos, base que considera caduca. Estávamos então a caminhar para a época das ditaduras na Europa incitando as forças vivas da Madeira "a abandonar este letargo estúpido em que temos vivido e onde todas as iniciativas se acostumaram já a abortar antes mesmo da menor florescência" (1920).

Antonino Pestana chamou a atenção para a importância da imprensa neste despertar a opinião pública para a defesa dos seus interesses, já que a ilha "não pode continuar a ser objecto nem das ironias do Estado nem da incúria das corporações administrativas que têm presidido aos seus destinos (...) Temos recebido em

"Com uma tal concentração do poder, nunca as ilhas nem as possessões ultramarinas atingiram o grau de prosperidade a que lhes dá jus a sua extensão territorial, a sua situação geográfica e outros predicados que as tornariam imensamente ricas, se outra fosse a trajectória dos governos de Lisboa.

Por isso não admira que de vários pontos nos cheguem os actos de acentuados protestos e que do Alentejo, dos Açores e do Ultramar nos cheguem os clamores de independência, autonomia e descentralização.

E a Madeira, pequena mas rica ilha, que no meio do vasto oceano se destaca como o mais belo jardim, não pode ser estranha aos clamores das terras suas irmãs, e deixar de pugnar também pela sua descentralização.

Nenhum madeirense, de certo, pensa em deixar de ser português, mas o que também nenhum pode deixar de aspirar é ser bem governado e poder contar, nos momentos solenes, com o apoio e a protecção dum Estado onde haja mais obra e menos papelada. (...).

Este erróneo processo de administrar terras tão distantes nunca deu um passo para a frente no caminho do progresso, e a Madeira não é das que menos se tem ressentido de tão maus precedentes" [Semanário *A Verdade*, 19 de Novembro de 1917]

"(..)chegou o momento em que se compreendeu que a demasiada centralização da vida administrativa deixou de ser um perigo para ser uma burla. O Terreiro do Paço, tal qual existe e é, não pode subsistir na sua significação absorvente, porque é a paralisação das energias nacionais, precisamente quando tudo precisa de marchar rapidamente, a golpes de relâmpago. (...) Não é multiplicando ministérios que descongestionamos a vida pública do Estado, mas reservando para o centro político tão somente a direcção última das actividades provinciais. Marchamos para uma tal ou qual autonomia administrativa de que os congressos regionais são a preparação e serão amanhã a inteligência e a acção" [António Pestana, *Diário de Notícias*, 3/10/1920].

todas as circunstâncias, as provas do mais descoroçoado desprezo do Poder Central. E muito para nosso mal, a vida administrativa madeirense tem girado ao redor dos motivos doentios da política estritamente partidária". E insiste em atribuir graves culpas aos órgãos de governo próprio da Madeira, pelo protelar da resolução dos grandes problemas económico-sociais da ilha e que se prendem com a acomodação dos dirigentes madeirenses às tarefas rotineiras e burocráticas: "Quem estas linhas escreve conhece com quanta galhardia, distinção e esforço de estudo os interesses sociais do arquipélago têm sido defendidos nas duas casas do Congresso da República e imposta à simpatia do continente e da Nação a causa da nossa justiça. Mas contrista-nos a impossibilidade de louvarmos mesmamente a acção das representações distritais administrativas presentes. As questões mais instantes e momentosas têm sido proteladas. Por vezes, menos defendido o interesse do público consumidor e contribuinte. A função novamente burocrática do expediente tem constituído a sua vida, a sua função, a sua razão de ser"(1920).

Alguns dias mais tarde, escrevendo a propósito da necessidade de alargamento da rede viária, Antonino Pestana apontava outro obstáculo ao progresso da Madeira: o conflito de competências entre a Câmara do Funchal e a Junta Geral: "É preciso que uma e outra pondere que as estradas do seu regimento não são um feudo corporativo, mas uma propriedade da comunidade, por elas representada, e que maior escrúpulo caberá aos que, na marcha das negociações, puserem acima das preferências unilaterais o melhoramento regional. Que este se faça custe o que custar. Mas, para que se faça, julgamos fundamental mais ainda que as impetradas isenções fiscais a unanimidade de vistas da Câmara Municipal e da Junta".

Estas farpas de Antonino Pestana constituíram, uma espécie de toque a rebate, que veio a produzir efeitos quase imediatos. Efectivamente, entre finais de 1922 e princípios de 1923, gerou-se no Funchal um clima eufórico de debate em torno do alargamento da Autonomia. Muitos dos que pronunciaram sobre isto, tinham também por objectivo combater o regime republicano, apontando rumos políticos para a Madeira diferentes do Continente, soluções que se enquadravam ou no regime monárquico ou no espírito das novas ideias políticas que haveriam de conduzir às ditaduras na Europa de então. Em Lisboa, por outro lado, a classe política mostrou-se tímida e reservada perante as reivindicações madeirenses de maior autonomia, vendo nisso aspirações de independência surgiram. O tempo, porém, não corria a favor. Fez-se o debate mas não se passou à acção. Já Antonino Pestana. Mas o debate fez-se e algumas ideias havia evidenciado que sem a

"(...) A autonomia completa da Madeira, pode ser um bem e pode ser um grande mal.

É por isso, que na sua carta de alforria, deve ser afastada toda a semente política. Quere dizer: a futura organização administrativa da Madeira deve ser de molde a que não permita a vida dos, bem fáceis de surgir, partidos autonomistas liberais, evolucionistas, radicais, conservadores, etc.

Se é certo que toda a gente anseia por uma mais ampla autonomia da Madeira, a verdade é que toda essa gente, o quere principalmente por estar farta dos partidos e dos políticos. Assim, o congresso e as corporações futuras deverão ser constituídas por representantes de todas as classes sociais (...)".

[Ramon Rodrigues, *Correio da Madeira*, 08.11. 1922]

colaboração da classe política da Madeira e do Continente não era possível fazer avançar o parco regime autonómico de 1901. A classe política da Madeira, dependente das estruturas e dos favores da continental, estava dividida. Por outro lado as forças vivas madeirenses, não só, não sabiam bem o que queriam como estavam também acomodadas.

A situação económico-social e política do país e os reflexos nesta parcela do território nacional, favoreceram o debate autonómico. Por um lado tinham-se agravado as condições de vida dos madeirenses em geral e, por outro lado, o governo central estava cada vez mais distante dada a grande instabilidade política e a contínua mudança de governos.

A instabilidade política resultava sobretudo da cada vez maior divisão partidária e a liderança de chefes medíocres, da ausência de uma maior intervenção dos militares na política e a incapacidade de sustentação de um grande partido conservador, que alternasse no poder com o partido democrático, que vinha sendo sempre maioritário nos sucessivos actos eleitorais.

A dívida nacional, agravada com a participação de Portugal na primeira guerra mundial e a desvalorização do escudo produziram o aumento da carga fiscal. Os regimes cerealífero e sacarino não agradavam aos madeirenses. O porto do Funchal era preterido pelos das Ilhas Canárias que dispunham de menos exigências fiscais. A Madeira estava obrigada a comparticipar na construção do porto de Leixões, enquanto os recursos financeiros da Junta Geral eram cada vez mais insuficientes para uma acção profícua. Em 1921 a receita do Estado na Madeira era de 3.080.248$18, enquanto que a da Junta Geral era sensivelmente de um terço: 969.750$37.

A ideia de autonomia era agora distinta daquela que tivemos em finais do século XIX. A influência inglesa conduziu à reivindicação de uma ampla autonomia que, segundo se dizia em 9 de Novembro de 1921, deveria ter apenas na bandeira "a única ligação com a Mãe Pátria". Ao mesmo tempo insiste-se na contestação das teses separatistas das acusações vindas de Lisboa pois, segundo Tolentino Costa em 1922 "orgulhamo-nos de ser portugueses e portugueses queremos continuar. Mas ambicionamos (...) que nos dêem mais largos recursos e mais ampla autonomia porque só assim poderemos sair deste atraso, que nos confrange e nos prejudica".

Para o movimento autonomista madeirense dos anos vinte muito contribuiu a atitude do então Presidente da Comissão executiva da Junta Geral, o Dr. Fernando Tolentino Costa que, aproveitando a passagem do Presidente da República, António José de Almeida a 9 de Outubro de 1922, no regresso do Brasil, lançou o desafio no sentido do alargamento da autonomia. O facto teve eco na imprensa local

"O madeirense, salvo raríssimas excepções circunscritas à atmosfera contaminada da cidade, é um prodígio de tenacidade na economia e aproveitamento das suas forças, demonstrada na labuta diária da luta pela vida por essa cega submissão aos mais rudes deveres e misteres. Industrioso persistente, frugalíssimo, duma ignorância bárbara que uma fé forte ilumina e contém nos seus ímpetos quasi primitivos, inacessível e incontaminável nos seus sentimentos, ideias e costumes ao bafo da civilização deste cosmopolitismo que areja a ilha - madeirense isolando-o voluntariamente e moralmente do mundo, criou personalidade, carácter, tradições, um tipo de raça que o coloca à parte da gente portuguesa, com vida e direitos próprios.

Na verdade teria já gritado a sua independência, emancipando-se de uma tutela dura, e, muitas vezes injusta, se não fosse a seiva de um patriotismo potente que transcende o espaço e o tempo, fortalecendo os laços duma solidariedade nacional na cega obediência à voz do sangue dos povoadores de quinhentos.

Dá vontade de ajoelhar diante destes pequeninos deuses ciclópicos que rasgaram a rocha, esmigalhando-a, triturando-a, para a transformar em leivas ubérrimas, travando a marcha vertiginosa das vertentes, afogando à boca dos abismos o pendor das quebradas, emparedando o mar para lhe roubar para o cultivo uns escassos metros de terra, cavando na montanha essa maravilhosa teia de túneis e levadas que conduzem das mais remotas e escuras profundezas as águas milagrosas, que alimentam a fartura e a alegria da ilha.

...Há lá no mundo maior exemplo de trabalho, de esforçada luta contra uma natureza que nem por ser enfeitada e linda deixa de ser hostil ? (...)"

[Manuel Pestana Reis, "Em louvor do Povo e da Terra" *Correio da Madeira* 23.03.1922]

e fez com que o movimento autonomista ganhasse novo alento.

A Junta Geral, tomando a liderança do processo, enviou um ofício para as Juntas Gerais dos Açores (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), propondo congregação de esforços e concertação de acções sobre este objectivo, convocando uma assembleia de madeirenses, donde saiu uma comissão autonomista, que se reuniu pela primeira vez a 21 de Dezembro de 1922, na sede da Associação Comercial do Funchal. Foi aqui que o Dr. Manuel Pestana Reis apresentou o texto das Bases da Autonomia, que vem publicado na brochura das Comemorações do 5º Centenário da Descoberta da Madeira.

Com a proposta de estatuto em debate, pretendia-se estabelecer pela primeira vez a coexistência dos poderes legislativo e executivo. Surgia assim o conselho legislativo eleito entre as câmaras e associações de classe, que podia legislar no domínio regional. Apenas lhe estariam vedadas as questões referentes ao exército, relações com o estrangeiro, formação do governo, justiça e ensino.

O quadro institucional completava-se com o conselho executivo, eleito pelo legislativo, com a função de superintender as finanças, fiscalizar o orçamento e superintender os serviços e obras públicas. A representação do governo no distrito continuaria a ser feita pelo governador civil, nomeado mediante consulta ao conselho executivo. Ao mesmo ser-lhe-iam acometidas funções de fiscalização e assistência aos diversos órgãos da administração.

Uma das reivindicações mais destacadas foi o direito à fruição em benefício próprio das receitas arrecadadas. A Madeira deveria deter a sua total administração, ficando ao Estado apenas o direito a uma quantia fixa para cobrir os custos da cobrança. Esta autonomia era entendida pelo próprio Manuel Pestana Reis como uma forma de “desconcentração política e administrativa” e ia ao encontro de anteriores propostas surgidas nos Açores da autoria de Aristides da Mota (1892) e Francisco de Ataíde Manuel de Faria e Maia (1921).

Durante este momento o intercâmbio dos projectos autonomistas de ambos os arquipélagos foi um facto e de novo promovido pelo Presidente da Junta. Em Dezembro de 1922 uma representação de Ponta Delgada chefiada por Luís de Bettencourt e Câmara e José Bruno Carreiro, chega à Madeira, seguindo-se em Janeiro do ano seguinte a presença de Frederico Augusto Lopes da Silva, de Angra.

“Não faltam aqui cérebros nem vontades para delinearem e realizarem os ambicionados melhoramentos; não precisamos também de esmolar as receitas indispensáveis. O que nos falta é simplesmente justiça, porque bastará que alarguem a autonomia, consoante a nossa maioridade e que nos deixem um maior quinhão das nossas receitas, para que em curto prazo completemos a obra começada da qual tão justamente nos orgulhamos já. Não creia V.ª Ex.ª nunca nas vozes que acusam o propósito de nos separarmos da metrópole. Orgulhamo-nos de ser portugueses e portugueses queremos continuar. Mas ambicionamos paralelamente e havemos de consegui-lo que nos dêem mais largos recursos e mais ampla autonomia, porque só assim poderemos sair deste atraso, que nos confrange e nos prejudica”.[“Discurso de. Tolentino da Costa na recepção ao Presidente da República”, *Diário de Notícias*, 10 de outubro de 1922]

"Dar autonomia à Madeira, é construi-la em unidade política e administrativa. (...)É reconhecer que a Madeira pela sua situação geográfica, pela qualidade e número das suas relações com o mundo, pelos usos e costumes do seu povo, pelo grau de desenvolvimento moral, intelectual, agrícola, industrial e comercial, adquiriu uma fisionomia própria e especiais interesses colectivos próprios, que a individualizam como região e como agregado social. Daqui surge a necessidade duma diferenciação nos processos políticos e administrativos a aplicar-lhe.” [Manuel Pestana Reis, 1922]

As ideais de Manuel Pestana Reis, próximas das teses federalistas, porque não se enquadravam no sistema constitucional vigente, não foram geradoras de consensos. Este existia apenas quanto à necessidade de mais autonomia, divergindo quanto aos modelos de concretização.

Aqui o facto mais significativo foi o de pela primeira vez existir consenso entre os vários sectores e uma conjuntura própria a uma opção concertada dos dois arquipélagos na reivindicação de mais autonomia. Esta deixou de ser uma opção açoriana ou madeirense para se transformar em insular. Mas esta conjuntura de intercâmbio açoriano-madeirense nos anos de 1922 e 1923 esmoreceu na hora de apresentar os projectos ao Congresso da República.

Henrique Vieira de Castro, banqueiro continental estabelecido na Madeira, filantropo, pai do director de *O Jornal da Madeira*, pensava apenas na autonomia económica; o Padre Fernando Augusto da Silva e o capitão Carlos Frazão Sardinha propunham a formação de um partido regionalista. Já o senador Dr. Vasco Augusto Marques discordava da criação do partido regionalista, propondo o aumento das receitas da Junta Geral e pouco mais. O Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior, personalidade republicana de relevo nacional, preferia falar de uma ampla descentralização administrativa, discordando da formação de um partido regional, tal como o Dr. Fernando Tolentino da Costa. O comerciante José Maria Teixeira pretendia que se fosse mais longe, criando-se não só quanto ao partido regionalista como também com a moeda própria para a Madeira.

O mote para o desencadear deste combate em prol da autonomia foi dado pelo artigo "Se a Madeira quisesse", publicado no jornal da ilha de S. Miguel, *Correio dos Açores*, no dia 22 de Junho de 1922. José Bruno Carreira lança aqui um repto à união de açorianos e madeirenses na busca se soluções para o alargamento da autonomia das ilhas. A resposta a este desafio foi dada por Manuel Pestana Reis no artigo "A Madeira quer", publicado no *Diário de Notícias*, do Funchal, em Setembro deste mesmo ano.

Antes, porém, Pestana Reis havia iniciado um processo de preparação da opinião pública com uma série de artigos, publicados no *Correio da Madeira*. Assim a 23 de Março, no artigo "Em louvor do povo e da terra" faz-se um panegírico ao povo madeirense, defendendo-se a ideia de independência da Madeira, pois aquilo que liga o povo madeirense ao continente é apenas um sentimentalismo patriótico, já possui uma identidade própria. No dia 19 de Agosto desse ano, no artigo "Palavras que o vento leva", insiste na idiossincrasia do povo madeirense e clama pela necessidade de "uma larga autonomia administrativa", tornando-se para isso necessário "desviar a Madeira das engrenagens da política portuguesa", apagando "a fisionomia de campanários eleiçoeiros, de estreitas sucursais de S. Bento e Terreiro do Paço",

O *JORNAL DA MADEIRA* E O DEBATE AUTONOMISTA

Em Novembro de 1923 nascia o *Jornal da Madeira*, sob a iniciativa e direcção do monárquico integralista Dr. Luís Vieira de Castro, que desde logo se apresentou como lutador pela causa monárquica e pela restauração da monarquia tradicional, sem partidos políticos e sem eleições. A violência era um dos meios possíveis para atingir tal fim, pois como afirmava a 7 de Setembro de 1924 "o ataque às ideias falsas deve ser acompanhado do ataque cerrado às pessoas que as professam".

O Jornal da Madeira apresentou também outra característica peculiar: a luta pelo regionalismo. No pensamento do director, esta luta visava primordialmente denegrir as instituições republicanas e propor para a Madeira fórmulas políticas diferentes do continente.

Esta opção regionalista deu azo a um debate interessante sobre a questão do alargamento da autonomia. O redactor Armando Pinto Correia, que desempenharia dois anos depois um papel relevante no golpe militar que derrubou a República, instaurando a Ditadura, levou a efeito, nos finais de 1923 e princípios de 1924, um inquérito a diversas personalidades madeirenses sobre a tão falada questão do alargamento da autonomia. Alguns dos entrevistados participaram no movimento de finais de 1922 e reflectiam agora algum desencanto e amadurecimento em relação ao debate anterior.

O inquérito revelou a falta de unanimidade das forças vivas da Madeira. Esta divisão e falta de clareza de pensamento sobre a autonomia ajudam a explicar o fracasso das diversas iniciativas.

O derrube do regime democrático republicano em 1926, veio colocar um travão e um compasso de espera em todos estes sonhos.

já que as reivindicações da Madeira "são sempre tidas e resolvidas a título de favor, que nos vexa e prejudica", concluindo com um apelo a todos os madeirenses "de sangue e de coração". Embora revelando uma clara aversão aos partidos políticos e falando mesmo na "balda da política portuguesa", Pestana Reis, num novo artigo uma semana depois, a 25 de Agosto, elogiou a acção dos deputados madeirenses, já que compreendia, como Antonino Pestana, que sem eles seria difícil conseguir avanços significativos no estatuto autonómico.

Deste modo no dia 7 de Novembro, alertando para a necessidade de passar das intenções à acção, sugeria que se reunissem os advogados para elaborar um estatuto de Autonomia, esclarecendo, dois dias depois, que este estatuto teria que ser original e não copiado dos estatutos das colónias, pois que "a Madeira é terra de brancos, de civilização europeia, que dispensa missões civilizadoras ou tutores vindos de Lisboa". Por outro lado o regime autonómico, que vinha defendendo, não se limitava a uma maior atribuição de receitas à Junta Geral, como pretendiam alguns regionalistas, pois visava-se a autonomia até aos limites, isto é, "uma autonomia ampla levada até os seus limites máximos", que permitisse dentro da pátria portuguesa "a conquista do governo completo da nossa casa" e por essa via, poder mudar de um regime parlamentar para um regime corporativo, que propunha. A especificidade do povo madeirense justificava esta reivindicação no facto de ter atingido a maioridade, pelo que "não precisamos que nos dêem a emancipação. Havemos de fazer com que se quebre por nossas mãos a tutela abusivamente imposta e avaramente regateada".

Estas ideias são merecem a aceitação de todos os regionalistas, como Pestana Reis e Ramon Rodrigues. Este último insistia na necessidade de substituição do regime parlamentar pelo corporativo, evitando assim o perigo de criar "um Terreiro do Paço da Madeira, quando nos queremos livrar do Terreiro do Paço de Lisboa".

Em 1923 era evidente entre todos os defensores da autonomia de que a sua defesa só teria lugar com deputados e senadores alheios aos interesses dos partidos nacionais. Renova-se aqui, mais uma vez a esperança na criação de partidos regionais, falando-se na possibilidade de criação do *Partido Regional* ou *Acção Regionalista.*

Para saber mais ...

Personalidades de destaque na luta pela autonomia



FRANCISCO CORREA HERÉDIA [1852/1918], 1º visconde da Ribeira Brava, nasceu na Ribeira Brava a 2 de Abril de 1852. Era filho do conselheiro António Correa Herédia e de Ana Bettencourt de Herédia.

Fez os estudos secundários no Funchal, matriculando-se depois no Curso Superior de Letras. Tornou-se Visconde da Ribeira Brava por concessão dada por D. Luís I por decreto de 4 de Maio de 1871. Viveu muito tempo fora de Portugal especialmente em Paris e Argentina.

A sua faceta mais conhecida é a de político. Fez parte do Partido Progressista seguindo a dissidência chefiada por José Alpoim, no entanto a partir daqui conspirou por dentro do regime de forma a fazê-lo cair. Depois de implantada a República abdicou do título de nobreza passando a ser conhecido pelo seu próprio nome.

Foi deputado pela Madeira nas legislaturas de 1911-1915 e 1915-1917. Criou e presidiu à Junta Agrícola da Madeira. Fez parte da Junta Geral do Distrito do Funchal, da Junta Autónoma das Obras do Porto e da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Francisco Correia Herédia foi morto a 16 de Outubro de 1918 quando era transferido, juntamente com outros prisioneiros políticos, do Governo Civil de Lisboa para uma fortaleza da mesma cidade onde devia ficar detido.

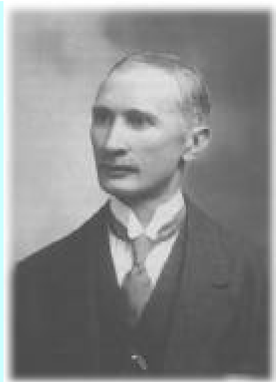


LUÍS VIEIRA DE CASTRO [1898/1954]. Nasceu no Funchal no dia 10 de Maio de 1898 e faleceu em Lisboa a 7 de Setembro de 1954. Concluiu o ensino secundário no Liceu do Funchal, após o que se matriculou em Direito na Universidade de Coimbra, vindo a acabar o curso em Lisboa no ano de 1922. Veio depois para a sua terra natal onde abriu banca de advogado, ao mesmo tempo que se dedicava ao jornalismo e à política.

Monárquico integralista convicto, defendia a restauração da monarquia pré-liberal e o regresso à sociedade cristã e patriarcal tradicional, pugnando por uma monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar que se consolidasse no poder das corporações e dos municípios, sob o comando pessoal e incontestável do rei.

Em Coimbra conviveu com monárquicos integralistas e dedicou-se ao jornalismo fundando aí dois jornais académicos que defendiam este credo político, o *Pátria Nova* (1916) e o *Restauração*(1921) e colaborando ainda noutros. Em 1922, depois de concluída a licenciatura, regressa a casa e vai ser convidado pelo lugar-tenente do Rei, o madeirense Aires de Ornelas, para organizar a Causa Monárquica na Madeira. Fundou então o *Jornal da Madeira* em Novembro de 1923, um jornal de cariz regionalista que se apresenta como o defensor de uma imprensa regional independente da nacional e, que segundo ele, aparece para defender a autonomia da Madeira contra o centralismo da República.

Aderiu ao Estado Novo e em 1934 entrou para a União Nacional chegando a deputado nas legislaturas de 1942-1945 e 1946-1949. Distinguiu-se como comentador de política internacional em vários jornais, foi cônsul da Polónia, sócio da Academia Portuguesa da História, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.



QUIRINO AVELINO DE JESUS[1865/1935] Nasceu no Funchal, na freguesia de Santa Maria Maior, a 10 de Novembro de 1865. Estudou no Seminário Diocesano do Funchal, até o 2º ano de teologia e era tão bom aluno que os seus superiores projectavam mandá-lo estudar para a Universidade Gregoriana de Roma. Optou, no entanto, por realizar os estudos preparatórios no Liceu do Funchal, entre 1886-1887, matriculando-se depois na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em Coimbra privou com colegas que viriam a ser figuras importantes da sociedade portuguesa de então, como Afonso Costa, e ainda professores que influenciaram profundamente o seu pensamento político e religioso. Foi militante do Partido Regenerador.

Concluído o curso de Direito, radica-se em Lisboa com banca de advogado em finais de 1892, enveredando pelas áreas da economia e da política. Colaborou e dirigiu o diário católico *Correio Nacional*, órgão do Centro Católico Parlamentar. Nesta fase, publicou, *As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas* (1893) e dirigiu a revista *Portugal em África* (1894).

Foi eleito deputado independente pelo partido Regenerador em 1895 pelo círculo de Braga e em 1900 pelo Funchal. A sua primeira intervenção na Câmara dos Deputados em 23-01-1896 sobre Inhambane e Lourenço Marques valeu-lhe muitos elogios, nomeadamente de Jacinto Cândido da Silva então Ministro da Marinha e Ultramar, sendo considerado a partir daqui um destacado africanista. Neste mesmo ano foi designado chefe dos serviços da Repartição de Contabilidade, na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, cargo que manteve até à morte.

Com a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, Quirino retira-se para o Funchal, continuando no entanto a ser o advogado da Casa Hinton & Sons que detinha o monopólio do fabrico e comercialização do açúcar na Madeira. Porém, Quirino começou por contestar este monopólio, que findará com os decretos de 12 de Abril e 2 de Maio de 1919, e a defender a proibição do cultivo da cana de açúcar na ilha. Sobre este assunto escreveu *A Questão Sacarina da Madeira* (1910), *A Nova Questão Hinton* (1915) e *Os Direitos de William Hinton & Sons* (1918)

Com o começo da 1ª Guerra Mundial trouxe os seus filhos que estudavam na Europa (Bélgica) para colégios de Lis-

boa onde se radicará definitivamente em 1916 para não mais regressar à Madeira.

Para ele a questão autonómica resumia-se essencialmente ao problema económico e financeiro. Entendia assim que os dois arquipélagos da Madeira e Açores não deviam estar sujeitos ao ónus inflacionista do Banco de Portugal, detendo uma circulação fiduciária privativa para poderem usufruir das vantagens do *superavit* anual das suas economias. Advogava ainda a necessidade de se proceder a algumas reformas sem as quais a descentralização administrativa não seria possível. Deste modo, os dois arquipélagos deveriam disponibilizar verbas para as suas contas correntes, comparticipações na amortização da dívida e pagamento de juros da dívida do Estado e para suportar um empréstimo ao seu fomento e reorganização monetária. Opinava ainda que deveria haver solidariedade do Estado em matéria de crédito o que consequentemente implicaria a sua austeridade e possibilidade de arrecadar maiores receitas que dobrariam o montante conseguido antes da 1ª Guerra Mundial e procurar outros recursos económicos. O turismo era para ele a questão prioritária da qual dependeria o desenvolvimento económico da Madeira; por isso reivindicava a elaboração de um plano de fomento onde coubesse também a agricultura, a indústria, o comércio e outras infra-estruturas. O seu projecto de autonomia pressupunha ainda uma grande solidariedade entre os dois arquipélagos que constituiriam duas províncias com capitais no Funchal e em Angra do Heroísmo numa organização idêntica à das colónias ultramarinas, extinguindo-se os distritos administrativos.

A partir de Outubro de 1917 dirigiu a 2ª série da revista económico-financeira e colonial *O Economista Português*, publicando também artigos em vários jornais do Continente e Ilhas. Publica em 1921 o poema *Lusa Epopeia* e em 1923 juntamente com Ezequiel de Campos *A Crise Portuguesa/Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*.

A partir de 1919 Quirino desempenhou um destacado papel ideológico na promoção do *ralliement* português contribuindo para amainar as relações entre a Igreja e o Estado que com o decreto de 2 de Janeiro de 1920 consagrava definitivamente alguns privilégios de reivindicação católica. Em retribuição pelos serviços prestados à Igreja, o Papa Bento XV atribuiu-lhe a Grã-Cruz da Ordem de S. Gregório Magno em Outubro de 1920. A partir de 1922 participa na revista *Seara Nova* e em 1923 na revista *Homens Livres*.



HENRIQUE AUGUSTO VIEIRA DE CASTRO [1869/1926] nasceu na cidade do Porto a 24 de Junho de1869 e morreu em Lisboa no dia 18 de Agosto de 1926, tendo o corpo sido trasladado para o Funchal a seu pedido.

Em 1893 fixou residência na Madeira para onde veio dirigir a delegação do Banco de Portugal. Mais tarde fundou a sua própria casa bancária Reid, Castro e Cª e foi sócio de muitas outras empresas ligas a sectores fundamentais para a economia da Madeira, como vinhos, manteigas, bordados, turismo, etc.

Prestou alguns serviços de beneficiência à cidade do Funchal, contribuindo para instituições de caridade. Em 1922 dirigiu a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, representou o concelho de Machico na Junta Geral do Distrito.

Distinguiu-se como protector das artes plásticas criando uma galeria de arte para exposições no Casino da Madeira.

Presidiu à Associação Comercial do Funchal, criou em 1907 uma Escola Elementar de Comércio que funcionou na sede da associação respectiva. Interessou-se pela resolução de muitos problemas da Madeira como o turismo, construção de um casino, porto de abrigo, etc. Protegeu a música especialmente a Banda Distrital do Funchal. A Câmara Municipal deu o seu nome à estrada Monumental que liga o Ribeiro Seco a Câmara de Lobos.

HENRIQUE VIEIRA DE CASTRO E O FEDERALISMO

Henrique Vieira de Castro apresentou a 16 de Outubro de 1910 uma proposta arrojada, que ia no sentido da organização de um partido regional que fosse a "sentinela vigilante na defesa dos interesses da Madeira", um "partido autonomista" apostando na descentralização administrativa, capaz de promover o desenvolvimento económico da Madeira e de fornecer técnicos para colaborarem com o governo nacional e a Junta Geral. A autonomia da Madeira seria um ideal "pelo qual devem lutar todos os seus filhos legítimos e adoptivos".

O *Diário de Notícias* diz confiar na competência e na boa vontade dos governantes republicanos para levar a bom termo os melhoramentos que Vieira de Castro reclamava e sugeria a colaboração com aqueles para que a Madeira deixasse de ser "a Irlanda Portuguesa".

Mais emotiva foi a reacção do articulista do dia 18 de Outubro de 1910 que assinava como "um republicano da velha guarda". Para além da rejeição do projecto federal de Henrique Vieira de Castro colocou a questão do unanimismo: só há monárquicos e republicanos, ou se está com o Governo que apenas iniciara a sua árdua tarefa ou se está contra ele suspirando pela Monarquia e fundar um partido novo era dividir para reinar. E rematava: "Vá, cidadão Vieira de Castro, um passo em frente, e saúde a bandeira verde e encarnada, a exemplo do que já fizeram o exército, a marinha e os homens mais ilustrados do país. Depois venha o abraço fraternal e a sua valiosa colaboração na obra redentora da República".

A polémica em torno da proposta de Vieira de Castro continuou por algum tempo nas páginas do *Diário de Notícias*, afirmando aquele que o partido autonómico pretendia oferecer a colaboração dos monárquicos ao novo regime, desde que a Madeira passasse a ser um Estado Federado dentro do novo regime constitucional que em breve seria implementado.

O "republicano da velha guarda" acusava-o de querer a independência da Madeira. No dia 21 de Outubro Vieira de Castro, nas páginas do mesmo diário, esclarecia que apenas tinha reclamado um Estado Federado dentro da República Portuguesa e que no caso da Constituição optar por um Estado Unitário, o partido autonomista trabalharia "para que a Madeira tenha uma mais ampla autonomia e maior dotação a fim de poder realizar os melhoramentos de que tanto carece e que se não podem levar a efeito com o actual rendimento da Junta Geral".

Dois dias depois, a 23 de Outubro, o "republicano da velha guarda", continuando a acusar Vieira de Castro de pretender a independência da Madeira, denunciava a sua atitude como malabarismo político dos saudosos da Monarquia: "a Madeira foi por longos anos uma antiga Irlanda, quando teve a boa sorte de ser administrada pelos monárquicos, que hoje se oferecem, novíssimos messias, para a salvarem dum abismo que eles próprios lhe escancararam! Mas hoje os tempos são outros e não venham os especuladores das velhas tricas e mistificações eleitorais pescar em águas turvas, que o peixe não

pega na isca (...). A boa fé do senhor candidato autonomista e dos amigos relata-se em duas palavras: eles oferecem a sua cooperação eleitoral aos candidatos republicanos sob condição da escolha destes recair em indivíduos que conheçam as necessidades do distrito, possam e saibam defender os interesses deste no parlamento. Pois são estes mesmos catões de cebo que na última eleição de deputados andaram a eleger pelos seus caciques os senhores Emílio Gil e Lobo da Vila Lima, dois continentais que sabem tanto das necessidades do distrito, como nós de um lagar de azeite".



ALFREDO ANTÓNIO DE CASTRO TELES DE MENESES DE FREITAS BRANCO [1890/1962], Visconde do Porto da Cruz, nasceu no Funchal a 1 de Janeiro de 1890, onde veio a falecer a 28 de Fevereiro de 1962. Era filho de Luís Vicente de Freitas Branco e de Ana Augusta de Castro Leal Freitas Branco. Fez o curso dos liceus no Funchal e frequentou a Faculdade de Direito de Lisboa, não acabando o curso, e ainda a Escola de Guerra. Mais tarde fez o Curso Superior das Alfândegas.

Monárquico por formação, integralista por convicção, participou nas incursões couceiristas de 1911/12 exilando-se de seguida até 1914. Fez parte do Centro Monárquico e da Junta Central do Integralismo Lusitano da Madeira, apoiou o Golpe das Espadas e a Ditadura de Pimenta de Castro, colaborando então no semanário monárquico madeirense *O Realista* que mais tarde, 1917 e por si dirigido e editado, seria o órgão do Integralismo na Madeira.

Em Janeiro de 1917, juntamente com outros seus camaradas organizou na Madeira o Integralismo Lusitano e faz parte da sua comissão instaladora. Apoiou a revolução feita por Sidónio Pais. Em 1928, já Visconde do Porto da Cruz, título atribuído por mercê de D. Manuel II, no exílio, em Abril de 1921, escreve uma obra sobre o consulado de Sidónio Pais, *Paixão e Morete de Sidónio*. Com a morte de Sidónio envolveu-se na constituição das Juntas Militares que visavam a restauração da monarquia, sendo destituído do Exército. Depois do Pacto de Paris (1922) aderiu ao movimento da Acção Realista Portuguesa lançado por Alfredo Pimenta.

Participou activamente no movimento militar de 28 de Maio de 1926. Em 1927 regressou à Madeira e publica alguns artigos n`*O Jornal* continuando a defender as ideias integralistas. O fascismo fascinou-o tanto a ponto de ter aderido em 1933 ao movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto.

Uma outra faceta do Visconde do Porto da Cruz foi o seu anti-semitismo. O seu ódio ao judeu havia sido já revelado nos primórdios dos anos 20 em escritos na revista *Acção Realista*, dirigida pelo madeirense Ernesto Gonçalves.

LUÍS TOLENTINO DA COSTA [1870/1939]. Nasceu no Porto Moniz em 1870. Médico oftalmologista, licenciado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, frequentou o Instituto Gama Pinto. Exerceu durante alguns anos o cargo de médico da Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1882, futura Caixa Económica do Funchal. Aqui instalou o aparelho de Raios X, novidade para a época.

No Exército tinha o posto de capitão e desempenhou o cargo de médico da corporação. Durante a 1ª Guerra Mundial foi nomeado médico chefe da expedição ao Rovuma, África Oriental, mantendo-se aí por algum tempo.

Foi Presidente da Comissão Administrativa da Levada de Santa Luzia e da Junta Geral.

Durante o mês que durou a Revolta da Madeira de 1931 desempenhou o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Funchal. Devido a esta atitude foi demitido do Exército ficando privado de todas as suas benesses.

Escreveu e publicou algumas obras e colaborou em muitos jornais madeirenses.

Faleceu na cidade do Funchal a 31 de Maio de 1939.

EDUARDO ANTONINO PESTANA [1891/1963]. Nasceu em Câmara de Lobos a 5 de Setembro de 1891. Estudou no Seminário Diocesano do Funchal entre 1902 e 1911 frequentando depois o Liceu Nacional do Funchal nos dois anos seguintes e matriculando-se depois na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que frequentou entre 1912 e 1917. Inscreveu-se depois na Escola Normal Superior onde esteve entre 1917 e 1919 e frequentou a Faculdade de Direito entre 1913 e 1919.

Foi Professor, Advogado e jornalista. Exerceu todas estas funções em várias cidades do país como Funchal, Horta, Faro, Lisboa. Desempenhou entre 1930 e 1934 o cargo de Director dos Serviços do Ensino Secundário, tendo colaborado na reforma do ensino de 1932.

Dirigiu o *Diário da Manhã* entre Setembro de 1931 e Fevereiro de 1932, colaborou no *Novidades* e em outros jornais e revistas, nomeadamente na cidade do Funchal.

Publicou algumas obras e proferiu muitas conferências. Grande amante da música, compôs ainda algumas obras musicais para os orfeões madeirenses.

Faleceu na cidade de Lisboa a 9 de Abril de 1963.

MANUEL PESTANA REIS [1894/1966] nasceu na freguesia dos Canhas, concelho da Ponta de Sol, no dia 1 de Abril de 1894 e faleceu na cidade do Funchal no dia 4 de Julho de 1966.

Frequentou o Seminário Diocesano do Funchal, transitando daí para o Liceu do Funchal onde fez o Ensino Secundário, matriculando-se depois na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, terminando o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Nacionalista convicto, foi advogado, político, escritor, jornalista e poeta. Colaborou em vários jornais da Madeira e continente, entre eles *O Imparcial*, *Correio da Madeira*, *Jornal da Madeira* e dirigiu mais tarde o órgão do regime salazarista *Diário da Manhã*. Católico indefectível, defendeu sempre esta causa e militou no Centro Católico Português. Era amigo de Salazar e Cerejeira. Combateu na célebre batalha de La Lys durante a 1ª Guerra Mundial.

Nos tempos de estudante dedicou-se à poesia tendo escrito em 1913 um livro de versos intitulado *Canções Tristes*, e mais tarde recriou outros dois *Avezinha* e *Canção da Ilha*. Proferiu muitas palestras na Emissora Nacional tendo-as depois publicado em 1944, com o título de *Consciência Nacional e Consciência Política*.

Foi professor no Liceu do Funchal e no Liceu Passos Manuel, dirigiu durante vários anos a Casa Pia de Lisboa e pertenceu à administração da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Da sua intervenção destacam-se ainda a de vogal da Câmara Municipal do Funchal, procurador à Junta Geral da mesma cidade e porta-voz da comissão de propaganda da União Nacional.

A VISÃO AUTONOMISTA

"A Madeira precisa tomar posições de defesa e resistência dentro da vida política portuguesa para manter os seus direitos e atingir aquele grau de civilização e progresso, a que obriga a roda da fortuna. A sua situação geográfica e incremento da sua riqueza, as suas condições de isolamento no Atlântico, a idiossincrasia do seu povo, a confluência de linhas de interesses que centraliza e põe em contacto com o mundo, marcam-lhe uma finalidade própria, diversa da continental, que lhe definem horizontes dentro dos quais cabe uma larga autonomia administrativa.

Desviar a Madeira das engrenagens da política portuguesa, é uma obra de salvação. Para isso urge criar uma administração modelar, que apague a fisionomia de campanários eleiçoeiros, de estreitas sucursais de S. Bento e Terreiro do Paço, degraus de profissionais da política, que os actuais municípios apresentam, em que a vida distrital e concelhia encontre defesa, amparo e cuidados puramente regionalistas. Na composição das câmaras e das Juntas devem entrar despidos de preconceitos e ódios partidários, capazes de deixar em casa credos políticos e confessionais, (...) claro que não é ainda aqui que param as nossas reivindicações e aspirações regionalistas. É o primeiro passo para uma obra larga de autonomia. Dentro do sistema administrativo actual, pouco mais se pode fazer. (...) Porque desenganemo-nos, enquanto as questões de interesse madeirense estiverem sujeitas a passar pelo crivo do critério do deputado de Trás-os-Montes, do Douro, do Alentejo ou do Algarve, e até do deputado latoeiro de Lisboa, não se conseguirá vê-las resolvidas a tempo, e, muito menos, a nosso contento. Proteladas, esquecidas ou estragadas pelos dignos pais da Pátria, as nossas questões são sempre tidas e resolvidas a título de favor que nos vexa e prejudica. De semelhante tutela, devemos todos trabalhar para nos emanciparmos.

Alcançar a carta de alforria que nos dê o governo da nossa casa com independência e largueza, conformes com os nossos interesses vitais, é o objectivo primacial de uma campanha de regionalismo, que tem de ser feita por todos os madeirenses de sangue e coração, com fé e persistência. Lancemos os alicerces... Vamos aos municípios e arredemos a política, essa política baixa, cancerada de todos os vícios que um século de partidarismos caciqueiros amontoou em torno da árvore administrativa, esterilizando-a e minando-a de morte".

[M. Pestana Reis, "Palavras que o vento leva...." *Correio da Madeira* 19.08.1922]

"A Autonomia da Madeira tem sido o pão nosso de cada dia dos artigos de fundo dos jornais, nos últimos tempos. (...) parece-me que já vai sendo tempo de passar da literatura à prática, do sonho à realidade, das afirmações platónicas às acções, das aspirações abstractas, indecisas, sem finalidade concreta, ao estudo consciencioso, dum plano de organização firme e decisiva (...).

Não basta gritar: viva a autonomia da Madeira!... É preciso que esse viva possa ser vivido realmente, não só em grito, em berro, mas em actos, em consciência e inteligência esclarecidas e orientadas por razões sérias, fundamentadas nas possibilidades de emancipação dum povo condenado à tutela perpétua e, portanto, destituído de faculdades de adaptação imediata a fórmulas novas administrativas ou corporativas.

Tenho visto escrito e dito que o que se pretende é um alargamento da autonomia administrativa. Isto corresponde, não à consecução da verdadeira carta de alforria de que a Madeira urgente e estruturalmente precisa, mas a uma maior comparticipação nas receitas criadas e cobradas pelo Estado. Já é alguma coisa, mas não é tudo, é até muitíssimo pouco Isso fica muito aquém da fórmula regionalista preconizada por mim e por outros desde há um ano.

A aspiração máxima regionalista dos que me acompanham e animam nesta campanha, é a conquista do governo completo da nossa casa, das nossas cousas, dos nossos interesses, dos nossos negócios, das nossas riquezas privativas, dentro dum sistema de descentralização administrativa, que nos liberte dos tentáculos absorventes, atrofiadores, eloquentes do Terreiro do Paço, sem quebra dos laços nacionais.

Somos portugueses e portugueses queremos viver e perpetuarmo-nos com a imortalidade da Pátria comum.

Mas dentro dessa Pátria, como madeirenses, queremos ar, vida própria, liberdade para criar o nosso lar à nossa semelhança, segundo o meio, a fortuna, as possibilidades de querer e poder de povo que esmagou a rocha, domou o mar, criou relações fortes e assentes com o mundo, relações morais, de sangue e de comércio e uma finalidade, um destino, maneiras de ser inconfundíveis.

Atingimos a maioridade.

Não precisamos que nos dêem a emancipação. Havemos de fazer com que se quebre por nossas mãos a tutela abusivamente imposta e avaramente regateada.

Vamos dar forma ao nosso esforço, ao nosso querer, às nossas aspirações. Depois, será tempo de tocar a reunir.

P. S. Vejo pelos relatos dos jornais que a Junta Geral do Distrito pela voz do seu presidente pôs a questão da Autonomia da Madeira nos termos convenientes afirmando, como órgão representativo de todos os organismos populacionais do arquipélago, a urgente necessidade de dar forma a um pensamento e a uma vontade em marcha. Muito bem! Vejo mais que ao escrever as linhas que atrás ficam, interpretei com vigor um pensamento que é pertença de todos os que, em assuntos de tamanha responsabilidade, não se deixam arrastar por ventanias de impressões, mas sabem que no meio de tais ventanias urge lançar ferro para a nau não dar à costa.

Entremos, pois, na fase do estudo e da organização!

Um alvitre: - porque se não reúnem os advogados para tomar para si o encargo de estudar e elaborar as bases orgânicas, sob o ponto de vista jurídico, da autonomia da Madeira?"

[M. Pestana Reis, "Regionalismo / A Autonomia da Madeira / Falou já o sentimento; fala agora a razão", *Correio da Madeira* 07.11.1922]

MANUEL PESTANA REIS : "REGIONALISMO. A AUTONOMIA DA MADEIRA"

"Há quinhentos anos as caravelas do Infante entregaram às penedias da Ilha, os primeiros povoadores. Gente

portuguesa, o seu sangue e o seu génio transmitiram-se de geração em geração sem mistura sensível. Os actuaes habitantes da Madeira são portugueses, portuguesa é a sua língua, portugueses são os seus costumes. Por cá passaram espanhóis e ingleses em contínuas caravanas de nómadas do cosmopolitismo, e a larga porta da emigração espalhou pelo mundo colónias de naturais cujo número d'almas deve ascender presentemente a bem um milhão. Todavia, a natureza étnica deste povo permanece inalterável. A fixidez dos caracteres específicos antropológicos e psicológicos, resistiu a todos os contactos, a todas as misturas, a todas as infiltrações. Em quinhentos anos a árvore genealógica dos primeiros povoadores desenvolveu-se em linha recta. Os madeirenses não podem renegar a Pátria pela razão natural de não poderem negar a raça.

Madeirenses e ingleses, madeirenses e americanos, são elementos que se repelem. Não é só o facto do sangue que impede essa união fantasiada, essa osmose repugnante de raças diferentes, mas uma civilização secular com raízes profundas na vida e na história.

Nestas circunstâncias, é tão impossível o separatismo ou independência como uma substituição ou troca de bandeira nacional.

Autonomia, quer dizer descentralização, ou melhor, desconcentração política e administrativa, apenas. Isto significa que à sombra da bandeira de todos os portugueses se levantará a bandeira regional, particular dos madeirenses, com seu escudo e brasão d'armas.

Não é um grito de revolta, mas simples petição de justiça. Adquirimos direitos, exigimos que os reconheçam e nos garantam o seu livre gozo e exercício.

Esses direitos e aqui está porque a nossa voz soa a quebrado, colidem, de certo modo com os princípios da democracia pura. E digo de certo modo, porque o sistema político, dito democrático, que nos rege, é manifestamente híbrido. Em boa democracia a centralização é a regra. Todas as funções se concentram nas mãos do Estado.

A Nação resume-se numa abstracta consciência colectiva que se define pela lei do número que por sua vez, se concretiza nos poderes legislativo e executivo. Uma república individualista e igualitária, como parece ser a nossa, só aberrativamente comporta uma administração diferenciada e fraccionada por autonomias locais. O Estado dividiu o País em províncias, distritos, concelhos e freguesias. Administrativamente a província nada significa, é uma designação que ficou dos velhos tempos que se conserva em atenção à história. As restantes divisões são arbitrárias. Criou-as o Estado para escalonar e facilitar a sua administração. A sua base é o cadastro populacional. O Estado define-as e limita-as pelo número de habitantes, de contribuintes e de eleitores. Por cada uma distribui um número certo de funcionários que o representam e executam serviços em seu nome. Tudo isto é uniforme e puramente mecânico.

As câmaras municipais gozam hoje duma ténue autonomia que se traduz na consignação dum mínimo e dum máximo de faculdades que se exercem no todo ou em parte conforme as necessidades locais, critério e vontade dos vereadores. Mas o seu estatuto é o mesmo para todas. O mesmo acontece com as Juntas Gerais, à excepção das ilhas a que foram dadas atribuições especiais. Em tudo isto não se verifica a livre iniciativa ou a autodeterminação político-administrativa, condicionadas, que, a meu ver, deve ser a essencial característica definidora da autonomia.

O hibridismo do regímen reside na incompleta equação entre os princípios e a prática. A uma república individualista e igualitária deveria repugnar a excepção e a diferenciação. Todavia, inúmeros exemplos podem apontar-se do contrário, a começar no sufrágio que é restrito, o mais restrito possível, apenas extensivo aos dez ou quinze por cento da população masculina tida por saber ler e escrever, e a acabar nos novos cavaleiros da Ordem de Cristo.

Nem é preciso recordar a situação criada à Igreja Católica, e, muito menos, a, Fénix dos tribunais especiais. Sob o ponto de vista administrativo, olhe-se para as Colónias. Quão longe estamos daquela voz de puritano que num dos últimos parlamentos da monarquia bradava:--percam-se as colónias, mas salvem-se os princípios!...

Não vem a propósito discutir se a república neste andar de mala-posta aos solavancos para a esquerda e para a direita, corre bom caminho. O que importa, e constatar que este regímen político em que se vive, diante do facto consumado ou inevitável, parte de parte os princípios para atender à realidade. Esta nossa democracia, mau grado as aparências, é um regime de bem fácil acomodação as necessidades e ideais novas dos novos tempos. O regímen, à medida que se afasta do 5 de Outubro, reprodução serôdia de 89, mais se aproxima do século XX. E ainda bem. Posto isto podemos esperar que sejam satisfeitas as nossas reivindicações sem duras resistências por parte do Governo e do Congresso da República. Basta que todos os madeirenses queiram!

E todos os madeirenses hão-de querer quando tiverem uma consciência esclarecida e forte dos seus direitos.

Mas não se pode querer, sem crer. A fé transporta montanhas! é preciso, pois, que este sentimento tenha a violência da vara de Moisés batendo na rocha. O milagre virá depois. Quais são, porém, os nossos direitos?

Tem-se dito: são os da maioridade. São, portanto, aqueles direitos definidos e compreendidos na capacidade de regermos a nossa pessoa e bens, ou seja a auto-administração da nossa pessoa e bens. Mas porque se trata duma pessoa colectiva, duma pessoa moral chamada de direito público, esses direitos são determinados e limitados pela sua natureza e fins.

Dar autonomia à Madeira, é constituí-la em unidade política e administrativa. É outorgar-lhe a carta constitucional dos seus direitos políticos e públicos, compatíveis com os direitos de soberania nacional e em bases conformes com as condições d'existência do agregado regional. É reconhecer que a Madeira pela sua situação geográfica, pela qualidade e número das suas relações com o mundo, pelos usos e costumes do seu povo, pelo grau do seu desenvolvimento moral, intelectual, agrícola, industrial e comercial, adquiriu uma fisionomia própria e especiais interesses colectivos próprios, que a individualizam como Região e como agregado social. Daqui surge a necessidade duma diferenciação nos processos políticos e administrativos a aplicar-lhe.

Para que a autonomia que se pretende dar a Madeira corresponda a uma verdadeira carta d'alforria, tem de assentar nestas ou semelhantes bases:

1. função representativa: desempenhada por um governador civil que não seja exclusivamente um alter-ego do Ministro do Interior, mas apenas um representante do Estado.

2. função governativa: compreendendo um Conselho Legislativo e um Conselho Executivo. As atribuições do Conselho Legislativo são especiais, restritas aos interesses puramente regionais, quer públicos, quer privados. São-lhe interditas as questões de Soberania (formas de governo, exército e relações exteriores, a função judicial, a instrução secundária e superior e eleição indirecta). O Conselho Executivo, saído do Conselho Legislativo por eleição, recolhe e administra as receitas, orçamenta e fiscaliza as despesas. Sob a sua direcção, estão todas as obras de fomento e instituições

de assistência distritais (Junta Geral, Obras Públicas, Juntas Autónomas, Região Agrícola, Serviços de Saúde e Asilos)

3. Função administrativa: Câmaras Municipais.

4. Função educativa: Liberdade d'ensino. instrução primária a cargo dos municípios. Protecção às escolas livres sob forma de prémios às que melhores provas derem no seu ensino. Escolas industriais e profissionais. Museus regionais d'arte e história natural.

5. Função judicial: alteração no número de comarcas e da sua jurisdição territorial de modo a evitar-se a ausência de magistrados de carreira e a facilitar-lhes o acesso dos povos das várias freguesias da ilha. Uma possível criação dum tribunal de 2ª instância no Funchal. Um juiz de paz em cada concelho que desempenhe a mais as funções dos actuais administradores.

6. Função d'Ordem Pública: Guarda Fiscal e Guarda Civil, compreendendo esta uma Polícia d'Investigação Criminal, uma Polícia de Segurança Pública. Uma Polícia Rural e uma Polícia Florestal.

7. Sobre o produto bruto das receitas criadas e arrecadadas no arquipélago, será deduzida uma percentagem fixa para o Estado.

8. A organização administrativa e social fundar-se-á na família (restrição do divorcio e criação do *homestead*), paróquia e município associações de classe.

9. Religião: a católica reconhecida e protegida como sendo a tradicional e a única capaz de produzir a unidade moral do agregado regional. Liberdade de culto, d'ensino religioso e assistência religiosa.

Estas bases são lançadas sem preocupações científicas, apenas na intenção de focar pontos de vista que me parecem fundamentais quando se trata de elaborar o estatuto autonómico da Madeira Outros aspectos há a atender e os que aí ficam demandam um estudo mais detido e uma explanação mais detalhada. Isso porem, não cabe nos limites deste artigo destinado a suscitar ideais e a interpretar sentimentos que andam na consciência pública ainda em estado incoerente.

Na base 2ª falo num corpo legislativo. Esta função é importante e essencial. Basta atender-se ao que se está passando com as questões que mais interessam a nossa vida económica. É já vasta a legislação especial aplicada unicamente à Madeira. O regime sacarino, o regime dos trigos e farinhas, o regime vinícola, etc. Mas há ainda o regime dos bordados, das manteigas, do turismo, das obras e exploração do porto, afora as questões d'aguas, de colónia, de baldios, de florestas e outras sobre que nos temos de pronunciar criando fórmulas jurídicas que satisfaçam as suas especiais condições e os seus fins. E não nos digam que tudo isso nos pode vir por meio dum parlamento nacional! A mecânica e composição do Congresso da República obstam a que tais assuntos sejam resolvidos a nosso contento. O sistema parlamentar, entregue a partilhas partidárias, pouco mais produz do que intriga política.

Os nossos interesses, as nossas necessidades não são atendidas, porque se não cura do seu estudo e porque os senhores deputados nos ignoram completamente, quando nos não desprezam. Ora nós, se queremos viver e progredir, temos de fugir à intriga política e acomodar-nos dentro de fórmulas políticas e administrativas que nos permitam regular as questões regionais por nós mesmos, livres da acção imoral de agenciadores de votos.

A base 7ª consigna uma percentagem fixa das nossas receitas para o Estado. É a inversa do que se dá presentemente. Mas assim é que deve ser. O produto do nosso trabalho, das nossas riquezas, deve ser aplicado em nosso proveito. O que não faz sentido é que se esteja a contribuir para as obras do Porto de Leixões, para o sorvedouro dos bairros sociais e de todas as revoluções que a irrequieta gente da Capital queira fazer e alimentar."

[Manuel Pestana Reis, "Regionalismo. A autonomia da Madeira", in *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, Publicação comemorativa*, Funchal, Dezembro 1922)]



ERNESTO MARÇAL MARTINS GONÇALVES [1898/1982] nasceu na freguesia do Monte, concelho do Funchal, a 30 de Junho de 1898. Fez o curso dos liceus no Funchal, após o que passou a frequentar Direito na Faculdade de Direito de Coimbra, curso que veio a terminar na Universidade de Lisboa.

Em Coimbra ensaiou os primeiros passos no jornalismo político, escrevendo alguns dos seus textos mais importantes em defesa das doutrinas nacionalistas com vista à restauração da Monarquia. Ainda nesta cidade dirigiu a revista cultural *Ícaro* e o jornal *Restauração*.

Em 1923 aderiu ao movimento político e cultural conhecido por Acção Realista Portuguesa (ARP), dissidência integralista, liderada por Alfredo Pimenta, passando a dirigir a sua revista mensal, *Acção Realista* e colaborando também no jornal diário, *Acção Realista*, dirigido por João Ameal. Colabora ainda no semanário do grupo *A Voz Nacional* e no semanário de Viseu *O Realista*.

Ernesto Gonçalves após o falhanço do golpe militar de 18 de Abril de 1925 apoiou a hipótese de uma ditadura como movimento nacional que se concretizou a 28 de Maio de 1926. No entanto, manteve-se fiel aos princípios monárquicos; considerando, embora, essa vitória como o ressurgir das energias colectivas da nação, não deixou de salientar que só o Rei possuía a legitimidade da autoridade e só ele era o símbolo da unidade nacional.

Com a vitória do movimento de 28 de Maio de 1926, Ernesto Gonçalves regressou a casa continuando com a actividade de advogado. Sem abandonar as questões políticas que tanto o tinham apaixonado, manifestou n' *O Jornal* as suas opiniões públicas. Após a Revolta da Madeira de 1931 publicou e dirigiu *A Informação* (1931) um jornal de apoio à Ditadura Militar.

Extinta *A Informação* a 26 de Agosto de 1931, Ernesto Gonçalves passou para segundo plano o combate político-ideológico e jornalístico. Aceitou o cargo de delegado na Madeira do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência(1933), foi vogal da Junta Geral do Distrito e leccionou no Liceu do Funchal. A sua acção política passou a ser muito fugaz, limitando-se a publicar alguns artigos de opinião em jornais madeirenses e algumas conferências sobre a doutrina nacionalista.

A partir de 1943 Ernesto Gonçalves parece ter retornado aos ideais primitivos, colocando-se numa posição solitária, ciente de que Salazar não restauraria a Monarquia que ele tanto defendera e, embora não tendo rompido com o Estado Novo, remeteu-se ao silêncio em relação à política, regressando, talvez, à pureza integralista da juventude. A partir daqui sua atenções estão centradas nos temas da História Nacional e Regional, colaborando assiduamente nas revistas *Arquivo Histórico da Madeira* e *Das Artes e da História da Madeira*, nas quais deixou uma valiosa colaboração.

Morreu no Funchal a 5 de Dezembro de 1982.

Deputados e senadores madeirenses

LEGISLATURA	DEPUTADOS
1911 (28 de Abril) – Assembleia Constituinte, depois convertida em Agosto em Congresso da República	DEPUTADOS: Dr. Manuel de Arriaga (1840-1917), advogado Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo (1880-1958), advogado Dr. António Aurélio da Costa Ferreira(1879-1922), médico Francisco Xavier Carregal da Silva Passos(1878-1931) Dr. João da Câmara Pestana (1871-1927), engenheiro agrónomo (em substituição de Manuel de Arriaga, quando este é eleito Presidente da República.
1915 (13 de Junho)	DEPUTADOS: Francisco Correia Herédia(1852-1918), Visconde da Ribeira Brava Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo(1880-1958) Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior(1886-1969) Tenente Manuel da Costa Dias (1883-1930), oficial da Administração Militar Senadores General Simões Soares Dr. Vasco Gonçalves Marques(1877-1949) Dr. Remígio António Gil Spínola Barreto(1869-1963), advogado
1918 (28 de Abril)	DEPUTADOS: Aires de Ornelas Vasconcelos (1866-1930) Tenente- Coronel José Vicente de Freitas (1892-1952), oficial do Exército Primeiro Tenente da Armada Duarte Melo Ponce de Carvalho SENADORES: Alberto Correia Pinto de Almeida (1872-?), engenheiro agrónomo e professor do Instituto Superior de Agronomia. Adolfo Augusto Baptista Ramires (1868-?), engenheiro agrónomo e professor do Instituto Superior de Agronomia.
1919(11 de Maio)	DEPUTADOS: Capitão Américo Olavo Correia de Azevedo Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo(1881-1958), advogado Dr. Pedro Góis Pita(1891-1974), advogado do Partido Nacionalista José Miguel Lamartine Prazeres da Costa SENADORES Tenente-Coronel José Mendes dos Reis Heitor Eugénio de Magalhães Passos, inspector escolar Dr. Vasco Gonçalves Marques(1877-1949)
1921 (Julho)	DEPUTADOS: Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo(1881-1958), advogado Dr. Pedro Gois Pita (1891-1974), advogado, do Partido Nacionalista. Capitão Américo Olavo Correia de Azevedo (1881-?) Capitão Manuel de Sousa Brazão(1884-1923), oficial da administração militar SENADORES Dr. Vasco Gonçalves Marques(1877-1949), médico Dr. José Varela(1874-1937), médico Dr. Manuel Augusto Martins(1867-1936), advogado
1922 (29 de Janeiro)	DEPUTADOS: Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo Dr. Juvenal Henriques de Araújo(1892-1976), advogado Dr. Pedro Góis Pita(ministro do Comércio e depois do Trabalho

	no governo de Ginestal Machado) Capitão Américo Olavo Correia de Azevedo SENADORES: Dr. Vasco Gonçalves Marques(1877-1949), médico Vasco Crispiano da Silva(1880-) Capitão-Tenente César Procópio de Freitas Major Vasco Cipriano da Silva(1881-1946)
1925 (8 de Novembro)	DEPUTADOS: Dr. Adolfo de Sousa Brazão(1890-1956), médico Dr. Domingos dos Reis Costa Capitão Manuel da Costa Dias(1883-1930) Dr. Luís Vieira de Castro(1898-1954), médico SENADORES: Dr. Vasco Gonçalves Marques(1877-1949), médico Dr. José Varela(1874-1937), médico Dr. João Augusto de Freiras(1872-1942), médico

Toponímia da 1.ª República

Alferes Veiga Pestana [Rua]	**João Paulo da Veiga Pestana** (1895-1918) nasceu no Funchal, onde fez o curso do Liceu. Em 1913 matriculou-se na Universidade de Coimbra, no curso de Engenharia, que interrompeu em 1916, convocado para a Escola de Guerra. Mobilizado em 1917, com o Corpo Expedicionário Português, faleceu em combate na batalha de La Lys, na Bélgica, a 9 de Abril de 1918.
António José de Almeida [Rua]	Esta rua, inicialmente com o nome de avenida, foi inaugurada em Janeiro de 1921, atribuindo-se o nome actual, por deliberação da Câmara do Funchal, de 16 de Abril de 1920, aquando da decisão da sua abertura. António José de Almeida (1866-1929) foi o único presidente da Iª. República a cumprir o mandato até o fim (1919-1923). Médico, de profissão, notabilizou-se sobretudo pelos dotes oratórios nos comícios de propaganda republicana. Proclamada a República, foi Ministro do Interior no Governo Provisório e mais tarde, Chefe do Governo, entre 1916 e 1917, antes de ser eleito Presidente da República. Em 1922, no decurso duma viagem presidencial ao Brasil, passou pela Madeira, sendo aqui recebido festivamente e tendo então os arautos da causa da Autonomia aproveitado a ocasião para reivindicá-la junto do mais alto magistrado da Nação.
Arriaga [Avenida]	**Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1840-1917)** nasceu na cidade da Horta, Ilha do Faial, Açores e morreu em Lisboa. Advogado, professor do ensino secundário, político, poeta e escritor, deputado republicano pelo Funchal em 1882-1884 e mais tarde por Lisboa. Foi o primeiro Presidente da República, eleito em Agosto de 1911. Fazia parte do directório do Partido Republicano Português aquando da revolta republicana fracassada de 31 de Janeiro de 1891. Em Janeiro de 1915 dissolveu o Parlamento (Congresso da República) e consentiu na ditadura do general Pimenta de Castro; a revolução de 15 de Maio desse ano derrubou Pimenta de Castro e declarou fora da lei o Presidente da República, pelo que Manuel de Arriaga se demitiu.
Augusto José Vieira [Rua]	É a actual Rua do Surdo, e teve este nome durante a República, desde 1918, em memória de Augusto José Vieira(1861-1918), ilustre madeirense e jornalista republicano.
Aspirante Mota Freitas [Rua]	Foi o nome dado, em 1918, à antiga Travessa da Sacristia, junto à igreja de Santa Maria Maior. Carlos Elói Mota Freitas (1894-1918) nasceu no Funchal. Concluiu o curso da Escola Naval em 1917 e morreu no mar dos Açores no dia 14 de Outubro de 1918, quando o caça-minas Augusto de Castilho, de cuja tripulação fazia parte como aspirante de marinha, que comboiava o navio de passageiros S. Miguel, em viagem da Madeira para os Açores, foi bombardeado por um submarino alemão, no decurso da I.ª Guerra Mundial.
Campo Almirante Reis	No tempo da Monarquia chamava-se Campo D. Carlos I (penúltimo rei de Portugal, assassinado a 1/2/1908). **Carlos Cândido dos Reis (1852-1910)** foi o comandante militar da revolta republicana falhada de 28/1/1908, passando à reforma a 9/7/1909, com o posto de vice-almirante. Entretanto desempenhou a função de professor do ensino secundário, oficial e particular, e foi eleito deputado republicano por Lisboa em Agosto de 1910. Comandou as operações militares a partir de 1 hora do dia 4 de Outubro de 1910, que conduziram à queda da Monarquia e ao triunfo da

	República.
Capitão Sousa [Rua]	A actual rua do Castanheiro, que teve este nome em memória do capitão João Francisco de Sousa, morto no combate de Cuanhamo em 1918.
Carvalho Araújo [Rua]	Deliberação da Câmara do Funchal, de 8/5/1919. Situada entre o fim da Avenida Sá Carneiro e a Ponte do Ribeiro Seco. **José Botelho Carvalho de Araújo** (1880-1918) nasceu no Porto. Participou activamente na revolta republicana fracassada de 28 de Janeiro de 1908 e na revolução triunfante de 5 de Outubro de 1910. Foi deputado à Assembleia Constituinte, em 1911, governador de Inhambane (Moçambique) em 1917-1918. Em 1918, no final da I Guerra Mundial, com a patente de capitão-tenente, comandava o caça-minas Augusto de Castilho, que, comboiava o vapor de passageiros S. Miguel que se dirigia aos Açores, quando a 14 de Outubro foi alvo de um ataque do submarino alemão U-139. Ferido mortalmente, veio a falecer nesse ataque, nas proximidades daquele arquipélago, salvando-se o vapor S. Miguel e os 250 passageiros.
5 de Outubro [Rua]	Homenagem à data gloriosa de 5 de Outubro de 1910, do triunfo da revolução que derrubou a Monarquia e instaurou a República em Portugal. Na Monarquia esta artéria da cidade do Funchal chamava-se Rua do Príncipe.
Correira Herédia [Rua]	A actual Rua da Conceição que com a República passou a designar-se Rua Correia Herédia, mas voltou ao nome primitivo. O nome foi dado e memória de Francisco Correia Herédia, visconde da Ribeira Brava(1852-1918).
Dr. Barreto [Caminho]	**António Alfredo da Silva Barreto** (1845-1918) nasceu e faleceu no Funchal. Em 1869 formou-se em Medicina, pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e foi médico municipal nas freguesias de S. António, S. Martinho e S. Roque.
Mary Jane Wilson [Rua]	Anteriormente chamava-se Travessa da Conveniência e liga a Rua do Carmo à Rua João de Deus. Mary Jane Wilson (Índia 1840 – Funchal 1916), súbdita britânica, chegou à Madeira na qualidade de enfermeira acompanhante de um doente que aqui veio procurar cura. Nascida no seio da Igreja Anglicana, converteu-se ao catolicismo em 1873 e fundou na Madeira, em 1884, a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, que hoje se encontra espalhada por vários países.
31 de Janeiro [Rua]	Na Monarquia chamava-se Rua da Princesa e vulgarmente Rua das Árvores. Trata-se duma homenagem à revolta fracassada para implantar a República, ocorrida a 31 de Janeiro de 1891, no Porto.

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1.BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1 BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Guedes de, *Mary Jane Wilson, a Irmã de S. Francisco*, Braga, Editorial Franciscana, 1975.

CLODE, Luísa, "Perfil político do Visconde da Ribeira Brava", *Atlântico*, N. º 3, Outono de 1985, pp. 218-223.

FERREIRA, Pedro M., "Tumultos populares na Madeira: a Parreca (1887-1886)", *Islenha*, 1989, N.º 4, pp. 64-70.

FERRONHA, António Luís Alves, "A Madeira e a República", *Atlântico*, N.º 18, Verão de 1989, pp. 144-147.

FREITAS, Graça; SANTOS, Manuela, "Biografia de João Augusto d'Ornellas", *Girão*, 1991, N.º 6, pp.247-248.

GOMES, Fátima Freitas e Nelson Veríssimo, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1983.

JANES, Emanuel, "A implantação da República na Madeira", *Atlântico*, N.º 18,Verão de 1989, pp. 97-102.
- "Cerejeira na Madeira: as Conferências de Acção Social, 1924", *Islenha*, N.º 19, Julho-Dezembro de 1996, pp. 139-146.
- "Uma tentativa de restauração monárquica na Madeira", *Islenha*, N.º 22, Janeiro - Junho de 1998, pp. 165-172.

LEITE, José Guilherme Reis, "O 2.º Movimento Autonomista Açoreano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, 1989*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 877- 883.

NEPOMUCENO, Rui, *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, pp. 175-208.

PESTANA, Eduardo Antonino, *Ilha da Madeira*, II volume, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1970.

PITA, Gabriel de Jesus, "Decadência e queda da Iª Republica, analisada na imprensa madeirense da época", 1ª parte, *Atlântico*, N.º 3, Outono de 1985, pp. 194-208.
- "Decadência e queda da I.ª República, analisada na imprensa madeirense da época", 2ª parte, *Atlântico*, N.º 5, Primavera de 1986, pp. 37-50.

PINTO, Maria Luís e Teresa Ferreira Rodrigues, "A Madeira na viragem do século (1860-1930). Características da sua evolução demográfica", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, 1989*, Funchal, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 327-354.

VERÍSSIMO, Nelson, "Em 1917, a Madeira reclama Autonomia", *Atlântico*, N.º 3, Outono de 1985, pp.229-232.
- "A nossa Autonomia. Um inquérito de Armando Pinto Correia", *Atlântico*, N.º 19, Outono de 1989, pp. 197-202.
- "O alargamento da Autonomia nos Distritos Insulares. O debate na Madeira (1922-1923)", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1989, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 493-515.
- "Ernesto Gonçalves e o Integralismo Lusitano", *Islenha*, N.º 8, Janeiro-Junho de 1991, pp. 23-30.
- "O alargamento da Autonomia Insular. O contributo açoreano no debate de 1922-23", *Islenha*, N. º 16, Janeiro-Junho de 1995, pp. 22-30.
- "A questão dos Sanatórios da Madeira", *Islenha*, 1990, Nº 6, pp. 124-144.

2. ESTÁTUAS E BUSTOS

António A. Bom de Sousa Schiappa de Azevedo(Porto Santo), Fernando Augusto da Silva, Visconde da Ribeira Brava(R. Brava), Henrique Augusto Vieira de Castro, João dos Reis Gomes, Monumento aos Mortos na manhã de 3 de Dezembro de 1916, Aos Mortos da Grande Guerra, Monumento a Nossa Senhora da Paz [Terreiro da Luta]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira. Inventário*, Funchal, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos espaços verdes*, Funchal, 1993.

3 . RUAS

Rua Carvalho Araújo, Campo Almirante Reis, Avenida Arriaga, Rua 31 de Janeiro, Rua 5 de Outubro, Rua Pestana Júnior, Rua Sidónio Pais, Rua António José de Almeida, Rua Mary Jane Wilson, Rua Dr. Pita, Rua Paiva Couceiro, Rua Alferes Veiga Pestana, Caminho Dr. Barreto

10 – O ESTADO NOVO E A MADEIRA



TEMAS

10. 1 – O contexto histórico nacional

- O Estado corporativo e as corporações
- A consolidação do Estado Novo

10.2 – A Madeira durante o Estado Novo

10.3 – O Estado Novo e a autonomia regional

Para saber mais...

- Biografia de personalidades madeirenses no Estado Novo
- Toponímia do Estado Novo
- Deputados madeirenses à Assembleia Nacional
- O *Re-Nau-Nhau* e o humor político
- A Madeira e a 2.ª Guerra Mundial
- Comissão Administrativa do Aproveitamento hidráulico da Madeira
- Documentos

TEMAS EM DESTAQUE:

- *Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos*
- *A Madeira e a Guerra Colonial*
- *Rádio e Televisão*
- *Casas do Povo*
- *Finanças da Madeira no Estado Novo*
- *Marcelo Caetano e a autonomia*

CONCEITOS

- Estado Novo
- Censura
- Corporativismo
- Casas do Povo
- Junta Geral

PERSONALIDADES

- Gomes da Costa
- Oliveira Salazar
- Marcelo Caetano
- Alberto Henriques Araújo
- José Vicente de Freitas
- Álvaro Favila Vieira
- Fernão Ornelas
- Agostinho Cardoso

CRONOLOGIA

DATA	28/5/1926	26/1/1931	4/4/1931	11/4/1933	31/12/1940	27/10/1967	30/6/1972	25/4/1974
ACONTECIMENTOS	Golpe Militar chefiado pelo general Gomes da Costa	Publicação do "Decreto da Fome" que levou à "revolta da farinha" a 6 de Fevereiro	Revolta político militar na Madeira	É promulgada a Constituição que define o Estado Novo	Publicação do estatuto administrativo definitivo para a Madeira	Entrou em funcionamento o Emissor Regional da Madeira	Primeira emissão televisiva na Madeira	"Revolução dos cravos" Fim do Estado Novo



MANUEL DE OLIVEIRA GOMES DA COSTA [1863-1929].

Militar de carreira fez várias campanhas na Índia e Angola e na expedição à Flandres na Grande Guerra de 1914-18.

Pertenceu ao Partido Radical e manteve contactos com personalidades do Integralismo Lusitano. Aceitou chefiar o golpe militar que eclodiu em Braga a 28 de Maio de 1926.

A 17 e Junho depõe Mendes Cabeçadas de chefe de Governo e assume a chefia. Mas a 9 de Julho outro golpe palaciano de Sinel de Cordes acaba por demiti-lo do governo e deporta-lo para Angra na ilha Terceira até Novembro de 1927.

"Quanto mais decreta o Governo sobre matéria de finanças e de subsistências, tanto mais se agrava a situação do país.(...) Na realidade nada remedeia, porque nada comprime senão o estômago do mártir consumidor e a algibeira do sacrificado contribuinte."
[*Diário de Notícias*, 22.02.1924]

"Queremos libertar o País dos maus políticos e das suas clientelas.(...)

Queremos reorganizar a administração pública, restabelecer a justiça e libertar as classes oprimidas pela miséria !(…)

Que nos apoiem todos os que têm fome de liberdade e pão !

Que a República seja um regime honrado e não capa de bandidos e gatunos !(…)"
[Proclamação da Junta de 18 de Abril de 1925]

CORPORAÇÕES: "...as Corporações constituem a organização integral das diferentes actividades de ordem moral, cultural e económica e têm por fim coordenar, representar e defender os seus interesses para a realização do bem comum."
[Lei nº.2086, de 22 de Agosto de 1956]

O contexto histórico nacional

No dia 28 de Maio de 1926 um golpe militar, liderado pelo general Gomes da Costa, derrubou o regime democrático da 1.ª República e instaurou uma Ditadura Militar. Os partidos, à excepção do *Democrático* que estava no poder, as Forças Armadas e a Igreja Católica apoiaram o golpe.

As dificuldades financeiras do país, a instabilidade política e a agitação social criaram o clima propício ao advento da ditadura. Os governos sucediam-se a um ritmo cada vez maior, as greves eram constantes e, um pouco por todo o lado, aconteciam atentados bombistas, gerando uma insegurança geral. A desvalorização da moeda portuguesa e o agravamento do custo de vida criaram condições para o açambarcamento de bens essenciais, a especulação dos preços e a corrupção política; os governos, de pouca duração, não conseguiam debelar a crise. O apelo à Ordem, ao nacionalismo, à salvação da Pátria eram constantes, clamando-se por um ditador.

A Ditadura Militar, resultante do golpe de estado de 1926, vai durar 7 anos. Em 1933 foi promulgada uma nova Constituição, que estabeleceu um novo regime, que se passou a chamar Estado Novo. Ao parlamentarismo da 1.ª República sucedia o presidencialismo, em que o Presidente da República estava dotado de amplos poderes. O parlamento, que passou a chamar-se Assembleia Nacional, foi desvalorizado; apenas reunia três meses no ano e aí só tinha assento o único partido permitido, a União Nacional. A abertura só teve lugar a partir de 1969 com a presença da Ala Liberal.

O Estado corporativo e as corporações

O corporativismo definiu o regime político e económico do Estado Novo. Este movimento surgiu no século XIX como resposta à Revolução Francesa, que havia acabado com as corporações. O corporativismo português fundamenta-se no italiano e no pensamento social da Igreja expresso nas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931).

Em 1933 com a Constituição e o *Estatuto do Trabalho Nacional* ficaram estabelecidas as bases do sistema corporativo, assente nos grémios, sindicatos, ordens, casas do povo e casas dos pescadores. Todavia a sua institucionalização só sucedeu após a Segunda Guerra Mundial com a lei 2086 publicada em 1956.

De acordo com a Constituição aprovada a 11 de Abril de 1933 "o estado português é uma República unitária e corporativa"(artº.5), que, embora assentasse num Presidente, Assembleia Nacional, Câmara Corporativa e Governo, era neste último que se concentrava o poder, mercê do esvaziamento das demais instituições.

A Câmara Corporativa, que representava as diversas corporações**,** os municípios, as associações profissionais e

culturais, passou a partir de 1935 a órgão consultivo do governo.

A doutrina corporativista havia já influenciado o discurso e prática autonomista, através da eleição indirecta dos membros de alguns dos seus órgãos. Em 1922, Manuel Pestana Reis, no seu projecto programático de autonomia, apresentava um Conselho Legislativo em que os membros eram eleitos pelos municípios e associações de classe. Já na proposta de Quirino de Jesus, apresentada em 1923, prevê-se a criação de uma Junta Geral de Província, eleita pelas câmaras municipais, professores, associações de classe e chefes das repartições públicas.

A definição do modelo autonómico para as ilhas só aconteceu em 1938, depois de aprovada a Constituição, ficando evidenciada nesta e nas reformas posteriores a ideologia corporativista. As juntas gerais eram constituídas por sete procuradores, sendo três natos(reitor do liceu, representante das obras públicas e delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência) e quatro eleitos trienalmente de forma indirecta pelas câmaras municipais e os organismos corporativos do distrito. Em 1940 o Estatuto copia literalmente a nomenclatura corporativista ao estabelecer que os membros da Junta eleitos eram escolhidos entre as "câmaras municipais e organismos corporativos morais, culturais e económicos do distrito."

A consolidação do Estado Novo

A década de trinta marcou definitivamente a consolidação do Estado Novo. Criaram-se estruturas de apoio ao regime autoritário, inspiradas no fascismo italiano. Ao mesmo tempo procurou-se silenciar os opositores através da censura aos jornais, livros, revistas, rádio e cinema e da criação de uma polícia política.

O controle da informação de índole política era feito através da censura prévia aos órgãos de comunicação social. Esta medida foi estabelecida em 22 de Junho de 1926 pelo governo de Gomes da Costa e manteve-se até ao 25 de Abril de 1974.

Em 1928 o regime criou um organismo policial com intuitos políticos. A Polícia Internacional tinha por missão reprimir e aniquilar os opositores ao regime, nomeadamente os comunistas. Foi desta forma que surgiu em 1933 a Polícia de Defesa e Vigilância do Estado (PVDE) (que a partir de 1945 passou a chamar-se PIDE e a partir de 1969 DGS) com poder de prender e de instrução processual.

As estruturas de afirmação e suporte do regime completam-se com a Mocidade e a Legião Portuguesas. A primeira, criada em 19 de Maio de 1936, tinha por objectivo promover a doutrinação política dos adolescentes e jovens, enquanto a segunda, surgida a 30 de Setembro de 1936, era uma organização miliciana anti-comunista para adultos, com a finalidade de criar uma força alternativa ao exército, mas a sua actuação praticamente resumia-se a um serviço de informações.



CASAS DO POVO: de acordo com o regime corporativo iniciado em 1933 as Casas do Povo eram as associações que no espaço da freguesia reuniam as populações ligadas à terra. Para além do papel nas áreas da previdência e assistência médica intervinham em acções de melhorias públicas locais. A partir dos anos cinquenta passaram a intervir na educação de adultos, na criação de grupos desportivos e culturais.

Com o 25 de Abril de 1974, acabou-se o estado corporativo e foram reformuladas as suas atribuições. Assim, na Madeira, de acordo com o estatuto das casas do povo, aprovado em 1982 pelo Governo Regional da Madeira, ficando-lhes apenas reservadas as actividades recreativo-culturais, passando as demais para os Centros da Segurança Social.

Hoje, as Casas do Povo, são organismos autónomos de utilidade pública que recebem apoio dos Serviços de Extensão Rural. Das suas actividades destaca-se a promoção da cultura popular através da criação e apoio a grupos folclóricos e filarmónicas.

A primeira Casa do Povo na Madeira surgiu em 1936 na freguesia de Santo António a que se seguiu a da Camacha e de Nossa Senhora da Piedade no Porto Santo em 1937. A esta juntaram-se depois, as de Boaventura(1959), Estreito de Câmara de Lobos(1970) e Campanário(1972). Em 1973 tivemos as de S. Vicente, Santana, P. de Sol, Machico, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Curral das Freiras, Câmara de Lobos. As demais foram criadas depois de 1974, já de acordo com o novo espírito, estabelecido pelo Estatuto das Casas do Povo de 1982.

ESTADO NOVO: Designação dada ao regime institucionalizado na Constituição de 1933. A designação abrange o período que decorre entre 9 de Abril de 1933 e 25 de Abril de 1974.

A derrota do fascismo e do nazismo, no final da segunda guerra mundial, criou algumas dificuldades à Ditadura portuguesa, mas não foi suficiente para pôr-lhe fim. O clima de histeria anti-comunista, que se seguiu à guerra (e o regime português apresentava-se como ferozmente anti-comunista), e o divisionismo nas fileiras da Oposição, a adesão de Portugal à NATO, no acto de fundação em 1949 e a entrada para a ONU, em 1955, proporcionaram condições para a sobrevivência do Estado Novo. As muitas tentativas para derrubá-lo fracassaram até 1974.

A partir das eleições presidenciais de 1958, em que o candidato oposicionista general Humberto Delgado, conseguiu galvanizar grande apoio da população e do início da guerra colonial, em 1961, é evidente a divisão no seio dos dois grandes suportes do regime, a Igreja Católica e as Forças Armadas. Isto foi o início da caminhada final do regime do Estado Novo. O estado de guerra, o agravamento das condições de vida em Portugal em contraste com o surto de desenvolvimento económico e social na Europa foram desacreditando o regime, tanto interna como externamente.

O principal mentor e líder do Estado Novo foi o professor universitário António de Oliveira Salazar. Chamado para Ministro das Finanças em 1928, mas que foi Primeiro-ministro desde 1932 até à sua incapacidade física, declarada em 1968, vindo a falecer em 1970. Enquanto esteve no poder, foi ele o chefe político supremo, embora oficialmente a Constituição de 1933 atribuísse poderes muito mais fortes ao Presidente da República. A orientação política que imprimiu foi, como gostava de dizer, a de uma boa dona de casa: poupar muito e gastar pouco. Deste modo, transformou Portugal num país em que o Estado era rico, não tinha dívidas, mas os cidadãos eram pobres.

O sucessor em 1968, o professor universitário Marcelo das Neves Alves Caetano, procurou dar uma nova imagem do regime, promovendo inicialmente uma abertura política e proporcionando um aceleramento do crescimento económico e social. No entanto as suas hesitações políticas, a incapacidade de pôr fim à guerra colonial e o descrédito cada vez maior de Portugal nas organizações internacionais, conduziram ao seu derrube no dia 25 de Abril de 1974.

A Madeira durante o Estado Novo

Tal como no Continente, havia na Madeira, em 1926, um sentimento geral de frustração relativamente face ao regime republicano. As dificuldades financeiras do Estado e o inevitável agravamento da carga fiscal e custo de vida, a instabilidade política e a proliferação dos partidos políticos, com um discurso repleto de demagogia e uma actuação recheada de oportunismo, estavam a adiar o cumprimento das promessas feitas e a produzir o desmoronamento da esperança



Cartaz alusivo à Mocidade e Legião Portuguesa


ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR [1889/1970]: e Mário Figueiredo [1890/1969], na Madeira, em 1925, onde vieram proferir conferências


Marcelo Caetano no Funchal em 1969
[Arquivo Diário de Notícias]

lançada pelo Partido Republicano Português, aquando da revolução de 1910.

Na Madeira, o descrédito do regime democrático republicano foi profusamente explorado pelas forças conservadoras, ligadas aos partidos da Monarquia e à Igreja Católica. Estes a coberto das reivindicações de autonomia, reclamaram um regime político corporativo, com ou sem um partido regional.



Salazar e Carmona em 1936

Com o novo regime a 28 de Maio de 1926, seguiu-se um período de Ditadura Militar, marcado pela instabilidade governativa que se manteve até a chegada ao poder de Salazar em Abril de 1928, como Ministro das Finanças. Em Fevereiro de 1927, duas revoltas uma no Porto e outra em Lisboa, tentaram o regresso à democracia. O líder da revolta do Porto, general Sousa Dias, foi preso e enviado com residência fixa para a Madeira juntamente com outros revoltosos.

“É verdadeiramente pavorosa a miséria que se faz sentir em muitos lares. De dia para dia, a situação de tantas famílias agrava-se assustadoramente a ponto de em numerosas casas só preparar-se uma fraca refeição diária. (...)tudo isto concorre para que em muitos tugúrios, a tuberculose exerça uma influência destruidora.”
[“A Mocidade”, in Maria Elisa Brazão, *A Revolta da Madeira-1931*, Funchal, 1994, p.30]

A partir de finais de 1929 começaram a sentir-se na Madeira os efeitos da grande crise económica mundial, iniciada nos Estados Unidos. As casas bancárias de Henrique Figueira e Sardinha abriram falência, causando estragos importantes na economia madeirense e a ruína das pessoas que neles tinham depositado as suas poupanças.

Foi nesta conjuntura que o Governo publicou a 26 de Janeiro de 1931 um decreto concedendo o monopólio da importação de farinha em favor de um grupo de moageiros. Em resposta tivemos no dia 6 de Fevereiro uma greve dos estivadores do porto do Funchal que acabou por provocar outra geral e o assalto popular às moagens.

Esta revolta popular foi o prelúdio de um momento de agitação popular no arquipélago que marcou a década de trinta. A 4 de Abril de 1931 eclodiu a Revolta da Madeira, contra o regime da ditadura com o objectivo de restabelecer a República, contou com a participação dos militares destacados e deportados na ilha.



Revolta da Madeira de 1931. Comício promovido pela Junta Revolucionária

Em Agosto de 1936 seguiu-se o último tumulto popular, na freguesia do Faial, contra a legislação nacional que centralizava na Junta de Lacticínios o fabrico da manteiga e a comercialização do leite, impedindo os particulares de continuar esta actividade.

O Estado Novo rotulava de comunistas todos os seus opositores. O Partido Comunista foi, na verdade, uma das poucas forças políticas de oposição ao governo que se manteve organizada na clandestinidade, sendo muitos dos seus militantes alvo de prisão, tortura e assassinato por parte da PIDE. Uma denúncia em 1948, no Funchal, levou à prisão de 70 comunistas madeirenses, acabando 23 por ir a julgamento.

A década de 1940 trouxe algumas melhorias aos madeirenses, apesar das dificuldades de abastecimento de alimentos e produtos em geral devido ao decurso da 2ª Guerra Mundial.



ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

Nasceu a 28 de Abril de 1889, no Vimeiro, Concelho de Santa Comba Dão. Morreu a 27 de Julho de 1970.

Estudou no Seminário de Viseu matriculando-se depois na Faculdade de Direito de Coimbra onde terminou o curso em 1914.

Pertenceu aos quadros do Centro Católico Português, onde teve uma acção de grande relevo, estudou Maurras, Le Play e as Encíclicas papais de Leão XIII, publicando artigos sobre Política Económica e Finanças.

Em 1921 foi eleito deputado pelo Centro Católico mas a sua estada no Parlamento é muito curta, abandonando-o pouco depois, regressa à vida académica. Escreveu artigos para revistas e jornais e proferiu algumas conferências. Neste âmbito deslocou-se à Madeira em Abril de 1925, juntamente com Mário de Figueiredo para proferir duas conferências a convite dos católicos madeirenses.

A Revolução Militar de 1926 chamou-o para Ministro das Finanças mas recusou o convite por falta de condições para exercer esse cargo. Em 1928 é novamente convidado para o mesmo cargo que aceita depois de satisfeitas as suas condições de controlar todas as despesas e receitas estatais dos diferentes ministérios.

Chegou a Presidente do Conselho de Ministros em 1932 lugar que ocuparia até 1968 quando após uma queda ficou incapacitado fisicamente de exercer as suas funções e foi exonerado pelo Presidente da República. Acumulou muitas vezes outras pastas importantes chegando exercer interinamente a Presidência da República em 1951 por morte do Presidente Carmona. Após a chegada a Presidente do Concelho fez aprovar uma Constituição Política e põe em prática um sistema corporativo impeditivo da existência de outras correntes políticas. Determinou um proteccionismo de forma a manter o país na velha paz rural que impedia o seu desenvolvimento a todos os níveis.



MARCELO JOSÉ DAS NEVES ALVES CAETANO

Nasceu no dia 20 de Agosto de 1906, em Lisboa e morreu exilado no Brasil em 1980.

Estudou na Faculdade de Direito de Lisboa onde se licenciou e acabou se doutorando em 1931 ficando como professor dessa Faculdade. Leccionou e fez várias conferências na Universidade de Roma e em outras Universidades Europeias. Foi lente da Cadeira de Direito Administrativo, de Direito Penal, Direito Corporativo e ainda o curso de Administração Colonial.

Redigiu o projecto do Código Administrativo e publicou o primeiro tratado de Direito Administrativo em Portugal. Foi auditor do Ministério das Finanças, dirigiu a Companhia de Seguros Fidelidade e foi também vogal do Conselho do Império Colonial.

Em 1938 percorreu os Arquipélagos da Madeira e Açores afim de estudar a reforma administrativa das ilhas adjacentes, tendo redigido os Estatutos Autonómicos dessas duas regiões.

Na juventude fez parte do Integralismo Lusitano. Em 1931 integra a primeira Comissão Executiva da União Nacional chegando a chefe desta mesma comissão.

Foi, Reitor da Universidade de Lisboa em 1961, Presidente da Câmara Corporativa, Ministro das Colónias, Ministro da Presidência e braço direito de Salazar.

Devido à incapacidade física de Salazar em Setembro de 1968 é nomeado Presidente do Conselho. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 é exilado para o Brasil onde exerceu a profissão docente na Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, onde veio a morrer.

Completadas as estruturas do novo regime político, oficializado e legalizado pela Constituição de 1933, o governo quis fazer uma apresentação pública do regime, promovendo uma grande exposição em Lisboa, na Praça do Império, em Belém, a Exposição do Mundo Português, com pavilhões de todas as partes do território português, incluindo as ilhas atlânticas. Esta enquadrava-se na celebração nacionalista dos Centenários da fundação de Portugal(1939) e da Restauração da Independência(1640).

A pretexto destes centenários inauguram-se na década de 1940 várias obras monumentais, algumas das quais na Madeira, como foi o caso dos edifícios do Mercado dos Lavradores, do Liceu, do Banco de Portugal e do Sanatório. Em 1943 foi criada a *Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira*, para proceder ao fornecimento de energia eléctrica e ao alargamento da área de irrigação.

O regime do Estado Novo, que se prolongou até 1974, constituiu-se como um regime conservador, autoritário, repressivo, tradicionalista, corporativo e ruralizante, apostando numa economia de estabilização monetária, com entraves à concorrência e um forte dirigismo estatal. A ordem era de apertar o cinto: fracos investimentos, redução das despesas e uma moeda forte. Deste modo o regime não estimulava o progresso económico nem a formação intelectual.

A Madeira apresentava uma agricultura pouco rentável. Para isso contribuiu o predomínio da pequena propriedade e a dificuldade no acesso aos terrenos, devido à quase inexistência de estradas. O regime, apoiado nos grupos económicos e forças conservadoras, nunca colocou em questão o regime de colonia que vigorava na Madeira e que mantinha na miséria a maior parte dos agricultores. O transporte de mercadorias, materiais e pessoas por via terrestre tornava-se extremamente moroso, restando a alternativa do transporte marítimo.

Havia muito tempo que os madeirenses reclamavam uma adequada rede de transportes marítimos através do prolongamento do cais e porto do Funchal, como forma de atrair o turismo que já era visto como a tábua de salvação da economia madeirense. As obras no cais aconteceram entre 1931-33 e o alargamento e prolongamento do molhe da Pontinha apenas entre 1955 e 1962.

A partir de 1949 surgiu a alternativa com as ligações aéreas, primeiro os hidroaviões da **Aquila Airways,** que amaravam na baía do Funchal e depois os aviões com a construção dos aeroportos do Porto Santo(1960) e do Funchal(1964).

Ao nível da sociedade madeirense as dificuldades eram ainda mais evidentes. As condições de pobreza e miséria da população madeirense originaram uma alta taxa de mortalidade, sobretudo infantil. O aumento da população tem a ver com um grande número de filhos por casal. Em 1950 a população da Madeira rondava os 267.000 habitantes, tendo aumentado para 269.000 na década seguinte.


Mercado dos Lavradores

PRINCIPAIS OBRAS DO ESTADO NOVO

1940.Novembro.24. Mercado dos Lavradores
1942.Novembro.15: Edifício dos Correios
1946.Maio.28: Liceu Nacional do Funchal
1950.Maio.28: Edifício da Capitania
1953.Maio.3: Central hidro-eléctrica da Serra de Água
1953.Julho.5: Central hidro-eléctrica da Calheta
1954.Agosto.9: Central eléctrica do Porto Santo
1956.Maio.28: Edifício da Comissão de Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira
1957.Maio.5: Estádio dos Barreiros
1958.Abril.28: Paços do Concelho de Santana
1958: Escola Industrial e Comercial do Funchal
1955.Julho.4: Cais Regional
1960.Agosto.28: Aeroporto do Porto Santo
1962.Julho.17: Palácio da Justiça
1962.Julho.17: Alfândega do Funchal
1962.Julho.18: Molhe da Pontinha
1964.Julho.8: Aeroporto de Santa Catarina
1965.Setembro.26: Central Hidro-eléctrica da Ribeira da Janela
1966.Setembro.3: Quartel da Guarda Fiscal
1970.Outubro.31: Quartel do BII nº.19.
1971.Setembro.19: Central Hidro-eléctrica da Fajã da Nogueira
1971.Abril.23: Edifício da Caixa de Previdência
1972.Agosto.1: ILMA- Indústria de Lacticínios da Madeira, Lda
1973.Setembro.9: Hospital Distrital do Funchal


Bútio: navio de cabotagem do princípio do século XX.

A MADEIRA E A GUERRA COLONIAL

O ano de 1961 é assinalado nos anais de História Colonial como um ano negro. Perderam-se as possessões de Goa, Damão e Diu e iniciou-se a guerra provocada pelos movimentos de libertação de Angola, seguindo-se a Guiné em 1963 e Moçambique em 1964. Esta situação obrigou à mobilização de tropas, correspondendo ao apelo de Salazar: "Para a Angola, rapidamente e em força".

A primeira questão aconteceu na Índia. A partir de 1947 com a retirada inglesa e a fundação da União Indiana abriu-se a porta para a integração de Goa, Damão e Diu. Os problemas surgiram a partir de 1954 e levam o governo a mobilizar tropas, seguindo do Funchal uma companhia de caçadores para Diu. Mas em 1961 a União Indiana invadiu as possessões portuguesas, anexando-as definitivamente no seu território.

Entretanto em África o movimento pró-independência do post-guerra mundial atingiu as colónias portuguesas, surgindo movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O assalto à cadeia de Luanda a 4 de Fevereiro de 1961 motivou a pronta resposta do regime com o envio de forças militares.

Na Madeira foram recrutados muitos jovens em 5 batalhões e 64 companhias constituídas no Batalhão de Infantaria Independente n.º 19, e no grupo de Artilharia e Guarnição n.º 2.

Embora os dados disponíveis não sejam muito fiáveis, aqui os deixamos para que se possa fazer uma ideia. Durante os treze anos de guerra foram mobilizados 820 000 militares de que resultaram 8 831 mortos e 32 195 feridos. De entre estes os mortos contam-se pelo menos 169 madeirenses.



Escola Central – Masculina e Feminina- de Santa Maria. [Foto de Duarte Gomes]

Entre 1960 e 1970 houve um decréscimo para 251.000 tendo voltado a aumentar na razão de um milhar em cada década seguinte. Esta evolução tem sobretudo a ver com a emigração, fenómeno tradicional dos madeirenses, mas que durante o Estado Novo (1926-1974) conheceu proporções mais acentuadas. Emigrar era para muitos a única solução para assegurar o sustento de famílias numerosas.

Até 1950 a emigração madeirense dirigiu-se sobretudo para o Brasil e logo após a 2ª guerra mundial para o Curaçau. A partir de finais de 1950, a Venezuela, África do Sul e Austrália constituíram os principais destinos, embora na década de 1960 também se emigrasse para a França e Alemanha. O contingente emigratório foi tal que provocou um decréscimo acentuado da população.

Os anos cinquenta definiram uma viragem no movimento demográfico. Até então o crescimento da população dos concelhos rurais foi evidente, mas partir daqui a curva descendente é compensada apenas pelo aumento significativo da área da cidade do Funchal. Isto é o demonstrativo do paulatino abandono da agricultura e da deslocação da população activa para o sector dos serviços, nomeadamente a hotelaria.

No campo da cultura, a pouca importância que a Ditadura lhe atribuía, a perseguição a todos aqueles que se lhe opunham, mesmo só por ideias, a institucionalização da polícia política e da censura, a obsessão pela redução de despesas, originaram uma situação de obscurantismo cultural.

Quanto ao ensino a contra-reforma levada a cabo a partir de 1926 conduziu a profundas alterações no sistema lançado pela primeira República. Acabaram-se as escolas mistas primárias. A partir de 1931 fechou-se muitas escolas primárias, sendo substituídas por postos escolares, a cargo de regentes escolares, pessoas com apenas a 4ª classe, mas com "bom comportamento moral e civil", atestado pelos regedores e párocos.

Em 1936 encerraram-se as Escolas do Magistério Primário e foi criado o livro único para o ensino. A partir de 1952 definiu-se o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos com o objectivo de combater o analfabetismo e alargar o plano de escolaridade obrigatória para os 4 anos. Deste modo, a taxa de analfabetismo que era em 1920 de 71% em 1955 era ainda de 65, baixando para 33% em 1960. Até 1964 o ensino secundário só existia no Funchal, contando-se a partir desta data com os primeiros colégios rurais em S. Vicente e Machico.

No período da República havia-se dado condições à proliferação da imprensa, que assumiu um destacado papel no debate político e na promoção da cultura madeirense. Mas o regime de ditadura imposto pelos militares em 1926 introduziu a censura, conduzindo a uma perda de influência da imprensa.

Da que sobreviveu e que esteve ligada com os sectores

da oposição, destaca-se o semanário humorístico *Re-nhau-nhau*, que se publicou de 1929 a 1977 e a partir da década de 1960, o semanário "cor de rosa", *Comércio do Funchal*.

Quanto à rádio eram duas estações regionais: o Posto Emissor do Funchal e a Estação Rádio da Madeira. O Emissor Regional da Madeira foi inaugurado a 27 de Outubro de 1967, para retransmissão da programação da Emissora Nacional criada a 4 de Agosto de 1935. Só em 1969 passa a emitir em FM e desde 1971 passou a incluir programação regional.

A primeira emissão de televisão na Madeira só vai acontecer a 30 de Junho de 1972, a preto e branco, quando no Continente já funcionava desde 7 de Março de 1957.

Aproveitando a abertura política prometida pelo novo Governo de Marcelo Caetano, desde Setembro de 1968, constituiu-se na Madeira para as eleições legislativas de Outubro de 1969, uma lista da oposição sob a sigla CDE, Comissão Democrática Eleitoral, de que faziam parte várias personalidades, como o Dr. António Egídio Fernandes Loja, na altura gerente comercial, o jornalista açoreano José Manuel Barroso, redactor-coordenador do semanário *Comércio do Funchal* e Dr. Fernando Rebelo, advogado continental radicado na Madeira.

A 22 de Abril do mesmo ano um grupo de cidadãos do Funchal apresentou ao governador civil do Funchal, coronel Braamcamp Sobral, uma cata reclamando o cumprimento da abertura política prometida por Marcelo Caetano e uma autonomia que fosse capaz de resolver os graves problemas com que a ilha se debatia.

CARTA AO GOVERNADOR

"(...)O problema com que se debate o nosso País no tempo que passa é o de poder escolher livremente o tipo de sociedade que melhor se adapta ás necessidades do Povo Português. O que se contesta é um tipo de sociedade dominada pelo autoritarismo, o qual descreu constantemente na capacidade do País para raciocinar ou mudar. (...) É porque todos nós o consideramos grave; é porque se olha para a frente sem vislumbrar uma saída; é porque a Nação se depara cada vez mais com as perspectivas da ruína; é porque o empobrecimento gradual dos cidadãos está acontecendo é por isto que ele é grave, reconhecidamente grave e difícil.
É grave ainda porque as mais importantes decisões políticas são tomadas e o futuro do país comprometido sem que sobre ele a Nação se tenha pronunciado; é grave porque se estão a sacrificar as gerações que estão a construir este país; é grave porque se condenam grandes sectores da população à miséria e à ignorância, ou a ter de trocar o seu país por outro que lhe dê (e quantas vezes isto não acontece...) condições de vida mais humanas; é grave porque, apesar de diariamente repetidas, mas infelizmente esquecidas na hora das "grandes decisões", palavras como Pátria e Soberania foram erigidas em valores tão altos e abstractos que apenas trouxeram consigo a guerra e a discórdia.

(...)O problema, agora, Senhor Governador, é o de proporcionar à Nação o debate livre de todos os problemas que ela enfrenta (o do Ultramar incluído) para que livremente ela possa escolher o seu rumo, depois de colocada perante as opções (todas as opções) possíveis." [Carta a um governador de 22 de Abril de 1969]

RÀDIO E TELEVISÂO

1948.Janeiro.6: Estação Rádio da Madeira.
1948.Maio.28: Posto Emissor do Funchal
1967.Outubro.27: inauguração do Emissor Regional da Madeira
1972. Junho.30: Emissor Regional da RTP, com emissões a preto e branco. A cor só chegou em1982.
1986.Dezembro.22: lei de licenciamento das Estações Emissoras de Radiodifusão.

O Estado Novo e a autonomia regional

A revolução de 28 de Maio de 1926 foi saudada por muitos sectores da sociedade madeirense que depositaram nela as suas esperanças de mudança. A primeira alteração ocorreu com o decreto nº.15.035 de 16 de Fevereiro de 1928, que ia ao encontro de algumas das reivindicações no campo financeiro. A receita da cobrança da contribuição predial rústica e urbana, contribuição industrial, imposto de aplicação de capitais e imposto de transacções, eram receita da Junta e usados em benefício da região, ficando o Estado com apenas 1% desta para despesas de cobrança.

A 31 de Julho com o decreto nº 35.805 alterou-se de novo a situação. Este decreto, assinado pelo então Ministro das Finanças, Dr. Oliveira Salazar, marca o princípio do fim do combate autonomista das ilhas. Antes aumentara-se a receita dos distritos, agora impõem-se novos encargos, com o alargamento da descentralização a serviços dependentes dos Ministérios do Comércio, Agricultura e Instrução, Governo Civil, Polícia Cívica, Saúde, Assistência, Previdência. Sem capacidade para acabar com a autonomia acede às aspirações autonomistas, transferindo alguns serviços que conduzem à asfixia financeira das Juntas.

Decreto n.º 15.805

"Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:
Artigo 1.° Os serviços dependentes dos Ministérios do Comércio e Comunicações, da Agricultura e da Instrução e bem assim os dos governos civis, polícia cívica, saúde pública, assistência e previdência dependentes dos Ministérios do Interior e das Finanças, nos distritos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, transitarão, a partir de 1 de Julho de 1928, com todas as suas despesas e com todas as suas receitas privativas, para as juntas gerais dos mesmos distritos, nos termos deste decreto com força de lei.
(...)
Artigo 13.° As juntas gerais dos distritos autónomos serão constituídas por quinze membros, dos quais nove electivos, sendo seis eleitos pela maioria e três pela minoria, e os restantes seis vogais natos, que serão os seguintes: o secretário geral do governo civil ou o funcionário que o substituir, quando aquele exerça funções de governador civil; o reitor do liceu, o inspector de sanidade marítima, o inspector de sanidade terrestre, o engenheiro director dos serviços de obras públicas e o engenheiro agrónomo chefe dos serviços respectivos ou o intendente de pecuária do distrito, pertencendo a efectividade ao mais velho dos dois." [Decreto do Governo da Ditadura, nº. 15.805 de 31 de Julho de 1928]

"Uma província na Madeira e outra dos Açores, com as suas capitais no Funchal e em Angra. Em cada delas, um governador geral, nomeado pelo governo, uma Junta Geral de Província, eleita pelas câmaras municipais, pelas associações de classe, pelo professorado e pelos chefes de serviços públicos: um conselho de governo, constituído por uma parte dos últimos, e por vogais que a junta eleja entre os seus membros e presidido pelo governador.(...). Ficariam reservados ao poder central todos os assuntos de direito constitucional e civil; as relações com as potências estrangeiras; os serviços de guerra, marinha e capitania dos portos; os regimes de instrução e os seus programas; os do fisco e da moeda; os da produção, importação e exportação, (...)" (Quirino de Jesus, A Autonomia da Madeira e dos Açores, in *A Pátria*, nº.960, Lisboa 7 de Julho de 1923)

As reformas do Governo da Ditadura não satisfizeram a ambição dos regionalistas. Deste modo o Visconde do Porto da Cruz publicou um semanário, *Independência* (1928-1929) com o objectivo de defender os interesses da Madeira e promover o espírito regionalista, tendo como lema a "livre administração da Madeira pelos Madeirenses."

O madeirense Quirino de Jesus, ainda que muito próximo de Salazar na definição da política económica e financeira, não conseguiu demovê-lo quanto à sua visão da autonomia. Ele que defendera que a autonomia insular era definida pelo carácter financeiro e económico, só se podendo afirmar com reformas financeiras. Na sua ideia de divisão administrativa o Distrito cederia lugar à Província, que passaria a ter ao comando um Governador Geral, residente, de nomeação governamental. A ele juntava-se a Junta Geral de Província e o Conselho de Governo. O primeiro era composto de procuradores eleitos pelas Câmaras Municipais, associações, professores e chefes de serviço das repartições públicas, enquanto o segundo seria presidido pelo governador, integrando vogais eleitos de entre os procuradores e chefes dos serviços.

A Constituição aprovada em 11 de Abril de 1933 estabelecia para as ilhas uma administração especial (artigo 124 § 2º), só regulamentada pela lei n.º 1967 de 30 de Abril de 1938, que esta muito distante destes propósitos. No preâmbulo da lei refere-se que a geografia obrigou esta descentralização e desconcentração "em benefício dos povos e com vantagem para a boa administração". As reclamações dos insulares levaram a que o governo da ditadura atendesse em 1928 com alterações significativas através da descentralização de muitos serviços. Mas de novo choveram reclamações, porque as receitas eram insuficientes, continuando o legislador a negar a possibilidade de usufruto total das receitas fiscais: "Formam as ilhas adjacentes um todo com o continente, é o mesmo o seu sistema de administração e governo, como o mesmo é o grau de, civilização dos habitantes e de progresso social: seria, pois, contrário ao bem comum consagrar uma forma egoísta de plena autonomia financeira que parecesse realizar a desintegração do Estado de uma parte do seu território metropolitano".

Acusa-se as anteriores medidas, dizendo-se "que foi excessiva a liberdade conferida às juntas em 1928" pois a descentralização sem a tutela governamental podia ser um princípio para uma má gestão. Deste modo manteve-se a descentralização existente passando, todavia, a ser fiscalizada pelo Governo Civil e tutelada pelo governo.

Quanto à organização administrativa a oposição popular às Juntas de Freguesia, obrigou à sua substituição pelas Casas do Povo.

A Junta Geral passou a ser composta de sete procuradores, sendo três natos e quatro eleitos trienalmente pelas Câmaras e organismos corporativos em lista completa por

escrutínio secreto. São procuradores natos o reitor do liceu, o engenheiro de maior categoria do distrito e o delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. De entre estes dois faziam parte da comissão executiva, sendo o presidente escolhido pelo governador civil de entre os demais procuradores ou entre pessoas com serviços relevantes ao Estado.

O Prof. Marcelo Caetano ficou com o encargo de redigir o estatuto definitivo que foi publicado a 31 de Dezembro de 1940 e fixado pelo Decreto-Lei nº 36459 de 4 de Agosto de 1947. De acordo com este, o Governador Civil, como representante do Ministério do Interior, assumiu ma posição dominante, com poderes para nomear e demitir os Presidentes das Juntas Gerais, Câmaras e Regedores de Freguesia. Esta atitude centralizadora é também evidente nas obras públicas através da intervenção do Ministério do mesmo nome e do Fundo de Desemprego.

Nesta reforma do estatuto surge como novidade a função de coordenação económica da Junta, que tinha expressão ao nível do planeamento apenas nos planos trienais. Esta problemática motivou um debate público no Funchal em Janeiro de 1968 sob o epígrafe "I Semana de Estudos sob problemas sociais económicos do desenvolvimento". Como corolário desta reivindicação foi publicado em 11 de Março de 1969 o decreto-lei nº 48 905 que estabeleceu e regulamentou o Planeamento Regional, função que ficou a cargo da Junta Geral, no que mereceu a contestação de todos os sectores.

Quando o Prof. Marcelo Caetano substituíu Salazar, a 27 de Outubro de 1968, era evidente a expectativa dos insulares quanto às reivindicadas alterações do estatuto. Esta possibilidade havia sido admitida pelo próprio Presidente do Conselho de Ministros quando em Dezembro de 1969 quando a Madeira. Na verdade a década de sessenta foi de novo um momento de debate da autonomia, sendo o *Comércio do Funchal* o porta-voz destes anseios. Aqui, para além da patente asfixia financeira das juntas, insistia-se na necessidade de um plano de desenvolvimento regional, que chegou à Assembleia Nacional em 5 de Abril de 1963 pela voz do deputado madeirense Agostinho Cardoso.

As eleições para a Assembleia Nacional, de 26 de Outubro de 1969, acontecem no decurso do debate do processo autonómico e foi assumindo pelos candidatos da oposição democrática. Este grupo havia-se mobilizado em 22 de Abril para apresentar ao governador civil uma exposição reclamando contra a autonomia condicionada a que a ilha estava sujeita e apelando para uma reforma do estatuto, uma vez que no seu entender o

ESTATUTO ADMINISTRATIVO

"**Artigo 3º.** Cada distrito das ilhas adjacentes constitui uma pessoa moral de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 4º. O órgão da administração distrital autónoma é a Junta Geral, que exerce as suas atribuições e competência directamente ou por intermédio de uma comissão executiva."

[*Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, 31 de Dezembro de 1940]

O CENTRALISMO DO ESTADO NOVO

"**2.** Parece desnecessário insistir na conveniência de um regime administrativo insular diverso do adoptado para o continente: estão os dois arquipélagos dos Açores e da Madeira separados de Portugal continental pelo Oceano, longe portanto das vistas directas dos governantes e ligados a Lisboa por comunicações marítimas muito espaçadas (sobretudo com os Açores); constituem-nos um grande número de pequenas ilhas que não mantêm entre si laços de tão estreita cooperação como por vezes se pensa, mas que são solidárias pela posição geográfica, pelo estado social e pelas necessidades dos seus habitantes, cuja índole e modo de viver diferem bastante dos do maior número das populações continentais; por isso, a descentralização se impõe e a desconcentração também—uma e outra em benefício dos povos e com vantagem para a boa administração.(...)

6. Queixam-se os distritos insulares de que o regime de 1928 lhes é incomportável, porque as receitas não chegam para cobrir as despesas, e há quem, perdendo de vista o equilíbrio que tem de haver entre a riqueza existente e a satisfação das necessidades públicas, sustente que se deve progredir ainda na autonomia, negando-se ao Estado o direito de ir buscar um ceitil que seja à economia das ilhas. E este modo de ver filho de um vicioso particularismo regional, que esquece a solidariedade que liga as diversas partes da Nação e a existência de órgãos políticos e administrativos de interesse geral, para cuja manutenção todos os cidadãos têm o dever de contribuir. A administração das circunscrições está longe de ser um circuito fechado entre as suas receitas próprias e as próprias despesas: o Estado unitário compreende e indissoluvelmente liga as comunidades locais, acorrendo com os recursos da Fazenda Pública onde for mais conveniente e útil para o interesse nacional. Formam as ilhas adjacentes um todo com o continente, é o mesmo o seu sistema de administração e governo, como o mesmo é o grau de civilização dos habitantes e de progresso social: seria, pois, contrário ao bem comum consagrar uma forma egoísta de plena autonomia financeira que parecesse realizar a desintegração do Estado de uma parte do seu território metropolitano."

[**Lei nº. 1967 de 30 de Abril de 1938. bases da administração do território das ilhas adjacentes**]



O Professor Marcelo Caetano e o Almirante Américo Thomaz, respectivamente, presidente do Conselho de Ministros e Presidente da República.

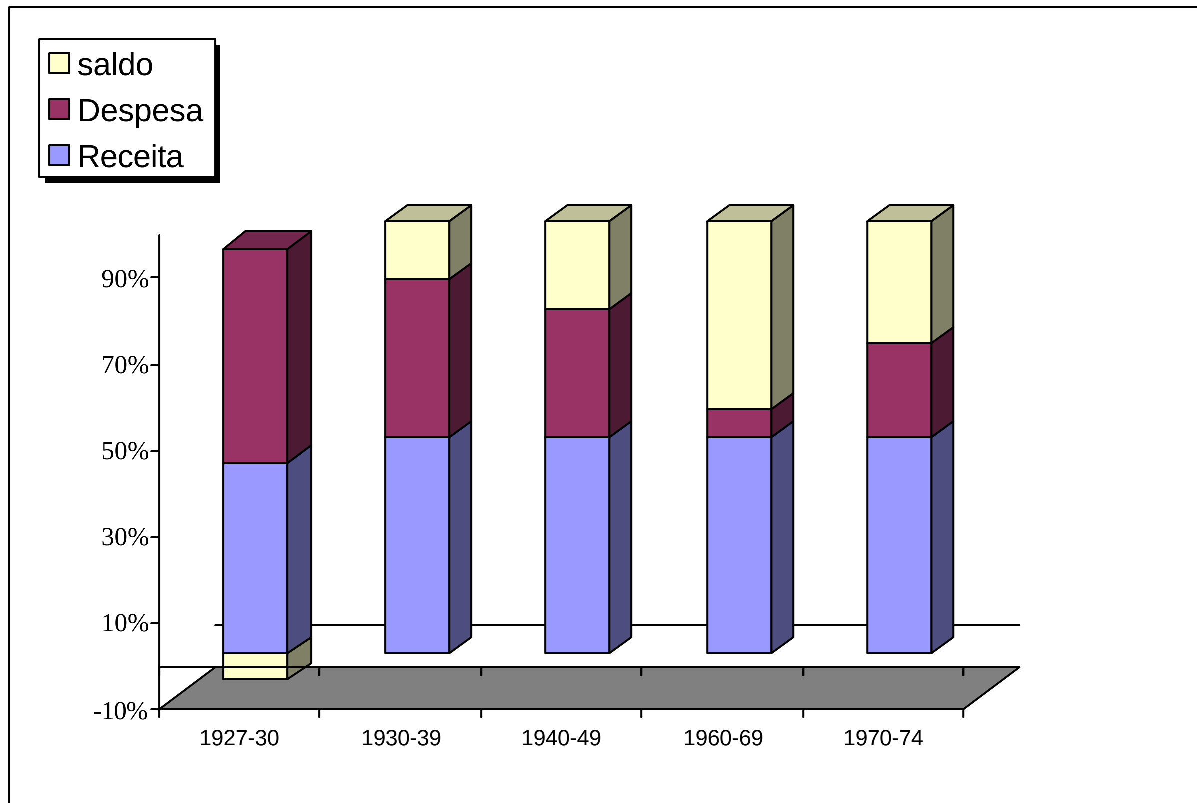
"Eu ainda sou partidário da manutenção do regime autonómico. Mas a autonomia tem de ser um processo de facilitar a administração e a vida económica do arquipélago, e não um travão. E, por outro lado, para que haja descentralização é preciso existirem recursos financeiros e gente capaz de os gerir." [Marcello Caetano, *Mandato Inadiável*, Lisboa, 1970]

desenvolvimento da região dependia da autonomia.

Em 1970 decorreu uma cimeira insular no Funchal e Ponta Delgada com objectivo de debater esta problemática de que resultou uma proposta de alteração dos estatutos, divulgada em 29 de Outubro de 1970. A revisão constitucional aprovada por lei 13/71 de 9 de Agosto consagrava a figura de Região Autónoma apenas para as províncias ultramarinas. A Madeira e Açores tiveram que esperar até 1976 para assumir tal estatuto.

Os dados financeiros, fornecidos pelos orçamentos do Estado, evidenciam que a Madeira continuou a ser uma importante fonte de receita para os cofres do Governo, não obstante a campanha de obras levada a cabo a partir dos anos quarenta. A única excepção foram os primeiros anos do governo da Ditadura, marcados na ilha por uma profunda crise económica e financeira.

FINANÇAS DA MADEIRA NO ESTADO NOVO



A AUTONOMIA NA MADEIRA NO ESTADO NOVO : A OPINIÃO DE UM DEPUTADO MADEIRENSE

“A Madeira e os Açores, situados em pleno Atlântico, a alguns dias de viagem de Lisboa, estão fora do contacto, da influência directa do Governo; as suas economias têm caracteres próprios, que as diferenciam das províncias do continente: o espírito das suas populações, pela natureza insular do território, pelo clima, pelo intercâmbio com o estrangeiro, pela sua vida económica e social, oferece, em certos aspectos, uma feição típica.

Para governar e administrar as nossas ilhas adjacentes é indispensável conhecê-las na intimidade, ter não só a inteligência dos seus problemas, mas também o sentido da sua sensibilidade.

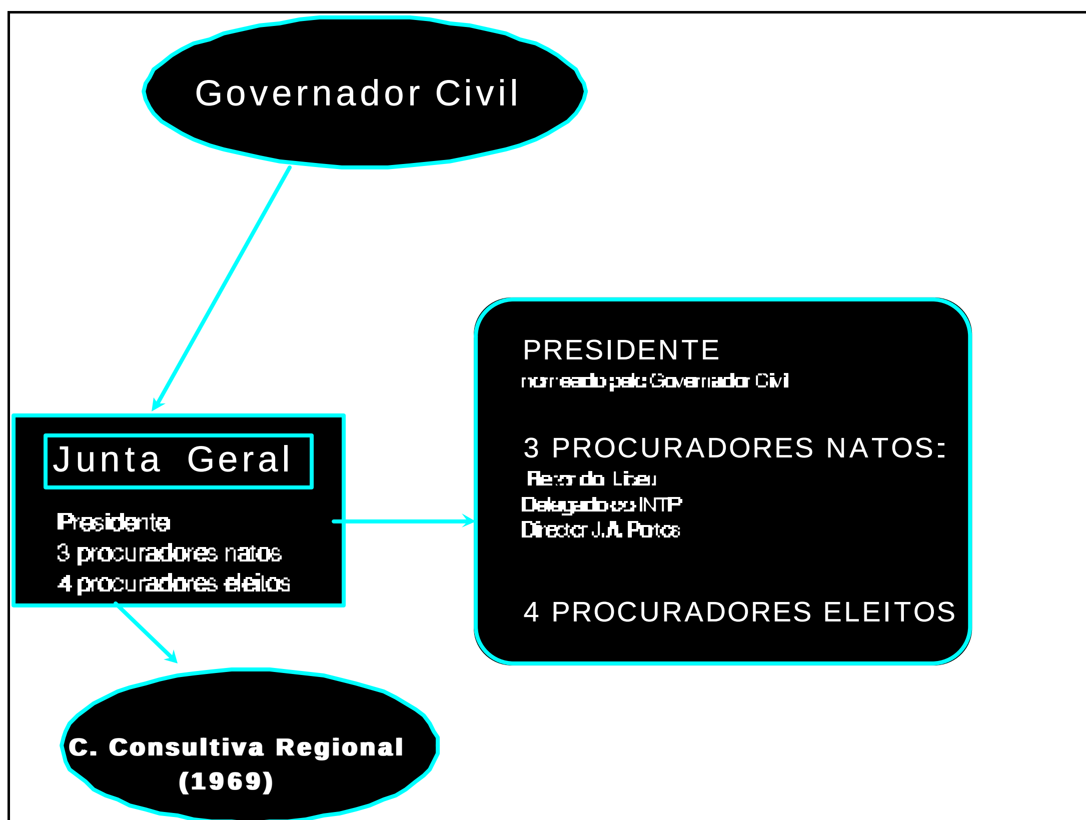
As dificuldades que destas circunstâncias resultam para a administração central, na apreciação e resolução dos assuntos insulares, na adaptação dos serviços às necessidades locais, na adopção de medidas urgentes ou peculiares, impõem evidentemente um sistema que torne, principalmente, dependente de órgãos locais a direcção dos negócios administrativos das ilhas.

Só assim se podem evitar em grande parte os inconvenientes que a morosidade burocrática, que a falta de conhecimento directo dos assuntos, a divergência de informações, a luta de influências determinam, em regra, quanto as questões insulares se subordinam inteiramente à mecânica das repartições ou serviços centrais.

Ninguém ignora, de resto, as relações que existem entre a vida económica e política de determinada região e a sua orgânica administrativa: inter-influenciam-se continuamente e os defeitos do meio podem, muitas vezes, ser atenuados ou corrigidos pela virtude do sistema.”

[Discussão na Assembleia Nacional da proposta de lei do regime administrativo das Ilhas Adjacentes. Ordem do dia 3 de Março de 1938. Intervenção de Favila Vieira]

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA MADEIRA NO ESTADO NOVO



Para saber mais ...

Biografias de personalidades madeirenses que se destacaram no Estado Novo



JOSÉ VICENTE DE FREITAS [1869/1952] Nasceu no Lombo da Estrela, freguesia e concelho da Calheta no dia 22 de Janeiro de 1869. Estudou no Liceu do Funchal e depois de assentar praça entrou para a Escola do Exército, matriculando-se no Curso de Infantaria. Mais tarde faz o Curso Superior de Ciências da Escola Politécnica, entrando depois para o Estado Maior de Infantaria. Fez parte do CEP em França como 2º Comandante de Brigada, chegando a General em Maio de 1928, passando a fazer parte do Conselho Superior de Disciplina Militar e do Supremo Tribunal Militar. Pouco depois foi nomeado Comandante da Escola do Exército.

Foi professor por muitos anos chegando a Director da Escola Nacional, editou alguns livros relacionados com o ensino e publicou a planta da cidade de Lisboa.

Durante a República em 1915, desempenhou o cargo de Governador Civil do Funchal. Em Abril de 1918 foi deputado e vice-presidente da Câmara dos Deputados. A 26 de Julho de 1926 foi nomeado Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deixando estas funções em Setembro de 1927 quando foi nomeado Ministro do Interior, cargo que exerceu em simultâneo com o de Presidente do Conselho até 1929. Foi quem encarregou o Eng. Duarte Pacheco de convidar Salazar para Ministro das Finanças.

Com a demissão do seu executivo a 8 de Julho de 1929 pretendia substituir Salazar, mas o exército opôs-se, acabando por sair do Governo e substituído pelo General Ivens Ferraz. Começou aqui o contencioso com Salazar que se expressou publicamente na oposição ao texto da Constituição de 1933.

De 1929 a 1935 voltou a presidir à Câmara de Lisboa. A ele se ficaram a dever as obras do Palácio dos Desportos, Avenida 24 de Julho e o prolongamento da Av. Almirante Reis, entre outras.

Faleceu no dia 6 de Setembro de 1952.

ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO [1903/1997] Nasceu na freguesia de S. Pedro no Funchal no dia 3 de Março de 1903. Tirou o curso liceal no Funchal, matriculando-se depois na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde foi presidente da Associação Académica.

Foi Advogado, jornalista e político, destacando-se como um grande orador. Dirigiu o *Diário de Notícias* do Funchal desde 1931 até 1974. Foi conferencista de brilhantes recursos. Fez parte da União Nacional, chegando a presidir, por seis vezes consecutivas, à comissão distrital do Funchal.

Foi deputado à *Assembleia Nacional*, de 1945 a 1969, chegando a vogal da comissão de finanças desta Câmara, fez parte, sendo várias vezes relator, da *Comissão dos Negócios Estrangeiros*. Fez parte de outras comissões que estudaram várias questões importantes da vida nacional durante o Estado Novo.

Foi administrador da Madeira Wine Association, do Reid´s Hotel, presidente da Associação Comercial do Funchal. Fez parte do Conselho Municipal, da Junta Autónoma dos Portos e do Conselho de Turismo da Madeira.

Faleceu no Funchal a 28 de Outubro de 1997.



ÁLVARO HENRIQUES PERESTRELO DE FAVILA VIEIRA [1902/1963] Nasceu em S. Pedro, no Funchal, a 8 de Novembro de 1902.

Fez os estudos secundários no Liceu do Funchal findo o que se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde se licenciou. Depois da licenciatura dedicou-se à advocacia no Funchal, à política e ao jornalismo. Publicou e dirigiu o *Imparcial* e colaborou em a *Nova Gente* e *Informação,* entre outros.

Foi Governador Civil substituto do Distrito do Funchal entre 1930 e 1934 deixando o cargo para ser de deputado nas primeiras 4 legislaturas (1935-1949). Na Assembleia Nacional foi primeiro secretário na primeira legislatura. Foi vice e presidente da Comissão Distrital do Funchal da União Nacional, comandante de lança da Legião Portuguesa, vogal da comissão incumbida da revisão constitucional de 1945, consultor jurídico da Junta Nacional da Marinha Mercante. No desempenho destes cargos teve a responsabilidade dos muitos melhoramentos feitos na Madeira como a criação do Museu Regional, instalação do Hospital da Misericórdia nos Marmeleiros, concessão do jogo à companhia de Turismo da Madeira, renovação do regime sacarino, da protecção às levadas, construção da rede de estradas, instalação do Seminário Diocesano, construção do Sanatório da ANT. Foi ele que apresentou o Decreto-Lei nº 30214, na sessão de 5 de Março de 1940, sobre a Reforma Administrativa das Ilhas Adjacentes.

Faleceu em Lisboa a 2 de Dezembro de 1963.



FERNÃO MANUEL DE ORNELAS GONÇALVES[1908/1978] Nasceu na freguesia de S. Pedro, no Funchal, a 14 de Junho de 1908 e faleceu em Lisboa a meados de Maio de 1978. Advogado de profissão, foi subdelegado do Procurador da República por nomeação de 17 de Agosto de 1932 e chefe da Secretaria Judicial. A 12 de Dezembro de 1935 foi nomeado Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal (CACMF), lugar que ocupou até 22 de Outubro de 1946. Durante este período foi procurador à Câmara Corporativa.

Fernão de Ornelas, era um nacionalista convicto que esteve sempre em sintonia com a política do Estado Novo, homem de uma visão alargada da realidade social e de uma cultura política excepcional. A 11 de Janeiro de 1934, entrou pela primeira vez para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, como vogal e um ano depois é nomeado Presidente. Aí chegado, estabeleceu um plano de realizações no qual englobava também as freguesias suburbanas, distribuindo a sua acção pela ordem de necessidades mais prementes de cada qual. As suas primeiras decisões foram no sentido de aformoseamento e embelezamento da cidade através da construção de

miradouros (da Vila Guida, do Socorro, do Ribeiro Seco, Bela Vista,etc.) e calcetamento das ruas. Abriu avenidas amplas e modernas para a época, municipalizou os transportes públicos, mandou pintar os letreiros com os nomes das ruas e iluminar as principais praças da cidade, como a Praça de Tenerife, Largo de António Nobre, do Jardim Municipal; procedeu ainda à iluminação pública das principais ruas e praças da cidade até às zonas suburbanas. Na educação melhorou a rede de escolas do Funchal, o material didáctico, a sua iluminação, o arejamento e pintura. Em 1936 foram aprovadas as armas, bandeira e selo da cidade, instalou o Aquário no edifício do Museu Municipal.

Fernão de Ornelas não esqueceu as freguesias suburbanas dando-lhes novas estradas, alargando outras e recalcetando-as, deu-lhes a iluminação e essencialmente água potável, através da construção de muitos fontanários públicos, bocas de rega, casas económicas, salientando-se neste aspecto os Bairros económicos de Santa Maria Maior, S. Gonçalo e Ajuda. No campo da saúde no fim do ano de 1940 constituiu o Serviço Municipal de Saúde colocando médicos, gratuitamente, nas freguesias suburbanas, afim de assegurar uma eficiente protecção na doença aos munícipes pobres e combater as principais doenças sociais.

No começo da 2ª Guerra Mundial, comparticipou com 30 contos mensais para a distribuição de géneros alimentícios às classes necessitadas e decidiu prolongar a Avenida do Mar até ao campo Almirante Reis, contribuindo para minorar a crise do desemprego que devido à guerra se fazia sentir no Funchal e construiu ainda a praia de banhos da Barreirinha e o miradouro do Socorro.

Em 1940, com a concessão de um empréstimo pelo Governo de 10.500$, decidiu construir um grande edifício para a conservatória do Registo Civil, do Registo Predial e Repartição de Finanças e concluir os troços da Avenida Arriaga até à Ribeira de S. João, da Av. Do Infante até à ponte Monumental (R. Seco), da rotunda do Infante com a Av. Arriaga, cobertura da Ribeira de S. João. Neste mesmo ano, por altura das comemorações centenárias, dá-se a inauguração de várias obras realizadas pela CMF entre elas o novo Mercado dos Lavradores, na altura considerado um dos melhores do país, o novo Matadouro Municipal e a iluminação pública até às freguesias suburbanas.

Fernão de Ornelas deixa a Câmara a 22 de Outubro de 1946 legando uma obra a todos os títulos notável, que marcou indelevelmente a história da cidade que o viu nascer. Na primeira reunião, já sem a sua presença, considerando os relevantes serviços de Fernão de Ornelas à frente do Município, a Câmara deliberou, que à rua em construção, que liga a ponte do Bettencourt com a rua do Hospital Velho/Mercado dos Lavradores seja dado o nome de Rua Dr. Fernão de Ornelas.

Deixada a presidência da Câmara, Fernão de Ornelas regressou ao exercício da advocacia, no Funchal e depois em Lisboa, vindo ainda a desempenhar cargos de direcção no Banco da Madeira, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, no Banco Pinto & Sotto Mayor e na Hidrotécnica do Cávado.

Faleceu em Lisboa em Maio de 1978



AGOSTINHO GABRIEL DE JESUS CARDOSO [1908/1979] Nasceu no Funchal no dia 10 de Julho de 1908. Fez o ensino secundário no Liceu Nacional do Funchal matriculando-se de seguida na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, transitando depois para a Universidade de Lisboa onde veio a acabar o curso.

Concluída a especialização em pneumonologia, regressou à Madeira onde exerceu a sua profissão. A ele se deve o funcionamento do Dispensário Anti-tuberculoso, sendo ainda nomeado médico-chefe do Sanatório Dr. João de Almada. Depois foi nomeado subdelegado do Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos da Madeira. Promoveu a construção do Preventório Santa Isabel e do Centro de Diagnóstico e Profilaxia do Funchal. Em 1940 foi nomeado Subdelegado de Saúde do Funchal, planeando e organizando o serviço de saúde municipal.

Era sócio efectivo da União Internacional contra a Tuberculose de Nova York, do American College of Chest Phisicians e Membro do Conselho de Turismo da Madeira. Foi presidente da Juventude da Acção Católica e do Conselho das Conferências de S. Vicente de Paulo, da Comissão Municipal do Funchal da União Nacional, vogal da comissão distrital e depois vice-presidente da Comissão Distrital da ANP, sendo responsável na Madeira pela campanha, pelo Estado Novo, nas presidenciais de 1958.

Como deputado pela Madeira tratou de vários problemas relacionados com o arquipélago e foi o autor do Aviso Prévio na Assembleia Nacional sobre os problemas da população idosa do país.

Escreveu e publicou alguns livros relacionados com a sua profissão e com a política.

Pela sua acção profissional e política foi agraciado com várias comendas e medalhas de mérito

Faleceu no Funchal a 16 de Dezembro de 1979.



Centro de saúde Dr. Agostinho Cardoso

Dr. GASTÃO CARLOS DE DEUS FIGUEIRA [1896/1957] Nasceu no Funchal a 3 de Novembro de 1896. Estudou no Liceu do Funchal após o que se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde se formou. Depois da formatura regressou ao Funchal onde exerceu as funções de Advogado e de Professor no Liceu do Funchal até 1930. Foi Juiz do Tribunal de Trabalho do Funchal desde 1934. Presidiu à Câmara do Funchal entre 1931 e 1934. Foi Presidente das Comissões Distrital e Concelhia da União Nacional na Madeira.

Faleceu em Lisboa a 9 de Março de 1957.

Dr. JOSÉ NOSOLINI OSÓRIO DA SILVA LEÃO nasceu na cidade do Porto no ano de 1893. Estudou Direito na Universidade de Coimbra tendo como colega Salazar.

Foi um dirigente dos mais activos do Centro da Democracia Cristã dos tempos do jornal *Imparcial*, e depois do Centro Católico na companhia de Salazar. Como influente dirigente e membro da elite política do Estado Novo, foi deputado à Assembleia Nacional nas I, III, IV e V legislaturas. Entre 1938 e 1945 desempenhou as funções de Governador Civil da Madeira em que se destaca a sua acção na crise porque passou a Madeira durante a Segunda Guerra Mundial.

Exerceu as funções de embaixador no Vaticano em 1950 e em Madrid entre 1954 e 1959.

Foi presidente do conselho de administração da Companhia Ambaca, da Fosforeira Portuguesa e da Companhia de Fomento Colonial, vice-presidente do conselho de administração da Sonap, presidente da Assembleia Geral do Banco Fonsecas e Burnay e ainda Governador do Banco de Angola.

Morreu em 1968.

Engº. ANTÓNIO TEIXEIRA DE SOUSA [1905/?] Nasceu no Funchal a 20 de Novembro de 1905. Fez os estudos secundários no Liceu do Funchal após o que se matriculou no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa onde se formou em Agronomia. Seguidamente especializou-se em Química.

Trabalhou no Laboratório da Estação Agrária de Belém, após o que é nomeado director da Escola Agrícola Manuel Matos Sousa e dos serviços agrónomos da Horta, nos Açores. De volta a Lisboa dirigiu o Laboratório Central da Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas de Lisboa e o Laboratório Fiscal.

Como delegado da Junta Nacional das Frutas da Madeira onde fundou o Boletim *Frutas da Madeira*. Foi delegado do Governo junto do Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortículas da Madeira e vogal da comissão administrativa da Junta Geral e procurador à mesma e vice-presidente da Junta Nacional do Vinho.

Em 1952 foi presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira e da Junta Autónoma dos Portos. Presidiu ao Sindicato Nacional dos Engenheiros Agrónomos e Director do Banco de Angola.

Escreveu e publicou várias obras de carácter científico sobre a sua área de estudo.

Padre Dr. AGOSTINHO GONÇALVES GOMES (1912-1998) Nasceu em Lourenço Marques a 9 de Abril de 1912. Ordenado Padre em Roma a 27 de Outubro de 1935, regressa ao Funchal onde passou a leccionar no respectivo Seminário.

Foi director do *Jornal da Madeira*, de 01/01/1960 a Outubro de 1968, deputado à Assembleia Nacional de 1958 a 1969, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, Juiz do Tribunal Eclesiástico desde 29/09/1966, Presidente da Comissão de Arte Sacra desde 06/10/1967, Cónego desde 13/10/1968, Reitor da Igreja do Colégio desde 05/03/1969, Vigário-Geral da Diocese, de 30/05/1982 a Setembro de 1990.

Faleceu no Funchal a 5 de Novembro de 1998.

Tenente Coronel, Engº. JOSÉ DE FREITAS SOARES [1908/] Nasceu no Funchal a 24 de Dezembro de 1908. Tirou o curso secundário no Liceu do Funchal matriculando-se de seguida na Escola Politécnica de Lisboa donde transitou para o Instituto Superior Técnico onde se formou em Engenharia Civil.

Em 1926 incorporou-se, como voluntário, no Corpo de Alunos da Escola Militar. Faz toda a carreira no Exército onde chegou a Coronel em 1959. Exerceu a profissão docente na Escola do Exército chegando a Catedrático em 1952. Esteve em missão de serviço em várias colónias portuguesas, nomeadamente em Timor. Desde 1958 prestou serviços no Ministério dos Estrangeiros na qualidade de chefe do Registo Central da NATO.

Engº RUI MANUEL VIEIRA [1926/] Nasceu no Funchal a 29 de Março de 1926. Estudou no Liceu do Funchal e depois matriculou-se no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, onde se formou como Engenheiro Agrónomo em 1951.

De regresso ao Funchal, entra para os quadros da Junta Geral do Distrito chegando a Director dos Serviços Agrícolas. Foi director da Estação Agrária da Junta Geral, director da Escola Prática Elementar Agrária e do Jardim Botânico. Foi delegado de Portugal à Conferência sobre a mosca da fruta em Argel em 1954, Presidente da Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural da Madeira e vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Entomologia em Lisboa.

Entre 1970 e 1971 presidiu à Comissão de Estudo e Coordenação Económica, órgão consultivo e de planeamento da Junta Geral do Funchal, presidente das comissões distritais de Assistência e da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal de 1971 a 1974. Foi o primeiro presidente da Comissão de Planeamento da Região da Madeira. Em 1980 foi nomeado Director Regional do Planeamento. Tem publicados vários estudos dentro da sua especialidade.

Prof. ELEUTÉRIO AGUIAR [1940/] Nasceu no Funchal a 5 de Outubro de 1940. Fez os estudos preparatórios no Funchal e

matriculou-se depois na Escola do Magistério Primário do Funchal onde acabou o curso de professor do Ensino Primário em 1961. Aluno distinto obteve uma bolsa de estudo da Junta Geral do Funchal para frequentar um curso de especialização para alunos Surdos e Outros Deficientes de Audição e da Fala em Lisboa.

Fundou e dirigiu no Funchal o Instituto de Surdos, fazendo ainda parte dos Serviços Técnicos do Instituto de Assistência aos Menores. A partir de 1980 desempenhou o cargo de Director Regional de Educação Especial.

A partir de 1981 foi nomeado Coordenador da Comissão para o Levantamento e Despiste da Deficiência na RAM. Em 1982 foi nomeado Presidente da Comissão Regional de Reabilitação. Colaborou em vários jornais e revistas desde os tempos do Magistério entre os quais o *Jornal da Madeira*. Desempenhou ainda cargos directivos de várias colectividades culturais e desportivas, como o Ateneu Comercial do Funchal, a Associação de Socorros Mútuos e a Caixa Económica do Funchal.

Dr. GRACIANO FERREIRA ALVES(1928/-) nasceu no dia 3 de Fevereiro de 1928 na cidade de Penafiel. Fez o curso Primário na Escola Oficial e no Colégio de Nossa Senhora do Carmo em Penafiel ingressando depois no Seminário do Porto onde cursou o ensino secundário vindo a terminá-lo no Liceu de Jaime Moniz no Funchal em 1947. Matriculou-se depois na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde concluiu o curso em 1953.

A sua actividade profissional foi quase toda desempenhada no Funchal onde exerceu a Advocacia e o cargo de Agente do Ministério Público nas comarcas do Funchal e de Santa Cruz. Foi Conservador-Notário da Ribeira Brava e de Santa Cruz, Director da Secretaria Notarial do Funchal, cargo que deixou em 1975 devido a saneamento por motivos políticos, foi transferido para Armamar onde desempenhou o mesmo cargo até 1977. Regressa depois ao Funchal para desempenhar o cargo de Notário e Director da Secretaria Notarial e Inspector do Notariado da RAM até 1993 ano que é aposentado.

A sua actividade política é desenvolvida no Funchal como vice-presidente e presidente da Comissão Distrital da ANP e deputado pela Madeira à Assembleia Nacional na XI Legislatura iniciada em 1973 até à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Dr. ANTÓNIO MANUEL REBELO PEREIRA RODRIGUES QUINTAL(1931/) nasceu no Funchal a 18 de Janeiro de 1931. Estudou Direito na Universidade de Lisboa onde se licenciou. Presidiu à Associação Académica da Universidade de Lisboa e foi membro do Conselho Académico desta Universidade.

Dirigiu a revista universitária *Quadrante*. Regressado ao Funchal exerce a advocacia que acumulou durante alguns anos com as funções de professor da Escola Industrial e Comercial do Funchal.

Desempenhou vários cargos como o de agente do Ministério Público no Tribunal do Funchal. Em 1972 foi eleito procurador à Junta Geral do Funchal fazendo parte ainda da sua comissão executiva.

Foi presidente da Comissão Concelhia da ANP no Funchal e eleito deputado pelo Distrito do Funchal na última legislatura do Estado Novo.

Deputados Madeirenses à Assembleia Nacional 1935-1974

1935-38
Dr. JUVENAL HENRIQUES DE ARAÚJO
Dr. ÁLVARO HENRIQUES PERESTRELO DE FAVILA VIEIRA
Dr. MANUEL PESTANA REIS

1939-42
Dr. JUVENAL HENRIQUES DE ARAÚJO
Dr. ÁLVARO HENRIQUES PERESTRELO DE FAVILA VIEIRA
Dr. GASTÃO CARLOS DE DEUS FIGUEIRA

1943-45
Dr. JUVENAL HENRIQUES DE ARAÚJO
Dr. ÁLVARO HENRIQUES PERESTRELO DE FAVILA VIEIRA
Dr. LUÍS LOPES VIEIRA DE CASTRO

1946-49
Dr. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO
Eng.º GABRIEL MAURÍCIO TEIXEIRA
Dr. ÁLVARO HENRIQUES PERESTRELO FAVILA VIEIRA

1950-1953
Dr. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO
Dr. GASTÃO CARLOS DE DEUS FIGUEIRA
Dr. JOSÉ NOSOLINI OSÓRIO DA SILVA LEÃO

1954-1957
Dr. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO
Engº. ANTÓNIO TEIXEIRA DE SOUSA
Dr. GASTÃO CARLOS DE DEUS FIGUEIRA

1958-1961
Dr. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO
Padre Dr. AGOSTINHO GONÇALVES GOMES
Tenente Coronel, Engº. JOSÉ DE FREITAS SOARES

1962-1965
Dr. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO
Padre Dr. AGOSTINHO GONÇALVES GOMES
Dr. AGOSTINHO GABRIEL DE JESUS CARDOSO

1966-1969
Dr. AGOSTINHO GABRIEL DE JESUS CARDOSO
Dr. ALBERTO HENRIQUES DE ARAÚJO
Engº RUI MANUEL VIEIRA

1970-1973
Dr. AGOSTINHO GABRIEL DE JESUS CARDOSO
Prof. ELEUTÉRIO AGUIAR
Engenheiro JOSÉ PINTO ELISEU

1974
Prof. ELEUTÉRIO DE AGUIAR
Dr. GRACIANO FERREIRA ALVES
Dr. ANTÓNIO MANUEL REBELO PEREIRA RODRIGUES

Toponímia do Estado Novo

Dr. António Leite Monteiro [Rua]	**António Leite Monteiro** nasceu no Funchal em 1896. Após a formatura em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lisboa, passou a exercer clínica no Funchal, desempenhando as funções de médico municipal e delegado de saúde na mesma cidade, médico da Santa Casa da Misericórdia, director do Posto de Bacteriologia (1920-26 e 1930-31), director (e fundador) da consulta antivenérea, mais tarde denominando-se mais tarde Dispensário de Higiene Social (1928-41). Faleceu em Lisboa em 1983.
Dr. João Abel de Freita [Estrada]	Foi presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal em 1935-1947 e Governador Civil em 1947-49
Dr. João Brito Câmara [Rua]	**João Brito Câmara** nasceu em Lisboa, de pais madeirenses, em 1909. Após frequentar o Liceu do Funchal, formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, em 1932, onde foi presidente da Associação Académica. Terminado o curso, passou a exercer advocacia no Funchal, chegando a fazer parte da direcção da Ordem dos Advogados. Exerceu ainda funções docentes no Liceu e na Escola Comercial e Industrial, do Funchal, e dedicou-se às letras, colaborando na revista *Presença*. Teve ainda alguma actividade política, militando na oposição democrática
Dr. Fernão de Ornelas [Rua]	Foi na reunião de 7 de Novembro de 1946, que a Câmara Municipal do Funchal decidiu atribuir o nome do seu ex-presidente, Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves à nova rua em construção até ao Mercado.
Dr. Juvenal [Rua]	**Juvenal Honório de Ornelas** (1806-1873) nasceu e faleceu no Funchal. Formado em Medicina, pela Faculdade de Medicina de Paris, em 1834, foi professor na Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, a partir de 1838 e clínico de grande prestígio na Madeira.
Major Reis Gomes [Rua]	**Álvaro Reis Gomes** (Funchal 1903 – Lisboa 1973) advogado, jornalista e professor. Na qualidade de jornalista, foi director do *Diário da Madeira*, presidente da Associação dos Jornalistas da Madeira e delegado no Funchal do Sindicato da Imprensa Portuguesa. Em 1922 fundou a Liga Madeirense de Desportos Náuticos.

Rua Dr. Fernão Ornelas

O Re-nhau-nhau e o humor político

O *Re-nhau-nhau* foi um trimensário humorístico madeirense, que acompanhou atenta e criticamente a sociedade e a política madeirense entre 1929 e 1977. A sua actuação centrou-se em torno do estereótipo do Zé Povinho da Madeira, caracterizando-o e expondo os seus males. As suas caricaturas e o seu discurso divertido e incisivo proporcionaram-lhe um sucesso notável, numa época em que a crítica directa ao poder era impossível.

O *Re-nhau-nhau* surge numa época de "apagada e vil tristeza". Os jornais de maior projecção no Arquipélago pertenciam aos grandes senhores da terra ou à instituição religiosa oficial, vivendo sob o controlo apertado da Censura. É neste contexto e contra esta situação que surge o *Re-nhau-nhau*. Portador de um discurso diferente, o *Re-nhau-nhau* vai viver exclusivamente das receitas provenientes da sua venda ao público e do recurso a alguma publicidade.

O grupo de jovens inconformados, com idades compreendidas entre os 17 e os 24 anos, que lança o jornal, pretendia "um jornal que fizesse crítica à crítica e aos críticos".O *Re-nhau-nhau*, viria também a revelar a caricatura na Madeira: das suas oficinas saíram as primeiras gravuras, aperfeiçoando o sistema da gravura em linolito, que mais tarde todos os jornais madeirenses haveriam de utilizar.

O Cabeçalho, da autoria de **Terrique**, compõe-se de um gato, de rabo hirto, acossado por uma mão coberta de luva, que o assanha, significando, talvez, o ferir ou arranhar, mas com...luva. O rosnar que sai da sua boca, é o título do trimensário *Re-nhau-nhau*. O felino, apoiado nas duas patas traseiras, e com as duas da frente levantadas, prepara-se para atacar a sua presa, assumindo a sua posição característica de ataque, encolhendo-se e preparando-se, para saltar sobre a sua vítima. Este Cabeçalho que se mantém sem alteração, até o ultimo dia da existência do jornal, foi o seu "ex-libris" durante 48 anos.

Re-nhau-nhau era um jornal que fazia parte da vida das pessoas que sabiam ler nas entrelinhas, devido à necessidade imposta pela política de então.

É de salientar o longo período de duração deste periódico (48 anos), período de tempo pouco habitual para a duração deste tipo de jornalismo e numa região como é a Madeira, pouco dada a estes propósitos, e mais ainda se pensarmos que ele sobreviveu, durante grande parte da sua vida, debaixo de uma apertada censura que não permitia a ninguém a ousadia de sair fora dos limites por si impostos.

A receptividade que este trimensário veio a encontrar no público madeirense foi enorme, pois era um tipo de jornalismo diferente do habitual, por isso as pessoas aguardavam com ansiedade as datas estipuladas para a sua saída, de dez em dez dias. Os seus principais colaboradores eram: Gonçalves Preto, Roberto Cunha (Terrique), Ivo Ferreira, Teixeira Cabral e Malho Rodrigues.

Os Principais Obreiros do Re-nhau-nhau

PEDRO ALBERTO GONÇALVES PRETO: Nasceu no dia 7 de Setembro de 1907, na freguesia da Sé, no Funchal. Era filho de Francisco M. de Freitas Gonçalves Preto, advogado, que esteve ligado à República na Madeira, e de Sofia Amélia Figueira Gonçalves Preto.

Tirou o curso liceal no Liceu Jaime Moniz, no Funchal, e frequentou durante alguns anos o curso de Direito na Universidade de Coimbra, que não terminou.

Já no Liceu evidenciou as suas qualidades de poeta e jornalista.. Colaborou, ainda em outros órgãos de imprensa regional e nacional.

Gonçalves Preto, fundador, director e redactor do jornal, foi a alma do *Re-nahau-nhau*. Sem ele não seria possível a publicação de tão arrojado periódico, porque lhe dedicou grande parte da sua vida, mesmo com problemas de saúde.

Era chefe da secção de Serviços Administrativos da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito do Funchal, porque o trabalho de jornalista não chegava para viver.

Quando estudante liceal dirigiu, com Arnaldo Barão, a folha *Piada Académica* e escreveu uma revista teatral, intitulada *O Fim do Mundo*, com João Santana Borges e Filipe Correia. levada à cena no Teatro Municipal do Funchal, em 24 de Agosto de 1933. Publicou um livro de versos intitulado *Versos de Gonçalves Preto*, em 1955. Tem, ainda, escrito, um livro inédito a que deu o título de *Memórias*.

Faleceu no Hospital dos Marmeleiros, no Funchal, no dia 15 de Maio de 1971

ROBERTO LUIS PAIVA E CUNHA ("Terrique"): Nasceu na Madeira em 1904, era filho de Henrique Augusto Cunha e, da sua segunda mulher, Maria Teresa de Paiva. Era empregado da casa inglesa, "Cable and Wireless", por isso muitos dos seus trabalhos estão espalhados pelo mundo fora, levados pelos muitos turistas que nos visitaram, não existindo nenhum nos museus regionais. Faleceu no Funchal no dia 12 de Outubro de 1966.

Foi um dos maiores caricaturista madeirenses, porventura mal aproveitado. Fez várias exposições de caricatura e miniatura no Funchal, e inclusivamente, uma exposição de caricatura e pequenas imagens na Câmara Municipal de Lisboa.

Roberto Cunha, era mais conhecido, nos meios regionais, pelo pseudónimo de "Terrique". Foi o caricaturista principal de *Re-nhau-nhau*, durante os primeiros anos deste periódico. Foi também um miniaturista de grande sensibilidade artística.

A partir de determinada altura teve que abandonar o convívio dos seus camaradas do *Renhau-nhau*, devido a afazeres profissionais, mas comprometeu-se a desenhar a capa de todos os números de aniversário, do jornal.

JOÃO IVO FERREIRA: Nasceu no Funchal, na freguesia de S. Pedro, Funchal, no dia 19 de Maio de 1910, vindo a falecer no dia 4 de Julho de 1980. Era um auto-didacta, pois possuía apenas a antiga 4ª classe da instrução primária. Mas isso não o impediu de ser um dos maiores e dos mais importantes caricaturistas do *Re-nhau-nhau*. Colaborou, ainda em, *O Fixe* e, também, em jornais do Continente.

Para além da colaboração no jornal, constituiu uma empresa de representações comerciais na Rua do Carmo, na cidade do Funchal, mas esta durou pouco tempo, devido à sua prisão por motivos políticos. Mais tarde, quando saiu da prisão, trabalhou exclusivamente para seu irmão, porque entretanto perdera as suas representações.

Foi um dos fundadores e dirigente do P.C.P. na Madeira, depois dos incidentes conhecidos como a Revolta da Madeira. É então que surge a primeira célula do Partido Comunista Português, na Madeira, à qual pertencia já Ivo Ferreira. Este foi o encarregado da sua reorganização depois das prisões de 1933/35.

Em 1948 foi preso pela PIDE acusado de fazer propaganda subversiva. Esteve na prisão durante nove anos.

Se Gonçalves Preto foi a verdadeira alma do *Re-nhau-nhau*, Ivo não lhe ficou atrás, porque sem as suas caricaturas o jornal não teria cumprido a parte mais importante dos seus objectivos. Sem ele, este periódico não teria conseguido a projecção que alcançou.

TEIXEIRA CABRAL: Nasceu no Funchal em 1910. Filho de Madeirenses bem colocados no comércio local de então, morreu na miséria no mês de Julho de 1980, no meio do silêncio, ignorado pelo poder político e pelos intelectuais do país que ele fixou para a posteridade em caricaturas geniais, e mesmo pelos seus próprios conterrâneos, que não lhe dedicaram sequer um pequeno espaço na comunicação social, no dia da sua morte.

Tendo fixado residência em Lisboa, donde enviava os trabalhos para o *Re-nhau-nhau*, Teixeira Cabral teve a felicidade de encontrar um homem que havia de ser muito importante na sua carreira de caricaturista: um Padre brasileiro que se escondia sob o pseudónimo de Tom, que colaborava em *O Fixe*, com as suas caricaturas. Este, ao chegar a Portugal, desenvolveu a caricatura-síntese, recuperando as experiências já esquecidas de Celso Hermínio e de Correia Dias. Tom será o grande orientador da linha estética de Teixeira Cabral.

Teixeira Cabral viveu, durante muito tempo, de uma mesada dos seus pais, que era manifestamente exígua para as suas necessidades boémias. E devido às suas dificuldades económicas dedica-se à colaboração em vários jornais a troco de uns míseros "patacos". Foi assim no *Sempre Fixe*, *Século Ilustrado*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*.

JOÃO GUALBERTO MALHO RODRIGUES: Foi o gravador principal do *Re-nhau-nhau*, o único homem que esteve neste periódico desde o primeiro ao último dia, pois quando este trimensário se extinguiu ele ainda era seu colaborador, aliás, é dele a gravação da capa do último número.

A Madeira e a 2ª Guerra Mundial



Capela de Nossa Senhora de Fátima(1940)

No dia 1 de Setembro de 1939 a Alemanha nazi invadia a Polónia dando início à II Guerra Mundial. Portugal manteve-se neutral, mas não impediu que se fizesse sentir alguns dos seus efeitos. A Madeira foi, aliás, das terras portuguesas, a mais afectada, tendo em conta a posição geográfica e a dependência ao exterior. A guerra afectou a navegação marítima e por consequência o turismo, fonte de receita fundamental da economia madeirense. A frota mercante inglesa era a que mais contribuía para o movimento do porto do Funchal e atendendo ao evoluir da conjuntura desapareceu.

A especulação dos produtos de primeira necessidade foi um dos principais problemas. No sentido de o evitar, o Governador Civil da Madeira de então, José Nosolini, numa nota oficiosa, dirigida essencialmente aos vendedores de armazém, estabelecia as condições a que estavam sujeitas as vendas "por grosso" de uma extensa lista de géneros alimentares de primeira necessidade, proibindo a venda aos retalhistas em quantidades superiores às médias que lhes tinham fornecido no primeiro semestre do ano. A 3 de Setembro o Governador Civil convocou as autoridades do Distrito para uma reunião, no Palácio de S. Lourenço, onde fez sentir a necessidade urgente de se intensificar e desenvolver as plantações de produtos mais comuns à alimentação, acautelando-se deste modo as dificuldades que podiam advir, sugerindo nomeadamente o cultivo de batata doce, feijão e semilha e a substituição da cana de açúcar pela semilha .

Em Outubro, depois de tomada consciência de que a Guerra estava para durar, o Governador estabeleceu outras medidas de longo alcance, que visavam o equilíbrio possível da economia madeirense. No dia 2 foi publicado o Decreto Lei nº 29917, que facilitava a emigração para o Brasil para os de fracos recursos económicos, isentando-os do pagamento de taxas e licenças militares e no dia seguinte começaram os sorteios das passagens gratuitas que queriam emigrar. A 8 de Novembro foi nomeada uma Comissão de Socorros e a 22 do mesmo mês inaugurou-se, na Praça de Tenerife, o Albergue Nocturno para atender às necessidades imediatas da população mais pobre. A sopa dos pobres alargou-se também às freguesias suburbanas, Monte, Santo António, S. Martinho, etc.

Por decreto-lei nº 28 899 de 5 de Agosto de 1938 foi constituída a Junta de Importação dos Cereais e do Café na Madeira com o objectivo de garantir o abastecimento e de fixar os preços de venda ao público. A delegação da Madeira foi instalada em Janeiro de 1939. A Junta, extinta pelo decreto-lei nº 43 874 de 24 de Agosto de 1961, exerceu um papel importante no abastecimento e distribuição do milho, base de alimentação madeirense, no período da guerra.

No decurso da guerra a acção das autoridades locais foi no sentido de garantir o abastecimento de milho, socorrendo-se ao armazenamento, controlo de preços e ao racionamento e fiscalização dos locais de venda de forma a impedir o açambarcamento e especulação. A Madeira consumia mensalmente mais de mil toneladas, estando o racionamento dependente do volume das importações e das existências em armazém. Mesmo assim viveram-se momentos de aflição com a rotura das reservas em 1941 e 1943, socorrendo-se do cereal destinado à alimentação das aves. Em 1949 o fim da guerra trouxe a normalização das importações terminando as restrições ao comércio de milho.

A década de 40 inicia-se sob os piores auspícios. A paz era o valor mais desejado e neste sentido se promoveram algumas peregrinações ao Terreiro da Luta. Os jornais reproduziam na íntegra os horrores da guerra e a ansiedade do povo. A economia regional ressentia-se e a pobreza era cada vez maior. A navegação estrangeira abandonou o porto do Funchal; o turismo sofreu uma completa paralisação. As dificuldades de transporte criaram sérios embaraços aos sectores vitais da economia madeirense. A mendicidade aumentava, os pobres eram reprimidos, afastados e presos, para não incomodarem as pessoas.

Esta conjuntura foi agravada com os efeitos nefastos das intempéries. No fim do ano de 1939 e princípios do seguinte, a Madeira foi fustigada por intempéries que causaram prejuízos incalculáveis em várias freguesias rurais, causando prejuízos de mais de 7000 contos. Perante este quadro a solução era sempre a mesma: a emigração. Esta era a voz corrente na imprensa e no discurso dos políticos que insistem na emigração é a única saída possível para este crescimento demográfico desenfreado. O Brasil, que acabara de publicar leis favoráveis à emigração dos portugueses, era o país procurado e Portugal o campo ideal de recrutamento de mão de obra. Estas facilidades dos governos brasileiro e português foram aproveitadas por muitos madeirenses. Entretanto a Junta Geral e a Câmara Municipal do Funchal lançaram várias obras públicas em toda a ilha, com empréstimos do Governo Central no valor de 21.900 e 10.000 contos, respectivamente.

Na Assembleia Nacional, o problema da Madeira ganhou eco. A 5 de Dezembro de 1939, o deputado madeirense Gastão de

Deus Figueira ocupou-se da situação criada pela guerra na Madeira, sendo secundado pelo deputado Álvaro Favila Vieira que, na sessão do dia 1 de Março de 1940, expôs com maior detalhe os contornos da crise solicitando e propondo providências excepcionais.

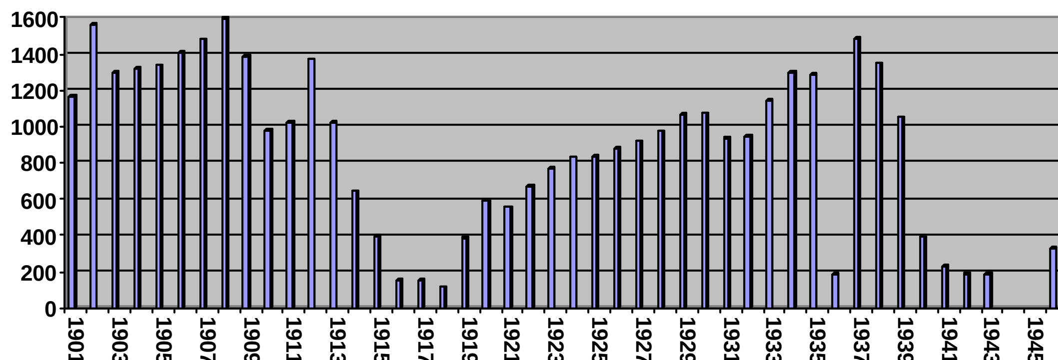
Curiosamente, a solução para alguns dos problemas económicos da ilha veio de Gibraltar. No começo da guerra, Gibraltar, ponto estratégico de grande importância para o controlo do mar Mediterrâneo, foi por diversas vezes bombardeado e os seus habitantes foram obrigados a procurar refúgio noutras paragens. Os governos português e inglês chegaram a acordo no sentido dos refugiados serem recebidos em Portugal. A Madeira também recebeu cerca de dois mil. Os primeiros chegaram no dia 21 de Julho; três dias depois chegou um novo grupo e a 13 de Agosto o maior contingente.

Os jornais madeirenses de 15 de Agosto de 1940 congratulavam-se com a vinda para Madeira de tantos estrangeiros e noticiavam que a cidade tinha mudado o seu aspecto, notando-se um aumento de movimento nas ruas, cafés e casas de artefactos do Funchal. Muitos dos refugiados passeavam em carros de bois e automóveis. Os madeirenses colaboraram com as autoridades dispensando aos gibraltinos muito carinho e um ambiente amigo, muito mais do que a simples hospitalidade. Os gibraltinos retribuíram esta amabilidade disponibilizando donativos, organizando festas de caridade, subscrições, etc. para socorrer os pobres da Madeira cujo número aumentava dia após dia, com a guerra.

Os refugiados de Gibraltar ou do "Rochedo" como era vulgar chamar-lhe então, mostravam-se encantados por encontrarem na Madeira quase as mesmas condições que desfrutavam na sua terra, integrando-se no ritmo da cidade. Construíram simpatias e amizades e contribuíram para animar a vida da cidade e dar movimento ao comércio funchalense. Deste convívio harmonioso, durante cerca de quatro anos em que aqui permaneceram, resultou alguns casamentos. Os gibraltinos foram promotores de várias instituições particulares com fins humanitários para benemerência da população madeirense, clubes e associações de recreio que organizavam festas de caridade, verbenas e chás-dançantes. Surgiu assim o Gibraltar Sports Club, o Selfton Sporting Club, a Gibraltar Women Guild, organização de Laddy Liddel´s Guild, Women´s Relief Work Organization, a Gibraltar Union e nos Arrifes fundaram o colégio "The British School for Gibraltar Children".

As gibraltinas causaram algum alvoroço entre os madeirenses, já que se revelavam desinibidas, passeando-se pela cidade e frequentando os cafés, onde fumavam, o que naturalmente escandalizava o meio social madeirense, acanhado conservador. Com o fim da guerra cada vez mais próximo, os gibraltinos começaram a abandonar a Madeira, iniciando-se a saída a 28 de Maio de 1944.

A memória do período fatídico da guerra na primeira metade do século XX ficou registada em duas manifestações de regozijo com carácter religioso. Entretanto em S. Vicente a população juntou-se em 1946 para construir a capela de Nossa Senhora de Fátima, no Pico da Cova, como manifestação de alegria pelo fim da 2ª Guerra Mundial.



Movimento do porto do Funchal no período das duas guerras mundiais

Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira



Edifício sede da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, hoje Empresa de Electricidade da Madeira [Foto aérea de Duarte Gomes]

Durante o século XIX e princípios do século XX as reclamações dos madeirenses quanto à necessidade de valorização da agricultura implicavam a definição de uma correcta política de aproveitamento dos recursos hídricos. Isto exigia avultados investimentos na canalização da água das ribeiras e nascentes os quais só poderiam ser feitos pelo Estado. A primeira intervenção surgiu já em 1834 com a levada do Rabaçal, mas foi apenas com o Estado Novo que se planificou e promoveu a adequada política de aproveitamento dos recursos hídricos da Madeira.

Por decreto de 28 de Junho de 1939 o governo foi autorizado a enviar à ilha uma missão com o objectivo de proceder ao estudo técnico e económico sobre os aproveitamentos hidro-agrícolas e hidro-eléctricos. A missão, chefiada pelo engenheiro Manuel Camossa Pinto apresentou a 28 de Junho do ano seguinte o seu relatório ao governo. A 31 de Outubro de 1943 publicou-se o plano em questão e para o executar foi criada a Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira.

A partir de 1944 iniciaram-se as obras da primeira fase que conduziram à abertura das levadas de Machico-Caniçal em 1949 e do Norte em 1952. Esta última permitiu o funcionamento em 1953 da Central Hidroeléctrica da Serra de Água.

A partir da década de cinquenta a missão foi enquadrada nos planos de fomento do governo, alarga-se a projectos de electrificação rural e de remodelação da rede eléctrica da cidade. A partir de 1952 a comissão assumiu a responsabilidade de exploração, produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, subordinada à Junta Geral do Distrito Autónomo as obras realizadas e em curso.

O Segundo Plano de Fomento nos anos sessenta veio dar origem às centrais hidroeléctricas da Ribeira da Janela (1965) e da Fajã da Nogueira (1971). As obras da 2ª fase do III Plano de Fomento, que incluíam uma Central no Funchal e outra em S. Vicente não tiveram concretização.

Documentos

CARTA A SALAZAR



A Carta do Dr. João Abel de Freitas, recem-nomeado Presidente da Junta Geral, e a resposta de Salazar, são um dos testemunhos mais importantes sobre os primórdios do Estado Novo na Madeira. Da parte do primeiro evidencia-se a crise que marcou a sociedade e economia madeirense nos anos vinte e trinta e o natural sentimento de abandono, ideia incluso dos políticos locais que acreditaram no novo regime.

Na resposta de Salazar é evidente a sua má consciência para com os madeirenses, bem como a definição do que será a política do Governo, quanto aos problemas da sociedade madeirense. Reúnem-se aqui alguns dos documentos da política de Salazar quanto à Madeira.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE O DR: OLIVEIRA SALAZAR E O DR. JOÃO ABEL DE FREITAS

1. CARTA DO DR. JOÃO ABEL DE FREITAS

FUNCHAL, 28 de Março de 1935
Ex.mo. Senhor
Doutor Oliveira Salazar

A Madeira atravessa uma crise terrível. O horizonte está toldado com nuvens muito negras, não se divisando ao longo uma luz por mais pequena que seja que nos faça pensar em melhores dias, a não ser a grande esperança do auxílio de V. Ex.a. É uma crise que nos persegue principalmente desde 1930, data da derrocada do Banco Henrique Figueira, com todas as suas tristes consequências, e que tem continuado sempre, por vezes a curtos passos, por vezes a passos de gigante, mas que não pára nunca estando quase a esmagar todos.

A grande maioria do povo da Madeira está convencida de que o Governo Central nos tem abandonado como castigo da revolução da Madeira, de bem triste memória. Não quero crê-lo porque estou certo que V. Ex.a. hoje sabe tão bem como eu que os madeirenses foram os menos culpados desses acontecimentos.

As culpas cabem principalmente: aos vários Governos que autorizaram a vinda de deportados para a Madeira, de todos os lugares o menos indicado para esse fim; à publicação do decreto alterando o regímen cerealífero que à data vigorava na Ilha. As pessoas que pensam um pouco vêem perfeitamente que o regímen é mau; sabem que não faz sentido a Madeira estar a despender tanto ouro na compra de trigos e farinhas no estrangeiro, havendo trigo nacional em abundância que poderia e deveria abastecer o nosso mercado. Sabem tudo isso muito bem. Mas o facto é que esse regímen foi conquistado à custa de muito sangue e só poderá ser modificado com muita cautela, de contrário correrá ainda mais sangue.

Cabem ainda as culpas ao Governador Civil de então que num lamentável discurso quase incitou o povo à revolta mandando alguns dias depois dispersar esse mesmo povo à saibrada a cavalo marinho, quando ordeiramente o procurava para ver se conseguia do Governo a anulação do já referido decreto; ainda culpa do mesmo Governador, que à data era também Comandante Militar, por não ter o prestígio necessário para fazer com que os seus subordinados impedissem o levantamento popular, conhecido pelo movimento das farinhas.

Foi por último a desgraçada acção do delegado Especial enviado pelo Governo, que tendo chegado à Madeira numa ocasião em que era facílimo congraçar tudo, procedeu de maneira tão pouco inteligente que criou o ambiente necessário para a revolução que se deu depois. (...)

A desgraçada liquidação do Banco Henrique Figueira levou a miséria a milhares de famílias! As forças económicas há já alguns anos andam a mendigar a resolução de vários assuntos, mas até agora quase nada foi resolvido! Estão sem solução as questões de vinhos, bordados, turismo, etc.! Veio à Madeira o Sr. Ministro do Comércio. Num momento de irreflectido entusiasmo proferiu a já célebre frase: "Aleluia, chegou a hora da Madeira ser ouvida" frase duma infelicidade enorme pois deu oficialmente razão aos que dizem que a Madeira tem sido esquecida pelo Governo Central. O pior é que já vai quase um ano sobre a visita de Sua Ex.a. E apesar do "Aleluia", tudo tem continuado na mesma, não melhorando nunca esta terrível crise que promete atingir todos. O que tem demorado, nos últimos anos, a derrocada final de tudo isto, tem sido o turismo e a Junta Geral.

As pessoas que estão mais ligadas ao turismo sentem que, se não forem tomadas urgentes previdências, este em pouco tempo desaparecerá da Madeira.

A Junta Geral fez muito com as receitas que lhe foram facultadas e com o empréstimo de 15 000 contos mas, como V. Ex.a. terá ocasião de verificar pelo nosso relatório, a manter-se a actual situação, de futuro pouco poderá fazer para remediar a crise actual, e nada que esteja em relação com as enormes necessidades urgentes da Madeira.

(...) Peço pelos meus filhos; peço por todos os madeirenses; peço por todos os portugueses porque o engrandecimento da Madeira será um reflexo da prosperidade de Portugal.

Sr. Dr. Salazar: Nós vivemos actualmente na Madeira sobre um vulcão. O mal estar geral é tão grande que com a maior facilidade se pode dar uma grande tragédia, sacrificando os que leal e honestamente têm servido a actual situação. Pela minha profissão privo com toda a gente, especialmente com os humildes e sei muito bem o que se passa. Qualquer informação diferente que dêem a V. Ex.a., não está certa. Esta é a expressão da verdade.

Reputo absolutamente necessário e urgente qualquer acto de V. Ex.a. Em benefício da Madeira, que prove a esta gente que não continuará completamente abandonada pelo Governo Central.

É urgente a criação de mais receitas para a Junta ou a diminuição de encargos (passagem para o Estado das despesas com a

polícia e instrução, mantendo-se as actuais receitas) de forma que a Junta possa dar trabalho aos que têm saúde e estão na maior miséria por não terem onde trabalhar.

É urgente que sejam resolvidas satisfatoriamente as questões dos vinhos, bordados e turismo.

É urgente que se resolva o problema da assistência.

É urgente que o Governo conceda todas as facilidades para que se inicie, num curto prazo, a construção do Liceu, do Bairro Económico, do Casino, da sucursal do Banco de Portugal e do Sanatório para Tuberculosos. Para isto basta somente um pequeno empurrão dado por V. Ex.a. Sem que isso represente grande encargo para o Estado. Pode dizer-se mesmo que é semear para ter mais tarde uma grande colheita.

A continuarem as coisas como estão em breve a Madeira seria como já referi, teatro duma tragédia, a maior das que a têm assolado em todos os tempos.

(...) Os meus respeitosos cumprimentos com as maiores desculpas pelo precioso tempo que roubei a V. Ex.a. (...)

João Abel de Freitas

2. RESPOSTTA DE SALAZAR

Lisboa, 23 de Maio de 1935
Ex.mo Senhor
Dr. João Abel

Esta carta é uma carta particular embora trate de questões da Madeira que a V. Ex.a. interessam por se encontrar à frente da Junta Geral. Escrevo-a despreocupadamente, sem a menor ideia de que redijo alguma coisa parecida com documentos oficiais, e apenas para corresponder à amabilidade da carta de V. Ex.a e às gentilezas de que usou para comigo e para com o Doutor Mário de Figueiredo, quando aí passamos duas semanas.

Nessas duas semanas não perdi o meu tempo: não só apreciei as belezas naturais da ilha e a hospitalidade de muitos amigos ou simples contemporâneos de Coimbra, mas pude fazer ideia in loco de certos problemas e da mentalidade madeirense. Isto me tem servido no Governo para estudar as reclamações que me vêm dai e não perder a serenidade ou a paciência adiante de tudo o que, por dever do cargo, sou obrigado a ouvir e a ler – e posso dizer que leio tudo quanto daí vem há bastantes anos a esta parte.

(...) vou tentar dizer-lhe alguma coisa do que penso acerca dos principais pontos tocados na carta de V. Ex.a. e no resumo dos deputados:

a) MAL ESTAR GERAL

Antes disso porém farei breve referência ao "mal estar geral" da Madeira traçado com negras cores tanto na carta de V. Ex.a. como na exposição da Junta. O "abandono da Madeira por parte do Poder Central" entrou na formação da consciência madeirense e vejo que os dirigentes da situação política não podem rebater essa falsa ideia. Como disse acima, leio tudo o que vem da Madeira há bastantes anos e já tenho experiência do Governo suficiente para não me irritar ou sequer para me importar além de certa medida com o que se diz aí da acção do Governo.

Apenas porque é preciso rectificar os erros, mesmo comuns e gerais, e fazer sempre a política da verdade, é preciso dizer que há muitas dezenas de anos não tem a Madeira quem tanto a tenha protegido e defendido como eu. São factos históricos que não vale a pena estar a citar, mas com alguma ilustração ou memória (eu os povos não têm mas as pessoas cultas devem possuir) quem quer pode fazer a comparação de antes e depois, os problemas abandonados e os resolvidos e o quanto em dinheiro que isso tem custado. Repito-lhe que não me importa continuar a ler o contrário: desde os meus amigos mais queridos aos inimigos confessos, desde a extrema direita à extrema esquerda, se ainda há disso na política daí, desde os bons conservadores aos revolucionários ou conspiradores de profissão, desde os católicos aos indiferentes e aos ateus – todos em comovedora unanimidade, assentaram ou estão assentando em que a Madeira é uma "filha enjeitada". E não tenho visto que ninguém, com os factos, só com os factos, tenha contrariado a campanha.

V. Ex.a. mesmo está convencido de que a Madeira tem sido "completamente abandonada". Dou graças a Deus por me ter permitido ver o que vi, quando da minha viagem, para compreender este fenómeno que à minha volta pouca gente compreende. E, porque compreendo é que a Madeira continuará sendo tratado como terra privilegiada e com paciência, ao menos enquanto se não desmandarem demais. Porque, se o fizerem, é conveniente não esperar a doçura da repressão usada da outra vez. E podem continuar dizendo à vontade que os abandonam.

b) SITUAÇÃO FINANCEIRA DA JUNTA

Não entro em pormenores acerca da situação financeira da Junta mas ponho apenas o problema central. É curioso que a forma por que a Junta daí vem pondo a questão das suas finanças é rigorosamente igual àquela que vejo nos documentos das Juntas Autónomas de Ponta Delgada e de Angra e até de serviços autónomos do estado. Todos os partidários de autonomia supuseram que esta consistia simplesmente na liberdade de gastar, dando o Poder Central quanto fosse necessário para isso. Admitido este princípio e generalizado com muita razão às Câmaras Municipais, nós tínhamos dentro de muito pouco a maior catástrofe de que há memória. Aí, nos Açores e mesmo aqui puseram-se todos a formular projectos e planos, às vezes interessantes mas ousados, caríssimos e na maior parte adiáveis para outras oportunidades, arbitraram-lhes o custo e dizem pelos mesmos termos ao Poder Central: Queremos fazer isto ou aquilo e as receitas não chegam. Portanto aumente-se as receitas ou tire-se o encargo de algumas despesas. Eu não posso aceitar o problema assim posto. A autonomia não é a autonomia de gastar mas a de administrar um património ou uma receita, tirando de um ou da outra o maior rendimento. Do facto de a receita não chegar para tudo o que apetece ou há mesmo necessidade de fazer, não se segue que é ao Governo que incumbe cobrir as diferenças. E este sobre quem as havia de lançar?

Com ou sem autonomia, no fundo o que temos é sempre o problema da distribuição dos rendimentos públicos pelas necessidades gerais. De modo que eu só posso aceitar o princípio da rectificação das receitas e despesas atribuídas à Junta, quando esteja demonstrado que os mesmos serviços estão no continente mais bem dotados do que nas ilhas. Nesta hipótese devo tirar

daqui para aí mas não tenho que fazê-lo necessariamente – nem mesmo devo visto serem todos iguais – só porque as receitas não bastam para todos os melhoramentos e obras, algumas das quais esperaram já não digo anos mas séculos. Tenho repetido isto mesmo algumas vezes aos açorianos, ainda que com pouco resultado. Vêm uns tantos a Lisboa e não passam de Sintra ou dos Estoris; e é com as ruas asfaltadas ou cimentadas da Baixa e com um ou outro palácio em reconstrução que se fazem as comparações. É conveniente para fazer melhor ideia das coisas visitar as aldeias de Trás-os-Montes ou da Beira. Se em meios de comunicação, em obras de assistência pública, em instrução, instalações de serviços, etc. se estiver melhor aqui, o meu dever é corrigir o que não estás bem e atribuir mais receitas ou lançar menores despesas sobre as Juntas ou serviços autónomos. Quero dizer, tem de ser rectificada a distribuição actual. Antes disso não. Em resumo: não é porque lhes falta isto ou aquilo, ou porque desejam isto ou aquilo que há razão para reclamar; mas porque lhes falta o que porventura já temos aqui. Eu creio que apesar de tudo estão melhor na Madeira, mas porque não tenho ideias preconcebidas rendo-me à demonstração dos factos(...).

(...) a minha opinião acerca de administração das Juntas é má: muito pessoal, remunerações por vezes superiores às do Estado, serviços de mais com duvidosa eficácia, contratos ruinosos, administração improvisada, falta de planos de conjunto, bastas mudanças de orientação, etc. Isto tenho eu observado e há-de ter algum remédio, se os próprios lho não derem. E não é só nas Juntas: aqui temos o mesmo problema e as mesmas faltas nas Câmaras Municipais. O entusiasmo das grandes realizações desvairou a muitos, e se o Governo não se mete a providenciar e a dirigir superiormente, travando o destemperado espírito de grandezas da nossa gente, a falência seria temerosa. (...)

c) CÂMARAS MUNICIPAIS

O que fica dito da Junta pode aplicar-se mutatis mutandis às Câmaras Municipais. As verbas anuais para despesas de anos findos mostram a irregularidade da vida administrativa, porque ou os pagamentos andam muito atrasados em relação aos compromissos ou – e isto é que é mais natural – são feitas muitas despesas por fora do orçamento. Empréstimos para regularizar estas situações é contra os nossos princípios autorizá-los.

As Câmaras que não se endividam ou já se endividaram para além do conveniente, também aqui têm as maiores dificuldades e vivem em grande aperto. Julgo isso mais benéfico que o contrário, desde que as necessidades fundamentais da população vão sendo suficientemente satisfeitas. Apesar da boa vontade em dar para a Madeira – e já isso é contra o princípio da solidariedade nacional que pretendemos manter – todo o produto do Fundo do desemprego e de serem importantes as participações já concedidas, a verdade é que as obras não se fazem e o governo não pode dar o dinheiro.

A média no continente entre as participações e as despesas realmente efectuadas é de 50%, quando aí na Madeira é apenas de 15%. Isto é sinal de que se pedem participações em obras para que as Câmaras não têm dinheiro, ou que os dirigentes mudam constantemente de plano, pedindo mais e mais comparticipações, simplesmente para efeitos públicos, sem que as realizações correspondam ao que se promete. Isto quanto a orientação geral. Vou tentar agora dar a V. Ex.a. uma ideia do estado em que se encontram alguns problemas concretos.

d) REGIME SACARINO

O regime a executar deve ser o decretado em Maio do ano findo. Foram feitas muitas reclamações que examinei com cuidado; apenas duas me pareceram susceptíveis de deferimento e não ainda assim como era pedido:

1) como a Alfândega não pode fazer as comunicações a que a lei se referia sobre a graduação da cana em certos locais, tenho trabalhado um decreto a publicar imediatamente em que se prorroga por mais um ano o regime transitório estabelecido para 34-35 no citado decreto;
2) no mesmo decreto se permite a renovação ou substituição dos canaviais até 60% dos pés substituídos e da área ocupada. Estão no relatório do decreto do ano findo as razões porque se não permite a substituição integral. Se o consumo do açúcar não aumentar temos de baixar de 15% a 20% a produção de cana, e ainda é preciso que esta seja tão rica como é este ano, por causa da escassez das chuvas;
3) Os pedidos ou pretensões ou cálculos dos industriais de aguardente não podem ser tomados em consideração. É preciso convencê-los desta verdade: fabricam um artigo que se não vende. Não é caso para qualquer indemnização por parte do Estado, nem para se consentir outra vez o envenenamento dessa gente, como era de antes.

e) BORDADOS

Tenho trabalhado estes dias com o Ministro do Comércio neste e outros decretos referidos abaixo. A organização da indústria em moldes que aqui têm dado resultado, embora tendo em conta todas as especialidades da ilha, está gizada nesse decreto que vai ser publicado já, talvez nos jornais dias antes para provocar a crítica, e depois no Diário. Esperemos que aí sejam capazes de o executar e tirar dele algum proveito.

f) FRUTAS E GÉNEROS HORTÍCOLAS

Estão também prontos para publicação dois decretos – um que estabelece no Funchal uma delegação da Junta Nacional de Exportação de Frutas e outro que cria o Grémio dos Exportadores de frutas e produtos hortícolas da ilha da Madeira. Os dois organismos devem introduzir um pouco de ordem na produção e comércio daqueles géneros, de modo que se evitem no futuro os lamentáveis factos a que faz referência a exposição da Junta. A Madeira tem ali possibilidades enormes que convém não desbaratar, antes devem ser aproveitadas em benefício e para enriquecimento da ilha.

g) VINHOS

Estão assentes as bases da organização da produção e comércio dos vinhos da Madeira, mas tenho dúvidas sobre a sua publicação imediata, porque o espírito público não está preparado para as providências a tomar, segundo o que se depreende das conversas havidas com alguns madeirenses. Nós não podemos, a mexer no assunto, continuar permitindo que a exportação seja

aviltada em qualidade com os produtores directos, com o fabrico artificial, e com os vinhos por envelhecer. A solução razoável está em permitir apenas o produtor directo em certas zonas onde outra vide se não dá, mas só para consumo interno, e ir obrigando à enxertia os demais, por dois meios:

1º pagando por melhor preço o vinho de castas nacionais;

2º fixando a percentagem decrescente num período talvez de 5 anos em que o vinho exportado podia conter vinho do produtor directo.

Em curto espaço de alguns anos, os necessários para a adaptação o problema estaria satisfatoriamente resolvido. Semelhantemente ao que se dá com o vinho do Porto, os exportadores seriam obrigados a determinado stock em relação com a sua necessidade de exportação. Como digo acima, os melhores ainda não entenderam que é este o caminho da salvação e desejam continuar produzindo e fazendo o que nós sabemos. O resultado final será a ruína completa do viticultor e a perda dos mercados externos. Deviam convencer-se aí de uma coisa Madeira bom, não há em parte nenhuma do mundo; mas Madeira ordinário encontra-se por toda a parte, sem ser necessário ir daí. Estou convencido de que a reforma acabará por impor-se, tão lógica é, mas não sei se aguardará a oportunidade de haver mais convencidos da sua benemerência.

Para já tem pelo menos que regularizar-se a exportação que tem sido uma vergonha. Conseguimos a muito custo reservar para a Madeira no acordo com a França um contingente muito superior à sua exportação e esse facto permitia o negócio normal em óptimas condições. Pois a falta de seriedade de alguns teve a arte de complicar o problema que naquelas condições nem chegava a ser problema. Agora é preciso intervir e fixar o critério das quantidades a exportar por cada exportador. Para a falta de juízo e de seriedade é que é muito difícil o Governo arranjar remédio.

h) LACTICINIOS

Está em estudo a organização para que já há bases suficientes, mas neste momento nada posso ainda dizer-lhe.

i) O MESMO QUANTO À INDÚSTRIA DE VIMES

j)TURISMO

Tenho feito todos os esforços por criar as condições suficientes para a resolução do problema, e até agora em vão, porque daí não tem havido ninguém nem ajuda nenhuma. Mantive na posse do Estado as duas quintas que já pertenciam à Fazenda na esperança de vir a adquirir a terceira, o que fiz com suma prudência e grande dispêndio, só porque estava convencido de que as três quintas ligadas seriam a base do jogo e turismo da Madeira. Nenhuma sociedade se tem formado em condições de fazer alguma coisa séria. Mandaram-se, como V. Ex.a. sabe, à Madeira dois delegados do Ministério do Interior para estudar a questão in loco e aguardo os elementos que trouxerem. Por mim estou disposto a fazer as melhores condições possíveis com a cedência das quintas e do exclusivo do jogo, mas não a fazer-se empresário do jogo. As ideias que por aí há de o Estado construir o casino não terão sequência. Se o negócio é bom, custa a crer que não haja quem em condições razoáveis se lance ao empreendimento. Para já estou convencido de que umas dezenas de contos gastas no casino existente, a limpeza e ordenamento das quintas e a construção de um campo de golfe satisfariam enquanto não se pudesse avançar mais e não se pudesse construir um casino novo.

[...] Quanto ao mais que se refere e turismo, o relatório da Junta parece-me perfeitamente razoável e creio que com a organização duma comissão local com poderes latos muitas coisas entrarão na ordem sem dificuldade nem dispêndio de dinheiro. Parece terem especial interesse em que seja dada à Madeira a receita do jogo. Não me oponho a isso, quer dizer, a que a receita aí fique ou lhe seja dado o equivalente mas para melhoramentos concretos ligados ao turismo.

k)SANATÓRIO PARA TUBERCULOSOS

A Madeira deve ter já receitas para começar as obras do sanatório, mas tem de convencer-se de que o óptimo é inimigo do bom. Pediram a quinta da Santana para isso e para um vastíssimo e grandioso plano que não estará realizado nalgumas dezenas de anos. As cedências de propriedades do Estado obedecem hoje a este princípio: cede-se o que é necessário e pode ser imediatamente aproveitado, mas não mais do que isso. De modo que quando a entidade peticionária tem um plano e os seus projectos devidamente aprovados e meios financeiros para os realizar, o pedido é deferido. Caso contrário não é. Ora a cedência imediata de uma porção de hectares de terreno de grande valor não está justificada. A Assistência Nacional aos Tuberculosos falou no plano a realizar, mas não o precisou ainda, nem é capaz de dizer onde está o dinheiro para o pôr de pé. De modo que lhes aconselhava a pedir o necessário para o Sanatório, o que será imediatamente dado, e a começar as obras que em pouco mais de um ano podem estar concluídas. De mais a quinta não foge, não faço tenção de a vender nem de a ceder a outrem. Porquê essa febre de passar do património do Estado para o da Junta ou de outras instituições valores enormes sem qualquer utilidade pública? A resolução da dificuldade depende agora apenas da A.N.T.

l) LICEU

Sabe que veio daí um projecto para 6.000 contos. É uma loucura, como algumas das que também aqui se fizeram e nos custaram isso também. Felizmente, parece que podemos mudar de rumo e organizamos projectos para menos de metade daquela quantia. O projecto foi devolvido para ser modificado e embaratecido. Quando voltar e mereça aprovação, o Estado comparticipará na despesa e poderá manter-se o que primitivamente fora proposto quanto aos meios para a construção.

m) Tenho feito o que tenho pedido para se começar a começar a construção da Filial e devo dizer que a culpa de ainda nada se ter feito é só da Madeira. O Governador e o Meira estiveram aí a tratar do caso pelo Natal e ficou assente com a Câmara o que devia fazer-se: alargamento duma rua, expropriação duma casa. O projecto está pronto, dinheiro existe, boa vontade de ser agradável ao Governo e à Madeira toda. Simplesmente mudou de opinião, já não mantém o contratado e a Filial não pode fazer-se.

Agora em vez da rua projectada querem largas avenidas e com esse projecto, como V. Ex.a. sabe, já é impossível a construção do Banco de Portugal. Se aí tivessem um plano definido e bem estudado de melhoramentos em que não pudessem mexer as

câmaras que se sucedem, este caso não se verificaria, e os senhores teriam já em andamento as obras. Este caso, como outros, provarão a V. Ex.a. que a culpa do que acontece não é daqui, é quase sempre daí.

n) BAIRRO ECONÓMICO

Nada sei dizer-lhe, porque nada consta acerca do problema, além do que vejo na exposição da Junta.

o) LOTARIA

Há certamente confusão no que vejo escrito acerca da lotaria. As misericórdias do continente, salvo a de Lisboa, não têm qualquer participação nos lucros das lotarias. Recebem apenas o que lhes cabe na divisão da verba de alguns milhares de contos inscrita no orçamento para subsídios às instituições privadas de assistência. Ninguém compreenderia o porquê duma medida para o do Funchal que no estado actual apenas significaria subsídio aparte saldo do tesouro. Diz-se V. Ex.a. ser urgente resolver o problema da assistência. É tanto aí como aqui, mas estamos bastante longe de o poder fazer, a não ser com a solução simplista de dar tanto dinheiro quanto seja necessário para bastar a todas as precisões de população, o que reputo impraticável. Parece-lhes que só há miséria na Madeira, esquecidos de que a crise trouxe por toda a parte acréscimo de miséria, e isso se nota igualmente em todas as terras do continente. As Misericórdias e asilos vivem muito mal e a caridade particular vai fazendo prodígios para aguentar as instituições porque o estado sozinho não o pode fazer.

Desde que se vê que a centralização das instituições existentes pode – e eu o creio – trazer grandes reduções de despesa, porque se não estuda aí o problema e se não propõem já soluções concretas? Aqui existem os mesmos males e vai-se tomar esse caminho, mas V. Ex.a. compreende que tais problemas não podem ser resolvidos com fórmulas abstractas.

p) PORTOS

Não julgo desinteressante a ideia de que a Junta Autónoma do Porto do Funchal se encarregue também das pequenas obras necessárias nos portos da ilha. Vou estudar com o Ministro das Obras Públicas o problema, a ver se por esse lado se encontra solução para as deficiências apontadas. Em todo o caso deve V. Ex.a. notar que antes de completadas as obras do porto, a Junta não terá meios para fazer coisa que se veja, e aquelas devem tardar três ou quatro anos, segundo creio. Como se desviaram da Junta para a Câmara receitas na importância aproximada de 1.000 contos, para se concluírem as obras do porto há –de ser preciso autorizar a Junta a contrair um empréstimo de alguns milhares de contos. Os encargos deste devem absorver quase todas ou todas as receitas da Junta Autónoma do Porto, se estas não aumentarem.

q) FUNDO DE DESEMPRÊGO

Vou igualmente estudar a possibilidade de para a Madeira se baixar a percentagem de comparticipação das Câmaras, o que traz por causa da imitação dificuldades muito graves: o princípio não poderia ser generalizado. Vamos a ver se com fundamento na maior carestia das obras na ilha se podem fazer concessões mais vantajosas que as feitas no continente.

r) EMPRÉSTIMO DA JUNTA

Como V. Ex.a. sabe, o empréstimo de 15.000 contos foi por prazo relativamente curto, e assim devia ser em condições normais. Mas porque se entrou na crise económica de todos conhecida e sentida, talvez seja possível contratarem com a Caixa o alargamento do prazo, o que lhes diminuirá o encargo anual. Por outro lado o juro. A taxa é de 6,5% e tão mal habituados já estamos que a Junta a considera “excessiva” no seu relatório. Talvez não fizesse o mesmo juízo nos tempos em que nem aos 13 ou 14% a que o Estado pedia emprestado, ia para a Madeira um centavo de empréstimo. Mas enfim, como não devo zangar-me com coisa alguma, também com isto me não zango e tratei já com a Caixa para que – em medida geral ou especial apara a Madeira a taxa seja ainda reduzida, na medida do possível.

s) JUROS DE MORA

A consequência natural do despacho que proferi de serem da Junta os juros de mora das suas contribuições é que hei-de restituir-lhe as importâncias arrecadadas pelo estado e que segundo aquele despacho lhe pertenciam. Costumo cumprir: vou pois, mandar entregar os cento e tantos contos a que se refere o relatório da Junta.

t) IMPOSTO DE VIAÇÃO E TURISMO

Vou estudar a questão a ver se define qual a entidade a quem pertencem as receitas.

u) OUTRAS RECEITAS

Certamente me desculpará de não fazer larga referência à contribuição industrial do Banco Nacional Ultramarino – que dela está isento – e à participação da Madeira nas receitas da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. Há um certo número de questões que estão resolvidas em harmonia com princípios gerais e estes não devem ter excepções.

v) Tomei conhecimento do programa para Porto Santo, com hotéis e campos de golfe, etc. Entendo que é preciso tratar primeiro das coisas da Madeira, sem nos dispersarmos, demasiadamente. Mesmo é necessário que fique alguma coisa para ser feita pelas gerações futuras. Isto, é claro, sem prejuízo do que seja necessário à vida daquela pobre gente. (...)

[Colecção Particular]

CARTA AO GOVERNADOR

Em 1969, aproveitando a “Primavera Marcellista” um grupo de 39 cidadãos, composto por elementos da oposição conhecidos como o “grupo do Pombal” e o “grupo do Comércio do Funchal” entregou ao Governado Civil Braacamp Sobral, recém empossado, uma carta reclamando uma mudança do sistema político e soluções para a situação da Madeira.

Foi no seio destes dois grupos que surgiu a Comissão Democrática Eleitoral da Madeira, que se candidatou às eleições de 26 de Outubro do mesmo ano.

Excelentíssimo Senhor
Governador do Distrito Autónomo do Funchal

"Conto, também, porque igualmente considero indispensável, com a colaboração franca e leal de todas as pessoas interessadas no desenvolvimento económico e social da Madeira, e de todos os Madeirenses” palavras de Vossa Excelência proferidas durante a cerimónia em que vos era entregue, oficialmente, o alto cargo de governador do Distrito Autónomo do Funchal. Eis porque, Senhor Governador, no seguimento dessa colaboração esperada, "franca e leal", os signatários como Madeirenses interessados em particular "no desenvolvimento económico e social" do Distrito a que pertencem e, como Portugueses, no do País em geral, e correspondendo ao desejo expresso por Vossa Excelência, na parte final do referido discurso, de que "diálogo" se estabeleça entre o primeiro dirigente do Distrito e os cidadãos deste se dirigem a Vossa Excelência com o fim de exporem, com sinceridade que as regras do diálogo requerem e o "momento grave" que o País vive exige, com a maior "abertura de coração e espírito de doação" à causa pública (que é de todos nós), as preocupações e anseios que a título meramente individual se expressam mas que, sem dificuldade, se verá identificarem-se, também, com as preocupações e anseios das gentes da terra que agora vos acolhe.

I

É de facto um momento grave este em que vos é entregue a função de dirigir a Madeira, grave o momento porque poucas vezes na sua história o país se terá interrogado, tão perplexo e confuso, acerca do futuro para que caminha. Tal situação, Senhor Governador, não determina "uma aceitação sem reservas”, como Vossa Excelência exprimiu, "do serviço que a Pátria de cada um necessita" quando a situação real do país é tão grave que impõe, depois de anos e anos de alheamento dos cidadãos da coisa pública (alheamento provocado pela sistemática deseducação cívica das massas populares, pela submissão da informação a uma censura que determina, a seu bel-prazer, quais os assuntos sobre que o público pode ser informado, e pelo amordaçamento daqueles que cometem o "crime" de ter ideias diferentes dos que detêm as rédeas do poder) a não aceitação, como mera manifestação de "obediência", das regras de um jogo já de antemão viciadas. O maior serviço que se pode hoje prestar à Pátria é o diálogo, a livre discussão dos problemas que afligem a Nação - sem as peias da censura e sem o medo da polícia. [...] A razão fundamental de um descontentamento crescente advém justamente desse monstruoso conceito que se expandiu, de que, a qualquer nível, um pequeno grupo de homens possa decidir tantas coisas que dizem respeito a tantos homens.

Quando se reclama o direito ao diálogo não é o direito, para um interlocutor, de falar, e o dever, para os outros, de escutarem apenas o que se deseja. É a liberdade de expor livremente as opções várias. [...]

O problema com que se debate o nosso País no tempo que passa é o de poder escolher livremente o tipo de sociedade que melhor se adapta ás necessidades do Povo Português. O que se contesta é um tipo de sociedade dominada pelo autoritarismo, o qual descreu constantemente na capacidade do País para raciocinar ou mudar. [...]

Se o momento é grave, Senhor Governador, não é propriamente porque as pessoas que detêm o poder o afirmam. É porque todos nós o consideramos grave; é porque se olha para a frente sem vislumbrar uma saída; é porque a Nação se depara cada vez mais com as perspectivas da ruína; é porque o empobrecimento gradual dos cidadãos está acontecendo é por isto que ele é grave, reconhecidamente grave e difícil.

É grave ainda porque as mais importantes decisões políticas são tomadas e o futuro do país comprometido sem que sobre ele a Nação se tenha pronunciado; é grave porque se estão a sacrificar as gerações que estão a construir este país; é grave porque se condenam grandes sectores da população à miséria e à ignorância, ou a ter de trocar o seu país por outro que lhe dê (e quantas vezes isto não acontece...) condições de vida mais humanas; é grave porque, apesar de diariamente repetidas, mas infelizmente esquecidas na hora das "grandes decisões", palavras como Pátria e Soberania foram erigidas em valores tão altos e abstractos que apenas trouxeram consigo a guerra e a discórdia.

Chegou o momento, Senhor Governador, em que os homens responsáveis têm de orientar o país para as soluções necessárias e não para caminhos sem saída. Já vimos como o autoritarismo, erigido em sistema, gerou, ao contrário, a insegurança, o sofrimento, as crises. Os responsáveis pela situação lamentável em que o país se encontra são, como não podia deixar de ser, os homens que detiveram o poder de fazer ou não as coisas. Os homens que, para defesa de interesses parcelares, erigiram um "sistema de segurança mútuo contra a mudança", cujas estruturas, baseadas numa autoridade distante, se não discutem.

O problema, agora, não é o de falar em "Pátria", em "Soberania” o problema, agora, é o de restituir à Nação o poder de decisão que lhe foi subtraído sistematicamente; é o de começar o renascimento do país através do aumento efectivo dos salários baixos, do aumento do número de filhos de camponeses e operários nas escolas, liceus e universidades, da industrialização das regiões atrasadas (que o mesmo é dizer, de quase todo o território nacional), da realização de uma ampla reforma da estrutura agrária, da instauração da justiça social só possível através de um acréscimo de recursos mais bem repartidos; é o de restaurar a ordem, através de uma sociedade democrática moderna.

O problema, agora, Senhor Governador, é o de proporcionar à Nação o debate livre de todos os problemas que ela enfrenta (o do Ultramar incluído) para que livremente ela possa escolher o seu rumo, depois de colocada perante as opções (todas as opções) possíveis.

II

É neste gravíssimo contexto nacional que são entregues a Vossa Excelência, Senhor Governador, as rédeas do poder político e administrativo do Distrito Autónomo do Funchal. E é também num momento gravíssimo da vida do Distrito que Vossa Excelência as recebe.

Pode-se afirmar, sem receios de qualquer exagero, encontrar-se a Madeira no limiar de uma das maiores crises económicas da sua História. Os campos despovoam-se, seduzidos os seus habitantes pela possibilidade de conquistar, lá fora, uma vida mais digna e humana. O problema da emigração é tão grave (pelas consequências sociais, morais, psicológicas e até políticas que gera) que um simples facto lhe dá a dimensão dessa gravidade: entre os dois últimos censos a população do Distrito diminuiu! Entre as consequências políticas que a emigração em massa origina, cite-se só o factor desnacionalização a Pátria efectiva do emigrante acaba por ser, quase sempre, o país que lhe proporciona uma vida melhor. Se, através de um sério e bem elaborado inquérito, se perguntasse, neste momento preciso, qual a maior ambição do jovem madeirense, a resposta maioritária seria decerto: emigrar.

[..]Mas tem sido a emigração, afinal, que tem mantido o "statu quo" económico em que se tem vivido até aqui. São as remessas dos emigrantes para a sua Pátria que dão vida à construção civil, que ajudam os parcos rendimentos do camponês a atingir o nível de subsistência. São essas remessas que fazem com que as casas limpas que se vêm espalhadas pelas vertentes ou pelas povoações da ilha assegurem um tecto habitável a milhares de madeirenses. São essas remessas que alimentam a banca local e são elas, indirectamente, que vão insuflar vida a grande parte do sector comercial na medida em que ajudam a viver essa banca.

Tais remessas, no entanto, encontram-se já no ponto crítico, a partir do qual mesmo esse balão de oxigénio que fazia respirar a ilha tende a extinguir-se. As crescentes dificuldades em investir no sector da construção, os baixos rendimentos que esses investimentos proporcionam em comparação com o que se pode obter lá fora, fizeram já entrar em declínio a afluência de divisas provenientes do emigrante. Se medidas enérgicas não forem tomadas para modificar tal tendência, dar-se-á decerto a maior crise comercial que a ilha jamais presenciou. Partindo de valores estimados, se por impossibilidade ou desinteresse total forem levantados grande parte dos depósitos existentes, pode-se afirmar, sem grande margem para dúvida, que 50% do comércio madeirense ficaria em situação de falência.

É, de resto, nessa situação de quase falência que se encontram muitas das principais actividades económicas da ilha. É a agricultura, organizada em moldes jurídicos e económicos ultrapassados há séculos que vai sendo progressivamente votada ao abandono, sem que se vejam erguer-se determinações corajosas que a façam sair do estado de letargia em que se encontra; é a pesca, organizada em bases quase rudimentares, sem apoio financeiro e técnico. É a indústria, cujo principal ramo os bordados se encontra no limiar de uma grande crise, e onde o turismo espera medidas e directrizes sólidas que lhe permitam tornar-se, como lhe compete, o motor de arranque de uma nova fase económica. É o comércio, sujeito a uma concorrência desenfreada, esmagado pelo peso de impostos insuportáveis, na sua maior parte vivendo da cobertura financeira da banca.

E, se nos debruçarmos sobre os sectores considerados hoje em todo o mundo como direitos básicos da pessoa humana (o ensino, a cultura, a saúde, a previdência e a habitação), facilmente se chegará à conclusão, Senhor Governador, do abandono a que têm estado votados estes sectores básicos da vida social e do longo caminho que há a percorrer para recuperar um atraso de largas dezenas de anos.

III

A missão que espera Vossa Excelência, reconhecêmo-lo, é árdua e não parece que, dentro do actual condicionalismo, possa ser levada a bom cabo. Sem uma substancial modificação de quadros e estruturas, sem um apoio financeiro em conformidade com as necessidades do Distrito, sem uma revisão de conceitos quanto à maneira de processar-se a participação das populações no seu próprio destino não é viável supor, por maior que se esforce por ser o nosso optimismo, que a existência, por si só, de um Estatuto de Autonomia, possibilite largos voos em direcção ao futuro.

Em primeiro lugar, e visto que a "continuidade" tem sido norma do nosso dia-a-dia político, não se vê como poderá vir a ser melhor aplicado um Estatuto cuja utilização, ao longo dos anos, tem sido sempre deficiente. E muito menos se vê, dentro das condicionantes da vida política e financeira do país, como seria possível garantir, mesmo na fraca autonomia de que se dispõe, uma eficiente cobertura financeira à administração que decidisse dar um uso correcto ao pouco que existe.

A base mesma do problema do Estatuto da Autonomia é esta constatação simples de que a autonomia é quase meramente nominal, pois os passos fundamentais de qualquer esforço para o desenvolvimento das estruturas regionais terão de ser dados sob o olhar benevolente do poder central e sujeitar-se, permanentemente, ao poder inquiridor do representante do governo no Distrito.

A citação de alguns artigos do referido Estatuto o prova (os sublinhados são nossos): "O plano quadrienal da Junta Geral será submetido, com os documentos e a cópia das actas das reuniões em que foi discutido, à Presidência do Conselho, e depois de aprovado em Conselho de Ministros, com as modificações que forem tidas por convenientes, só poderá ser alterado pelo mesmo processo" (art.º 27° § 3°).

"Para o desempenho das suas atribuições compete privativamente às Juntas Gerais... contrair empréstimos, estabelecer a sua dotação e estipular as condições de amortização...(mas) ... as deliberações sobre empréstimos carecem, para se tornarem executórias, da aprovação do Ministro das Finanças" (art.º 26°, 8° § único).

Se se acrescentar a estes dois pontos transcritos a leitura do que, em relação à competência dos Governadores Civis, no Estatuto se dispõe, fácil é concluir que a autonomia do Distrito fica submetida, permanente e pormenorizadamente, à tutela do poder central ou dos seus representantes, o que coloca de facto a administração regional numa espécie de "liberdade condicionada".

Mas, e apesar disto (e apesar ainda das fracas disponibilidades financeiras de que a Junta Geral dispõe), o cumprimento das suas atribuições estatutárias tem sido, por norma, deficiente. Que se saiba, nenhuma das suas principais atribuições foi encarada, nos planos quadrienais, dentro de um sentido de "política para o desenvolvimento", mas, quase sempre, como verba a gastar de qualquer modo afim de satisfazer obrigações burocráticas. Face aos problemas graves da economia do Distrito poucas vezes terá agido a Junta Geral como organismo autónomo capaz de governar o Distrito, missão essa que implica previsão, estudo e execução eficiente.

Por norma, a administração local, mesmo nos aspectos em que o Estatuto da Autonomia lhe dá poderes de actuação, limitou-se a esperar do poder central directrizes e soluções que estavam à sua mão.

Seria curioso verificar, Senhor Governador, através de um bem elaborado inquérito, como, face aos graves problemas sócio-

económicos do Distrito, a Junta Geral cumpriu as suas atribuições de “fomento agrário, florestal e pecuário", de "coordenação económica", de "saúde pública", de "assistência", de "educação e cultura", e de "obras públicas". O problema do Estatuto da Autonomia coloca-se assim em dois aspectos:

• uma autonomia altamente condicionada e fiscalizada, totalmente sujeita à política do governo central; e, mesmo nas possibilidades de actuação autónoma da administração regional, um deficientíssimo uso das atribuições dessa mesma administração.

IV

O problema é que, face às necessidades urgentes de desenvolvimento do Distrito e face às condições específicas do Distrito que determinam esse desenvolvimento, é urgente dar possibilidades à administração local de, com a cooperação dos órgãos especializados centrais, com recurso a técnicos nacionais ou estrangeiros, com o recurso livre a capitais nacionais ou estrangeiros, firmar as directrizes seguras que lhe permitam caminhar rapidamente para o desenvolvimento pleno de todas essas potencialidades.

A primeira necessidade a prever seria a organização do Estatuto da Autonomia, de modo a elaborá-lo em moldes de participação democrática das populações da ilha nas decisões de que depende o seu futuro. Organização, portanto, da Região Autónoma em estruturas de participação económica directa ligadas decerto à Metrópole, mas suficientemente individualizadas e libertas para actuações de política interna.

A segunda necessidade a prever seria a organização de administração local em moldes do "Instituto Regional para o Desenvolvimento", capaz de impulsionar o múltiplo progresso das actividades locais e de realizar a reforma do sector agrário em moldes social e economicamente modernos e adequados às características da ilha. Tal reforma não deverá ser entendida primariamente como uma mera distribuição de terra a agricultores sem terra (o que de resto, não é o caso da ilha) nem como mero emparcelamento da propriedade. A reforma do sector agrário terá de englobar toda uma gama de providências de carácter sócio-económico e educativo, a saber:

• a luta contra o minifúndio ou qualquer outra forma de parcelamento anti-económico;
• modificação radical dos tipos de produção orientando esta para a máxima rentabilidade;
• utilização suficiente e adequada de fertilizantes e maquinaria agrícola;
• defesa do solo e política de irrigação;
• eliminação de equipamentos inadequados e de técnicas atrasadas;
• elevação do padrão de vida do agricultor através de uma política ampla de educação, saúde, e assistência médico-hospitalar, habitação e serviços de bem-estar social;
• política de silagem, armazenamento e transportes;
• correcção da instabilidade das populações rurais, fundamentalmente a dispersão característica do povoamento.[...]

V

E passamos agora, Senhor Governador, neste documento que já vai longo, à apreciação mais detalhada de alguns sectores de importância capital para o Distrito:

EMIGRAÇÃO

Como Vossa Excelência decerto reconhecerá, é gravíssimo o problema resultante do abandono do Arquipélago por muitos dos seus mais válidos habitantes, sabendo-se que tal emigração maciça é a consequência de um subdesenvolvimento económico que leva as pessoas a procurarem, noutros lados, um nível, de vida acima da simples subsistência a que são forçados na sua terra. Este escoamento constante de energias humanas manifesta a circunstância precária de uma economia ultrapassada e as enormes carências de uma população num estado de miséria já classificada de anti-humana e anti-cristã.

Se o problema é grave em todos os domínios, ganha mais acuidade no domínio rural, onde as pessoas não descortinam outros horizontes que lhes garantam uma vida menos indigna que aquela que lhes é comum.

Como única porta aberta a um nível económico digno e a uma possibilidade de promoção social, os trabalhadores emigram na idade em que precisamente mais resultados se poderiam esperar da sua energia, deixando atrás de si uma população predominantemente idosa ou infantil que, se constitue em princípio um seu encargo, passa por vezes a constituir um encargo social quando o emigrante morre ou simplesmente quando abandona a família. Mas quase sempre ele regressa, trazendo consigo uma pequena riqueza acumulada que lhe permite comprar uma casa e um pedaço de terra por qualquer preço, provocando assim um sumo inflaccionário, pois a oferta de terrenos agrícolas é pequena, numa ilha que dispõe deles escassamente. Os valores pagos pelos terrenos agrícolas são elevados em relação ao seu rendimento real e servem de justificação ao custo elevado dos produtos agrícolas; a natalidade é, por regra, elevada em todas as famílias rurais e as próximas gerações enfrentarão de novo a emigração como solução única para os seus problemas económicos. Os que abandonam definitivamente as zonas rurais e escolhem a vida urbana optam pela construção de casa pela montagem de pequenos negócios que vêm agravar ainda mais os problemas já existentes na actividade comercial. Normalmente pouco preparados para a prática do comércio, aceleram o processo de concorrência excessiva já em curso, lançando-se, a si e aos outros, em situações de falência mais ou menos rápida, de acordo com as suas reservas ou com o suporte bancário que podem obter.

A aplicação dos capitais da emigração, Senhor Governador, é hoje em dia um dos mais graves problemas da economia madeirense se consideramos, além dos males menores já apontados, os males maiores do imobilismo e da deslocação. Sabe-se, com efeito, posto que não existam números oficiais e apesar de serem falíveis as estimativas, que existem guardados nos campos enormes recursos financeiros, cuja aplicação inteligentemente programada daria um novo sopro de vida a uma economia que se definha diariamente. Por outro lado, valores enormes são transferidos para o Continente e para o Estrangeiro, procurando aplicações mais fáceis e rendosas que as actualmente possíveis na Madeira. É caso, portanto, para perguntar que esforço se fez ao longo dos anos para encorajar a aplicação local dessas reservas. E se alguma vez se pensou em pôr à disposição do emigrante Títulos do Estado para reunir capitais a serem utilizados no fomento da indústria local e, mais especificamente, na indústria do Turismo, investimentos estes de grande reprodutividade e que seriam coordenados pelo próprio Estado (ou pelos Municípios com aval daquele) em sociedades de economia mista, com capitais públicos e privados, ou em sociedades totalmente financiadas pelo Estado que, depois de plenamente rentáveis, poderiam ser vendidas aos particulares, no intuito de obter capitais para novos investimentos. A não tomada de qualquer iniciativa de aplicação desses capitais levou às soluções mais simples da sua transferência para o exterior. Mas continuará a ser assim no futuro? Não se planeará qualquer solução neste campo, como de resto em muitos outros? Aceite-se a ideia de que a emigração é uma solução imediata de problemas, um mal mesmo, posto que um mal necessário. A questão é que se não pode aceitar o "mal necessário" como um mal definitivo. Não parece justo que se possa continuar a permitir o manterem-se por mais tempo as condições

que determinam as correntes emigratórias, que criam um insuportável mal-estar social e que, moralmente, não podem ser aceites por uma sociedade bem estruturada como uma realidade inelutável.

AGRICULTURA

Constante dominadora da actividade rural madeirense é o seu aspecto rotineiro, determinado em grande medida por factores difíceis de combater mas que por isso mesmo, têm de ser enfrentados. A preparação técnica do trabalhador agrícola é a que resulta apenas de uma experiência secular transmitida de geração em geração, de que seria possível sair-se por adequada preparação técnica ministrada ou apoiada por centros ou escolas agrícolas especializadas. A realidade, porém, é que, quanto a estas, existe uma só no Arquipélago e, mesmo assim, o baixo nível, económico da família rural dificilmente permite a deslocação de um dos seus membros de actividades profissionais, que se iniciam antes da idade escolar, para fins alheios à elementar subsistência do agregado familiar. Neste termos, e numa base puramente realista, parece aconselhável que a escola primária deixe de ser apenas o local onde se aprende a ler, para tornar-se o local onde se aprende a trabalhar melhor. E que, cumulativamente com isso, as Estações Agrárias da Junta Geral do Distrito ampliem a sua actividade experimental para ganharem uma influência junto dos rurais que só poderá ser conseguida quando estes tiverem a convicção (que aliás parecem não ter de modo nenhum) de que os resultados das plantações orientadas por técnicos são superiores aos seus próprios. Não há de resto, Senhor Governador, qualquer justificação para a existência de Estações Agrárias se os frutos dos ensaios nestas efectuados não se projectarem para as explorações particulares pelo exemplo, pela persuasão e pela constatação pública da superioridade da técnica sempre actualizada sobre a rotina esterilizante. Este é um passo importante para a solução do problema agrário. Por outro lado, pouco poderá fazer-se pela economia insular enquanto se aceitar como normal a existência de uma agricultura estruturada em bases medievais. A lavoura de subsistência praticada como regra só é interrompida quando convém ao dono da terra aumentar a sua rentabilidade pelo cultivo de produções de exportação. Nesta terra tão frequentemente dividida por dois, colono e proprietário, ambos são reminiscências legais da Idade Média e ambos pretendem viver de uma superfície de si já reduzida por um parcelamento que se processa há séculos e que deu origem a uma exploração agrícola minifundiária que não deve ter réplica no mundo. É urgente abolir o regime de colonia (encarando soluções mais realistas e progressistas e diferentes das que têm sido aplicadas até aqui com a colaboração da Junta de Colonização Interna) tornando directamente proprietários das terras aqueles que nelas trabalham, estabelecendo os mínimos autenticamente rentáveis para diferentes zonas agrícolas e subsidiando os produtos que haja vantagem económica ou social em subsidiar. Para além do apoio financeiro há outros tipos de auxílio que têm igual força, como sejam a fixação de preços por períodos mais ou menos largos (conforme se trate de exportação ou de consumo local) e a garantia de compra dos produtos por organismos oficiais ou por entidades particulares ligadas à exportação. Existe, evidentemente, e sobretudo na aceitação de novas soluções ligadas a uma técnica agrícola evoluída, uma barreira a vencer: a ignorância e a rotina da maior parte dos nossos camponeses. A experiência alheia demonstra, porém, Senhor Governador, não se tratar de uma barreira intransponível, se for elaborado um planeamento coerente para vencê-la. O aproveitamento das Estações Agrárias existentes é essencial para a demonstração de técnicas agrícolas eficientes mas não o é menos a criação de cooperativas-piloto que, devidamente orientadas, originariam a criação de outras e a difusão do movimento cooperativo devidamente alicerçado e apoiado, que deve ser a base de todo o desenvolvimento e reorganização do sector. Uma nova barreira surgiria aqui, representada pelo imenso e exclusivista sentimento de propriedade privada que existe nas populações rurais mas, neste aspecto, haveria que contar com o exemplo das próprias cooperativas-piloto aliado à acção pedagógica exercida nas escolas a favor da cooperação agro-pecuária, técnica essa aliás utilizada na Dinamarca pelas chamadas "escolas populares". Sem isto, a propriedade continuará a estar muito abaixo do seu mínimo rentável, com o consequente esgotamento da terra e um alarmante custo de produção. A estruturação do sector a partir das bases antes indicadas é a única que se nos apresenta viável, ainda que implique um esforço enorme. Mas ela é a condição mesma do desenvolvimento do Distrito.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O necessário emparcelamento da propriedade agrícola levaria ao afastamento de muitos braços da actividade rural e à necessidade de criar novas actividades que não a agricultura, e tal só será possível com a industrialização. [...]Dois caminhos se nos afiguram possíveis: o primeiro, partindo do estudo das possibilidades de industrialização dos produtos agrícolas e piscícolas; o segundo, com o objectivo único de criar empregos, utilizando matérias-primas importadas em regime de reexportação manufacturada. Podem assim atrair-se capitais estrangeiros, dispostos à montagem de indústrias, em qualquer país onde os impostos sejam menores e onde haja mão de obra disponível e mais barata que nos seus próprios países; é verdade que os nossos operários têm uma reduzida preparação profissional, mas é também conhecida a sua extraordinária adaptabilidade. Desde que sejam garantidas isenções tributárias por períodos razoáveis, desde que não seja exigida comparticipação portuguesa nos capitais dessas empresas, desde que os transportes marítimos não sejam condicionados a bandeiras e, pelo contrário, através do funcionamento dinâmico da administração portuária se incentive a utilização do Funchal como porto de escala e reabastecimento, estamos certos de que empresas estrangeiras aproveitariam tais vantagens, fossem elas estabelecidas de boa fé, ainda que acautelando, por processos a estudar e adaptados a cada tipo de indústria, as consequências de uma desenfreada e descontrolada invasão de capitais vultosos numa economia sub-desenvolvida. Mas não bastará uma nova concepção de ligações marítimas capazes de satisfazer cabalmente as necessidades comerciais do Arquipélago e de dar um contributo decisivo a qualquer planeamento industrial ligado à exportação, para resolver, de per si, toda a exigência de contacto com o exterior. A liberdade de utilização de diferentes companhias de navegação e um apetrechamento portuário perspectivado para o futuro, sendo condições necessárias, não são, porém, suficientes. Impõem-se escolhas mais corajosas dos meios utilizados e de consequências mais profundas na economia regional.

Um porto destina-se a servir uma determinada região geográfica e de modo algum pode ser considerado, exclusiva ou até predominantemente, como uma unidade de exploração economicamente independente do todo regional. [...]. Eis, Senhor Governador, um dos problemas primários a ser tratados por qualquer comissão de planeamento regional que venha a ser constituída, conforme o pedem as necessidades de uma economia cuja situação de descalabro e de desajustamento entre os diversos sectores (tanto privados como públicos) exige soluções globais urgentes e decisivas. E consideramos muito importante que o Planeamento Regional, não dispensando o concurso de especialistas de outras zonas do país e até estrangeiros, não prescinda da colaboração de Madeirenses ou de quaisquer outros que, pelo seu contacto prolongado com a vida local, tenham conhecimento perfeito da sua problemática.

Não restam dúvidas de que algumas das indústrias actualmente existentes necessitam de uma total renovação, como é o caso dos Bordados, enquanto outras deveriam ser, pelo menos se se considerar o seu estilo actual de actividade, como é o caso da indústria açucareira, pura e simplesmente extintas, encarando-se, entretanto, adentro das medidas de reforma agrária, as necessárias para a

substituição da cultura da cana por outro tipo de produção agrícola. No mundo actual é absurdo tentar-se produzir por qualquer custo aquilo que pode ser obtido externamente mais barato, sobretudo quando os meios empregados podem ser postos ao serviço de tarefas para todos mais produtivas. Afastada da realidade parece estar também a indústria de lacticínios, em que a atenção, orientada exclusivamente para a estruturação jurídica dos interesses em luta, negligenciou em grande parte a essencial plataforma pecuária em que a indústria necessariamente assenta. Só depois do quase colapso da produção leiteira se pensou no subsídio aos criadores de gado, na melhoria da qualidade deste e na remuneração mais compensadora da actividade.

As perguntas que surgem naturalmente serão: Porquê as soluções sempre em atraso?

Porquê a desactualização e a falta de sentido de oportunidade que já comprometeram o presente da população e fazem do futuro uma dramática incógnita que só os que gostam de enganar-se a si mesmos se recusam a admitir?

Vitalizado desde a 2ª Guerra Mundial por um aumento do poder de compra, resultante de fundos provenientes da emigração (que aliás dinamizou todos os sectores da actividade económica do Arquipélago) o comércio sofreu profundamente com as desvalorizações das moedas venezuelana e brasileira, simultâneas com restrições à saída de divisas dos países onde os emigrantes madeirenses exercem a sua actividade. Tais circunstâncias, agravadas pela inflação resultante do aumento de despesas não reprodutivas no sector público desde 1961, mais foram acentuadas pela tributação crescente que levou as empresas a uma actividade de concorrência ruinosa na luta pela sobrevivência e a uma situação de economia mais que precária, em que só os créditos bancários atrasam a desagregação total.

O comércio local, Senhor Governador, é ainda a vítima imediata dos monopólios de transporte marítimo que obtêm aumentos nos custos dos fretes com base na sua falta de rentabilidade (talvez resultante apenas da sua deficiente exploração) sem que, aparentemente, se averigue da capacidade ou incapacidade da economia local para suportar novos encargos. Tais encargos são, aliás, também chocantes no sector alfandegário, mormente quando se considera que o comércio local é sobretudo actividade importadora, sofrendo assim toda a população o impacto de mais aquele factor de inflação. Inflação que factores vários têm feito acentuar-se nos últimos anos e que tem de ser combatida nas suas causas mediatas e imediatas. E, se é evidente que combatendo as suas causas longínquas se alcançarão resultados mais salutares, estes não deixam, porém, de ser mais lentos. Razão porque, para obter-se um rápido abaixamento no custo de vida, urge combater as causas próximas da inflação através da liberalização das taxas cobradas nas alfândegas sobre produtos de primeira necessidade (num sentido lato de necessidades primárias que abrangerão a alimentação, o vestuário e os materiais de construção) e da reforma do sistema tributário que atenda, não apenas às necessidades do fisco mas sobretudo às possibilidades da população. Será legítimo pedir às empresas que não elevem os seus preços e que aumentem os salários dos seus trabalhadores quando se lhes exige o pagamento de impostos e taxas cada vez mais elevados sem, como contrapartida, criar-lhes possibilidades de expansão? E o já estafado problema do porto franco (ou zonas francas) que se arrasta há décadas, contribuindo com a radicação do actual sistema para a alta do custo de vida, para o agravamento da crise comercial e para o desvio do importante turismo de passagem para outros locais onde as facilidades concedidas são bem maiores não será ele também suficientemente importante para ser tratado como problema a resolver e não, como tem acontecido até à data em todos os escalões, apenas como um assunto de que se fala?

Perante a impossibilidade de, dentro do esquema presente, se criarem novas fontes de riqueza nos sectores tradicionais, olha-se para o turismo como a actividade que poderia ajudar a salvar a economia regional através de um afluxo de riqueza exterior que a todos beneficiária se a planificação dessa indústria fosse devidamente orientada e os seus rendimentos distribuídos com equidade.

TURISMO

Será um pouco longo este ponto, Senhor Governador, ainda que tratado em síntese. Mas quisemo-lo um pouco mais longo considerando que a sua importância para o desenvolvimento do Arquipélago é fulcral.

[...]

Donde se deduz da necessidade urgente de tomar medidas no sentido de:

a) estudar o prolongamento da pista de Santa Catarina;

b) planear a construção urgente de uma ou mais unidades hoteleiras no Porto Santo, como ponto de partida para o desenvolvimento daquela ilha e apoio à própria Madeira através da utilização daquele aeroporto. Considerando que:

C) a Madeira é, como o Algarve, uma das regiões prioritárias

d) o aeroporto de Faro já está aberto ao tráfego internacional;

e) o aeroporto de Porto Santo já se encontra em condições de receber o tráfego nocturno e, embora podendo ser alargado sem grandes encargos, já pode, na presente fase, servir aviões de grande capacidade é necessário encarar desde já a abertura deste aeroporto ao tráfego internacional, o que levaria imediatamente à escala das companhias que cruzam o Atlântico Sul. Tal passo iria necessariamente fomentar o crescimento económico local e abriria novos horizontes ao Arquipélago em geral.

2.- Mas a problemática da aviação é apenas um factor a considerar quando se fala da indústria turística. Sem acomodações não pode haver turismo. E, tendo a Madeira cerca de 1.600 camas nos hotéis e 2.600 no total, será muito boa vontade o dizer-se que se faz turismo nesta ilha. É espantoso, Senhor Governador, que ao fim de tantos anos, numa zona prioritária como é oficialmente a Madeira, o turismo ainda esteja reduzido à sua expressão mais simples e vivendo dos nomes dos mesmos hotéis de sempre e que continuam a ser a única certeza dos anos mais próximos. [...]

Só se poderá estimular o investimento através de condições lógicas, como sejam:

- Planeamento das zonas turísticas;
- Abolição da máquina burocrática que demora o estudo dos projectos. Determine-se exactamente o tempo máximo para o estudo e aprovação daqueles.
- Isenção, para os materiais de construção e equipamento hoteleiro, das taxas e impostos a que estão sujeitos na Madeira;
- Criação de tarifas especiais para o transporte desses materiais e equipamentos, de modo a que os mesmos sejam aqui colocados sensivelmente aos preços de Lisboa e Algarve;
- Aprovação dos projectos, condicionando-a à data do início da construção;
- Auxílio financeiro às Câmaras Municipais de modo a que estas possam proceder a expropriações sempre que as necessidades do fomento turístico o exijam;
- Criação de condições de financiamento, aproveitando-se a poupança particular, como já foi referido em pontos

anteriores. A efectivar-se tal política, evitar-se-ia o desvio de parte dessa mesma poupança para empreendimentos de rentabilidade duvidosa ou de base especulativa.

Aponte-se pois como indispensável a intervenção do Estado e das autarquias locais na mobilização do capital indispensável ao financiamento dos necessários hotéis na Madeira e no Porto Santo e a criação de condições aceitáveis para as empresas idóneas, nacionais e estrangeiras, que, neste caso, certamente considerarão a Madeira como uma zona de interesse para os seus investimentos.

3- Mas a Madeira regula-se por uma legislação desactualizada e parece até desconhecer-se a lei geral que regula o turismo no nosso país. O turismo na Madeira regula-se pelo decreto-lei n.º 26980, de 5 de Setembro de 1936, necessariamente desactualizado há longos anos, mas ainda inexplicavelmente em vigor, bem como pelo Regulamento das Taxas de Turismo (previsto nesse mesmo Decreto). [...]

4- E mais haveria ainda a indicar nisto, que se pode bem apelidar, Senhor Governador, de exposição das carências e da falta de capacidade de previsão e actuação: o problema do porto, a política de preços, a criação de estruturas de apoio (piscinas, diversões, espectáculos, etc.), os aspectos negativos de uma propaganda turística desactualizada, o fomento do turismo interno (com a criação de tarifas especiais), etc. Talvez, entretanto, o apontado seja suficiente, como demonstração do que se podia e devia ter feito e se não fez, para tornar realmente o turismo a primeira, e a mais florescente e a mais rica indústria da Madeira.

VI

EDUCAÇÃO E CULTURA

A situação do sector educacional do Distrito pode resumir-se, Senhor Governador, nestes poucos pontos:
Existe um número muito significativo de escolas primárias fechadas por falta de professores (a dificuldade de indicar números exactos resulta das restrições posta à informação neste sector);

- A maior parte dos edifícios escolares existentes não reúne o mínimo de condições para o ensino, estando, além disso, superlotados;
- Para uma população total superior a 200.000 habitantes existem apenas um Liceu e uma Escola Técnica, obviamente superlotados;
- A taxa de analfabetismo da população ultrapassa, segundo valores estimados, os 50%;
- Cerca de 80% dos jovens que concluem a instrução primária não prosseguem os estudos, sobretudo por razões de ordem económica;
- Não existe nenhum estabelecimento de ensino médio adaptado às necessidades da ilha (e o facto é tanto mais significativo que, sendo a economia insular de base essencialmente rural, não existe nenhuma escola agrícola média);
- As bolsas de estudo que permitem, aos jovens de fracas possibilidades económicas que terminam o curso liceal, prosseguir estudos universitários, restringem-se aos "alunos distintos" o que, por outras palavras, significa impedir, por discriminação económica, o acesso da maioria dos jovens ao ensino superior;

Além disso, os poucos estabelecimentos de ensino secundário existentes (oficiais ou particulares) localizam-se, na sua grande maioria, no Funchal ou no Sul da Ilha; pelo que o Norte da Ilha não dispõe, na prática, de nenhum estabelecimento de ensino secundário digno desse nome. Os factos, Senhor Governador, falam por si. E levam à conclusão de que a população madeirense tem estado (e continua a estar), na sua esmagadora maioria, condenada à instrução primária, que o mesmo é dizer, ao analfabetismo disfarçado e à ignorância, visto não oferecer dúvidas a ninguém de que o ensino ministrado na escola primária é hoje insuficiente para qualquer pessoa enfrentar as suas responsabilidades sociais. A partir daqui, falar de cultura e de acesso à cultura parece ridículo a maioria da população não tem acesso a qualquer tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, música ou outras).

Cabe perguntar então: Onde estarão os organismos que fomentam e coordenam a cultura e a educação das massas, e qual o papel desempenhado, por exemplo, pela rádio, pelo cinema e pelo teatro, na promoção cultural? Quais as campanhas de alfabetização que se executaram? Que se fez no sentido de criar nas pessoas preocupações culturais, libertando-as, simultaneamente, de esquemas de pensamento e hábitos de vida ancestrais e integrando-as na vida do nosso tempo?

Existirá, porventura, algum programa sério de desenvolvimento, contra o atraso, o analfabetismo, a ignorância e a incultura? Já se terá pensado em refazer um sistema de ensino que permita a todos os jovens, independentemente da sua condição social, uma instrução e educação convenientes?

Ter-se-á feito alguma tentativa de reajustamento do ensino às necessidades regionais, encarando corajosamente a sua democratização, o problema da quantidade e qualidade do professorado, a falta de equipamento e até os programas ultrapassados e contrários às necessidades do desenvolvimento integral dos jovens? Onde estarão os Centros de Cultura e Educação que serviriam para criar nas pessoas exigências e preocupações culturais, através da organização de espectáculos, bibliotecas e outros programas de acção que fossem mais de encontro às necessidades reais da população? Talvez que, neste aspecto, os subsídios oficiais necessitassem ser revistos, com o fim de se obter um rendimento mais proveitoso e favorável aos autênticos interesses da comunidade. Para além das inúmeras medidas a tomar, quanto ao sector a que nos vimos referindo, parece prioritária a necessidade de lançar uma grande campanha popular de alfabetização operação básica, de resto, para a aplicação de qualquer programa sério e honesto de desenvolvimento regional.

SAÚDE

Não será talvez exagero afirmar que, na prática, à população da ilha, sobretudo a rural, não é assegurado qualquer tipo de assistência médica digna desse nome. Ridiculamente remunerados pelas autarquias locais, os médicos fogem dos concelhos rurais para se dedicarem à clínica livre no único centro urbano do distrito. Faltam hospitais sub-regionais, faltam centros de saúde; o hospital regional continua indefinidamente à espera de acabamento por falta de verba; o hospital da Misericórdia, com capacidade de cerca de 300 camas, vê a sua lotação duplicada e, por vezes, tem de rejeitar doentes.

A medicina organizada à base dos Serviços Médico-Sociais das Caixas de Previdência, pouco tem de comum com a medicina social praticada nos países evoluídos e funciona em condições precárias, dadas as más condições de trabalho a que os médicos estão sujeitos.

Se nos referirmos à medicina especializada, o panorama é ainda mais desolador. Basta dizer, a título de exemplo, que para os 280.000 habitantes do Arquipélago existem apenas um cardiologista e um psiquiatra, não havendo nenhum neurologista. Resta perguntar o que acontece àqueles que não têm possibilidades económicas de se deslocar ao continente para se tratarem convenientemente, tendo em vista a carência de médicos especializados e a insuficiência de equipamento hospitalar.

Por outro lado, já no campo da assistência, resta apontar a situação dos hospícios e albergues existentes, todos eles de concepção ultrapassada e muitos superlotados. Se se perguntar se todos os madeirenses, qualquer que seja o seu nível económico e social, têm acesso efectivo à fruição das mais modernas e eficientes técnicas, aos mais complexos e dispendiosos métodos de diagnóstico e terapêutica, a resposta, Senhor Governador, não será decerto positiva.

HABITAÇÃO

Como Vossa Excelência decerto não desconhece em Portugal muito pouco se tem feito pela habitação referimo-nos sempre, como é óbvio, à "habitação para o maior número". À excepção da Câmara Municipal de Lisboa (que parece ser a única que possui, por lei, uma estrutura política para o problema da habitação social), o restante território nacional vê-se, neste aspecto, sujeito às contingências económicas das autarquias locais e, às vezes, até à interpretação do contexto sócio-económico dos seus administradores. Aqui e além surgem realizações de programas de habitação, quer a nível regional quer de entidades cooperativas e corporativas ou ainda entidades patronais, que constroem para os seus beneficiários e empregados; mas normalmente essas iniciativas ficam como "único exemplo". Em contrapartida abundam (em prosperidade) por todo o país, as empresas de construção, que só constroem para daí auferir, não lucros considerados justificáveis mas pura e simplesmente lucros especulativos. Os que não podem pagar rendas de especulação e representam a quase totalidade da população portuguesa abrigam-se como podem (ou não podem), destacando-se grandes bairros de lata; nascem assim, para agravamento da débil situação político-económica que provocam, situações de grave imoralidade, proveniente da promiscuidade.

[...]Mas o panorama da habitação rural, Senhor Governador, talvez seja ainda mais agudo. Nas zonas fora da orla marítima as habitações encontram-se dispersas pelas encostas e vales e a sua localização é invariavelmente determinada pelos locais de cultivo da terra, descurando os aspectos essenciais de higiene, insolação, defesa contra os desmoronamentos, etc. Não raras vezes, servem também de estábulo, tornando, se possível, ainda mais precárias as suas condições de higiene. Sem água potável na maioria das zonas rurais, estas populações são obrigadas, para prover ao seu abastecimento, a percorrer grandes distâncias a pé, por caminhos difíceis e perigosos (os mesmos que os filhos terão de percorrer para aprenderem as primeiras letras); sem electricidade ou equipamento de qualquer espécie, a habitação rural encontra ainda outros escolhos: é construída de pedra seca e sem reboco. O frio, a chuva e o vento convertem-se em novas forças incontroláveis que deprimem e arruinam física e moralmente estas populações que, até pelo estado de isolamento a que estão votadas desde há séculos, vivem na permanente descrença do mundo dos homens que as rodeiam e dos que as governam.

Mas nas vilas piscatórias o problema de habitação atinge o ponto de aviltamento. São famílias numerosas vivendo, amando, sofrendo e morrendo dentro de quatro paredes em que o tecto, por vezes, nem é verdadeiramente o abrigo da chuva e do vento.

A habitação social não pode ser equipamento residual na estrutura da Nação; e esta, relegando-a para segundo plano, pode pôr em causa a honra e a dignidade, o bem-estar e a saúde do agregado familiar. Sem uma base legal que defina, oriente e incentive a "habitação para o maior número", não é possível às autarquias locais, organismos estaduais e entidades privadas lançarem-se à resolução do grave problema da habitação social. Deste aspecto, Senhor Governador, a realidade fala por si.

VII

Há que convir em que a situação económica e social em que se encontra o Distrito, neste ano de eleições para a Assembleia Nacional, não é fácil e isso é o resultado das inúmeras carências de previsão, de planeamento, de actuação. Abandonada como esteve (e parece estar) à sua (má) sorte, a Madeira encontra-se à beira do caos económico.

A situação é de tal modo grave que nenhum cidadão desta terra pode, aqui e agora, sob pena de demissão total da sua dignidade cívica, deixar de pronunciar-se acerca do rumo que é necessário tomar para a construção de um futuro mais próspero. E em que nenhum governante pode, sob pena de demissão de responsabilidade, deixar de colocar a população perante a cruel realidade da situação presente. Os signatários outro intuito não têm que o de chamar a atenção de Vossa Excelência para os graves problemas da hora que todos atravessamos procurando, assim, assumir completamente as suas responsabilidades cívicas numa hora difícil da vida do Distrito (e da Nação). E desejam deixar mais uma vez expresso que os problemas desta hora e de todas as horas não podem deixar de ser discutidos com inteira liberdade pelos cidadãos deste Distrito (e deste País) e que a eles e só a eles cabe a escolha dos caminhos do futuro.

E ainda que, em conformidade com os desejos algumas vezes repetidos neste documento em relação à permanência do diálogo público, se reservam o direito de dar conhecimento público do texto do mesmo para o que solicitam a actuação pessoal de Vossa Excelência junto dos serviços locais de Censura para a sua divulgação através da Imprensa.

Funchal, 22 de Abril de 1969

Lista assinaturas: António Egídio Fernandes Loja (Comerciante), Maria Élia Ramos de Brito Câmara (Proprietária), José Manuel Barroso (Jornalista), António Manuel Sales Caldeira (Advogado), Marcelo Luís C. Lima Costa (Arquitecto), Rui Faria Nepomuceno (Advogado), Amândio Manuel Abreu de Sousa (Escultor), Helena Marques (Jornalista), Wiea Meijer Loja, Aires Rodrigues Freitas de Albuquerque (Comerciante), Maria Emília Sales Caldeira Barroso (Advogada), Artur Pestana Andrade (Músico), Maria Eduarda Tomás de Sousa Costa,Vicente Jorge L. Gomes da Silva (Jornalista), João da Cruz Nunes (Sacerdote Católico), António Alberto Faria França Jardim (Médico), João Felipe da Câmara Costa Coutinho (Técnico de Contas), João Fernandes Moniz (Comerciante), Manuel Fernandes (Comerciante), José Onofre Nunes (Comerciante), António Eleutério Silva (Empregado de Escritório), João Justino Fernandes dos Ramos (Agricultor), Manuel Paulo Sá Brás (Desenhador), António Ramos Teixeira da Silva (Sacerdote Católico), António Henrique Fernandes Sampaio (Empregado de Escritório), João Arnaldo Rufino da Silva (Sacerdote Católico), Gabriel Lino Cabral (Sacerdote Católico), Anjos Teixeira (Escultor), António Alberto Monteiro de Aguiar (Empregado de Escritório), Maria

Clarisse Ramos de Canha (Empregada Comercial), Maria Inês Marques (Empregada de Escritório), Maria Magda Vieira Gonçalves (Empregada de Escritório), Maria Salomé Vieira Pereira (Operária), José Maria Araújo (Operário), Fernando Macedo de Azeredo Pais (Médico), Natália Pais Pita (Professora do Ensino Secundário), Manuel Pestana Andrade (Comerciante), Gabriel Trigo Pereira (Gerente da Indústria Hoteleira), Secundino Casto Teixeira (Empregado Comercial)

[Carta a um Governador. 22 de abril de 1969, Funchal, 1994 (Reedição por António Loja)]

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA

BRAZÃO, Maria Elisa de França, e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira, 1931*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura e Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1994.

COSTA LIMA, J. A., "Salazar na Madeira. Uma nótula histórica", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, P. 26.

DIONÍSIO, Fátima Pitta, "A Revolução da Madeira de 1931", *Atlântico*, N.º 9, Primavera de 1987, pp.43-59.

- "As Conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira - 1925", *Islenha*, N.º 20, Janeiro-Junho de 1997, pp. 73-82.
- "O Integralista Ernesto Gonçalves e o Estado Novo", *Islenha*, N.º 18, Janeiro-Junho de 1996, pp. 154-158.

GONÇALVES, José António, "Biografia Joaquim Pestana", *Girão*, 1990, Nº 4, pp.125-128.
- "Antologia. Excertos da obra de Joaquim Pestana", *Girão*, 1990, Nº 4, pp.129-130.

FERRONHA, António Luís Alves, "Revolta na Madeira" 1931, *Atlântico*, 1987, Nº 12, pp.303-308.
Inauguração do Estádio dos Barreiros, Funchal, JGDAF, 1957.

JANES, Emanuel, *Nacionalismo e Nacionlistas na Madeira nos anos Trinta (1928-1936),* Funchal, CEHA, 1997.

LEITE, José Guilherme Reis, "A Autonomia das ilhas Atlânticas os Açores e a Madeira A experiência açoriana do século XIX", I *Colóquio Internacional de História da Madeira* 1990 p. 388.
-"O 2º movimento autonomista açoriano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento", in II *Colóquio Internacional de História da Madeira*, pp. 877-883.

NEPOMUCENO, Rui, *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, pp. 175-208.

PESTANA, Eduardo Antonino, *Ilha da Madeira*, II volume, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1970.

PITA, Gabriel de Jesus, "Decadência e queda da Iª Republica, analisada na imprensa madeirense da época", 1ª parte, revista *Atlântico*, N.º 3, Outono de 1985, pp. 194-208.
- "Decadência e queda da I.ª República, analisada na imprensa madeirense da época", 2ª parte, revista *Atlântico*, N.º 5, Primavera de 1986, pp. 37-50.

SOARES, João, *A Revolta da Madeira*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1979.

SOUSA, Luís, "Quirino de Jesus, Ideólogo do Estado Novo?", *Atlântico*, N.º 19, Outono de 1989, pp. 209-219.

VERÍSSIMO, Nelson, "Ernesto Gonçalves e o Integralismo Lusitano", *Islenha*, N.º 8, Janeiro-Junho de 1991, pp. 23-30.
- Autonomia Insular: "O Debate na Primavera Marcelista", *Islenha*, N.º 9, 1991, 5-20.

VIEIRA, Augusto Elmano, *O Presidente Carmona na Madeira (Dez Horas Maravilhosas de História Insular), 13 de Julho de 1938*, Funchal, Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 1942.

2. MONUMENTOS

Palácio da Justiça[1962], Alfândega do Funchal[1962], Guarda Fiscal[1966], Edifício da Capitania[1950], Banco de Portugal, Mercado dos Lavradores, Escola Industrial e Comercial do Funchal(Escola Secundária Francisco Franco)[1958], Rotunda do Infante[1948], Liceu Nacional do Funchal(Escola Secundária Jaime Moniz)[1946], Edifício da Caixa de Previdência[1971], Hospital Distrital do Funchal[1973], Sanatório Dr. João de Almada[1940], Estádio dos Barreiros[1957], ILMA- Indústria de Lacticínios da Madeira[1972], Edifício dos Correios, Paços do Concelho de Santana[1958], Edifício da Comissão de Aproveitamentos Hidráulicos(Empresa de Electricidade da Madeira)[1956], Edifício do Banco de Portugal[1940]

3. ESTÁTUAS E BUSTOS

Américo Thomaz (Leopoldo de Almeida, Emp. Electricidade da Madeira), Eduardo Arantes e Oliveira [Vasco da

Conceição, Emp. Electricidade da Madeira], João Abel de Freitas[Francisco Franco, Avenida Arriaga], Semeador[Francisco Franco, Parque Santa Catarina], António de Oliveira Salazar[Francisco Franco, Museu Henrique e Francisco Franco], Justiça[de António Duarte, Palácio da Justiça]

Obs. Veja-se: José de Sainz-Tureva e outros, *Esculturas da Região Autónoma da Madeira. Inventário*, Funchal, 1996.
Miguel José Afonso, *Flora e Arte nos Espaços Verdes*, Funchal, 1993.

4. RUAS

FUNCHAL: Rua da Carreira(Rua Dr. Vieira), Rua do Bispo(Rua Gomes Freire), Estrada Dr. João Abel de Freitas, Rua Dr. Fernão de Ornelas, Rua Dr. Juvenal, Rua Dr. Favila, Rua Major Reis Gomes, Rua Dr. Fernão de Ornelas.

P. SANTO: Rua Dr. Vieira de Castro

11 – REVOLTAS E MOTINS POPULARES



Monumento evocativo da Revolta da Madeira de 1931, do escultor Ricardo Velosa, inaugurado em 1991

TEMAS

1.1 – Revoltas e motins populares

Para saber mais ...

- A Revolta da Farinha
- A Revolta da Madeira de 4 de Abril de 1931
- A Revolta do Leite

TEMAS DE DESTAQUE:

- *A revolta de 1641*
- *Manifestação popular em 1822*

PERSONALIDADES

- Coronel Silva Leal
- General Sousa Dias

CONCEITOS

- Revolta
- Presídio
- Motim
- Revolta da Parreca
- Imposto ad valorem
- Revolta da Pedrada
- Revolta da Farinha
- Revolta do Leite

CRONOLOGIA

ANOS	1553	1626	1641	1668	1694	1755
Revoltas	Contra Fernão Bravo e Filipa Nunes, tidos como profetas, no Porto Santo	Soldados contra o provedor da Fazenda.	O povo contra o juiz Luís Fernandes de Oliveira por ser castelhano.	Contra o governador D. Francisco de Mascarenhas	Contra William Bolton devido ao preço da farinha.	Do povo em defesa dos baldios do Paul da Serra.

ANOS	1821	1846	1868	1870	1884	1887
Revoltas	Contra o governador Sebastião Botelho.	Contra o Reverendo Kalley, pastor protestante.	Revolta da Pedrada devido à disputa eleitoral.	Revolta em Machico por motivos sociais e políticos.	Revolta na Ribeira Brava devido à disputa eleitoral.	Revolta da Parreca devido à reforma administrativa.

ANOS	1894	1905	1924	1931 (Fevereiro)	1931 (Abril)	1936
Revoltas	Levantamento junto ao cais devido à coléra morbus.	Levantamento contra o Dr. Balbino Rego, protestante.	Devido ao imposto ad valorem.	Revolta da Farinha devido ao monopólio e especulação.	Revolta política e militar contra a ditadura.	Revolta do Leite devido ao monopólio.

A REVOLTA DE 1641

"No dia 25 de Janeiro de 1641, foi o povo desta ilha, à Câmara, com grande tumulto, e lançando fora o juiz Luís Fernandes de Oliveira, por ser castelhano; fez novo juiz, procurador do concelho, um vereador e almotacel. E passando depois, à casa do escrivão da Câmara, Paio Rodrigues Paes da Cunha, que estava suspenso, por culpas, o fizeram servir o seu ofício, lançando fora o serventuário Manuel Teixeira Pereira.

O mesmo povo prendeu a Manuel da Cea e um seu sobrinho, por falarem, de novo, no tributo que estava já levantado, e os matariam, sem dúvida, a não ser o governador e o bispo e o cabido: Passaram depois à Alfândega, e lançando fora o provedor Manuel Vieira Cardoso, obrigaram a servir o dito cargo, a João Rodrigues de Teive, que, sendo morador em Nossa Senhora do Calhau, o foram buscar, e o trouxeram descomposto, sem espada, nem adaga, de tal sorte que, passando pela dita Igreja, e querendo recolher-se a ela, com pretexto de fazer oração, o não consentiu o povo; e chegando à Alfândega e achando as portas fechadas, quiseram quebrá-las e matar o porteiro: ali, o apelidaram provedor, com a comunicação de o matarem, no caso do Teive, não aceitar; e vindo recado da parte do governador e bispo que aceitasse, e com efeito aceitou.

Depois do que, subiu o povo, com furor, e entrando nas casas do provedor Manuel Vieira Cardoso, com intento de o matar o não fez, por se ter recolhido a casa do bispo; e com cólera lhe mataram uns pássaros e um papagaio; e só se acomodou, com a chegada do governador e bispo e oficiais da Câmara, mas não saiu a populaça sem o juiz mandar tomar inventário dos bens do provedor expulso, pelo escrivão do judicial, Gervásio Pacheco Andrade .

Finalmente, aceitou o dito novo provedor, e sendo alta noite, foi o povo com ele, a sua casa, para dispor dos seus bens e negócios, apelidando-o, sempre, provedor, e com isto, tudo ficou em sossego e de tudo se fizeram os autos e assentos constantes do L.° 4.° do registo da Antiga Provedoria".[Alberto Artur Sarmento, *Documentos & notas sobre a época de d. João IV na Madeira. 1640-1656*, Funchal, 1940, pp.XVIII-XIX]

Revoltas e motins populares

A História da ilha regista inúmeros motins populares. A rebeldia do madeirense face às imposições do reino valeu-lhe, por parte das autoridades do continente, o epíteto de desordeiro. Na memória de muitos estão presentes as revoltas que ocorreram no século XX e destas quase sempre refere-se só a da Farinha (1931) e do Leite (1936), ignorando-se todas as outras convulsões, como a do imposto *ad valorem* (1924) e as de carácter político que aconteceram durante o século XIX.

No decurso dos cinco séculos de História assinalam-se outros motins, pautados por reivindicações de ordem económica, por inimizade e afrontamento à arrogância das autoridades, em pleno fulgor das campanhas eleitorais e por questões sociais e políticas. A resposta a isto, até ao século dezanove, foi a presença do braço implacável dos corregedores ou desembargadores enviados com alçada à ilha. Sempre que acontecia alguma perturbação da ordem pública a sua presença fazia-se sentir no imediato. A Revolução Liberal trouxe-nos a novidade da actuação repressiva de forças militares enviadas de propósito da metrópole, e que por vezes acabaram por estar na origem de novas revoltas, como sucedeu com a "revolta da Madeira" em 1931. É de registar ainda que a forma de repressão aos revoltosos, deixou de ser a prisão no Limoeiro em Lisboa, mas o desterro para os Açores, Cabo Verde ou Angola.

O mais antigo motim registado nos anais da História aconteceu no Porto Santo. Em 1553 Fernão Bravo e Filipa Nunes anunciam-se como profetas, arrastando consigo a maioria da população. Isto motivou um levantamento popular que obrigou as autoridades a intervir. Para a História ficaram conhecidos como os profetas do Porto Santo e os portossantenses não mais se livraram deste estigma.

As dificuldades de abastecimento de cereais a partir da década de setenta do século XV conduziram a inúmeras convulsões sociais no meio urbano. A situação agravou-se em princípios do século XVII com a presença de uma força espanhola, conhecida como do presídio. O não pagamento do soldo a estes soldados levou a diversos de que ficou memória o de 1626 contra o provedor da fazenda. A política especulativa dos mercadores ingleses na distribuição das farinhas e cereais conduziu a outra convulsão social em 1694 sendo o principal alvo o mercador inglês William Bolton.

As convulsões de carácter político rebentaram em 1641 com a restauração da monarquia portuguesa. Os populares adeptos do novo rei manifestaram-se publicamente e de forma violenta contra os vereadores e funcionários das instituições régias no activo, fervorosos adeptos da causa Castelhana.

A 18 de Setembro de 1668 surgiu outro motim de carácter

político tendo como alvo o governador, D. Francisco de Mascarenhas. Preso quando se dirigia para a quinta dos jesuítas em Água de Mel foi expulso da ilha colocando os populares no seu lugar o fidalgo Aires de Ornelas e Vasconcelos. Da sindicância resultou a prisão e degredo de algumas personalidades madeirenses.

No século dezoito assinala-se a revolta rural em defesa dos baldios do Paul da Serra, que se apresentavam de grande utilidade para as populações vizinhas. Em 1755 a pretensão de domínio pelo Estado do planalto causou tumultos nas vilas da Calheta, Ponta do Sol e S. Vicente. As populações tinham perfeita consciência dos seus interesses não se coibindo em sair à rua defende-los.

As convulsões de carácter político tiveram lugar predilecto a partir de 1821 com a Revolução Liberal. O próprio acontecimento ocorrido no Porto a 24 de Agosto de 1820 e de que só chegou notícia a 25 de Setembro conduziu em 28 de Janeiro de 1821 a uma manifestação popular contra o então Governador, Sebastião Xavier Botelho.

O debate político, o afrontamento dos diversos grupos e partidos foram o mote para o confronto. O período que decorre até 1834 pode ser considerado de permanente convulsão no reino e ilha. Os distúrbios civis ou com a intervenção dos militares foram uma constante até finais do século, repercutindo a situação do reino. Em 1829 revoltaram-se os militares e em 1834, 1847, 1868 fizeram-se sentir na ilha os ecos das convulsões do reino.

A Revolta da Maria da Fonte(1846) teve também a sua versão madeirense que ocorreu a 29 de Abril com um pronunciamento das tropas da guarnição. Estes proclamaram a Junta do Porto e criaram na uma Junta Governativa local, com um presidente, vice-presidente e Secretário, de pouca duração, pois foi dissolvida a 14 de Julho. O então governador civil, José Silvestre Ribeiro, colocou-se ao abrigo dos ingleses. Estes, pela posição privilegiada que detinham na ilha eram respeitados pelos revoltosos sendo por isso o refúgio para ambas as partes nestas situações.

Os actos eleitorais foram momentos de verdadeiro combate político, ocorrendo quase sempre motins na hora da votação, provocados pelos adeptos ou chefes dos vários partidos ao nível regional, que se confundiam com a convulsão política; foi o que ocorreu a 8 de Março de 1868, com a conhecida como a "revolta da pedrada". O acto eleitoral acirrou os ânimos entre os adeptos dos partidos Popular e Fusionista. Daqui resultou a revolta popular contra a aplicação do decreto sobre o sistema métrico decimal e a abolição do imposto indirecto sobre a eira e lagar que haviam sido substituídos pela contribuição predial. A 1 de Maio de 1870 houve uma rebelião em Machico com alguns mortos. Já as eleições de 29 de Junho de 1884 levaram os desacatos e morte à freguesia da Ribeira Brava.

A Revolução Liberal implicou a reforma da estrutura admi

Manifestação popular (1822)

O Heroísmo Lusitano não podia ser um objecto indiferente a cem mil peitos Portugueses. Apenas os Habitantes da Madeira houveram notícia da Nobre, e Heróica Resolução, que adoptou a Cidade do Porto, tão felizmente seguida pela de Lisboa, e com incrível avidez abraçada pelos Habitantes de todo o Reino de Portugal, seus Corações se decidiram pela santa, e justa Causa, que deve um dia fazer venturoso o Povo Português, digno da melhor sorte, restituindo-lhe seus foros esquecidos, sua Dignidade aviltada e sua Representação quase desvanecida. Sim, Excelentíssimos Senhores, os Habitantes da Madeira foram sensíveis ao venturoso futuro, que os esperava, como firmes nos projectos, que desde logo conceberam. O tempo, que desde então decorreu, não fez que consolidar os sinceros votos, com que os nossos Compatriotas ambicionavam o momento, em que franqueassem seus desejos. Era pelos Céus destinado o memorável dia 28 do corrente, em que à Cidade do Funchal se preparava o mais grato espectáculo. Seriam onze horas daquele dia, quando nos dirigimos ao Palácio do Governador, e certificando-o da nossa missão lhe ponderámos que o Povo esperava o deferimento favorável ao meio dia no Passeio Público. Nossa resolução se fez notória a toda a Cidade; seis para sete mil Habitantes de todas as Classes nos esperavam no Passeio, e largo do Chafariz vizinho ao Palácio, quando, sem esperarem nossa saída, romperam em vivas, aclamando com o mais enérgico entusiasmo a Sua Majestade, o Governo, de que Vossas Excelências tem felizmente as rédeas, as Cortes, a Constituição, que elas fizerem, e nossa Santa Religião; ao que cedendo o Governador, subiu á Praça connosco, e acompanhado de todo o Estado-Maior, com todos repetiu iguais aclamações por muito tempo, dando não equivoca prova de que seu coração Português jamais estivera de acordo com o que dele exigia seu Ministério. Efectivamente todo o Povo, e o dito Governador por entre vivas, e aclamações se dirigiram á Catedral, e cantando-se um Te Deum, terminou aquela religiosa cena com o Hino Patriótico, e logo todos se dirigiram aos Paços da Câmara, onde se fez o solene Auto, e se prestou pelo General, Autoridades Civis, Eclesiásticas, e Militares o juramento de Fidelidade a El-Rei Nosso Amado Soberano, ao Governo Supremo de Portugal, ás Cortes, á Constituição, que elas fizerem, conservada nossa Santa Religião e Dinastia da Casa de Bragança; continuando todos os Empregados Públicos, e outras Pessoas da Nobreza, Clero, e Povo a prestar igual juramento até ás cinco horas da tarde. [*Notícias Oficiaes recebidas da ilha da Madeira* (folheto), Lisboa, 1822]

nistrativa. Por decreto de 18 de Julho de 1835 criaram-se as Juntas de Paróquia. Mas estas não funcionaram em muitos dos casos e apenas com a promulgação do Código Administrativo de 1886 se pretendeu implantar a referida estrutura na ilha. O temor popular de que fossem portadoras de novos impostos conduziu a motins populares, aquando das eleições para as mesmas, que ficaram conhecidos como a *Parreca*. Os desacatos aconteceram por toda a ilha entre 1887 e 1888, com especial incidência no Faial, Caniço, Ponta de Sol, Santana, obrigando ao envio de batalhões militares dos Açores e Lisboa.

Em S. Vicente o resultado disto foi a queima de toda a documentação do Arquivo Municipal, perdendo-se irremediavelmente tudo o que estava aí depositado e a não concretização do acto eleitoral para as juntas de paróquia em Ponta Delgada e Boaventura.

Em qualquer uma destas convulsões os agitadores políticos serviram-se dos argumentos que mais faziam alimentar o descontentamento popular. Os opressivos impostos foram no último quartel do século o principal rastilho das convulsões que ocorreram em 1880, 1897 e 1899.

A centúria oitocentista terminou sob o espectro da morte com o avanço da cólera-morbus. Em 1894 a fúria popular aconteceu à entrada da cidade com a chegada dos passageiros do vapor Funchal, vindo de Lisboa onde se dizia já grassava a doença. A doença alastrou a partir de Novembro de 1905 obrigando as autoridades a isolar os doentes no Lazareto, considerado as masmorras da morte. Correram na cidade vários boatos sobre o isolamento a que estavam a submeter os doentes. Isto foi o rastilho suficiente para acender nova revolta dos populares a 7 de Janeiro de 1906. Abriram-se as portas do Lazareto e perseguiu-se o principal responsável, o Dr. Balbino Rego. Episódio semelhante havia já ocorrido em 1846 com o Dr. Robert Reid Kalley, perseguido pela populaça por propagandear o calvinismo.

Os primeiros trinta anos do século vinte podem ser considerados momentos de redobrada agitação social. Primeiro tivemos a instabilidade resultante da ordem governamental que determinou em Abril de 1911 o encerramento das fábricas de aguardente. Em S. Vicente a Câmara a 20 de Março solicitou a revogação desta medida pelos receios da ira popular mas a resposta do governo foi o envio em segredo de uma força militar que não impediu que a revolta acontecesse.

Em 1924 as câmaras decidiram lançar um imposto "ad-valorem" com o intuito de custear as despesas e garantir o necessário equilíbrio orçamental. Esta faculdade fora concedida por lei

CRONOLOGIA DOS TUMULTOS POPULARES DA PARRECA:

1887/Outubro/23: Gaula

1887/Novembro/20: Caniço

1887/Dezembro: Campanário, Ribeira Brava, Porto Moniz, Faial, S. Jorge e Boaventura

1888/Janeiro/1: Arco da Calheta, Tabúa, Porto da Cruz, Madalena do Mar

1888/Janeiro/2: Fajã da Ovelha, Prazeres, Estreito da Calheta, Curral das Freiras.

1888/Janeiro/5: Canhas, Ponta de Sol

Soube-se então que faziam
Milhares de judiarias
Aos doentes que entravam
P´ras negras enfermarias
Do Lazareto tornado
Casa de patifarias

O dr Balbino Rego
Mal haja quem se lembrou
Mandá-lo p'ra nossa terra,
Um tirano que inventou
A peste que a todos mata
E só a ele o não matou;
Ou aqui houve mandinga;
Ou a peste assassinou...

Ao infame lazareto
Vão a 7 de Janeiro
Soldados e populares,
não deixando nada inteiro,
Coisas de muito dinheiro
O povo estava farto
De tanto pantomineiro

[Manuel Gonçalves, *Versos*, Funchal, 1994, pp.121-122]

de 1920. O imposto de 3% incidia sobre todos os produtos exportados do concelho para fora da Ilha: vimes, cana, carne, coiros, peles, cereais, vinho aguardente, aves, batata , lenha, madeira, nata, manteiga e bordados. De novo explodiu a ira popular em S. Vicente, Câmara de Lobos e Ribeira Brava, obrigando as vereações a acabarem com este imposto. O motim de S. Vicente ocorreu a 10 de Junho, incentivado por moradores da Boaventura, que marcharam até à sede do concelho para reclamar contra o novo imposto e obrigatoriedade de uso da cédula pessoal, estabelecida em 1921.

As convulsões terminaram na década de trinta com a mais conhecida revolta dos madeirenses que marcaram a época contemporânea. Os problemas económicos decorrentes das dificuldades de abastecimento cerealífero estão na origem da convulsão. Em 1921 foi o aumento do preço da farinha e em 1931 o decreto que estabelecia o monopólio da moagem, que desencadearam a revolta popular em Fevereiro que provocou a dos militares a 4 de Abril. De novo em 1936 um decreto regulador dos lacticínios viria a lançar o alvoroço em muitas das freguesias rurais, encerrando esta página tormentosa das revoltas e motins, pois a repressão do Estado Novo fizeram esmorecer o espírito reivindicativo do madeirense.

O movimento revolucionário madeirense de 1931 assegurou um posicionamento distinto ao arquipélago no contexto nacional, obrigando as autoridades a dar mais atenção às reivindicações dos madeirenses. Se por um lado houve algumas represálias das autoridades, onerando os impostos para cobrir as despesas do envio das forças pacificadoras, como foi o caso do adicional de 5% em 1936, por outro, obrigou o Estado a atender a algumas das mais prementes reclamações. São exemplo disso as obras do porto, os aproveitamentos hidráulicos e a abertura de novas estradas.



Assalto às moagens: Fevereiro de 1931
[Perestrellos. Museu de Photographia Vicentes]

CARTA DE SALAZAR

"Desde a extrema-direita à esquerda, se ainda há disso na política daí, desde os bons conservadores aos revolucionários ou cons piradores de profissão, desde os católicos aos indiferentes e aos ateus todos em comovedora unanimidade assentaram ou estão assentando em que a Madeira é uma "filha enjeitada". (...).

E porque compreendo esse fenómeno, é que a Madeira continua sendo tratada como terra civilizada e com paciência, ao menos enquanto se não desmandarem demais. Porque, se o fizerem, é conveniente não esperar a doçura da repressão usada da outra vez (...).

Todos os partidários da autonomia supuseram que esta consistia simplesmente na liberdade de gastar, dando o poder central quanto fosse necessário para isso (...).

A autonomia não é autonomia de gastar, mas de administrar um património ou uma receita, tirando de um ou de outra o maior rendimento. Do facto de a receita não chegar para tudo o que apetece ou há mesmo necessidade de fazer, não se segue que é ao Governo que incumbe cobrir as diferenças (...)."
[1935/Maio/23: Carta da Salazar ao Presidente da Junta Geral, Dr. João Abel de Freitas]



Re-nhau-nhau. 24 de Janeiro de 1931



Re-nhau-nhau. 14 de Abril de 1931

Para saber mais...

A Revolta da Farinha



O Monopólio das farinhas na visão do Re-nhauhau.


Assalto às moagens [Perestrellos. Museu de Photographia Vicentes]

A ilha foi desde finais do século XV deficitária no abastecimento de cereais, necessitando de importar a quase totalidade do que consumia. Este *défice* crónico de cereais condicionou a forma de vida dos madeirenses, sujeitando a sua dieta alimentar às contingências das guerras e do mercado.

As autoridades sempre mostraram uma preocupação redobrada com o abastecimento de cereais. A República não foi capaz de resolver os problemas decorrentes do regime cerealífero e em 1915 teve lugar o primeiro motim contra a situação estabelecida pelo decreto de 30 de Junho de 1906. Os motins continuaram em 1920 sendo o principal alvo da ira dos populares os moageiros. Por decreto de 1923 extinguiu-se o sistema de monopólio. A publicação a 13 de Novembro de um novo decreto, que onerava as farinhas e trigo com imposto, fez avivar os ânimos dos populares. Em 1921 foi o aumento do preço da farinha e já em 1931 foi c decreto que estabelecia o monopólio da importação que conduziu à revolta popular em Fevereiro e provocou a dos militares a 4 de Abril.

O decreto nº.19273, de 26 de Janeiro de 1931, que ficou conhecido como o *decreto da fome*, acabou com a livre importação de trigo e farinhas, ficando entregue em regime de monopólio a um grupo de moageiros. Todos reclamaram contra o novo regime cerealífero em manifestação pública a 29 de Janeiro. Nada demoveu o governo central e a divulgação do decreto na imprensa local a 4 de Fevereiro foi o rastilho da rebelião popular. Os motins alastraram-se na cidade e perduraram até 9 de Fevereiro. Os populares saquearam as moagens, sendo a Companhia Insular de Moinhos o alvo principal. Deste assalto do dia 6 de Fevereiro resultaram 5 mortos e muitos feridos.

O próprio Governador militar, o coronel José Maria de Freitas, em nota oficiosa de 5 de Fevereiro havia-se manifestado desfavorável ao decreto. O decreto foi suspenso, mas os madeirenses ficaram sujeitos, a partir do dia 9 de Fevereiro, à represália do governo central, através do coronel Silva Leal, Delegado Especial do Governo, acometido de poderes administrativos e militares, que chegou à ilha à frente de uma força militar e com poderes discricionários para proceder a prisões e deportações.

O clima de terror, perseguição e deportação de alguns militares presentes na ilha fez com que alguns militares se antecipassem à saída do cruzador "Vasco da Gama" com os deportados, e à rebelião que se preparava a nível nacional, dando-se assim, a *Revolta da Madeira* a 4 de Abril de 1931.

A Revolta da Madeira de 4 de abril de 1931



NOTICIAS DA MADEIRA

DIARIO REPUBLICANO

NA HORA GRANDE!!!

PELA REPÚBLICA!
PELA MADEIRA!
POR PORTUGAL!

A MADEIRA

A MADEIRA EM GUERRA

HAJA FÉ!



A Junta Revolucionária: Carlos Vilhena, Camões, Hasse Ferreira, Fernando Freiria, Sousa Dias, Bragança Parreira, Mendes dos Reis, Filipe de Sousa, Augusto Casimiro, Sebastião Costa

A Revolta da Madeira de 4 de Abril de 1931 tem sido alvo da atenção dos políticos e estudiosos. O 25 de Abril de 1974 retirou-lhe o estigma que impedia o estudo e divulgação. Nos anais da História da Ditadura e da luta antifascista o evento assume uma posição de relevo, pois foi o único momento da História Contemporânea que até hoje mereceu honras da historiografia nacional. Esta foi, aliás, entre as todas as revoltas contra a ditadura a que teve mais impacto nacional e internacional. Durante cerca de um mês, de 4 de abril e 3 de Maio de 1931, esteve em pleno exercício de funções um governo provisório na Madeira.

A sua proximidade com a da farinha, de 6 de Fevereiro do mesmo ano, é geradora de confusões. Na verdade estamos perante dois acontecimentos distintos. Em Fevereiro ocorreu a revolta popular e espontânea dos madeirenses contra o decreto regulamentador do sistema de moagens, que segundo interpretação generalizada pretendia estabelecer o monopólio no sector.

Foi, no seguimento destes acontecimentos, nomeadamente a repressão contra os populares e militares participantes nos tumultos pela força especial, sob o comando do Coronel Silva Leal, que aconteceu a 4 de Abril a chamada revolta da Madeira. Este movimento contra a Ditadura vinha a ser preparado há muito tempo. A deportação eminente de alguns intervenientes na revolta da farinha fez apressar os acontecimentos na Madeira, que apenas foram secundados nos Açores e na Guiné. Todo o processo foi preparado pelos deportados políticos republicanos com a adesão de militares da força especial do Coronel Silva Leal e contou com a adesão dos madeirenses.

A revolta da Madeira não foi um fenómeno isolado, enquadrando-se na contestação generalizada de alguns sectores militares e civis ao regime saído de 28 de Maio de 1926.

Para a correcta leitura destes acontecimentos deve ter-se em conta a conjuntura de crise generalizada e do facto do Funchal ter sido escolhido pelo governo como um dos locais de deportação dos civis e militares participantes nas inúmeras convulsões que aconteceram a partir de 1926.

Após 28 dias(de 4 de Abril a 3 de Maio) de liberdade, regressou tudo à normalidade do regime. Contaram-se os mortos, inventariaram-se os danos e as despesas. Aos revoltosos impuseram-se penas de deportação e demissão dos cargos.



Manifestação. Fev. 1931 [Perestrellos. Museu de Photographia Vicentes]

"A Madeira, ilha do Sol, baluarte da Liberdade; pode orgulhar-se de ter escrito em letras de oiro na sua história, o seu maior e mais glorioso feito.

Bendito o dia 4 de Abril de 1931, dia da ressurreição da liberdade" [Luís Marino, *A Batalha*, nº40, 1931, publ. por João Soares, *A Revolta da Madeira. Documentos*, Lisboa, 1979, pp.148]



Militares. [Perestrellos. Museu de Photographia Vicentes]



O general Sousa Dias. Encontrava-se deportado na Madeira por participação em Fevereiro de 1927 no movimento revolucionário no continente. Foi chefe da Junta Militar que assumiu o comando após a revolta de 4 de Abril. Terminada a "República" da Madeira foi demitido do exército em 12 de Maio de 1931 e deportado para Cabo Verde onde morreu a 27 de Abril de 1934.

O "sucesso" da Revolta da Madeira foi resultado da empatia que contagiou os militares de Caçadores 5, os deportados do Lazareto, os republicanos madeirenses, e a maioria da população funchalense. Apenas o aparato do poder militar do regime desfez tudo e cedo se reconheceu que, por falta da solidariedade externa, estávamos perante uma aventura. A rendição é incondicional. A força da razão e das convicções cederam à força das armas. O objectivo imediato desta efémera "República da Madeira" foi o de resolver os problemas económico-sociais que fustigavam a ilha e o de restaurar o sistema constitucional no continente. Faltou-lhe um programa político e capacidade para resolver outras questões mais prementes da ilha, que não podiam ficar pelo simples enunciado e publicação de decretos.

A publicação do *Notícias da Madeira*, durante o período da revolta evidencia a preocupação dos revoltosos em criar uma opinião pública favorável às mudanças que se pretendia fazer.

Na voz do coronel Pimenta de Castro, encarregado de sindicância o sucedido, a principal razão da revolta segundo o testemunho dos intervenientes ouvidos foi a má administração do Governador Civil e do Delegado especial, que fez desencadear todo o processo.

A Revolta da Madeira foi o princípio do fim do movimento contra a ditadura, que ficou conhecido como o "reviralho". Os opositores ao governo, divididos quanto à política e estratégia revolucionária, não souberam aproveitar o clima gerado pela Revolta da Madeira adiando a possibilidade de mudança. Este facto marcou, ainda, o início de uma nova atitude face aos opositores ao regime, que conduziu à criação do campo de deportação no Tarrafal. Para a Madeira, o apagamento do ideal autonómico da década de vinte, bem como algumas represálias de ordem económico-financeira aparecem como as principais consequências.



Movimentação popular junto ao Pilar de Banger. [Pub. Maria Eliza de França Brazão, *A Revolta da Madeira – 1931*, DRAC.1994]

"Os oficiais que constituem a Guarnição militar da Madeira, mais uma vez afirmando o seu lealismo à Pátria Portuguesa e à República, usando do direito que decorre da sua atitude de franca e aberta hostilidade ao regime de violências com que eles mesmos terminaram, decretam, para valer como lei, enquanto em Portugal se não constitui um Governo que garanta as Liberdades Públicas, o seguinte:

Art.º 1º- é confiado ao General Adalberto Gastão de Sousa Dias a plenitude do Poder Executivo e Legislativo que acumulará com o Comando Militar da Madeira, com o título de General Comandante em Chefe e Governador da Madeira.

Art.º 2º- São criados dois sub-secretariados Gerais de Economia Pública e do Comércio e Comunicações".

[Decreto n.º 1 de 10 de Abril de 1931, Assinado por Sousa Dias, publ. por João Soares, *A Revolta da Madeira. Documentos*, Lisboa, 1979, pp.48-49]

OS ACONTECIMENTOS

1931

Janeiro: 26 - O governo aprova o decreto nº.19273, conhecido como o decreto da fome.

Janeiro: 29 - Manifestações populares contra o decreto.

Fevereiro: 4 – Greve geral na cidade contra o decreto, com o assalto às moagens, no dia seguinte.

Abril: 4 –

às 7 h. de Sábado da Aleluia, os militares de Caçadores 5 e de Metralhadoras 1 tomam o Palácio de S. Lourenço, prendem o Governador Civil. O General Sousa Dias é convidado a assumir o comando das forças revolucionárias.

às **18h:** manifestação popular de apoio à revolta.

É formado um governo militar, presidido por Sousa Dias.

Abril: 7 - Como represália, o Conselho de Ministros aprova o decreto de encerramento dos portos da Madeira.

Abril: 8 - Publica-se o primeiro número do jornal *Notícias da Madeira*, o porta-voz das forças revolucionárias. Início da revolta nos Açores.

Abril: 11- publica-se o primeiro número do *Boletim Oficial*.

Abril: 14 - A Junta revoga o decreto sobre o monopólio das farinhas e concede uma moratória de 90 dias para os créditos bancários.

Abril: 16 - início das obras de melhoramento do porto. Exercícios militares no Funchal.

Abril: 17 - revolta na Guiné.

Abril: 18 - rendição dos Açores às forças do coronel Fernando Borges.

Abril: 18 - ultimato das forças da ditadura aos revoltosos.

Abril: 25 - chegada ao Funchal das forças do governo da Ditadura.

Abril: 27- ultimato do Ministro da Marinha aos revoltosos.

Abril: 28- O governo da ditadura anuncia que foi imposta a rendição sem condições.

Abril: 29- iniciam-se os bombardeamentos à cidade e desembarque das forças no Caniçal.

Maio: 1- desembarque de todas as forças.

Maio: 2- rendição do Estado Maior Revolucionário no Porto Novo.

Maio: 17 – Manifestação em Lisboa de saudação pela vitória governamental na Madeira e Açores.



Assalto às moagens.1931 [Perestrellos. Museu de Photographia Vicentes]

"Ao Povo da Madeira ! À Força armada e à população civil ! Aos operários e aos camponeses ! Povo da Madeira ! Operários e trabalhadores ! Militares e civis de todas as classes !

A nossa querida terra, o torrão natal que tanto amamos e tanto desejamos ver engrandecido, está neste momento escrevendo uma das mais grandiosas páginas da sua história, sob todos os pontos de vista brilhante e heróica, em prol dos mais sagrados direitos de Liberdade e de Justiça.(...)

Triunfando, esta ilha alcançará uma situação de máxima grandeza e destaque, uma situação que lhe permitirá falar com liberdade e firmeza, para pedir, para exigir do governo que as suas receitas próprias cá fiquem durante alguns anos, afim de com elas serem executadas obras importantes e de grande necessidade, há longos anos reclamadas, mas sempre postas de parte, para satisfação de caprichos pessoais e de ódios políticos."

[Manifesto distribuído por "um grupo de madeirenses amantes da sua terra" a 21 de Abril de 1931, publ por João Soares, *A Revolta da Madeira. Documentos*, Lisboa, 1979, pp.71-73]

A Revolta do Leite

"A Junta de Lacticínios vinha favorecer os industriais e estes actuavam junto das entidades que não olhavam pelo agricultor. A minha prisão foi tida como um facto político, de me intrometer no assunto que não me dizia respeito e que não dizia respeito aos interesses do povo. Quando era precisamente o contrário. A mim, e pessoalmente não dizia respeito, mas não podia ficar indiferente, tinha que me interessar pelo povo, se não me interessasse não era um pároco digno."

[Entrevista do Padre César Miguel Teixeira da Fonte ao *Jornal da Madeira*, 1 de Maio de 1982]



Leiteiro[Photographia Museu Vicentes]



S. Roque do Faial



Antiga Fábrica de Manteiga de S. Vicente

Os lacticínios assumiam um papel fundamental na vida dos madeirenses, fruto do incremento pecuário desde a segunda metade do século XIX. O leite era o único meio com que a maioria dos lavradores conseguirem mensalmente o dinheiro indispensável para a compra dos produtos que a economia de auto-subsistência não gerava.

Em todos os agregados familiares a presença do gado leiteiro era imprescindível. A todas as propriedades estavam associados um palheiro para o gado e o baldio ou regato onde crescia a erva para o alimentar. A produção pecuária era ainda complementar da agrícola. Dos produtos agrícolas, como a cana de açúcar e batata, tirava-se a comida e cama para o gado e por sua vez dava origem ao estrume, indispensável para fertilizar o solo.

Esta valorização e interligação do sector pecuário ao agrícola repercutiu-se na indústria de lacticínios. Desde finais do século XIX assistiu-se à proliferação anárquica de pequenas unidades industriais de fabrico de manteiga e queijo, atingindo-se na década de trinta do século XX a situação de ruptura. O governo, movido pelo objectivo de adequar o sector ao sistema corporativo e de o modernizar, decidiu por decreto n.º 26655 de 4 de Junho de 1936 criar a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira. As medidas daqui decorrentes conduziram ao encerramento de mais de setecentos postos de desnatação de leite, ao rateio das natas pelas fábricas existentes e à aposta em medidas sanitárias.

Para a população rural esta medida foi encarada como uma opção monopolista no sentido de favorecer algumas unidades industriais como era o caso da Martins & Rebelo, Rui & Freitas Ltda e Leacock. A notícia da publicação do decreto desesperou os agricultores, que se revoltaram na Ribeira Brava, Machico e Santana. No Funchal as unidades industriais suspeitas foram assaltadas.

O governo, a exemplo do sucedido com a revolta de 1931, decidiu enviar reforços militares para sufocar a rebelião. O resultado final saldou-se em sete mortos, alguns feridos e muitos presos e deportados para Lisboa, Açores e a recém criada colónia penal do Tarrafal em Cabo Verde. De entre estes contava-se o Padre César Miguel Teixeira da Fonte, pároco de S. Roque do Faial, acusado de instigar os paroquianos à revolta. Foi preso a 11 de Setembro e conduzido a Caxias, onde permaneceu até 30 de Junho de 1937, altura em que foi libertado.

Como o governo estava determinado em levar por diante a reforma do sector leiteiro não cedeu no seu plano de reestruturação. Aos madeirenses ficou estabelecido, por decreto lei de 24 de Novembro de 1936, um imposto adicional sobre as contribuições dos concelhos onde ocorreram os motins para pagar as despesas do Estado com a submissão dos revoltosos.

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1 FONTES

ALVES, Ferro, *A Mornaça - A Revolta dos Açores e da Madeira em 31*, Lisboa, 1935.

LAVRADOR, José, *A revolução na Ilha da Madeira*, Rio de Janeiro, Editora Alba Limitada, s.d..

MARQUES, A H. Oliveira, *O General Sousa Dias e as Revoltas Contra a Ditadura 1926-1931*, Lisboa, Publicações Don Quixote, 1975.

SOARES, João, *A Revolta da Madeira. Documentos*, Lisboa, 1979.

SOUSA, João Gomes de, *A Revolução da Madeira. Versos*, Funchal, 1938.

1.2 BIBLIOGRAFIA

BRAZÃO, Maria Elisa de França e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira- 1931*, Funchal, 1994.

DIONÍSIO, Fátima Pita, "A Revolução da Madeira de 1931", *Atlântico*, Nº.9, 1987.

FARINHA, Luís, *O Reviralho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa, 1998.

MARQUES, A H. Oliveira, *A Unidade da Oposição à Ditadura 1928-1931*, Lisboa, Publicações Europa América, 1973.

REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores 1931*, Lisboa, 1990.

SILVA, Fernando Augusto, "Motins Populares", in *Elucidário Madeirense*, vol. II (1984), pp. 399-406.

VERÌSSIMO, Nelson, "A Revolta do Leite", in *Passos na Calçada*, Funchal, 1998, pp. 100-109.
- "Motim popular há 70 anos", in *ibidem*, pp. 45-50.

2. MONUMENTOS E BUSTOS

Revolta da Madeira(1931)[Escultora de Ricardo Velosa, S. Martinho]

12 – A REVOLUÇÃO DE ABRIL E A MADEIRA



CONCEITOS	PERSONALIDADES
- Revolução - Autonomia - CEE / UE - Tratado de Roma - Tratado de Maastricht -Tratado de Amester-dão - FEDER - FEOGA - FSE - Ministro da República	- Engenheiro Ornelas Camacho - D. Francisco Santa-na - Dr. Alberto João jardim - Dr. Emanuel Rodri-gues - Tenente Coronel Carlos Azeredo

TEMAS

12.1 – Do Estado Novo à Revolução de Abril

12.2 – Os acontecimentos na Madeira

- As primeiras manifestações
- Grupos políticos e autonomistas

12.3 – A institucionalização da autonomia

- A Constituição de 1976
- O reforço da autonomia
- Os órgãos do poder regional
- Os símbolos da Região Autónoma

12.4 – Os partidos políticos e as eleições

12.5 - O Governo e a prática governativa

12.6 – A Madeira na União Europeia

Para saber mais...

- Condicionalismos e formas de autonomia
- Conceito de autonomia
- A História da autonomia
- A autonomia na História da Madeira
- Questões autonómicas
- Os símbolos da Região Autónoma da Madeira
- Biografias
- A Madeira nos textos constitucionais
- Preâmbulo do Estatuto Político-Administrativo
- Associações de classe e sindicatos
- A Cidade e a toponímia

Temas em destaque:

- *O 25 de Abril: os acontecimentos*
- *Autoridades da Madeira em 25 e Abril de 1974*
- *A Imprensa e o 25 de Abril na Madeira*
- *Associações Políticas na Madeira após a Revolução de Abril*
- *Bombas: atentados*
- *O Ministro da República*
- *O Estatuto Político Administrativo da RAM*
- *Transferência de Serviços*
- *Propostas dos Deputados à Assembleia Constituinte*
- *Realizações da Autonomia*
- *Habitação Social*
- *Rede Viária*
- *A União Europeia*

CRONOLOGIA

DATA	2/4/76	29/4/76	19/7/76	1/10/76	17/3/78	1/7/83	1/7/87	5/7/91	21/9/99
ACONTECIMENTOS	A Constituição reconhece as Regiões Autónomas da Madeira e Açores	Aprovação em Conselho de Ministros do Estatuto Provisório da Madeira	Inaugurada a 1.ª Assembleia Regional da Madeira	!.º Governo saído das eleições chefiado pelo Eng. Ornelas Camacho	Toma posse o governo chefiado pelo Dr. Alberto João Jardim	Primeira comemoração do dia da Região	Inauguração do monumento à Autonomia	Publicado o 1.º estatuto político administrativo da RAM	Aprovação da 1.ª revisão do estatuto definitivo da RAM

O 25 DE ABRIL: OS ACONTECIMENTOS

1974.
Fevereiro.23 – Publicação do livro *Portugal e o Futuro* do General António Spínola.
Março.16 – Revolta da Guarnição das Caldas da Rainha.
Abril.25 – Revolta militar chefiada pelo MFA que entregou o poder a uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo General Spínola.
Abril.26 – Rendição de Américo Tomás, Marcelo Caetano, Silva Cunha e Moreira Baptista, sendo exilados à Madeira e colocados sob residência vigiada.
Maio.1 – Celebração do Dia do Trabalhador com grandes manifestações em todo o país.
Maio.6 – Fundação do Partido Popular Democrático por Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota.
Maio.15 – O General Spínola é nomeado Presidente da República.
Primeiro governo provisório presidido por Palma Carlos.
Maio.20 – Partida de M. Caetano e Américo Tomás para o exílio no Brasil.
Julho.13 – Criação do COPCON sob o comando de Otelo Saraiva de Carvalho.
Julho.18 – 2º governo provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.
Julho.19 – Freitas do Amaral e Amaro da Costa fundam o Centro Democrático Social.
Setembro.30 – O General Spínola renuncia ao cargo sendo substituído na Presidência da República pelo General Costa Gomes.
Outubro.1 – 3º Governo provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.
Novembro.15 – Aprovação da lei eleitoral.
1975.Março.11 – Tentativa de golpe dos militares afectos ao General Spínola.
Abril.25 – Eleições para a Assembleia Constituinte.
Junho.2 – Abertura solene de Assembleia Constituinte.
1976.Abril.25 – Primeiras eleições para a Assembleia da República.
Junho.27 – Eleição para a presidência da República saindo vencedor o general Ramalho Eanes.
Julho.23 – Mário Soares toma posse como Primeiro Ministro do 1º Governo Constitucional.
Julho.27 – Vasco da Gama Fernandes é eleito Presidente de Assembleia de República.
Novembro.29 – A Assembleia de República ratifica a decisão do 1º governo de adesão de Portugal à CEE.
Dezembro.12 – Primeiras eleições autárquicas.
1977.Março.28 – Portugal solicita a integração na CEE.
1982.Julho.14 – Extinção do Conselho da Revolução.

Do Estado Novo à Revolução de Abril

O período que decorre a partir da Revolução do 25 de Abril de 1974 foi marcado por uma profunda transformação na vida política do arquipélago. Após o conturbado Verão de 1975 e de 1976, institucionalizou-se a autonomia política e a Madeira entrou num sistema de governo eleito por sufrágio universal directo, que permitiu vencer o atraso a que havia sido condenada. Em 1976 terminou a fase do combate pela autonomia e iniciou-se outra de luta em prol da sua afirmação e do progresso do arquipélago.

Os anos sessenta foram difíceis para o governo do Estado Novo. A Guerra Colonial, que se inicia com os acontecimentos de Luanda a 4 de Fevereiro de 1961, evidenciou a necessidade de mudança no sistema de relacionamento com as colónias. Ao nível interno aumentou o descontentamento expresso nos protestos do movimento estudantil que atingiu o auge no ano de 1969.

A 27 de Setembro de 1968, Salazar era substituído por Marcelo Caetano. A mudança foi considerada por todos o prenúncio duma viragem, ficando a nova situação conhecida como a “Primavera Marcelista”. Mas cedo todos se aperceberam que nada iria mudar. Manteve-se a situação das colónias e a revisão constitucional de 16 de Agosto de 1971 não permitiu a desejada abertura constitucional e institucional do regime, solicitada pela “ala liberal” da Assembleia Nacional.

A política colonial portuguesa degradou a imagem internacional do país. As Nações Unidas, através da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança em 1972, reprovaram a atitude portuguesa, dando todo o apoio aos movimentos de libertação, sendo o PAIGC admitido na qualidade de observador. O mesmo movimento proclamou a independência da República da Guiné-Bissau em 24 de Setembro 1973.

A pressão interna nomeadamente da ala liberal era evidente. A 6 de Janeiro de 1973 iniciou-se a publicação do jornal semanário *Expresso*, que se afirmou como seu porta-voz. De 4 a 8 de Abril realizou-se em Aveiro o 3º *Congresso de Oposição Democrática* que reclamava o fim da guerra colonial e a defesa das liberdades democráticas.

O descontentamento atingiu também as Forças Armadas quando a 13 de Julho se publicou o Decreto 353/73 em que era concedida a possibilidade dos oficiais milicianos passarem ao quadro permanente mediante um curso intensivo de dois semestres na Academia Militar. A contestação dos vários sectores militares, em serviço no Ultramar ou na metrópole, a este decreto, fez aumentar a oposição e contestação ao governo e à guerra colonial. A partir de Outubro este movimento dos capitães contestatários ganhou dimensão e estrutura organizativa, surgindo na reunião da comissão coordenadora realizada a 24 de Novembro a ideia de derrubar o Governo através de um Golpe de Estado. A 8 de Dezembro preparava-se já o golpe militar.

A 23 de Fevereiro de 1974 saía a público o livro do General Spínola *Portugal e o Futuro*, em que a contestação à política colonial se alia à necessidade de liberalização do regime. Aqui propunha-se uma federação de estados com as colónias. O resultado imediato disto foi a demissão dos generais António Spínola e Francisco Costa Gomes dos cargos de Vice-Chefe e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Dois dias depois o Regimento das Caldas da Rainha, sublevava-se marchando sobre Lisboa. A rebelião foi apagada mas não fez esmorecer os preparativos da Revolução que aconteceu finalmente na noite de 24 para 25 de Abril de 1974.

AUTORIDADES DA MADEIRA EM 25 de Abril de 1974

Governador Militar: Brigadeiro António Lopes Eira

Governador Civil: Daniel Rocheta

Presidente da Junta Geral: Rui Vieira

Prsidente da Câmada do Funchal: Agrela Loja

Delegação de Turismo: Ribeiro de Andrade

Bispo: D. Francisco Santana que tomou posse em Maio de 1974

Deputados à Assembleia Nacional: Rebelo Quintal, Eleutério de Aguiar, Graciano Ferreira Alves

Os acontecimentos na Madeira

As primeiras manifestações

O MFA derrubou o regime e entregou o poder à Junta de Salvação Nacional presidida pelo General António Spínola que assumiu todas as atribuições dos órgãos de soberania. No dia imediato o poder estava controlado saindo para o exílio temporário no Funchal os chefes do regime deposto: Américo Thomaz, Marcelo Caetano e outros.

Na Madeira os ecos da revolução chegaram já no dia 25 de Abril mas foi apenas no dia seguinte que os acontecimentos tiveram eco na população e sectores políticos. Os dois jornais diários (*Jornal da Madeira* e *Diário de Notícias*) fizeram eco dos acontecimentos de Lisboa. O *Jornal da Madeira* saudou de forma eufórica o golpe de estado prognosticando “que o 25 de Abril de 1974 vai entrar na História Política Portuguesa como mais uma efeméride célebre.”

A IMPRENSA E O 25 DE ABRIL NA MADEIRA

A imprensa exerceu um papel fundamental no debate político no período pós 25 de Abril. Nos anos de 1974 a 1976 os jornais diários e semanários intervieram de forma directa no afrontamento político.

O *Comércio do Funchal* serviu de âncora aos grupos políticos de extrema esquerda, saindo do seu seio todo o movimento de agitação social e laboral nos primeiros momentos após o vinte e cinco de Abril. Foi um dos primeiros grupos organizados que teve uma intervenção política activa. A UDP oriunda da UPM é hoje herdeira deste grupo, assumindo os seus promotores o comando com a saída da direcção do jornal de Vicente Jorge Silva. O *Comércio do Funchal*, desde 7 de Janeiro de 1968 exerceu um papel de destacado porta voz de oposição ao regime, sendo uma referência até 1974. Neste período atingiu um nível de expansão nacional, com uma tiragem de 12 000 exemplares. Papel semelhante terá cumprido o Re-nhau-hau, mas apenas ao nível local

Ao nível dos jornais diários a tradição evidenciou que os dois em publicação assumiram um protagonismo distinto. O *Diário de Notícias* afirmou-se como o jornal diário da situação, declarando-se sob a direcção de Paquete de Oliveira, contra a independência da ilha e a favor da propalada aliança “Povo-MFA”. Por sua vez o *Jornal da Madeira*, que a partir de 29 de Outubro tem a direcção de Alberto João Jardim, assumiu o papel de oposição, declarando-se contra a primeira Junta, considerada uma imposição do continente, mas foi no campo da luta contra o governo de Vasco Gonçalves que ganhou protagonismo.

De entre os semanários com intervenção combativa destaca-se o “Diário da Madeira”, cuja secção “Giz na Parede”, foi por muito tempo uma voz incómoda.

Como sucedeu em outros momentos de agitação e debate político a imprensa encontrou condições para se afirmar. Assim, durante os primeiros anos surgiram diversas publicações como porta-voz dos diversos grupos e movimentos. Os grupos pro-independência da Madeira serviram-se também dos jornais, folhetos, pinchagens como meio para fazer passar a sua mensagem. A 18 de Outubro de 1976 publicou-se o Jornal *Zarco*, órgão oficial da APAM, aberto a todos os madeirenses excepto os “que perfilham ideias totalitárias de direita ou esquerda”. A 28 de Março de 1976 surgiu o Jornal *o Caseiro*, como porta-voz da União dos Caseiros da Ilha da Madeira, para combater o ancestral contrato de colonia.



Manifestação no Largo do Município



D. FRANCISCO SANTANA:
[1924-1982]

Foi o 30º bispo do Funchal, nomeado a 18 de Março de 1974, tendo recebido a ordenação episcopal no dia 21 na Sé de Lisboa. Todavia só em Maio assumiu o governo do bispado, acontecendo a sua entrada solene na Sé no dia 12.

Durante os oito anos do bispado o seu protagonismo político suscitou apoios e contestação por parte das forças políticas madeirenses. Um dos principais enfrentamentos políticos ocorreu a 30 de Outubro de 1975 com a ocupação das instalações do Seminário Diocesano por um grupo de alunos e professores do liceu.

Foi por seu intermédio que o Dr. Alberto João Jardim assumiu em 29 de Outubro de 1974 a direcção de *"O Jornal da Madeira"*, situação que manteve até à ida para o governo em 1978.

As primeiras movimentações populares surgem em torno do grupo do *Comércio do Funchal*, que durante os últimos anos do Estado Novo havia sido uma das poucas vozes de oposição ao governo. Foi no seio deste grupo, chefiado por Vicente Jorge Silva, que surgiu a ideia da manifestação popular do 1 de Maio de 1974. A este juntou-se um outro de padres católicos que se reunia na rua do Pombal e que foi responsável pela contestação ao bispo D. Francisco Santana em 16 de Maio de 1974..

A primeira informação oficial dando conta da situação do país surge apenas a 28 de Abril e só a 6 de Maio chegou à ilha o tenente coronel Carlos de Azeredo, como Comandante Militar da Madeira, que a 23 de Dezembro foi nomeado Governador Militar da Madeira.

No Continente o quadro político-institucional começou a ganhar um novo rosto. A 15 de Maio o general António Spínola tomou posse como Presidente da República e no dia imediato entrou em funções o primeiro Governo Provisório chefiado pelo Dr. Adelino de Palma Carlos, que foi substituído a 13 de Julho por Vasco Gonçalves. O novo executivo central iniciou funções substituindo o governo do Distrito da Madeira. A 7 de Agosto o Dr. Fernando Pereira Rebelo, activista da oposição democrática, foi provido no cargo de Governador Civil, que por sua vez a 13 de Setembro nomeou o Dr. António Egídio F. Loja para Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

Grupos políticos e autonomistas

A partir de Maio de 1974 alterou-se o espectro político da região, manifestando-se à luz do dia vários grupos políticos de cariz regional e promotores da autonomia, resultado de encontros de amigos, clandestinos ou à mesa do café. Estas tertúlias irmanadas pelo ideal de mudança do regime ou de defesa dos interesses da Madeira, rapidamente avançaram para a criação de associações de cariz regionalista.

O MAIA (*Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas*), porque a sua existência é anterior à Revolução, dirigido pelo Dr. José Maria da Silva foi dos primeiros a sair à rua proclamando-se contra a "colonização" da ilha. O discurso faz-nos lembrar os tempos idos do movimento autonomista dos anos vinte: "somos a colónia mais próxima da Europa, somos o feudo de políticos incompetentes, de déspotas que aqui mandaram e desmandaram".

A proximidade de interesses e convergência de projecto político, reuniu Henrique Pontes Leça, António Aragão de Freitas, Alberto João Jardim e Luciano Castanheira, levando à criação da *Frente Centrista da Madeira*. No manifesto declarava-se a favor de uma "Madeira Autónoma e Próspera", em que o governador deveria ser eleito pelos madeirenses, estando sujeito ao veto de 25 deputados de uma Assembleia Regional. Com a afirmação dos partidos nacionais e a necessidade da sua extensão a todo o território nacional a *Frente Centrista* associou-se em Agosto ao *Partido Popular Democrático*, que havia sido criado a 6 de Maio.

O grupo de candidatos e apoiantes da oposição democrática às eleições de 1969, sob orientação de António Loja, Fernando Rebelo e Manuel Gouveia, fundou em 19 de Maio de 1974 o MDM (*Movimento Democrático da Madeira*). A sua primeira reivindicação ia no sentido do saneamento dos membros do anterior governo ainda em exercício na ilha e a existência de partidos regionais. O movimento desapareceu em finais do mesmo ano, pelo facto dos seus elementos terem aderido aos diversos partidos políticos que entretanto se formaram e por considerarem cumprida a missão.

À esquerda tivemos dois agrupamentos políticos. A F.P.D.M. (*Frente Popular e Democrática da Madeira*), que agregava alguns padres católicos e simpatizantes do Partido Comunista e que por desinteligências desapareceu em Setembro. A UPM (*União do Povo da Madeira)* surgiu em 27 de Junho entre os grupos do *Centro de Cultura Operária* e do *Comércio do Funchal*, congregando todos os de extrema esquerda. Foram os responsáveis da mobilização popular que esteve na origem da agitação social que ocorreu no Funchal, como a manifestação de 21 de Outubro junto ao Palácio de S. Lourenço e a ocupação do Seminário do Funchal a 30 de Outubro. Este grupo, já sem Vicente Jorge Silva, aliou-se em 1975 à FEC, estando na origem da actual UDP na Madeira.

No Verão de 1974 estavam constituídos os grandes partidos nacionais, que começam a expandir-se a todo o espaço nacional por sua iniciativa ou em associação com outros grupos locais. O PPD foi buscar o seu apoio junto da FCM, enquanto o PS recrutou os seus aderentes no FPDM e MDM. Apenas os partidos *Comunista* e *Centro Democrático Social* fizeram depender a sua base social do apoio de simpatizantes isolados.

De entre estes primeiros grupos políticos ganhou dimensão na vida política local o MDM que conseguiu assumir o controlo do Governo Civil e a Junta Geral, com Fernando Rebelo e António Loja. Mas isto durou pouco tempo, pois não resistiram à contestação popular provocada pelos outros grupos políticos. A 20 de Março o Dr. Fernando Rebelo abandonou o cargo, ensaiando-se um novo modelo de Governo local, com a criação por decreto-lei nº.139/75 de 18 de Março da *Junta de Planeamento* que durou apenas até 5 de Agosto.

A Junta era constituída pelo Governador Civil, que presidia, e quatro vogais, sendo um deles o Governador Militar. A Junta Geral e a Comissão Regional de Planeamento estavam-lhe subordinadas. A esta estavam atribuídas as competências do Governo Civil, de planeamento e supervisão dos serviços da Junta Geral e dos serviços periféricos do Estado. Sempre que o governo deliberasse no domínio económico-social para o arquipélago a Junta deveria

ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS NA MADEIRA APÓS A REVOLUÇÃO DE ABRIL

ARMA: *Aliança Revolucionária da Madeira*

APAM: *Associação Política do Arquipélago da Madeira*

BRIMA: *Brigadas Para a Independência da Madeira*

ELAM: *Exército de Libertação da Madeira*
FCM: *Frente Centrista da Madeira*

FLAMA: *Frente de Libertação da Madeira*

MAIA: *Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas*

MIM: *Movimento de Independência da Madeira*

MPLAM: *Movimento Popular de Libertação da Madeira*

MDM: *Movimento Democrático da Madeira*

UPM: *União do Povo da Madeira*

FPDM: *Frente Popular e Democrática da Madeira*

ser ouvida.

Por decreto-lei 101/76, de 3 de Fevereiro extinguiu-se a *Junta de Planeamento da Madeira* e a *Comissão de Planeamento Regional* que deram lugar à *Junta Administrativa Regional* criada na dependência directa do Primeiro-Ministro, com o objectivo de atender « as justas aspirações de maior descentralização e autonomia administrativa » e contribuir para o progresso sócio-económico do arquipélago. A Junta era composta pelo Governador Militar, que presidia, e por seis vogais com atribuições nas áreas do planeamento e finanças, administração local, equipamento social e ambiente, transporte e comunicações, assuntos sociais trabalho e emigração; administração escolar, investigação científica, cultura e comunicação social; agricultura, pescas e indústria; comércio e turismo.

A Junta, presidida por Carlos Azeredo, foi empossada a 20 de Fevereiro pelo Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo. Esta representava já um avanço significativo em termos de descentralização, porque podia elaborar portarias e outros regulamentos que providenciassem a execução das leis. Para além disso eram-lhe atribuídas funções de promover a transferência dos poderes da administração central e de adequar os serviços periféricos à nova realidade.

O Verão de 1975 foi um momento de grande agitação social e partidária, ficando marcado por alguma agitação e violência. Na Madeira destacou-se a FLAMA, movimento clandestino a favor da independência, que foi considerado responsável por várias bombas e petardos que rebentaram no Funchal a partir de 14 de Agosto. O separatismo e a violência bombista são aqui entendidos como um movimento de oposição à política seguida por Lisboa, dominada pela esquerda. Pretendia-se desencadear a partir das ilhas a libertação do Continente

A clarificação do processo político, com a aprovação do *Estatuto Provisório da Madeira* em 29 de Abril de 1976 e o acto eleitoral para a Assembleia Regional a 27 de Junho, abriu o caminho para a afirmação do processo constitucional com a atribuição da autonomia político-administrativa consagrada na Constituição que foi aprovada a 2 de Abril de 1976.

BOMBAS: ATENTADOS

1975.Agosto.14 – Explosão de 2 petardos numa garagem na zona do Avista Navios.

Agosto.23 – Explosão de bomba no centro transmissor da Emissora Nacional no Monte.

Agosto.27 – Petardo destruiu uma viatura na Rua da Rochinha.

Setembro.18 – Explosão de duas bombas nas proximidades da Câmara Eclesiástica e na Rua da Levada do Cavalo.

Setembro.25 – Explosão de bomba na Rua do Carmo.

Outubro.21 – Explosão de bomba na sede da UDP

Novembro.14 – Bomba destruiu o avião Nord-Atlas de FAP no aeroporto de Santa Catarina.

1976.Janeiro.15 – Engenho explosivo mum automóvel.

Fevereiro.20 – Atentado bombista contra um vogal Junta Regional.

1977.Outubro.25 – Explosão de duas bombas: na casa de um juiz e numa residência.

1978.Fevereiro.25 – Rebentam 2 bombas no Palácio da Justiça.

Julho. 30 – Atentados bombistas contra dois automóveis.

Agosto.23 – Bomba mata um jovem e destrói automóvel do delegado Governo no Porto Santo.

"Esses movimentos a que se chamou separatistas, tiveram mais um intuito de desobediência física a um poder totalitário de Lisboa" [Alberto João Jardim, *Diário de Notícias*, 3 de Agosto de 1990

A institucionalização da autonomia

A Constituição de 1976

O 25 de Novembro de 1975 consagrou o processo democrático e a afirmação da soberania através de eleições livres. A Constituição da República de 1976, institucionalizou esta via, estabelecendo para os arquipélagos da Madeira e Açores um estatuto especial. De acordo com o artigo 6º estes "constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios". O texto constitucional dedica um título às regiões autónomas onde se expressa de forma clara o estatuto e as condições que as regem.

A parte da Constituição referente às ilhas foi redigida por uma Comissão das Regiões Autónomas, chefiada por Jaime Gama, secretariada por Mota Amaral e tendo como relator Emanuel Rodrigues.

A Constituição estabelece no artigo 232º uma nova figura, o Ministro da República, que será o representante da soberania do Estado na região. Este era nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Governo depois de ouvido o Conselho da Revolução.

A figura do Ministro, certamente a situação mais controversa do processo, evoluiu de acordo com as diversas revisões constitucionais. Hoje a sua nomeação é feita pelo Presidente da República mediante proposta do Primeiro Ministro, depois de ouvido o Conselho de Estado.

Ainda no conjunto das "disposições finais e transitórias" estabeleceu-se no artigo 302º que as primeiras eleições para a Assembleia Regional decorreriam a 30 de Junho e que até 30 de Abril o Governo estava mandatado a propor, em conjunto com as Juntas Regionais, um estatuto provisório que vigoraria até à elaboração do definitivo.

No debate havido na Assembleia Constituinte a autonomia não motivou a maioria dos partidos políticos, que se limitaram a uma mera referência e no caso do MDP e UDP foram esquecidos. Apenas o PPD apresentou um projecto normativo com desenvolvimento alargado daquilo que se entende por autonomia regional e do papel da nova figura, o Ministro da República.

A autonomia regional, de acordo com o estipulado na Constituição, permitiu à Madeira criar um código normativo jurídico novo e uma administração pública regional. Esta capacidade legislativa e regulamentar fez com que a Assembleia Legislativa elaborasse decretos legislativos regionais, ficando ao Governo Regional a capacidade dos decretos regulamentares regionais, para além, de regulamentos próprios inerentes ao exercício do poder executivo, como portarias, despachos normativos e resoluções. De entre estes apenas os decretos regulamentares regionais são assinados pelo Ministro da República.

A mudança constitucional de 1976 foi significativa pois avançou-se no processo de descentralização administrativa para a autonomia política, que possibilitou a criação de um governo próprio e de a assembleia com capacidade legislativa em casos específicos.

Os órgãos de governos próprio são:

- **Assembleia Regional**, composta de 41 deputados (hoje 61) eleitos por sufrágio universal directo e secreto, obedecendo aos critérios da representação proporcional.
- **Governo Regional**, em que o presidente é nomeado pelo Ministro da República, de acordo com o resultado das eleições.

"**1.** O Estado é representado em cada uma das regiões autónomas por um Ministro da República, nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, ouvido o Conselho de Estado.

2. Salvo o caso de exoneração, o mandato do Ministro da República tem a duração do mandato do Presidente da República e termina com a posse do novo Ministro da República.

3. O Ministro da República, mediante delegação do Governo, pode exercer, de forma não permanente, competências de superintendência nos serviços do Estado na região**.**

4. Em caso de vagatura do cargo, bem como nas suas ausências e impedimentos, o Ministro da República é substituído pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional." [*Artigo 230.º (Ministro da República) da Constituição da República Portuguesa*]

O MINISTRO DA REPÚBLICA

O Ministro da República como órgão comissário do Estado não é uma novidade, pois todos os estados unitários prevêem a presença de figuras comissárias nas regiões.

Em termos de direito comparado o Ministro da República da Madeira e Açores situa-se ao mesmo nível do Alto Comissário na Dinamarca, do Delegado de Governo em Espanha, do Comissário de Governo em Itália, sendo Comissário do Estado na Sicília, e do Comissário da República em França.

O primeiro Ministro da República foi o General Lino Miguel, nomeado a19 de Julho de 1976, manteve-se em funções até 1991, altura em que foi substituído pelo Vice-Almirante Rodrigues Consolado, que cedeu o lugar em 1997 ao Juiz Conselheiro Antero Alves Monteiro Sinis



Carlos Azeredo, Presidente da Junta Governativa da Madeira que tomou posse a 20 Fevereiro de 1976 na presença do Primeiro-Ministro Almirante Pinheiro de Azevedo.



Tomada de posse do Eng.º Ornelas Camacho, como primeiro Presidente do Governo Regional da Madeira.

JAIME ORNELAS CAMACHO [1911-]. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, integrou a Junta Governativa em 1976. Foi um dos fundadores do PPD na Madeira e o primeiro Presidente do Governo Regional da Madeira em 1976, cedendo o lugar em 1978 ao Dr. Alberto João Jardim.

O ESTATUTO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DA RAM

1976.Abril.29 – Aprovação em Conselho de Ministros do Estatuto Provisório.
1976.Abril.30[decreto-lei 318-B/76]– Publicação do Estatuto Político Administrativo de Madeira, redigido por Almeida Santos e Veiga de Oliveira.
1977.Março.15 – Assembleia Regional inicia a discussão do projecto de Estatuto.
1977. Julho.30: publicação no Diário da República do Estatuto
1977.Setembro.11: A proposta de Estatuto caduca por Dissolução da Assembleia.
1980.Fevereiro.27 –Nova aprovação do projecto de Estatuto a enviar à Assembleia da República
Agosto.06 – Comissão Constitucional e Conselho de Revolução consideram o Estatuto inconstitucional
1987.Novembro.11 – Aprovação do projecto de revisão do Estatuto
1990.Fevereiro.22 – A Assembleia da República aprova novo projecto de Estatuto, sendo considerado inconstitucional o Estatuto remuneratório do deputado nele incluso.
1991.Junho.05 [lei nº.13/91] – Publicação do primeiro Estatuto político-administrativo.
1999.Agosto.21 [lei nº.130/99]- Aprovação da primeira revisão do Estatuto definitivo.

O quadro institucional da autonomia ficou estabelecido no Verão de 1976. A 19 de Julho de 1976 inaugurou-se solenemente a primeira Assembleia Regional da Madeira. A 14 de Agosto o coronel Lino Miguel foi nomeado Ministro da República e, finalmente, a 1 de Outubro ficava completo com a tomada de posse do Governo, presidido pelo Eng. Ornelas Camacho.

A norma de ser o líder do partido mais votado a assumir tais funções não teve lugar, pois Alberto João Jardim preferiu ocupar o lugar de líder parlamentar. A situação perdurou por pouco tempo, uma vez que este acabou por assumir a presidência do Governo a 17 de Março de 1978.

A partir daqui a autonomia política entrou na fase da sua concretização plena e de exercício.

O reforço da autonomia

No Verão de 1976 estava institucionalizado e em funcionamento o regime autonómico das ilhas atlânticas. A Madeira entrou num processo de rápido desenvolvimento, apostando-se nas infra-estruturas consideradas imprescindíveis e que desde há muito vinham sendo adiadas. Nos primeiros anos, nomeadamente de 1979-1980, o processo esteve sujeito à regionalização e transferência das competências dos diversos serviços do Estado e à criação do quadro institucional. Esta situação foi resultado das competências administrativas definidas na Constituição e Estatuto Provisório de 1976.

A transferência de competências nos diversos domínios contribuiu para o reforço de autonomia, sem por em causa o Estado unitário. Deste modo no preâmbulo de muitos destes decretos é referido que tudo se concretizará "sem prejuízo da integridade da soberania do estado". O processo foi evolutivo sucedendo-se diversas alterações e aperfeiçoamentos na forma de ver, entender e praticar a autonomia.

A Constituição mereceu já três revisões (1982, 1989, 1997) que consubstanciaram mudanças no quadro constitucional. O Estatuto, por contingências várias, não mereceu igual adaptação. O estatuto provisório de 1976 manteve-se até 1991, altura em que a Madeira conseguiu aprovar na Assembleia da República o seu primeiro projecto definitivo de Estatuto, uma vez que o de 1980 foi considerado inconstitucional. A primeira revisão ocorreu em 1999, consagrando os avanços significativos de mais de vinte anos de vivência autonómica, nomeadamente a *Lei das Finanças das Regiões Autónomas* de 1998.

A lei fundamental, a Constituição da República, e o estatuto definem de forma jurídico-constitucional da autonomia. Este último documento (art. 228 e 229) define os poderes da região. O Estatuto da responsabilidade de Assembleia Regional era aprovado pela Assembleia de República para ter validade.

DEFINIÇÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DAS REGIÕES AUTÓNOMAS NA CONSTITUIÇÃO

"**1.** O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.

2. A autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

3. A autonomia político-administrativa regional não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição."

[*TÍTULO VII Regiões Autónomas, Artigo 225.º(Regime político-administrativo dos Açores e da Madeira) da Constituição da República Portuguesa*]

TRANSFERÊNCIA DE SERVIÇOS

Decreto-Lei

426/77, 13 Outubro – Saúde e Segurança Social
24/78, 27 Janeiro – Trabalho
391/78, 14 Dezembro – Turismo
346/79, 29 Agosto – Agricultura
75/79, 6 Abril – Vinho e álcool
519/79, 28 Dezembro – Transportes Marítimos
295/79, 17 Agosto – Combustíveis
299/79, 18 Agosto – Portos
364/79, 4 Setembro – Educação e Investigação Científica
365/79, 4 Setembro – Habitação e Obras Públicas
458/79, 15 Dezembro – Secretaria do Antigo Distrito Autónomo do Funchal.

PROPOSTAS DOS PARTIDOS NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

CDS: « Os Açores e a Madeira gozarão de um estatuto de autonomia, incluindo a autonomia legislativa, regulamentar, administrativa e financeira. »

PCP: « a administração regional dos Açores e da Madeira terá estatuto próprio que, tendo em conta os problemas específicos criados pela distância geográfica e pelas condições económicas, sociais e políticas deverá contribuir para reforçar a identidade económica de cada arquipélago no quadro da unidade e planificação nacionais ».

PS: « Serão conferidas formas especiais de autonomia aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, através de estatutos próprios a elaborar pela Assembleia Legislativa Popular ».

PPD: « O arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos adequados às suas condições geográficas, económicas e sociais.

A autonomia regional não afectará a integridade da soberania do Estado, nem a solidariedade entre as várias parcelas do território português. A República assegurará a integração das regiões no processo de desenvolvimento económico-social do País.

A soberania do estado é especialmente representada, em cada uma destas regiões, por um comissário da República, nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro, ouvida a assembleia regional competente. O comissário, assistido pelo conselho regional superintende nas funções administrativas exercidas na região pelo Estado e coordena-as com as exercidas pela própria região. Cabe-lhe ainda a coordenação da actividade dos serviços centrais do Estado no tocante aos interesses da região, dispondo para isso de competência ministerial e tendo assento no Conselho de Ministros.

A autonomia regional compreende:

a) - A existência de uma assembleia regional, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, e de um conselho regional perante ela responsável;
b) - O poder de legislar, com respeito pelas normas constitucionais e pelas leis de alcance geral emanadas dos Órgãos de Soberania, sobre as matérias de interesse exclusivo da respectiva região;
c) - Poder executivo próprio;
d) - O poder de dispor das receitas nelas cobradas e de as afectar às despesas públicas, de acordo com a autorização votada pelas assembleias regionais, e de administrar o seu património;
e) - O poder de tutela sobre as autarquias locais e os institutos públicos com actividades exclusivas na região,
f) - O direito de serem consultadas pelos Órgãos de Soberania relativamente às questões da competência destes respeitantes às regiões.

A elaboração dos estatutos político-administrativos próprios compete à Câmara dos deputados, sob proposta das respectivas assembleias regionais".

[*Diário da Assembleia Constituinte*, nº.13]



Parlamento Regional (1976)

REALIZAÇÕES DA AUTONOMIA

1977.Janeiro.18 – Criação do Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artes da Madeira.

Março.8 – Criação do Jornal Oficial da Região.

1978.Abril.7 - Casa da Cultura da Madeira.
Conselho Regional do Plano (revogado em 1994)

1981.Novembro.5 – Criação do Parque Natural da Madeira.

1984.Junho.29 - Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses.

1985.Julho.6 – Criação pelo Governo Regional do C.E.H.A. (Centro de Estudos da História do Atlântico)

1987.Julho.1 – Inauguração do monumento à Autonomia.

1993.Setembro.17 - IDRAM. (Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira)

1996.Julho.07 - Conselho Regional de Cultura e Animação.

"**1.** São órgãos de governo próprio de cada região a assembleia legislativa regional e o governo regional.
2. A assembleia legislativa regional é eleita por sufrágio universal, directo e secreto, de harmonia com o princípio da representação proporcional.
3. O governo regional é politicamente responsável perante a assembleia legislativa regional e o seu presidente é nomeado pelo Ministro da República, tendo em conta os resultados eleitorais.
4. O Ministro da República nomeia e exonera os restantes membros do governo regional, sob proposta do respectivo presidente."
[*Artigo 231º,* Órgãos de governo próprio das regiões, *da Constituição da República Portuguesa*]

As instituições constitucionalmente estabelecidos na região são o Ministro de República, os órgãos de governo próprio, a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional.

O Ministro da República representa o Estado, sendo por isso estranho à região. É nomeado e exonerado pelo Presidente da República mediante proposta do Governo depois de ouvido o Conselho de Estado. As suas competências são de ordem política e administrativa. Ao nível administrativo superintende e coordena todos os serviços centrais do Estado na região. No campo político é quem nomeia e exonera o presidente e membros do Governo Regional, assinando e ordenando a publicação dos decretos regionais e regulamentares regionais. A partir da revisão constitucional de 1997 o Ministro da República deixou de ter assento permanente no Conselho de Ministros, ao mesmo tempo que perdeu a função de coordenar os serviços centrais do estado na região.

O Ministro da República, de acordo com as suas competências é a garantia constitucional da manutenção do Estado unitário. Esta figura não tem antecedentes no direito português apresentando-se como uma inovação. Também não é fácil a sua definição institucional. As suas funções e processo de nomeação e exoneração fazem com que se situe entre dois órgãos políticos: o Presidente da República e o Governo.

A figura do Ministro da República não é geradora de consensos , pois é a única figura que é nomeada e não eleita. A critica alarga-se à sua presença, nomeadamente da sua representação do estado na região e as competências em relação à Assembleia Regional. Note-se que em Itália e Espanha apenas existe um comissário, mero agente do governo da República.

Os órgãos do poder regional

A Assembleia Legislativa Regional é composta por deputados eleitos por sufrágio universal. De acordo com a lei eleitoral, a ilha foi dividida em onze círculos eleitorais, tantos quantos os municípios, elegendo-se um deputado por cada 3 500 recenseados. O apuramento dos resultados segue o sistema da representação proporcional do método de Hondt.

À Assembleia é atribuída a função legislativa, podendo fazê-lo apenas "no interesse específico da região", que não pode sobrepor-se à competência estabelecida para os órgãos de soberania. Ainda, de acordo com este princípio pode regulamentar as leis gerais, adaptando-as às condições da região. A Assembleia actua no sentido de fiscalização do cumprimento do Estatuto e das Leis, junto do Governo na aprovação do orçamento e contas.

Ao Tribunal Constitucional está atribuída a missão de controlar a "constitucionalidade" da legislação regional

aprovada pela Assembleia Legislativa Regional. Neste domínio as limitações impostas pela própria Constituição e a definição daquilo que deve ser entendido por interesse específico da região, tem dado lugar a interpretações divergentes.

O Governo Regional, tem por funções de conduzir toda a política executiva da região. O Governo é composto de um presidente e secretários regionais, podendo ainda haver lugar a vice-presidentes e subsecretarias regionais.

O funcionamento destes órgãos de poder foi estabelecido de forma genérica na Constituição, merecendo regulamentação no Estatuto. Aqui estabeleceram-se os poderes destes órgãos e regulamentou-se a forma do funcionamento de Assembleia e Governo, o estatuto de deputado, o regime financeiro, económico, fiscal e administração pública regional.

A defesa da unidade territorial, como forma de afirmação do poder do Estado, está patente na Constituição da República e tem repercussão evidente no Estatuto, fazendo vincar o nível de afirmação da autonomia. O Estatuto de 1991 dedicava uma secção aos "princípios da solidariedade e da continuidade territorial". Esta ideia foi reafirmada no Estatuto de 1999, dando lugar a um artigo e secção especial nos "princípios fundamentais". Aqui o "princípio da continuidade territorial" implica contrapartidas e compromissos acrescidos ao Estado, no sentido de intervir para corrigir as desigualdades estruturais" resultantes do afastamento e insularidade. É um princípio que vincula a solidariedade do Estado e que estabelece obrigações de ordem financeira (art.103º), de transportes marítimos e aéreos, telecomunicações, rádio e televisão, combustíveis, livros e publicações.

Os símbolos da Região Autónoma

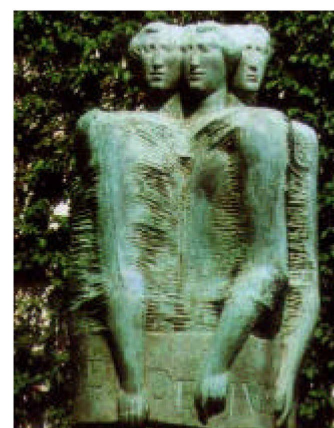
Os elementos simbólicos que fazem parte do imaginário autonómico. A bandeira, o escudo, o selo branco e o hino são a expressão disso. Foram aprovados pela Assembleia Regional em 28 de Julho de 1978; o brasão de armas foi em sessão plenária de 17 de Janeiro de 1991. Junta-se, ainda, a vinculação histórica através do estabelecimento do dia 1 de Julho, o dia da descoberta oficial do arquipélago, como o dia da Região. A primeira comemoração aconteceu em 1985.

Neste contexto destaca-se a construção de um monumento evocativo à autonomia, inaugurando em 1987, na proximidade do aeroporto, sendo transferido para a actual praça de autonomia em 1990.



Edifício da Assembleia Legislativa Regional

Primeiro construído por ordem de D. Manuel para sede da Alfândega do Funchal , foi desocupado anos quarenta com a construção das novas instalações. Em 1982 foi restaurado, num projecto de Chorão Ramalho para e instalar a sede da Assembleia Legislativa Regional.



Trilogia dos Poderes. Escultura de Amândio de Sousa. Pátio da Assembleia Legislativa



Autonomia: Escultura de Ricardo Velosa



Dr. Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues [1943-]: licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado à Assembleia Constituinte, entre 1974 e 1976, e primeiro Presidente da Assembleia Regional da Madeira entre 1976 e 1984.



Presidência do Governo Regional da Madeira

Hoje, Quinta Vigia, foi no passado, conhecida Quinta das Angústias, por a capela ter a invocação de Nossa Senhora das Angústias. Pertenceu a D. Guiomar de Sá, ficando o mirante com o seu nome.

Aqui esteve alojado alguns meses, no ano de 1849, o Duque de Leuchtenberg, que veio à ilha à procura do clima ameno para a cura da tísica pulmonar. Em 1852 os mesmos aposentos receberam a Imperatriz D. Amélia do Brasil e a sua filha.

Os partidos políticos e as eleições

No quadro político constitucional não existem partidos políticos regionais. Não obstante em 1976 terem surgido várias associações que poderiam ter-se transformado em partidos políticos regionais, por força da legislação, tiveram de se associar aos nacionais. Foi assim com a UDP e PPD.

O quadro partidário da região é definido pela presença dos partidos nacionais que adquirem, por razões óbvias, algumas autonomia em relação às direcções partidárias nacionais. Os actos eleitorais entre 1976 e 2000 contaram com oito partidos e coligações. O eleitorado distribui-se só por cinco forças partidárias (PSD, UDP, PS, CDS e PCP), não conseguindo os demais votações significativas. A única excepção foi o PSN que em 1992 conseguiu eleger um deputado.

Apenas o PCP ao longo do processo eleitoral tem-se apresentado sob a forma de coligação. Em 1976 com a FEPU (Frente Eleitoral Povo Unido), seguindo-se em 1980 e 1984 a APU (Aliança Povo Unido), e em 1988, 1992, 1996 e 2000 como CDU (Coligação Democrática Unitária).

Partido	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000
PPD/PSD	29	35	40	41	39	41	41
PS	8	5	6	7	12	13	13
UDP	2	2	2	3	2	1	2
CDS	2	1	1	2	2	2	3
PCP	-	1	1	-	1	2	2
PSN	-	-	-	-	1	-	-
Total	41	44	50	53	57	59	61

O Governo e a prática governativa

A efectiva governação do arquipélago só teve lugar a partir das primeiras eleições regionais e com a tomada de posse do primeiro governo constitucional em 1 de Outubro de 1976.A intervenção do governo é estabelecida anualmente nos orçamentos, que mais não são do que a expressão financeira corrente do programa de governo e do plano. O plano define os objectivos económicos e os meios a atingir através de um desenvolvimento harmonioso de todos os sectores.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia permitiu os financiamentos necessários para combater as assimetrias e a aposta num desenvolvimento harmonioso das regiões, como foi o caso da Madeira.

No período de transição tivemos uma *Junta de Planeamento* e a *Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional*. A primeira esteve em efectividade de funções de 25 de Março a 5 de Agosto de 1975, enquanto a segunda de 20 de Março a 23 de Abril de 1976. O primeiro governo saído das Eleições regionais, chefiado pelo Engenheiro Ornelas


Bairro da Nazaré

A política de habitação

A política de habitação social surgiu a partir de 1939. De acordo com esse pressuposto a Câmara do Funchal construiu, entre 1939 e 1968, 254 fogos nos bairros sociais de S. Gonçalo, Sta Maria e Viveiros.

Com o processo de autonomia, em 1976 o Governo Regional juntou-se à Câmara nesta política de incremento da habitação social. Esta ficou definida da forma clara em 1988 com a criação do Instituto de Habitação da Madeira. Desde então a política assenta no apoio às famílias mais carenciadas através da construção para arrendamento social, da ajuda à recuperação dos fogos degradados, do apoio aos municípios, cooperativas e empresas, e do programa de arrendamento de fogos no mercado.

Hoje esta política de habitação social abrange mais de 16,5% da população madeirense, consistindo em 4300 fogos de arrendamento social, 2000 fogos resultantes de cooperativas de habitação e 3500 habitações particulares reabilitadas ou recuperadas.


Aeroporto do Funchal

Camacho exerceu funções de 1 de Outubro de 1976 a 3 de Março de 1978. Com a tomada de posse de novo governo, a 17 de Março de 1978, iniciou-se uma nova fase de governação pautada pela presidência de Alberto João Jardim marcada por empreendimentos que permitiram o actual estádio de progresso.

A intervenção governamental nos vários sectores da sociedade e economia permitiu significativos avanços nos últimos vinte e cinco anos.

Uma das principais preocupações governamentais foi também a habitação social, avançando-se em 28 de Junho de 1978 com o processo para a construção do complexo habitacional da Nazaré.

Outra foi na ilha do Porto Santo, sujeita à dupla insularidade, avançando-se em 1978 com a construção da central dessalinizadora e o porto de abrigo. A aproximação desta ilha à Madeira foi conseguida em 1983 com a aquisição de um *catamarã* para as referidas ligações marítimas. Esta política de afirmação do Porto Santo obrigou à criação de uma delegação do governo regional.

A mesma política de facilitação das acessibilidades e de travar o isolamento, com uma política de transportes e obras públicas, foi uma das principais apostas na Madeira. Em 1982 avançou-se com o projecto de ampliação do aeroporto que se conclui em 2002 com a nova aerogare, precedida pela abertura da pista intercontinental.

O desastre aéreo de 1977 deve ter ponderado nesta aposta de alargamento e ampliação da pista para 1800 metros, a que se juntaram depois cerca de mil metros.

A realização das obras das duas fases finais teve o custo total de 106 milhões de contos. Porque foi considerada um factor de coesão nacional e comunitária, teve o financiamento, entre 1991 e 2000, em cerca de 65% dos 69.157 milhões de contos dos fundos comunitários.

A aposta no aeroporto resulta do facto de o transporte aéreo ser fundamental para a afirmação do Turismo. Esta actividade centenar, que começou no transporte marítimo cedeu no último quartel do século XX o lugar ao aéreo.

A obra do aeroporto era necessária para o turismo um dos sectores preferenciais da economia do arquipélago. Neste sentido foi criada em 1983 a Secretaria Regional dedicada a área do Turismo que se aliou à Cultura. Hoje os seus indicadores económicos são reveladores da dimensão assumida.

O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

ANO	HÓTEIS	CAMAS	HÓSPEDES	DORMIDAS	PESSOAL SERVIÇO	MOVIMENTO AVIÕES
1962	29	1 928	15 936	155 085	-	-
1970	60	3 625	84 488	606 270	1 851	3 205
1980	81	11 454	328 256	2 410 689	4 520	11 000
1990	85	13 419	520 515	3 356 178	4 491	15 289
2000	186	22 936	284 507	1 713 978	5 798	-

As conquistas da Revolução de 1974 e o processo autonómico conseguiram estancar a emigração, uma constante da sociedade madeirense, reconvertendo-a para uma sazonalidade rumo às Ilhas do Canal. A existência de uma importante comunidade madeirense em todo o mundo levou o governo a dar especial atenção ao sector. A 2 de Julho de 1976 surgiu o *Centro do Emigrante Madeirense*. Mas a referência à tradição emigratória do madeirense ficou expressa no monumento inaugurado em 1982 na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses. Depois avançou-se para uma participação dos emigrantes na vida política local através do *Congresso das Comunidades Madeirenses*, que teve o seu primeiro encontro em 1984. Ainda em 1989 o dia 1 de Julho, dia da Região, foi declarado Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses.

O desenvolvimento e valorização da economia local fez-se através de uma política de valorização das indústrias e da criação de parques industriais, surgindo o primeiro na Cancela, Caniço, em 1981.

Na agricultura a aposta foi nas culturas da bananeira e da vinha. A primeira manteve-se apenas enquanto usufruiu uma posição privilegiada no mercado nacional. A vinha tomou um rumo distinto, com a criação do Instituto do Vinho da Madeira (1979), definiu-se uma política de reconversão no sentido de recuperar as castas tradicionais de vinho Madeira que lhe granjearam fama no passado.

O sector da saúde foi um dos primeiros a ser regionalizado permitindo que se lançasse um sistema regional, com uma rede de centros de saúde em toda a ilha.

A orografia, sem dúvida a maior dificuldade que só foi totalmente ultrapassada com a autonomia. Nos anos cinquenta o Estado Novo completou o circuito de estradas à volta da Ilha, mas o esbater das distâncias foi uma conquista apenas dos anos oitenta com a política de viadutos, túneis levou ao estabelecimento de vias rápidas na vertente sul e desta com o norte.

O progresso de todo o arquipélago só foi possível graças a uma política de infra estruturas imprescindíveis na área dos transportes terrestres e marítimos. A rede viária, fundamental para aproximar as povoações, foi na Madeira um dos grandes temas de debate e combate político. Tudo começou em 1988 com o viaduto do aeroporto, completando-se no ano 2000 com a via rápida aeroporto Ribeira Brava e o túnel rodoviário da Encumeada.

A realização de todos estes empreendimentos só foi possível com o apoio financeiro da Comunidade Económica Europeia. A partir de 1986 a adesão de Portugal à CEE facilitou à Madeira o financiamento das obras necessárias e o superar das dificuldades proporcionando um desenvolvimento integrado. Para isso contribuiu a aposta a partir de 1975 na política regional como forma de reforçar o espírito comunitário. Neste sentido surgiu em 1985 o *Fundo Europeu para o*



Via Rápida: Funchal-Ribeira Brava

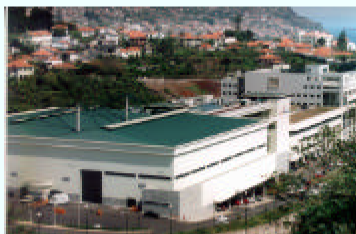
A REDE VIÁRIA DA MADEIRA

As condições orográficas da ilha, associadas à disposição da linha da costa condicionaram as comunicações entre os diversos núcleos de povoamento da ilha. Até ao evento do automóvel, no século XX, o mar era o principal elo de ligação definindo uma valorização dos espaços de ocupação do litoral.

A presença do automóvel desde 1904 veio a revolucionar o sistema de transportes na ilha obrigando a elevados investimentos na construção de estradas.

O primeiro projecto de uma estrada até Câmara de Lobos é de 1790 mas só foi iniciado pelo governador civil José Silvestre Ribeiro, que fez construir em 1848 a Ponte do Ribeiro Seco. Todavia o grande impulso da rede viária deu-se apenas a partir da 1.ª República por intermédio da Junta Agrícola, que deu continuidade ao projecto da estrada entre o Funchal e Câmara de Lobos, fazendo-a chegar à Ribeira Brava e São Vicente. Assim neste período concluíram-se 120 Km de estradas, ficando reservado para o Estado Novo outros 143 Km com a conclusão em 1955 da via à volta da Ilha.

Em 1975 a rede viária resumia-se a 265 Km que com o processo autonómico dos últimos 25 anos do século XX foram ampliados para o dobro. A partir daqui, ao aumento e melhorias da rede existente, aposta-se na definição de uma política de acessibilidades que privilegia a vertente sul, com a via rápida Ribeira Brava / Aeroporto (1997/2000) e uma maior aproximação à encosta norte com o túnel da Encumeada e via Machico-Faial.


Madeira Tecnopolo

A UNIÃO EUROPEIA

1951.Abril.18: criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.
1957.Março.25: Tratado de Roma instituindo a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica.
1962.01.01: criação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).
1965.04.08: tratado de Fusão que institui um Conselho único e uma comissão única.
1968.07.01: entrada em vigor da união aduaneira comum, abolindo direitos alfandegários entre os estados membros.
1973.01.01: adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca
1975: criação de Instrumentos de Política Regional: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Comité de Política Regional.
1979.03.10: entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu.
1981.01.01: adesão da Grécia
1986.01.01: adesão de Portugal e Espanha
1986.02.17: assinatura do Acto Único Europeu.
1992.02.07: Tratado de Maastricht.
1997: Tratado de Amesterdão – reconhecimento das zonas ultraperiféricas
1999.01.01: entrada do Euro no circuito financeiro dos Estados Membros
2002.01.01: entrada em circulação do Euro.

PORTUGAL NA UNIÃO EURPEIA

1977.03.28: Portugal apresentou o pedido de Adesão
1985.06.05: a Assembleia Regional da Madeira aprovou a integração da RAM na adesão de Portugal à CEE.
1985.06.12: assinatura em Lisboa dos actos de adesão de Portugal à CEE.
1986.01.01: Portugal é membro de pleno direito das Comunidades Europeias.

Desenvolvimento Regional (FEDER). Em 1991 o *Tratado da União Europeia* estabeleceu a política regional e de coesão, criando o *Comité das Regiões* e o *Fundo de Coesão*. A Madeira recebeu no primeiro e segundo quadro comunitário de apoio(entre 1986 e 1999) 176,7 milhões de contos e para o terceiro (2000-2006) as verbas previstas são de 140 milhões de contos.

A Madeira na União Europeia

O posicionamento periférico da Madeira nunca fez com que a ilha se afastasse do vínculo europeu. No período áureo dos descobrimentos os principais laços estavam na Europa e só a partir do século XVII os ingleses a transformaram numa ponte entre a Europa e o mundo colonial.

A entrada de Portugal na comunidade económica europeia permitiu estreitar o vínculo madeirense ao velho continente. A 5 de Junho de 1985 a Assembleia Regional da Madeira aprovou a integração da RAM na adesão de Portugal à CEE, que aconteceu a partir de 1 de Janeiro de 1986.

A resolução do Parlamento Regional reconhece as vantagens da adesão para o progresso económico e o reforço do contributo insular para a formação da comunidade. A situação não relega para segundo plano as especificidades que se reforçam através da coesão económica e social. Estas características particulares da Madeira e dos Açores ficaram definidas no tratado de adesão, assinado a 12 de Junho de 1985. Em 1988 a comunidade perante o memorando apresentado pelas Regiões Autonómas da Madeira e dos Açores, aprovou um programa de medidas específicas no sentido da sua plena integração no mercado único. Foi o princípio do reconhecimento do "Estatuto Especial das Regiões Ultraperiféricas" consagrado no tratado de Mastricht na Declaração comum sobre as Regiões Ultraperiféricas.

A correcção dos desequilíbrios internos de desenvolvimento e a política de coesão comunitária foram assegurados pelos diversos quadros comunitários (I QCA 1989-1993; II QCA-94-99) e o fundo de coesão, para além de outros apoios no âmbito dos diversos programas comunitários (PEDAD, FEDER, POSEIMA (1992), FEOGA e FSE), que permitiram que a Madeira tivesse assegurados os meios financeiros para combater as assimetrias. As verbas comunitárias foram fundamentais para o desenvolvimento sócio-económico da região e representam a parte mais significativa das transferências do orçamento do estado, que atingem 94% em 1992. Foi com esses fundos que a Madeira venceu o subdesenvolvimento e entrou em pleno numa era do progresso e bem estar social.

Para saber mais ...

Condicionalismos e formas da autonomia

Art. 225º Regime político-administrativo dos Açores e da Madeira

"1. O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares." [*Constituição da República Portuguesa*.1976]

FORMAS DE AUTONOMIA

Autonomia normativa ou legislativa: poder atribuído a autoridades não soberanas para estabelecer normas e leis próprias.

Autonomia estatutária: capacidade de poder redigir os seus próprios estatutos de acordo com o processo de formação e de orientação política regional.

Autonomia administrativa: concessão de atribuições de natureza administrativa. Aqui os actos normativos são apenas regras próprias da função administrativa.

Autonomia política: é-lhe conferida pela possibilidade legislativa em conjugação com o exercício do poder executivo e da possibilidade de eleição dos titulares dos órgãos representativos,

Autonomia financeira: capacidade de administrar as receitas, assegurando os meios necessários para o cumprimento das suas competências

"Autonomia administrativa consiste no poder conferido aos órgãos de uma pessoa colectiva de direito público de praticar actos administrativos definitivos, que serão executórios desde que obedeçam a todos os requisitos para tal efeito exigidos por lei. (...)

Autonomia financeira verifica-se quando os rendimentos do património da pessoa colectiva e os outros que a lei lhe permita cobrar sejam considerados receita própria aplicável livremente, segundo o orçamento privativo, às despesas ordenadas por exclusiva autoridade dos seus órgãos."
[Marcello Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, Lisboa, 1965]

O exercício do poder é indissociável do território, sendo a Geografia determinante no apelo à divisão e repartição de poderes, como factor fundamental da eficácia governativa. No processo autonómico estes justificam a sua existência.

A ideia de região não se confunde com a de território, pois é entendida como comunidade e espaço vivido que se diferencia por factores de ordem histórica e cultural. A região não se define apenas por uma homogeneidade de condições eco-sistémicas, sendo uma realidade sentida e vivida pelos seus habitantes. A ilha é uma região particular, dispondo de uma identidade própria e afirmando-se como uma unidade social, económica e política. O mar, que actua como factor de aproximação e isolamento, é a principal determinante desta individualização.

Os textos que fundamentam o processo autonómico na bacia mediterrânica valorizam as dominantes geográficas e históricas. Esta ideia surge na Constituição italiana (1948), repete-se na portuguesa (1976) e espanhola (1982). Neste último caso apresentam-se três formas de expressão:

1. regiões definidas por "características históricas, culturais e económicas comuns";
2. os territórios insulares;
3. as "províncias com identidade regional histórica".

A autonomia é assim fruto da existência de uma "entidade regional histórica", ideia que é reforçada no articulado dos estatutos. Nas Canárias (1982) é apresentada como a "expressão da sua identidade", nas Baleares (1983) fala-se em "identidade histórica". Em França os estatutos da Córsega (1982) definem uma organização político-institucional específica, assente na Geografia e História. Estas condições justificam o direito à diferença na orgânica governativa, sendo a descentralização política uma forma de promoção do desenvolvimento regional e de consolidação da coesão e unidade do Estado.

A expressão do poder no território acontece de forma unitária ou descentralizada. A descentralização do poder assume pelo menos três níveis:

1 – Constitucional, contempla liberdade constitutiva e autonomia normativa com carácter político, como acontece num estado federado em que estamos perante a divisão de decisões e funções de governo.

2 - Política, retira a liberdade constitutiva ficando apenas a de dispor-se da possibilidade da autonomia normativa, condicionada ao estabelecido no estatuto e na Constituição.

3 – Administrativa, é a forma mais simples de descentralização e assenta apenas na área administrativa do território.

A segunda forma de descentralização dá lugar ao **Estado regional**, que surge como uma forma intermédia entre o federal e o unitário. Esta definição ajusta-se ao regime constitucional de Itália, após a IIª Guerra Mundial, de Portugal (1976) e Espanha (1978).

A afirmação da região não se estabelece por decreto mas sim através da cultura e História, que são os elementos geradores da consciência regional e do sentimento de pertença a uma comunidade. Por outro lado esta identidade expressa-se através de símbolos, como o hino e a bandeira que são factores potenciadores da unidade.

O **Regionalismo** surge em França a partir de finais do século XIX e cedo se alargou até à Península Ibérica. É um movimento aberto a todos os sectores políticos e sócio-profissionais da sociedade que pretende defender os interesses da região, da sua diferenciação cultural através da promoção da cultura e História.

O discurso regionalista afirmou-se sempre em conjunturas de crise. As dificuldades de ordem económica evidenciavam o sentimento de orfandade da região em relação ao poder central e revelavam a sua impotência na solução dos problemas locais. Entre nós, até Abril de 1974, foi sempre o discurso da oposição. A partir da Revolução Liberal a necessidade de descentralização política passou para a ribalta da discussão política madeirense, sendo assumida como uma forma de oposição ao poder vigente, por este não atender aos principais anseios, insistentemente reclamados.

Em finais do século XIX os republicanos agitaram o discurso autonomista nas ilhas no enfrentamento como governo. A implantação da República em 1910 não avançou nada em termos da autonomia, passando a sua defesa para os sectores monárquicos e conservadores da sociedade madeirense. As mudanças políticas ou de regime mereceram a adesão espontânea dos autonomistas que depositaram excessiva confiança na concretização dos seus anseios. Sucedeu assim em 1910 com a República como em 1926 com o regime da ditadura.

Conceito de autonomia

AUTONOMIA é um conceito polifacetado com múltiplos significados de acordo com a posição do emissor. Fala-se em autonomia política, administrativa, da junção das duas; da autonomia especial ou ordinária, caso da constituição italiana de 1948, da autonomia ao nível filosófico e psicológico.

O político, o economista, o historiador poucas vezes estão de acordo sobre isso. Para a historiografia o conceito adquiriu várias matizes conforme o momento histórico a que se orienta: no antigo regime tem contornos jurídicos-institucionais distintos daqueles que terá com o advento do movimento liberal. É, aliás, em fins do século XIX que o conceito ganhou consistência jurídica, sendo para ingleses e americanos o "home rule .

O conceito, na sua expressão actual, é uma conquista do século XX, mas a realidade está presente desde

ESTADO REGIONAL. A designação surge pela primeira vez na constituição italiana(1948)para definir uma forma intermédia entre o Estado unitário e Estado Federal sendo caracterizado pela garantia constitucional de autonomia política da região.

REGIONALISMO. O movimento regionalista não se firmou apenas no combate pela autonomia. Os seus arautos foram personalidades que se destacaram no estudo e promoção da História e cultura. Neste contexto destacam-se as comemorações do IV Centenário do Descobrimento da Madeira que decorreu nos anos de 1922 e 1923. Enquadrado nestas festividades tivemos o projecto de publicação do "Elucidário Madeirense". Deste grupo resultou a chamada tertúlia "O Cenáculo", onde se destacaram personalidades como o Major Reis Gomes e o Padre Fernando Augusto da Silva.

A promoção dos estudos literários e históricos foi uma realidade no primeiro quartel do século XX. Muitos dos que se evidenciaram na luta autonomista foram também vultos de relevo no panorama literário. É o caso de Ernesto Gonçalves, Visconde do Porto da Cruz, Luís Vieira de Castro,(...).

A imprensa foi um importante veículo de propaganda política e cultural, destacando-se *O Jornal da Madeira*, *Heraldo da Madeira*, *Diário da Madeira*, *Diário de Notícias*.

FEDERALISMO. O Federalismo actual surge com a independência dos Estados Unidos da América e define a existência de duas comunidades: local e nacional, em que se expressam formas de governo distinto. A divisa dos EUA, "Pluribus unum"[um por todos] expressa de forma clara esta realidade

O sistema de autonomia estabelecido para a Madeira e Açores é definido como político-administrativo, no sentido em que as regiões gozam do direito de estabelecer normas e de administração do território.

"HOME RULE" (governo próprio) surge por oposição ao d*irect rule* (governo directo, exercido do exterior) e define a forma de governo estabelecido pela Inglaterra para a Irlanda, que consistia num parlamento com competências próprias e um executivo.

Filipo: É a cidade chamada Crenides que ao ser conquistada por Filipe II da Macedónia tomou tal nome.

A AUTONOMIA ITALIANA

Foi estabelecida pela Constituição de 1947. Todavia a Sicília e a Sardenha usufruíam desde 1944 de um estatuto especial. Esta desconcentração da administração do Estado resumia-se à existência de um Alto Comissário com funções sobre os órgãos da administração, sendo apoiado por uma Junta Consultiva composta por diversas entidades.

MAQUIAVEL[1469-1527] e JEAN BODIN [1529/1596] argumentam a favor de um poder centralizado forte. Enquanto o primeiro se opõe à anarquia italiana apostando na centralização do poder na figura do príncipe, o segundo apresenta a ideia de soberania de acordo com a ideia romana de majestade imperial para afirmar que é perpétua, indivisível e absoluta.

MADEIRA : COLÓNIA OU PROVÍNCIA

A situação da Madeira, desde o século XV, não se diferencia das demais possessões portuguesas no espaço atlântico. A ilha estabelecia vínculos de subordinação institucional idênticos aos de Angola, Cabo Verde ou Brasil, estando a partir de 1642 sob a alçada do Conselho ultramarino. Esta situação perdurou até 1736, altura em que foi criada a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Em 1808 com a saída da coroa para o Brasil estabelecem-se algumas alterações na administração da justiça, passando a Madeira a depender da Casa da Suplicação do Brasil.

A ideia de colónia estava entranhada nas relações institucionais como na linguagem dos funcionários do reino que assiduamente visitavam a ilha em missão. Em 1815 o inspector-geral de Agricultura, José Maria de Fonseca, refere a ilha como colónia. Por outro lado a forma de intervenção do reino é de cariz colonial entregando as missões referentes ao arquipélago a agentes estranhos. Em 1810 foi criada a Junta de Melhoramentos da Agricultura das ilhas com o objectivo de estudar as soluções para a crise. Dela nada resultou acabando extinta em 1821.

Por lei de 9 de Março de 1821 a Madeira deixou de estar dependente da repartição das colónias, passando a ser considerada uma província do continente. Nicolau Caetano Pitta continuava a considerar que a situação real da ilha era de uma colónia: «ficámos elevados à categoria de província no nome, mas que de facto somos tratados como colónia». A verdadeira mudança ocorre a partir dos anos trinta com a reforma de Mouzinho da Silveira, iniciada nos Açores e que se estendeu à Madeira em 1834. A partir desta data os governadores deixam de corresponder-se directamente com a correspondente repartição colonial para passarem a depender das diversas repartições governamentais. O chamado Arquivo da Marinha e Ultramar é disso exemplo deixando de existir documentação madeirense a partir de 1833.

A crise económica de 1882 levou alguém a reclamar da atitude colonial do governo: "Quem sabe se o governo central ainda continuará a olhar para a Madeira como se fora o Congo ou qualquer possessão africana...".

tempos muito recuados, assumindo a forma de regionalismo ou descentralização política.

A autonomia vem do grego e tanto pode significar região, província, usos e costumes que surgiu na Grécia antiga por oposição à alteronomia e anomia, isto é o direito de uma região governar-se por leis próprias. *Filipo* foi o primeiro exemplo disso.

De acordo com o filósofo S. Tomás de Aquino[1224/1274], a sociedade assemelhava-se a um organismo cujo bem estar resultava do exercício autónomo das suas funções. Esta visão antropomórfica da sociedade tinha implicações na organização política da autonomia funcional, que significava "jurisdictio", isto é, poder de fazer leis e posturas, julgar e emitir ordens. Foi a partir daqui que se extraiu a ideia de cooperação da sociedade que definiu a evolução das instituições.

A actual autonomia das regiões insulares portuguesas ficou consagrada na Constituição de 1976. Os argumentos justificativos do processo não são novos, nem se esgotam com o texto da Constituição, podendo-se apontar proximidades com o caso italiano.

A História da autonomia

A aspiração da autonomia nasceu com o homem, mas foi na antiguidade clássica que mereceu a necessária teorização política e a primeira aplicação prática. O sistema de governo definido pelas civilizações grega e romana para os espaços conquistados pode ser considerado a sua primeira expressão. Os territórios ou cidades formavam unidades administrativas independentes, usufruindo de poder legislativo e executivo. A longevidade e afirmação das cidades italianas é resultado disso. Só no século dezanove a formação do reino da Itália (1856-70) acabou com o poder daquelas cidades.

O Senhorialismo medieval ao definir para os senhores feudais um território de poder fora da alçada da coroa enquadra-se no mesmo espírito. Mas a tendência para a afirmação e centralização do poder régio, reforçada pelas teses de **Maquiavel** e **Jean Bodin**, desfez estas formas de poder descentralizado.

O caso da Espanha que culmina em 1492, com a conquista de Granada e a total unificação dos reinos, é exemplo desta política. O movimento continuou em toda a Europa e só no século XVII as disputas autonómicas entraram na ordem do dia, com o caso da Irlanda. Todavia só em 1885 discutiu-se o "Home Rule" que foi aprovado em 1893 e levado à prática desde 1914. Esta política surgira nos Estados Unidos da América em 1872 com John F. Dillon.

Entretanto a Córsega em 1755 havia sido pioneira neste processo, com o movimento autonomista liderado por Pascal Paoli que conduziu ao projecto, não concretizado, de independência a 8 de Maio de 1769.

A Revolução Francesa não deu continuidade às teorias federalistas dos EUA, antes pelo contrário, reforçou a estrutura centralista do poder. Em oposição ao jacobinismo surgiu no século XIX o regionalismo tradicional.

Os anos quarenta do século XX provocaram uma profunda transformação da conjuntura política. A ideia de

autodeterminação, que surge na carta do Atlântico(1941) e ganha vigor nos acordos de Yalta(1945). No fim da Segunda Guerra Mundial o regionalismo passou para a ordem do dia, dando-nos a Itália o exemplo. A Sicília tornou-se região autónoma em 15 de Maio de 1946.

A autonomia na História da Madeira:

Do século XV ao Liberalismo

Segundo o historiador Borges de Macedo, a tradição de ampla autonomia dos "poderes políticos periféricos" é antiga e está enraizada na História portuguesa, como na espanhola e italiana. Aliás, o nascimento de Portugal radica-se nesta opção autonomista. Neste contexto o município era considerado uma das suas expressões máximas.

A Itália foi por muito tempo fruto da afirmação das cidades-estado, até que no século XIX sucedeu o movimento de reunificação. Na vizinha Espanha, as Cortes de Tortosa em 1400 foram o marco para a autonomia da Catalunha, Aragão e Valença, acontecendo o reverso em 1492. O processo regressivo da autonomia continuou até ao século XX, sendo demarcado, primeiro pelo despotismo iluminado e, finalmente, com o liberalismo, o momento de afirmação do processo de centralização do poder, a que a República deu continuidade.

A tradição localista, materializada no municipalismo, não chega, por razões várias, a adquirir uma dimensão regional. Tudo isto foi resultado do processo de transformação do edifício institucional do Antigo Regime. Neste contexto a conjuntura política que serve de base aos descobrimentos é o início do esmorecer desta virtual autonomia, o princípio para a afirmação da centralização expressa nos séculos XVII e XVIII. O regimento das eleições de 1670 materializa esta opção ao definir uma maior intervenção da coroa na estrutura institucional. Esta situação foi secundada pela lei de 16 de Maio de 1832, que retirou todos os poderes executivos aos municípios. O município subordina-se ao provedor, funcionário de nomeação régia. Depois, foi o aparecimento dos distritos pela lei de 25 de Abril de 1835, fundamentado pelo código administrativo de Passos Manuel (1836) que definiu uma hierarquia institucional:

1. distritos,
2. municípios,
3. freguesias.

A perda de autonomia do município atenua-se na República e prolonga-se com o Estado Novo (1936).

O caso do senhorio das ilhas atlânticas, atribuído pela coroa portuguesa em 1433 ao infante D. Henrique é um facto particular revelador de mais uma importante manifestação de descentralização do poder. Ao Infante foram atribuídas funções de ordem administrativa, financeira e normativa, dentro do quadro das limitações impostas pela doação régia.

As ilhas usufruíam, no século XV, de condições especiais que as diferenciam das demais partes do reino, com o senhorio e as capitania. Todavia as cartas de doação definem a precariedade deste processo e a capacidade de mandar e julgar e nunca de legislar. Neste último aspecto deveriam os capitães sujeitar-se aos forais ou regimentos gerais do reino. Esta capacidade de legislar surgiu apenas com a afirmação do município. As posturas são a materialização desse anseio, sendo os seus capítulos uma tentativa de dar voz às legítimas aspirações de uma região, no caso a área do município.

O MARQUÊS DE POMBAL E A REGIONALIZAÇÃO

O Marquês de Pombal acabou com o sistema de donatarias e criou em seu lugar o cargo de Capitão e governador-Geral com amplos poderes. Este poder despótico opõe-se ao descentralizado e local, é considerado a origem da agitação e desordem. Assiste-se ainda a uma governamentalização do poder político, dependendo os diversos cargos da fidelidade política dos nomeados, acentuando-se o cariz colonial do exercício do poder.

A criação desta estrutura descentralizada de poder obedece precisamente a isso. A ela se reconhece o carácter autónomo da administração, sendo o poder assente na jurisdição local (foral e posturas) e no exercício dos magistrados eleitos. Destes últimos, os juizes com alguma capacidade jurisdicional.

A afirmação da capacidade autonómica avança de acordo com o progresso sócio-económico da ilha e das dificuldades de alcançar os centros de decisão. Mais uma vez a geografia é condicionante. Sucede assim na Ponta do Sol (1501), Calheta (1502), S. Vicente (1743). No caso de Santa Cruz (1515) são mais razões sócio-económicas. Em todas as cartas de criação dos três primeiros municípios é expressamente referida a dificuldade de comunicação com a sede do município, no Funchal ou em Machico.

Os alvores do século XVI marcaram um passo atrás neste movimento. Há uma nítida afirmação do poder régio: acabou o senhorio (1498), surgem novas figuras institucionais subordinadas à coroa (corregedor, Provedor...). Tudo isto abriu caminho para o palco da centralização régia. A situação piora com o domínio filipino, ao surgir uma figura - o geral - que centraliza todos os poderes na ilha, tendo continuidade até ao século XVIII. O sistema definido pelo Marquês de Pombal em 1766 é a sua materialização.

A ocupação inglesa em princípios do século XIX foi o prelúdio da transformação do sistema institucional com reflexos evidentes na Madeira. Em Julho de 1801 o governador D. José Manuel da Câmara foi apanhado de surpresa e para não recaírem sobre si todas as responsabilidades convocou à pressa um conselho de oficiais e demais autoridades para ratificarem a sua posição.

Os britânicos ocuparam a Madeira por duas vezes, baseados na defesa dos seus interesses perante a ameaça francesa. Aquando da segunda, a 26 de Dezembro de 1807 o governador Pedro Fagundes Bacellar d'Antas capitulou perante W. C. Beresford, chefe das forças britânicas. A ocupação perdurou até 26 de Março de 1808. A entrega fez-se mediante condições respeitando-se "os mesmos direitos, privilégios e jurisdições com que até agora os fazem a coroa de Portugal"; deste modo acautelava-se a propriedade privada, o livre exercício da veneração religiosa, e "os habitantes ficarão gozando da constituição civil e das leis do presente estabelecidas e administradas". Deste modo a Madeira passou para o domínio de S. Majestade Britânica sendo W.C. Beresford nomeado tenente governador.

Às autoridades solicitou-se o juramento de fidelidade ao novo soberano em acto público a ter lugar no dia 1 de Janeiro de 1808, sendo enviados para o Brasil os que se negaram a fazê-lo. Beresford interveio através de portarias que atingem o movimento do porto do Funchal no sentido de facilitar a circulação, medida que firmava a hegemonia britânica.

A cadeia de funcionamento da justiça, com a Casa da Suplicação e tribunais do reino, estava desfeita e por isso foi criada a Junta para a Justiça por alvará de 20 de Outubro de 1803. Interrompidas as relações com o continente, por força da ocupação de Junot, criou-se uma *Junta Criminal Resolutória*, ficando os seus despachos a depender da confirmação do general inglês. Combateu-se a mendicidade, abriu-se o mercado da cidade aos camponeses para venda directa dos produtos, regulamentou-se a caça e a venda de aves e ovos aboliu-se o dízimo do pescado

A partir de 1808 mudou a situação ficando uma força britânica e o seu comandante, general Mead, apenas com o cargo de superintendente das questões militares.

À morte ou ausência do governador substituía-o o bispo, mas em 1814 surgiu uma excepção com uma junta formada pelo bispo, o corregedor de comarca e o oficial mais graduado e ficou de fora o major-general Gordon, contrariando a sua pretensão..

JUNTAS DOS SÉCS. XIX E XX

A expressão comum para definir uma estrutura institucional dirigida aos interesses da ilha ficou para a História com o designativo de Junta.

Esta tradição surge no século XIX e mantém-se até ao último quartel do século XX com a criação da Junta Governativa, prelúdio do processo autonómico actual.

A primeira experiência surgiu em 1803 com a Junta de Justiça. A saída da Coroa para o Brasil obrigou a um reajustamento no sistema institucional. Deste modo ao nível da justiça o recurso à Casa da Suplicação de Lisboa passa para esta Junta composta pelo Governador e Capitão General, Corregedor da Comarca, Juiz de Fora e Juiz ou Provedor dos resíduos e Capelas. A sua existência prolongou-se para além da Revolução Liberal, pois em 1830 ainda funcionava.

A crise da agricultura, testemunhada nas instruções do corregedor Dr. Veloso de Oliveira, levaram a coroa a estabelecer por alvará régio de 20 de Julho de 1810 a Junta de Melhoramento da Agricultura das Ilhas da Madeira e Porto Santo. Todavia não cumpria com a sua função reunindo apenas uma vez em 1813 e foi extinta em 1821.

A revolta popular conhecida como Maria da Fonte (1846) chegou também à Madeira e foi responsável pela criação de uma Junta Governativa da Madeira em 29 de Abril de 1847, sendo composta por seis vogais.

A primeira República retoma o modelo de junta quando pretende resolver algum problema premente da sociedade madeirense que necessite de uma estrutura institucional. Assim em 11 de Março de 1911, no seguimento da questão Hinton, foi criada a Junta Agrícola com o objectivo de apostar nos melhoramentos agrícolas como forma de evitar o impacto negativo do encerramento das fábricas de aguardente.

Por decreto de 16 de Maio de 1832 foram criadas as Juntas Gerais de Província que na Madeira nunca funcionaram, acabando por ser extintas em 1892 para serem restabelecidas em 1901 como estrutura administrativa de suporte ao processo autonómico.

Ainda no contexto da reforma administrativa liberal surgem em 1835 as Juntas de Paróquia como estrutura de poder local abaixo do município. Todavia estas não funcionaram na Madeira e em 1887 quando o Código Administrativo impõe a sua implantação levantou-se uma revolta popular.



Assembleia Legislativa Regional



Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Regional

Questões da autonomia

AUTONOMIA OU INDEPENDÊNCIA

Ontem como hoje um das questões de debate estava em saber quais os limites da autonomia. A reivindicação de mais e melhor autonomia parece ser entendida no continente como uma via disfarçada para a independência.

No período da Revolta da Madeira (4 de Abril a 2 de Maio de 1931) os ideais autonomistas extremaram-se sendo a revolta confundida com a independência. A título de provocação o governo acenava com a ideia de independência, mas todos afirmavam-se apenas como regionalistas e procuravam desfazer o equívoco dizendo que reclamam autonomia e não "independência política". A 17 de Abril de 1931 um artigo não assinado *Notícias da Madeira* sob o título "independência?" desfazia as acusações do governo: "(...) A Madeira pugna, e tem pugnado, sem desfalecimento, para que os poderes públicos lhe dêem aquela necessária autonomia administrativa que permita desenvolver as suas estupendas fontes de riqueza, as suas extraordinárias possibilidades económicas; é certo também que o povo madeirense possui um vibrante sentimento regionalista, um grande amor por este sagrado torrão, que é uma maravilha bendita da Natureza. É absolutamente verdade!! Mas, autonomia política, mas independência política, não a desejamos, não a queremos. Orgulhamo-nos tanto de ser portugueses, que só uma História nos serve – a de Portugal".

Carlos Frazão Sardinha, um dos intervenientes, em testemunho de 1979 reafirma o que atrás ficou dito: "Nunca em nenhuma circunstância, se falou ou tratou da chamada "independência" da Madeira".

Por outro lado a actual autonomia político-administrativa surgiu no período de 1974-1976, um período conturbado em que a mesma se confundia, por vezes com independência. E parece que este estigma que ainda hoje carrega.

FINANÇAS E AUTONOMIA

Uma ideia domina o debate da autonomia quanto à questão financeira: A cobrança dos impostos e a aplicação do produto líquido não reverte em benefício da região que tanto dele necessita.

Em 1882 lia-se no *Distrito do Funchal* que o governo "só se lembra desta terra para levantar do seu cofre central o produto de tanto sacrifício". Esta reclamação chegou à assembleia pela voz de Manuel José Vieira em intervenção de 7 de Maio de 1883: "sabemos que fazemos parte do reino de Portugal única e exclusivamente para quinhoarmos nos encargos que se renovam ou baptizam com nomes diferentes mas que sempre se acrescentam".

Em 1887 no *Diário de Notícias* apela-se à união e à luta "por todos os meios e incessantemente a fim de se conseguir dos poderes públicos a reparação que nos é devida por meio de obras e providências legislativas que nos assegurem um futuro, não diremos brilhante, mas de modesta prosperidade".

No mesmo jornal vemos em 1924 a mesma acusação de forma clara: "é preciso que os madeirenses unidos pelo mesmo pensamento façam ver de um modo irrecusável aos governos de Lisboa, que são mais alguma coisa do que matéria colectável(...) o povo da Madeira é um povo livre (...) não é escravo nem burro de carga".

Em 1931, em plena euforia da revolta, o discurso dos cabecilhas ia ao encontro desta aspiração dos madeirenses de administrar as suas receitas em benefício próprio. Em manifesto aos madeirenses datado de 21 de Abril, apelava-se à sua adesão à revolta pois a vitória "permitirá falar com liberdade e firmeza, para pedir, para exigir do governo que as suas receitas próprias cá fiquem durante largos anos, a fim de com elas serem executadas obras importantes e de grande necessidade, há largos anos, reclamadas, mas sempre postas de parte, para satisfação de caprichos pessoais e de ódios políticos".

Tal como afirmava o *Notícias da Madeira* em 28 de Abril de 1931 apenas um terço das receitas dava para resolver as necessidades da região. Deste modo, tal como proclamava Pestana Júnior aquilo que a Madeira precisava era de "uma mais larga autonomia administrativa e o gozo de uma maior parte dos seus rendimentos".

Esta questão está ainda em aberto, no sentido de que este é ainda um sector não regionalizado e que escapa ao controle da região

Os símbolos da Região Autónoma da Madeira

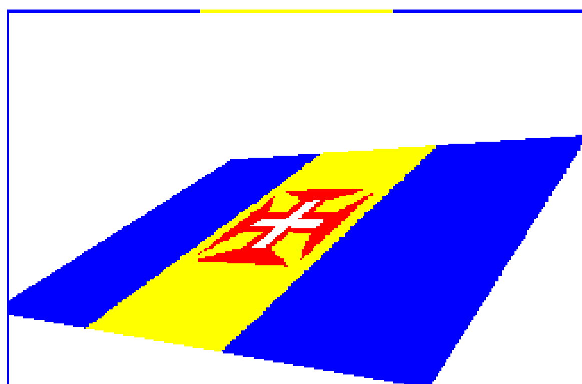
"Art. 1º. É criado o brasão de armas da Região Autónoma da Madeira
Art.2º. É a seguinte a descrição completa do referido brasão de armas :

a) Escudo: peninsular, de azul, com pala de oiro carregada de uma Cruz de Cristo ;
b) Elmo: de frente, de oiro, forrado de vermelho ;
c) Timbre: uma esfera armilar de oiro ;
d) Paquife e Virol : de azul e oiro ;
e) Correias: de vermelho, perfiladas de oiro, com fivelas do mesmo metal ;
f) Suportes: dois lobos marinhos Monachus monachus (Herman) ;
g) Divisa: « DAS ILHAS, AS MAIS BELAS E LIVRES »

[*Decreto Legislativo Regional*, nº.11/91/M, 24 de Abril]

BRASÃO DE ARMAS DA REGIÃO AUTÓNONA DA MADEIRA





A bandeira hasteada

A BANDEIRA DA RAM

(...) O presente diploma institucionaliza portanto, o azul e o oiro como as cores da Região Autónoma da Madeira. O azul que espelha o meio ambiente que constrói a nossa insularidade e que representa, na simbologia heráldica, a nobreza, a formusura, a serenidade. O oiro que espelha a amenidade do nosso clima, decisiva na economia regional, e tem a simbologia heráldica da riqueza, força, fé, pureza e constância. Por outro lado, as insígnias da Região têm um outro símbolo que a distingue, (...), Trata-se da Cruz de Cristo.

A bandeira da Região Autónoma da Madeira tem a forma rectangular, sendo a sua altura dois terços da largura.
Está dividida em três rectângulos iguais, tendo cada um a altura da bandeira e um terço da largura.

O Rectângulo do lado da haste e do outro estremo têm a cor azul.

O Rectângulo do meio, a cor o do oiro.

No rectângulo da cor do oiro figurará a Cruz da Ordem de Cristo.

[*Decreto-Regional*, nº.30/78/M, de 12 de Setembro]



Assembleia Legislativa Regional da Madeira. [Arquivo Fotográfico do *Diário de Notícias* -Funchal]

HINO DA MADEIRA

O Decreto Regional n.° 30/781M, publicado no *Diário do República*, de 12 de Setembro de 1978, constitui um marco histórico no processo autonómico do arquipélago da Madeira ao estabelecer as insígnias da Região Autónoma.

No preâmbulo do referido decreto regional está fundamentada a pertinência da simbologia heráldica da Região Autónoma da Madeira, embora não considerasse ainda o hino e só apenas a bandeira, o escudo e o selo.

O presente diploma vem pois completar o já institucionalizado na lei e na acentuada personalização autonomista população madeirense.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229. da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia Regional da Madeira determina, para valor como lei:

"ARTIGO 1º

É aprovado o hino da Madeira, cuja melodia e letra se publica em anexo e faz parte do presente diploma .

ARTIGO 2º

1 - Nas cerimónias oficiais, o hino da Madeira será executado no início, após o Hino Nacional, e no final. antes deste.

2 - O hino da Madeira será ainda executado em saudação à bandeira da Região Autónoma da Madeira. ao Presidente da Assembleia Regional e ao Presidente do Governo Regional.

ARTIGO 3º

1 - A Região Autónoma da Madeira exerce sobre a sua bandeira, o seu hino, o seu escudo e o seu selo todos os direitos correspondentes a propriedade intelectual.

2 - A reprodução dos símbolos heráldicos referidos no número anterior, para fins comerciais ou outros, carece de autorização do Governo Regional.

ARTIGO 4º

Como símbolos da Região Autónoma da Madeira, , a bandeira. o hino, o escudo e o selo têm direito ao respeito cívico

ARTIGO 5º

O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Aprovado em sessão plenária em 15 de Julho de 1980.
O Presidente da Assembleia Regional. Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues"
[Decreto Regional n.° 11 /80/M]

SIMBOLOS E GALARDÕES

1978.Setembro.12 : insígnias da RAM.

Novembro.1: A bandeira de região passa a ser içada nos edifícios públicos regionais.

1979.Agosto.28 : medalha de mérito turístico da RAM

1980.Setembro16: Hino da Região

1983.Julho.01: Primeira comemoração do Dia da Região.

1986.Setembro.11: :medalha desportiva regional

1987.Julho.01 : Inauguração do Monumento à autonomia.

Dezembro.03: Inauguração do edifício sede da Assembleia

1989.Maio.12 : medalha regional de Turismo e Cultura

1990.Outubro.26 : medalha de mérito para a Educação

1991-Abril-24 : Decreto Legislativo Regional que aprova o brasão de armas

1994-Abril.4 : Galardões de mérito comunidades madeirenses

Pauta do Hino da RAM

HINO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Do vale à montanha e do mar à serra,
Teu povo humilde, estóico e valente
Entre a rocha dura te lavrou a terra,
Para lançar do pão a semente.
Herói do trabalho na montanha agreste,
Que se fez ao mar em vagas procelosas,
Os louros da vitória, em tuas mãos calosas
Foram a herança que a teus filhos deste.

REFRÃO

Por esse Mundo além,
Madeira, teu nome continua
Em teus filhos saudosos,
Que além fronteiras
De ti se mostram orgulhosos.
Por esse Mundo além,
Madeira, honraremos tua História
Na senda do trabalho
Nós lutaremos,
Alcançaremos
Teu bem-estar e glória.

Biografias

"Os princípios da democratização e descentralização regional se efectivados na plenitude do seu significado, permitem às populações serem realmente as titulares dos seus destinos.

Ora, para que uma região autónoma possa conscientemente planear o seu futuro e repartir as receitas disponíveis pelas prioridades julgadas mais convenientes não ficando assim à mercê de contingências estranhas, há um sector onde a auto gerência deve indiscutivelmente manifestar-se: o campo financeiro." [Tribuna Livre de 31.12.74, Alberto João Jardim, *Tribuna Livre*, Ponta Delgada, 1995, p.90-91]

"Tentar separar a Madeira do todo nacional, para além de ridículo constitui uma machadada grave na consciência do País. E significa abandonar esta minúscula porção de terra a ambições vorazes e estranhas, das quais não nos saberíamos, nem nos poderíamos defender.

(...) outra coisa é encarar a autonomia, já não com um sentido de defesa política da parte de quaisquer grupos particulares, mas num sentido de solução técnico-económico. Solução que nada tem que ver com a forma de regime político que o Povo elegerá. Mas que se destina a procurar encontrar a melhor fórmula de estruturar as ligações administrativas do Arquipélago com o Continente e de encontrar as instituições locais mais apropriadas. Apropriadas a quê? A justamente fazer também aplicar com eficiência à Madeira as leis vigentes em todo o espaço português. Leis que esperamos virem a ser justas porque de particular incidência na resolução dos problemas das classes mais desfavorecidas.

Repare-se, portanto, que a palavra autonomia, neste sentido, já não se reveste dum manto separatista, quiçás adverso a uma correcta política social. Antes, autonomia aqui é solução de mero alcance técnico. Que só um incrível fenómeno de loucura colectiva poderia desprezar, face à evidente descontinuidade geográfica entre os territórios em consideração. Mas a tecnicidade é um meio para o objectivo comum—desenvolvimento nacional.

A melhoria das condições da vida da população não pode ficar dependente de preconceitos de natureza partidária. O que se procura ao falar de autonomia em relação à Madeira, é a solução estrutural que sirva a causa comum do progresso. Este não pode ser sustido por estratégicas de ocasião."

[Tribuna Livre de 30-10-1974, Alberto João Jardim, *Tribuna Livre*, Ponta Delgada, 1995, pp.12-13]



ALBERTO JOÃO CARDOSO GONÇALVES JARDIM

Alberto João Jardim, filho de Alberto Gonçalves Jardim e D. Marceliana do Patrocínio de Jesus Cardoso nasceu no Funchal em 1943.

Concluída a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra regressou ao Funchal onde foi professor dos ensinos técnico e secundário particular, dirigente cooperativo (União de Cooperativas de Lacticínios, Comissão Administrativa da Cooperativa Agrícola do Funchal) e de diversas associações.

Após o vinte e cinco de Abril foi nomeado pelo VI governo provisório, Director do Centro de Formação Profissional, por ter sido o primeiro classificado do concurso público realizado.

Como jornalista profissional, foi director do *Jornal da Madeira*(1974-78), ficando célebres as suas crónicas em "Tribuna Livre". A colaboração na imprensa mantém-se, publicando assiduamente crónicas no *Jornal da Madeira* e noutras publicações nacionais e das comunidades de emigrantes.

A participação na vida política post-revolução foi muito activa. Esteve ligado aos primeiros movimentos reivindicativos da autonomia, sendo daí que surgiu a ligação ao Partido Social Democrata, criado em 6 de Maio de 1974 por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. Preside à Comissão Política Regional desde o primeiro momento e integrou a comissão política nacional do partido em diversos momentos, sendo Vice-Presidente e Presidente da Mesa do Congresso Nacional do partido.

Em 1976 foi eleito deputado nas listas do PSD à Assembleia da República e Assembleia Regional. Foi líder do grupo parlamentar do PSD na Assembleia Regional, sendo o responsável pela redacção do projecto de estatuto e do histórico decreto-lei de extinção de colonia.

É Presidente do Governo Regional da Madeira desde 1978 e nesta qualidade é membro do Conselho de Estado, do Conselho de Defesa Nacional e do Conselho Superior de Segurança Interna.

É um dos fundadores do Bureau da Assembleia das Regiões da Europa e entre 1987 e 1996 foi o presidente da Conferências das Regiões Periféricas da União Europeia e actualmente Presidente Honorário.

Pertence ao Bureau do Comité das Regiões da União Europeia e representou Portugal no Conselho Consultivo da Política Regional e Local da Comunidade Europeia. É também um dos representantes portugueses no Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa.

A Madeira nos textos constitucionais

A partir da revolução liberal a situação jurídico-institucional da Madeira ficou definida nos diversos textos constitucionais aprovados no parlamento. A constituição de 1822[título II, artigo 20] estabelece pela primeira vez a separação das ilhas das colónias, anexando-as ao continente, mas a passagem da ilha de província ultramarina a província do reino só aconteceu em 1834. Na constituição de 1933[título VI, artigo 124] as ilhas deixaram de ser adjacentes e adquiriram um estatuto, com direito a regulamento especial., aprovado apenas em 1940.

Pela primeira vez em 1838 reconheceu-se a necessidade de leis especiais para as províncias ultramarinas, mas só com a República ficou estabelecido em 1911 um regime de descentralização.

Na revisão constitucional de 1971 faz-se referência à «Autonomia das províncias ultramarinas». A autonomia política das ilhas só foi alcançada pela constituição de 1976, que as define como « regiões autónomas»[título VII, artigos 227 a 236].

Com a Constituição de 1976 ficou definida a autonomia política administrativa das ilhas nos seus múltiplos domínios:

1. político [art. 6/2, 225, 231]
2. normativo [art.112/1, 228, 232]
3. administrativo [art. 22]
4. económico e financeiro [art. 164/7, 229/3]

O processo político decorrente obrigou a diversas revisões em 1982, 1989, 1992 e 1997 ao primitivo texto constitucional. Em 1982 ficou reforçada a capacidade legislativa das Regiões autónomas em matéria fiscal própria, ao mesmo tempo que o cargo de Ministro da República sofre algumas alterações, deixando de ter assento no conselho de Ministros

Constituição de 1976

TÍTULO VII
Regiões Autónomas

Artigo 225.º - (Regime político-administrativo dos Açores e da Madeira)

1. O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.
2. A autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.
3. A autonomia político-administrativa regional não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição.

Artigo 226.º - (Estatutos)

1. Os projectos de estatutos político-administrativos das regiões autónomas serão elaborados pelas assembleias legislativas regionais e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República.
2. Se a Assembleia da República rejeitar o projecto ou lhe introduzir alterações, remetê-lo-á à respectiva assembleia legislativa regional para apreciação e emissão de parecer.
3. Elaborado o parecer, a Assembleia da República procede à discussão e deliberação final.
4. O regime previsto nos números anteriores é aplicável às alterações dos estatutos.

Artigo 227.º - (Poderes das regiões autónomas)

1. As regiões autónomas são pessoas colectivas territoriais e têm os seguintes poderes, a definir nos respectivos estatutos:
a) Legislar, com respeito pelos princípios fundamentais das leis gerais da República, em matérias de interesse específico para as regiões que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania;
b) Legislar, sob autorização da Assembleia da República, em matérias de interesse específico para as regiões que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania;
c) Desenvolver, em função do interesse específico das regiões, as leis de bases em matérias não reservadas à competência da Assembleia da República, bem como as previstas nas alíneas f), g), h), n), t) e u) do n.º 1 do artigo 165.º;
d) Regulamentar a legislação regional e as leis gerais emanadas dos órgãos de soberania que não reservem para estes o respectivo poder regulamentar;
e**)** Exercer a iniciativa estatutária, nos termos do artigo 226.º;
f) Exercer a iniciativa legislativa, nos termos do n.º 1 do artigo 167.º, mediante a apresentação à Assembleia da República de propostas de lei e respectivas propostas de alteração;
g) Exercer poder executivo próprio;
h) Administrar e dispor do seu património e celebrar os actos e contratos em que tenham interesse;
i) Exercer poder tributário próprio, nos termos da lei, bem como adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades regionais, nos termos de lei-quadro da Assembleia da República;
j) Dispor, nos termos dos estatutos e da lei de finanças das regiões autónomas, das receitas fiscais nelas cobradas ou geradas, bem como de uma participação nas receitas tributárias do Estado, estabelecida de acordo com um princípio que assegure a

efectiva solidariedade nacional, e de outras receitas que lhes sejam atribuídas e afectá-las às suas despesas;
l) Criar e extinguir autarquias locais, bem como modificar a respectiva área, nos termos da lei;
m) Exercer poder de tutela sobre as autarquias locais;
n) Elevar povoações à categoria de vilas ou cidades;
o) Superintender nos serviços, institutos públicos e empresas públicas e nacionalizadas que exerçam a sua actividade exclusiva ou predominantemente na região, e noutros casos em que o interesse regional o justifique;
p) Aprovar o plano de desenvolvimento económico e social, o orçamento regional e as contas da região e participar na elaboração dos planos nacionais;
q) Definir actos ilícitos de mera ordenação social e respectivas sanções, sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 165.º;
r) Participar na definição e execução das políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, de modo a assegurar o controlo regional dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico-social;
s) Participar na definição das políticas respeitantes às águas territoriais, à zona económica exclusiva e aos fundos marinhos contíguos;
t) Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes;
u) Estabelecer cooperação com outras entidades regionais estrangeiras e participar em organizações que tenham por objecto fomentar o diálogo e a cooperação inter-regional, de acordo com as orientações definidas pelos órgãos de soberania com competência em matéria de política externa;
v) Pronunciar-se por sua iniciativa ou sob consulta dos órgãos de soberania, sobre as questões da competência destes que lhes digam respeito, bem como, em matérias do seu interesse específico, na definição das posições do Estado Português no âmbito do processo de construção europeia;
x) Participar no processo de construção europeia mediante representação nas respectivas instituições regionais e nas delegações envolvidas em processos de decisão comunitária quando estejam em causa matérias do seu interesse específico.

2. As propostas de lei de autorização devem ser acompanhadas do anteprojecto do decreto legislativo regional a autorizar, aplicando-se às correspondentes leis de autorização o disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 165.º.

3. As autorizações referidas no número anterior caducam com o termo da legislatura ou a dissolução, quer da Assembleia da República, quer da assembleia legislativa regional a que tiverem sido concedidas.

4. Os decretos legislativos regionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 devem invocar expressamente as respectivas leis de autorização ou leis de bases, sendo aplicável aos primeiros o disposto no artigo 169.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 228.º - (Autonomia legislativa e administrativa)

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 112.º e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 227.º, são matérias de interesse específico das regiões autónomas, designadamente:
a) Valorização dos recursos humanos e qualidade de vida;
b) Património e criação cultural;
c) Defesa do ambiente e equilíbrio ecológico;
d) Protecção da natureza e dos recursos naturais, bem como da sanidade pública, animal e vegetal;
e) Desenvolvimento agrícola e piscícola; f) Recursos hídricos, minerais, termais e energia de produção local;
g) Utilização de solos, habitação, urbanismo e ordenamento do território;
h) Vias de circulação, trânsito e transportes terrestres;
i) Infra-estruturas e transportes marítimos e aéreos entre as ilhas;
j) Desenvolvimento comercial e industrial;
l) Turismo, folclore e artesanato;
m) Desporto;
n) Organização da administração regional e dos serviços nela inseridos;
o) Outras matérias que respeitem exclusivamente à respectiva região ou que nela assumam particular configuração.

Artigo 229.º - (Cooperação dos órgãos de soberania e dos órgãos regionais)

1. Os órgãos de soberania asseguram, em cooperação com os órgãos de governo regional, o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando, em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade.
2. Os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente às questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos de governo regional.
3. As relações financeiras entre a República e as regiões autónomas são reguladas através da lei prevista na alínea t) do artigo 164.º.

Artigo 230.º - (Ministro da República)

1. O Estado é representado em cada uma das regiões autónomas por um Ministro da República, nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, ouvido o Conselho de Estado.

2. Salvo o caso de exoneração, o mandato do Ministro da República tem a duração do mandato do Presidente da República e termina com a posse do novo Ministro da República.
3. O Ministro da República, mediante delegação do Governo, pode exercer, de forma não permanente, competências de superintendência nos serviços do Estado na região**.**
4. Em caso de vagatura do cargo, bem como nas suas ausências e impedimentos, o Ministro da República é substituído pelo presidente da assembleia legislativa regional.

Artigo 231.º - (Órgãos de governo próprio das regiões)

1. São órgãos de governo próprio de cada região a assembleia legislativa regional e o governo regional.
2. A assembleia legislativa regional é eleita por sufrágio universal, directo e secreto, de harmonia com o princípio da representação proporcional.
3. O governo regional é politicamente responsável perante a assembleia legislativa regional e o seu presidente é nomeado pelo Ministro da República, tendo em conta os resultados eleitorais.
4. O Ministro da República nomeia e exonera os restantes membros do governo regional, sob proposta do respectivo presidente.
5. É da exclusiva competência do governo regional a matéria respeitante à sua própria organização e funcionamento.
6. O estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas é definido nos respectivos estatutos político-administrativos.

Artigo 232.º - (Competência da Assembleia Legislativa Regional)

1. É da exclusiva competência da assembleia legislativa regional o exercício das atribuições referidas nas alíneas a), b) e c), na segunda parte da alínea d), na alínea f), na primeira parte da alínea i) e nas alíneas l), n) e q) do n.º 1 do artigo 227.º, bem como a aprovação do orçamento regional, do plano de desenvolvimento económico e social e das contas da região e ainda a adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades da região.
2. Compete à assembleia legislativa regional apresentar propostas de referendo regional, através do qual os cidadãos eleitores recenseados no respectivo território possam, por decisão do Presidente da República, ser chamados a pronunciar-se directamente, a título vinculativo, acerca de questões de relevante interesse específico regional, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 115.º.
3. Compete à assembleia legislativa regional elaborar e aprovar o seu regimento, nos termos da Constituição e do estatuto político-administrativo da respectiva região.
4. Aplica-se à assembleia legislativa regional e respectivos grupos parlamentares, com as necessárias adaptações, o disposto na alínea c) do artigo 175.º, nos n.os 1, 2 e 3 do artigo 178.º e no artigo 179.º, com excepção do disposto nas alíneas e) e f) do n.º 3 e no n.º 4, bem como no artigo 180.º, com excepção do disposto na alínea b) do n.º 2.

Artigo 233.º - (Assinatura e veto do Ministro da República)

1. Compete ao Ministro da República assinar e mandar publicar os decretos legislativos regionais e os decretos regulamentares regionais.
2. No prazo de quinze dias, contados da recepção de qualquer decreto da assembleia legislativa regional que lhe haja sido enviado para assinatura, ou da publicação da decisão do Tribunal Constitucional que não se pronuncie pela inconstitucionalidade de norma dele constante, deve o Ministro da República assiná-lo ou exercer o direito de veto, solicitando nova apreciação do diploma em mensagem fundamentada.
3. Se a assembleia legislativa regional confirmar o voto por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções, o Ministro da República deverá assinar o diploma no prazo de oito dias, a contar da sua recepção.
4. No prazo de vinte dias, contados da recepção de qualquer decreto do governo regional que lhe tenha sido enviado para assinatura, deve o Ministro da República assiná-lo ou recusar a assinatura, comunicando por escrito o sentido dessa recusa ao governo regional, o qual poderá converter o decreto em proposta a apresentar à assembleia legislativa regional.
5. O Ministro da República exerce ainda o direito de veto, nos termos dos artigos 278.º e 279.º.

Artigo 234.º - (Dissolução dos órgãos regionais)

1. Os órgãos de governo próprio das regiões autónomas podem ser dissolvidos pelo Presidente da República, por prática de actos graves contrários à Constituição, ouvidos a Assembleia da República e o Conselho de Estado.
2. Em caso de dissolução dos órgãos regionais, o governo da região é assegurado pelo Ministro da República.

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira: Preâmbulo

A Madeira manteve o estatuto provisório, aprovado a 2 de Abril de 1976 pela Assembleia da República, até 1991. Em 1977 a Assembleia Regional aprovou o seu projecto de estatuto [publicado por lei nº.103/1 em suplemento ao nº.123 do *Diário da República* de 30 de Julho de 1977], mas a proposta caducou com a dissolução da Assembleia[decreto nº.98a/79, de 11 de Setembro], acabando por só ser aprovado pelo decreto nº. 322/I de 27 de Junho de 1980 da Assembleia da República. Não entrou em vigor por ser considerado inconstitucional pelo *Conselho da Revolução*[resolução nº293/80, publicada no Diário da República 1ª série nº.191 de 20 de Agosto de 1980].

Apenas em 1990 se colocou de novo a debate o estatuto da região, que depois de aprovada a proposta pela Assembleia Regional em 22 de Fevereiro foi submetida à Assembleia da República.

A primeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira foi aprovada por lei nº10/99, de 21 de Agosto. Neste é evidente uma melhoria no enunciado das normativas, a incorporação das alterações institucionais entretanto alcançadas e que permitiram uma ampliação da autonomia, bem como a inclusão das disposições tributárias, entretanto regulamentadas.

TÍTULO I
Princípios fundamentais

Artigo 1.º
Região Autónoma da Madeira

O arquipélago da Madeira constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de Estatuto Político-Administrativo e de órgãos de governo próprio.

Artigo 2.º
Pessoa colectiva territorial

A Região Autónoma da Madeira é uma pessoa colectiva territorial, dotada de personalidade jurídica de direito público.

Artigo 3.º
Território

1 - O arquipélago da Madeira é composto pelas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Desertas, Selvagens e seus ilhéus.
2 - A Região Autónoma da Madeira abrange ainda o mar circundante e seus fundos, designadamente as águas territoriais e a zona económica exclusiva, nos termos da lei.

Artigo 4.º
Regime autonómico

1 - O Estado respeita, na sua organização e funcionamento, o regime autonómico insular e a identidade regional como expressão do seu direito à diferença.
2 - O regime autonómico próprio da Região Autónoma da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas do seu povo.

Artigo 5.º
Autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal

1 - A autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal da Região Autónoma da Madeira não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição e deste Estatuto.
2 - A autonomia da Região Autónoma da Madeira visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago e a promoção e defesa dos valores e interesses do seu povo, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Artigo 6.º
Órgãos de governo próprio

1 - São órgãos de governo próprio da Região a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional.
2 - As instituições autonómicas regionais assentam na vontade dos cidadãos, democraticamente expressa.
3 - Os órgãos de governo próprio da Região participam no exercício do poder político nacional.

Artigo 7.º

Representação da Região

1 - A representação da Região cabe aos respectivos órgãos de governo próprio.
2 - No âmbito das competências dos órgãos de governo próprio, a execução dos actos legislativos no território da Região é assegurada pelo Governo Regional.

Artigo 8.º

Símbolos regionais

1 - A Região tem bandeira, brasão de armas, selo e hino próprios, aprovados pela Assembleia Legislativa Regional.
2 - Os símbolos regionais são utilizados nas instalações e actividades dependentes dos órgãos de governo próprio da Região ou por estes tutelados, bem como nos serviços da República sediados na Região nos termos definidos pelos competentes órgãos.
3 - Os símbolos regionais são utilizados conjuntamente com os correspondentes símbolos nacionais e com salvaguarda da precedência e do destaque que a estes são devidos, nos termos da lei.
4 - A Bandeira da União Europeia é utilizada ao lado das Bandeiras Nacional e Regional nos edifícios públicos onde estejam instalados serviços da União Europeia ou com ela relacionados, designadamente por ocasião de celebrações europeias e durante as eleições para o Parlamento Europeu.

Artigo 9.º

Referendo regional

1 - Em matéria de interesse específico regional os cidadãos eleitores na Região Autónoma da Madeira podem ser chamados a pronunciar-se, a título vinculativo, através de referendo, por decisão do Presidente da República, mediante proposta da Assembleia Legislativa Regional.
2 - São aplicáveis aos referendos regionais as regras e os limites previstos para os referendos nacionais.

Artigo 10.º

Princípio da continuidade territorial

O princípio da continuidade territorial assenta na necessidade de corrigir as desigualdades estruturais, originadas pelo afastamento e pela insularidade, e visa a plena consagração dos direitos de cidadania da população madeirense, vinculando, designadamente, o Estado ao seu cumprimento, de acordo com as suas obrigações constitucionais.

Artigo 11.º

Princípio da subsidiariedade

No relacionamento entre os órgãos do Estado e os órgãos de governo próprio da Região é aplicável o princípio da subsidiariedade, segundo o qual, e fora do âmbito das atribuições exclusivas do Estado, a intervenção pública faz-se preferencialmente pelo nível da Administração que estiver mais próximo e mais apto a intervir, a não ser que os objectivos concretos da acção em causa não possam ser suficientemente realizados senão pelo nível da Administração superior.

Artigo 12.º

Princípio da regionalização de serviços

A regionalização de serviços e a transferência de poderes prosseguem de acordo com a Constituição e a lei, devendo ser sempre acompanhadas dos correspondentes meios financeiros para fazer face aos respectivos encargos.

(...)

[Lei nº.130/99 de 21 de Agosto]

Associações de classe e os sindicatos







As primeiras associações de classe na Madeira são de nos finais da Monarquia. Primeiro tivemos a 5 de Março de 1895 a Associação de Socorros Mútuos dos Sapateiros Funchalenses, seguindo-se a Associação de Socorros Mútuos Reforma dos Operários Madeirenses a 31 de Julho de 1904.

Em 1910 com a República criou-se um número significativo de associações de classe, grémios, associações e sindicatos: o Grémio dos Empregados do Comércio Funchalense, Associação dos Trabalhadores Marítimos do Funchal, Associação dos Manipuladores de Pão do Funchal, Associação dos Carpinteiros e Artes Correlativas, Associação de "Chauffeurs" da Madeira, Associação de Pedreiros do Funchal, Associação dos Serralheiros e Artes Correlativas do Funchal, Associação dos Tanoeiros do Funchal, Associação dos Trabalhadores Braçais, Associação dos Empregados do Comércio Madeirense e a Associação dos Trabalhadores Agrícolas.

Em 1917 surgiu a União de Sindicatos do Funchal que mobilizou os diversos sindicatos e associações na luta contra a carestia de vida, nomeadamente dos problemas de subsistência, que pautaram as primeiras décadas da centúria. O jornal Trabalho e União foi o seu porta-voz, afirmando-se como o "órgão da união dos sindicatos do Funchal e dos trabalhadores em geral"

Após a Revolução de 28 de Maio de 1926, que implantou o regime de Estado Novo, os sindicatos aderiram, em 1934, ao corporativismo ditado por Salazar. Alguns mudaram de nome, outros adaptaram-se às novas exigências e os líderes sindicais são substituídos por gente da confiança do novo regime político.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 os Sindicatos passaram a ser de novo livres e adequaram os seus nomes à nova ordem. Criou-se em 1975 a União dos Sindicatos da Madeira (USAM) dinamizada por alguns sindicatos que sentiram a necessidade de organização e unidade da classe e viam neste organismo a possibilidade de em conjunto discutir e encontrar soluções para os seus problemas. Ao mesmo tempo surgiram as Delegações Sindicais com o objectivo de atender e solucionar os problemas dos trabalhadores locais, que pertencendo a um sindicato nacional não tinham na região quem os representasse.

Pelo protagonismo que assumiram após o 25 de Abril destacam-se aqui três sindicatos: O Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Artes Afins da Região Autónoma da Madeira (SICOMA) e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Téxteis e Artesanato.

O Sindicato da Hotelaria nasceu no dia 3 de Agosto de 1923, com 38 sócios pagantes, denominando-se, então, de Associação de Classe dos Criados e Artes Correlativas do Funchal. Em 1924 passou a chamar-se de Associação dos Criados, Cozinheiros e Artes Correlativas do Funchal. Em 1933 mudou novamente o nome para Associação da Classe dos Empregados da Indústria Hoteleira e Profissões Anexas da Madeira, e no ano seguinte aderiu ao corporativismo salazarista e passa a chamar-se Sindicato Nacional dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas do Distrito do Funchal. A 18 de Abril de 1977, os trabalhadores revoltaram-se desalojando a direcção que estava em funções e convocaram-se eleições para os sócios puderam escolher livremente os seus representantes.

A criação do Sindicato da Construção Civil emana do Artigo 8º do Decreto Lei nº 23.050 de 23 de Setembro de 1933 o seu nome resultou da fusão do Sindicato Nacional dos Pedreiros e do Sindicato Nacional dos Carpinteiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal. Em 1975 passou a denominar-se Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito do Funchal. Desde 1986 passou a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região Autónoma da Madeira—SICOMA. Da sua actuação política mais evidente após o 25 de Abril, salienta-se a desocupação da Emissora Nacional, ocupada pela FLAMA.

O Sindicato dos Bordados aparece a 1 de Março de 1937 integrado na organização corporativa do Estado Novo e intitulava-se Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados da Madeira. Em 1974 passou a chamar-se Sindicato Livre da Indústria de Bordados da Madeira e neste mesmo ano foram nele integradas as bordadeiras de casa. Em 1981 retirou-se a palavra "livre" ao seu nome. A sua representação de classe aumento a partir de 1994 com a integração dos trabalhadores do Vestuário, Lavandarias e Alfaiatarias, seguindo-se em 1995 os Trabalhadores dos Vimes e em 1998 os Trabalhadores do Calçado.

A cidade e a toponímia

Autonomia [Praça da]

Construída no final da parte leste da Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, foi inaugurada a 1 de Julho de 1990, dia da Região, onde foi acesa a Chama da Autonomia, tendo então sido transferido para aqui o monumento à Autonomia, da autoria do escultor Ricardo Velosa, que havia sido inaugurado a 1 de Julho de 1987, nas proximidades do aeroporto.

D. Francisco Santana [Praça]

Localizada nas proximidades do Hospital da Cruz de Carvalho e da Escola Básica Horácio Bento de Gouveia, foi aí colocado, em 5 de Março de 1992, um busto de D. Francisco Antunes Santana (1924-1982), que foi Bispo do Funchal (1974-1982) num período politicamente conturbado, logo a seguir à revolução democrática do 25 de Abril de 1974, tendo tomado posse a 11 de Maio desse ano. Desde 28 de Agosto de 1972 que a Madeira estava sem Bispo, data em que o então Bispo do Funchal, D. João A. Saraiva, deixava o Funchal por ter sido transferido para a diocese de Coimbra.



Francisco Sá Carneiro [Avenida]

Designava-se anteriormente Rua Sacadura Cabral, em memória deste aviador, que, com Gago Coutinho, fez a primeira viagem aérea ao Brasil.

Francisco Sá Carneiro nasceu no Porto em 1934, licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, passando a exercer advocacia na sua terra natal. Em 1969 foi eleito deputado pela Acção Nacional Popular, integrando a denominada ala liberal da Assembleia Nacional durante o início do Governo do Professor Marcelo Caetano. Desiludido com a incapacidade do regime em evoluir, demite-se em 1973. Após o 25 de Abril de 1974 foi um dos fundadores e líder do Partido Popular Democrático, que em 1979, em coligação com o Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico (Aliança Democrática) ganhou as eleições, tornando-se Sá Carneiro Primeiro-Ministro. Faleceu a 4 de Dezembro de 1980, num desastre aéreo ainda mal esclarecido, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República.

Mar e das Comunidades Madeirenses [Avenida do]

A Avenida do Mar foi aberta durante a presidência de Fernão Ornelas na câmara Municipal do Funchal. O primeiro troço entre a Ribeira de S. João e o Pilar de Banger foi inaugurado em 19 de Julgo de 1939. A partir desta data inicia-se a segunda fase até o Campo de almirante Reis, que incluiu a demolição do pilar de Banger.

Em1984 com a realização do primeiro Congresso das Comunidades Madeirenses foi decidido atribuiu a actual designação.

MATERIAIS DE CONSULTA E TESTEMUNHOS MATERIAIS

1. BIBLIOGRAFIA E FONTES

1.1 FONTES

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1999.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *As Regiões Autónomas na Constituição Portuguesa*, Coimbra, 1980.

JARDIM, Alberto João, *Tribuna Livre 1974-78*, 3 vols, P. Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

1.2 BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves, "Símbolos da Região Autónoma da Madeira", *Islenha*, N.º 2, Janeiro-Junho de 1988, pp.36-42.

CALISTO, Luís, *Achas na Autonomia*, Funchal, 1995.

FREITAS, João Abel de, *Madeira Construir o futuro Hoje*, Lisboa, 1984.

JESUS, Manuel Filipe Correia de, *Em Defesa da Autonomia*, Funchal, 1996.

HENRIQUES, Albertina, "Regionalização, Particularidades e Condicionantes", *Islenha*, N.º 18, Janeiro-Junho de 1996, pp. 159-173.
- "Classe política madeirense: um estudo sobre os deputados à Assembleia Legislativa Regional", *Islenha*, 1995, N.º 16, 88-101.
- *Órgãos Políticos e Classe Política na Região Autónoma da Madeira*, Funchal, CEHA,1999.

JORDÃO, Carlos A. R. Carvalho, *Tutela Administrativa dos Governos Regionais sobre as Regiões Autónomas*, Braga, 1980.
- *Administração Regional Autónoma. Um Percurso ao redor da Própria Dinâmica Evolutiva da Autonomia*, Funchal, 1983.

LIZARDO, João e Carlos Cunha, *As Leis da Autonomia*, Funchal, 1997.

MIRANDA, Jorge, *Les régions autonomes portugaises*, Fribourg: Institut du Fédéralisme, 1995.

MIRANDA, Jorge de, e SILVA, Jorge Pereira da (organização), *Estudos de direito regional*, Lisboa: Lex, 1997.

MONJARDINO, Álvaro, "Raízes da Autonomia Constitucional", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, 1989*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 885-909.

MORAIS, Carlos Blanco de, *O Ministro da República. Digressão sobre as figuras comissariais do Estado em Regiões Autónomas*, Lisboa, INCM, 1995.
- *A autonomia legislativa regional : fundamentos das relações de prevalência entre actos legislativos estaduais e regionais* Lisboa : AAFDL, 1993.
- *Estado unitário e autonomia legislativa*, Lisboa : [s.n.], 1985, Dissertação de mestrado em ciências jurídico-políticas.

NEPOMUCENO, Rui, *As Crises de Subsistência na História da Madeira. Ensaio Histórico*, Lisboa, 1994.

PEREIRA, Fernando Jasmins, *O Destino das Ilhas*, Lisboa, Edições A Rua, 1979.

SANTOS, José António dos, *A província e o distrito no processo histórico português*, Viseu: [s.n.], 1981.

VIEIRA, Alberto, *A Autonomia XX. Aniversário. Breves Notas Históricas*, Funchal, 1996.

2. CDROM

VIEIRA, Alberto(coordenação), *A AUTONOMIA: História e documentos*, Funchal, CEHA, 2001(Cdrom).

3.INTERNET

3.1.INSTITUIÇÔES E ORGANIZAÇÕES

Assembleia Legislativa Regional [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.alrm.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Assembleia da República[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.parlamento.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Assembleia da República – Parlamento das Crianças[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.parlamento.pt/leis/frame.htm] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

PARLAMENTO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.uarte.mct.pt/activ/parlamento/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000

Governo Regional[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.gov-madeira.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Tribunal Constitucional [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.tribunalconstitucional.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Ministro da República [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ministrodarepublica-madeira.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

FAMA[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.fama-madeira.org/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

3.2. TEXTOS

Arquivo virtual da Autonomia [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ceha-madeira.net/autonomia/ autonomia.htm] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA(na redacção decorrente da Lei nº 130/99, de 21 de Agosto) [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.dnoticias.pt/JORNAL_edicoes/ESTATUTO/ESTATUTO0109.htm] Arquivo capturado em 8 de Julho de 2001.

Biblioteca Digital do Estatuto[Estatuto de 1999], [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.partido-socialista.pt/madeira/estatuto/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Constituição da República Portuguesa[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ping.be/ue-ultraperiferia/tl_port/03.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Constitucionalismo em Portugal, [disponível na Internet via WWW, http://www.parlamento.pt/historia/fr_index.html] Arquivo capturado em 30 de Janeiro de 2001.

Legislação portuguesa, com constituições de de 1822, 1826, 1838, 1911, 1933 e 1976[disponível na Internet via WWW, http://209.130.17.227/lex-pt.htm]Arquivo capturado em 30 de Janeiro de 2001.

Assembleia da República, http://www.parlamento.pt/]Arquivo capturado em 30 de Janeiro de 2001.

Assembleia Legislativa Regional da Madeira, [disponível na Internet via WWW, http://www.alrm.pt/]Arquivo capturado em 30 de Janeiro de 2001.

A Constituição da República Portuguesa, [disponível na Internet via WWW, http://www.parlamento.pt/leis/index_const.html]Arquivo capturado em 30 de Janeiro de 2001.

Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma da Madeira- 1991[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.partido-socialista.pt/ar/biblioteca/leis_fund/eram.htm] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000,

Conferências e Debates na ALRM 1998: AUTONOMIAS REGIONAIS – QUE FUTURO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL ? Palestra do Prof. Doutor JORGE BACELAR GOUVEIA (seguida de debate público) Tecnopolo - Funchal, 4 de Junho de 1998[disponível na Internet via WWW. URL: http://www.alrm.pt/conf_deb1998.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

JARDIM, Alberto João: Tribuna Livre. crónicas políticas do Jornal da Madeira, 1974-77, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.nesos.net/textos/ajj/ajj.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

Lei das Finanças Regionais [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ping.be/ue-ultraperiferia/tl_port/02.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

20 ANOS DE AUTONOMIA, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.madinfo.pt/autonomia/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

3.3. ELEIÇÕES REGIONAIS

CNE : Resultados eleitorais, [disponível na Internet via WWW. URL: http://eleicoes.cne.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

RESULTADOS ELEITORAIS: MADEIRA 1996-1997-1999, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.psd.pt/madeira.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

3.4. 25 DE ABRIL

Centro de Documentação 25 de Abril, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.ci.uc.pt/cd25a/25ahome.html] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

25 de Abril da efeméride à História, [disponível na Internet via WWW. URL: http://bd1.bn.pt/obras/25abril/index.html]Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

A Revolução de Abril [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abrill/index.html]Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

«Dossier» 25 anos do 25 de Abril, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.expresso.pt/ed1381/abr.asp] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

3.5. PARTIDOS POLÍTICOS

CDS/Partido Popular, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.partido-popular.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

PCP [disponível na Internet via WWW. URL:http://www.pcp.pt] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

CDUMADEIRA [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.cdumadeira.com/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

PS [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.partido-socialista.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

PSD [disponível na Internet via WWW. URL:http://www.psd.pt] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

UDP, [disponível na Internet via WWW. URL: http://www.udp.pt/] Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2000.

4. MONUMENTOS e EDIFÌCIOS

- Assembleia Legislativa Regional
- Madeira Tecnopolo

5. ESTÁTUAS E BUSTOS

- Monumentos à Autonomia e Trilogia dos Poderes
- Monumentos à Bordadeira, Trabalhador, Emigrante, Turista
- Cabeça: Francisco Sá Carneiro
- Busto: D. Francisco Santana
- Cabeça: Luís Mendes

6. RUAS

Praça da Autonomia, Praça D. Francisco Santana, Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, Avenida Francisco Sá Carneiro

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA DA MADEIRA

SÉCULO XV

DATA	**ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA**	**SOCIEDADE**	**ECONOMIA**	**RELIGIÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA**
1418 Dezembro	Primeira vigem de reconhecimento do Porto Santo segundo Francisco Alcoforado			
1419 Julho-01	Descobrimento da ilha da Madeira segundo Gaspar Frutuoso			
1420	Início do povoamento da Madeira			Edificação da capela de Nossa Senhora da Conceição no calhau da baía de Câmara de Lobos
1425			Introdução da cana de açúcar na ilha da Madeira	Edificação da capela de Santa Catarina no Funchal
				Fundação da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Baixo
1430				Edificação da capela do Espírito Santo
1433. Setembro-26				Doação do Arquipélago da Madeira à Ordem de Cristo por D. Duarte
Outubro-30				Nomeação de Frei Nuno Gonçalves como vigário do Funchal
1438				Construção da capela de Nossa Senhora do Calhau
1440 Maio-8	Doação da capitania de Machico a Tristão Vaz			
	Doação a Henrique Alemão de terras de sesmaria na Madalena do Mar por João Gonçalves Zarco			
1445	Doação do Papa Eugénio IV ao Infante D.Henrique das terras descobertas			
1446 Novembro-01	Doação da Capitania do Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo			
1451	Doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco			
1451 ?	Criação do Município do Funchal Criação do Município de Machico Criação do Município do Porto Santo			
1458 Maio-17	Venda da capitania de Porto Santo a Pedro Correia			

1466?				Início da devoção ao Senhor Bom Jesus da Ponta Delgada
1467	Morte no Funchal do primeiro capitão donatário, João Gonçalves Zarco			
1473			João Esmeraldo aforou a Lombada da Ponta do Sol A Rui Gonçalves da Câmara	Fundação do primeiro convento de S. Francisco no Funchal por Luís Alvares da Costa
1476 Maio-04				O papa Sixto IV concedeu o padroado sobre o Convento de Santa Clara aos capitães do Funchal
1477 Março-15			Criação das Alfândegas do Funchal, Machico e Santa Cruz	
1479 Setembro-04	Tratado de Alcáçovas que atribui a Portugal o senhorio do arquipélago da Mdeira			
1483 Dezembro-21		Fundação da Casa dos Vinte e Quatro Mesteres do Funchal		
1485 Junho-04				Concessão de um chão no Campo do Duque ao Concelho do Funchal para a construção de uma igreja
1489 Setembro-05				Fundação da povoação do Caniçal por Vasco Moniz
				A construção da capela de S. Roque em Machico por ocasião da peste que assolava a vila
1494	Nomeado o primeiro juiz da Alfândega do Funchal, Francisco Alvares			
1496				O papa Alexandre VI estabeleceu para o Convento de Santa Clara a regular observância e o início da clausura
1497 Abril-27	D.Manuel, faz reverter para a coroa o arquipélago da Madeira			Fundação do Convento de Santa Clara no Funchal
1498 Junho.10		Cristóvão Colombo é recebido triunfalmente no Funchal		
Agosto-22		Alvará dando permissão aos estrangeiros para fixar residência na ilha		
1499	Foral da alfândega do Funchal			

SÉCULO XVI

DATA	ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA	SOCIEDADE	ECONOMIA	RELIGIÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA
1501 Dezembro-02	Criação da vila e município da Ponta do Sol			
1502 Julho-01	Elevação da Calheta à categoria de vila e município			
1505				Morte de Frei Pedro da Guarda no convento de S. Bernardino
				Fundação da Misericórdia de Santa Cruz
1507 Maio-25				Ordem do rei D. Manuel I no sentido de se proceder à construção de um novo hospital da Misericórdia
1508	Elevação do Funchal à categoria de cidade			
1513	Início da construção de um cerca defensiva na praia do Funchal			
1514 Junho-12				Criação da Diocese do Funchal pela Bula *Pro Excelenti* e eleição de D. Diogo Pinheiro para seu Bispo
				Criação da Câmara Eclesiástica
				Construção da Casa do Cabido da Sé
1515 Junho-25	Elevação do lugar de Santa Cruz à categoria de município com foros de vila			
Setembro-06	Concessão de novo foral à cidade do Funchal			
1517 Outubro-18				Sagração da Sé Catedral do Funchal com a celebração de ordens e crismas pelo bispo D. João Lobo
1518				Instalação das paróquias de São Jorge, Faial, Tabua, Gaula, Campanário, Estreito da Calheta e Ponta do Pargo
				Fundação do Convento de Nossa Senhora da Piedade em Santa Cruz

			por testamento de Urbano Lomelino
1520			Criação das paróquias do Porto Moniz, Estreito de Câmara de Lobos e Ponta Delgada
1521			Surto de peste no Funchal
Maio-01			S. Tiago Menor é festejado como patrono do Funchal pela primeira vez
1522			Criação da paróquia de S. Vicente
1523			Eleição de São Tiago como principal padroeiro da cidade do Funchal
Julho-21			Construção da Igreja de São Tiago
1533 Janeiro-31			Elevação do Bispado do Funchal a Arcebispado
1524			Nomeação de D. Martinho de Portugal como arcebispo do Funchal. Foi o primeiro e único arcebispo do Funchal
1535			Fundação da casa da Misericórdia da vila da Calheta
1541 Março.12		Perda da praça de Cabo Gue no Norte de África. Muitos madeirenses perderam a vida ou ficaram cativos	
1549	Compra da capitania de Machico pelo conde de Vimioso		
1550			Elevação a paróquia da capelania de S. Jorge
Fevereiro-02			Criação da paróquia de São Roque do Faial
1552			Criação da paróquia de Santana
Julho-07	Ataque de corsários franceses ao Porto Santo		
1551			O direito de padroado na posse da Ordem de Cristo, regressa à Coroa
1553 Junho-20			Criação da paróquia do Seixal
1560			Criação da paróquia de Água de Pena

1561			Criação da paróquia do Caniçal
1562		Regimento das madeiras	
1565			Criação das paróquias de Nossa Senhora do Monte e de São Gonçalo
1566	A cidade do Funchal é saqueada por corsários franceses, tendo desembarcado na praia Formosa		
Agosto.01			Criação da paróquia de São Pedro
Setembro-20			Fundação do Seminário do Funchal
1567 Março.14	Regimento de fortificação do Funchal		
1568			Criação da paróquia da Tábua
1569 Agosto.20			Carta régia de criação do Colégio dos Jesuítas do Funchal
1570			Os padres jesuítas fixam-se no Funchal
Maio-06			Abertura do Colégio de São João Evangelista
1571			Criação da paróquia da Fajã da Ovelha
1572			Criação das paróquias do Estreito e Arco da Calheta
Abril.14	Regimento de fortificação do Funchal		
1577 Janeiro.30			Construção da capela de São Tiago na freguesia de Canhas
			Criação das paróquias de Canhas e Porto da Cruz
1578 Outubro-18			Promulgação das Constituições do bispado do Funchal pelo bispo D.Jerónimo Barreto
1579			Criação das paróquias de São Roque e S. Martinho
			Extinção da paróquia de S. Pedro
1581	João Leitão nomeado primeiro governador- geral da Madeira,		Criação da paróquia do Porto da Cruz
1582 Fevereiro-25	Mercê da capitania de Machico a Tristão Vaz da Veiga		

				Criação da paróquia da Madalena do Mar
1584 Novembro.12	Juramento de fidelidade da Câmara do Porto Santo a Filipe II de Espanha, I de Portugal			
1588 Janeiro-14				Restauração da freguesia de São Pedro por D. Luís Figueiredo de Lemos
1590 Dezembro-30	Nomeação de António Pereira Barreto no cargo de governador geral da Madeira			
1591				Fundação da capela de Nossa Senhora da Conceição do Caniço
1597 Junho-29				Publicação das Constituições Extravagantes da Diocese do Funchal
1599 Outubro-31	bispo D. Luís Figueiredo de Lemos foi provido no cargo de governador geral da Madeira			
1600 Abril-02	Nomeação de Cristóvão Falcão e Sousa no cargo de governador- geral da Madeira			

SÉCULO XVII

DATA	**ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA**	**SOCIEDADE**	**ECONOMIA**	**RELIGIÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA**
1601 Dezembro-01			Aluvião no Funchal	
1607 dezembro-18				Elevação do apóstolo S. Tiago Menor a padroeiro principal da Diocese
1616	Ataque de corsários à ilha de Porto Santo			
1618				Confirmação régia da Misericórdia de Machico
1641 Janeiro-11	Aclamação na Madeira do rei D.João IV			
1650				O cónego Henrique Calaça de Viveiros estabeleceu o Convento de Nossa Senhora da Encarnação
1654				Fundação do convento das Mercês por iniciativa de Gaspar Beren-

			guer de Andrade
1656	Doação do arquipélago da Madeira feito por D. João IV a sua filha, a infanta D. Catarina		
1658		Criação do Consulado Inglês	
1662 Maio-25			Fundação do mosteiro da Encarnação pelo cónego Henrique Calaça de Viveiros
1668			Construção do Hospital novo no Largo da Sé
Setembro.18		Motim de carácter político contra o governador D. Francisco de Mascarenhas	
1670			Construção do convento de São Francisco na Calheta
1675			Criação das paróquias do Arco de São Jorge, Camacha, Santa Luzia, Serra de Água e Paul do Mar
1676 Dezembro-28			Criação das paróquias de Nossa Senhora da Encarnação e de Santa Luzia, Serra de Água
1681	Falecimento no Brasil de João Fernandes Vieira, restaurador de Pernambuco		
1686			Início da construção de um novo hospital da Misericórdia
1689			Construção do Arco dos Varadouros, tendo sido demolido em 1911
1690 Dezembro-11	Ataque de corsários franceses no Porto Santo e Madeira		
1692			Construção da capela de São Vicente na foz da ribeira
1694		Convulsão social contra o mercador inglês William Bolton devido à política especulativa na distribuição da farinha e cereais	
1699	Incêndio na fortaleza de São Lourenço, com destruição das moradas dos governadores e capitães- generais do arquipélago		

SÉCULO XVIII

DATA	ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA	SOCIEDADE	ECONOMIA	RELIGIÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA
1703	Sedição na fortaleza de São Lourenço contra o governador			
1724			Aluvião na Madeira	
1733				Criação dos curatos de Boaventura, Ribeira da Janela e Prazeres
1734				Criação do curato do Jardim do Mar
1735				Reedificação do convento de São Bernardino em Câmara de Lobos
1742 Novembro-18			Aluvião em Machico	
1744 Agosto-25	Criação do Município de S. Vicente			
1745 Agosto-25	Elevação do lugar de São Vicente a vila e separação da jurisdição de Machico			
1748 Março.31				Abalo sísmico na Madeira com destruição de muitos templos
1756 Maio-04			Patente do engenheiro Francisco Tossi Columbina para tratar da construção do porto do Funchal	
1757			Fome na Madeira provocada pela falta de pão	
1760 Julho-16				Expulsão dos Jesuítas da Madeira
1766 Outubro-06	Instalação da corregedoria do Funchal			
1763 Fevereiro-23				Constituição da Misericórdia do Porto Santo
1768 Agosto-26	Início viagem de circum-navegação de James Cook com passagem pelo porto do Funchal			
1770				Criação da primeira Casa de Comédia
Outubro-13	Extinção da capitania do Porto Santo			
1761 Junho-13			Regimento da Agricultura do Porto Santo	
1772	Chegada ao porto do Funchal do capitão Cook			

Julho-29	acompanhado do botânico alemão Johan Reinhold Forster			
Novembro-06				Carta régia do Marquês de Pombal estabelecendo na Madeira aulas de latim, grego, retórica e filosofia
Novembro.30				Nascimento na freguesia de Machico de Francisco Álvares de Nóbrega
1773 Janeiro.16		Fim total da escravatura na Madeira		
1775 Abril-06	Criação da Junta da Fazenda Real do arquipélago da Madeira, em substituição da Provedoria da Fazenda			
1776	Terceira viagem do capitão Cook sem passar pela Madeira e seu falecimento numa das ilhas de Sandwich			
1780				Edificação do Teatro Grande, defronte do Palácio de São Lourenço, tendo sido demolido em 1833
1790 Março-27				Elevação do lugar do Curral das Freiras a paróquia
1792 Novembro-20			Alvará permitindo o estabelecimento de uma fábrica de pescarias e salinas	
1794			construção da primeira estufa de vinho na Madeira	
1798			Edificação do Pilar de Banger, tendo sido demolido em Agosto de 1939	

SÉCULO XIX

DATA	**ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA**	**SOCIEDADE**	**ECONOMIA**	**RELIGIÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA**
1801	Ocupação da ilha pelas tropas britânicas			
1803 Outubro.09			A Madeira foi assolada por uma forte chuva que provocou uma aluvião com elevados estragos no	

		Funchal e Machico.	
Novembro.13			Eleição de Nossa Senhora do Monte como padroeira “Maior da Diocese e “Menor” da cidade.
1807	Ocupação da Madeira, pela segunda vez, por tropas inglesas		
Dezembro.26	Capitulação da Madeira		
1808 Agosto.17	Saída para Lisboa de metade das tropas inglesas que estiveram estacionadas na Madeira		
1810		Criação da Junta de Melhoramentos da Agricultura da Madeira e Porto Santo	
1811 Novembro.11	Criação da Junta do Desembargo do Paço na Madeira		
1813			Criação da paróquia do Santo da Serra
Abril-15			Incremento da devoção com procissão ao Senhor dos Milagres em Machico
1815 Julho-07			Portaria do Governador e Capitão-General da Madeira, ordenando a construção de um lazareto
Agosto-23	Passagem pela Madeira por Napoleão Bonaparte, em caminho para o desterro em Santa Helena		
		Aluvião na Madeira	
1816 Agosto-10			Instituição da Escola Médico-Cirúrgica da Madeira que começou a funcionar em Janeiro de 1817
1818 Janeiro-21			Construção do Campo da Barca
1820			Criação do curato da Quinta Grande Criação da paróquia da Quinta Grande Edificação do Teatro Bom Gosto
1821 Janeiro.28	Proclamação oficial na Madeira do triunfo da Revolução Liberal ocorrida no Porto a 24 de Agosto de 1820.		Publicação do n.º 1 do jornal *O*

Julho.02				*Patriota Funchalense*.
1823 Junho.12	A lei de censura veio silenciar O *Patriota Funchalense, O Pregador Imparcial da Verdade, A Atalaia da Liberdade e O Regedor*.			
Dezembro-03	Na sequência da tentativa contra-revolucionária da Vilafrancada, ocorrida em Maio, é criada na Madeira uma comissão de censura, presidida pelo Bispo do Funchal, que silencia os primeiros jornais madeirenses: *O Patriota Funchalense*, *O Pregador Imparcial da Verdade*, A *Atalaia da Liberdade*, *O Regedor*.			
1826 Outubro.05	São eleitos deputados às Cortes, pelo círculo do Funchal, os madeirenses Dr. Manuel Caetano Pimenta Aguiar (1765-1832), Padre Caetano Alberto Soares (1790-1867) e o comerciante lisboeta Luís Monteiro (1773-?).			
1828 Março.24	D. Miguel é proclamado rei absoluto no Porto Santo.			
Julho.22	A Madeira proclama solenemente fidelidade à Carta Constitucional.			
Agosto.24	D. Miguel é proclamado rei absoluto na Madeira.			
1835 Outubro.16	Instalação do Município de Câmara de Lobos que havia sido criado em 1832			
Outubro.31	Criação do Município do Porto Moniz			
	Instalação do Município de Santana que fora criado em 1832			
1836 Janeiro.26			Fundação da Associação Comercial do Funchal	
Novembro.17				Instalação do Liceu do Funchal
1841		A família Hinton fixou-se na Madeira		
1844		William Reid fixou-se na Madeira		
1846 Setembro.12				Chega à Madeira, acompanhando António José d'Ávila, comissário régio para o inquérito aos tumultos populares contra o médico calvi-

				nista inglês Robert Kakkey, o futuro governador (1846-1848) e deputado pela Madeira José Silvestre Ribeiro (1807-1891).
1848				
1852			O oídio ataca a vinha. Crise vinícola	
Agosto.28		A Princesa D. Amélia do Brasil chega à Madeira e aqui faleceu a 4 de Fevereiro de 1853		
1853				Criação do Hospício da Princesa D. Maria Amélia
1863 Maio.19		Extinção dos morgadios		
1872			A filoxera ataca a vinha. Crise vinícola	
1876 Outubro.11				O *Diário de Notícias*, do Funchal, inicia a sua publicação diária.
1881 Maio.26		Mary Jane Wilson desembarca no Funchal		
1882 Novembro.26	Após uma luta eleitoral renhida, é eleito deputado republicano, pela Madeira, o advogado açoreano Dr. Manuel de Arriaga.			
				O Padre Ernesto João Schmitz funda o Museu de História Natural no Seminário Diocesano
1884 Janeiro.15				Mary Jane Wilson e Amélia Amaro de Sá fundam a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias
1891			Construção do Hotel Reid s por William Reid	
1892 Março-31	é inaugurado o primeiro troço do Caminho de Ferro, que ia da Rua do Pombal à Levada de Santa Luzia.			
1893 Julho-16			É inaugurado o primeiro troço do Caminho de Ferro, que ia da Rua do Pombal à Levada de Santa Luzia.	
1895	Decreto concedendo a autonomia administrativa			

Março-02	aos Distritos Açorianos.

SÉCULO XX

DATA	ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA	SOCIEDADE	ECONOMIA	RELIGIÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA
1900 Maio.10				Criação da Escola de Magistério Primário
Julho.23	Nomeação de D. Tomás de almeida Vilhena no cargo de governador Civil da Madeira			
1901 Fevereiro.21	Nomeação de D. Bernardo da Costa de Sousa Macedo como governador Civil da Madeira			
Maio.22	Lei autorizando a extensão à Madeira da Autonomia Administrativa			
Junho.12	Carta de lei aplicando o Estatuto Administrativo dos Açores à Madeira			
Junho.22	Chegam à Madeira, para uma visita oficial, o rei D. Carlos e a Rainha D. Maria Amélia de Orleans, aqui permanecendo até o dia 26 do mesmo mês.			
Agosto.08	decreto estabelece a autonomia administrativa ao distrito do Funchal, de acordo com o decreto de 02/03/1895, alterado pela lei de 02/06/1901. É restabelecida a Junta Geral			
1903 Dezembro.30				Proposta do Príncipe lemão Frederik Charles de Hohenlohe para estabelecer no Monte de um sanatório para tuberculosos
1904 Janeiro.21		Harvey Foster circula nas ruas do Funchal com um automóvel		
Agosto.14				Início de Publicação do Heraldo da Madeira
1905. Novembro.29				Abertura do posto de desinfecção do Campo da Barca

1906				Criação do manicómio Câmara Pestana
Janeiro.07		Revolta popular contra o Dr. Balbino Rego		Fundação de *O Jornal*
1907 Novembro.22			Início definitivo a circulação de automóveis na Madeira	
1908 Fevereiro.22	Nomeação de João de Paiva de Faria para o cargo de governador Civil da Madeira			
1909 Outubro.23				Inauguração do Teatro Circo
1910 Outubro.06	É oficialmente proclamada a República na Madeira, na Fortaleza-Palácio de S. Lourenço.			
Outubro.18		Com a proibição das Ordens Religiosas, Mary Jane Wilson é presa e expulsa da Madeira regressando em Novembro de 1911		
Outubro.20				Epidemia de cólera no Funchal
Novembro.11				Extinta a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, criada em 1837.
Dezembro.08				Fundação do Clube Desportivo Nacional
Dezembro.11				Motins populares, relacionados com a propagação da cólera, conduzem ao hastear da bandeira monárquica no Forte de S. João Baptista, em Machico
1911 Março.11	Criação da Junta Agrícola			
1912 Fevereiro.17	Nomeação de João Maria de Santiago para o cargo de governador Civil da Madeira			
1913 Março.03	Nomeação de Alfredo Ernesto Sá Cardoso para o cargo de governador Civil da Madeira			
Julho.07			Criação da Câmara Regional de Agricultura	
Agosto-07	Lei n.º 88 em que se mantêm o decreto de 1895,			

	de autonomia dos distritos.			
Agosto-13			Criação da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal	
Novembro.11				Fundação do Clube de Futebol união
1913 Agosto.13			Lei n.º 89 que cria a Junta Autónoma das obras do Porto do Funchal que será regulamentada através da portaria de 27 de Novembro de 1915	
1914 Abril.04	Nomeação de Basco Borges para o cargo de governador Civil da Madeira			
Maio-6	Criação do Município da Ribeira Brava			
Dezembro.12	Nomeação de Sebastião de Herédia para o cargo de governador Civil da Madeira			
1916 Maio-08				Aprovação das primeiras Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, fundada na Madeira em 1884
Outubro-18				Morte da Irmã Maria de São Francisco Wilson (Mary Jane Wilson) no Convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos
Dezembro-03	Na sequência da primeira guerra mundial (1914-1918), um submarino alemão bombardeia, na baía do Funchal, três barcos franceses, causando 33 mortos entre a tripulação e 8 mortos civis, que eram trabalhadores da firma Blandy, que estavam a fornecer carvão àqueles barcos.			
1917 Agosto.03	Nomeação de José de Sousa Rosa para o cargo de governador Civil da Madeira			
Dezembro-12	A cidade do Funchal é bombardeada por um submarino alemão, causando 5 mortos, muitos feridos e diversos estragos materiais.			
1918 Maio-15	por iniciativa da União dos Sindicatos do Funchal e o empenho do advogado e político portosantense Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior, é fundado na Madeira um partido regional, o Partido Trabalhista.			
1920 Outubro.14	Nomeação de Dr. António da Cruz Rodrigues dos Santos para o cargo de governador Civil da Madeira			

CEHA CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

1921				
Março.03				Início de funcionamento da Escola Salesiana de Artes e Ofícios
Março-22			Primeira viagem à Madeira em hidroavião por Gago Coutinho e Sacadura Cabral	
Abril.13	Passagem pela Madeira do General Norton de Matos			
Junho.06	Nomeação de António Augusto da Silva Pires para o cargo de governador Civil da Madeira			
Novembro.10		Chega à Madeira como exilado político o imperador Carlos de Habsburgo, ex-imperador do império austro-hungaro.		
Novembro.11	Nomeação de Acácio Augusto Correia para o cargo de governador Civil da Madeira			
1922				
Fevereiro.13	Nomeação do Coronel Álvaro Nobre da Veiga para o cargo de governador Civil da Madeira			
Abril.01		Morte do Imperador Carlos de Habsburgo na Quinta do Monte		
Outubro.09	Numa sessão de boas-vindas ao Presidente da República, Dr. António José de Almeida, que estava de passagem pela Madeira, no percurso de uma visita oficial ao Brasil, o presidente da Junta Geral, Dr. Fernando Tolentino da Costa, reclama maior autonomia para a Madeira, ocasião que serviu de arranque para uma movimentação nesse sentido no final de 1922 e início de 1923.			
1923				Estabelecimento da Casa de Saúde do Trapiche
Novembro.23	surge um novo jornal diário, no Funchal, *Jornal da Madeira*, dirigido pelo monárquico integralista Dr. Luís Lopes Vieira de Castro. Em 1926 mudará o nome para *Jornal* e a 7 de Maio de 1932 é adquirido pela diocese do Funchal, alterando-se a sua designação para o nome primitivo.			
1924 Abril.06	o Padre e Professor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Patriarca de Lisboa e Cardeal,			

	profere no Paço Episcopal uma conferência subordinada ao tema "O renascimento religioso nas altas esferas intelectuais contemporâneas", a convite da Juventude Católica do Funchal, liderada pelo Dr. Juvenal de Araújo.		
1924 Abril.11		Busto de João Fernandes Vieira, Libertador de Pernambuco	
Abril-13	Segunda conferência de Manuel Gonçalves Cerejeira no Funchal, desta vez sobre "O sentido da renascença espiritual em Portugal. Cinquenta anos de evolução mental e literárias. Homens e ideias"		
Agosto.10			Inauguração da Casa de Saúde de S. João Deus, popularmente conhecida como o Trapiche
1925 Abril-05	O Doutor António Oliveira Salazar, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, futuro Chefe do Governo, profere, no Teatro Baltazar Dias, do Funchal, uma conferência subordinada ao tema "Laicismo e Liberdade", tendo permanecido na Madeira até o dia 15 do mesmo mês.		
Julho.12			Inauguração do busto de João Fernandes Vieira de Costa da Mota
1927 Agosto.14			Inauguração do monumento em honra de Nossa Senhora da Paz no Terreiro da Luta
Outubro.30			Inauguração do monumento do Sagrado Coração de Jesus no Garajau
1928 Fevereiro-16	Decreto n.º 15:035 do governo da ditadura criando o lugar de delegado especial do governo da República nos distritos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo		
Maio.01		Morte de Carlos Azevedo de Menezes	
Julho-31	Decreto n.º 15:805 do governo da ditadura que estabelece a forma de transição dos serviços dos ministérios para as Juntas Gerais.		

1929. Março.6			Fortes chuvadas em S. Vicente com avalanche de terras no Estreito da Vargem, com 32 mortos.	
Março.17			Inauguração da Estação Rádio Telegráfica do Porto Santo	
Março.19			Início das obras da Ponte-cais do Porto Santo	
1931 Fevereiro.06		Greve dos estivadores do porto do Funchal, a que se seguiu uma greve geral, em protesto contra o "decreto da fome", de 26 de Janeiro, que estabelecia o monopólio de importação de farinhas num grupo de moageiros.		
Março.20				É exibido no Funchal o primeiro filme sonoro "Cantor Louco". O primeiro filme mudo é exibido em 1907 e intitulava-se "A vida de Cristo".
Abril.04	Revolta da Madeira contra a Ditadura Militar, comandada pelo general Sousa Dias, que contou com o apoio dos militares e da população madeirense e ainda dos exilados políticos do continente, com residência fixa na Madeira.			
Maio.01	Derrota das forças revolucionárias.			
Outubro.11				Benção da Capela de Nossa Senhora de Fátima
1933 Maio.28			Inauguração do prolongamento do cais do Funchal (para mais 80 metros).	
Outubro.05				Instalação no Palácio de S. Pedro do Museu de Ciências da Natureza
1934 Maio.28		Inauguração do monumento a João Gonçalves Zarco		
1935 Maio.23	Salazar envia uma carta-resposta ao Dr. João Abel de Freitas, presidente da Junta Geral do Funchal, queixando-se da ingratidão dos madeirenses.			
Junho.05			Criação do Grémio de Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas	
1936				

Abril.30	Lei nº.1967, estabelecendo as bases de administração do território das ilhas adjacentes			
Agosto-04		Inicia-se na freguesia do Faial a chamada Revolta do Leite, um conjunto de tumultos populares contra o decreto-lei n.º 26.655, que criou a Junta de Laticínios da Madeira, que passou a monopolizar a venda do leite e produção de manteiga, causando 8 mortos e levando à deportação para Cabo Verde de 50 presos.		
Setembro.05			Criação da delegação de Turismo da Madeira	
Novembro.17				Criação do Liceu do Funchal
Dezembro.07				Inauguração da escultura "Semeador" de Francisco Franco
1938 Abril.30	Lei n.º 1967 estabelecendo as bases de administração do território das ilhas adjacentes			
1939 Junho.19	Abertura da Avenida do Mar			
Dezembro-22	Decreto-lei nº.30214 que aprova o estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes e a lei orgânica dos serviços das respectivas juntas gerais			
1940 Julho-21		Chegada dos primeiros gibraltinos à Madeira, fugidos aos horrores da segunda guerra mundial.		
Agosto. 10				Inauguração do Hospital dos Marmeleiros
Novembro.24				Inauguração do edifício do Mercado dos Lavradores e o Matadouro Municipal.
Dezembro-01				
Dezembro-08				Inauguração do Sanatório do Monte
Dezembro-31	Primeiro estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes.			
1942 abril.24				realiza-se o último funeral no Cemitério das Angústias, onde hoje está o Parque de Santa Catarina. Começa a funcionar o cemitério de S. Martinho.
Outubro-08				

				iniciam-se as aulas no novo edifício do Liceu Nacional Jaime Moniz, ainda por terminar.
1943 Outubro.01				Início de funcionamento da Escola do Magistério Primário do Funchal
1946 Maio.28				Inauguração das novas instalações do Liceu do Funchal
				Construção da capela d Nossa Senhora de Fátima em São Vicente em reconhecimento pelo fim da 2.ª Guerra Mundial
1947 Maio.28		Inauguração da estátua do Infante D. Henrique		
Agosto-04	Estatuto definitivo dos distritos autónomos das ilhas adjacentes, que se manteve até 25 de Abril de 1974.			
1948 Janeiro.06				Primeira emissão da Estação Rádio da Madeira
Maio-28				inauguração do Posto Emissor do Funchal.
Outubro.13				Início de funcionamento da Escola de Enfermagem de S. José de Cluny
1949 Março.25			Primeiro voo comercial entre Inglaterra-Lisboa-Funchal em hidroavião	
Outubro.19		Morte de Fernando Augusto da Silva		
1950	Inauguração da sede do Comando Naval		Inauguração da nova sede do Banco de Portugal	
1953 Maio.03			Inauguração da Central eléctrica da Serra de água	
Maio.28				Inauguração do Museu da Quinta das Cruzes
Junho.25			Inauguração do túnel entre Boaventura e Arco de S. Jorge	
Julho.05			Inauguração da central eléctrica da Calheta	

1954.08.09			Inauguração da central eléctrica do Porto Santo	
Dezembro.12		Busto do Dr. João Abel de Freitas na Av. Arriaga		
1955.Fevereiro.15		Morte de Francisco Franco		
Julho.04			Inauguração do cais regional	
1956 Maio.28			Inauguração do Edifício da comissão dos aproveitamentos Hidráulicos da Madeira	
Dezembro.10				Inauguração do colégio da Apresentação de Maria
1957 Maio.05				Inauguração do Estádio dos Barreiros
1958 Abril.23				Inauguração do Aquário do Funchal
Maio.28	Inauguração dos Paços do Concelho de Santana			
Outubro.18			Invasão de gafanhotos	Inauguração da Escola Industrial
1960			Criação do Jardim botânico	
Agosto.28			Inauguração do aeroporto do Porto Santo. Inauguração do Padrão dos Descobrimentos no Porto Santo	
1961 Julho.05			Início de construção do aeroporto de Santa Catarina	
1962 Fevereiro.18		Inauguração da Estátua de Jaime Moniz		
Julho.17	Inauguração o Palácio da Justiça e a estátua colocada à entrada.			
1964 Maio06		Inauguração do busto de Francisco Correia Herédia		
Julho-08			Inauguração do aeroporto de Santa Catarina.	
1966 Setembro.03	Inauguração do quartel da Guarda Fiscal			
1967 Maio.31				Inauguração do Colégio de Santa Terezinha

Outubro.22				Inauguração do Emissor Regional da Madeira, da Emissora Nacional, Hoje RDP - Madeira.
Outubro.27				Inauguração da Escola Hoteleira Basto Machado
1968 Janeiro.07				Começa a publicar-se o jornal "cor de rosa" *Comércio do Funchal*, que veiculou alguma oposição ao Estado Novo na Madeira.
1969 Abril.22	Exposição apresentada por um grupo de madeirenses ao governador em que analisa a situação da região e reclama por autonomia			
1970 Maio-29	Reunião no Palácio de S. Lourenço dos governadores e deputados dos distritos insulares a fim de estudarem a revisão do estatuto dos distritos autónomos.			
Junho-13	Criação da comissão de Estudo e Coordenação Económica, dependente da Junta Geral			
Julho.27	Morte do Dr. Oliveira Salazar, em Lisboa			
1971 Fevereiro.24	Nomeação dos Engenheiros Rui Manuel da Silva Vieira e Manuel Sousa para os cargos de Presidente e Presidente substituto da Junta Geral			
Abril.23		Inauguração das Instalações da Caixa de Previdência no Funchal		
Setembro.07				Fundação do Mosteiro de Santo António no Lombo dos Aguiares da 2.ª Ordem de Santa Clara
Setembro.19			Inauguração da Central da Fajã da Nogueira pelo almirante Américo Thomaz	
Outubro.29			Criação da Reserva das Ilhas Selvagens	
Dezembro.30			O Estado português adquiriu a propriedade rústica das Ilhas De-	

			sertas	
1972 Junho-30				Primeira emissão televisiva na Madeira da Radio Televisão Portuguesa
Agosto-01				Descerramento do busto do Padre Manuel Álvares no adro da igreja da Ribeira Brava
Novembro.21		Inauguração do Bairro do Grémio dos Bordados		
Dezembro.08		Inauguração da estátua a Tristão Vaz, na vila de Machico		
1973 Abrl.17			Entrada em funcionamento da aerogare do aeroporto do Funchal	
Setembro.09				Inauguração do Hospital Distrital do Funchal
Outubro.30				Entrada em funcionamento do serviço da Telescola no distrito
Novembro.15	Nomeação do Dr. Agostinho Cardoso para o cargo de procurador à Câmara Corporativa			
1974 Abril.24		Visita à Madeira do Arquiduque Otto de Habsburgo		
Abril.26	Chegada ao Funchal de Américo Thomaz, Marcelo Caetano e os ministros Moreira Baptista e Silva Cunha, a caminho do exílio no Brasil			
Maio-06	Chegada ao Funchal do Tenente Coronel Carlos Azeredo, investido nas funções de comandante militar da Madeira.			
Maio.11				D. Francisco Santana toma posse da diocese do Funchal.
MAIO.19			Início das ligações marítimas entre a Madeira e Porto Santo com o navio Pirata Azul	
Maio-20	o Almirante Américo Tomás e o Prof. Doutor Marcelo Caetano, respectivamente Presidente da			

	República e Primeiro Ministro do Governo deposto a 25 de Abril de 1974, pela revolução militar, deixam a Madeira, onde estavam sob prisão, a caminho do exílio no Brasil.		
Setembro.07	Nomeação do Dr. Fernando Rebelo para o cargo de Governador Civil		
Outubro.10	Tomada de posse dos novos vogais da Comissão Administrativa da Junta Geral		
Outubro-29		O Dr. Alberto J. Jardim assume a direcção do *Jornal da Madeira*, dando início à "Tribuna livre"	
Outubro.31			Ocupação do Seminário por um grupo de professores e alunos
Dezembro.03	Nomeação do Brigadeiro Carlos de Azeredo Pinto Melo e Leme, para o cargo de Governador Militar da Madeira		
1975			
Janeiro-05	O movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas divulga o seu programa, em que preconiza o fim de estatuto de colónia e o estabelecimento do regime de autonomia.		
Março-11	decreto-lei nº.139/75, criando a Junta de Planeamento, constituída pelo governador civil e mais quatro vogais, ficando sob a sua tutela a Junta Geral e a Comissão Regional de Planeamento.		
Março-23	o brigadeiro Carlos Azeredo toma posse do cargo de Governador do Distrito Autónomo do Funchal.		
Março-25	toma posse a Junta de Planeamento da Madeira, constituída pelo Dr. João Abel de Freitas, professor Virgílio Pereira e Dr. José Manuel Paquete de Oliveira.		
Agosto-05	A Junta de Planeamento pediu a exoneração ao		

governo.

Dezembro-13

Anunciada a criação da Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional da Madeira, directamente dependente do primeiro-ministro, por decreto-lei nº.101/76 de 3 de Fevereiro. A tomada de posse teve lugar a 20 de Fevereiro de 1976.

1976

Fevereiro.20

Tomada de posse da Junta Governativa da Madeira

Abril-02

Aprovação pela Assembleia Constituinte da constituição da República Portuguesa, que no parágrafo segundo do artigo 6º define os arquipélagos dos Açores e Madeira, como" regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios"

Abril-23

Pedido de exoneração da Junta Regional

Abril-29

Aprovação pelo conselho de ministros do Estatuto Provisório da Madeira, publicado no dia 30 no *Diário da República*, alterado em 1 de Junho.

1ªs eleições para a Assembleia Regional.

Junho-27

Inauguração da Assembleia Regional

Julho-19

Lino Miguel, o primeiro Ministro da República para a Madeira

Setembro-06

Anúncio do 1º Governo Regional, chefiado pelo Eng. Ornelas Camacho

Setembro-16

Posse do 1º Governo Regional da Madeira.

Outubro-01

1977

Janeiro.18

Criação do Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artes da Madeira.

Criação do Jornal Oficial da Região

Março-08

Março-15

Discussão do projecto de estatuto definitivo da

	região.			
Outubro-18		O decreto regional n.º13/77/M pôs fim ao contrato de colonia		
Novemmbro.19		Desastre com avião da TAP no aero-porto de Santa Catarina, provocando 129 mortos		
1978 Março-03	Remodelação no Governo Regional. O Dr. Alberto João Jardim assume a presidência.			
Mrço-07				Assembleia aprovou o projecto de decreto regional das insígnias da região, publicado no Diário da República a 11 de Agosto.
Agosto-16				Decreto Regional 30/78M aprova bandeira, escudo e selo branco da Região Autónoma da Madeira
Novembro-01	A bandeira da região é içada pela primeira vez no edifício do Governo Regional à Avenida Zarco			
1979 Agosto.01			Inauguração do Casino da Madeira	
1980 Fevereiro	A Assembleia Regional aprovou o projecto de Estatuto político-administrativo da região.			
Maio.29				Morre em Lisboa o cantor madei-rense Maximiano de Sousa (Max).
Agosto-01				Decreto Regional n.º 11/80M aprova Hino da Região.
Outubro-07	Eleições Regionais			
1981 Janeiro.03			O Governo Regional cria o gabine-te de instalação da Zona Franca e Industrial da Madeira	
Novembro.05			Criação do Parque Natural da Madeira	
1982 Março.05		Morte de D. Francisco Santana		
Abril-29				O plenário do Governo Regional aprovou o projecto de recuperação

				do edifício de Alfândega para instalações da Assembleia Regional.
Julho.01		Inauguração do Monumento ao Emigrante		
Dezembro.03				Tomada de posse da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação
1983 Maio.23		Morte do Dr. Horácio Bento de Gouveia		
1984 Junho-28		I Congresso das Comunidades Madeirenses.		
Agosto.18				Inauguração do Museu do Vinho da Madeira
Outubro-14	Eleições Regionais			
1985 Julho-01				Primeira comemoração do dia da Região Autónoma.
Julho.06				Criação do Centro de Estudos de História do Atlântico
1986			Encerramento do engenho Hinton	
Junho.30				Inauguração da escultura "Bordadeira" de Anjos Teixeira
Julho.01				Lançamento da primeira pedra do monumento à autonomia política da Madeira em Santa Cruz.
1987 Fevereiro.26			Inauguração do Mercado abastecedor do Funchal	
Julho.01				É inaugurado na estrada junto ao aeroporto da Madeira o monumento à Autonomia, de Ricardo Velosa. O monumento é transferido em Maio de 1990 para a Praça da Autonomia.
Setembro.25	Inauguração da sede da Assembleia Legislativa Regional			
			Criação do Registo de Navios	
Dezembro.4				
Dezembro.17	O plenário da Assembleia Regional estabeleceu o dia 4 de Dezembro como "Dia da Assembleia Regional".			

1988 Junho.29			Inauguração da Casa Museu Dr. Frederico de Freitas
Setembro.14			Tomada de posse da Comissão Instaladora da Universidade da Madeira
Outubro.09	Eleições Regionais		
Novembro.11			Inauguração da Casa Museu Colombo do Porto Santo
1989 Julho-07	Promulgação do decreto da Assembleia Regional que aprova a 2ª revisão Constitucional.		
Outubro-21		Inauguração da Estrada da Liberdade	
1990 Fevereiro-22	Aprovação da proposta de estatuto político-administrativo da RAM, a submeter à Assembleia da República.		
Março.29		Aprovação do Projecto do terminal marítimo da Zona Franca	
Março.30			abertura oficial das aulas na Universidade da Madeira.
1992 Outubro-11	Eleições Regionais		
1993 Abril.14			Inauguração das novas instalações da RDP-Madeira
1996 Outubro-13	Eleições Regionais		
1999 Janeiro.14	Aprovação por unanimidade na Assembleia Regional do novo Estatuto Político Administrativo a submeter à Assembleia da República, publicado por lei de 21 de Agosto do mesmo ano		
2000 Outubro-15	Eleições Regionais		